

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Curso de Doutorado

MARIA HELENA COSTA CARVALHO DE ARAÚJO LIMA

**ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO E CIVILIDADE:
A SENSIBILIDADE DE EMPATIA INTERESPÉCIE NAS
RELAÇÕES COM CÃES E GATOS**

TESE DE DOUTORADO

RECIFE

2016

MARIA HELENA COSTA CARVALHO DE ARAÚJO LIMA

**ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO E CIVILIDADE:
A SENSIBILIDADE DE EMPATIA INTERESPÉCIE NAS
RELAÇÕES COM CÃES E GATOS**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: Prof. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi

Coorientadora: Prof^a. Dr^a Simone Magalhães Brito

RECIFE

2016

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB-4 1291

L732a Lima, Maria Helena Costa Carvalho de Araújo.
Animais de estimação e civilidade : a sensibilidade de empatia
interespecie nas relações com cães e gatos / Maria Helena Costa Carvalho
de Araújo Lima. – 2016.
363 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi.
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Simone Magalhães Brito.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco,
CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2016.
Inclui referências.

1. Sociologia. 2. Animais de estimação. 3. Empatia. 4. Animais – Proteção – Recife, Região Metropolitana do (PE). I. Perrusi, Artur Fragoso de Albuquerque (Orientador). II. Brito, Simone Magalhães (Coorientadora). III. Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2016-53)

MARIA HELENA COSTA CARVALHO

**ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO E CIVILIDADE:
A SENSIBILIDADE DE EMPATIA INTERESPÉCIE NAS
RELAÇÕES COM CÃES E GATOS**

aprovada em: 23/02/2016

**Prof. Dr. Artur Fragoso Albuquerque Perrusi – PPGS/UFPE
(Orientador)**

**Prof^a. Dr^a Simone Magalhães Brito
(Coorientadora)**

**Prof. Dr. Jorge Ventura de Moraes
(Examinador Titular Interno)**

**Prof^a. Dr^a Maria Eduarda da Mota Rocha
(Examinadora Titular Interna)**

**Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silveira
(Examinador Titular Externo)**

**Prof^a. Dr^a Nicole Louise M. T. de Pontes
(Examinadora Titular Externa)**

DEDICATÓRIA

Aos gatos, que me ensinaram que relações entre animais humanos e não humanos são mais complexas e interessantes que qualquer referência bibliográfica. E a Niño e Mindy (in memoriam), com os quais não consegui me redimir o bastante.

AGRADECIMENTOS

ao meu orientador, Artur Perrusi, que, além de todas as contribuições acadêmicas, ofereceu confiança e tranquilidade para que eu pudesse percorrer esse caminho;

à minha coorientadora, Simone Brito, que colocou ordem nas minhas ideias com um equilíbrio exato entre ouvir, incentivar e desafiar;

aos professores Jorge Ventura, Maria Eduarda, Jonatas Ferreira e Rosane Alencar, pela valiosa interlocução a respeito desta pesquisa;

a minha mãe, com quem contei a todo tempo não apenas como revisora e interlocutora na pesquisa, mas também como colaboradora em minhas atividades de proteção, que fizeram de sua casa um lar temporário pra dezenas de gatos ao longo desses anos

a Giba, com quem contei nos momentos mais difíceis desse processo e que me ofereceu as primeiras críticas às ideias desenvolvidas nesta tese

a minha irmã Yvonne e a meu sogro, que em vários momentos seguraram as pontas nos cuidados com a casa e com os gatos;

a Eleonora e Dulce, que deram um jeito de me trazer vários livros indispensáveis para a bibliografia desta pesquisa;

a Ariene Guimarães Bassoli, coordenadora de Programa Adote um Vira-lata, que me ensinou de tudo um pouco e me deu o privilégio de dividir com ela a responsabilidade e a alegria de construir esse programa;

aos extensionistas do Adote: a prova maior de que a vontade de fazer diferença no mundo pode ser mantida e reforçada durante a formação universitária. Agradeço especialmente àqueles que contribuíram com esta pesquisa: Ivo Raposo, Andrezza Araújo, Brunna Cavalcanti, Thayron Barbosa, Myrella Maria, Isabel Guedes, Elton Emílio;

aos amigos que colaboraram diretamente com a construção desta tese: Amaro Braga, Arthemísia Santiago, Gilberto Motta, Rafael dos Santos e Romero Moraes;

aos amigos que dividiram comigo as angústias e contentamentos da pós-graduação: Raíza Cavalcanti, André Maranhão, Francisco Xavier, Clarissa Galvão, Ana Rodrigues, Louise Claudino e Leila Massière;

a meus gatos, sem os quais eu seria incapaz de falar sobre os aspectos subjetivos envolvidos nesta pesquisa: Tomate, Botas, Catita e Amie (*in memoriam*); Lara, Graúno, Doidinha, Chaves e Gracie;

aos veterinários que me ajudam e ensinam constantemente: Andrea Cruz, Josenaldo Macedo, Andreia Teodoro (Deinha), Taciana Cassia e Adriana Miranda

aos protetores e ativistas com quem divido sonhos e realizações e com os quais tive a oportunidade de travar debates instigantes ao longo desses anos;
a todos que compõem o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE
à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

RESUMO

Nas últimas décadas, é possível perceber um conjunto de mudanças qualitativas nas relações humanas com cães e gatos, cada vez mais percebidos como indivíduos, seres moralmente relevantes e, frequentemente, como membros da família. Nesta tese, contraponho-me às abordagens que caracterizam esse fenômeno como fruto de distorções, fantasias ou antropomorfização, recusando-se a analisar essas relações como genuinamente sociais. Ao invés disso, procuro apresentar uma explicação que leve em conta o caráter processual dessas mudanças e a necessidade de compreender o ponto de vista dos sujeitos envolvidos. O *corpus* desta pesquisa foi construído a partir de observação participante em um grupo de proteção animal atuante na cidade de Recife (PE), entrevistas e uma extensa pesquisa documental em jornais, revistas, legislação, manuais técnicos e material de grupos de proteção animal. A análise dos dados aqui reunidos foi feita a partir da teoria da figuração (ELIAS, 1993, 1994, 1997, 2011) a partir da qual foi possível perceber a emergência do que denomino *sensibilidade de empatia interespécie*. Esta sensibilidade é caracterizada pelo reconhecimento da senciência de algumas espécies animais e sua classificação como seres moralmente relevantes. A partir desse aporte, realizo uma análise da experiência moral das relações com esses animais de estimação, tanto em situações relativas aos espaços públicos quanto na vida privada, destacando o caráter descontínuo, ambíguo e conflituoso de tal processo. Se, por um lado, os imperativos morais tornam-se mais exigentes, por outro lado, a admissão dos cães e gatos no convívio civilizado é condicionada a procedimentos que pretendem suprimir a animalidade de seus corpos e comportamentos.

Palavras-chave: Animais de estimação. Civilidade. Moralidade. Sensibilidade de empatia interespécie

ABSTRACT

In recent decades, one can realize a set of qualitative changes in human relationships with dogs and cats, increasingly perceived as individuals, morally relevant beings and frequently as family members. In this thesis, I oppose to approaches that characterize this phenomenon as outcomes of distortions, fantasies or anthropomorphization, refusing to analyze them as genuine social relationships. Instead, I intend to provide an explanation that takes into account the processual character of these changes and the importance of understanding the point of view of those involved. The *corpus* of this research was built from participant observation in an animal protection group located in the city of Recife (PE), interviews and an extensive documentary research in newspapers, magazines, legislation, technical manuals and manuals from animal protection groups. Data analysis was made based on Figural Studies (Elias, 1993, 1994, 1997, 2011) which made it possible to notice the emergence of what I call interspecies empathic sensibility. This sensibility is characterized by the recognition of sentience of some animal species and their classification as morally relevant beings. From this ground, I analyze the moral experience of human-pets relations, both in situations relating to public spaces and in private life, highlighting the discontinuous, ambiguous and conflicted character of the process. If, on one hand, the moral imperatives become more demanding, on the other hand, the acceptance of dogs and cats at civilized convivial is conditioned to procedures that intend to suppress the animal nature of their behavior and bodies.

Keywords: pets. Civility. Morality. Interspecies empathic sensibility

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Charge da Série “Semana da Palmada”. Diário de Pernambuco, 2011	190
Figura 2 - Cartaz digital relativo à agressão da cadela Lana (“caso <i>yorkshire</i> ”).	197
Figura 3 – Notícias com animais como Indicadores de degradação ou abandono do Poder Público. Pernambuco, Janeiro de 2009 a Março de 2012.	214
Figura 4 – Notícias sobre problemas de convivência com cães e gatos. Pernambuco, Janeiro de 2009 a Março de 2012	223
Figura 5 - Número de óbitos humanos por raiva e de casos com diagnóstico laboratorial registrado no Instituto Pasteur (SP), 1970-2002.....	226
Figura 6 - Raiva humana: casos por espécie agressora. Brasil, 1986 a 2010.....	226
Figura 7 - Cartaz da 41ª Campanha de vacinação antirrábica. Botucatu (SP). 2009....	228
Figura 8 - Cartaz de campanha de vacinação antirrábica. São Paulo (SP), 2009.....	228
Figura 9 - Campanha de vacinação antirrábica. Ceará. 2012.....	229
Figura 10 - Cartaz digital sobre relação entre paciente, pediatra e animais.	245
Figura 11 - Cartaz Digital "Toxoplasmose: a culpa não é do gato".	247
Figura 12 – Manual de etiqueta no facebook. Site Uol.....	251
Figura 13 - Cartaz digital "Sexta-Feira 13 – proteja seu pretinho ".	255
Figura 14 - Cartaz digital sobre abandono.	264
Figura 15 - Cartaz digital "a castração é a salvação dos gatos na rua".	273
Figura 16 - Imagem de Gibi da Saúde, divulgado pelo Ministério da Saúde, 2010....	279
Figura 17 - Proporção de domicílios com cães ou gatos região. Brasil, 2013	284
Figura 18 - Estados brasileiros com maiores proporções de cães e gatos por domicílio. Brasil, 2013.....	285
Figura 19 - Estados brasileiros com menores proporções de cães e gatos por domicílio. Brasil, 2013.....	285
Figura 21 - Primeira foto publicada na rede Instagram pelo fundador do Facebook, Mark Zuckerberg.....	311

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Raças caninas registradas mais populosas. Brasil, 1978.	59
Quadro 2 - Raças caninas registradas mais populosas. Brasil, 1988	60
Quadro 3 - Raças caninas registradas mais populosas. Brasil, 1998.	60
Quadro 4 – Raças caninas registradas mais populosas. Brasil, 2009.	61
Quadro 5 - Mapa de procedimentos metodológicos utilizados	78
Quadro 6 - Ordens de grandeza	97
Quadro 7 – Ordenamentos morais identificados na pesquisa.....	101
Quadro 8 - Atividades de proteção animal desenvolvidas por Grupos Locais. Região Metropolitana do Recife, 2015	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. IMPULSOS CIVILIZADORES NAS RELAÇÕES COM CÃES E GATOS	24
1.1. O PROCESSO CIVILIZADOR E A COMPULSÃO PELO CONTROLE	29
1.2. HUMANIDADE, ANIMALIDADE E A EXCLUSIVIDADE MORAL DA ESPÉCIE HUMANA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS	34
1.3. A CATEGORIA “ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO”: REPRESENTAÇÕES AMBÍGUAS	39
1.4. AFASTAMENTO DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO: ZONÓSES, HIGIENISMO E PÂNICO CULTURAL	44
1.5. IMPULSOS CIVILIZADORES NAS RELAÇÕES COM OS ANIMAIS NÃO-HUMANOS: INDÍCIOS DE UMA TENDÊNCIA	50
1.5.1. DOS CÃES DE GUARDA AOS CÃES DE COMPANHIA	56
2. O CAMPO DE PESQUISA E O PERCURSO METODOLÓGICO	62
2.1. A PROTEÇÃO ANIMAL	65
2.1.1. O PROGRAMA ADOTE UM VIRA-LATA E MINHA IMERSÃO NA PROTEÇÃO ANIMAL	69
2.1.2. A PESQUISA DE DOUTORADO E O ADOTE UM VIRA-LATA	75
2.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	77
2.2.1. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	78
2.2.2. PESQUISA DOCUMENTAL	79
2.2.2.1. JORNAIS IMPRESSOS	79
2.2.2.2. REVISTAS ESPECIALIZADAS	81
2.2.2.3. MANUAIS DE GUARDA RESPONSÁVEL	81
2.2.3. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	82
2.2.3.1. EVENTOS DE ADOÇÃO	85
2.2.4. QUESTIONÁRIOS	87
2.2.5. NETNOGRAFIA: OBSERVAÇÃO NO AMBIENTE VIRTUAL	88
2.2.6. ENTREVISTAS	88
2.2.7. PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES	91
2.3. ANÁLISE DOS DADOS: IDENTIFICAÇÃO DE REPERTÓRIOS MORAIS	91
2.3.1. NORBERT ELIAS, BOLTANSKI & THÉVENOT: A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE ANÁLISE	98
2.4 APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A PROTEÇÃO ANIMAL NA RMR	108
2.4.1 O CRESCIMENTO DA PROTEÇÃO ANIMAL NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	112
2.4.2 A PROTEÇÃO ANIMAL NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE: CONFIGURAÇÃO ATUAL	115
3. OS IMPULSOS CIVILIZADORES E A POSIÇÃO AMBÍGUA DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NO BRASIL	120
3.1. LUGAR DE BICHO: CRIAÇÃO NAS ÁREAS EXTERNAS	123
3.2. ANIMAIS DE DENTRO, ANIMAIS DE FORA E A CARROCINHA	135
3.2.1. A LEGITIMAÇÃO DA CARROCINHA	137
3.2.2. COMBATE À RAIVA NO BRASIL	139
3.2.3. ANIMAIS NA RUA E O PÂNICO DA RAIVA	146

3.3. EUTANÁSIA DE ANIMAIS NÃO-HUMANOS: A ÉTICA DISPENSADA PELA LEGALIDADE	149
4. ENTRE CIVILIDADE E MORALIDADE: O SURGIMENTO DA SENSIBILIDADE DE EMPATIA INTERESPÉCIE	156
4.1. MECANISMOS DE LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA	157
4.1.1. NORMALIZAÇÃO: AUTORIZAÇÃO, ROTINIZAÇÃO, DISSOCIAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO	160
4.1.2. REIFICAÇÃO: OBJETIFICAÇÃO, DESENDIVIDUALIZAÇÃO E DICOTOMIZAÇÃO	162
4.1.3. INVISIBILIZAÇÃO: EVITAÇÃO E NEGAÇÃO	164
4.2. MODERNIDADE, RACIONALIDADE E CIVILIDADE	166
4.2.1. INSTABILIDADE NOS MECANISMOS DE LEGITIMAÇÃO	169
4.2.1.1. A CIÊNCIA MODERNA E A CLASSIFICAÇÃO DOS SERES SENCIENTES	169
4.2.2. A MUDANÇA NA POLÍTICA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS	177
4.2.3. A CONDENAÇÃO À CAPTURA E MORTE E A COMPOSIÇÃO DE UM CENÁRIO DE MUDANÇA NO BRASIL	179
4.2.4. CONTENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA ANIMAIS NÃO HUMANOS E A PERSISTÊNCIA DAS DICOTOMIAS	181
4.3. O CONTROLE SOBRE AS RELAÇÕES COM CÃES E GATOS: NORMATIVIDADE, ESTADO E CONTROLE SOCIAL	192
4.3.1. ENTRE LEGISLAÇÃO E CONTROLE SOCIAL: A DESCRENÇA NA JUSTIÇA E AS PENALIDADES INFORMAIS	195
4.3.2. CVA E SEDA: O PODER PÚBLICO TORNA-SE ALVO DE COBRANÇA	200
4.4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	205
5. CIVILIDADE E ESPAÇO PÚBLICO	211
5.1. HIGIENIZAÇÃO DAS CIDADES: A ANIMALIDADE COMO PROBLEMA	213
5.2. CÃES E GATOS NO ESPAÇO PÚBLICO: UM PROBLEMA PARA A SENSIBILIDADE CIVILIZADA	221
5.2.1. MEDO PERSISTENTE: CÃES E GATOS COMO FONTE DE RISCO	225
5.2.2. GATOS COMO ALVO DE REPULSA: OS LIMITES DA CIVILIDADE	232
5.3. SENSIBILIDADE DE EMPATIA INTERESPÉCIE: CONTRASTES COM A CIVILIDADE E A MORALIDADE INDÚSTRIAL	243
5.4. ANIMAIS NO ESPAÇO PÚBLICO COMO PROBLEMA PARA A SENSIBILIDADE DE EMPATIA INTERESPÉCIE	254
5.4.1. O ABANDONO COMO PROBLEMA MORAL	262
5.4.2. DE ANIMAIS “DE RUA” A ANIMAIS COMUNITÁRIOS	268
5.5. “A CASTRAÇÃO É UM ATO DE AMOR”	272
6. PARENTESCO E CIVILIZAÇÃO: ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NOS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA ÍNTIMA	281
6.1. PANORAMA DA PRESENÇA DE CÃES E GATOS NOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS E PERNAMBUCANOS	283
6.2. DE OBJETOS A INDIVÍDUOS: A EMERGÊNCIA DA MORALIDADE DE PARENTESCO	286
6.2.1. LIBERDADE OU SEGURANÇA? UMA NOTA BIOGRÁFICA	297
6.2.2. A CRIAÇÃO INDOOR	302
6.3. CONSEQUÊNCIAS DA MORALIDADE DE PARENTESCO SOBRE AS RELAÇÕES DE TUTORIA	305
6.3.1. RECONHECIMENTO DE VIDA MENTAL E EMOCIONAL: UMA CONSEQUÊNCIA DA CONVIVÊNCIA ÍNTIMA	306
6.3.2. A FAMÍLIA MULTIESPÉCIE E OS FENÔMENOS QUE A CONSTITUEM	313
6.3.3. CIVILIZAÇÃO DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO: AMBIGUIDADES DA FAMÍLIA MULTIESPÉCIE	330

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	343
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	351

INTRODUÇÃO

Há apenas algumas décadas, em todos os grandes centros urbanos brasileiros, cães e gatos costumavam ser adquiridos para cumprir as funções de guarda e controle de pragas, eram mantidos preferencialmente nas áreas externas da casa, comiam os restos das refeições e, com exceção dos cães de guarda, circulavam livremente pelas ruas, onde corriam o risco de serem capturados por um laçador da carrocinha e mortos em um centro de controle de zoonoses¹. Se a intenção fosse evitar que saíssem sozinhos, isso poderia ser feito com a construção de um pequeno canil ou amarrando-os pelo pescoço, em uma corda que teria o alcance que fosse conveniente para as pessoas. Quando adoeciam, eram tratados com receitas caseiras e, após alguns dias definhando, dizia-se que o animal “morreu de tristeza”. Se a doença debilitasse, mas não levasse a óbito, seriam abatidos sem muitos questionamentos, em casa ou em alguma das poucas clínicas veterinárias localizadas em cada cidade. Se estivessem saudáveis, mas comesçassem a incomodar a rotina da família, não haveria constrangimento social em passá-los adiante ou deixá-los em um lugar público onde, acreditava-se, poderiam “se virar”.

No correr das últimas quatro décadas, nenhuma dessas práticas desapareceu, mas elas passaram a conviver com arranjos muito diferentes, a começar pelo fato de que cães e gatos passaram a cumprir fundamentalmente a função de companhia e a serem inseridos dentro dos domicílios. O mercado pet brasileiro tornou-se o segundo mais lucrativo do mundo e, em toda as classes sociais, tornou-se consenso a ideia de que os animais de estimação precisam receber um alimento preparado especificamente para eles. Nas classes média e alta, esse cardápio muitas vezes é incrementado com petiscos e sobremesas. O acesso à rua é cada vez mais limitado e condicionado à presença de um humano, mas, em contrapartida, o acesso a shoppings tornou-se permitido. Clínicas veterinárias e *pet shops* estão espalhadas em todos os bairros, com imensa variedade de preços e serviços, que incluem atendimento 24h, internamento, exames e profissionais com diferentes especialidades e tratamentos estéticos constantemente inovados. A morte dos animais da família passou a ser acompanhada por luto e o extermínio dos animais “de rua” tornou-se uma ideia desagradável e foi proibida por lei em várias cidades e estados

¹ Em Pernambuco e alguns outros estados, essa instituição é nomeada Centro de Vigilância Ambiental (CVA), mas, segundo informações do próprio CVA-Recife, a nomenclatura está sendo modificada para Unidade de Controle de Zoonoses (UCZ), como forma de reafirmar a atenção para as zoonoses, ou seja, para a prevenção de doenças que os animais podem transmitir para os humanos. O contrário também ocorre, mas a transmissão de doenças de humanos para os animais não é alvo de preocupação.

brasileiros. Em seu lugar, surgem programas de controle populacional baseados na oferta gratuita de cirurgias de esterilização. Grupos organizados na sociedade civil promovem eventos para incentivar a adoção de cães e gatos resgatados das ruas, realizam passeatas reivindicando penas mais duras para crimes de maus tratos contra animais e expandem seu poder de difusão articulando-se nas redes sociais e mobilizando jornalistas e políticos.

Os elementos de novidade nessas relações convivem com as formas tradicionais e se combinam a elas em sobreposições variadas e paradoxais. Nessa complexa configuração, os arranjos possíveis entre humanos e animais de estimação se multiplicam, assim como os conflitos decorrentes de perspectivas discrepantes a respeito deles.

Fundadas sobre uma distinção radical entre os humanos e todos os outros animais, a sociologia e a antropologia tendem a considerar os animais como parte do cenário em que se desenrolam as relações sociais – entendidas como possíveis exclusivamente entre humanos. Partindo dessa visão dos animais como totalidade (desconsideradas as diferenças entre espécies e a existência de indivíduos) e como ausência (de linguagem, de mundo simbólico, de cultura), o olhar sobre as relações aqui apresentadas chega inúmeras vezes à mesma conclusão simplista: os animais estão sendo antropomorfizados. Com esse único conceito, são denominadas (e supostamente explicadas) quaisquer características que pareçam exageradas: a afirmação de que cães e gatos são filhos, a inserção das mascotes nos quartos e álbuns da família, a preocupação com emoções e preferências do animal, o luto após sua morte, a multiplicação dos grupos de proteção animal. Do ponto de vista de vários autores, todos esses fenômenos envolvem a curiosa ou preocupante projeção de características humanas sobre animais não humanos (ALBERT & BULCROFT, 1988; DIGARD, 1998 E 2004; DESCOLA, 1998; KONECKI, 2007; PASTORI, 2012; PESSANHA & PORTILHO, 2008; SERPELL, 2003).

Além de antropomorfização, o antropólogo Jean Pierre Digard (1992, 1998), referência importante de vários estudos realizados no Brasil, propõe o conceito de “petshismo”, sugerindo que as relações com animais de estimação são fruto não apenas de fantasias, como também de uma captura dos sujeitos por uma lógica mercadológica, que posiciona cães e gatos como parte necessária do “kit família feliz”. Não se parece considerar, em nenhum momento, o fato de que esse mercado e as fantasias a ele relacionadas são apenas um dos resultados de um processo de mudança qualitativa no padrão de relações com animais de estimação, a partir da qual emerge uma sensibilidade que os identifica como indivíduos e como membros da família. Certamente essas relações

envolvem representações sociais e uma boa dose de fantasias e de consumismo, mas as relações entre humanos também possuem esses elementos e nem por isso as ciências sociais pretendem reduzir a simbolismos e fantasias o que se passa entre indivíduos humanos. O que cabe sublinhar, nesse ponto, é que os animais sencientes, biologicamente dotados de consciência, emoções e capacidade cognitiva, poderão ter essas características reconhecidas, ignoradas ou negadas pelos humanos, a depender de um conjunto de fatores que vão das representações sociais estabelecidas em determinado período ao tipo e intensidade das interações travadas com as pessoas. Assim, a primeira questão que me propus a investigar foi o processo pelo qual cães e gatos tornaram-se reconhecidos, nas sociedades ocidentais, como especialmente sensíveis, conscientes e inteligentes. Chamo de *sensibilidade de empatia interespécie* a percepção de alguns animais não humanos como conscientes e sensíveis, acompanhada de uma comoção diante de seu sofrimento e de uma sensação de dever moral em relação a eles.

No primeiro capítulo desta tese, procuro compreender o processo de longo prazo pelo qual se construiu uma percepção dicotômica das diferenças entre humanos e animais, tomando como base uma conexão entre a teoria do processo civilizador, de Norbert Elias (1993, 1997, 2011) e o levantamento de Keith Thomas (2010) sobre as transformações na sensibilidade em relação à natureza, entre os séculos XVI e XVIII².

O Processo Civilizador foi acompanhado pela bestialização dos animais não humanos, tomados como contraponto na construção de uma ideia de humanidade. Entre a Idade Média e a Modernidade, tanto as religiões judaico-cristãs quanto o paradigma hegemônico da ciência moderna estimularam um afastamento das espécies não humanas do convívio civilizado (nas casas e nas cidades). A exceção a essa tendência ocorreu com o surgimento da categoria animal de estimação, em que, gradativamente, destacaram-se os cães e os gatos. De maneira geral, as relações humanas com essas espécies foram (e continuam sendo) marcadas pela ambiguidade entre as emoções positivas que, aos poucos, foram associadas ao convívio com elas e o persistente desejo de afastamento em relação à animalidade, traduzido fundamentalmente como nojo e medo.

Como uma das muitas consequências ambíguas do processo civilizador, o afastamento físico em relação às práticas de criação e abate e o aumento dos patamares

² Embora esteja focada na Inglaterra, a obra de Thomas demonstra um processo que, em suas linhas gerais, ocorreu nos demais países europeus ao longo do processo de modernização. Thomas (2010) é admirador da obra de Elias e a teoria do processo civilizador está presente em todo o livro de Thomas, mas como guia subjacente, não sendo trabalhada em termos teóricos.

de civilidade levaram ao surgimento de emoções desagradáveis em relação ao sofrimento das espécies entendidas como sensíveis, ainda que fossem consideradas radicalmente inferiores em relação aos humanos. Assim, a expansão da sensibilidade civilizada, que identificou os animais como contraponto negativo à humanidade, gerou também uma sensibilidade que, paulatinamente, levou à condenação de algumas práticas tradicionais de produção (como sangrar os animais lentamente até a morte) e entretenimento (como a caça). Ao mesmo tempo em que se afastava fisicamente dos animais, o indivíduo civilizado procurava se afastar de práticas que remetessem à animalidade em si mesmo (a violência, a falta de modos e atos entendidos como irracionais). Entre os fatores que impulsionaram essa sensibilidade, destaco o desenvolvimento e popularização das raças caninas de pequeno porte, que estimulou o retorno dos animais de estimação aos ambientes internos dos domicílios, dos quais haviam sido afastados ou banidos. Ressalto, porém, que esse retorno ocorreu de forma condicional, com a imposição de diversas formas de controle sobre seus corpos e comportamentos. Enquanto, na Europa, as mascotes de companhia foram popularizadas entre os séculos XVIII e XIX, no Brasil essa tendência só ganhou força a partir da década de 1980. É a partir desse período que está localizado o recorte desta pesquisa, que teve como objetivo compreender a experiência moral das relações com cães e gatos em um contexto de civilidade e emergência da sensibilidade de empatia interespecie.

Os procedimentos realizados para a construção e análise do *corpus* desta tese estão explicitados no capítulo 2, entre os quais destaco a observação participante, realizada no Programa de Extensão Adote um Vira-Lata (UFPE), do qual eu já fazia parte quando ingressei no doutorado. Como a maior parte dos grupos de proteção animal³ existentes no Brasil, o Adote foi fundado tendo como uma de suas principais atividades o apoio a abrigos e o resgate de animais em situação de rua. Paulatinamente, as ações passaram a ser focadas na prevenção ao abandono – o que significou priorizar o contato com as pessoas, em mutirões de esterilização (castração) de cães e gatos, ações de sensibilização sobre guarda responsável e, principalmente, organização de eventos mensais de adoção. A partir dessa mudança, passei a travar contato frequente com tutores e protetores de animais de perfis variados, o que me possibilitou registrar uma grande diversidade de diálogos de desentendimento mútuo, conflito e negociação a

³ Os *protetores de animais* são indivíduos que se mobilizam, de forma mais ou menos articulada, para dar assistência a cães e gatos expostos a maus tratos, com ações como resgate (recolhimento de animais abandonados nas ruas), tratamento veterinário, castração e busca de adoção.

respeito da chamada guarda responsável. Entre os anos de 2013 e 2014, participei de 20 eventos de adoção, nos quais pude identificar padrões nas preocupações expressadas, nos conflitos e nas idealizações feitas pelos *adotantes* e pelos *protetores* a respeito do que esperavam de uma relação de tutoria. Minha vivência pessoal como tutora, protetora de animais e vegetariana permitiu uma visão de dentro do processo e, para alcançar também uma perspectiva panorâmica, procurei aliar a essa técnica um conjunto diversificado de fontes. Assim, fiz pesquisa em periódicos pernambucanos, consultei revistas especializadas sobre animais de estimação, fiz um levantamento das leis e projetos de lei que tramitaram (ou tramitam) nos últimos anos no Congresso Nacional e na Câmara de Vereadores de Recife; reuni e analisei um conjunto de materiais utilizados como manuais de comportamento para tutores (os manuais de guarda responsável, da proteção animal, e os programas televisivos *O Encantador de Cães* e *Meu Gato Endiabrado*), acompanhei grupos virtuais de proteção animal e veganismo no facebook. Por fim, realizei entrevistas que me ajudaram a detalhar algumas questões relativas às formas de perceber os animais de estimação e de lidar com os problemas da convivência nos ambientes internos.

A análise dos dados foi realizada a partir de uma adaptação do modelo proposto por Boltanski & Thévenot (1999, 2006) para a análise de críticas e justificações morais, destacando a conexão entre classificação e julgamento. Ao analisarem debates majoritariamente ligados ao mundo empresarial e à política, esses autores identificaram seis ordenamentos morais a partir dos quais os sujeitos baseavam suas críticas e justificações. Esses ordenamentos morais são formados por um valor fundamental, a partir do qual se estabelecem as formas legítimas de hierarquizar os seres (humanos ou não), estabelecer formas legítimas de relação entre os seres e definir as formas adequadas de avaliar se uma determinada proposta é justa ou não, de acordo com o valor adotado como essencial. Neste ponto, apresento brevemente o modelo de análise criado a partir de uma adaptação da proposta de Boltanski & Thévenot. Este modelo, que consiste na identificação de cinco ordenamentos morais acionados nas críticas e justificações morais sobre relações com animais não humanos, é apresentado simultaneamente como resultado e método de análise porque funcionou como guia permanente para a sistematização e compreensão dos dados reunidos em campo. Os ordenamentos morais aqui identificados

foram: moralidade de propriedade, moralidade pet, moralidade de proteção, moralidade de parentesco e moralidade vegana⁴.

Ao final do capítulo 2, faço um breve histórico do crescimento da proteção animal na Região Metropolitana do Recife, tomando como marco o Movimento Recife Contra a Carrocinha, realizado no final de 2008. Apresento, ainda, um panorama atual dos grupos organizados em atuação e suas principais atividades, destacando a diversidade assumida por essa forma de militância. Ao detalhar essa configuração, pretendo familiarizar o leitor com um conjunto de práticas e preocupações pouco evidente para sujeitos alheios à rede de proteção, sublinhando a diversidade que a caracteriza.

No capítulo 3, os impulsos civilizadores nas relações com cães e gatos passam a ser estudados a partir do caso particular da Região Metropolitana do Recife. Demonstro como a relação ambígua com os animais de estimação se expressou no Brasil, com a distinção entre cães e gatos “especiais”, de um lado, e cães e gatos “perigosos”, de outro. Essa dicotomia foi impulsionada pela associação feita entre os animais em situação de rua e a epidemia de raiva, que levou à adoção do extermínio de cães e gatos errantes como parte central dos programas de combate à doença em todo o mundo. No final da década de 1980, a Organização Mundial da Saúde concluiu que se tratava de uma forma ineficaz de realizar o controle populacional de cães e gatos, pois, devido à alta taxa de reprodução dessas espécies, seria menos oneroso e mais efetivo investir na esterilização das populações canina e felina. Esse parecer técnico tem sido o argumento fundamental dos projetos de lei que propõem a proibição da captura e morte de cães e gatos e sua substituição pela oferta de cirurgias de esterilização (castração) pelo poder público. Enquanto projetos de lei com essa proposta são aprovados em algumas cidades e estados, o Ministério da Saúde ainda preconiza o procedimento tradicional de captura e morte de 20% da população canina a cada ano. Como forma de proteger a sensibilidade civilizada da população e dos funcionários públicos que trabalham no controle de zoonoses, o Conselho Federal de Medicina Veterinária lança manuais técnicos que evidenciam o conflito emocional envolvido na prática da eutanásia de cães e gatos. Ao analisar esses documentos técnicos e as normas diferenciadas para a eutanásia de diferentes categorias de animais, percebi que as limitações impostas não resultaram do reconhecimento da

⁴ Em momentos específicos, faço referência a uma moralidade ambiental-conservacionista, que foi identificada durante o trabalho de campo e análise dos dados, mas extrapolou os objetivos definidos para esta pesquisa.

senciência, e sim da preocupação com a sensibilidade humana, afetada pelo sofrimento de cães e gatos.

No capítulo 4, então, procurei identificar algumas relações entre a sensibilidade civilizada e o desenvolvimento da sensibilidade de empatia interespecie, a partir da qual é tensionada a legitimação da violência contra espécies de animais sencientes. Para tanto, tomo como ponto de partida os mecanismos identificados por Joy (2014) e Bauman (1998) como capazes de legitimar a violência institucionalizada, respectivamente, na indústria de alimentos e no Holocausto. A partir deste paralelo, procuro demonstrar a instabilidade envolvida no traçado das fronteiras morais e a necessidade de atentar para os mecanismos que, de tempos em tempos, as fazem parecer inquestionáveis. A partir daí, identifico algumas situações em que os mecanismos de legitimação da violência especista são desestabilizados, abrindo caminho para a formulação e/ou admissão de problematizações características das moralidades fundadas na sensibilidade de empatia interespecie, a exemplo da moralidade vegana. Em seguida, a partir da mesma chave explicativa, analiso o processo que culminou na proibição do extermínio de cães e gatos em Pernambuco e identifico uma tendência de expansão das moralidades de proteção e parentesco, que, para além do extermínio, passam a expandir a noção de maus tratos e as questões morais relacionadas.

A partir da leitura de Bauman sobre o Holocausto e das problematizações levantadas pela Ética Animal, procuro demonstrar que a sociologia da moral é uma reflexão particular, que não pode se eximir completamente de um engajamento por parte do sujeito que empreende a análise. Essa reflexão é importante para perceber porque Elias ofereceu ferramentas mais detalhadas para o estudo dos comportamentos e das emoções relacionadas aos padrões de normalidade, como vergonha e nojo. Justamente por se distanciar da dimensão dos valores, Elias deixou uma certa lacuna em relação à possibilidade de analisar a moralidade e emoções a ela relacionadas, como culpa, ultraje e desprezo. É para potencializar essa análise que recorro às ferramentas oferecidas pela teoria da justificação, destacando, porém, a importância de meu engajamento nas situações aqui analisadas, que me permitiu ir além de um mapeamento de padrões de julgamento e acessar a maneira como os ordenamentos morais são ativados em situações práticas, de forma menos organizada e mais emocional do que propõem Boltanski e Thevenot (1999, 2006).

Já no capítulo 5, retomo as ambiguidades da *sensibilidade civilizada* em relação à presença de animais não humanos no espaço público urbano, que opõe uma sensibilidade

antropocêntrica⁵, que exclui cães e gatos do conjunto de seres moralmente relevantes, e a *moralidade de proteção*, que inclui essas espécies entre os seres moralmente relevantes e atribui aos humanos o dever de protegê-las. Para analisar esse contraste, apresento inicialmente a maneira como os impulsos civilizadores impactam a convivência com animais domésticos no espaço público, traçando uma diferença entre a tendência de expulsão dos cavalos⁶ do ambiente urbano e a tendência de aumento do controle sobre os cães e gatos. Em ambos os casos, surgem coalisões ambíguas entre a intenção de higienizar as cidades em benefício dos humanos e as moralidades fundadas na sensibilidade de empatia interespecie, que se lastreiam na intenção de proteger os animais dos sofrimentos que atribuem à vida nas grandes cidades. Nessa configuração, destaco os embates a respeito dos riscos relacionados ao convívio com cães e gatos, sublinhando os efeitos gerados pela tendência de redução da dicotomia entre animais “de casa” e “de rua”.

A propósito dos impulsos civilizadores na convivência com cães e gatos nos espaços públicos, destaco o papel do medo e do nojo persistentes, especialmente em relação aos animais em situação de rua. A repugnância e o extermínio de gatos são trazidos, então, como exemplos do caráter limiar da civilidade em relação à violência e do contraste entre as expressões de civilidade na sensibilidade antropocêntrica e nas moralidades fundadas na *sensibilidade de empatia interespecie*. Tomando essa polêmica como mote, analiso a maneira como os elementos que despertam nojo e medo são ressignificados pela *moralidade de proteção*, que nega ou minimiza a possibilidade de adoecimento pelo contato com animais e assume a convivência com cães e gatos doentes ou moribundos como uma afirmação da vida sobre a morte.

Por fim, no capítulo 6, analiso as transformações recentes nas relações com cães e gatos dentro dos domicílios, tendo como foco principal a moralidade de parentesco. Os arranjos formados entre humanos e animais de estimação nos grandes centros urbanos são variados e, para facilitar a compreensão dessa diversidade, traço uma distinção analítica entre três fenômenos distintos, embora inter-relacionados, que caracterizam a convivência com os animais de estimação na esfera privada. São eles: o reconhecimento

⁵ Partindo do modelo de Boltanski & Thévenot (1999, 2006), seria possível identificar nesses debates várias moralidades baseadas em uma sensibilidade moral antropocêntrica, mas essa questão desviaria bastante do foco desta tese, por isso optei por tratar apenas de uma sensibilidade antropocêntrica, considerada genericamente como distinta da sensibilidade de empatia interespecie, que admite outras espécies animais na comunidade moral.

⁶ Nos debates analisados, o termo cavalo é usado de maneira genérica para se referir a equinos, asininos e muarens

da senciência dos animais de estimação, o surgimento da família multiespécie e a civilização desses animais.

1. IMPULSOS CIVILIZADORES NAS RELAÇÕES COM CÃES E GATOS

Neste capítulo, faço uma breve reconstrução do percurso histórico das transformações ocorridas nas relações humanas com animais não humanos nas sociedades ocidentais inseridas no que Norbert Elias (1993; 1994; 1997) chama de processo civilizador. Tomo como guia fundamental o levantamento de Keith Thomas (2010) a respeito das transformações na sensibilidade em relação à natureza, entre os séculos XVI e XVIII⁷ - que resultaram nas condições em que ocorreu a eclosão dos movimentos de conservação ambiental, proteção animais e valorização do mundo rural.

Realizo aqui um recorte específico, que não diz respeito à Modernidade de maneira geral, mas a um de seus aspectos constituintes, que é, justamente, o processo civilizador. Trata-se de uma transformação de longo prazo, nas estruturas sociais e nas estruturas de personalidade, que culminou no desenvolvimento de uma sociedade de indivíduos, submetidos a um controle constante da conduta e das emoções. Esse processo, estudado por Elias na França e na Alemanha, assume formas específicas a partir da configuração social na qual é posto em andamento⁸. Elias aponta isso de maneira bastante clara, traçando comparações entre os dois países e também com outros casos, como Inglaterra e Holanda (ELIAS, 1997).

Pretendo demonstrar a maneira como as transformações analisadas por esses dois autores estão entrelaçadas e, portanto, como o processo civilizador, até agora estudado com foco nas transformações para os humanos, gerou e ainda tem gerado impactos significativos nas relações com os animais não humanos. Embora o objeto desta tese seja a experiência moral nas relações de tutoria com cães e gatos, considero necessário estabelecer alguns marcos mais gerais dentro dos quais surgiu a própria categoria animal de estimação. Nesse sentido, será preciso retomar as representações dominantes na Idade Média europeia, por exemplo, quando os gatos eram tratados apenas como instrumento para o controle de ratos e os cães eram referidos em documentos governamentais, diários, provérbios e sermões como seres bestiais e inconvenientes. Apesar de haver, naquele

⁷ Embora esteja focada na Inglaterra, a pesquisa deste historiador demonstra um processo que, em suas linhas gerais, ocorreu nos demais países europeus ao longo do processo de modernização. A teoria do processo civilizador está presente como guia subjacente no livro de Thomas, mas não é trabalhada em termos teóricos (nem era esse seu objetivo).

⁸ O conceito de configuração é utilizado por Elias no lugar do conceito de estrutura. Apesar de ser definido pelo autor como semelhantes, acredito que seja importante reforçar a pertinência do conceito de configuração, traçado de forma a enfatizar o caráter dinâmico e relacional dos arranjos sociais.

momento, um discurso dominante de distinção e superioridade humana em relação à natureza, o padrão era um convívio fisicamente próximo dos animais, que estavam em todas as partes das vilas, cidades e casas (COHEN, 2003; THOMAS, 2010). Além disso, apesar do uso instrumental e do descarte daqueles que já não tivessem utilidade, era comum que, a animais de várias espécies (de cavalos a abelhas), fossem atribuídos sentimentos, personalidades e capacidade de afeição (Idem, ibidem).

Ao longo do processo de modernização, ocorrido entre o início do século XVI e o final do século XVIII, os animais não humanos foram paulatinamente afastados desse convívio cotidiano, com a introdução de barreiras físicas para o acesso à casa e, posteriormente, com seu afastamento das cidades, sendo a criação cada vez mais restrita às áreas rurais. Além da separação física, os animais foram simbolicamente afastados pelo desenvolvimento de padrões de refinamento dos modos, que distinguiram as classes altas das classes baixas – estas últimas significadas, justamente, como animaiscasas (ELIAS, 1994; FRYKMAN & LÖFGREN, 2005; THOMAS, 2010).

Enquanto essa distinção se impunha, porém, algumas espécies, ao invés de serem empurradas para longe, foram mantidas perto e ganharam status elevado (nas classes altas, mais elevado que o dos empregados da casa). Inicialmente, cães, aves, macacos, cavalos, porcos e gatos foram enquadrados nessa categoria e mantidos em uma convivência nos mais diversos espaços da casa. Aos poucos, os cães e gatos tornaram-se os animais de estimação preferidos.

Entre os séculos XVI e XVII, os cães tornaram-se presença garantida nos lares ingleses, onde circulavam livremente pelos ambientes, permaneciam na sala durante os jantares com visitas e, em muitos casos, abocanhavam os melhores pedaços de carne e eram mantidos nos quartos. Esse tipo de criação começava pela família real. Os Stuart, conta Thomas (2010:144), eram obcecados por cães e foram retratados com frequência entre esses animais, bem como cavalos e pássaros, tanto em pinturas oficiais quanto em imagens satíricas. A aristocracia tinha gostos semelhantes e, como a família real, dedicava-se à criação das “raças puras”, que se tornariam uma característica de distinção. Até o século XIX, não havia tantas raças de cães quanto hoje e as existentes resultavam de variações geográficas e de cruzamentos locais, realizados com o objetivo de potencializar determinadas funções de trabalho (SERPELL & DUFFY, 2014)⁹. A partir da disseminação do hábito de criar animais com a função de companhia nos lares da classe

⁹ Estima-se que, atualmente, existam mais de 400 raças de cães (SERPELL & DUFFY, 2014)

média, cresceram consideravelmente os investimentos no estudo desses animais, os experimentos com reprodução, a cinologia (estudo das raças de cães) e, conseqüentemente uma diversificação das raças caninas (CARVALHO & WAIZBORT, 2012; THOMAS, 2010). Essa tendência se estabeleceu em definitivo com a realização das exposições caninas e a fundação do Kennel Club.

A partir de meados do século XIX, os Kennel clubs, as associações de cruzamento de cães e a prática de realizar exposições de animais de raça vieram a reboco e a serviço dessa paixão por produzir cães sob medida (cf. Ritvo, 1987b, p. 161). Os cães foram elevados à categoria do espetáculo, e o primeiro dog show, ou exposição de cães de raça em Londres, aconteceu em 1859, mesmo ano da inauguração do Big Ben e da publicação do *Origin of species*, de Darwin. Além de animal de trabalho e companheiro no seio da família, agora o cão também desempenhava um papel de objeto visual, alvo de admiração pública (CARVALHO & WAIZBORT, 2012: 361-362)

Nas classes pobres, ressaltase os cães também estavam presentes em grande quantidade, mas estes eram os cães “inferiores”,

Na New Romney elisabetana, todos os donos de cães tinham que registrar sua propriedade; como resultado, temos uma bela lista dos cachorros da localidade, começando com o “grande mastim de raça pura e sem pelo” do prefeito, até chegar, passando por um grande número de spaniels, mestiços e cães de cozinha, ao vira-lata ruivo e sem cauda do Sr. Dowton (THOMAS, 2010:148).

Assim como ocorreu com a população humana, a população de animais de estimação também cresceu além do esperado nos centros urbanos e gerou problemas de difícil gestão. Dada a alta taxa de reprodução das espécies canina e felina e o fato de que a proximidade física nos ambientes urbanos facilita a reprodução, a superpopulação de cães e gatos tornou-se um problema em relação aos quais Thomas (2010:148) afirma ter havido queixas pelo menos desde a década de 1530. Em tempos de peste, havia eliminação em massa de cães – o que, segundo esse autor, não parece ter afetado o número desses animais a longo prazo. Enquanto isso, os livros de medicina da Idade Média afirmavam que o contato com felinos seria perigoso para a respiração e poderia desencadear alergias – crença que permaneceu forte com o passar dos anos (MACHADO & PAIXÃO, 2014; OSÓRIO, 2011; THOMAS, 2010).

O contato com cães e gatos foi associado (muitas vezes sem base factual) à transmissão de peste bubônica, asma, doenças respiratórias, alergia, raiva, toxoplasmose e leishmaniose (calazar). A partir do século XVIII, as providências oficiais de prevenção

às zoonoses¹⁰ estiveram calcadas na captura e eliminação de animais errantes, enquanto, dentro das casas, a presença de animais circulando livremente passava a ser associada a sujeira, perigo e desordem. Passados os surtos de peste, o medo de contaminação pelo contato com animais de estimação voltou a ser reforçado e povoou as representações sociais oficiais entre os séculos XIX e XX, com a ocorrência de epidemias de raiva e leishmaniose (calazar). Data desse século a institucionalização das chamadas carrocinhas, responsáveis por capturar animais errantes, eliminados como medida sanitária.

A captura e morte desses animais, porém, demonstrou ser ineficaz do ponto de vista técnico e, do ponto de vista moral, tornou-se alvo de críticas à medida que as alternativas começaram a ser evidenciadas e a sensibilidade de condenação à violência se estendeu para os animais não humanos, especialmente aos animais de estimação. Entre o final do século XX e o momento atual, o que se passou em grande parte dos países do Ocidente foi uma mudança dos padrões sanitários de prevenção às zoonoses, acompanhada e impulsionada por um notável crescimento dos movimentos da sociedade civil voltados para a defesa e proteção de animais não humanos.

De acordo com Jane Goodal, em 2003 já se contabilizavam mais de sete mil grupos organizados de defesa e bem-estar animal, apenas nos Estados Unidos (GOODAL, 2003:xi). Da mesma forma, a opção por uma alimentação vegetariana e/ou por um estilo de vida vegano¹¹ têm recebido crescente atenção da mídia, do ambiente acadêmico e mobilizado militantes nos mais diversos países (FERRIGNO, 2011; LIRA, 2012)¹². Enquanto isso, os animais de estimação, que ocupam um lugar diferenciado em relação a

¹⁰ Zoonoses são doenças transmitidas dos animais para os humanos e vice-versa, tanto de forma direta (contato físico, ingestão de carne ou contato com excreções ou secreções) quanto de forma indireta (ingestão de água ou alimentos contaminados)

¹¹ A distinção entre vegetarianismo e veganismo é o fato de que esse segundo termo remete à tentativa de abolir o uso instrumental dos animais em diversos aspectos além da alimentação, como vestuário, entretenimento, cosméticos, etc. O vegetarianismo, por sua vez, diz respeito à alimentação e costuma ser dividido em vegetarianismo estrito (sem nenhum componente de origem animal) e opções que excluem as carnes, mas contém alguns derivados de animais, como ovovegetarianismo, lactovegetarianismo e ovolactovegetarianismo. De maneira geral, é comum que aqueles que consomem algum produto de origem animal se denominem vegetarianos (é o meu caso) e aqueles que têm uma alimentação estritamente vegetal se denominem veganos. Ao longo desta tese, farei a simplificação de falar em veganos e em ativismo vegano, pois, embora algumas pessoas envolvidas nessas atividades não sejam efetivamente veganas, elas compartilham do ordenamento moral e, justamente por isso, costumam reconhecer aqueles que são veganos como mais virtuosos.

¹² Entre as organizações que promovem o veganismo, destaque pode ser dado à ONG norte-americana PETA (People for the Ethical Treatment of Animals), fundada no início da década de 1980. A PETA realiza investigações e denúncias de maus tratos a animais, com foco em criadouros e laboratórios, além de campanhas estreladas por celebridades veganas, estampadas em veículos de comunicação, outdoors e na internet.

todas as outras espécies, retornam para dentro das casas, quartos e subiram nas camas, em um movimento que parece contrariar a tendência observada no século XX. Paralelamente, essas espécies ganharam destaque também na tendência de mobilização em prol dos animais não humanos. Voltada para os cães e gatos, a proteção animal surgiu nos grandes centros urbanos com caráter fortemente assistencial e, aos poucos, tem assumido uma postura de reivindicação política, pleiteando políticas públicas e legislação específicas para proteger as espécies de estimação (RITVO, 2003)¹³.

O retorno dos animais aos espaços íntimos no final do século XX, entretanto, apenas em aparência se assemelha à convivência que partilharam na Inglaterra dos séculos XVI e XVII, em que eram admitidos sem muitos protocolos higienizantes. Especialmente a partir das epidemias de peste bubônica e raiva, as espécies de estimação foram marcadas por um estigma de sujeira, doença e agressividade que se fazem presentes nas práticas tanto dos órgãos públicos quanto dos cidadãos – em mais uma demonstração da conexão entre estruturas sociais e estruturas de personalidade. Consequentemente, as exigências civilizatórias sobre as espécies de estimação aumentaram paulatinamente e o seu retorno para o interior dos domicílios ocorre de forma condicionada, pois só passam a ser considerados aptos para a convivência íntima em um ambiente civilizado depois de serem submetidos a uma série de procedimentos de adequação física e comportamental, que inclui, entre outros aspectos, o desenvolvimento de novas raças, adequadas a cada tipo de consumidor¹⁴. As consequências de tal reaproximação no ambiente urbano e a experiência moral dos tutores nela envolvidos serão estudadas ao longo desta tese. Neste capítulo inicial, faço uma reconstrução desse percurso histórico mais amplo, cujas transformações são entendidas como expressões de impulsos civilizadores, que se apresentam de forma distinta a partir das mudanças na configuração social. Dessa maneira, antes de apresentar o percurso histórico proposto, faz-se necessário apontar, ainda que em linhas gerais, o referencial teórico a partir do qual ele será interpretado.

¹³ Entre as organizações internacionais de proteção animal, uma referência é a organização britânica RSPCA (Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals), que foi fundada em 1824 e, em 1837, recebeu o reconhecimento da Rainha Vitória e passou de SPCA para RSPCA. O foco inicial foi a prevenção da crueldade contra animais “de trabalho” e a organização esteve envolvida na criação da primeira lei de proteção a animais (voltada para o gado e posteriormente ampliada para todos os animais domésticos). Atualmente a RSPCA atua principalmente com investigação de maus tratos a animais de estimação e formação de lobby para incentivar mudanças legislativas.

¹⁴ O uso desse termo não indica concordância com o processo de reificação do animal como mercadoria, mas de uma constatação de que essa é a posição ocupada pelos animais “de raça pura” no mercado pet.

1.1. O PROCESSO CIVILIZADOR E A COMPULSÃO PELO CONTROLE

Processo civilizador é a denominação usada por Elias (1993, 1994, 1997, 2001) para se referir à mudança estrutural ocorrida na Europa e, posteriormente, expandida para outras partes do mundo a partir do século XVI. Trata-se de uma transformação de longo prazo nas estruturas sociais e nas estruturas de personalidade, que se iniciou nas sociedades de cortes europeias e alcançou seu ponto de maturação no século XVIII. Esse processo, explica Elias:

(...) consiste principalmente na mudança estrutural ocorrida em pessoas na direção de maior consolidação e diferenciação de seus controles emocionais e, por conseguinte, de sua experiência (como, por exemplo, na forma de um avanço do patamar de vergonha e nojo) e de sua conduta (como, por exemplo, na diferenciação dos utensílios usados à mesa) (ELIAS, 1994:216).

O processo civilizador culminou no surgimento de uma sociedade de indivíduos, considerados autônomos e responsáveis pelo controle de sua própria conduta. Analisando manuais de bom comportamento, redigidos entre os séculos XIII e XIX, Elias percebeu que as mudanças nos padrões de emoção e de expressão das emoções naquela sociedade acompanharam as mudanças na estrutura social, que exigiam tipos diferentes de relações humanas e, portanto, de comportamento. Nos textos, separados por longos períodos de tempo, o grau de autocontrole exigido dos indivíduos aumenta gradativamente, demandando, cada vez mais, a capacidade de conter os próprios impulsos, sem a necessidade de uma força externa de repressão. Posteriormente, Elias (1998) traça comparações também com documentos referentes a sociedades simples (menos diferenciadas)¹⁵, reforçando a percepção de que as sociedades modernas industrializadas inauguraram um tipo de controle diferenciado por ser menos intenso, porém mais constante e abrangente:

Uma comparação com a situação dessas sociedades mais simples mostra a que ponto o nível de perigo e de insegurança pessoal reduziu-se em nossas sociedades desenvolvidas, graças, antes de mais nada, aos progressos obtidos no controle das forças naturais, que acarretam uma dependência menor em relação a suas variações (...) Comparadas às das sociedades que permaneceram em estágios anteriores de desenvolvimento, [as modalidades de disciplina] são mais moderadas e uniformes, porém, em contrapartida, são mais restritivas, como a própria preocupação com a pontualidade. Tal como esta, elas dominam

¹⁵ A nomenclatura simples e complexa, nesse contexto, refere-se à menor ou maior diferenciação das funções, e não à visão etnocêntrica de que as sociedades simples sejam idênticas entre si. A diferenciação é destacada por Elias (1998) como um elemento que interfere diretamente na forma como os sujeitos percebem o grupo, os objetos e a si mesmos.

de forma idêntica todos os setores da vida, só relaxando um pouco, talvez, no campo das relações mais íntimas” (ELIAS, 1998:25).

Essa mudança ocorreu, inicialmente, em alguns círculos das classes sociais altas, que passaram a ter suas ações e emoções submetidas a controle externo a partir do final da Idade Média, com o gradual processo de aumento do poder de alguns senhores feudais, em cujas propriedades pessoas em busca de oportunidades e proteção passavam a morar. Nesses espaços, os indivíduos ficavam protegidos de ataques violentos súbitos, mas, em contrapartida, eram forçados a reprimir seus impulsos de atacar outras pessoas - o que demanda um controle da conduta muito mais rigoroso que aquele exigido dos que viviam autonomamente e em relativo isolamento. A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos e o hábito de pesar as consequências antes de agir são aspectos da “mudança civilizadora do comportamento” (ELIAS, 1993).

Ao longo dos séculos, a centralização do poder político e econômico em grandes territórios e a criação de redes de dependência em torno dos reis levaram ao surgimento dos Estados Nacionais na Europa, cuja política se baseava na manutenção do equilíbrio de forças entre nobreza e burguesia (idem, ibidem). Uma das etapas importantes para reduzir as ameaças ao poder do monarca foi a monopolização do uso da força física nas mãos do Estado, que passou a ser o único agente com permissão para se utilizar das armas. Os nobres, que até então eram cavaleiros e ocupavam uma posição importante para o soberano nos momentos de guerra, perderam prestígio social e autonomia econômica, passando a depender do monarca para manter o status de nobreza (TASCHNER, 2009).

A nobreza transformou-se em uma classe de cortesãos e seu poder já não poderia ser conquistado e mantido pela força (agora monopolizada pelo Estado), mas apenas por prestígio e dinheiro, que se tornam as formas legítimas de imposição de um indivíduo sobre os demais (ELIAS, 1993). Surgiram assim os padrões de distinção e julgamento atuais, nos quais a moda e os modos posicionam os sujeitos na sociedade. Preceitos cada vez mais rígidos de conduta à mesa e apresentação pessoal (vestes, postura e gestos) eram impostos para que os indivíduos pudessem partilhar do convívio nas cortes e, gradualmente, foram sendo naturalizados naquele círculo social, ensinados desde a infância e, assim, controlados não mais por forças externas, mas por automonitoramento.

É assim que Elias (1997) explica a repugnância que as obras de Shakespeare causavam nos membros das classes altas europeias do século XVIII, formadas na tradição estética das cortes francesas e no refinamento dos modos como forma de distinção social. Para essas classes, os chistes rudes e incivis dos personagens das classes baixas remetiam

àquilo que deveria ser ocultado da vida cortesã. Na tragédia clássica, por outro lado, encontravam a expressão de valores que cultivavam e a imagem do que gostariam de ser:

A importância da boa forma, a marca característica de toda “sociedade” autêntica; o controle dos sentimentos individuais pela razão, esta era uma necessidade vital para todos os cortesãos; o comportamento reservado e a eliminação de todas as expressões plebeias, sinal específico de uma fase particular na rota para a “civilização” – tudo isso tem sua mais pura expressão na tragédia clássica (ELIAS, 2011:33).

Enquanto os novos mecanismos de distinção surgiam, os antigos mecanismos de distinção dos nobres guerreiros foram sendo proibidos e/ou desvalorizados (a execução dos desafetos, os duelos e as demonstrações agressivas de virilidade). O comportamento de expressão das emoções foi submetido a controle semelhante e, gradativamente, passou a ser incorporado desde a infância, formando um *habitus* diferenciado. Nesse processo, as próprias emoções sentidas mudam, pois a incorporação de padrões desde a infância gera uma sensibilidade de rejeição aos arroubos apaixonados – seja em relação ao desejo sexual, seja em relação à violência. É assim que Elias explica que a resolução de conflitos pessoais através de assassinatos, fato comum e socialmente aceitável na Europa até o século XVI, tenha sido progressivamente regrada (como nos duelos) até sua proibição efetiva (com o total monopólio da violência pelo Estado). Por essa razão, os indivíduos hoje, de maneira geral, possuem um grau de autocontrole significativamente maior que os indivíduos da Idade Média ou das sociedades pré-industriais de maneira geral.

É a partir desse processo histórico que surge a estrutura de personalidade do sujeito moderno, que se debatendo entre desejos, moralidade e razão (em termos freudianos, entre id, superego e ego). O desenvolvimento da capacidade de monitorar as próprias ações, de que trata Elias, é o desenvolvimento de uma subjetividade monitorada pelo superego e, portanto, da ideia de indivíduo como conhecemos hoje. Elias entende o sujeito civilizado a partir de uma fusão entre psicanálise, sociologia e história, por isso aponta para a formação do indivíduo como “processo aberto e interdependente dos outros indivíduos” (ELIAS, 1993). Os desejos e comportamentos individuais estão permanentemente vinculados aos das outras pessoas e a própria divisão das funções psíquicas (id, ego e superego) é entendida como historicamente variável, acompanhando a diferenciação das funções sociais e, portanto, o aumento da necessidade de autocontrole para satisfazer impulsos de longo prazo (ELIAS, 1994).

A cada situação, o controle de si e dos outros é feito a partir da adesão a determinada moralidade, aqui entendida como conjunto de ações e experiências relacionadas ao processo de classificar bom e mau, justo e injusto, digno e indigno, decorrentes do que é sentido pelo sujeito como certo ou errado (HEIMER, 2010). Essa classificação não é feita de forma isolada, e sim a partir de sistemas normativos sobrepostos, reconhecidos como cabíveis à situação, seja por haver uma identificação do indivíduo com o padrão, seja por coerção externa. Os *ordenamentos morais*¹⁶ introjetados têm impacto nas emoções e em suas expressões, por isso os indivíduos tendem a considerar os comportamentos resultantes como expressões puramente pessoais. A ancoragem social dos ordenamentos morais vem à tona nas situações-problema, em que os sujeitos se deparam com discordâncias ou com circunstâncias novas, e recorrem a fontes de autoridade moral como família, religião, profissão, tradição, polícia e tribunais. O que me interessa na teoria eliasiana é identificar o impacto dos impulsos civilizadores nas maneiras de sentir, julgar e justificar as relações com cães e gatos na configuração social que se formou, nas últimas décadas, em centros urbanos como a Região Metropolitana do Recife. Por enquanto, basta sublinhar que há uma conexão direta entre moralidade e normatividade, tanto pelo fato de que a criação de novas normas resulta de transformações morais do grupo capaz de estabelecê-las, quanto pelo fato de que a imposição de normas amplia o seu espectro de influência e pode impulsionar mudanças de sensibilidade.

É importante esclarecer que a teoria do processo civilizador destaca a conexão entre as estruturas de personalidade e a configuração social, por isso o controle de impulsos agressivos é uma característica instável, que só se mantém enquanto a centralização do poder e a segurança institucional do Estado se mantém ativa. Além disso, embora a pacificação interna costume ser entendida como positiva, Elias não atribui um sentido de melhoria ao processo civilizador, atendo-se a analisar as condições de seu surgimento e as consequências ambíguas que daí resultam. Um exemplo disso é a percepção de que a pacificação exige uma repressão constante dos impulsos e essa compulsão pelo autocontrole gera conflitos individuais e um sofrimento psíquico que pode se tornar muito intenso (ELIAS, 1993, 1994, 2011, 1997). O processo civilizador, explica o autor, reduziu as oscilações drásticas entre prazer e remorso, tornando o controle mais uniforme e

¹⁶ A opção pelo conceito de *ordenamento moral* é feita aqui, seguindo Boltanski & Thévenot (1999, 2006), para destacar o fato de que a moralidade não é um fenômeno “puro”, e sim o resultado da conexão entre valores, formas de classificação e formas de avaliação.

estável. Porém, ao fazê-lo, expandiu o controle para os mais diversos aspectos da vida, gerando uma tensão constante entre o “superego” e o “inconsciente”:

As limitações mais pacíficas a ele impostas por suas relações com outros homens espelham-se dentro dele; um padrão individualizado de hábitos semiautomáticos se estabeleceu e consolidou nele um “superego” específico que se esforça por controlar, transformar ou suprimir-lhe as emoções de conformidade com a estrutura social. Mas os impulsos, os sentimentos apaixonados que não podem mais manifestar-se diretamente nas relações *entre* pessoas frequentemente lutam, não menos violentamente, *dentro* delas contra essa parte supervisora de si mesma. Essa luta semiautomática da pessoa consigo mesma nem sempre tem uma solução feliz, nem sempre a autotransformação requerida pela vida em sociedade leva a um novo equilíbrio entre satisfação e controle de emoções (ELIAS, 1993:203).

Além disso, a pacificação das relações sociais dentro do grupo civilizado é frequentemente acompanhada pela manutenção ou aumento da violência em relação aos que são considerados incivis – caracterizados como inferiores e perigosos.

O processo civilizador pode ser entendido também como uma mudança nos padrões morais. Contudo, Elias não considera o processo civilizador como o desenvolvimento de relações sociais mais justas ou de um processo de moralização (nem caberia à sociologia esse tipo de julgamento), mas sim como o desenvolvimento de uma “moralidade contraditória” (ELIAS & DUNNING, 1995, p. 167). A cisão ou contradição desta moralidade está no fato de que o controle e a repulsa pela violência dentro do grupo social não se estabelece de maneira equivalente na relação entre grupos. Em outros termos, a regra moral válida para o ‘nós’ não é equivalente a regras que devem ser usadas para os ‘outros’ (BRITO, 2009:2).

O conceito utilizado ao longo dessa tese será o de impulsos civilizadores, porque não me proponho a realizar, como fez Elias, a análise ampla de um processo de longo prazo, e sim a identificar alguns de seus aspectos e a maneira como impactam as relações com cães e gatos. Ademais, como o foco central aqui não é a direção tomada pelo processo, e sim as ambiguidades a ele inerentes, será de especial serventia a ideia de impulsos civilizadores, com que Elias (1997) ressalta o caráter múltiplo e descontínuo assumido em cada configuração social.

Ao analisar a trajetória civilizatória das relações com animais não humanos, é possível perceber, também nesse processo, o surgimento de consequências ambíguas. A partir do século XVI, o trato com outras espécies passou a ser submetido a um maior regramento e a uma demanda de redução da violência – o que exige autocontrole por parte dos indivíduos. Paralelamente, os animais passam a ser adequados aos termos de uma sociedade civilizada e os indivíduos humanos que não se adequam aos novos padrões de

regramento são considerados bárbaros e, com certa frequência, tratados de forma igualmente incivil.

1.2. HUMANIDADE, ANIMALIDADE E A EXCLUSIVIDADE MORAL DA ESPÉCIE HUMANA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para que se tenha a dimensão da transformação pela qual passaram as relações humanas com animais de estimação, é importante descrever um pouco do tratamento conferido até o século XVI às espécies atualmente queridas na maioria dos países do Ocidente. Na Inglaterra, por exemplo, os cães costumavam ser enforcados ou afogados quando deixavam de ter utilidade e poderiam ser postumamente aproveitados para fazer banha; os cavalos eram cavalgados até a morte e, quando adoeciam ou envelheciam, eram abandonados à beira da estrada ou mortos para que se vendesse a carne; os gatos eram usados como alvo nas brincadeiras de tiro de feiras campestres e queimados vivos como diversão ou, ainda, para dar efeito dramático a procissões (DARNTON, 1986; THOMAS, 2010).

A compreensão do contraste entre a sensibilidade atual e essa forma de lidar com cães e gatos passa pela investigação das raízes históricas das relações com os animais não humanos no Ocidente e pelo surgimento dos animais de estimação. Quando esta categoria surgiu, por volta do século XVI, já havia se estabelecido uma percepção dicotômica das diferenças entre humanos e animais, sendo estes o contraponto identitário da humanidade¹⁷.

¹⁷ Procurando se afastar da tendência de romantizar culturas indígenas, que percebe em antropólogos e ambientalistas, Noske (2008) aponta que, em diversas etnografias sobre sociedades de caçadores/coletores é perceptível a existência de crenças e práticas antropocêntricas, além de rituais que envolvem intenso sofrimento, como sangrar o animal lentamente até a morte. Apesar disso, tanto ela quanto outros antropólogos apontam que as categorias em que diferentes espécies são percebidas nessas sociedades não costumam ser dicotômicas e também não costumam resultar em objetificação, pois os animais são entendidos como dotados de vida mental, espiritual e de poderes sobrenaturais. Em sociedades indígenas e aborígenes, as distinções fundamentais são feitas entre mortos e vivos, entre seres dotados de maior ou menor capacidade de comunicação e, ainda entre os que possuem costumes mais ou menos semelhantes às do grupo que empreende a classificação. São recorrentes as histórias sobre pessoas que assumem a forma de animais e vice-versa, de ancestrais não humanos e sistemas totêmicos em que humanos e animais são reunidos em um só grupo, podendo haver mais proximidade de algumas pessoas em relação a essas espécies que em relação a humanos de outro grupo (CASTRO & CASTRO, 2012; DESCOLA, 1998; LIMA, 1999; NOSKE, 2008). São encontrados, ainda, gestos que indicam tentativas de reconciliação com os animais mortos, entendidos como capazes de se vingar e, portanto, percebidos de forma menos dispar em relação aos humanos. É o caso, por exemplo, de regras como não atacá-los pelas costas, não desperdiçar caça, esperar gestos de consentimento dos animais antes de caçá-los e, por fim, realizar rituais de purificação e/ou pedir desculpas ao animal (DESCOLA, 1998; INGOLD, 1995). Noske (2008) ressalta que nenhuma dessas atitudes de proximidade ou respeito elimina o fato de que, em nome dos interesses e dos sistemas simbólicos humanos, os animais sejam mortos e/ou submetidos a intenso sofrimento, mas esses exemplos

Essa representação consolidou-se na Modernidade, período no qual se aprofundaram o distanciamento físico em relação aos animais e a diferenciação nos modos, com o refinamento da conduta e do controle das emoções – características do processo civilizador (THOMAS, 2010). Submetidos a esse processo de longo prazo e incorporando padrões de conduta que lhes pareciam naturais, os grupos “civilizados” eram tomados pela impressão de superioridade natural, enquanto os incivis, com seus modos e gostos “rudimentares”, eram comparados justamente aos animais.

(...) a estória que nós contamos no Ocidente sobre a exploração humana e a domesticação final dos animais é parte de uma estória mais abrangente sobre como os humanos se elevaram sobre e buscaram controlar um mundo natural que inclui sua própria animalidade (INGOLD, 1995:1).

Tanto no discurso religioso da Idade Média quanto no discurso científico da Idade Moderna, os animais foram posicionados como instrumentos dos quais os humanos poderiam se valer. Ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, cristalizaram-se discursos e práticas que, sem ter necessariamente teor religioso, restauraram o status diferenciado do humano entre os seres do mundo. No século XIX, a domesticação de nossa “primeira natureza” agressiva, selvagem, passava a ser feita desde a infância, numa tentativa de cortar pela raiz o que se considerava um mal, de substituir esta natureza “animalesca” por uma “segunda natureza”, marcada pelo autocontrole (WOUTERS, 2008). No discurso científico e filosófico da modernidade, “os animais” tornaram-se máquinas sem alma (DESCARTES, 1979), autômatos (HEIDEGGER, 2011), seres desprovidos de mundo simbólico (MEAD, 1967), ou seja, um contraponto ontológico para a percepção do humano; a falta diante da qual nossas potencialidades tornavam-se admiráveis.

Na fantasia ocidental moderna, o ser humano pleno é o cidadão civilizado, que, imagina-se, apagou de si quaisquer traços de animalidade. A civilidade, portanto, é a conduta de uma estrutura de personalidade típica da modernidade ocidental, caracterizada pelo autocontrole e pela demarcação da individualidade. Mais que expressões performáticas, essas duas características são constituintes da subjetividade moderna, posto que, ao longo de gerações, esses traços passaram a ser incorporados desde a

são importantes como contraponto à impressão de que a reificação dos animais não humanos seja uma característica natural e constante em todas as sociedades. Para alguns autores, essa percepção do animal como objeto começa a se desenvolver com a domesticação, pois é nas sociedades pastoris que se encontram as primeiras expressões do animal como propriedade humana (INGOLD, 1995; SERPELL & PAUL, 2003).

primeira infância, estabelecendo, portanto, a moldura a partir da qual os sujeitos, assim socializados, percebem o mundo e a si mesmos. O cidadão civilizado é tido como aquele que “esconde suas vergonhas”, resguarda sua sexualidade, não deixa rastro de excrementos ou lixo por onde passa, fala baixo, mantém seu corpo limpo, alimenta-se sem ânsia e sem se sujar, resolve seus problemas de forma racional, não faz uso de violência, faz planos, constitui família, cria e transmite cultura de geração em geração. Em uma sociedade civilizada, sempre que se afastam desses padrões, os indivíduos são comparados a animais, esses seres impuros que andam nus, copulam em público, não conhecem incesto, urinam, defecam e vomitam em lugares impróprios, soltam urros e grunhidos, são sujos e cheios de doenças, alimentam-se com voracidade, não raciocinam, estão sempre prontos a morder, arranhar ou ameaçar, vivem em bandos desorganizados e, quando morrem, não deixam nada além de um corpo.

O manual de etiqueta de Erasmo, fundamental na análise de Elias (1993), é citado também por Thomas (2010), segundo quem o autor

fizera residir a essência das boas maneiras à mesa na diferenciação do homem frente aos animais, mas do que face aos próprios “rústicos”. Não estale os lábios, como um cavalo, advertia ele; não engula a comida sem mastigá-la, como uma cegonha; não roa os ossos, como um cão; não lamba o prato, como um felino (...) As regras de compostura de Erasmo mostram a mesma preocupação: não mexa os cabelos, como um potro; não relinche ao rir, como um cavalo, ou mostre os dentes, como um cachorro; não balance o corpo inteiro ao falar, como uma lavandisca (THOMAS, 2010:49).

A subjetividade individualizante, desenvolvida na modernidade ocidental, assenta-se na fantasia de uma vida plenamente racional e controlada, sem os “impulsos da animalidade” (ELIAS, 1994, 2001, 2011). É assim que Thomas (2010:54) afirma que o próprio conceito de animalidade foi delineado “como um comentário implícito sobre a natureza *humana*”. Esse comentário é justamente a negação de nossa animalidade.

No século XVI, o discurso oficial de doutrinadores e teólogos afirmava a necessidade de afastamento de qualquer comportamento que nos aproximasse dos animais, comumente referidos como bestas:

Onde quer que olhemos, na Inglaterra do início do período moderno, encontramos ansiedade, latente ou explícita, quanto a qualquer forma de comportamento ameaçando transgredir os frágeis limites entre o homem e a criação animal. A higiene física era necessária, conforme afirmaria John Stuart Mill, porque a sua falta, “mais do que qualquer outra coisa, torna o homem bestial”. A nudez era bestial, pois as roupas, como o ato de cozinhar, constituíam um atributo humano exclusivo (...) até mesmo nadar era bestial, pois, além de

ser aos olhos de muitos puritanos uma forma perigosa de semissuicídio, representava um método não humano de locomoção (THOMAS, 2010:51).

A indicação de afastamento em relação “às bestas” foi traduzida, ainda, na necessidade de reorganização do espaço físico. Assim, a construção das vilas e cidades implicava no afastamento das feras e, em seguida, na introdução de espécies domésticas, subordinadas aos humanos e que apresentassem alguma utilidade. A partir do século XVI, também as espécies domésticas passaram a ser empurradas para longe do convívio civilizado, de maneira que já não seria bem visto o antigo padrão de “casa ampla” que predominou na Inglaterra até o século XVI. De acordo com Thomas (2010:132), essa era “uma combinação de casa e cocheira, em que homens e gado dormiam sob o mesmo teto, em geral separados por um muro baixo ou um corredor transversal”. Entre os séculos XVI e XVII, a moradia foi se tornando exclusivamente humana e os ingleses passaram a se vangloriar de manterem os animais segregados de sua habitação, fazendo piadas sobre irlandeses, galeses e escoceses, entre os quais muitos homens comiam e dormiam sob o mesmo teto que o gado, demonstrando total falta de civilidade.

No período moderno, portanto, a proximidade com animais já era vista de maneira geral com desconfiança e repulsa, levando ao afastamento, para baias e estábulos, de animais que até então dividiam os espaços da casa, especialmente no inverno. Enquanto isso, entre as classes altas, os animais de estimação tinham sua presença dentro das casas questionada com frequência, especialmente se fossem admitidos no quarto, à mesa e comessem melhor que os servos, pois isso denotaria degeneração moral (THOMAS, 2010:53).

À visão religiosa do ser humano como proprietário da natureza por vontade divina, seguiu-se a ideia laica, popularizada pelo Iluminismo do século XVIII, de que as sociedades humanas resultavam da associação para se defender das feras, seguida de novas etapas de domínio: a caça e a domesticação. Não é à toa, portanto, que os conquistadores europeus tenham associado a civilização dos povos indígenas e africanos ao estímulo para que caçassem animais selvagens e à introdução de animais domésticos nos territórios conquistados (THOMAS, 2010). Numa passagem do discurso religioso ao mecanicismo científico, cientistas e planejadores econômicos do século XVII, a exemplo de Bacon, atribuíam à ciência a missão de restaurar o domínio humano sobre a criação divina, colocando a natureza a serviço da humanidade e destruindo as espécies que incomodassem. Foi com esse propósito que nasceram a botânica, a história natural e a

zoologia. Assim, a Sociedade Zoológica inglesa tinha como objetivo oficial no século XIX aclimatar e desenvolver novas espécies de animais domésticos e o secretário da Sociedade Real, que congregava os principais cientistas da época, chegou a afirmar que “não é questão filosófica de pouca monta saber [...] que animais podem ser domesticados para o benefício humano e que cruzamentos com outros animais podem ser efetuados” (THOMAS, 2010:36). Essa percepção dos animais como naturalmente inferiores e submetidos ao domínio humano sobre a natureza é relevante não apenas por ser um elemento constitutivo da identidade do sujeito moderno, que se julga livre da animalidade, mas também porque guia a maneira como os animais serão tratados.

As raízes subjacentes às visões sociais são complexas, mas em qualquer análise sobre interações humanas com animais há um fator com influência preeminente: a percepção de diferenças entre pessoas e animais. Ainda que filósofos e outros acadêmicos baseiem seus argumentos no conceito de interesses, para a maioria da população a alteridade aparente dos animais não humanos impõe distância entre eles e nós. E, como a história tem demonstrado, onde quer que as diferenças entre dois grupos sejam evidenciadas, um é inevitavelmente considerado superior. A forma como as diferenças entre animais e humanos são interpretadas pela sociedade determina a natureza de suas relações com os animais (LAWRENCE, 1994:177)¹⁸.

A relação entre classificação, julgamento e comportamento será retomada com mais detalhes no capítulo 2, a partir de Boltanski & Thévenot (1999, 2006), mas, nesse momento, é cabível destacar que a constituição do indivíduo civilizado na modernidade implicou em um afastamento gradativo em relação aos animais (nos modos, no espaço físico e na constituição excludente de nossa comunidade moral). Diante dessa constatação, é cabível perguntar: o que faz com que essa moralidade de exclusão aos animais não humanos esteja agora submetida a questionamentos morais? E como o aumento dos padrões de conduta civilizada convive com as relações contemporâneas com animais de estimação, trazidos para dentro de casa, chamados de filhos e transformados em alvos de preocupação social e política? Para que essas questões sejam trabalhadas, é preciso perceber, inicialmente, a maneira como as transformações de longo prazo nas relações com animais não humanos geraram uma categoria de animais representados como radicalmente diferente de todos os outros: os animais de estimação.

¹⁸ Todas as citações desta obra são de tradução minha

1.3. A CATEGORIA “ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO”: REPRESENTAÇÕES AMBÍGUAS

Na Idade Média, de maneira geral, os gatos eram tratados apenas como instrumento para o controle de ratos e os cães eram referidos em documentos governamentais, diários, provérbios e sermões como seres bestiais e inconvenientes (THOMAS, 2010). Os textos religiosos referiam-se ao demônio como dragão ou cobra e as representações do mal em pinturas sacras e textos literários costumam apresentar a bestialidade como algo que se assemelha aos animais não-humanos. Além disso, a população europeia associava a espreita de espíritos malignos ou feiticeiras à presença de certos animais, entre os quais cães, gatos e ratos (OSÓRIO, 2011; THOMAS, 2010).

A imagem oriental dos cães como imundos devoradores de carniça foi transmitida pela Bíblia à Inglaterra medieval, e era ainda bastante forte no correr do século XVI (...) Nos provérbios populares, não havia sugestão de que o cão pudesse ser leal e afetuoso; ao contrário, temos 'ganancioso como um cão', 'intratável como um cão de açougueiro' e 'vida de cão'. As damas finas (...) detestavam piolhos 'ainda mais que cachorros e víboras', o cão era um 'ser impuro e imundo que procria em público e de modo promíscuo'. Os cães eram animais sujos, bestiais, desordeiros (...) Em 1662 o pregador Thomas Brooks os classificava entre os 'animais daninhos' e na imagem setecentista o cão continuava muitas vezes a simbolizar as mais vis facetas humanas: representava a gula, a lascívia, as funções corporais ordinárias e a desagregação (THOMAS, 2010:149).

Entretanto, Thomas afirma que a visão antropocêntrica sustentada pela teologia dos séculos XVI e XVII contrastava, em grande medida, com a experiência cotidiana nas granjas e nas casas da Inglaterra.

(...) a experiência real dos homens com os bichos, nas granjas e nas casas, entrou em conflito com as ortodoxias teológicas da época e, em última instância, estimulou os intelectuais a desenvolverem uma visão completamente diferente das relações do homem com outras espécies (THOMAS, 2010:130).

Até o século XIX, ainda era possível encontrar aves, cães e cavalos dentro das residências, bem como porcos soltos nas cidades, inclusive na Europa continental.

Os livros de civilidade dos fins da Idade Média recordavam ao pajem que, antes de seu amo ir para a cama, ele deveria tirar os cachorros e gatos do quarto; e advertiam os convidados a banquetes para não chutarem gatos e cães enquanto sentados à mesa (THOMAS, 2010:147).

Esses bichos domésticos geralmente eram adornados com sinos e fitas e outros enfeites. Também era comum que se falasse com eles, pois seus donos,

ao contrário dos intelectuais cartesianos, nunca os consideravam incapazes de entender (THOMAS, 2010:135).

Essa convivência afetuosa e de grande proximidade física (que incluía quarto e mesa) demonstra que já havia, naquele período, uma série de contradições entre as representações e as atitudes em relação aos animais, sendo as espécies de estimação as maiores representantes desses contrastes.

No século XVI, enquanto os colonizadores descobriam e estranhavam o fato de alguns grupos indígenas criarem animais na aldeia sem o objetivo aparente de consumi-los, a criação de animais na Europa era quase totalmente voltada para o consumo. Em meados do século XVI, explica Saez (2010):

(...) os europeus dependiam muito mais do que agora de uma série de animais domesticados, basicamente os mesmos que exploramos até hoje. Eles eram os responsáveis por boa parte dos bens alimentícios, do vestuário, das matérias-primas e da força mecânica para a indústria e o transporte. Mas os bichos de estimação eram relativamente raros: só havia os cães pequenos das madames mais abastadas e os pássaros engaiolados. Com o começo das expedições a outros continentes, os muito ricos passaram a colecionar papagaios, macacos e até leões ou leopardos, que eram exibidos como curiosidades, frequentemente acorrentados (SAEZ, 2010, s/d).

Outro elemento de tensão na percepção do humano como externo e superior à natureza foi o fato de que, como explica Wouters (2008:87), “quanto mais explorada e controlada era a natureza, mais valorizada era a imagem de uma natureza inexplorada”, com o interesse pelas florestas, montanhas e por esportes que exigiam um alto grau de resistência e ascetismo, como o montanhismo e o alpinismo. Na opinião de Frykman & Lofgren (2005), as escaladas cumprem um ritual básico da nova visão de mundo, pois, ao vencer sozinho uma montanha, o indivíduo estaria domesticando duas naturezas: a sua própria e a externa. Nesse retorno admirado e distanciado em relação à natureza, os animais não-humanos surgiam como, a um só tempo, bestiais e fascinantes para humanidade, que então acreditava ter “domesticado seu animal interno”.

Durante séculos, a aristocracia inglesa teve bases rurais, por ser uma agricultura altamente capitalizada o fundamento de sua riqueza (...) Seus membros tinham santuários; apego aos esportes campestres; mostravam um interesse obsessivo por cães e cavalos; eram, muitas vezes, bons conhecedores de história natural e idearam conscientemente uma paisagem rural que tanto fornecia lucro como recreação (...) Essa afeição pelo campo, real ou imaginária, não se confinava às classes altas, sendo comum a muitos indivíduos da primeira nação industrial (...) À medida que as fábricas se multiplicavam, a nostalgia do morador da cidade refletia-se em seu pequeno jardim, nos animais de estimação, nas férias passadas na Escócia ou no Distrito dos Lagos, no gosto pelas flores silvestres e a observação dos pássaros, e no sonho com um chalé de fim de semana no campo (THOMAS, 2010:14-17).

Assim, o percurso histórico estudado por Thomas resultou, especialmente no meio urbano, em um efeito de romantização da natureza, acompanhado pelo surgimento de questionamentos ao uso indiscriminado dos animais e dos recursos naturais. Essa sensibilidade protoambientalista, no entanto, só surgiu quando a humanidade já havia construído a ideia de natureza como algo externo, submetido ao arbítrio humano.

A natureza, a paisagem recreativa, recebeu qualidades que a tornaram a antítese de tudo que era definido como antinatural na vida da classe média. A natureza passou a significar o mundo autêntico e não afetado, em contraste com o mundo artificial e o ambiente comercializado, feitos pelo homem (FRYKMAN & LÖFGREN, 2005:57).

Diante da melancolia das relações com a natureza que se desenvolveu nas grandes cidades europeias, ao longo dos séculos em que os animais foram afastados da convivência humana civilizada, algumas espécies, cuja companhia parecia interessante, foram mantidas em proximidade e passaram a ocupar um lugar exclusivo de animais de estimação. O costume de criar animais de estimação, inicialmente restrito às elites aristocráticas e clerical, disseminou-se nas classes médias a partir do século XVI. Entre os fatores que impulsionaram essa prática, vários autores apontam o aumento da população urbana, que não dependia dos animais como força de trabalho e passava a percebê-los de outras formas que não apenas o olhar utilitário (CARVALHO & WAIZBORT, 2012).

Esses animais, entre os quais se destacaram o cão, o cavalo e o gato, tornaram-se uma espécie de refúgio, uma fonte de conforto que extrapolava sua função prática de guarda, alerta ou controle de pragas. Segundo Thomas (2010), a categoria animal de estimação implica certas características como ter acesso à casa, receber nomes e não ser utilizado como alimentos¹⁹. Na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII, fizeram parte dessa categoria pássaros de pequeno e grande porte (como falcões), macacos, cães, porcos, gatos, cavalos, coelhos, esquilos, lontras, tartarugas, cordeiros e, embora menos comuns, são encontrados relatos de camundongos, morcegos e sapos.

¹⁹ É válido ressaltar que essas características são apenas um guia, e não uma essência da relação com animais de estimação. Nas pequenas propriedades rurais, por exemplo, é comum que os animais de criação sejam nomeados (especialmente as vacas) e que alguns adentrem as casas (especialmente as aves), mas sua função primordial continua sendo a fonte de renda e alimento, por isso seu destino final é o consumo. Assim, embora nomeação e acesso à casa sejam relevantes, cabe destacar como principais características dos animais de estimação a sua interdição como alimento e o estabelecimento de laços afetivos.

A despeito do paulatino afastamento em relação aos animais, separados da residência, removidos para áreas específicas nas quais a criação se racionalizava e continha mais manejo e menos contato pessoal, algumas espécies permaneceram bem próximas à sociedade humana e possivelmente tornaram-se ainda mais íntimas. Trata-se do cavalo, do cão e do gato.

Aos poucos, os cães e gatos tornaram-se os preferidos nos países ocidentais, mas as representações sobre essas espécies eram bastante ambíguas. No caso dos cães, por exemplo, essas ambiguidades iam desde a imagem bíblica de seres bestiais devoradores de carniça, que perdurou forte até o século XVI, até a beatificação informal do cão Guinefort, cuja lápide se tornou ponto de visitação em busca de milagres, na Lyon do século XIII. Na convivência, ainda, era possível encontrar, simultaneamente, cães que seriam cozinhados após a morte para fazer banha e cães tratados com regalias pela família real, com destaque para a dinastia Stuart (THOMAS, 2010).

É importante ressaltar que, já no século XVI, os cachorros não eram tratados apenas a partir de uma consideração genérica a respeito da espécie, pois comumente eram classificados de forma contrastante a depender da raça ou, como argumenta Thomas, da conexão entre a raça do cão e a classe social em que estava inserida. Nesse sentido, a gravura que ilustra a edição brasileira de *O Processo Civilizador* oferece um exemplo interessante. Pintada em 1748, por Thomas Gainsborough, a imagem do casal Robert Andrews apresenta o homem bem vestido, portando uma carabina utilizada para a caça, acompanhado, de um lado, pela esposa e, de outro, por um cão de coleira que os observa com as orelhas baixas, em gesto de submissão.

Em 1558, a lei inglesa reconheceu o cão como objeto de propriedade, mesmo que não tivesse função produtiva, e arrolou quatro tipos de cães: mastins, sabujos, spaniels e cães acrobatas. Em contraposição a mastins (cães pastores) e mestiços, os cães de caça (sabujos) eram tidos como nobres, sagazes, generosos, inteligentes, fieis e obedientes. Não   toa, apenas aristocratas tinham permissão para criar cães de caça e o prefeito de Liverpool chegou a ordenar, em 1567, que os cães de guarda e os mastins fossem mantidos amarrados para evitar que ferissem cães de fidalgos (THOMAS, 2010:150).

Como observou um autor da primeira metade do século XVIII, as pessoas tendiam a ter cães adequados à sua posição social. O fidalgo rural possuía cães de caça e o esportista aristocrático tinha galgos e setters. Mas o latoeiro ambulante seria seguido por um mestiço, e os “cães uivantes” eram propriedade de “vadios dos becos” (THOMAS, 2010:150).

Os gatos demoraram mais que os cães a subir de status. Na Idade Média, eles eram criados para combater ratos e camundongos, aparecendo apenas ocasionalmente em poemas como objetos de afeição. No início do período dos Stuart (1603 – 1714), porém, já eram numerosos os amigos dos gatos e havia algumas obras em sua homenagem. Segundo Daniel Defoe, eram poucas as famílias que não possuíam um ou mais gatos durante o reinado de Carlos II. Entretanto, esses animais muitas vezes eram apenas objeto para outros esportes. Eles poderiam ser queimados vivos como diversão ou durante as procissões de “queima do papa”, como forma de aumentar o efeito dramático. Podiam, ainda, ser suspensos em cestas para servirem de alvo nas brincadeiras de tiro de feiras campestres (OSÓRIO, 2010; THOMAS, 2010).

O uso instrumental dos gatos aos poucos foi sendo sobrepujado pelo seu posicionamento como animal doméstico a ser mimado e afagado. Na opinião de Thomas, é possível que a elevação do status do gato tenha acompanhado a elevação dos padrões de asseio da população inglesa, que passa a admirar a limpeza e elegância do animal, como atesta um relato de 1809. Também no século XIX, os cruzamentos de raças felinas passam a ser realizados de forma sistemática, tendo a primeira exposição de gatos ocorrido em 1871. Assim como ocorreu com os cães, os ingleses se orgulhavam de afirmar que tinham entre eles as melhores raças da espécie.

Sendo ou não responsável pela admiração aos felinos, o fato é que os padrões de asseio cresceram notadamente ao longo dos séculos analisados por Thomas e Elias. Por outro lado, com o avanço dos patamares de civilidade e dos padrões de asseio, a convivência com os animais de estimação foi diretamente atingida, surgindo para a aristocracia inglesa condenações morais, teológicas e médicas sobre o convívio íntimo com cães e gatos.

Do final do século XVII em diante, já não seria aceitável para a “sociedade educada” apresentar suas casas “com bosta de cachorro e ossos de tutano enfeitando o salão de entrada”, tampouco manter cães no adro frontal das grandes mansões ou nos quartos (THOMAS, 2010: 147). Dessa forma, assim como aconteceu com os animais de criação, que chegaram a dividir os espaços da casa e foram paulatinamente distanciados, os animais de estimação também foram afastados.

Mantidos em várias casas com a função prática de caçar, os gatos eram tratados muitas vezes sem regalias, deixavam de ser alimentados e o contato físico com eles evitado para prevenir doenças. Os perigos apontados nos livros de medicina da Idade Média continuavam presentes nas representações da Modernidade (e, diga-se de

passagem, nas representações atuais também): o contato com felinos seria perigoso para a respiração e poderia desencadear alergias (THOMAS, 2010; OSÓRIO, 2011).

Thomas afirma que os cães eram, sem dúvida, os preferidos de todos os animais e que eles estavam em toda parte na Inglaterra do início dos tempos modernos. Nas biografias, diários e gravuras, há cães por todos os lados, muitos brigando entre si ou perseguindo as pessoas no meio da rua. “A municipalidade fazia o possível para que essas criaturas ficassem trancadas ou amordaçadas durante o dia, mas elas continuavam a ser um risco grave e notório” (THOMAS, 2010:142-143).

Queixas sobre o número excessivo de cães são encontradas por Thomas (2010:148) a partir da década de 1530 e, nos tempos de peste, os cães eram eliminados como medida sanitária, mesmo sob protestos. Em 1796, um imposto sobre cães chegou a ser criado na Inglaterra para tentar conter o crescimento da população canina²⁰.

Esses fatos contrastantes nos ajudam a desnaturalizar a ideia de que cães e gatos são companhias agradáveis e adequadas à convivência íntima na família. As representações de cães e gatos como seres bestiais, perigosos, agressivos, ligados à feitiçaria e transmissores de doenças demonstram o quanto a posição ambígua dos animais de estimação na sociedade ocidental é fruto de um processo permeado por transformações e permanências (BENJAMIN, 2008; MACHADO & PAIXÃO, 2014; OSÓRIO, 2011). Se, por um lado, as experiências com os animais domésticos “forneciam apoio à visão de que os mascotes podiam ser racionais, sensíveis e compreensivos” (THOMAS, 2010:172), por outro lado, as representações de cães e gatos como sinônimos de perigo e sujeira nunca deixaram de permear a convivência com eles. Pelo menos nas últimas décadas do século XX, cães e gatos foram submetidos a uma nova tendência de afastamento do convívio humano, quando as epidemias zoonóticas de raiva e leishmaniose reforçaram os estigmas sobre perigo e doença.

1.4. AFASTAMENTO DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO: ZOONOSES, HIGIENISMO E PÂNICO CULTURAL

Ao longo do século XX, os padrões de higiene, privacidade e organização para uma casa tornaram-se mais exigentes, incluindo o afastamento dos animais de estimação, que passaram a ter sua movimentação limitada por correntes, canis, portões e gaiolas (estas

²⁰ O último surto da peste aconteceu em Londres, entre os anos de 1665 e 1666 e, dessa vez, os gatos foram culpados, havendo estimativas de que o governo tenha providenciado a morte de 200 000 animais.

últimas especialmente no caso das aves e roedores). De maneira geral, nas classes média e alta, cães e gatos só retornam para os espaços internos da casa no século XXI.

A criação de cães e gatos no quintal é perceptível inclusive nos produtos culturais de meados da década de XX em diante. O cão Snoopy na década de 1950 aparecia dentro de casa, mas tinha reservado como seu lugar uma “casinha” do lado de fora, que acabou se tornando seu lugar definitivo; Pluto, o cão do Mickey, também vivia do lado de fora e tinha uma casinha com o seu nome – o que, nas minhas lentes de criança, parecia um privilégio. Tom, o gato que criava confusão perseguindo o rato Jerry, era frequentemente posto para fora quando derrubava alguma coisa e lá encontrava o cão Spike, que vivia no jardim, quase sempre com metade do corpo para dentro da casinha. Já no Brasil, a Turma da Mônica tem exemplos semelhantes com Bidu (o cão de Franjinha) e Floquinho (o cão do Cebolinha), que viviam no quintal e andavam livremente na rua²¹. Em uma história do Pelezinho, de 1981, o cão Rex aparece com pintas no corpo e a mãe exclama “eu falei pra não deixar ele entrar aqui em casa! Eu sabia que isso ia acontecer um dia”. Quando Pelezinho entra no quarto para olhar o cão, a mãe tenta impedi-lo para que não se contamine e depois corre para buscar um médico gritando “a vizinha aí do lado vai ter nenê! O nosso outro vizinho tem um filhinho recém-nascido! Por isso não saia daí! Vou chamar o médico!”²².

O medo de doenças e o aumento nos parâmetros de limpeza parecem estar na base do processo de afastamento dos animais de estimação e no desenvolvimento do nojo em relação aos seus corpos. A afinidade entre esses fenômenos é facilmente compreensível, pois o nojo, que aparece para justificar um afastamento, acaba sendo impulsionado por ele²³. Mas as variações no medo de contágio não podem ser compreendidas sem que se entenda a especificidade das zoonoses e de suas políticas de prevenção. A atitude oficial em relação às zoonoses tem impacto considerável na atitude cotidiana em relação aos animais.

²¹ O único cão da Turma da Mônica que vive dentro de casa é Monicão, criado em 1994, que posteriormente ganhou uma personalidade agitada e destrutiva, passando a refletir justamente os problemas da convivência indoor, que serão abordados no capítulo 6.

²² História publicada originalmente na Revista Pelezinho nº 45 (1981, Editora Abril) e republicada na coleção “As melhores histórias do Pelezinho” nº7 (2013, Editora Panini)

²³ Quando há contato frequente com alguma coisa, é mais difícil ter nojo dela, por isso os animais considerados “pragas urbanas”, ratos e baratas, são objeto de nojo e medo principalmente entre os sujeitos que vivem em ambientes nos quais a presença de um deles é acontecimento excepcional. Dessa maneira, pessoas que criam animais na área externa da casa têm mais chance de desenvolver maiores patamares de nojo em relação a eles.

No final do século XIV, a pandemia de peste bubônica, transmitida por picadas de pulgas, levou a várias tentativas de exterminar ratos, cães e judeus – todos associados à propagação da doença (REZENDE, 2009, THOMAS, 2010). De acordo com Babboni & Modolo (2011), a raiva existe há pelo menos 4 mil anos e foi documentada pelos egípcios, gregos, chineses e indianos na Antiguidade, mas foi na Idade Média que começaram a surgir os surtos epidêmicos:

O primeiro grande surto de raiva descrito foi na França, em 1271, quando uma vila foi atacada por lobos raivosos e as 30 pessoas que morreram tinham mordeduras infectadas. Existem referências de surtos de raiva na Espanha em 1500, na cidade de Paris em 1614 e assim quase toda a Europa central. Com o surgimento do surto da raiva canina na cidade de Londres de 1752-1762, foi ordenado o sacrifício de todos os cães errantes, que incluía uma taxa de recompensa por animal morto, levando então a um massacre desses animais. Essa prática foi utilizada em locais como Madrid, onde mataram 900 cães em um único dia; na Inglaterra, em 1779, não era permitido que os pobres tivessem cães (BABBONI & MODOLO 2011: 351).

Com o processo de urbanização, que concentrou grandes contingentes de população, vários problemas de saúde começaram a surgir pela falta de destinação dos detritos humanos e animais. Foi a partir do século XVII que o ambiente urbano tornou-se objeto de preocupação da medicina, com as descobertas sobre agentes microbianos causadores de doenças e a necessidade de um planejamento urbano que favorecesse a saúde pública, como explica Velloso:

Estas descobertas contribuíram para uma outra visão de cidade, propiciando novas concepções de sujeira corporal e urbana. As cidades começam a ser planejadas, inspiradas na circulação do sangue e nos movimentos da respiração. Elas deviam ser amplas para que o ar circulasse livremente, sendo divididas em ruas principais e secundárias, da mesma forma que as veias e artérias do corpo humano, que transportam hemácias e outros elementos do sangue para os órgãos. Os resíduos, como fezes e urina, deveriam sair das casas através de um cano parcial, que nas ruas se acoplariam a um cano comum ou principal (VELLOSO, 2008: 8).

Um bom exemplo da articulação entre higiene e saúde é o caso de Lisboa, que para ser inserida entre as cidades civilizadas da Europa, iniciou um plano que consistia em incentivar hábitos de higiene como o banho e em encarregar homens pela limpeza urbana em cada área da cidade.

Era responsabilidade desses homens: eliminação de cães vadios; fazer cumprir a proibição de ensinar as bestas novas e de matar porcos nas vias públicas; a varrição das ruas, três vezes por semana e, por fim, a recolha diária dos detritos (VELLOSO, 2008: 8-9).

Assim como no caso de Lisboa, o posto de “*Dogcatcher*” (caçador de cães) nos Estados Unidos e na Europa foi inicialmente ocupado por populações marginalizadas, como ciganos e agricultores designados de maneira informal para abater os cães encontrados na rua, normalmente a pauladas ou tiros. No início do século XIX, a raiva canina chegou às Américas e, tanto nesse continente quanto na Europa, surgiram as operações governamentais do chamado Animal Control e o cargo oficial de *Dogcatcher* que, curiosamente, foi preenchido em alguns locais através de eleições periódicas até pelo menos 1967 (BABBONI & MODOLO, 2011; BUMP, 2014).

Entre os problemas associados à superpopulação de animais de estimação, especialmente os cães, a raiva foi a principal motivação para o estabelecimento de uma política oficial de extermínio de animais em situação de rua, nos mais diversos países. No final do século XIX, Louis Pasteur desenvolveu as primeiras drogas para vacinação e para tratamento pós-exposição.

Em 1885, Pasteur pela primeira vez tratou com êxito um menino (Joseph Meister) agredido por um cão raivoso (...) A comunicação do cientista à Academia de Ciências, já depois de ter certeza dos resultados sobre o tratamento de Joseph Meister, data de 26 de outubro de 1885, com a seguinte citação: “Joseph Meister escapou, logo, não somente à raiva que as mordeduras teriam-lhe desenvolvido, senão aquela que lhe **inoculei para controle da imunidade devido ao tratamento, raiva mais violenta que aquela que produzem os cães errantes**” (BABBONI & MODOLO, 2011: 352).

Na própria fala de Pasteur, é possível perceber que a raiva foi associada aos cães, mas especificamente aos cães errantes. Nas reuniões da Organização Mundial da Saúde, o problema era anunciado e afirmava-se com veemência que a eliminação de animais de rua era um método inquestionavelmente eficaz para controlar e erradicar a raiva:

A eficácia da vacinação profilática de cães com vacina potente, combinada a outros procedimentos de controle da raiva (registro de cães) e eliminação de animais errantes foi comprovado inquestionavelmente no controle e erradicação da raiva. A qualidade variável da vacina de raiva para cães e a necessidade de vacinação anual, no entanto, constituem empecilhos à aceitação do valor e exequibilidade à vacinação canina (WHO/OMS, 1949).

Em 1973, o 6º Informe Técnico da Organização Mundial de Saúde (OMS), a partir de reunião do Comitê de Especialistas em Raiva, recomendou a adoção de medidas de combate à raiva a partir da eliminação desses animais em situação de rua. Essa linha foi defendida com veemência até o final da década de 1980.

Os cães errantes continuam sendo uma ameaça na transmissão da raiva e, por isso, um programa conduzido de forma eficiente para a eliminação desses animais é necessário. Tal programa requer uma operação do canil local ou abrigo de animais no qual os cães devem ser mantidos temporariamente e, se não forem reclamados ao fim de um curto período, destruídos. Em caso de surto em áreas previamente livres de raiva, a eliminação dos cães errantes deve começar prontamente e continuar com o máximo de eficácia. A prática de disponibilizar animais errantes e apreendidos para adoção deve ser suspensa durante os surtos de raiva em uma comunidade (WHO, 1973: 35).

A institucionalização dos programas de eliminação de cães em situação de rua ocorreu em vários países, inclusive no Brasil, como será abordado nos capítulos seguintes. De fato, o descontrole populacional de cães e gatos soltos nas ruas está relacionado ao aumento da transmissão de zoonoses, mas a associação direta entre os animais e as doenças é uma representação frequentemente questionada por médicos veterinários, biólogos e protetores de animais. Os questionamentos feitos por esses grupos é que a maior parte das zoonoses não é transmitida no contato com o corpo do animal, e sim com alimentos contaminados, com as fezes e urina e, ainda, através de vetores que atuam como intermediários, como mosquitos e moscas. Diante disso, é digno de nota que as políticas de prevenção tenham sido calcadas na captura e eliminação de cães e gatos ao longo de décadas, tanto quanto é sintomático que essas medidas tenham se tornado alvo de questionamentos acadêmicos e protestos políticos nos últimos anos.

O desenvolvimento de uma vacina contra a raiva foi alvo de esforços da OMS nas primeiras décadas do século XX. Em 1949, uma vacina já tinha sido desenvolvida e estudos continuavam sendo feitos para desenvolver drogas mais eficazes, mas havia dificuldades de aceitação pelas autoridades, devido à necessidade de vacinar os animais anualmente – o que parecia pouco prático (WHO, 1949)²⁴. Foi o argumento técnico do resultado alcançado pelas vacinas que firmou esse procedimento em todo o mundo. A mesma comprovação de eficácia/ineficácia foi necessária para que se começasse a cogitar a mudança da política de extermínio pela esterilização dos cães e gatos, já no final da década de 1980.

A eliminação de cães e gatos é uma medida tensa, que demonstra, com bastante clareza, a posição ambígua dos animais de estimação na sociedade contemporânea, representados como seres próximos dos humanos, por um lado, e como fonte de risco

²⁴ Os países escolhidos para a realização de testes da vacina e do soro anti-rábico para humanos foram Israel e Egito, onde a incidência de raiva era grande e as autoridades veterinárias haviam demonstrado interesse em colaborar

para os humanos, por outro lado. São, a um só tempo, fontes de afeto e fontes de doenças e, por isso, parece haver uma proporção inversa entre afeto e nojo/medo.

Embora uma mudança na política de controle da raiva não tenha ocorrido até que a medida se mostrasse tecnicamente eficaz, é perceptível que a atuação da carrocinha no século XX já era feita de forma a preservar a sensibilidade dos cidadãos. Diferente da eliminação com tiro e pauladas, o procedimento nesse período foi submetido a regras de bem-estar – ao menos oficialmente. Havia procedimentos “humanitários” para a captura, para a eliminação (que passou de “destruição” a “eutanásia”) e tudo deveria ser feito longe das vistas. A população já não extraía prazer de participar ou assistir ao sofrimento desses animais, como tivera até o século XVII e o “sofrimento necessário” foi para “os fundos da vida social”. Esse processo de afastamento da ideia de morte foi identificado por Elias também em relação aos “animais comestíveis”, cujo trincho passou da mesa para a cozinha, e deixou de ser feito pela figura de autoridade para ser feito pelos subalternos, visto que lidar com a morte tornou-se degradante (ELIAS, 1994; 2001). Foi no final da década de 1980 que a OMS começou a questionar a eficácia do extermínio dos cães errantes:

No Sri Lanka, em que amplas operações de eliminação de cães foram realizadas sistematicamente desde 1977, ficou demonstrado que, a despeito dos resultados aparentemente altos (entre 35 e 50 mil cães eliminados por ano), essas atividades não estão alcançando mais que 5% da população total de cães. Adicionalmente, exames sorológicos feitos nos cães eliminados demonstrou a existência de anticorpos da raiva em 4% da amostra. Uma análise retrospectiva dos resultados das campanhas permanentes e eliminação de cães realizadas em Guayaquil [no Equador] entre 1980 e 1985 demonstram que mesmo uma eliminação atingindo o nível de 25-12% da população total estimada de cães não afeta de maneira durável o tamanho da população alvo e não reduz de maneira durável a incidência da raiva canina (WHO/OMS, 1988).

Em parecer emitido em 1992, o Comitê de Especialistas da OMS em Raiva asseverou que a captura e morte de animais errantes não era eficaz no combate à zoonose, pois a alta taxa de reprodução das espécies canina e felina tornava sua eliminação dispendiosa e ineficaz, além de gerar reações negativas em algumas comunidades que não aceitavam a medida (OMS, 1999)²⁵. A partir de tal constatação, a organização passou a

²⁵ Em uma estimativa parcimoniosa, considerando que cada cadela amadureça sexualmente aos 10 meses de idade e gere 4 filhotes por ano, sendo metade fêmeas, a OMS calcula que sua descendência possa triplicar a cada ano. Essa estimativa é conservadora se considerarmos que cada cadela pode dar duas crias por ano, com média de 7 filhotes. Nos cálculos da ONG Arca Brasil (2000), uma única cadela e seus descendentes podem gerar 64.000 novos animais em seis anos e uma gata e seus descendentes, que podem ter até quatro ciclos estrais (cios) por ano, podem chegar a 174.760 descendentes em sete anos.

recomendar políticas públicas de esterilização e identificação dos animais, acompanhadas de ações educativas junto à população²⁶.

A mudança no papel dos Agentes de Controle Animal mudou radicalmente a imagem desses profissionais, que passaram a assumir um papel parecido com o da polícia e se tornaram quase astros em programas de televisão dedicados a ações de resgate de animais em situação de maus tratos, como Distrito Animal, Pitt Boss, Pitt Bulls e Condenados, Acumuladores de Animais, Animais em Risco, Bom dia Kalimantan e Resgates Milagrosos (todos no Animal Planet)²⁷.

1.5. IMPULSOS CIVILIZADORES NAS RELAÇÕES COM OS ANIMAIS NÃO-HUMANOS: INDÍCIOS DE UMA TENDÊNCIA

O retorno dos animais para uma convivência íntima parece, a princípio, contradizer o argumento de que estamos imersos em uma civilização dos costumes, visto que, como foi visto até agora, essa civilização significou o afastamento gradativo dos animais não-humanos, começando pelos animais “selvagens” e passando pelos animais domésticos, até chegar aos animais de estimação, afastados ao longo do século XX a partir do aumento da preocupação com zoonoses e com o controle de sujeira e odores no interior da casa.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a criação de uma autoimagem do cidadão civilizado impôs um afastamento em relação à animalidade (nossa e dos outros animais), esse ideal significou também a introdução de certos refinamentos no trato com os animais não humanos, com vistas a controlar a expressão de emoções agressivas e proteger a

²⁶ A técnica comumente utilizada no Brasil é a gonadectomia, popularmente conhecida como castração, que consiste em um procedimento cirúrgico simples, com uso de sedativo e anestésico, no qual são retiradas as gônadas – os testículos, no caso dos machos, e os ovários, no caso das fêmeas. Todos os veterinários que acompanhei retiram também o útero, mas há profissionais que preferem deixá-lo. No caso dos machos, existe também a opção da castração química, alvo de polêmica entre veterinários e comumente rejeitada pelos protetores como prática potencialmente dolorosa e perigosa. Técnicas ainda menos utilizadas são a vasectomia e a laqueadura, que tornam os animais estéreis, mas ainda sexualmente ativos. Essas técnicas não costumam ser utilizadas por não evitarem o desenvolvimento de doenças relacionadas aos órgãos reprodutivos e os comportamentos relacionados à reprodução, como fugas para a rua, brigas com outros animais, marcação urinária, gravidez psicológica e atos de simulação de cruzamento com objetos.

²⁷ Ao contrário do que ocorria na Turma da Mônica das décadas de 70 a 90, atualmente, Bidu só foge de banho ou de problemas com outros animais. Em uma história especial, publicada em 2014, o personagem é retratado como um cão errante, capturado e levado em uma caminhonete, mas, em vez de um homem de feições maléficas e cambão, a captura é feita por duas mulheres simpáticas que o carregam no colo e o transportam por uma caminhonete colorida, identificada como pertencente ao “Canil cão feliz” (DAMASCENO & GARROCHO:2014). O canil, provavelmente uma tentativa de retratar os canis municipais onde já não ocorre a eutanásia de animais saudáveis, é retratado como paradisíaco, com grama, flores, comida farta, veterinário e pessoas para brincar com os cães. Essa está longe de ser a realidade dos CCZ/CVAs, mas a fantasia é indicativa da mudança não só do padrão de controle populacional, como das expectativas sociais relacionadas.

sensibilidade civilizada. Entre os aspectos mais evidentes dessa tendência estão o controle da violência, o gradual desaparecimento do prazer que se extraía de assistir ao sofrimento de animais e o desenvolvimento de uma sensibilidade de evitação em relação ao sofrimento e à morte de animais não humanos²⁸.

Vários refinamentos civilizatórios podem ser percebidos no trato com os animais utilizados na alimentação. Já no século XVIII, a carne servida à mesa passou a ser trinchada na cozinha, lembrando cada vez menos a morte do animal do qual se originou, até chegar aos padrões atuais em que a carne industrializada recebe, inclusive, nomes que não trazem conexões com os animais correspondentes (DIAS, 2009; LÉVI-STRAUSS, 2009).

A partir de um padrão de sentimentos segundo o qual a vista de um animal morto à mesa eram coisas realmente agradáveis ou pelo menos não desagradáveis, o desenvolvimento levou a outro padrão pelo qual a lembrança de que o prato de carne tem algo a ver com o sacrifício do animal é evitada a todo custo. Em muitos de nossos pratos de carne, a forma do animal é tão disfarçada e alterada pela arte de sua preparação e trincho que quando a comemos quase não nos lembramos de sua origem (ELIAS, 1994:127-128).

Essa tendência é perceptível atualmente não apenas no alimento servido à mesa, mas nas representações feitas em produtos culturais, como se percebe no fato de que nem mesmo os comerciais de carne exibem as “peças” inteiras e utilizam um visual claro, com bastante branco e absolutamente nenhum sangue. Observando as publicações da Turma da Mônica, história em quadrinhos brasileira de maior sucesso desde a década de 1970, também é possível perceber essa característica da sensibilidade relativa ao consumo de carne. Nas publicações das décadas de 1970 e 1980, era recorrente que, nos banquetes da personagem comilona, Magali, aparecesse um porco assado inteiro, com uma maçã na boca e olhos mortos. Nas publicações atuais, apenas os peixes aparecem servidos com cabeça. Nas histórias mais antigas, tanto Magali quanto o personagem da roça, Chico Bento, olhavam animais vivos e salivavam imaginando-os assados. Enquanto isso, nas publicações atuais, esse tipo de associação só é feita com peixes, Chico Bento deixou de caçar e tornou-se recorrente que o personagem pré-histórico (Piteco) e o personagem indígena (Papa Capim) apresentem “crises de consciência”, desistam de uma caça e terminem uma história comendo vegetais. Essas transformações no comportamento dos

²⁸ É válido remeter a Foucault (2009) para lembrar que os sentimentos negativos diante do sofrimento de outros humanos também são resultado de um processo histórico, pois, até o século XVIII, os suplícios de condenados eram um espetáculo apreciado, que reunia uma multidão de espectadores.

personagens nada mais são que o reflexo de uma mudança de sensibilidade na qual estão imersos os roteiristas das histórias – todos domiciliados na cidade de São Paulo²⁹.

As festas populares, espetáculos de entretenimento e rituais religiosos que utilizam animais não humanos também têm sido regradados ou proibidos, até chegarmos ao ponto de haver no Brasil debates acirrados (inclusive entre os veganos) sobre a proposta de proibição do sacrifício de animais em rituais religiosos, como proposto com o PL 21/2015 (RS), que gerou polêmica nacional e foi posteriormente arquivado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Antes disso, foi proibido o uso de animais em circos em vários estados do Brasil, as rinhas de galos e cães foram criminalizadas e, em alguns estados, tem sido debatida a proibição ou estabelecido o regramento das vaquejadas e farras do boi.

O enrijecimento das normas jurídicas que regulam as práticas com animais não humanos não garante que os princípios que lhe impulsionam sejam incorporados pelas parcelas da população que partilham de outras regras morais para essas relações. Ainda assim, o constrangimento imposto pelas leis pode impulsionar uma desnaturalização das práticas antes permitidas. As normas jurídicas possuem poder de coerção, exercido por parte de agentes externos e também pelo próprio indivíduo (seja para evitar sanções, seja por tê-las incorporado), por isso são importantes impulsionadores da mudança cultural. Isso acontece porque muitas vezes novas leis refletem não uma sensibilidade generalizada, e sim de parcelas específicas da população, com maior capacidade de articulação política e pressão³⁰.

Pode-se ver que as maneiras, nestes casos, continuam em processo de formação. O novo padrão não surge da noite para o dia. Algumas formas de comportamento são proibidas não porque sejam anti-higiênicas, mas porque são feias à vista e geram associações desagradáveis. A vergonha de dar esse espetáculo, antes ausente, e o medo de provocar tais associações, difundem-se gradualmente dos círculos que estabelecem o padrão para outros mais amplos, através de numerosas autoridades e instituições (ELIAS, 1994:184).

²⁹ As observações feitas a respeito da Turma da Mônica não resultam de dados coletados durante a pesquisa, mas do fato de que acompanho as publicações desde a década de 1990 até o momento atual. Com o lançamento da Coleção Histórica, lançada em 2008, passei a ler também histórias publicadas nas décadas de 1970 e 1980.

³⁰ É preciso considerar que o direito é um campo relativamente autônomo, de forma que nem todas as leis criadas ou modificadas refletem necessariamente uma sensibilidade hegemônica ou em evidência. Ainda assim, como será abordado adiante, o mapeamento dos projetos de lei relacionados à proteção de animais não humanos nos últimos anos parece suficientemente expressivo para indicar uma tendência.

A partir do momento em que são positivadas, as leis se tornam instrumento de legitimação para sujeitos que assumem o papel de empreendedores morais (BECKER, 2008).

Apenas alguns cruzados morais (...) alcançam sucesso em sua missão e criam, ao gerar uma nova regra, um novo grupo de outsiders. Entre os bem-sucedidos, alguns descobrem que têm um gosto por cruzadas e procuram novos problemas para atacar. Outros cruzados fracassam em sua tentativa e sustentam a organização que criaram, abandonando sua missão característica e concentrando-se no problema da própria manutenção organizacional, ou se tornam eles mesmos outsiders, continuando a pregar uma doutrina que soa cada vez mais esquisita com o passar do tempo (BECKER, 2008:160).

É interessante perceber que, escrevendo em 1963, Becker cita o movimento antiviviseção como um exemplo de cruzada moral que fracassou completamente, mas agora, 50 anos depois, é possível falar em uma nova cruzada antiviviseccionista, que já coleciona algumas vitórias e parece estar em franca expansão. As recentes mudanças legislativas, que serão analisadas no capítulo 4, expressam uma ampliação da sensibilidade de condenação ao sofrimento de animais não-humanos. Essa tendência difere da preocupação que caracteriza a legislação ambiental brasileira, voltada basicamente para a preservação de espécies ameaçadas, consideradas um bem público (DIAS, 2005). É preciso lembrar, porém, que a polícia e os tribunais, responsáveis pela imposição das normas jurídicas, são apenas uma das diversas fontes de autoridade moral existentes, pois, na vida cotidiana, as normas podem ser cobradas a partir de várias fontes de autoridade moral, como família, religião, profissão, tradição e polícia. Sobre essa relação entre normas e moralidade, vale remeter à concepção de Simmel, de que as leis (um dos tipos de normas vigentes) são o polo extrínseco da relação do indivíduo com seu grupo social, enquanto a moralidade é vista como o polo intrínseco dessa mesma relação. Entre esses dois polos há um continuum estabelecido pelo costume, visto que ambas (leis e moralidade) desenvolvem-se a partir de cristalizações do costume (POWELL, 2010).

O enrijecimento da normatividade sobre as relações humanas com animais de estimação tem ocorrido principalmente pela imposição de constrangimento social, feita por indivíduos e grupos que assumem a postura de empreendedores morais. Consequentemente, muitos são os choques de sensibilidade resultantes da ação desses

sujeitos, que tentam impulsionar para parcelas mais amplas da sociedade uma mudança localizada e incipiente no status moral das espécies sencientes diante dos humanos³¹.

Embora o impulso civilizador de condenação à violência seja uma tendência geral, ele não se apresenta de forma homogênea em todos os grupos sociais. No caso da mudança de sensibilidade nas relações com cães e gatos, é perceptível um corte espacial e de classe. É principalmente nos grupos de classe média dos grandes centros urbanos e em sua capacidade de articulação política que o controle das relações com animais de estimação começa a ser cobrado de outros grupos sociais – sendo em grande medida percebido como imposição arbitrária e/ou descabida. O embate moral que frequentemente se desenrola, portanto, é expressão de conjuntos distintos não apenas de normas, como também de valores e emoções que se estabelecem paralelamente e norteiam as relações sociais, seja com humanos, seja com animais não humanos.

Nesse sentido, é possível identificar, na configuração social estudada, o surgimento da *sensibilidade de empatia interespecie*, que pode ser descrita como a percepção de que alguns animais não humanos são conscientes (capazes de perceber a si mesmos, dotados de intencionalidade e de capacidade cognitiva) e sensíveis (dotados de emoções como dor, angústia, medo e alegria), sendo essa percepção acompanhada da comoção diante da dor e do sofrimento desses animais e a sensação de dever moral em relação a eles. Essa sensibilidade, que parece estar em franca expansão nas camadas médias dos grandes centros urbanos brasileiros, implica em uma transformação nas emoções suscitadas pelo contato com os animais. Nesta pesquisa, meu foco são as relações com cães e gatos, mas uma mudança de sensibilidade pode ser percebida nas relações com outras espécies, como demonstra o crescimento do veganismo, que será abordado no capítulo 4.

³¹ A moralidade vegana e a moralidade de proteção se aproximam na medida em que expressam um ordenamento de seres em que membros de determinadas espécies não humanas são reconhecidos como dignos de consideração moral. Consequentemente, esses animais são tomados como indivíduos dotados de valor inerente, em reflexões, decisões, justificações e racionalizações. A moralidade ambientalista, distintamente, assume um ordenamento de seres em que indivíduos não são relevantes, havendo uma preocupação moral em relação a conjuntos: espécies, biomas ou ecossistemas. Dado que o equilíbrio ecológico e a preservação das espécies é o valor maior nessa moralidade, torna-se moralmente justificável propor a morte de alguns ou mesmo de muitos indivíduos de uma espécie comum que esteja interferindo na sobrevivência e/ou reprodução de uma espécie rara, especialmente se estiver ameaçada de extinção. Essa diferença é relevante para que se perceba que o surgimento do que se convencionou chamar de consciência ecológica, por volta da década de 1980, não tem uma relação forte com a sensibilidade de empatia interespecie, pois não se trata de uma preocupação com o que os animais poderão sofrer, e sim com a probabilidade de que certas espécies desapareçam e de que patrimônios ambientais se percam, gerando prejuízos à espécie humana. Confundir essas três moralidades é o principal erro de Descola (1998) em sua digressão sobre os “amigos dos animais”.

Para compreender melhor esse processo de mudança, é importante atentar para a moralidade como fenômeno que se sustenta não apenas na cognição, mas em emoções e práticas rotinizadas, a partir das quais esses padrões de julgamento são incorporados e ativados na vida cotidiana. A sensibilidade moral é justamente a percepção (racional ou emocional) de uma dimensão moral em determinada situação, que parece demandar a avaliação das possibilidades e interesses em jogo. Partindo dessa definição, chamarei de sensibilidade de empatia interespecie essa percepção de questões morais permeando nossas relações com animais não humanos. Sobre isso, é necessário fazer dois esclarecimentos:

- 1- A existência de uma sensibilidade moral não significa absolutamente que os agentes passem a tomar decisões idênticas em situações semelhantes, e sim que se percebam diante de dilemas e se vejam levados a justificar suas ações perante outros e racionalizá-las para si mesmos. Para analisar esses dilemas e as discordâncias entre os sujeitos neles envolvidos, lançarei mão do conceito de justificação, de Boltanski & Thévenot (1999, 2006), que será apresentado no capítulo 2.
- 2- Embora o controle das ações para evitar punições não seja ainda uma ação moral propriamente dita, é importante considerar que a capacidade de ter prudência no agir faz parte da formação do sujeito moral, pois, sem ela, não é possível ponderar e controlar as próprias ações. É nesse ponto que Elias oferece um aporte fundamental para a compreensão desse processo ainda incipiente de formação da sensibilidade de empatia interespecie.

Partindo da perspectiva eliasiana, é possível perceber o autocontrole nas relações com animais não-humanos como uma ampliação do autocontrole estabelecido, aos poucos, para as interações com humanos. Essa ampliação, é válido ressaltar, não é uma continuidade direta e linear, fruto de um processo histórico com direção pré-definida, e sim o resultado da conjunção de um impulso civilizador de contenção à violência a uma mudança de sensibilidade que ocorre em paralelo, a partir da qual certos animais não-humanos passam a ser percebidos como seres dignos de consideração moral.

Quando trato de uma transformação civilizatória nas relações com animais não-humanos, levo em consideração que esse processo também gera resultados repressores e contraditórios. Apesar de enxergar com bons olhos o controle da violência e o aumento da aproximação moral, física e afetiva, considero fundamental não perder de vista o

caráter ambíguo e pouco previsível da mudança, inclusive nas consequências geradas para os animais não-humanos, que serão aprofundados no capítulo 6.

1.5.1. Dos cães de guarda aos cães de companhia

Embora os cruzamentos de cães sejam prática antiga, foi a partir do século XIX, com a criação do primeiro Kennel Club, na Inglaterra, que essa atividade passou a ser realizada de maneira permanente, sistemática e submetida a avaliação, registro e premiação. Esses cruzamentos eram realizados com objetivos variados, que iam desde o aperfeiçoamento de cães para o trabalho até o desenvolvimento das raças pequenas para fazer companhia às damas da alta sociedade. Neste último caso, eram selecionados para os “exemplares” menores e mais dóceis, bem como aqueles que apresentassem padrões de cor e pelos diferenciados. Os cães das damas, tanto quanto os dos cavalheiros das classes altas, são classificados por Thomas como inúteis, porque não possuíam características úteis para o trabalho, como força para tração e habilidade para o pastoreio.

(...) em geral esses cães trabalhadores parecem ter sido considerados sem maiores sentimentos; e normalmente eram enforcados ou afogados quando deixavam de ter utilidade. “Meu velho cão Quon foi morto”, escreveu um agricultor de Dorset em 1608, “e o cozinhamos para fazer banha, que rendeu cinco quilos”. Não eram esses animais necessários, mas os desnecessários, sabujos [farejadores/caçadores] e cãezinhos de estimação em particular, que mereciam real afeto e condição mais elevada (THOMAS, 2010:144).

Entre os cães “inúteis”, as raças “femininas” eram as que se adequavam à vida reclusa, como a das mulheres da época, enquanto as raças “masculinas” eram aquelas adequadas a atividades externas de lazer realizadas pelos fidalgos. Os cães para homens eram de dois tipos: havia os cães selecionados para terem porte atlético e velocidade, adequados à caça e ao convívio com os cavalos, como o *Foxhound* Inglês e o dalmata, e havia os cães selecionados pelo faro para encontrar animais entocados durante a caça, mesmo que não possuísem estrutura física para participar de corridas e cercos, como o *dachshund*, o *basset hound*, o *beagle* e o grupo dos *terrier*. Como destaca Thomas (2010), esse grupo de cães “especiais”, mantidos por bastante tempo como exclusividade da aristocracia, eram considerados muito diferentes dos outros cães, tanto quanto os próprios aristocratas em relação aos outros homens.

Mesmo hoje, ao cão de trabalho do agricultor se proíbe entrar em casa, enquanto os cães de estimação são tratados de forma mais favorável; assim

como os funcionários que excluía os cachorros da corte de Henrique VIII faziam uma exceção aos spaniels das damas (THOMAS 2010:159)³².

Do século XX em diante, com a mudança no tipo de lazer desfrutado pelas classes altas, a caça se tornou um passatempo raro, os esportes praticados com cães passaram a ser corridas e agility³³, as raças de médio e grande porte valorizadas passaram a ser aquelas adequadas à guarda e as raças de companhia tornaram-se mais populares também entre os homens e em todas as classes sociais. Diante dessas transformações, muitas raças inicialmente desenvolvidas para o trabalho foram sendo adaptadas para a função de companhia, com a seleção para a cruz a partir de características estéticas, para exposição. O faro, a agilidade e a resistência física foram sendo reduzidos, enquanto o tamanho dos animais (cada vez menores), a pelagem e as cores tornaram-se mais importantes.

Para além de toda a contextualização, necessária para que se entenda o surgimento dos animais de estimação e de seu status especial junto aos humanos, é preciso analisar, em suas especificidades, a maneira como, em cada local, os animais de estimação foram atingidos pelos impulsos civilizadores até aqui apresentados. Em países como Inglaterra e França, o desenvolvimento das raças caninas para companhia levou esses animais aos espaços de convívio da família, no interior dos domicílios. Além disso, face à melancolia das relações com a natureza que se desenvolveu nas grandes cidades europeias, os animais de estimação tornaram-se uma espécie de refúgio, uma fonte de conforto que extrapolava a função prática de guarda, alerta ou controle de pragas.

No século XVI, enquanto os europeus passavam pelo processo de criação de raças para companhia, eram os cães de trabalho que chegavam ao Brasil, com os colonizadores, com o objetivo de promover segurança, caçar e farejar. Não à toa, as raças brasileiras de cães são de trabalho: fila brasileiro (cão de guarda), terrier brasileiro, também conhecido como fox paulistinha (cão de guarda e alarme), ovelheiro gaúcho, dogue brasileiro e veadeiro pampeano. Entre esses, o único largamente utilizado para companhia é o terrier. Não há consenso sobre a origem das raças mas as hipóteses levantadas são interessantes para esta análise. Sobre o fila brasileiro, a ideia mais difundida aponta para o cruzamento

³² O reinado de Henrique VIII durou de 1509 a 1547. Os Spaniels, por sua vez, remontam ao século XIV e foram originalmente utilizados na caça, pelo faro apurado para encontrar animais em armadilhas. A partir do século XIX, a linhagem foi desmembrada oficialmente em duas raças pelo Kennel Club: Cocker Spaniel (pequeno porte) e Springer Spaniel (porte médio).

³³ Criado em 1978, na Inglaterra, o agility é uma prova de habilidade em que o cão deve percorrer um circuito de obstáculos, conduzido por um treinador. Inicialmente, a modalidade foi criada para distrair os visitantes das exposições de cães, mas atualmente figura como uma das atrações nesses eventos e tem sido procurada por tutores como uma espécie de esporte canino, para proporcionar atividade física aos animais.

de três raças inglesas: mastiffs (cães de pastoreio), bloodhounds (cães farejadores) e bulldog (cão de pastoreio), enquanto outras apostam na modificação de raças como o fila de terceira ou bulldog português (cão de pastoreio) ou o Engelsen Doggen (cão de pastoreio holandês). Quanto ao veadeiro pampeano, sua origem é atribuída a cães primitivos trazidos por colonizadores portugueses para o Sul do Brasil e para o Uruguai. A origem do Terrier Brasileiro (fox paulistinha) é a mais controversa, pois há quem atribua seu surgimento à chegada de terriers utilizados como caçadores de ratos em navios mercantes no século XIX, mas a Confederação Brasileira de Cinofilia (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CINOFILIA (CBKC), [s.d.]) declara que sejam descendentes de raças utilizadas como companhia na Europa dos séculos XIX e XX, trazidas para o Brasil com as esposas dos filhos de fazendeiros que, após períodos na Europa, retornavam ao Brasil trazendo cães de companhia que se misturaram aos cães das fazendas, dando origem a uma nova raça, modificada posteriormente com a migração dessas famílias para os centros urbanos. Independentemente de estarem corretas, essas teorias demonstram que raças foram trazidas para o Brasil no período colonial, com predomínio dos cães de trabalho, e a presença de cães de companhia a partir do século XIX, como exclusividade das moças de famílias abastadas.

Os primeiros cães trazidos por portugueses, espanhóis e holandeses – antes do Descobrimento, esses animais não existiam no Brasil – tinham a denominação genérica de “onzeiros” e eram usados para guardar as propriedades e o gado, afastando os predadores, principalmente as onças. Eram quase todos mestiços de foxhounds e possuíam características que facilitavam sua tarefa, como o bom faro, a coragem e a pele solta do corpo, o que os protegia das garras dos felinos. Já nas cidades, os cães de menor porte e temperamento calmo eram os preferidos para o convívio com as famílias (GODINHO, 2010,s/p).

A Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC) foi fundada em 1922, no Rio de Janeiro (à época, chamava-se Confederação do Brasil Kennel Clube) e, 25 anos depois, foi fundado o Kennel Club do Estado de Pernambuco (KCEP), em novembro de 1947.

Até o final do século XX, as raças valorizadas no Brasil eram aquelas voltadas para guarda, como *dobermann*, *rotweiler*, pastor alemão e fila brasileiro. Tanto no ambiente rural quanto no urbano, o padrão era manter os animais nas áreas externas da casa e alimentá-los com restos de refeições.

No Brasil colonial, o limite entre a casa, seus arredores e a selva foi dado pelo povoamento, pelo avanço das fronteiras agrícolas e urbanas, e dentro das cidades ou das residências. A restrição ao convívio com os animais no Brasil acompanhou a mudança de costumes imposta por acontecimentos como a

chegada da Corte portuguesa em 1808 e outros projetos civilizadores que baniam porcos e galinhas das ruas ou que modificavam o interior das casas e a convivência familiar. Como na Europa, o distanciamento dos animais domésticos e a proximidade com os de estimação – principalmente os cães – davam distinção aos seus donos (HEYNEMANN, 2010).

É possível perceber uma distinção entre animais “propriedade da família” (cães de guarda e alerta e gatos para caçar ratos), mantidos exclusivamente ou preferencialmente nas áreas externas, e os animais que se tornavam “membros da família”, quase sempre cães de raças de pequeno porte, que tinham acesso livre aos espaços íntimos das casas civilizadas³⁴. A tendência de adquirir cães para companhia, explica Godinho, é um fenômeno recente no Brasil, cuja expansão pode ser percebida especialmente a partir do final dos anos 1980:

Os registros das associações de donos de cães provam como a preferência do brasileiro por determinadas raças de cachorro vem mudando ao longo dos anos. Nos últimos 30 anos, houve um aumento dos cães pequenos, considerados “de luxo”, em relação aos de grande porte, mais usados para defender as propriedades (GODINHO, 2010).

Para facilitar a visualização e análise, os dados levantados por Godinho (2010) foram organizados nas tabelas a seguir:

Quadro 1 - Raças caninas registradas mais populosas. Brasil, 1978.

RAÇAS REGISTRADAS	QUANT.
Dobermann	1.342
Cocker spaniel inglês	1.325
Boxer	1.151
Fila Brasileiro	1.029
TOTAL:	4.847

Fonte: GODINHO, 2010 (Adaptado).

Em 1983, notícia sobre a 1ª Feira de Cães & Cia, que reuniu um público de 117.000 pessoas em São Paulo, destacou a presença de 48 raças de cães, com destaque para a presença da Sociedade Paulista de Cães Pastores Alemães, o Clube Brasileiro do Dálmata e o Clube do Fox Paulistinha. Os dois primeiros, animais de grande porte comumente usados para guarda e o último um animal de pequeno porte utilizado para companhia e para guarda, por ser um cão “de caça e alerta”. É interessante perceber, portanto, como

³⁴ Também nesse sentido, chama atenção a semelhança com a Inglaterra, em que os cães eram proibidos na corte de Henrique VIII (1409-1547), mas era feita exceção aos spaniels das damas (THOMAS, 2010:159).

os primeiros eventos do mercado pet no Brasil ainda não traziam como destaque as raças de companhia, indicando que essa tendência ainda era minoritária mesmo nas classes mais altas. Em 1988, uma raça de companhia alcançou o topo dos registros pela primeira vez, mas, somados, os cães de guarda superavam facilmente esse número:

Quadro 2 - Raças caninas registradas mais populosas. Brasil, 1988

RAÇAS REGISTRADAS	QUANT.
Poodle	7.402
Pastor Alemão	6.072
Fila Brasileiro	4.787
Dobermann	4.310
Outras	35.229
TOTAL	57.800

Fonte: GODINHO, 2010 (Adaptado).

Já em 1998, o quantitativo dos registros se inverte, expressando a expansão da tendência de adquirir cães para companhia. Embora a raça rottweiler ocupe o topo da lista, as três posições seguintes são ocupadas por raças de companhia, que, somadas, superam a primeira posição.

Quadro 3 - Raças caninas registradas mais populosas. Brasil, 1998.

RAÇAS REGISTRADAS	QUANT.
Rottweiler	21.400
Poodle	12.700
Yorkshire Terrier	7.092
Cocker Spaniel Inglês	5.560
Outras	49.348
TOTAL	96.100

Fonte: GODINHO, 2010 (Adaptado).

Por fim, em 2009, a mudança fica mais clara. Do total de 98.800 cães, as três raças que mais se destacam são de cães de pequeno porte, destinados a servir de companhia, já indicando uma mudança nas raças preferidas, com a saída de poodles e Cocker Spaniels. É interessante ressaltar que a única raça de grande porte na lista, a golden retriever é considerada de companhia, porque os cães dessa raça são tidos como dóceis e bons para crianças.

Quadro 4 – Raças caninas registradas mais populosas. Brasil, 2009.

RAÇAS REGISTRADAS	ANO
Shi-tzu	14.500
Yorkshire Terrier	13.100
Maltês	6.473
Golden Retriever	4.683
Outras	60.044
TOTAL	98.800

Fonte: GODINHO, 2010 (Adaptado).

Outro indicador interessante do processo aqui traçado é a mudança nas propagandas na revista Cães & Companhia, a começar pelo fato de que, entre a década de 1980 e a década de 1990, os anúncios se tornarem mais bem acabados do ponto de vista estético, indicando a profissionalização e o aumento da competitividade no ramo. Mais ainda, a expansão do mercado é perceptível na multiplicação de itens anunciados, indicando a diversificação do mercado pet, como será abordado no capítulo 6.

2. O CAMPO DE PESQUISA E O PERCURSO METODOLÓGICO

Como foi visto no capítulo 1, um olhar panorâmico sobre os últimos séculos evidencia transformações consideráveis nas relações travadas com os animais não humanos, entre as quais destaquei o processo de inclusão dos animais sencientes no horizonte de preocupações civilizadas. Estendido a esses seres, o desconforto gerado pelo uso da violência tem levado à proibição ou à normatização de várias práticas culturalmente estabelecidas em que se utiliza animais (entretenimento, alimentação, pesquisa, experimentação, ensino e criação). Nos grupos de ativismo vegetariano/vegano e nos movimentos contra a crueldade, os questionamentos são direcionados tanto ao Estado e às empresas quanto aos próprios indivíduos, chamados a boicotar produtos e eventos que promovam o sofrimento dos animais.

No caso dos animais de estimação, esses impulsos civilizadores assumem uma forma bastante específica, posto que, desde o seu surgimento, essa categoria foi marcada por um tratamento diferenciado. Na Europa do século XVI, enquanto as espécies utilizadas como instrumento eram afastadas das residências em nome da higiene e da civilidade, as espécies escolhidas como animais de estimação ganhavam prerrogativas exclusivas, entre as quais Thomas (2010) destaca o convívio nas casas, a interdição do consumo e a individualização conferida pela nomeação. Ao longo do tempo, a variedade de espécies selecionadas para a função de companhia foi paulatinamente reduzida e os cães e gatos figuram como as preferidas na maior parte do mundo ocidental³⁵.

Trazidos ao Brasil a partir do século XVI, cães e gatos eram fundamentalmente instrumentos de trabalho. A atribuição da função de companhia só surgiu no Brasil a partir do século XIX, em círculos restritos das classes altas (GODINHO, 2010; HEYNEMANN, 2010). Nas últimas décadas do século XX, porém, a função de guarda atribuída aos cães torna-se menos expressiva que a função de companhia e ocorre, então, uma popularização das raças de cães de pequeno porte e o estabelecimento da criação de animais dentro das casas como padrão. Nos grandes centros urbanos verticalizados do Brasil, o animal de estimação passa a compor a imagem idealizada de família e, embora a presença de cães e

³⁵ Atualmente é possível perceber em alguns países um movimento de expansão nesse leque de espécies “de estimação”, que novamente passa a incluir primatas, porcos e répteis. Essa tendência, ainda pouco expressiva no Brasil, constitui um objeto de estudo interessante, mas não tenho condições de dar conta de suas especificidades nesta pesquisa, por isso mantenho o foco nos cães e gatos.

gatos ainda seja proporcionalmente maior nos domicílios rurais, é nos centros urbanos verticalizados que essa convivência tem sido submetida às transformações estudadas nesta tese³⁶.

Entre as décadas de 1970 e 1990, com a multiplicação dos animais de estimação nas grandes cidades, especialmente nos apartamentos, as preocupações expressas referiam-se fundamentalmente aos prejuízos causados à vizinhança, como barulho, sujeira e doenças (as zoonoses). Entre o final da década de 1990 e os anos 2000, porém, começam a ganhar coró preocupações com a situação dos próprios animais, como desconforto, sofrimento, dor e morte, impostos pela convivência com os humanos e/ou pela vida nas grandes cidades.

Nesse sentido, tornam-se alvo de atenção e vigilância tanto as relações travadas com cães e gatos dentro das casas quanto as políticas a eles direcionadas. O que se vê na Região Metropolitana do Recife, à semelhança de várias cidades brasileiras, é o surgimento e difusão da ideia de que o Estado é responsável ou co-responsável pela manutenção desses animais, especialmente daqueles em situação de rua. Em decorrência, há uma demanda tanto pela fiscalização das relações de tutoria quanto pela adequação de leis e políticas públicas às ideias de ética e bem-estar no tratamento conferido aos animais de estimação. É nesse contexto que ocorre o crescimento dos movimentos de proteção animal que, na última década, galgou espaço na mídia e na política institucional, além de reconhecimento social como causa relevante.

Situados a meio caminho entre o voluntariado e o ativismo, os *protetores de animais* são indivíduos que se mobilizam de forma mais ou menos articulada para intervir na situação de cães e gatos expostos ou na iminência de sofrerem maus tratos (abandono, agressão, confinamento, negligência, entre outros). Esses ativistas estão presentes no surgimento e difusão de vários debates recentes, como a ideia de *guarda responsável*, as reivindicações por políticas públicas em benefício de cães e gatos e a tendência de mudança das políticas de manejo populacional e controle de zoonoses. Embora isoladamente não sejam capazes de gerar, tampouco de direcionar essas transformações, os *protetores de animais* ganham relevância por atuarem socialmente como empreendedores morais dessa causa.

O foco desta tese está na experiência moral das relações com cães e gatos submetidas aos impulsos civilizatórios, por isso minha dupla condição de nativa, como

³⁶ Proporcionalmente, 65% dos domicílios rurais e 41% dos urbanos no Brasil têm um ou mais cães, enquanto 39,4% dos domicílios rurais e 14,2% dos urbanos têm um ou mais gatos.

mãe de gatos, protetora de animais e vegetariana cria uma posição epistêmica interessante para a realização desta pesquisa.

Crio gatos desde a infância, todos resgatados da rua e perdidos em poucos anos, alguns por envenenamento, outros sumidos (provavelmente mortos na rua, como ocorria e ainda ocorre com frequência em basicamente todas as cidades do Brasil). *As primeiras experiências com cães foram rápidas*: Pituxa, uma mestiça de poodle, chegou em nossa casa já adulta, repassada por uma amiga de minha mãe. Criada com acesso à rua, passava muito tempo na casa de uma vizinha que criava vários cães e gatos e, por julgarmos que ela preferisse esse ambiente, a cadela foi entregue à vizinha quando esta se mudou. Cravina, uma dálmata hiperativa, também chegou adulta, passada por uma tia com a sentença de ser “impossível”. Em pouco tempo, foi entregue a um tio, que tinha um quintal grande onde criava outros dois cães. Quando já estava com 12 anos minha mãe ganhou Niño e, dois anos depois, Mindy. Esse casal de Lulus da Pomerânia, nos acompanhou durante toda a adolescência até a idade adulta (Mindy morreu aos 16 anos e Niño aos 19). Foi com esses cães que tive o mais longo contato e travei variados tipos de relações possíveis com animais de estimação: afeto, ostentação, impaciência, violência, indiferença, negligência, culpa, tomada de responsabilidade, afeto e luto. Seis anos depois da chegada dos cães, consegui reintroduzir gatos na casa. Cada um desses felinos morria envenenado ou desaparecia em uma média de dois anos, até que começássemos a reduzir seu acesso à rua. Tornei-me vegetariana por volta de 2003, inspirada no exemplo de alguns colegas, mas só conheci o ativismo vegano quando já estava envolvida na proteção animal. Em 2009, ingressei no programa de extensão Adote um Vira-Lata, da Universidade Federal de Pernambuco, que, na época, tinha acabado de ser registrado, ainda como projeto de extensão. A partir de uma crescente imersão nas atividades de proteção animal, passei a vivenciar as situações aqui descritas como típicas da proteção animal e, principalmente, a me ver diante de problemas “novos” sobre minhas relações com os animais que criava e sobre as relações das outras pessoas com seus animais de estimação. Esse mergulho aconteceu aos poucos e foi aprofundado quando decidi utilizar as atividades de proteção animal como ponto de partida.

Fazer parte de um grupo de proteção animal (o Programa de Extensão Adote um Vira-Lata/UFPE) permitiu-me acompanhar de perto discussões sobre as temáticas abordadas pela *causa animal*, acessar representações sociais díspares sobre as relações com cães e gatos, vivenciar choques de sensibilidades acerca dessas relações e testemunhar tanto os conflitos com outros movimentos sociais quantos as disputas e

negociações internas à *proteção*. Mais importante que tudo isso, porém, o mergulho nessa militância me fez vivenciar o envolvimento afetivo e moral que ela implica, bem como a emergência de dilemas e emoções até algum tempo ausentes ou pouco relevantes em minhas relações com animais de estimação³⁷. Para que o campo em que essa pesquisa foi realizada e minha relação com os sujeitos nele envolvidos fique mais clara, vale a pena tecer algumas considerações sobre a proteção animal e, em seguida, sobre o Programa Adote um Vira-Lata.

2.1. A PROTEÇÃO ANIMAL

A *proteção animal* tem como objetivo promover o bem-estar de cães e gatos em situação de vulnerabilidade, seja com ações emergenciais, seja com medidas preventivas³⁸. Esse movimento pode ser caracterizado como meio termo entre voluntariado e ativismo porque, embora haja cada vez mais reivindicações políticas e tentativas de impulsionar mudanças culturais, as formas mais recorrentes de atuação dos protetores têm caráter assistencial. Dos mais antigos aos mais novatos, poucos são os protetores que não se envolvem em ações pontuais de resgate³⁹, tratamento, castração e adoção de animais abandonados ou em situação vulnerável. Nos mapeamentos encontrados sobre ativistas da proteção animal, constatou-se a uma predominância de mulheres escolarizadas de classe média, residentes nos grandes centros urbanos (OSÓRIO, 2014; COHEN, 2002; BRAGA et al, 2011; MATOS, 2012).

Os casos que mobilizam os protetores costumam ser caracterizados de forma genérica como maus tratos, mas as situações são diversas, incluindo a vida em situação de rua (em vias públicas ou colônias de animais)⁴⁰, agressões (nas ruas ou em residências),

³⁷ Esse escrutínio valorativo não é uma exclusividade da proteção animal, pois a militância em qualquer causa implica na adoção de uma postura reflexiva a respeito de situações cotidianas, a exemplo das dinâmicas do trabalho, as representações culturalmente estabelecidas, o discurso midiático ou as relações conjugais.

³⁸ Alguns protetores inserem equinos, asnos e muaras entre seus objetos de preocupação, mas os casos envolvendo essas espécies são poucos quando comparados à quantidade de ações voltadas para cães e gatos.

³⁹ Resgate é o termo que os protetores utilizam para nomear o ato de retirar um animal de situação de risco, que pode ser a rua, uma colônia de animais, um abrigo ou um domicílio no qual se considere que esteja submetido a maus tratos. Essa forma de atuação, que tem o controle populacional como foco, também gera certa polêmica entre os protetores.

⁴⁰ Colônias são grupo de gatos ou cães vivendo em local público no qual há alguma fonte mais ou menos fixa de alimentos (fornecidos por frequentadores ou no lixo acumulado). Nesses locais, a grande concentração de animais costuma gerar insatisfação e resultar em envenenamentos ou agressões por parte

o abandono (quando um animal domiciliado é posto na rua ou em abrigo de animais pelos próprios tutores), acidentes (especialmente atropelamentos). Ao pesquisar a mobilização em torno de uma colônia de gatos no Rio de Janeiro, Osório (2012) descreve um conjunto de atividades que se repete em outras cidades do Brasil:

O esquema do manejo é complexo: o animal tem que ser capturado in loco, levado para lar temporário, despugnizado, vermifugado, vacinado e castrado antes de encaminhado para adoção. Esse processo é efetuado tanto com filhotes quanto com adultos. A escassez de lares temporários e de vaga nos mesmos impossibilita que todos os animais sejam retirados do parque ao mesmo tempo. Em novembro de 2009, a fundadora da comunidade indicava que havia uma colônia de 70 gatos quando do início dos resgates, que totalizaram 129 animais, em consulta feita ao website em 11 de fevereiro de 2011. Observa-se claramente, portanto, que o trabalho de retirada dos gatos diminui o contingente, mas não o extingue. Ao mesmo tempo em que uns são retirados, outros são abandonados e os gatos não retirados do local continuam se reproduzindo (OSÓRIO, 2012:4).

A partir de uma gradação intuitiva de vulnerabilidade, é mais comum que os protetores resgatem filhotes, considerados especialmente frágeis, e, no caso dos adultos, que resgatem aqueles que se apresentam machucados, atropelados, doentes ou com indícios de terem sido abandonados recentemente⁴¹. Após o resgate, com pequenas variações, segue-se o período de *lar temporário*, em que o animal é mantido em casa para receber tratamento contra vermes e parasitas, banho, diagnóstico e tratamento de doenças, período de socialização do animal (cujo tempo varia de acordo com o temperamento) e busca de adoção.

Em alguns casos, o animal não é levado para *lar temporário*, e sim internado em clínica veterinária até que seja adotado. Embora a necessidade de castração e vacinação sejam praticamente consensos, há variações. Tanto no caso de lar temporário como na internação em clínica veterinária, há variações nos procedimentos: Há situações em que se deixa uma ou as duas providências por conta do adotante, há os casos em que o adotante recebe o animal já castrado, encarregando-se da vacinação (ou o contrário) e, ainda, os casos em que as duas medidas são tomadas pelo protetor antes da entrega do animal. De qualquer maneira, é perceptível que o resgate de um animal implica em uma dedicação

de frequentadores do lugar, mas o número de animais dificilmente é reduzido, pois, assim como os abrigos, as colônias são pontos frequentes de abandono de animais.

⁴¹ São identificados como recém-abandonados os animais de aparência bem cuidada que se movimentam de forma confusa nas ruas e/ou fogem das pessoas e carros de maneira desordenada. A visão desses animais costuma gerar a previsão de que serão rapidamente atropelados ou que morrerão de fome, por isso são resgatados mesmo sem doenças aparentes, enquanto o resgate dos animais de colônias é mais comum quando precisam de tratamento ou quando há uma adoção em vista para retirá-los em definitivo do local.

considerável de tempo e dinheiro, que cresce na medida em que aumenta a frequência com que isso é feito e o número de animais resgatados a cada momento. Outro fator determinante na situação do protetor é o tempo necessário para conseguir adoção para cada animal, pois o perfil buscado pelos *adotantes* é bastante restrito, com clara preferência por animais *de raça* ou *raceados* (que lembram animais *de raça*), felpudos e com olhos claros. No caso dos gatos, as cores branca, amarela e creme (como os siameses) são as preferidas, em detrimento das cores preta, tigrada, preta com branco, tigrada com branco e tricolor (preto, amarelo e branco ou tigrado, amarelo e branco). No caso dos cães, o principal fator de escolha é o porte (com preferência para os pequenos) e a pelagem (com preferência para os pelos compridos e/ou macios).

Para facilitar a adoção dos animais, muitos protetores organizam ou participam de eventos de adoção, em que dezenas de cães e gatos são reunidos em um local para que o público possa interagir com os animais e escolher um para adotar. Esses eventos podem ser mais formais (com divulgação prévia e utilização de espaços cobertos, gaiolas expositoras e documentação de adoção) ou menos formais (aproveitando espaços públicos movimentados para levar animais em coleiras ou caixas de transporte e entregá-los aos interessados, com ou sem documentação formal). Também são utilizados, na busca de adoção, alguns sites e aplicativos especializados e os grupos de adoção do facebook, em que os protetores publicam fotos dos animais e fazem contato com os que demonstram interesse para efetuar a adoção.

Outra prática de destinação para os animais resgatados é reuni-los em um abrigo, ou seja, em um espaço no qual dezenas de animais são reunidos sob a responsabilidade de uma pessoa ou grupo, para que não voltem para as ruas. O perfil mais comum de abrigo no Brasil são as casas de pessoas idosas que começam a recolher animais e se transformam em referência no bairro, tornando-se ponto de abandono. Por surgirem de forma improvisada em cidades com superpopulação de animais, esses abrigos rapidamente se tornam insalubres, com acúmulo de fezes, urina, parasitas e animais doentes. Alguns deles, ao serem descobertos por um protetor de animais, tornam-se foco de intervenção, com mutirões de limpeza e medicação, castração dos animais, campanhas de arrecadação de ração e busca de adoção. Todavia, o frequente abandono de animais faz com que a situação de calamidade retorne de forma cíclica. No caso dos abrigos criados com o objetivo de ser *lar temporário*, a estrutura física costuma ser mais favorável, mas a superlotação é um problema semelhante, especialmente quando não se

estabelece um limite rígido para a quantidade de animais a serem mantidos no lugar ou quando o endereço do abrigo é conhecido, facilitando a prática do abandono.

Por fim, há protetores de animais que não realizam lar temporário nem se envolvem com abrigos, optando por alimentar os animais de uma colônia, realizando resgates esporádicos para tratamento ou castração, que podem terminar com uma adoção ou com a devolução para a colônia. Outra modalidade, pouco comum no Brasil, é a chamada CED (captura, esterilização e devolução), que tem o controle populacional como foco central. Nessas ações, os animais de uma colônia são retirados provisoriamente do local, castrados e devolvidos, passando-se para o próximo caso.

Com o crescimento da *causa animal*, surgiram também grupos que lidam menos diretamente com os animais, mas promovem atividades para beneficiá-los, como mutirões de castração e arrecadação de fundos para alguma atividade ou abrigo.

No Brasil, é possível perceber uma certa diferença na atuação das pessoas de classe média em relação àsqueas mais pobres, assim como entre os membros de grupos organizados e os protetores independentes. Entre os independentes, é mais comum que as ações sejam majoritariamente assistenciais, com destaque para a alimentação de animais nas ruas e os resgates de animais que muitas vezes são adotados pelo próprio protetor. Em geral, as pessoas mais pobres levam os animais para casa e, dessa maneira, várias dessas habitações transformam-se em abrigos improvisados, sempre com muitos problemas de estrutura, insalubridade e dificuldades financeiras. Enquanto isso, os protetores independentes de classe média, costumam resgatar um pequeno número de animais por vez. Outros, ainda, atuam como voluntários de abrigos, oferecendo ajuda financeira, realizando campanhas de arrecadação, contribuindo com o tratamento ou castração dos animais e buscando adoção.

Nos grupos organizados, em que a classe média também predomina, há um leque mais amplo nas formas de atuação. Alguns se voltam para o auxílio a abrigos de forma semelhante aos protetores independentes, mas com um grupo mais estável e maior capacidade de arrecadar fundos, organizando campanhas, bazares e rifas. Outros, ainda, consideram os abrigos como uma espécie de caso perdido e voltam-se para ações consideradas preventivas, como promover a castração de animais de colônia, resgatados de abrigos ou de tutores que não podem pagar pelo procedimento. Há, ainda, grupos que promovem ou participam de eventos de adoção para animais resgatados. Por fim, alguns

elaboram materiais educativos e/ou promovem ações específicas para difundir os princípios da chamada *guarda responsável*⁴².

Tanto os protetores independentes quanto os organizados realizam resgates, mas os indivíduos de classe média tendem a resgatar em menor número e enfrentam menos dificuldades para buscar adoção, devido ao acesso às redes sociais e às informações sobre eventos de adoção. Há, entre esses protetores, discordâncias sérias sobre para onde levar os animais resgatados, devido aos custos financeiros e à avaliação de bem-estar em cada uma das opções (lar temporário, internamento em clínica veterinária, hotelzinho ou abrigo).

De todas as atividades, a adoção é aquela que mais contribui para a integração entre os protetores e o seu contato com tutores de animais e simpatizantes da causa. Os espaços de adoção são cruciais para os protetores que efetuam resgates, pois a maioria deles procura doar o animal logo que possível, como forma de “abrir a vaga” para um próximo resgate, reiniciando o ciclo. Como a demanda é constante, os eventos de adoção contam sempre com a participação de vários grupos e de protetores independentes que, em tal oportunidade, travam contatos, trocam experiências e aumentam ou consolidam redes de ajuda mútua. Paralelamente, as comunidades virtuais voltadas para adoção promovem esse contato de forma permanente, pois, a partir das publicações, os protetores acompanham os casos uns dos outros, demonstram apoio e se envolvem em discussões.

2.1.1. O Programa Adote um Vira-Lata e minha imersão na proteção animal

Em 2001, o ativista norte-americano, Douglas Fakkema, publicou um artigo intitulado “as quatro fases na vida de um protetor”, no qual argumenta que o percurso desses ativistas é marcado por quatro etapas na forma de encarar o trabalho com os animais: obsessão, depressão, misantropia e aceitação. Inicialmente, afirma, existe um entusiasmo sem limites, que assume a forma de obsessão pela causa. Nessa fase, descreve Fakkema, não se admite o sacrifício de nenhum animal e acontece um afastamento do convívio com aqueles que não entendem “a obsessão” ou mesmo um isolamento total, em que as únicas companhias são os cães e gatos. Em uma segunda fase, o entusiasmo dá

⁴² Guarda responsável é um conceito utilizado pelos movimentos de proteção e já incorporado pelo poder público para indicar as práticas consideradas corretas para um tutor de cão ou gato. Entre os princípios da guarda responsável estão auxílio veterinário, controle reprodutivo, alimentação adequada e impedimento do acesso livre à rua.

lugar à frustração em perceber que o abandono, a negligência e os maus tratos continuam acontecendo. Nesse ponto, afirma ele, o protetor está exausto, não quer conversar sobre a causa e comumente adquire hábitos negativos, como alcoolismo, vício em compras e má alimentação. Na segunda fase, o sacrifício de alguns animais começa a ser admitido, mas é realizado com sentimento de culpa e fracasso. Aos poucos, explica Fakkema, a depressão transforma-se em raiva, dando lugar à fase da misantropia.

Começamos a odiar as pessoas. Toda e qualquer pessoa, com exceção daqueles que dedicam suas vidas em prol dos animais da mesma forma que nós fazemos. Odiamos até mesmo nossos companheiros de causa quando ousam nos questionar. Especialmente sobre sacrificar animais. Ocorre-nos: “Vamos sacrificar os proprietários, não os animais! Vamos sacrificar aqueles que maltratam e abusam dos animais no lugar deles!”
(FAKKEMA, 2010, s/p)

Na última fase, em que muitos não chegam por abandonar a atividade nas fases 2 ou 3, o protetor entende que o problema em que atua é complexo demais para ser resolvido por ele, mas que é possível fazer diferença. A vida pessoal e o voluntariado passam a ser equilibrados e as relações pessoais são retomadas.

Vemos que as pessoas não são tão más. Percebemos que a ignorância é natural, e, na maioria dos casos, é curável. Sim, existem pessoas realmente más que abusam e negligenciam os animais, mas são minoria. Reconhecemos que as soluções são tão complexas quanto os problemas e trazemos um grande número de ferramentas para solucionarmos esses problemas. Nossos escudos se abaixam. Aceitamos que tristeza e dor são parte de nosso trabalho. Damos um pequeno passo por vez. Paramos de mascarar nossos problemas com drogas, comida ou isolamento. Enfim, reconhecemos nosso potencial para ajudar os animais. Estamos mudando o mundo.
(FAKKEMA, 2010, s/p).

O esquema de Fakkema foi construído a partir de dados anedóticos e no contexto dos Estados Unidos, mas é bastante representativo do tipo de emoções que emergem nas atividades de proteção animal. Esse texto foi citado pelo pesquisador e protetor colombiano Néstor Maldonado, durante uma palestra na VI Conferência Internacional de Medicina Veterinária do Coletivo (2015) e, ao ler o relato de Fakkema, senti uma identificação pessoal.

O núcleo inicial do Adote um Vira-Lata foi formado no ano de 2007, a partir de uma mobilização da professora do Centro de Ciências Biológicas, Ariene Bassoli, e de um grupo de alunos do bacharelado em ciências biológicas, no qual ela ministra a disciplina de histologia. Inicialmente nomeado Adote a Natureza, a iniciativa tentava promover adoção para animais abandonados no campus da UFPE e ações educativas em

escolas públicas do entorno a respeito da convivência com os animais. Em 2009, o projeto foi registrado oficialmente na Pró-Reitoria de Extensão da UFPE com o nome de Projeto de Extensão Adote um Vira-Lata, mas é mais comum que seja referido apenas como Adote (e assim passarei a denominar daqui por diante).

Foi justamente em 2009 que eu, então estudante do mestrado, vi uma folha de papel A4 xerocada na parede do elevador do CFCH, convocando pessoas interessadas em participar do projeto de extensão Adote um Vira-Lata. Eu já resgatava gatos e tinha vontade de fazer algo mais, porém, até então, não fazia ideia de que existiam grupos organizados com esse objetivo. Já um pouco cansada do ativismo político no qual havia me envolvido em sete anos de movimento estudantil, eu queria fazer algo útil sem ter tanta dor de cabeça. Não fazia ideia, naquela época, de quanto trabalho e desgaste emocional me aguardavam na proteção animal. Escrevi para o e-mail indicado e recebi o convite de participar de um “mutirão no lar de Alice⁴³” naquele sábado. Achei que Lar de Alice fosse o nome de uma instituição e fui me encontrar com o grupo no sábado, às 8h, para irmos juntos. Ao chegar no local, entendi que se tratava de uma casa (o lar) de uma senhora com cerca de 70 anos, que tinha em casa uma média de 70 gatos e 10 cães, muitos deles doentes, que teríamos a missão de medicar. Com o passar do tempo, passamos a fazer mutirões também de limpeza do local, ajudando Alice a encher sacos vazios de ração com fezes de gatos, que se acumulavam em montes no gatil. Também limpávamos o terraço, retirando pilhas de jornal, caixas de papelão e pratos de isopor que ela acumulava para os gatos. As baratas corriam para todo lado quando limpávamos e eu, apavorada, tentava ser discreta para não perder a credibilidade, pois ela tentava nos demover da ideia de limpar o lixo, afirmando que poderia fazê-lo sozinha depois. Demoramos mais de um ano para conseguir permissão para limpar o interior da casa – já tão cheia de lixo e fezes que foi preciso contratar uma equipe para remover o entulho e um caminhão para levar o lixo. Pelo acordo feito com ela, só tiveram permissão para estar presentes os homens contratados, mas Ariene compareceu e relata que havia várias camadas de fezes cobertas com jornais no chão da casa, além de muitos ratos e baratas. Após a retirada do lixo, promovemos uma arrecadação para cimentar o chão e realizar consertos, de forma que Alice pôde, finalmente, voltar a morar dentro de casa. Passados

⁴³ Alice é um nome fictício, como forma de preservar sua identidade e resguardar seu endereço de novos abandonos. Em toda a Região Metropolitana do Recife há casas em situação semelhante à dela e, apenas no Distrito Sanitário IV, em que se encontra o abrigo de Alice, conheço outros 4 semelhantes.

alguns meses, porém, havia vários gatos no interior da casa, bem como fezes, jornais, caixas e bandejas de isopor.

Além de limpeza e medicação, fazíamos alguns mutirões de castração, em que levávamos cerca de 20 gatos para castrar em um mesmo dia, no hospital da UFRPE. Ariene, coordenadora do projeto, realizava as mesmas atividades que nós e tinha sempre alguma ideia do que mais poderíamos fazer, mas o engajamento geral era praticamente limitado aos mutirões, pois todas nós tratávamos o Adote como voluntariado. A única exceção era Débora, que desenvolveria sua monografia com uma experiência de inclusão da educação para o direito dos animais em escolas, sob a orientação de Ariene, e, por isso, realizava também atividades educativas.

Os debates sobre desistir do abrigo de Alice eram constantes no grupo, pois percebíamos que ela sempre voltava a juntar entulho, continuava recebendo animais e, justamente por estarem em grande quantidade, o tempo todo, eles continuavam adoecendo e morrendo sem parar. Toda vez que tirávamos um filhote do abrigo para cuidar, Alice chorava, se despedia como se estivéssemos fazendo um mal, mas, quando retornávamos após quinze dias, os filhotes que haviam ficado já estavam reduzidos à metade ou menos, devido às doenças e à impossibilidade de cuidar deles naquele ambiente e de dedicar tempo a cada um, diante de tantos afazeres. Enquanto isso, nós vivíamos um drama também em nossas casas, pois conseguir adoção para os animais (especialmente os gatos) não era nada fácil e o Orkut era uma ferramenta muito falha. Buscávamos adoção entre os conhecidos, mandávamos fotos por e-mail e aguardávamos. Lembro de como acordava sobressaltada no meio da noite preocupada com algum gato “encalhado” que já estava em lar temporário há meses e eu não conseguia doar. As chamadas feiras de adoção, promovidas em 2009 e 2010, eram um fracasso, pois não reuniam público e o número de adoções ficava entre zero e cinco. Naquele período, eu e outras extensionistas sonhávamos com a construção de um abrigo modelo, em que os animais resgatados tivessem qualidade de vida e pudessem ser encaminhados para adoção. Aos poucos, frustradas com a impossibilidade de manter os animais saudáveis e, principalmente, de impedir o constante abandono no abrigo que ajudávamos, concluímos que o tempo e a energia dispendidos nesse tipo de atividade não geravam os resultados esperados. Lembro de reuniões bastante tensas em que Ariene, frustrada ou irritada, asseverava que jamais conseguiríamos mudar a situação do abrigo, enquanto eu e outras voluntárias afirmávamos que poderíamos, que já estávamos fazendo isso. Passados alguns meses, a confiança nos resultados deu lugar ao desânimo e adquirimos o hábito de lanchar

guloseimas ou tomar sorvete após cada mutirão de limpeza, como uma espécie de recompensa emocional pelo que havíamos testemunhado. Com mais alguns meses, passei a discutir com a dona do abrigo e a responder de forma grosseira aos telefonemas recebidos por ela, de pessoas querendo deixar animais no local. Um de meus maiores acessos de fúria aconteceu em 2010, quando atendi ao telefonema de uma mulher que queria o endereço do abrigo para levar sua cadela poodle de 13 anos, que havia ficado cega e precisaria de cuidados especiais, mas a tutora alegava não ter tempo de cuidar. Embora não tenha registrado esse diálogo em nenhum lugar, lembro-me dele com bastante clareza, especialmente das coisas que falei antes de desligar o telefone:

Se fosse a sua filha cega aos 13 anos de idade, você abandonaria? Se você abandonar essa cadela no momento em que ela mais precisa, ela vai morrer e, se você fizer isso, eu desejo profundamente que os seus filhos a abandonem quando a senhora estiver velha e doente.

Não importava quantos animais retirássemos da casa de Alice, todas as vezes que voltávamos, o número deles era igual ou maior. Além disso, não importava o quanto nos esforçássemos para medicá-los contra vermes, sarna e viroses, a infestação de parasitas e a mortalidade eram sempre altas, especialmente entre os recém-chegados. Traçando um paralelo com o relato de Fakkema, é possível dizer que a mudança na forma de atuação do Adote está relacionada ao fato de Ariene ter passado por essas fases antes de nós e, por isso, forçar-nos a passar por elas mais rapidamente.

Nos quase dois anos de intensa dedicação ao abrigo (Ariene já o ajudava desde 2007), éramos um grupo que variava entre 6 e 8 voluntárias (os homens que apareciam eram namorados de alguma das mulheres do grupo e ajudavam apenas esporadicamente). Em 2010, o projeto conseguiu duas bolsas de extensão, que foram revezadas entre as voluntárias, todas da graduação de ciências biológicas ou ambientais. Entrei para o Adote como a maior parte das pessoas, com a intenção de ajudar os animais, mas sem ter ideia de como isso seria feito. Minha participação em todas essas atividades era constante, mas tomava apenas um dia por quinzena e o tempo de cuidar em casa dos animais resgatados.

Quando rompemos com aquele modelo de atuação, passamos a priorizar medidas de prevenção ao abandono, como promover castração e atividades de educação para a guarda responsável. A colaboração com o abrigo restringiu-se à castração e resgate dos animais a serem adotados, além da promoção de eventos de adoção, que, em novembro de 2011, ganharam periodicidade mensal. Entre 2011 e 2012, Débora desenvolveu a monografia, mas, apesar de me interessar pelo tema, não me engajei na atividade,

limitando-me a emitir opiniões nas reuniões do grupo. Aquele trabalho ainda não me parecia ser do Adote como um todo – e isso era bastante confortável. No final de 2011, porém, as meninas do grupo demonstraram interesse em participar de dois congressos e resolvi colaborar. Elaborei um questionário para aplicarmos no bairro em que o abrigo estava localizado, treinei as extensionistas para aplicá-lo e participei com elas da coleta e interpretação dos dados. Com essa primeira pesquisa, pretendíamos mapear a situação dos animais daquela localidade e a opinião daquela vizinhança sobre castração, abandono e abrigos, procurando identificar possíveis fontes de abandono e aproveitando a visita para incentivar as pessoas a castrarem seus animais. Por causa dessa pesquisa, passei a guiar algumas reuniões voltadas para o debate de trabalhos acadêmicos e o treinamento das extensionistas para planejar e realizar outras investigações, tendo como resultado, não planejado, a inauguração do braço acadêmico do Adote.

Daquele momento em diante, o projeto começou a caminhar para uma consolidação acadêmica, os extensionistas passaram a vislumbrar a possibilidade de unir as atividades de extensão à participação em congressos e à realização de pesquisas para seus Trabalhos de Conclusão de Curso. Por fim, ao formar um grupo estável de extensionistas e um conjunto fixo de ações, começamos a garantir financiamento para algumas de nossas ações a partir de editais do MEC-Sesu a partir de 2013, liberando-nos de parte das atividades de arrecadação de verbas e das limitações impostas pela precariedade financeira. Em 2015, o Adote passou para a categoria de Programa de Extensão e, pela primeira vez, garantiu financiamento para um biênio pelo MEC-Sesu⁴⁴.

Deixar o abrigo e passar a atuar com um programa de controle populacional foi uma decisão difícil e repleta de culpa, firmada em um momento de transição da equipe, em que permaneceram apenas cinco componentes já envolvidas com o abrigo (Ariene, eu, Tamires, Rosinha e Vanessa). Essa decisão modificou substancialmente o perfil dos envolvidos no Adote e a conexão afetiva com as atividades do programa. Nesse novo contexto, o Adote assumiu características que terminaram por diferenciá-lo dos outros grupos de proteção animal da Região Metropolitana do Recife. A primeira diferença resultante desse processo foi a composição do grupo. Ao longo dos anos, formamos uma equipe relativamente estável, pois, além de mim e Ariene, contamos com uma média de

⁴⁴ O financiamento do MEC-Sesu é concedido para a realização de mutirões de castração, eventos de adoção e pagamento de bolsas para estudantes de graduação, mas há permanentemente a venda de produtos como forma de financiar tratamento de animais resgatados e ampliar a quantidade de castrações oferecidas.

10 extensionistas fixos, todos membros da UFPE (a maioria estudantes de ciências biológicas). Além disso, o fazer acadêmico nos levou a conectar, às ações do programa, conhecimentos científicos e técnicos, realizando planejamentos estratégicos a partir de estudos anteriores, promovendo pesquisas e participando de congressos acadêmicos⁴⁵.

Além da atenção crescente para as questões acadêmicas, os contatos com os animais tornaram-se menos frequentes e intensos que o contato com pessoas, que se tornaram o centro de nossas atenções tanto nos eventos de adoção quanto no cadastro para os mutirões de castração. Nos mutirões em si, a atenção é dividida entre o atendimento aos tutores, os procedimentos burocráticos e os cuidados com os animais. Percebemos inicialmente que muitos dos novos extensionistas se frustravam porque tinham a expectativa de cuidar de animais e passamos a explicar, nos processos seletivos, que o trabalho seria desenvolvido fundamentalmente com pessoas. Para mim, no entanto, essa mudança criou uma oportunidade ímpar para a realização de minha pesquisa de doutorado.

2.1.2. A pesquisa de doutorado e o Adote um Vira-Lata

A decisão de estudar relações sociais com cães e gatos foi feita no final de 2010, quando estava terminando minha dissertação de mestrado, mas, naquele momento, eu não tinha intenção de envolver o Adote um Vira-Lata na pesquisa. Minha intenção era estudar as formas de hierarquização entre humanos e animais de estimação, para entender como as relações de desigualdade se reproduziam e como, em alguns casos, eram submetidas a mudanças. Demorou um tempo para que eu percebesse como essa questão de pesquisa era ampla e o quanto teria que trabalhar para recortá-la de forma viável e as mudanças ocorridas no Adote contribuíram para que eu encontrasse esse caminho.

Em abril de 2012, Ariene me nomeou vice-coordenadora do projeto e avisou que eu assumiria novas funções e dividiria com ela o trabalho de orientar as ações das extensionistas e os trabalhos acadêmicos do Adote. Passei a me dedicar à reformulação das intervenções pedagógicas realizadas em uma escola da Várzea e ao treinamento dos alunos para a realização de pesquisas de mapeamento do público. Até aquele momento, não havia para mim uma relação direta entre as atividades na proteção animal e a pesquisa

⁴⁵ Embora eu estude sociologia, as áreas do conhecimento com a qual os trabalhos do Adote dialogam com maior frequência (pela literatura e nos congressos) são as ciências biológicas, a medicina veterinária, o direito e a educação.

de doutorado. Não me agradava a ideia de pesquisar a proteção animal pelo fato de que, sendo já participante e conhecendo muitos dos bastidores dessa atividade, eu não tinha curiosidade de pesquisá-la nem me sentia à vontade para expor as pessoas que já me eram próximas e que certamente se reconheceriam umas às outras, mesmo que eu tentasse mantê-las no anonimato. Aos poucos, porém, a proteção começou a se mostrar uma porta a partir da qual eu poderia acessar as relações de tutoria que me interessavam, visto que o Adote crescera e passara a estabelecer contatos mais frequentes e significativos com tutores em eventos de adoção e atividades educativas.

Aquele era um momento de muitas mudanças, pois, em novembro de 2011, havíamos começado a realizar eventos mensais de adoção (não havia, até então, nenhum evento com calendário fixo na RMR) e as nossas estratégias de divulgação estavam mais eficientes (utilizávamos anuncietas, facebook e cartazes impressos). Passamos a travar contatos com grupos de outros estados, participamos de congressos e começamos a estudar as experiências de controle populacional e de ações educativas realizadas fora de Pernambuco. Nessa direção, passamos a mudar formas de ação e terminologias. Em vez de feiras, começamos a falar em eventos de adoção, para não reforçar a ideia dos animais como mercadorias; trocamos o termo “posse responsável” por “guarda responsável”, assim como “dono” por “tutor”; em 2012, passamos a castrar os animais antes de doar, ao invés de combinar a castração posterior, que dependia da boa vontade de quem adotava. Quanto mais nos dedicávamos aos eventos de adoção e atividades educativas, menos tempo e disposição tínhamos para o abrigo de Alice, agora categorizada como acumuladora de animais e considerada um caso perdido até que se mudasse para outra residência, que não virasse foco de abandono de animais.

Assumimos, como meta, promover a castração dos animais dos bairros da Várzea e do Cordeiro para reduzir o abandono no abrigo e no campus da universidade e, em 2012, submetemos um projeto ao edital MEC-Sesu. Após a aprovação de financiamento para um projeto de controle populacional de cães e gatos, ganhamos um poder de atuação maior, deixando de depender apenas da venda de produtos, rifas e doações. Ariene também já não era mais alvo frequente de piadas nos corredores do Centro de Ciências Biológicas, pois o projeto começava a consolidar um espaço institucional e acadêmico. O crescimento do Adote acompanhou o crescimento da causa animal nas principais capitais do Brasil, com marcos como os movimentos pelo aumento da pena de maus tratos contra animais e as eleições 2012, com o surgimento de candidatos que se colocavam como representantes dos animais e ganhavam popularidade entre os eleitores.

Inserida nesse contexto, reformulei meu projeto de pesquisa no final de 2012, assumindo como recorte os tutores de alguma forma inseridos no processo de mudança que envolvia a proteção animal. A partir dali, tornou-se claro que o Adote seria meu ponto de partida para a realização da pesquisa. Com esta definição, livre-me da crise de consciência que tinha entre me dedicar ao doutorado ou ao Adote e mergulhei em todas as atividades do projeto: organização de eventos, ações educativas, pesquisas, reuniões de planejamento e avaliação, participação em manifestações, redação de material informativo e de artigos acadêmicos, participação em congressos, orientação aos extensionistas, eventos de adoção e mutirões de castração. Além disso, confiando no crescimento dos eventos e dos grupos virtuais de adoção, desde 2012 passei a resgatar gatos com mais frequência. As coisas haviam mudado rapidamente e nossos eventos de adoção passaram a ganhar expressiva cobertura midiática e a reunir um público antes inimaginável. No período em que a pesquisa foi realizada (2013 e 2014), por exemplo, foram realizados 22 eventos de adoção, no qual 546 cães e gatos foram adotados.

2.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir de agora, exponho em detalhes os procedimentos metodológicos realizados nesta tese, cujo objetivo geral foi investigar como os impulsos civilizadores nas relações com animais de estimação têm configurado a experiência moral de tutores de cães e gatos na Região Metropolitana do Recife.

Quadro 5 - Mapa de procedimentos metodológicos utilizados



Fonte: Elaboração própria.

2.2.1. Levantamento bibliográfico

Por ser uma área de pesquisa recente no Brasil, há poucos pesquisadores brasileiros dedicados ao estudo das relações sociais interespecie e a produção ainda é muito esparsa, havendo ainda pouco contato entre os acadêmicos que escrevem sobre o assunto. A pequena presença de brasileiros nas referências bibliográficas dos trabalhos aqui produzidos é um indicativo importante de que essa produção não é conhecida o suficiente. Diante dessa dificuldade, lancei mão da plataforma de dados Google Acadêmico para, a partir de buscas com palavras-chave⁴⁶, encontrar trabalhos sobre relações com animais não humanos nas áreas de sociologia, antropologia, filosofia e direito. Quanto aos trabalhos sobre proteção animal e as outras formas de ativismo relacionadas a animais não humanos, busquei também a produção de outras áreas, como ciências biológicas (e ambientais), medicina veterinária e medicina.

A partir dos trabalhos encontrados, consulte referências bibliográficas dos referidos trabalhos e busquei as publicações que ainda não haviam sido encontradas. Por fim, consulte na plataforma *lattes* os currículos dos pesquisadores dedicados ao tema,

⁴⁶ Isoladas e combinadas de diferentes formas, as palavras-chave utilizadas foram: cão, gato, animal não humano, proteção animal, direito animal, vegetarianismo, antiviviseção. Combinadas a cão, gato e animais não humanos, foram buscados os termos manejo, controle populacional, zoonose, raiva, relações, interações, família.

buscando outros trabalhos por eles escritos ou orientados, busquei os anais dos congressos com apresentações a respeito (Congresso Mundial de Bioética e Direito Animal, Reunião Brasileira de Antropologia (28º encontro, em 2012) e Reunião Equatorial de Antropologia (V REA/XIV ABANNE, em 2015). Por fim, foram consultadas as edições da Revista Brasileira de Direito Animal e os dossiês temáticos dedicados a relações com animais não humanos em revistas acadêmicas INTERthesis (PPGICH/UFSC), Revista de Estudos e Investigações Antropológicas (PPGA/UFPE).

2.2.2. Pesquisa documental

2.2.2.1. Jornais impressos

Em relação aos dados, tomei como ponto de partida um mapeamento das matérias sobre animais de estimação, proteção animal e temas relacionados, publicadas em dois veículos de comunicação da grande mídia em Pernambuco: Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco. Como recorte, foram selecionados todos os jornais de sábado e domingo no período de janeiro de 2009 a março de 2012. A opção por esse recorte foi feita porque as edições dominicais, que são as mais bem produzidas da semana, possuem maior número de matérias e também o maior número de vendas, podendo ser consideradas como representativas do veículo. Dado que os eventos promovidos pela proteção animal comumente acontecem aos sábados, esse dia também foi incluído. Em relação ao período, optei por fazer coincidir a pesquisa com minha entrada na proteção animal, de forma a investigar se eram fundamentadas duas impressões que tinha como ativista: a predominância de uma perspectiva do mercado pet nas matérias sobre animais de estimação e a invisibilidade das questões morais levantadas pela proteção animal e pelo ativismo vegetariano. Meu objetivo naquele momento foi estabelecer um ponto de partida para a pesquisa, por isso procurei identificar, na grande mídia pernambucana, as representações recorrentes sobre diferentes espécies animais e sobre as relações entre essas espécies e os humanos, especialmente no caso dos cães e gatos.

Pela intenção de construir paralelamente uma base de dados mais ampla, registrei não apenas as matérias e notas sobre cães e gatos, e sim todo o material referente a animais não-humanos, excetuando as que tratavam de produtos de origem animal que não tratassem dos animais em si e as matérias sobre dengue que, encontradas em grande quantidade, demandavam trabalho e desviavam excessivamente do objetivo. A realização

de um mapeamento dessa monta não teria sido possível sem o apoio de Ivo Raposo e Isabel Guedes, extensionistas do Adote um Vira-Lata que me acompanharam nas incursões aos jornais, realizadas na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco no ano de 2014.

A cada edição, foram consultados todos os cadernos, excetuando-se apenas os classificados, as colunas sociais e os cadernos de imóveis e veículos. Nesse primeiro momento, identificamos as matérias que faziam referência a animais não humanos nos elementos pré-textuais (título, chapéu, chamada, sutiã, imagens e legenda de imagens). Ao serem identificadas, as peças eram submetidas a análise de conteúdo e registradas em uma tabela contendo data, jornal, caderno, título, tema abordado, espécies abordadas (com os termos usados para caracterizá-las), representações feitas sobre as espécies citadas e um espaço para observações adicionais.

Como qualquer técnica de pesquisa, a análise de conteúdo não é completa. Por lidar com uma quantidade muito grande de informações, essa técnica perde em termos de profundidade da análise, como acontece, por exemplo, no caso dos questionários. Para o objetivo estabelecido para esta etapa, no entanto, essa técnica foi a mais adequada, pois me permitiu sistematizar um grande volume de dados em um período curto de tempo, de acordo com a indicação de Bauer (2002), sem perder a possibilidade de retomá-las posteriormente para análises mais demoradas, pois os dados registrados me permitiam encontrá-las novamente para releitura.

A incursão nos jornais impressos possibilitou a identificação de uma diversidade de representações sociais sobre cães e gatos, variáveis de acordo com o foco da editoria (economia, cotidiano, comportamento, ciência), com os interesses humanos em jogo (animais úteis, divertidos, lucrativos, perigosos, indesejados) e com a situação abordada.

A identificação das representações recorrentes na grande mídia apontaram algumas direções em que ocorrem mudanças nos veículos de comunicação, mas não seriam suficientes para explicá-las, tampouco para identificar transformações nas relações travadas pelos atores sociais, que não podem ser tomados como meros reflexos da mídia. Afinal, não seria correto tomar as representações midiáticas como idênticas às representações cotidianas, tampouco inferir, a partir de análises de documentos, quais são as interpretações que as pessoas fazem daquilo que aparece na mídia (BAUER, 2002; GUBA & LINCOLN, 1994).

Nesse sentido, a opção por pesquisar na mídia um período que vivenciei como ativista (2009 a 2011) foi importante porque me permitiu analisar as publicações do ponto

de vista das representações construídas na mídia, mas também do ponto de vista das leituras feitas, na época, por quem militava na proteção animal. Complementei esse mapeamento com análise de conteúdo também em documentos da proteção animal, dando preferência aos materiais do Adote um Vira-Lata e àqueles repercutidos com frequência por protetores da RMR nas redes sociais.

2.2.2.2. *Revistas especializadas*

Consultei 15 edições de revistas especializadas em animais de estimação: Revista Cães & Companhia (posteriormente nomeada Cães & Cia), revista Cães e revista Cães & Raças. Por não haver base de dados disponível na internet, as edições foram adquiridas em sebos virtuais, nos quais busquei inicialmente as edições mais antigas e, posteriormente, aquelas que anunciavam na capa matérias relevantes para a pesquisa. As edições da década de 1980 consultadas da revista Cães & Companhia foram 26 (1981), 48 (1983), 51 (1983), 85 (1986) e 92 (1987) e, da revista Cães (especializada, lançada pela editora da Cães & Cia - Flash), foram consultadas as edições nº 4 e 5, ambas de 1986. Já na década de 1990, foram consultadas as edições 176, 178 e 187 (1994), 194 (1995) e 203 (1996) da revista Cães & Cia. Também foram consultadas as edições 1 e 7 (1996) da revista Cães & Raças. Neste material, procurei analisar as matérias sobre cães de guarda, cães de companhia, gatos e problemas de saúde nas duas espécies, além das cartas de leitores. Por fim, foi feito um panorama dos produtos anunciados nesses veículos.

2.2.2.3. *Manuais de guarda responsável*

Em um paralelo com os “manuais de etiqueta” analisados por Elias e com os “manuais de empresas” analisados por Boltanski & Thévenot, chamo “manuais de boa tutoria” analisei publicações (impressas ou virtuais) voltadas para a adequação do comportamento de tutores (que se costuma chamar de *educação para a guarda responsável*). Analisei esses manuais como forma de identificar os aspectos gerais da mudança social que me interessa, pois tais publicações intentam prescrever uma conduta socialmente aceitável justamente quando ela ainda não está consolidada (se já estivesse, tais indicações não seriam necessárias). Dois tipos de manuais foram considerados:

- Manuais de boa tutoria, escritos por protetores de animais de Pernambuco ou por eles distribuídos
- Páginas de grupos de proteção da Região Metropolitana do Recife na internet
- Programas televisivos que atuam como manuais de boa tutoria, com recorte nos dois mais difundidos no Brasil: “O Encantador de Cães” e “Meu Gato Endiabrado”.

A leitura e categorização desse material ajudou a situar melhor de que maneira a proteção animal age (para além de minha experiência), que aspectos do discurso da proteção estavam sob disputa e quais deles ganhavam espaço na grande mídia. Por outro lado, ao longo do período do doutorado, interessei-me cada vez mais em entender como os sujeitos inseridos nessa configuração realizavam leituras dessas indicações e negociavam a convivência com os animais de estimação.

Embora o mapeamento acima descrito aponte transformações discursivas e normativas, o corpus a partir do qual ele é realizado não permite o acesso às emoções envolvidas no processo, tampouco às tensões que as novas relações com animais de estimação geram. Buscando acessar essas questões, aproveitei minha inserção no campo para investir em uma observação participante, capaz de enriquecer o *corpus* da pesquisa com detalhes vivos, que possibilitassem o acesso aos elementos cotidianos das relações com cães e gatos.

2.2.3. Observação participante

As diferentes modalidades de pesquisa participante são ricas para a compreensão das lógicas internas de grupos, especialmente sobre aquilo que não é explicado nas falas cotidianas ou entrevistas por parecer óbvio demais para os membros. Ao optar por essa estratégia, meu interesse era me aproximar ainda mais das relações de tutoria travadas por outras pessoas e usar a proteção animal como ponte para o estabelecimento de diálogos sobre animais de estimação. Resolvi, portanto, aproveitar a imersão no contexto pesquisado, aproximando-me do que Jaccoud & Mayer (2008:262) caracterizam como “modelo da impregnação”, no qual o pesquisador se integra ao meio estudado, buscando aproximar-se ao máximo daquilo que os atores pesquisados vivenciam, sentem e assumem como preocupação.

A realização desse objetivo só foi possível devido à minha intensa participação no mundo pesquisado, que possibilitou acessar dimensões pouco exploradas nos estudos sobre relações sociais com cães e gatos. No Brasil, os estudos antropológicos de maior importância nessa área são marcados por um distanciamento considerável dos pesquisadores em relação ao mundo da tutoria e/ou da proteção animal. Segata (2012) confessou seu incômodo com o ambiente da clínica veterinária, com “aquele cheiro de rações e pulgas”; Matos (2012) relatou medo dos cães e incapacidade de diferenciar latidos amistosos de latidos agressivos ao conhecer a “favela de cães” em que fez pesquisa; Osório (2011 e 2012) realiza etnografia virtual, sem contato face a face com os sujeitos; Lewgoy & Sordi (2012) não se propõem a realizar etnografias. O distanciamento não reduz a validade ou o mérito desses estudos, que são aqui tomados como referências, mas impõe uma barreira em relação aos aspectos subjetivos e emocionais implicados nessas relações.

Optei pela observação participante como ferramenta metodológica central desta pesquisa por entender que os dados gerados dessa maneira me permitiriam compreender do ponto de vista nativo a experiência moral das relações com cães e gatos em um contexto civilizatório. Foi com essa intenção que, entre 2013 e 2014, mergulhei sem restrições na proteção animal, assumindo a observação participante como ferramenta metodológica fundamental para acessar a experiência de tutores que vivenciavam a experiência de tutoria em um contexto de civilização das relações. Por já fazer parte do Adote um Vira-Lata, a inserção no campo não seria um problema, mas alguns desafios teriam que ser enfrentados. Primeiramente, havia o risco transformar a tese em uma pesquisa sobre a proteção animal, e não uma pesquisa sobre a experiência moral nas relações com cães e gatos que tomasse a proteção animal como ponto de partida. Em segundo lugar, havia um problema ético envolvido, pois, mesmo que utilize nomes fictícios, os protetores citados neste trabalho são capazes de reconhecer uns aos outros, de modo que, se estivessem focados nas relações entre os protetores, meus relatos teriam o potencial de gerar conflitos comigo e entre eles. Para resolver esses dois problemas, optei por focar os registros de campo nas minhas interações com os tutores, entendendo a mim mesma como representante de posturas e contradições típicas da proteção animal. Dado que, no período delimitado para a observação, participei de 20 eventos de adoção⁴⁷

⁴⁷ A cada ano, são realizados 11 eventos de adoção. O último evento do ano ocorre no mês de novembro, durante a Exposição Nordestina de Animais, com duração de uma semana.

e 14 mutirões de castração, o número de interações travadas com tutores foi tão grande que nem eu mesma seria capaz de identificar hoje seus nomes ou rostos.

A partir das atividades que realizei como participante, travei contato com tutores de perfis diversos e deparei-me tanto com lógicas cotidianas não questionadas nas relações quanto com tensões entre garantir e tolher a animalidade dos cães e gatos, ansiedade diante das diversas e contraditórias reivindicações sobre essa relação, entre outras questões. A proteção animal foi, portanto, uma ponte para chegar aos tutores e analisar de que maneira eles se colocavam nas interações de ajuste e negociação em que seu comportamento em relação a cães e/ou gatos era submetido a avaliação e crítica por parte de outros tutores ou dos protetores.

Por assumir minha própria experiência como central, registrei no diário de campo os meus próprios comportamentos, interações e emoções, maximizando a orientação de inserir a si mesmo como sujeito de observação nos relatos (JACCOUD & MAYER, 2008:274). Nesses registros auto-centrados, os demais protetores entraram apenas como coadjuvantes, posto que a centralidade dos registros foram as minhas experiências, os dilemas e os conflitos morais em que me vi colocada e as emoções sentidas por mim nas relações com gatos, cães e humanos em situações como resgate, lar temporário, contatos com possíveis adotantes (inclusive os que são negados), entre outras. Isso não significa que a pesquisa tenha sido sobre mim, e sim que a análise posterior de situações vivenciadas e registradas na perspectiva de participante me permitiram compreender essas experiências em riqueza de detalhes.

Ora focando as expressões dos tutores e protetores (nos registros de minhas interações com eles), ora focando minhas próprias vivências (dilemas morais, emoções vivenciadas e relações com humanos e não-humanos), meu diário de campo serviu como elo entre as minhas experiências e as de outros tutores e protetores e como elemento para reflexão sobre o contexto em que tais vivências ocorrem.

Devido ao foco da pesquisa, concentrei-me, por um lado, nas interações problemáticas entre atores que apresentam moralidades distintas e nas justificações oferecidas pelos atores durante os conflitos e, por outro lado, nas reflexões realizadas pelos tutores e/ou protetores sobre suas próprias relações com cães e gatos, a respeito de questões referentes a bem/mal, justo/injusto, digno/indigno, limpo/sujo, conveniente/inconveniente.

Entre todas as atividades do Adote um Vira-Lata, as mais importantes para esta pesquisa foram os eventos mensais de adoção, que proporcionaram contatos diversos com

tutores de cães e gatos vindos de toda a Região Metropolitana do Recife, por isso essas atividades serão descritas com maiores detalhes. É válido citar, porém, que meu contato com tutores também ocorria ao longo do mês por facebook, telefone e pessoalmente nos cadastros e na realização dos mutirões de castração promovidos para atender animais domiciliados nas áreas socialmente vulneráveis do bairro da Várzea⁴⁸.

2.2.3.1. Eventos de adoção

Desde novembro de 2011, os eventos de adoção do Adote um Vira-lata ocorrem uma vez por mês, sempre aos sábados, das 9h às 16h. Devido à presença de uma unidade do Expresso Cidadão em frente à área da adoção e ao fato de um cartaz na entrada do parque anunciar o evento para quem passa pela Avenida Caxangá, as visitas não são apenas de pessoas interessadas em adotar, havendo também um grande público de curiosos, somando de 100 a 150 pessoas por mês⁴⁹. Em todos esses eventos, assumi a função de recepcionar os visitantes e fazer a sua triagem, por isso participei de uma grande quantidade de diálogos com um público bastante diverso⁵⁰.

No contato inicial, a partir de um diálogo semi-estruturado⁵¹, os visitantes comentam o que os motivava a buscar (ou a querer doar) um animal, quais os padrões de comportamento esperados e que tipo de contato consideram desejável e/ou normal (estabelecendo fronteiras espaciais na casa e limites para o contato físico).

Como participante, pude fazer registros que dificilmente seriam gerados por entrevistas ou pela observação não participante, em que os sujeitos, sabendo que estão sendo observados por um pesquisador, tendem a aumentar o automonitoramento e deixam de fazer observações que fariam cotidianamente, estive inserida em interações mais

⁴⁸ Nos mutirões também foram castrados animais errantes do campus da UFPE e das ruas das comunidades visitadas, mas a maioria dos animais identificados na área eram domiciliados ou semi-domiciliados.

⁴⁹ Exceção deve ser feita ao mês de novembro, em que, aproveitando a realização da Exposição Nordestina de Animais, realizamos um evento com duração de uma semana, recebendo um público maior e mais amplo, pois muitas pessoas do interior do estado comparecem a esse evento anual.

⁵⁰ Pessoas que já possuem animais são orientadas sobre castração, têm suas dúvidas esclarecidas e a conversa termina com a indicação de clínicas que fazem a cirurgia a baixo custo; os interessados em ajudar são esclarecidos sobre o projeto e encaminhados para continuar o diálogo com outro extensionista. Os interessados em adoção, por sua vez, passam por uma entrevista na qual são avaliados e, a partir daí, encaminhados para o preenchimento do termo de adoção ou, caso sejam considerados inaptos à adoção, são aconselhados a repensar ou polidamente rejeitados. Em geral, realizo entrevistas dos interessados em gatos e encaminho os interessados em adotar cães para outra pessoa do programa entrevistar.

⁵¹ Perceba-se que não se trata de uma entrevista formal, mas de um contato inicial. As perguntas que o compõem foram elaboradas por mim como roteiro, com o objetivo de ajudar os protetores a avaliarem o candidato a adoção, mas, no meu caso, possibilita também a identificação de questões pertinentes a essa pesquisa.

espontâneas, como as observações de nojo, medo ou desprezo com que muitos visitantes desavisados dos eventos de adoção se referiam aos animais, especialmente aos gatos. Além disso, por cumprir nos eventos do Adote a função de recepcionar visitantes, fui procurada para resolver problemas que revelam muito das relações travadas com cães e gatos. Pediram minha ajuda pessoas que queriam “dar fim” (nesses termos) a um animal; queriam colocar para adoção animais que estavam sendo ameaçados ou maltratados em suas casas (por cônjuge, pai ou mãe); queriam indicação de um abrigo para deixar animais encontrados na rua; queriam indicação de um abrigo para deixar seus próprios animais; queriam castrar seus animais (em geral as fêmeas); queriam indicações sobre tratamento veterinário; queriam resolver inconvenientes da convivência com cães ou gatos; queriam desabafar sobre a perda de um animal (e mostrar fotos), entre outros casos.

É comum que as pessoas interessadas em adotar compareçam com outras pessoas de casa, especialmente os cônjuges, mas, entre os que vão sozinhos, a maioria são mulheres. No momento de responder ao questionário e assinar o termo de responsabilidade pelo animal, as mulheres também são maioria.

Durante os primeiros eventos nos quais minha participação já estava combinada ao interesse de observação, tentei fazer registros ao longo do dia, após as interações que considerava significativas. Essa estratégia não funcionou porque além de não haver tempo, a condição de participante me fazia esquecer da pesquisa durante as interações. Em geral, eu só lembrava da relevância sociológica de tudo aquilo quando já estava em casa, mas a exaustão física e emocional que se segue a um evento de adoção dificultava a escrita dos diários de campo. Passei, então, a fazer anotações breves de situações e diálogos marcantes – ou por terem me mobilizado emocionalmente ou por terem gerado reações entre os participantes. Em 2014, quando comecei a categorizar essas anotações, percebi recorrências importantes nos diálogos travados em eventos de adoção e, tendo isso em vista, passei a detalhar os registros mais antigos com descrições pormenorizadas.

Outra questão a ressaltar é que em todos os eventos de adoção de que participei, há sempre casos em que os protetores consideram o candidato inapto a adotar o animal escolhido ou a adotar qualquer animal, seja por uma avaliação sobre a segurança do animal na residência (estrutura da casa, tráfego de carros, acesso à rua, conflito com vizinhança, etc), seja por uma avaliação sobre a possibilidade de o candidato se adequar ou não ao que se espera dele como tutor (cuidados e espaço destinados ao animal, disposição em dedicar tempo ou realizar gastos, entre outros). Nesses casos, os protetores procuram convencer o candidato a desistir da adoção ou explicam o motivo pelo qual a

conclusão do processo não será efetuada. Trata-se de uma situação tensa e com grande potencial de gerar conflitos e, justamente por isso, reveladora para os objetivos dessa pesquisa. Por um lado, as rejeições revelam um descompasso entre o que os protetores consideram que deva ser a relação do tutor com um animal de companhia e as concepções apresentadas pelos candidatos; por outro lado, as reações que questionam a necessidade de dar explicações demonstram a persistência da classificação tradicional dos animais de estimação como bens a serem adquiridos sem grandes protocolos. Em outros casos, ainda, os protetores aceitam concluir a adoção, mediante negociações com os candidatos, que se comprometem a realizar ajustes entendidos como necessários à segurança ou ao bem estar do animal. Nesses casos, é interessante observar que aspectos são negociáveis e que ajustes são considerados indispensáveis.

2.2.4. Questionários

Esta pesquisa foi concebida como qualitativa, mas duas oportunidades me possibilitaram inserir dados quantitativos importantes. A primeira foi a realização de uma pesquisa exploratória com colegas da turma do doutorado, como parte do requisito da disciplina de Métodos Quantitativos. Nesta ocasião, o grupo concordou em realizar comigo um mapeamento sobre a composição e as formas de atuação dos protetores de animais na Região Metropolitana do Recife (BRAGA et al, 2011), que foi parcialmente divulgado em outro momento (LIMA & SILVA NETTO, 2011). Esses dados serão utilizados no final deste capítulo para ajudar a traçar um panorama da proteção animal.

Outra fonte de dados quantitativos que foram inseridos nesta pesquisa foram os eventos de adoção promovidos pelo Adote um Vira-Lata, nos quais o procedimento de adoção inclui a aplicação de um questionário, pelo qual são levantadas informações sobre o núcleo familiar, a residência, a rotina dos moradores e a condição de vida prevista para o animal a ser adotado⁵². Entre 2013 e 2014, em que realizei a observação participante, um total de 546 questionários foram aplicados, gerando resultados importantes para o capítulo 6 desta tese⁵³.

⁵² O questionário é aplicado por uma equipe de extensionistas treinados para esta função, que fazem do questionário um segundo filtro avaliativo, após a entrevista previamente realizada pelo protetor responsável pelo animal a ser adotado.

⁵³ Para a construção da matriz de dados no SPSS, contei com a colaboração de Andrezza Araújo, Elton Emílio, Myrella Maria e Thayron Barbosa, extensionistas do Programa Adote um Vira-Lata.

Em ambos os casos, os dados foram submetidos a análise estatística a partir do programa de processamento de dados Statistical Package for the Social Science (SPSS),

2.2.5. Netnografia: observação no ambiente virtual

A coleta de dados no ambiente virtual foi utilizada para registrar conflitos envolvendo protetores de animais sem o dilema ético da observação participante. Acompanhando publicações na rede social facebook, pude registrar comentários tanto de protetores que participam de eventos do Adote um Vira-Lata quanto de protetores que sequer conheço pessoalmente, favorecendo o anonimato dos indivíduos e a diversidade de posturas observadas.

Para acompanhar diálogos interessantes para a pesquisa, participei por 3 meses do grupo de alcance nacional Veganismo e, ao longo de todo o período da pesquisa, dos grupos locais SOS Adoção Recife, Adote um Bichano e Vegetarianos e Veganos Recife. Por um período de 5 meses, participei também do grupo Adoção Animal Recife, mais recente que os demais e, provavelmente por isso, alvo de menor controle de postagens (publicações feitas pelos membros do grupo) e *locus* de um número considerável de conflitos entre os membros. Inicialmente, realizei apenas uma observação assistemática nessas comunidades, acompanhando publicações aleatórias que estavam no topo das comunidades quando eu acessava o facebook. Em um segundo momento, para ter uma noção mais segura da dinâmica dessas comunidades, delimitei um período de 20 dias (em fevereiro de 2015) em que registrei todas as publicações realizadas no grupo SOS Adoção Recife, mapeando o perfil dos animais apresentados e procurados, as situações apresentadas como emergenciais, as publicações de caráter educativo e os comentários feitos nas publicações.

2.2.6. Entrevistas

Por se tratar de uma etapa de checagem, realizei apenas cinco entrevistas, prezando pelo aprofundamento das informações, por isso cada uma durou entre 1h30 e 2h. Os informantes selecionados tem experiências de tutoria e/ou proteção bastante distintas da minha e entre si, como pode ser conferido na descrição a seguir:

ROBERTA⁵⁴ é uma protetora que atua com resgate e adoções, mas não costuma participar de eventos, por isso tem uma experiência distinta da minha. Ela não possui permissão da família para criar cães ou gatos em casa, por isso realiza apenas lar temporário e os animais que considera seus são criados na casa do namorado, onde passa os finais de semana e se encarrega dos passeios e banhos dos animais. Essa protetora participa da moderação de um dos grupos de adoção do facebook e, ao entrevistá-la, incluí perguntas sobre o funcionamento do grupo, os conflitos entre os membros e o perfil das publicações. Embora não faça ativismo nessa área, é vegetariana e costuma fazer publicações relacionadas à questão em seu facebook.

CARLA participa da proteção animal como colaboradora, especialmente em eventos de adoção e na produção e divulgação de material informativo sobre a causa animal (vegetarianismo e proteção animal). É vegetariana, já participou de grupo de ativismo mas, no momento em que a entrevista foi realizada, encontrava-se afastada da militância. Essa entrevistada foi selecionada pela experiência de tutoria, pois é casada e divide a casa em que mora com cinco cadelas, duas gatas e dois gatos, todos resgatados ou adotados através de outros protetores.

ALEXANDRE é tutor de 15 gatos e realiza resgate há mais de uma década, mas não está inserido nas redes de proteção, por isso não costuma buscar adoções e tem dificuldades para fazê-lo quando tenta. Mora em uma casa grande com os pais e já teve problemas com a vizinhança e com a família por causa dos animais, por isso decidiu construir um gatil onde mantém parte dos animais confinados, em uma espécie de revezamento. Não é vegetariano e usa redes sociais com certa frequência para compartilhar álbuns de animais para adoção e cartazes de eventos promovidos por protetores. Todos os anos, em seu aniversário, costuma solicitar aos amigos que levem donativos para posterior distribuição e, por duas vezes, o material solicitado foi ração para animais de abrigos.

AMARA é tutora de 10 gatos e 3 cadelas resgatados, com idades variadas. Divorciada, mora com duas filhas adultas em uma casa grande na periferia de Recife. Embora não tenha área externa, a casa possui um grande terraço de primeiro andar, onde vivem as cadelas e quatro dos gatos. Separada por uma grade e uma escada, a área interna da casa é ocupada por mais seis gatos, além de felinos que vivem na rua e entram pela varanda em busca de comida. Não é vegetariana e não usa facebook, mas uma de suas

⁵⁴ Os nomes de todos os informantes são fictícios, assim como os nomes de seus animais, que serão citados em algumas ocasiões.

filhas está inserida na proteção animal e costuma se responsabilizar pela busca de adoção para os animais que ambas resgatam com frequência.

LINDALVA é tutora de um cão de raça de pequeno porte, comprado ainda filhote e que hoje tem 13 anos de idade. Recém-casada, estava no nono mês de gestação quando me concedeu a entrevista e havia passado há poucos meses por sua primeira experiência de resgate, com uma gata encontrada na área externa do prédio em que mora. Viveu sozinha com o cão por quase 10 anos e a convivência com o animal estava passando por várias mudanças desde a chegada do marido. Não é vegetariana, usa facebook e não está ligada a redes de proteção, mas esporadicamente compartilha pedidos de adoção ou ajuda feitos por amigos nas redes sociais.

As entrevistas foram iniciadas de forma não-dirigida, pedindo que cada um fizesse relatos detalhados de sua trajetória em relação a animais de companhia e, durante as falas, estimei que desenvolvessem as memórias sobre animais considerados marcantes (de forma positiva ou negativa). No segundo momento, pedi que os entrevistados me contassem sobre os animais que criavam no momento atual, levando a novos relatos sobre como cada um chegou à casa. Para encerrar a etapa das memórias, pedi que detalhassem as diferenças entre a convivência com os animais criados na infância e os animais criados na vida adulta (a entrevistada mais jovem tinha 30 anos e a mais velha tinha 52).

Encerrado o primeiro momento, iniciei a aplicação do roteiro semi-estuturado, com questões ordenadas a partir das deixas oferecidas nas falas dos informantes e inserindo questões adicionais sempre que algum aspecto não planejado interessante surgia. Entre as questões em comum, pedi que relatassem a rotina diária e a divisão de tarefas entre as pessoas de casa em relação aos animais, os aspectos considerados positivos na convivência, os aspectos incômodos ou nojentos, a existência ou não de conflitos com outras pessoas por causa dos animais, o que lhes causava alegria na convivência com os animais, se algo nesse convívio lhes causava culpa e o que consideravam como maus tratos e como bem estar animal. Em seguida, perguntei se o tutor considerava que os animais possuem personalidades diferentes uns dos outros e, diante da resposta positiva de todos, pedi que descrevessem individualmente cada um de seus animais. Na última etapa da entrevista, pedi que fizessem um exercício de imaginação e contassem, em uma situação fictícia, o que achariam desejável mudar nos animais que criam e, em seguida, o que gostariam de mudar em suas casas e em si mesmos em benefício dos animais. Por fim, perguntei o que seria, na opinião deles, uma boa vida para um cão ou gato (a depender da espécie criada). No caso dos informantes que atuam

com proteção animal, pedi ainda que descrevessem o que consideravam uma boa adoção e em que situação consideravam necessário negar a adoção de um animal.

2.2.7. Procedimentos complementares

Como forma de ampliar a visão sobre o processo aqui estudado, busquei documentos no site da Organização Mundial da Saúde (WHO/OMS), utilizando nas buscas as palavras-chave *dog*, *cat*, *rabies* (raiva), *stray* (animais errantes) e *spay* (esterilização). Com isso, pude acessar documentos de diferentes décadas, relevantes na definição de diretrizes para a prevenção à raiva e, conseqüentemente, para o manejo populacional de cães e gatos.

Para mapear o impacto institucional dos impulsos civilizadores sobre as relações com animais de estimação, realizei busca de leis e projetos de leis nos sites da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e da Câmara Municipal do Recife⁵⁵. Nessas buscas, foram utilizadas as palavras-chave animal, cão, gato, cavalo, equino, tração, animal de estimação, controle populacional e esterilização (com as variações no plural).

Nos sites do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e Ministério da Saúde, busquei documentos sobre zoonoses (especialmente raiva) controle populacional de cães e gatos e guarda responsável.

2.3. ANÁLISE DOS DADOS: IDENTIFICAÇÃO DE REPERTÓRIOS MORAIS

Como foi explicado no capítulo 1, parti da obra de Elias (1993, 1997, 1998, 2011) para definir o objeto de pesquisa desta tese e indicar a maneira como os animais de estimação entram no horizonte de preocupações morais. A teoria do Processo Civilizador oferece ferramentas suficientes para explicar o desenvolvimento da sensibilidade de empatia interespecie e suas implicações em termos de normas, comportamentos e emoções. De acordo com o autor, o processo civilizatório levou ao surgimento de uma estrutura de personalidade bastante específica, com aspirações, emoções e moralidade condizentes com as transformações sociais pelas quais foram cunhadas. Assim, a centralização do poder pelos Estados Nacionais, que monopolizaram o uso legítimo da

⁵⁵ As câmaras de vereadores de Olinda, Jaboatão e Camaragibe foram consultadas, mas não possuem ferramenta de busca para leis e projetos de lei, por isso foram excluídas.

violência, levou à redução da violência nos conflitos cotidianos, devido à interferência repressiva do Estado. Paulatinamente, isso levou ao desenvolvimento do autocontrole nas gerações socializadas nesse modo de vida, bastante distinto do que levavam os cavaleiros da Idade Média, para os quais uma personalidade intempestiva era mais adequada.

Já no primeiro capítulo de “O Processo Civilizador”, Elias (2011) aponta uma diferente moralidade como um dos elementos que, na Alemanha, distinguia a classe média intelectualizada e a classe superior cortesã⁵⁶. Além disso, a valorização da moralidade burguesa é apontada como aspecto importante na autoimagem da classe média alemã, mas ele não vai adiante na análise dessa moralidade e de seus impactos no social, tomando-a apenas como ilustração rápida, enquanto se dedica a esmiuçar as estruturas do comportamento e a vida emocional dos indivíduos civilizados.

Pretendo destacar, seguindo Brito (2009; 2011) que as mudanças na estrutura de personalidade, geradas pelo processo civilizador, incluem os padrões de julgamento e de sentimentos morais. O desenvolvimento dos esportes, por exemplo pode ser entendido por essa perspectiva, como resultado de um processo paulatino de redução da violência, a partir do qual, situações anteriormente naturalizadas ou prazerosas passam a despertar sentimentos negativos. Assim, para que sejam fontes de prazer para a nova estrutura de personalidade, os formatos de confronto são submetidos a regras mais rígidas de contenção das expressões violentas, no que Elias e Dunning (1992) chamam de processo de esportivização.

Para a sociologia figuracional, a história da prática dos esportes permite analisar empiricamente as modificações históricas de sensibilidade e sentimentos morais. Em termos simples, o que está sendo dito pela sociologia figuracional é que a partir dos esportes (e de uma tendência histórica à diminuição dos níveis de violência empregados contra o oponente) podemos perceber aspectos de um movimento mais geral de ampliação da sensibilidade e desgosto pela violência. Contudo, é válido salientar que as experiências dos atores que praticam esportes não são, em meio a esse amplo processo, diferentes, por exemplo, do uso e aprendizado de regras de etiqueta. (...) É possível concluir que, de acordo com a sociologia figuracional, as regras do esporte permitem também a compreensão das regras morais pela simples razão de que não existe nenhuma diferença fundamental entre elas, são ambas formas possíveis da mesma regra social, ou uma ‘regionalização’ do processo civilizacional (BRITO, 2009:2).

⁵⁶ Na passagem dedicada à análise de livros da classe média que tiveram grande sucesso do século XVIII, Elias afirma que essas obras ajudam a perceber como eram sentidas as diferenças entre essas classes. “Demonstram também que as diferenças entre a estrutura e a vida da classe média, por um lado, e a classe superior cortesã, por outro, eram acompanhadas por **diferenças nas estruturas do comportamento, vida emocional, aspirações e moralidade** (ELIAS, 2011:38 – grifo meu).

Proponho, então, que a sensibilidade de que fala Elias (1994, 1997, 2011) seja assumida como estrutura de sentimentos e valores, construídos ao longo do processo de socialização. De acordo com essa sensibilidade, que se apresenta de acordo com certos padrões históricos, os indivíduos tendem a ser afetados por determinadas situações, e não por outras. A sensibilidade civilizada, portanto, é a estrutura de sentimentos e valores decorrentes do Processo Civilizador, que gera tanto a vida emocional analisada por Elias quanto uma moralidade correspondente. Essa moralidade se expressa em julgamentos, críticas e justificações baseados em padrões socialmente compartilhados sobre certo e errado, bem e mal, digno e indigno, civilizado e bárbaro. O *habitus* civilizado, em resumo, é a junção de uma estrutura de sentimentos e valores (sensibilidade), um padrão de comportamento e um conjunto de aspirações formados a partir do desenvolvimento e valorização desse modo de vida, caracterizado pela constante busca por autocontrole.

Em termos metodológicos, porém, o aporte elisiano não oferece muitas ferramentas para analisar situações reais de debate moral. Diante dessa dificuldade para sistematizar os dados dos registros de campo, documentos e entrevistas, busquei suporte nos trabalhos diretamente interessados nesse tipo de análise. Devido às características de meu objeto de estudo, a proposta de Boltanski & Thévenot (1999, 2006) mostrou-se especialmente útil e, por fim, forneceu não apenas uma inspiração metodológica como também indicações teóricas acerca das contendas morais. Antes de explicar como foi possível compatibilizar esses autores a Elias, apresento, em linhas gerais, o que eles propõem e de que forma suas ideias contribuíram para a análise dos dados desta pesquisa.

Quando assumi o desafio de ser pesquisadora nativa, eu sabia que enfrentaria dificuldades para refletir sobre meus próprios pressupostos de tutora/mãe/protetora, mas as vantagens da observação participante desde o início pareceram compensar o desafio, pois me interessava investigar experiências morais marcadas pelo envolvimento emocional. Assim, ao invés de me afastar para realizar um exercício de estranhamento, mergulhei no campo para vivenciar plenamente o mundo pesquisado e apostei nos registros como forma de direcionar o estranhamento não ao campo, e sim aos meus próprios escritos, em um momento posterior. Para que isso fosse possível, o desenvolvimento de um método claro de análise seria fundamental.

Inicialmente, as anotações de campo estavam focados em situações centrais nas atividades de proteção animal (lar temporário, eventos de adoção, entrevistas de adoção) e em algumas situações aleatórias de diálogo, como visitas à minha casa, sala de espera de clínicas veterinárias e outros momentos em que os animais de estimação se tornavam

o centro da conversa. Esses registros foram feitos na perspectiva de participante, com toda a carga emocional que isso implicava.

Um ano após a realização desses registros iniciais (feitos em 2013), percebi que as anotações, aparentemente aleatórias, que eu fazia eram quase todas sobre situações de desentendimento (adoções negadas, afirmações de tutores ou de candidatos a adotantes que me faziam sentir revolta, discussões no facebook, postagens polêmicas em comunidade de adoção, etc). Da mesma forma, quando comecei a fazer anotações mais focadas nos eventos de adoção, os diálogos registrados eram majoritariamente discussões ou julgamentos partilhados por protetores em relação a um visitante ou a outro protetor. Embora já conhecesse uma literatura acadêmica que chamava atenção para os momentos de conflito como reveladores para os estudos sociológicos, não percebi esse direcionamento enquanto fazia os registros, mas apenas quando comecei a analisá-los, em 2014. O foco inicial dessa pesquisa não eram os momentos de conflito, mas, dada a frequência com que surgiram, tanto nos eventos de adoção quanto nos grupos virtuais de adoção, tornou-se evidente a possibilidade de analisar a experiência moral da tutoria a partir das críticas e justificações oferecidas durante as interações de desentendimento. Partindo dessa constatação, busquei apoiar as análises em referências adequadas ao tipo de dados que construí.

A ideia de observar momentos de quebra da ordem para entender como o mundo social é ordenado foi lançada nos anos 1940 por Garfinkel (2006) e desenvolvida nas décadas seguintes, com o nome de etnometodologia (GARFINKEL, 2009; RAWLS, 2006)⁵⁷. A orientação fundamental de Garfinkel é que, ao invés de observar a ordem e supor suas formas de funcionamento, a maneira mais esclarecedora de compreender a ordem social é observar os momentos em que ela é quebrada e os atores se esforçam por restabelecê-la. Esse princípio está presente na “sociologia da capacidade crítica”, de Boltanski & Thévenot (1999, 2006), baseada em uma releitura de elementos tanto da etnometodologia quanto do pragmatismo. Essa proposta teórico-metodológica tem como

⁵⁷ Em um manuscrito escrito em 1948, Garfinkel (2006) propõe que, diante da dificuldade de revelar a existência das práticas em detalhes embasando a ordem cotidiana, seria necessária uma maneira de “desacelerar o processo” de atividade interpretativa. O método então sugerido é uma antecipação dos experimentos de ruptura que ficaram conhecidos vinte anos depois, com o “Studies in Ethnmethodology”. Trata-se de inserir incongruências na interação, momentos de confusão ou ambiguidade, produzidos em um terreno de expectativas finamente articuladas. Ao quebrar as expectativas, torna-se possível perceber mais claramente como as práticas em detalhes (interrompidas nos experimentos) constroem e reestabelecem a ordem cotidiana.

objetivo possibilitar o estudo sociológico de críticas e justificações morais realizadas tanto na construção de críticas quanto na busca por entendimento.

Partindo do princípio pragmatista de que situações-problema desencadeiam a necessidade de reflexão, eles apontam que, diante de uma manifestação de descontentamento (momento de crítica), os atores precisam encontrar uma maneira de reestabelecer a ordem para retomar a ação. Esse reordenamento da situação pode ser feito a partir de diferentes regimes, como a violência, a familiaridade, a afeição e a justificação, mas é para este último regime que eles se voltam. A delimitação do regime de justificação como objeto de estudo decorre do interesse em analisar o senso de justiça dos atores sociais, ou seja, os princípios, valores e regras morais em disputa e a maneira como são operacionalizadas nos julgamentos e justificações. Assim, são levantadas questões como: “qual a natureza do teste ao qual uma justificação deve submeter-se? Como as coisas envolvidas numa ação servem como provas para uma argumentação? Como é alcançado um julgamento? Qual a dinâmica em funcionamento quando tal julgamento é desafiado?” (BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006:65-66)⁵⁸.

Em um regime de justificação, o entendimento é buscado pelo convencimento e todos os atores, em um debate, estão submetidos a um imperativo de justificação, por isso não se admite como legítima a resolução de um debate a partir de constrangimento, por exemplo. Para que seus argumentos sejam validados, os atores devem fazer julgamentos, categorizações, hierarquizações e planos coerentes com um “Ordenamento Moral”⁵⁹ considerada legítima pelos demais – sob pena de ser considerado injusto e/ou excluído do debate. Partindo desse pressuposto, Boltanski & Thévenot (2006) propõem-se a identificar o repertório moral presente nos debates na França contemporânea e elaboram, como resultado, o *Modelo das Ordens de Legitimidade Moral (Ordens de Grandeza)*, em que identificam seis “Ordenamentos Morais” compartilhados pelos atores sociais em

⁵⁸ Embora não se atenham a esses casos, Boltanski e Thévenot (1999:375) lembram que nem todas as disputas levadas a cabo sob um regime de justificação permanecem nele até o final. Uma disputa pode ser terminada a partir do perdão, por exemplo, que se baseia em relações afetivas, e não em relações de equivalência. Além disso, em um debate no qual os participantes não conseguem chegar a um acordo pode ser encerrado com o reconhecimento dessa impossibilidade, com sentenças como “desisto! Não dá para conversar com você” ou “você é cabeça dura, não entende nada”

⁵⁹ Boltanski & Thévenot (2006) usam os conceitos Cidades, Ordens de Grandeza e Ordens de Generalidade, mas prefiro falar em “Ordenamentos Morais”, que é mais claro e não modifica o sentido do conceito (pelo contrário, comunica o sentido com mais facilidade). Cada um desses “Ordenamentos Morais” é formado por um mundo de valores e objetos ordenados de acordo com um princípio de justiça.

geral, tanto na vida cotidiana quanto em atividades especializadas (na ciência e em empresas, por exemplo).

Além do modelo em si, um resultado importante das pesquisas de Boltanski & Thévenot (2006) foi a forte conexão entre classificação e julgamento, evidenciada tanto na atividade dos cientistas quanto entre os “cidadãos comuns”, em situações experimentais⁶⁰. Por essa razão, os autores defendem que a compreensão dos julgamentos pode ser alcançada pelo estudo das operações de qualificação (ordenamento dos seres), que estão na base tanto da atividade científica quanto das operações cognitivas da interação social. Além disso, as operações (qualificação e julgamento) são consideradas dentro do mesmo quadro analítico. Entender as lógicas de ordenamento dos seres em uma gramática moral, afirmam, é fundamental para analisar como as generalizações são realizadas, pois todo ajustamento social requer um esforço contínuo de comparação, identificação e concordância em termos comuns.

Para que se provem legítimos, os argumentos elaborados em um regime de justificação devem ter como elemento norteador um senso de justiça, baseado primeiramente na ideia de equidade. Isso significa dizer que, como ponto de partida, todos são igualmente humanos e qualquer ordenamento entre as pessoas, para que seja legitimado, deve ser coerente com uma ordem de grandeza que estabeleça o que é o justo e o que é adequado para o bem comum. Para tratar dos debates sobre relações com animais não humanos, é preciso considerar um ordenamento não entre as pessoas, mas entre os seres. Em ambos os casos, a legitimidade dependerá da apresentação de critérios de justiça em tal ordenamento, sempre partindo de um valor maior, que se sobreponha às particularidades dos envolvidos. Dessa maneira, o fundamental para a resolução das situações de incerteza não é a concordância sobre a proposta de cada um, mas a demanda por um encontro de mentes, a partir do qual os objetos em questão sejam apenas classes particulares de algo mais amplo: um objetivo, um valor ou um princípio em comum. Uma controvérsia, portanto, pode ser resolvida quando as partes entram em acordo sobre o princípio ou valor moral adequado àquela situação e passam a argumentar na base de um mesmo *Ordenamento Moral* (BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006). Essa operação,

⁶⁰ Em dinâmicas de jogo, os autores avaliaram a compatibilidade prática entre os métodos de indução realizados por sociólogos e por não-sociólogos. Os exercícios consistiam em passar dados censitários (idade, renda, escolaridade, etc) e/ou pessoais (preferências musicais, artísticas, midiáticas, etc) de personagens e pedir aos participantes que as categorizassem individualmente e, depois, compatibilizassem suas categorias em grupo. Observaram, assim, as operações de classificação, os critérios elencados e as justificações realizadas em termos de justiça – como separar doméstica e operária, apesar da renda e escolaridade semelhantes (BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006).

ressalte-se, é necessária tanto na realização de acordos quanto na elaboração de críticas que sejam consideradas legítimas em um regime de justificação (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1999).

Para examinar a lógica utilizada pelos atores para resolver a tensão entre juízos gerais e contextos práticos, Boltanski e Thévenot propõem o modelo teórico das *Ordens de Legitimidade Moral* ou, como bem define Izquierdo (2004:2), o modelo das “economias da legitimidade moral”. A partir desse modelo teórico-metodológico, julgamentos, classificações e justificações são analisados a partir dessas lógicas valorativas mais amplas, chamadas de “ordens de grandeza”. Ao eleger qual o valor maior que deve guiar determinada situação, os atores o conectam a uma ideia de bem comum, a partir da qual legitimam suas categorizações, julgamentos e ações.

A partir da análise das gramáticas morais em obras clássicas da filosofia política e de debates contemporâneos ligados ao meio empresarial, Boltanski e Thévenot sistematizam um total de seis *Ordenamentos Morais* (Cidades). Cada um deles é formado por um conjunto interrelacionado de valor fundamental, formado das informações relevantes para as avaliações, relação elementar entre os seres, ordenamento legítimo entre os seres. Em cada um dos seis *Ordenamentos Morais*, percebe-se a centralidade de um valor fundamental a partir do qual os seres (humanos e não humanos) podem ser ordenados de forma legítima. São eles: criatividade/ingenuidade na Cidade da Inspiração, autoridade na Cidade Doméstica, igualdade na Cidade Cívica, celebridade na Cidade da Opinião, desejo/poder de compra na Cidade do Mercado e competência profissional/perícia na Cidade Industrial. Posteriormente, propõem a ideia de uma Cidade Verde, que teria como princípio a proteção à vida de todos os seres, reduzindo a supremacia humana. Chegam, então, ao seguinte resultado:

Quadro 6 – Ordens de grandeza

	INSPIRED	DOMESTIC	CIVIC	OPINION	Market	Industrial
Modo de avaliação	Graça, inconformidade criatividade	Estima, reputação	Interesse coletivo	Reconhecimento	Preço	Produtividade, eficiência
Formato das informações relevantes	Emotional	Oral, exemplar, anedótica	Formal, oficial	Semiótica	Monetária	Crítérios mensuráveis, estatística
Relação elementar	Paixão	Confiança	Solidariedade	Reconhecimento	Troca	Ligação funcional
Qualificação humana	Criatividade, Ingenuidade	Autoridade	Equidade	Celebridade	Desejo, poder de compra	Competência profissional, expertise

O modelo das Ordens de Legitimidade Moral sugere que, ao apontarem uma ordem de generalidade como a única capaz de defender o bem comum em determinada situação, os atores reduzem as outras formas a instâncias particulares, incapazes de estabelecer justiça em tal contexto (BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006:127). Em uma situação na qual se adote a “generalidade doméstica”, portanto, haverá um foco nos recursos e arranjos baseados em laços pessoais, proximidades entre pessoas e entre coisas, bem como um papel importante dos apegos a pessoas e coisas na manutenção de laços duradouros. Em contrapartida, a “generalidade industrial” é caracterizada por padronização, estabilidade ao longo do tempo e anonimato de entidades funcionais. Já no caso da generalidade cívica, as relações só são legítimas quando fazem referência a entidades coletivas (associações, instituições democráticas, etc). O fundamento desse modelo é que a ordem de valor/grandeza assumida cria um compasso entre diferentes operações e formas coerentes de justificar seu funcionamento, organização e hierarquia. No caso de uma empresa, por exemplo, isso resultará em regras para lidar com a força de trabalho, relações com fornecedores ou clientes, vários tipos de *know-how*, tipos específicos de equipamento e diferentes estilos de aprendizado (BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006).

2.3.1. Norbert Elias, Boltanski & Thévenot: a construção de um modelo de análise

Como expliquei no início deste tópico, a proposta de Boltanski & Thévenot mostrou-se interessante para esta pesquisa por oferecer um modelo teórico-metodológico focado na análise de críticas e justificações morais. Para explicar como combinei a teoria da capacidade crítica à teoria do Processo Civilizador, começo por indicar em que aspectos me afasto do trabalho de Boltanski & Thévenot e de que maneira considero a proposta deles como um recorte dentro da proposta eliasiana, que permanece central para os objetivos desta pesquisa.

Embora tenham como ponto de partida a importante conexão entre classificação e julgamento e se proponham a estudar as operações de qualificação, Boltanski & Thévenot limitam-se a encaixar os argumentos observados nos quase-experimentos em um modelo previamente estruturado, gerado a partir de obras clássicas da filosofia política. Ora, por

mais interessantes que sejam as semelhanças entre as justificações feitas pelos atores sociais em situações cotidianas e aquelas feitas por cientistas sociais, não é possível equiparar falas do mundo da vida a falas elaboradas em contextos acadêmicos tão específicos quanto as obras da filosofia política e da moral. Ao tratarem as obras da filosofia política como tradução das generalidades da vida cotidiana, os autores não parecem lembrar que toda tradução é incompleta e seletiva, de forma que há muito mais na vida cotidiana que aquilo que foi “traduzido e esclarecido” na filosofia. Por perderem essa limitação de vista, chegam a afirmar que, ao cruzar os seis *Ordenamentos Morais* por eles identificados, teriam descoberto “as críticas legítimas mais frequentes em nossa sociedade” (BOLTANSKI & THEVENOT, 1999:374). Em outro momento, Boltanski & Thévenot (2006:71) afirmam que o modelo possibilita vislumbrar outras “Políticas”, mas, na prática, atêm suas análises a essas possibilidades.

Posteriormente, Lamont & Thévenot realizam uma pesquisa comparando debates com temáticas similares, realizados na França e nos Estados Unidos, para identificar as especificidades relativas a cada contexto, mas não chegam a propor a elaboração de outros “Mundos”, apenas a adequação do modelo francês a algumas especificidades encontradas entre os norte-americanos.

Para maximizar os dados do próprio campo, procurei gerar uma matriz alternativa para analisar as críticas e justificações observadas no campo de pesquisa. Para tanto, desprendi-me do conteúdo dos “*Ordenamentos Morais*” identificados por Boltanski & Thevenot e utilizei apenas a forma proposta, ou seja, os elementos constituintes de cada um dos mundos: valor fundamental, formato das informações relevantes para as avaliações, relação elementar entre os seres, ordenamento legítimo entre os seres.

Ao fazer essa sistematização, pude compreender melhor a construção de argumentos encontrados nos manuais de guarda responsável e em vários embates realizados no ambiente virtual e nos eventos de adoção. Essa sistematização demandou leitura e releitura do material reunido e teve como principal dificuldade o fato de que, ao contrário do que propõem Boltanski & Thévenot, os atores sociais não mudam de um sistema argumentativo para outro de forma coerente. Para que fosse possível construir a matriz, procurei identificar, prioritariamente, os valores subjacentes às falas, o ordenamento estabelecido entre os seres (espécies e categorias) assumidos como relevantes e as virtudes exaltadas. A partir daí, busquei identificar como as virtudes se relacionavam às operações de classificações dos seres e aos valores fundamentais. Nesse momento, percebi que não era possível analisar, sob a mesma lógica, as operações de classificação

dos seres humanos e não humanos, pois, embora o domínio humano seja questionado e algumas espécies animais por vezes sejam consideradas mais virtuosas que os humanos, os animais não humanos não são classificados a partir dos mesmos critérios. Na avaliação dos humanos, a conduta escolhida é o elemento fundamental, por isso a capacidade racional de escolha é assumida como característica distintiva em relação aos animais não humanos e, portanto, estabelecendo padrões diferentes de julgamento⁶¹.

A matriz que utilizo para fazer análises, portanto, é um resultado da pesquisa, por ter sido elaborada a partir dos dados de campo, mas, ao mesmo tempo, é também uma ferramenta metodológica, pois serviu como guia para a análise e comparação entre dados de diversos tipos (orais, documentais e diários de campo). Dessa maneira, parece-me cabível apresentá-la neste momento.

⁶¹ Dado que os humanos são classificados a partir do comportamento que se entende como escolha, as crianças que cometem atos de crueldade contra animais são classificadas ou como produto da maldade dos pais ou como pessoas de caráter intrinsecamente mau. Esse fato foi observado por mim quando analisei os comentários a respeito do espancamento de um cão *poodle* no Espírito Santo, que causou grande comoção no ano de 2014 (LIMA, 2016).

Quadro 7 – Ordenamentos morais identificados na pesquisa

Moralidade Vegana		Moralidade de proteção	Moralidade de parentesco interespécie	Moralidade Pet	Moralidade de propriedade
Valor fundamental (modo de avaliação)	Negação à exploração dos animais	Altruísmo	Reciprocidade	Reconhecimento social	Utilidade
	Manutenção da vida natural	Cuidado	Conexão emocional	Identificação com as características da raça	Praticidade
Formato das informações relevantes	Filósóficas	Oral	Exemplar	Valor monetário	Oral
	Científicas	Exemplar	Anedóticas	Visual (estética)	Exemplar
	Lógico-argumentativas	Anedótica	Observação		Anedótica
	Exemplar	Observação			Valor monetário
Relação elementar	Respeito (abster-se de causar danos)	Doação	Reciprocidade	Admiração	Custo-benefício
	-	Cuidado/controle	Afeto	Orgulho	Comando
Ordenamento dos agentes morais (Humanos)	Doação pessoal (abster-se de usar animais como recursos)	Altruísmo	Afeto	Qualidade dos exemplares possuídos	Autoridade
		Afeto	Dedicação	-	-

	Capacidade de mobilizar outras pessoas	Conexão emocional		-	-
	-	Civilidade	Civilidade	-	-
Ordenamento dos animais não humanos	Importam os indivíduos, especialmente os conscientes e os sencientes	Importam os indivíduos, especialmente os vitimados pelos humanos	Indivíduos importam, especialmente aqueles inseridos na família	Valor monetário	Performance
	Importam os animais expostos a sofrimento e/ou morte para servir aos humanos	Resiliência (força, garra, recuperação de doenças)	Inteligência	Importa a função a ser exercida (guarda, companhia, exposição)	Importa a função a ser exercida (guarda, controle de pragas, companhia)
	-	Docilidade/confiança	Docilidade	Adequação estética	Custo-benefício
	-	Gratidão	Conexão afetiva com o tutor	Comportamento esperado da raça	-

Fonte: Elaboração Própria.

Como se pode ver, as limitações aqui apontadas não invalidam a contribuição de Boltanski & Thévenot, que apresentam uma sistematização detalhada dos elementos componentes de um debate moral e ideias importantes sobre a maneira como os atores sociais articulam tais elementos em situações concretas. As discordâncias que aponto em relação a eles são importantes apenas para deixar claro até que ponto a proposta por eles elaborada foi utilizada nesta pesquisa e em que medida precisou ser adaptada⁶².

Além do problema metodológico de aplicar uma matriz genérica ou criar uma matriz específica, com os dados de campo, foi preciso lidar também com um problema teórico, resultante da caracterização dos sujeitos na obra de Boltanski & Thévenot (1999, 2006). Em vários momentos, os autores afirmam a intenção de sublinhar a capacidade de agência do ator social, apresentado como sempre capaz de decidir, refletir e justificar suas ações de forma competente e coerente. Em uma crítica a Bourdieu, Boltanski e Thévenot (1999:364; 2006:15) contrapõem-se à ideia de condicionamento da ação por constrangimentos externos de dominação, poder e força. Nesse movimento, que Campos (2009) caracteriza como “reabilitação teórica da capacidade de crítica e justificação dos atores sociais”, os sujeitos são caracterizados como dotados da capacidade de perceber as regras práticas de cada situação, adaptá-las continuamente e justificar os próprios atos, de acordo com princípios etnometodológicos (GARFINKEL, 2006; 2008). Ainda nesse sentido, a situação é definida como elemento explicativo fundamental, em detrimento das características dos atores, grupos ou estruturas sociais.

A definição da ordem de generalidade é reconhecida como centro das operações críticas feitas pelos atores, por isso as diferentes formas de justificar e estabelecer equivalências não estão ligadas a algo fixo, e sim à situação em que o debate esteja inserido. Dessa maneira, Boltanski & Thevenot (2006) alertam para a necessidade de analisar cada situação a partir dos valores mobilizados pelos atores, ao invés de tratá-las a partir do que o pesquisador julgue como pertinente.

⁶² Foi possível identificar também uma moralidade ambiental-conservacionista, organizada em torno do valor fundamental equilíbrio ecológico (e não de uma proteção à vida de forma genérica, como o “mundo verde” apontado por Boltanski & Thévenot). Nesse ordenamento moral, as informações relevantes são as mensuráveis (atribuídas às ciências) e a relação elementar entre os seres é o controle da natureza pela ação humana, em busca de garantia ou reestabelecimento do equilíbrio. Os humanos são valorados de acordo com a expertise e os animais priorizados são aqueles categorizados como dotados de importância ecológica ou ameaçados de extinção. Indivíduos não humanos não são relevantes nesse ordenamento moral, que se interessa por espécies, biomas e ecossistemas. Os conflitos entre esse ordenamento moral e os ordenamentos vegano e de proteção são material para análises muito interessantes, mas que extrapolaram os objetivos traçados para esta tese, por isso não serão trabalhados neste momento.

A ideia de que os “Mundos/Cidades” sejam escolhidos de acordo com a situação, e não com o indivíduo, pode levar a crer que não existem moralidades de grupos, mas apenas moralidades de situações, havendo no máximo a sedimentação de um entendimento de certas gramáticas como adequadas a determinados contextos (como a Cidade Industrial no contexto de uma empresa). Por outro lado, não se pode esquecer que os indivíduos levam a qualquer situação uma carga cultural e um conjunto arraigado de valores e normas, que, por estarem incorporados como *habitus*, surgem com maior facilidade em suas zonas de relevância. Sendo assim, embora concorde com a recomendação de evitar a essencialização de categorias teoricamente definidas, sublinho que indivíduos fortemente identificados com um grupo tendem sim a recorrer preferencialmente às gramáticas morais mais incorporadas em seu *habitus* e, portanto, têm maior capacidade argumentativa a partir desses *Ordenamentos Morais* e tendem a apoiarem-se neles para fazer avaliações de situações pouco conhecidas.

Merece destaque, ainda, o fato de que, em todas as sociedades, as normas sedimentadas estabelecem para os indivíduos quais são as maneiras mais adequadas de enfrentamento (familiaridade, violência, justificação, etc). Isso precisa ser ressaltado porque o regime de justificação, que Boltanski & Thévenot (2006) consideram socialmente desejável para a busca por justiça, não é uma opção disponível em todos os contextos de forma idêntica. O regime de justificação só começa a emergir como padrão na sociedade moderna, em que o regime da violência é condenado pelo padrão de civilidade e o regime da familiaridade é condenado pelo padrão de racionalidade. A preferência por essa forma de enfrentamento ocorre entre indivíduos com estruturas de personalidade formadas em um contexto de relações pacificadas, sensibilidade de condenação à violência, valorização cultural da capacidade conciliatória e educação capaz de desenvolver as habilidades reflexiva e argumentativa. Essa é justamente a estrutura de personalidade resultante do processo de longo prazo de civilização dos modos, apresentado no capítulo 1.

É nesse sentido que a proposta de Boltanski & Thévenot (1999, 2006) pode ser entendida como leitura de uma das características do Processo Civilizador - a emergência de uma estrutura de personalidade a partir da qual os sujeitos se entendem como indivíduos racionais e refinados, tornando-se afeitos a embates argumentativos e, em geral, habilitados para tomar parte deles. Por ser característico dos desentendimentos

entre indivíduos submetidos a impulsos civilizatórios, o regime de justificação predomina nas classes sociais mais escolarizadas e dotadas de maior capital social⁶³.

Por dizer respeito a um tipo específico de confronto e aos membros de uma categoria social também limitada, o “regime de justificação” não é capaz de oferecer uma explicação abrangente dos conflitos identificados nesta tese, que não estão limitados a grupos escolarizados e frequentemente não chegam a assumir a forma de disputas argumentativas. Diante disso, esclareço que a elaboração de um modelo inspirado em Boltanski & Thévenot teve aqui o objetivo de sistematizar informações, mas não pretendo defender que os atores efetivamente mobilizem esses *Ordenamentos Morais* de forma organizada em suas falas cotidianas, tampouco que passem de um mundo a outro de forma intencional, buscando, conscientemente, acordos sobre princípios em comum. Essas atitudes típicas dos debates intelectuais foram esporadicamente observadas no campo, mas não constituem o padrão das interações sobre relações de tutoria. Entre os motivos pelos quais isso não ocorre, destaco a diversidade do perfil sociocultural dos indivíduos que frequentam eventos de adoção e daqueles que interagem nas comunidades de adoção no facebook. Essa variedade é incompatível com a afirmação de Boltanski & Thévenot (2006:15), segundo a qual o ator social é “capaz de mudar de uma forma de justificação a outra sem deixar de permanecer coerente com um conjunto consistente de pressupostos”. É interessante trazer, a esse respeito, a crítica de Campos (2009). Segundo ele, embora afirmem construir uma teoria da capacidade crítica, esses autores não tratam especificamente dessa questão. Em vez disso, tomam tal capacidade como algo dado, deixando de lado tanto a sua construção social quanto a distribuição social dessas competências críticas. Isso fica claro na seguinte passagem:

Assim como assumimos que todos são inerentemente capazes de reconhecer quando algo está bem fundamentado ou não, devemos assumir que todas as pessoas são inerentemente dotadas com o equipamento necessário para se adaptarem às situações em cada um dos mundos que identificamos (BOLTANSKI & THEVENOT, 2006:145).

Ao tratarem a capacidade crítica como algo dado, os autores deixam sem explicação pressupostos importantes como por que alguns indivíduos decidem criticar, como a crítica é ativada e por que alguns atores são mais críticos que outros (CAMPOS,

⁶³ Justamente por isso, os indivíduos dessas classes comumente se chocam com o comportamento dos indivíduos com menor capital social e os julgam como incivis, bárbaros, irracionais e perigosos. Essa perspectiva está ausente em Boltanski & Thévenot (2006), que desconsideram as classes sociais e o conceito bourdieusiano de capital como elementos explicativos.

2009:3). Realizam, em vez disso, uma equiparação exagerada entre as capacidades de reflexão e julgamento de todas as pessoas, bem como dos parâmetros de julgamento de filósofos com a dos membros comuns da sociedade francesa⁶⁴ (IZQUIERDO, 2004). Os atores sociais representados nesta teoria são igualmente dotados de capacidades lógicas de processamento de informação (como os das teorias econômicas) e capacidades de raciocínio abstrato (como na psicologia cognitiva), mas, ainda, capacidades de julgamento semelhantes às dos profissionais da metafísica e da filosofia política e da moral (DODIER apud IZQUIERDO, 2004:12). Nas palavras dos próprios Boltanski & Thévenot (2006:44):

O alcance de um entendimento justificável pressupõe não apenas a possibilidade de conceber um sistema de restrições que governarão o processo de entendimento, mas implica também que as pessoas possuem as habilidades necessárias para aceitar essas restrições e operar de acordo com elas.

Em outro momento, porém, afirmam, de acordo com a ideia de etnométodo, que aprender a operar em um *Ordenamento moral* é um processo gradual, que se dá na prática, por isso as justificações baseadas em um princípio de mercado são aprendidas “indo a um salão automobilístico ou a um supermercado, e não indo a uma livraria para ler Adam Smith” (BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006:147-148). Porém, se eles assumem que esse processo é gradual e depende de vivência prática, como considerar que todos sejam igualmente competentes para operar dentro de todos os mundos? Como exemplo, vale remeter a Bourdieu (2007) para lembrar como a apreciação da arte, de acordo com o mundo da inspiração, depende da aquisição de capital cultural e, portanto, tem um importante componente de classe. Disso se conclui que, ironicamente, o situacionalismo de Boltanski & Thévenot ignora a maneira como, a cada situação, variam as diferentes capacidades de crítica e argumentação dos atores, as variações nas formas de argumentar e os constrangimentos externos que também compõem a cena.

Essas ressalvas sobre as diferentes capacidades críticas entre os atores e as disparidades de poder nas situações de conflito são importantes para que se perceba que, no contexto de um evento de adoção, a capacidade de impor condições para entregar um

⁶⁴ Pode-se dizer que, afastando-se de Garfinkel, Boltanski e Thevenot se aproximam muito mais de uma concepção parsoniana de ordem social, pois, sendo todos os atores igualmente capacitados para reflexão e crítica, não parece haver nenhum processo de socialização necessário ou capaz de diferenciá-los em relação a isso. Teríamos, portanto, críticas previsíveis dentro de um quadro analítico determinado, resultantes da mera junção de uma capacidade interpretativa e argumentativa *a priori* (dada pelo que Parsons chamaria de sistema orgânico) e um conjunto de valores e regras de caráter universal (que Parsons classificaria como sistema cultural).

animal é dada, ao protetor, por uma combinação entre o domínio de uma gramática moral específica e a situação, em que ele detém mais poder que o candidato. As diferentes capacidades críticas podem até ser deixadas de lado quando se analisa debates entre indivíduos com nível sociocultural equivalente, mas não se aplica a boa parte das situações vivenciadas nessa pesquisa. Nos eventos de adoção, por exemplo, seria possível imaginar que a moralidade de proteção fosse consensualmente estabelecida como adequada, mas não é isso que ocorre, havendo, a cada interação, uma negociação que depende de fatores como conhecimento sobre a proteção animal, classe social e experiências prévias com animais de estimação.

Ademais, a moralidade de proteção não é diretamente perceptível nem rapidamente aprendida pelos que adentram nessa forma de ativismo. Pelo contrário, é notável como os ativistas mais antigos, em vários momentos, entram em conflito na tentativa de adequar os noviços a regras que consideram indiscutíveis. Entre os “Mundos” identificados nessa pesquisa, a moralidade de proteção foi a mais difícil de sistematizar, pois se trata de uma gramática moral dispersa, relacionada a um conjunto amplo de situações, cujos participantes são permanentemente renovados e entre os quais não há o costume de reunir-se em espaços políticos de construção e estabelecimento de consensos⁶⁵. Mesmo nos espaços virtuais compartilhados por protetores, a renovação dos participantes é constante e há pouco espaço para debates, pois a prioridade, entre os membros, é a resolução de problemas pontuais: estão todos em busca de adoção ou ajuda e qualquer crítica sobre a postura adotada é rapidamente repelida por vários membros como “negatividade”, “falta de preocupação com a urgência” ou “vontade de aparecer”.

Outro exemplo de como os debates em um regime de justificação dependem de habilidades desenvolvidas gradualmente é a recente inserção de protetores em debates políticos. Desacostumados com o debate de princípios e, em muitos casos, pouco familiarizados com a realização de planejamentos institucionais, muitos protetores demonstram inabilidade para debater em termos gerais, apegando-se a exemplos particulares (“essa semana eu peguei um cachorro coberto de carrapato e cuidei sozinha, paguei pela castração. A prefeitura não ajuda”), reivindicações pontuais (“A orla está

⁶⁵ Diferente do que ocorre na maioria dos movimentos sociais, a entrada na proteção animal costuma se dar a partir de ações isoladas, sem a presença de lideranças, cartas de princípios ou fóruns de debates. No caso do vegetarianismo, que algumas vezes é adotado também de forma isolada, esse apartamento tende a ser quebrado rapidamente porque as mudanças que esse estilo de vida implica exigem uma busca constante por informações e seus adeptos procuram a ajuda de pessoas mais experientes.

cheia de gatos, alguém precisa resolver aquilo) e julgamentos particulares (“o problema da SEDA é que Rodrigo Vidal é um mau caráter”).

O contexto em que essa pesquisa foi realizada é marcado pelo surgimento de uma configuração social em que aumentam os mecanismos de controle sobre as relações de tutoria, levando à emergência de dilemas morais relativos ao convívio humano com cães e gatos. Nesse processo, o crescimento da proteção animal na Região Metropolitana do Recife é um indicador importante a ser considerado.

2.4 APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A PROTEÇÃO ANIMAL NA RMR

Os grupos de proteção animal mais antigos dos quais tive notícia na Região Metropolitana do Recife foram a Sociedade de Proteção aos Animais (que, segundo relatos, foi criada na década de 1990) e a Associação Amigos Defensores dos Animais e do Meio Ambiente (Aadama), fundada no início dos anos 2000 (segundo ata de fundação, disponível no site do grupo). Outros grupos surgiram, em meados dos anos 2000, como a Brazucas Associação para Lutar pelos Animais (Brala), o Movimento de Proteção Cães da Colina (MPC), o Serviço de Auxílio à Vida Animal e ao Meio Ambiente (Savama), a Arca de Noé e o próprio Projeto de Extensão Adote um Vira-Lata (do qual faço parte). Entre a década de 1990 e o início dos anos 2010, cada um desses grupos atuou de forma relativamente isolada e com ações de caráter pontual e/ou assistencialista, a maioria com foco no resgate de animais, busca de adoção, criação de abrigos de animais ou auxílio a abrigos já existentes.

Quatro fatores dificultavam a pressão política por parte da proteção animal na Região Metropolitana do Recife: 1 – Não havia ainda reconhecimento social em relação ao problema dos animais de estimação como questão pública - o que incluía falta de atenção por parte da mídia; 2 – embora já houvesse grupos em diálogo com políticos, esses encontros não eram a atividade central e essas primeiras ações de mobilização política não eram divulgadas, o que dificultava a agregação de um número maior de entidades e formação de atos ampliados de apoio⁶⁶; 3 – os grupos de proteção animal eram pouco conhecidos e o ganho de visibilidade era dificultado pela inexperiência na realização e divulgação de eventos, campanhas e mobilizações de rua; 4 - o uso de e-mail

⁶⁶ Até 2009, não houve manifestações públicas de caráter político voltadas para a defesa ou proteção dos animais não humanos

e da rede social Orkut não tinha a capacidade de difusão que mais tarde seria possibilitada pelo Facebook. O site Rede de Adoção, principal instrumento utilizado pelos protetores, também tinha um público relativamente restrito⁶⁷.

Diante dessas limitações, os três projetos de lei, propostos nesse período, foram descartados sem muita repercussão. Em 2006, o PL 83/2006, da autoria de Henrique Leite (PT), propunha a proibição da circulação de veículos de tração animal em Recife, mas foi retirado da pauta e arquivado pelo próprio autor; em 2008, o PL 66/2008, de autoria de Daniel Coelho (PV), dispunha sobre o controle da reprodução de cães e gatos, mas foi vetado totalmente, pelo então prefeito João Paulo (PT), com o argumento de inconstitucionalidade; no ano seguinte, o PL50/2009, de Amaro Cipriano de Lima (PDT), dispunha sobre a implantação de um centro de esterilização de animais, mas foi rejeitado pelo plenário da Câmara dos Vereadores.

Foi apenas no final de 2008 que a pressão política pela atenção do Estado aos animais não humanos começou a ganhar vulto na Região Metropolitana do Recife, com a criação do movimento Recife Contra a Carrocinha, promovido pelo grupo Ativistas pelos Direitos dos Animais (ADA), formado por estudantes da UFPE⁶⁸. As estratégias utilizadas pelo movimento foram criação de blog e site, petição virtual, venda de camisetas com os dizeres “Eu sou contra a carrocinha” e uma manifestação em frente à Prefeitura da Cidade do Recife. A campanha “Recife Contra a Carrocinha” colocou em pauta o debate sobre a política de controle de zoonoses, que, até aquele momento, consistia na captura e morte de cães e gatos em situação de rua.

O protesto organizado pelo movimento ocorreu em 10 de dezembro de 2008, em uma praça próxima à sede da Prefeitura do Recife. Em termos quantitativos, o “Recife Contra a Carrocinha” não foi tão expressivo; segundo relatos, reuniu cerca de 150 pessoas, mas sua realização teve um peso considerável para os grupos de proteção e defesa animal, que tiveram ali uma oportunidade de travar contatos e atuar em conjunto, além de mobilizar a mídia. É válido ressaltar que, naquele momento, a notícia publicada

⁶⁷ O site Rede de Adoção trazia uma galeria colaborativa de animais para adoção, que poderiam ser cadastrados por qualquer pessoa. Além dessa ferramenta, contava-se com o envio de e-mails em massa, postagens no Orkut e apelo para as redes de contato pessoal, especialmente familiares e amigos. A partir de 2011, o uso do facebook permitiu o alcance de um público muito amplo (a partir dos compartilhamentos), gerando não apenas uma onda de adoções, como também a difusão de informações sobre a causa animal, a aproximação de pessoas interessadas no tema e a criação de mobilizações políticas (virtuais e presenciais).

⁶⁸ Alguns dos componentes da ADA fizeram parte também do núcleo de fundação do Adote a Natureza, que veio a se tornar o Adote um Vira-Lata. Hoje, muitos deles estão engajados na Sociedade Vegetariana Brasileira, como militantes ou como filiados. Essa circulação é interessante para que se perceba que, embora distintos, esses movimentos possuem diálogo e componentes em comum.

marcava uma postura reticente em relação ao movimento, tanto definindo zoonoses como “doenças provocadas por animais em seres humanos” quanto oferecendo justificativas para o extermínio.

Ainda que discretamente, o tema da morte de animais no CVA foi repercutido no ano seguinte, 2009. No levantamento feito nos jornais de sábado e domingo, o assunto foi identificado em 2 matérias, 1 nota em coluna e 5 cartas de leitores (estas com críticas mais enfáticas). Paralelamente, a esterilização foi tema de 1 matéria e 1 carta de leitor, ambas apontado para a possibilidade de substituição da política de captura e morte. Ainda no ano de 2009, 1 carta cobrou proteção aos animais de tração e 1 matéria tratou do recolhimento de animais de um abrigo e frisou que aqueles não seriam sacrificados, e sim postos para adoção pelo CVA⁶⁹.

A relevância da cobertura midiática na consolidação de um “novo” problema ambiental ou social, destacada por Hannigan, (2009), é visível no caso de Pernambuco e foi percebida anteriormente no caso de Florianópolis. De acordo com Corrêa (2011), o abandono de animais e a ação da carrocinha ganharam destaque na mídia local, no início dos anos 2000, a partir de denúncias de maus tratos, contra a prefeitura de Florianópolis. O protesto, levado à mídia, foi lançado por uma ONG que caracterizava como cruel a maneira como os animais estavam sendo recolhidos das ruas e, diante da repercussão na mídia, a prefeitura precisou negociar as ações, chegando a paralisar a ação da carrocinha por alguns dias:

Dias depois, a carrocinha voltou às ruas. Porém, o discurso parecia estar mais aprimorado, sendo que a proposta da carrocinha aparecia como um controle de zoonoses e, por seguinte, apreender animais que demonstrassem ser foco de doenças (CORRÊA, 2011:5).

A atenção da mídia pernambucana para a causa animal começou a ocorrer em 2009 e se tornou mais expressiva a partir de 2010, com a veiculação de notícias e reportagens nacionais sobre resgates, abrigos e eventos de adoção. O vegetarianismo

⁶⁹ O relevante aqui é a matéria jornalística trazer a ressalva, e não o fato noticiado, pois a exceção para o caso é fruto apenas de uma tecnicidade jurídica. Considerados como propriedade privada no Código Civil brasileiro, os animais de estimação domiciliados não podem ser eliminados sem a permissão do “proprietário” ou a existência de doença incurável ou transmissível a humanos. Quando recolhidos por ordem judicial, só podem ser devolvidos ou postos para adoção após a conclusão do processo ou se houver autorização do “proprietário”.

também foi abordado, mas com tom majoritariamente negativo ou irônico, enquanto a proteção animal foi tratada com simpatia⁷⁰.

Paralelamente, nos veículos de alcance nacional, a proteção animal começou a ser alvo de atenção a partir de 2010, com programas especiais sobre proteção animal, no Globo Repórter e, pouco tempo depois, no Repórter Record. A temática dos maus tratos, por sua vez, passou a ser abordada com frequência, tanto nos noticiários nacionais quanto nos jornais locais, a partir da repercussão do caso yorkshire, em dezembro de 2011, conforme analisei em outra oportunidade (LIMA; SILVA NETTO, 2010). É válido ressaltar que a repercussão dos casos de maus tratos começou na internet (facebook e youtube) e ainda é com essa ferramenta que as denúncias de maus tratos têm sido feitas, havendo um esforço da mídia corporativa de acompanhar a demanda, noticiando, especialmente, os casos que já estão repercutindo na rede..

Enquanto isso, nos canais da TV a cabo, a quantidade de programas voltados para cães e gatos chama atenção. O carro-chefe dessa programação é “O Encantador de Cães”, protagonizado pelo terapeuta canino Cesar Milan, que, em cada episódio, atende a pedidos de socorro de tutores cujos cães estão “fora de controle”. Ao lidar com os casos, Cesar ensina os tutores a colocar-se diante do cão como líder da matilha e a fazê-lo de forma “calma e assertiva”, educando a si mesmo para lidar com seus animais de forma civilizada, ou seja, sem o uso de violência física, sem gritos e sem perder o controle emocional. Se, por um lado, esse programa ajuda a construir uma sensibilidade de condenação à violência contra animais, por outro lado, o seu sucesso não seria possível se essa questão já não estivesse de alguma maneira presente no cotidiano do público. Como será detalhado no capítulo 6, um dos efeitos não planejados da convivência íntima com os animais de estimação é o surgimento de problemas comportamentais em cães e gatos. O crescimento desses programas televisivos deve-se, em grande medida, ao crescimento desses problemas, somado à difusão da ideia de uma educação sem violência e a um considerável estímulo do mercado pet (inclusive patrocinando programas e anunciando nos canais que os transmitem). Além de “O encantador de cães”, seguem linha semelhante: Problemas Caninos (Animal Planet), Dr. Pet (Rede Record), Missão

⁷⁰ O estabelecimento de um calendário mensal para os eventos de adoção (a partir de dezembro de 2011) coincidiu com o momento em que a mídia local passou a incluir o assunto em sua pauta. Dessa maneira, a própria clipagem de notícias sobre o evento (que aumentaram consideravelmente a partir de julho de 2012) demonstra que a agenda dos movimentos de defesa animal tem sido incorporada pela mídia (ainda que apenas em alguns aspectos). Essa adesão da mídia faz com que temas como adoção, resgate, maus tratos e guarda responsável sejam abordados junto a um público mais amplo que aquele que participa das redes de proteção animal.

Pet (Nat Geo) e, para problemas com felinos, Meu gato endiabrado (Animal Planet), comumente referido como “O encantador de cães para gatos”.

A mídia televisiva atua também no desenvolvimento da sensibilidade moral de proteção. Em 2013, estavam no ar sete programas sobre resgate, reabilitação de animais (majoritariamente cães) vítimas de maus tratos, rinhas ou abandono: Distrito Animal, Pitt Boss, Pitt Bulls e Condenados, Acumuladores de Animais, Animais em Risco, Bom dia Kalimantan e Resgates Milagrosos (todos no Animal Planet). Além desses, em 2014 havia, ainda, dois programas sobre adoção de cães: Meu cão ideal (Discovery Channel) e O melhor amigo do cão (Animal Planet). Por fim, vale citar os programas de variedades relacionados a gatos e cães: Amor de Gato (Animal Planet), ABC Canino (Animal Planet), ABC Felino (Animal Planet), Cães de Raça (Animal Planet) e Cãobeleireiros e Heróis de Estimação (Viva).

Essa extensa grade de programação evidencia uma mudança de sensibilidade, que passa a posicionar gatos e cães como relevantes, interessantes e necessitados da solidariedade e/ou da responsabilidade humana. Ao serem assistidos por um público amplo e diverso, esses programas funcionam como importantes estímulos para a difusão do tipo de sensibilidade moral aqui analisado.

2.4.1 O crescimento da Proteção animal na Região Metropolitana do Recife

Desde que passei a fazer parte da proteção animal, não foi apenas o Adote um Vira-Lata que passou por mudanças. A partir de 2012, testemunhei, de várias maneiras, a expansão do movimento de proteção animal, a começar pela multiplicação dos grupos organizados e dos eventos por eles promovidos. A dinâmica da proteção animal tornou-se mais complexa, dando espaço à formação de coalisões, conflitos internos e disputas em torno da definição de modelos de atuação, especialmente para os eventos de adoção e ao posicionamento em relação à política partidária e aos representantes eleitos.

Foi justamente a partir das eleições de 2012 que a causa animal tornou-se nicho eleitoral em Recife, com a eleição do vereador Rodrigo Vidal (PDT) e a criação da Secretaria Executiva de Direitos dos Animais (SEDA) na Prefeitura do Recife, em janeiro de 2013 (com a nomeação de Vidal para o cargo, que gerou bastante controvérsia entre os protetores de animais). Já em 2014, essa tendência foi confirmada com o lançamento de 4 candidaturas “da causa animal” e as várias promessas de campanha relacionadas, por parte de outros candidatos. A repercussão das denúncias feitas sobre a SEDA, assunto

recorrente em jornais e redes sociais, também atesta a visibilidade ganha pela causa. Além da veiculação de informações, é possível citar também a realização, entre 2013 e 2015, de audiências públicas na Câmara de Vereadores de Recife, e na Assembleia Legislativa, além de reuniões entre representantes da prefeitura e protetores descontentes com a gestão da SEDA.

Pode-se perceber, então, que, ao longo do meu período de participação na proteção animal, não foi apenas o Adote um Vira-Lata que mudou. Especialmente a partir de 2013, reivindicações políticas, protestos públicos e denúncias tornaram-se recorrentes no âmbito da proteção animal da RMR, gerando um cenário distinto daquele mapeado em 2011, no qual 78,6% dos entrevistados afirmaram que não realizavam nenhum tipo de articulação com o poder público. Naquela pesquisa, também chamaram atenção as respostas dadas à pergunta aberta “na sua opinião, qual é hoje o principal problema relacionado aos animais?” Ao reunirmos os resultados que se assemelhavam, percebemos que 45,9% apontaram “falta de consciência, educação e/ou conhecimento pela sociedade”, 26,5% citaram a “falta de controle populacional” e 12,2% falaram da “falta de políticas públicas e/ou leis”. A demanda por castração, como se pode ver, já era considerável naquele momento, mas o foco principal estava na responsabilidade a ser assumida pelos indivíduos, não pelo Estado.

Entre os protestos, denúncias e reuniões de cobrança ao poder público, a temática mais recorrente é o aumento da pena para crime de maus tratos, exigindo que o Estado interfira e civilize o comportamento dos tutores em relação aos animais de estimação⁷¹. A segunda temática que recebe atenção dos protetores é a demanda por mudanças nas políticas de controle populacional, com o fim da captura e morte de animais em situação de rua e o estabelecimento de programas de castração gratuita para cães e gatos. Na Região Metropolitana do Recife, como foi sublinhado, essa reivindicação foi o pontapé inicial para o crescimento e a articulação política da proteção animal, por isso ela será retomada no capítulo 3.

Enquanto as reivindicações por mudanças nas políticas de controle populacional procuram interferir nas ações do Estado, as reivindicações de combate aos maus tratos

⁷¹ Embora a lei de Crimes Ambientais preveja punição para maus tratos contra todas as espécies silvestres, exóticas, domésticas ou domesticadas, não há dúvidas de que o centro das atenções em todos esses protestos são os cães e gatos. A logo do Movimento Crueldade Nunca Mais é uma pata de cachorro e, no caso da Marcha da Defesa Animal, embora haja na logo imagem de patas de vários animais, os cartazes, camisetas e bichos de pelúcia levados por manifestantes retratavam majoritariamente cães. Além disso, nas duas marchas realizadas em Recife, muitos cães foram levados para a caminhada.

dizem respeito também às interações travadas por indivíduos dentro dos domicílios. Nesse sentido, a proteção animal apresenta um argumento semelhante ao que foi levantado pelo movimento feminista no período de estabelecimento da Lei Maria da Penha, ou seja, de que o Estado tem obrigação de interferir em situações privadas para proteger os indivíduos mais vulneráveis em tais relações. Trata-se de uma demanda civilizatória nos dois sentidos: porque exige que o Estado promova uma pacificação das relações sociais e porque traz consigo o impulso de estabelecer um controle crescente sobre essas relações. É justamente nesse aspecto, do progressivo aumento do controle, que a proteção animal tem atuado de forma intensa, ainda que, muitas vezes, de forma inconsciente.

O primeiro indicativo de como os protetores de animais tentam interferir nas relações travadas com cães e gatos é a insistência para que se deixe de usar os termos proprietários e donos e se passe a falar em guarda e tutores. Tanto o repúdio à terminologia tradicional quanto a proposta alternativa apontam o que os protetores esperam das pessoas que criam cães e gatos. Os termos tutoria e guarda remetem à responsabilidade, refletindo a expectativa de que cães e gatos deixem de ser propriedade para se tornarem alvos de compromisso por parte das pessoas. Ao assumir esses termos, faço uma opção política, ciente do fato de que a maior parte das pessoas ainda nomeia tutores como donos e os veterinários, em geral, usam a denominação de proprietários. Ressalto, porém, que o uso dos termos tutor, tutoria e guarda, ao longo desta tese, é fruto de uma necessidade de conceituação que poderia ser suprida com o uso dos termos tradicionais ou com a elaboração de um novo conceito. Entre essas opções, escolhi aquela que me parece mais adequada, ressaltando que chamarei de tutores todas as pessoas que criam cães e/ou gatos, independente de como essa relação se configure. É preciso ressaltar isso porque muitos daqueles que utilizam as terminologias dono/posse travam, com seus animais, relações marcadas por compromisso e cuidado, mas, em geral, não conhecem outro termo que não aqueles consolidados na linguagem até então. Cabe lembrar, ainda, que muitos tutores já têm procurado se afastar das terminologias que indicam propriedade, adotando como estratégia o uso de termos referentes à família (LIMA, 2015; OSÓRIO, 2012).

A transposição do universo doméstico que os gatos habitam é feita à imagem e semelhança das relações humanas. A unidade doméstica é o espaço da família e das relações de parentesco, pensadas como relações de afeto. Humaniza-se o animal que habita a casa e se o inclui na família: ele é uma criança, um bebê, demanda cuidados, precisa de mãe, precisa de família (OSÓRIO 2012: 10).

Dado que a caracterização das relações com cães e gatos como familiares é um ponto relativamente polêmico a ser debatido com maior profundidade no capítulo 6, opto por falar em relações de tutoria, situando-me a meio termo entre os termos dono(a) e mãe/pai. Essa opção pelos termos tutor (em vez de dono) e guarda (em vez de posse) será feita em todas as situações aqui analisadas, independentemente de como se apresentem, pois não se trata de um tipo ideal, mas apenas de uma categoria geral. Por se tratar de um tipo de relação muito distinto, a manutenção de animais voltados para a reprodução e venda será chamada de criação e as pessoas que o fazem serão chamadas de criadores, seguindo os termos nativos.

2.4.2 A proteção animal na Região Metropolitana do Recife: configuração atual

Em 2011, participei de uma pesquisa de mapeamento da proteção animal na Região Metropolitana do Recife, que contou com a participação de 98 pessoas⁷². Os quatro pesquisadores iniciaram os questionários procurando os contatos que possuíam, visitando alguns eventos e, a cada aplicação, pediram indicação de outros protetores, tanto indivíduos que faziam parte de grupos organizados de proteção (54,1% da amostra) quanto pessoas que realizassem as atividades de forma independente (45,9%). Entre os informantes, 77 eram mulheres e 21 eram homens. A idade dos protetores que participaram da pesquisa variou entre 18 e 69 anos, estando as ocorrências distribuídas de forma regular (BRAGA et al, 2011; LIMA & SILVA NETTO, 2011).

Quanto à renda familiar, a distribuição geral dos dados foi de R\$ 510,00 (um salário mínimo) a R\$ 16 mil, com média de R\$4.708,00. Recodificamos esta variável de acordo com o critério de estratificação de renda do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷³ e o resultado foi uma predominância da classe C (renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591,00), que reuniu 45,9% dos informantes. A segunda faixa de renda (acima de R\$ 4.591,00) reuniu 34,7% dos informantes e, por fim, 18,4% pertenciam à classe E, com renda mensal inferior a R\$ 768,00.

⁷² A coleta das informações foi realizada a partir de uma amostra não-probabilística, tendo em vista a população flutuante de protetores e as condições e o tempo de trabalho do grupo.

⁷³ Para o IBGE, a classe B é a que possui ganhos mensais acima de R\$ 4.559. Como os valores muito acima disso não foram muito frequentes, unimos as classes A e B que, juntas, representam, 34,7% da amostra. A classe C, segundo o IBGE, é composta por indivíduos pertencentes a famílias que possuem renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591. Os brasileiros inseridos na classe D recebem entre R\$ 768 e R\$ 1.064 e a classe E abrange as famílias que ganham menos de R\$ 768 mensais.

O indicativo de status socioeconômico fornecido pela renda familiar dos informantes foi reforçado pelo grau de escolaridade máxima possuída pelos respondentes, pois o menor nível escolar identificado foi Ensino Médio ou técnico completos (31,6% da amostra). As pessoas com curso superior ou especialização *latu sensu* somaram 33,7% da amostra e aquelas com especialização *strictu sensu* somaram 23,5%. Por fim, 11,2% dos protetores possuíam título de Mestre, Doutor ou Pós-Doutor.

Os indicadores socioeconômicos demonstraram que a proteção animal na Região Metropolitana do Recife tinha uma predominância de pessoas da classe C (renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591) com alto nível de escolaridade (a menor faixa encontrada foi o ensino médio ou técnico completo com 31,6% da amostra). Esse dado reforça a ideia de que a proteção animal, bem como o ativismo vegano e ambientalista, de forma semelhante aos Novos Movimentos Sociais, são compostos fundamentalmente por pessoas de classe média.

Diferente do ambientalismo, no entanto, o perfil da proteção animal indicou uma predominância das ações assistencialistas, com pouca articulação e mobilização política. Perguntados se realizavam algum tipo de articulação com o poder público, 78,6% dos entrevistados afirmaram que não. Além disso, na identificação das atividades realizadas com maior frequência, foram listadas 10 opções, entre as quais as mais citadas foram alimentação de animais nas ruas (19,4%) e recolhimento de animais (16,3%)⁷⁴. Por fim, vale citar os resultados encontrados diante da questão aberta “Qual o maior problema relacionado aos animais hoje?” Após agrupar as respostas, três categorias foram encontradas: falta de consciência ou educação das pessoas (48,4%), ausência de controle populacional (26,5%) e falta de políticas públicas ou leis (12,9%). O maior problema dos animais, portanto, era atribuído à maneira como os indivíduos lidavam com eles, remetendo, portanto, a uma busca de soluções relacionadas à educação e conscientização (BRAGA et al, 2011; LIMA & SILVA NETTO, 2011).

Naquele ano de 2011, identificamos 13 grupos organizados de proteção animal em Pernambuco⁷⁵. Já em 2015, alguns daqueles grupos haviam desaparecido, enquanto

⁷⁴ Também foram citadas as atividades de lar temporário, busca de adoção, castração, angariação de fundos, organização de eventos, denúncia de maus tratos, contribuição financeira e atuação em abrigos.

⁷⁵ Os grupos identificados em 2011 foram: AADAMA (Associação dos Amigos Defensores dos Animais e do Meio Ambiente), Adota Eu! (DABB/UFRPE), Adote um Vira-Lata (UFPE) Arca de Noé, Brazucas Associação para Lutar pelos Animais (Brala), Gato Feliz, Movimento de Proteção Cães da Colina (MPC), Pet PE, Rede de Adoção, Savama, SOS 4 Patas, SOS Vida e a ONG Veterinários Sem Fronteira (VSF). Além disso, havia dois grupos de ativismo vegetariano: o grupo local da Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) e o Ativismo Vegetariano (Ativeg).

vários outros surgiram. Em um novo levantamento, contabilizei 23 grupos atuando no estado: Associação dos Protetores de Animais de Aldeia (AAPA), Associação de Proteção aos Animais (APA), Adote um Bichano (AUB), Associação dos Amigos Defensores dos Animais e do Meio Ambiente (AADAMA), Associação de Defesa do Meio Ambiente (Ademape) Adote um Vira-Lata (UFPE), Bicharada Carente, Brazucas Associação para Lutar pelos Animais (Brala), Eu Amo Animais, Gatinhos Urbanos, Gigi Pet Sitter, Julietas, Movimento Ação Animal (MAA), Movimento Amigo Bicho (MAB), Movimento de Defesa Animal (MDA), Movimento de Proteção Cães da Colina (MPC), Pet PE, Projeto Animus (UFRPE), Projeto Patinhas, Savama, SOS 4 Patas, SOS Vida e a ONG Centro de Controle de Natalidade Animal (CCNA). Existem, ainda, as comunidade virtuais no facebook: SOS Adoção Recife, Adota Recife e Adoção Animal Recife. Além disso, o ativismo vegano, que já contava com Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) e Ativismo Vegetariano (Ativeg), ganhou o grupo Liberte.

Diante dessa multiplicidade, é cabível ressaltar que, quando falo em protetores de cães e gatos, estou me referindo a uma categoria bastante diversa. Para facilitar a visualização dessa diversidade, a tabela a seguir resume as principais atividades realizadas por protetores de animais na Região Metropolitana do Recife, com indicação daquelas que foram identificadas entre os grupos cujas informações estavam disponíveis:

Quadro 8 - Atividades de proteção animal desenvolvidas por Grupos Locais. Região Metropolitana do Recife, 2015

	Promovem eventos de adoção	Participam de eventos de adoção	Promovem ações de castração	Promovem eventos ou campanhas para arrecadar doações para abrigos	Realizam ações em abrigos	Realizam arrecadação para tratamento de animais resgatados	Realizam programas educativos	Os membros realizam lar temporário	Administram página no facebook
1. AADAMA							X		X
2. APAA		X		X	X			X	X
3. Adote um Bichano	X	X	X				X	X	X
4. Adote um Vira-Lata	X		X				X	X	X
5. APA				X	X			X	
6. Bicharada carente				X	X	X		X	
7. Brala				X	X				X
8. Gatinhos Urbanos	X							X	X
9. Gato Feliz		X		X	X			X	
10. Gigi Pet Sitter	X	X	X	X	X	X		X	X
11. Julietas	X							X	
12. MAA	X	X	X	X	X	X		X	X
13. MAB	X	X	X					X	X
14. MDA	X	X				X		X	
15. Projeto Animus		X	X				X	X	
16. Projeto Patinhas	X	X	X			X		X	X
17. Savama	X	X						X	X

Fonte: Elaboração própria.

A proteção animal, como foi demonstrado, é bastante diversa em suas formas de atuação, sendo possível observar desde ações pontuais, como alimentar animais nas ruas, até o envolvimento em uma dinâmica social e política mais ampla. Nos últimos anos, tem se tornado mais comum que os protetores concebam o problema do qual tratam como uma questão de caráter público, aproximando-se de cobranças ou proposições de políticas públicas voltadas para cães e gatos.

O contexto em que essa pesquisa foi realizada é marcado pelo surgimento de uma configuração social em que aumentam os mecanismos de controle sobre as relações de tutoria, levando à emergência de dilemas morais relativos ao convívio humano com cães e gatos. Nesse processo, o crescimento da proteção animal na Região Metropolitana do Recife é um indicador importante a ser considerado.

3. OS IMPULSOS CIVILIZADORES E A POSIÇÃO AMBÍGUA DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NO BRASIL

No capítulo 2, dedicado à metodologia e à delimitação do objeto de pesquisa, evidenciei a relevância deste estudo descrevendo o panorama na Região Metropolitana do Recife (RMR), com destaque para as mudanças ocorridas nos últimos 10 anos. Nesse período, a população da RMR testemunhou o surgimento de dezenas de grupos de proteção animal, a aprovação de uma lei proibindo a política de captura e morte de animais errantes, a construção de redes de ajuda mútua entre protetores de animais (com grande destaque para o uso do facebook), o estabelecimento de uma agenda de frequentes eventos de adoção, a eleição de um vereador que se apresentava como defensor da causa animal, a criação de uma Secretaria Executiva de Direitos dos Animais na Prefeitura do Recife, a multiplicação dos candidatos que passaram a abordar a causa animal e a emergência de mobilizações políticas de reivindicação a gestores públicos e legisladores. Paralelamente a esses fatos mais diretamente relacionados à proteção animal, é importante chamar atenção para o crescimento do mercado pet em Recife, a expansão do negócio dos canis de animais de raça, o surgimento de eventos do setor e a multiplicação de clínicas veterinárias e pet shops, que se tornaram obrigatórias em todos os shoppings e parte da paisagem de todos os bairros de Recife, inclusive nas periferias.

Daqui por diante, os impulsos civilizadores nas relações com cães e gatos passam a ser estudados a partir da análise detalhada do caso particular da Região Metropolitana do Recife. Para que o processo aqui estudado seja melhor compreendido, começo por demonstrar como a relação ambígua com os animais de estimação, identificada no capítulo 1, se expressa no Brasil, com a distinção entre cães e gatos “especiais”, de um lado, e cães e gatos “perigosos”, de outro. Essa dicotomia ocorreu a partir de dois processos paralelos, localizados na segunda metade do século XX: o crescimento do mercado pet e o surto de raiva no Brasil.

A cinofilia foi iniciada no Brasil ainda no início do século XX⁷⁶, mas, acompanhando os dados levantados por Godinho (2010) e as matérias e anúncios de canis nas revistas especializadas, é perceptível que os canis especializados em raças de pequeno

⁷⁶ A Confederação do Brasil Kennel Clube (atualmente Confederação Brasileira de Cinofilia), foi inaugurada em 1920

porte só começam a se multiplicar na década de 1980⁷⁷. A popularização dos cães de pequeno porte impulsionou a reintrodução dos animais de estimação nos ambientes íntimos da casa, em um processo que, aos poucos, alcançou também gatos e algumas raças caninas de grande porte, apresentadas como adequadas à função de companhia. Esse foi um componente fundamental na mudança de sensibilidade em relação aos animais de companhia e na criação das condições para o rápido crescimento do mercado pet brasileiro que, nos anos 2010, já era o segundo maior do mundo, segundo os dados da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (2PRÓ COMUNICAÇÃO, 2014). Para além da distinção já conhecida entre os animais “de rua” e “de casa”, a introdução das mascotes na convivência íntima das famílias gerou uma distinção entre os próprios animais “de casa”, que, então, passaram a ser significados e tratados como “propriedades da família” ou como “membros da família” – a depender do tipo de convívio partilhado com as pessoas de casa.

Enquanto os animais “especiais” adentravam domicílios e gradualmente passavam a ser entendidos como membros da família, os animais que tinham acesso à rua (fossem ou não “propriedade” de alguém) eram mantidos em grande distanciamento e tornavam-se alvo da política de captura e morte, estabelecida para o controle da raiva.

O estigma de sujeira e perigo imposto aos animais de estimação continua forte, mas há hoje uma gradação bastante clara de acordo com esses tipos, de forma que a repulsa e o medo se apresentam de forma menos intensa em relação aos animais “membros da família” que àqueles “propriedades da família” e mais intensa em relação aos “de rua”. Se atualmente Osório (2015) identifica uma representação dos animais “de rua” como vítimas da sociedade, é possível afirmar que, até a década de 1990, tratava-se de um consenso que esses animais eram, antes de tudo, um risco para as pessoas.

Como foi visto anteriormente, entre os séculos XIX e XX, várias cidades do mundo tiveram surtos de raiva e/ou leishmaniose (calazar). Com o desenvolvimento da microbiologia, que apontou os cães como principais transmissores dessas doenças no meio urbano, a superpopulação desses animais nas cidades foi entendida como problema de saúde pública. As duas zoonoses, especialmente a raiva, tornaram-se assunto

⁷⁷ Naquela década, fazia-se referência inclusive à importação de cães campeões de pequeno porte, alugados para serem usados como matrizes e dar origem aos planteis. Atualmente é mais comum que se compre matrizes estrangeiras, especialmente quando o criador em questão percebe a frequência de “defeitos” nos cruzamentos entre os cães que possui (OLIVEIRA, 2006).

recorrente nos encontros da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)⁷⁸ e a busca de soluções para contê-las passava pelo desenvolvimento de vacina (animal e humana), soro pós-exposição e extermínio de cães em situação de rua. No Brasil, o pânico em relação às epidemias zoonóticas reforçou as representações contrastantes sobre cães e gatos, entendidos a um só tempo como fonte de afeto e de doença. O medo de contágio, somado ao aumento dos patamares de nojo, estabeleceu um padrão de convívio afastado com os animais de estimação, empurrados para o exterior das casas.

Além disso, até o início do século XX, a existência de animais vivendo na rua e as agruras resultantes dessa condição não costumavam ser objeto de questionamento. A consideração desses animais como autômatos, o distanciamento emocional em relação a eles e o medo da raiva justificavam a política de captura e morte de animais errantes adotada no Brasil. Entretanto, mesmo quanto entendida como necessária, a morte desses animais já não era encarada como fonte de diversão ou prazer como acontecia com a matança em festas até o século XVIII. Por isso é possível perceber que já havia a presença de uma mudança de sensibilidade, aqui identificada como resultado de impulsos civilizadores a partir dos quais a condenação à violência e a evitação da morte se estendem paulatinamente aos de animais de estimação. O desconforto gerado pela política de extermínio desses animais é visível nas tentativas do poder público de estabelecer procedimentos “humanitários” e tornar a carrocinha discreta, para proteger a sensibilidade dos cidadãos e dos profissionais envolvidos.

Na primeira década do século XXI, com o desenvolvimento dessa sensibilidade e a divulgação do parecer técnico da OMS sobre a ineficácia do extermínio de cães e gatos, surgiram as condições para a articulação de setores da sociedade civil, reivindicando que o Estado assumisse o dever de proteger e zelar pela vida e bem-estar de cães e gatos. Na Região Metropolitana do Recife, o movimento Recife Contra a Carrocinha, realizado em 2008, funcionou como marco inicial, a partir do qual os grupos de proteção animal passaram a se organizar politicamente e gerar ecos nas agendas midiática, governamental e eleitoral.

Neste trabalho, a reconstrução dessa convivência com cães e gatos, tanto os “de rua” quanto os “de casa”, será, em alguma medida, costurada por minha trajetória pessoal, dado que, em minha infância e adolescência nos anos 1990 (nasci em 1985), vivenciei

⁷⁸ Nos documentos de conferências internacionais não traduzidos para o português, será usada a sigla WHO (World Health Organization), enquanto, nos documentos publicados em português e nas referências textuais à organização, será utilizada a sigla OMS.

boa parte dos padrões aqui descritos com os três tipos de animais de estimação. Nesse percurso, compartilhei não apenas do senso comum em relação a eles, como também do medo da raiva e das representações sobre a carocinha. A partir de meu ingresso no Programa de Extensão Adote um Vira-Lata (UFPE), em 2009, passei a acompanhar muito de perto as transformações estudadas nesta tese e a me envolver pessoalmente nos conflitos e contradições que compõem esse processo. Essa experiência pessoal, no entanto, não é tomada aqui como argumento fundamental, e sim como um entre vários indícios a respeito desses impulsos civilizadores, identificados em documentos institucionais, trabalhos acadêmicos, matérias de jornal, desenhos animados, histórias em quadrinhos, projetos de lei e dados do chamado mercado pet.

Nesse sentido, minha experiência pessoal proporciona o que Elias (2011) chama de “visão de mergulho”, ou seja o acesso à dimensão qualitativa, aos sentidos gerados e transformados pelos sujeitos ao longo desse processo. Em seus termos:

(...) uma vez alcançada uma visão mais clara dos aspectos da vida social que se destacam com mais nitidez do fluxo histórico quando contemplados do alto e numa longa extensão, convém retornar à outra perspectiva, a que se tem de dentro do fluxo. Cada uma dessas perspectivas, se isolada da outra, apresenta riscos específicos. Ambas – a visão aérea e a do nadador – mostram o quadro com certa simplificação. Ambas nos inclinam a depositar uma ênfase unilateral. Somente em conjunto elas proporcionam um panorama mais equilibrado (ELIAS, 1994:46).

Certamente minha perspectiva é limitada por um corte de classe, pela especificidade das vivências proporcionadas por minha biografia e pelo meu envolvimento com animais de estimação desde muito nova. Ainda assim, o recurso a minhas experiências permite a maior aproximação possível de uma reflexão que dê conta das emoções envolvidas no processo aqui estudado. É interessante ressaltar que faço parte tanto da classe média, na qual percebo a emergência da sensibilidade de empatia, quanto da proteção animal, na qual ocorrem contatos intensos com tutores e protetores e, justamente por isso, conflitos importantes entre diferentes posturas morais a respeito das relações com os animais de estimação.

Começo, então, relatando o padrão de convívio que predominou até o final da década de 1990, com o estabelecimento das áreas externas das residências como local adequado à manutenção dos animais.

3.1. LUGAR DE BICHO: CRIAÇÃO NAS ÁREAS EXTERNAS

De acordo com a leitura de Elias sobre as pulsões e a formação das funções psíquicas, é na socialização primária que desenvolvemos uma estrutura básica de sentimentos e comportamentos que nos acompanhará, inconscientemente, na forma de nojo, medo, vergonha e desagrado. Partindo dessa premissa, parece interessante refletir sobre o que o comportamento das crianças pequenas é capaz de revelar sobre a socialização para relações com animais não humanos nos centros urbanos brasileiros.

Observando crianças em fase de desenvolvimento da linguagem, por exemplo, é perceptível como a progressiva expansão de seu vocabulário segue roteiros culturais facilmente identificáveis. No Brasil, com pequenas variações regionais, todas as outras crianças são chamadas de “bebê”, todos os cães são “auau”, todos os gatos são “miau”, todos os pássaros são “piu-piu”, todas as galinhas são “cocó” e todas as vacas são “mumu”⁷⁹. Enquanto isso, os adultos e as crianças próximas recebem uma variedade de nomes, escapando às classificações genéricas. Mãe e pai cumprem a função de nomes próprios e os demais membros da família são todos nomeados ou pelo primeiro nome ou por uma junção de parentesco e nome (vovô, vovó, tio e tia). Aos poucos, a partir do contato frequente com algumas crianças (da família ou da escola) e com alguns animais tutorados (em casa ou nos lugares frequentados), nomes próprios começam a ser aprendidos e passam a distinguir indivíduos dentro das categorias genéricas “bebê”, “auau” e “miau”⁸⁰. Quando começam a distinguir indivíduos, as crianças pequenas perguntam seus nomes, mas, para muitas espécies, a resposta recebida será a categoria genérica. Por mais que estejam presentes entre os brinquedos, roupas e decorações infantis, os cavalos, vacas, porcos, galinhas e outras espécies são entidades abstratas para as crianças criadas nos grandes centros urbanos (LÉVI-STRAUSS, 2009). Sem nomeação, não ocorre um reconhecimento de individualidades; sem convivência, não ocorre um aprendizado em relação às suas formas de comunicação ou ao fato mesmo de que tenham algo a comunicar. Apenas lentamente, termos como “carne”, “bife” e “coxinha” começam a ser associados a animais e, quando isso ocorre, as espécies já foram

⁷⁹ Também faz parte desse processo o aprendizado da associação entre as variadas representações de cada espécie, que só depois de bastante treino serão identificadas e classificadas corretamente. Brinquedos, esculturas, fotografias, pinturas, estampas, ilustrações em livros e outras formas de representação são progressivamente associadas entre si sob a mesma categoria “bebê”, “auau”, “miau”, “piu-piu” “cocó” ou “mumu”.

⁸⁰ Raramente nomeados, os pássaros, mesmo quando avistados com frequência, seguem sendo “piu-piu”.

cognitivamente distinguidas daquelas “especiais”, cujos representantes são reconhecidos como indivíduos⁸¹.

A escassez de interações que destaquem indivíduos em relação a categorias genéricas, portanto, tem um impacto nas categorias de pensamento a partir das quais a criança interpreta o mundo. Retomando a conexão entre classificação e julgamento, apontada por Boltanski & Thévenot (2006), é possível entender como a construção de esquemas mentais de classificação dos seres tem um impacto direto na localização de diferentes espécies nos ordenamentos morais. As espécies socialmente distanciadas e reificadas são vistas como animais, de forma que a violência que lhes é imposta não parece atingir indivíduos, e sim seres abstratos, desprovidos de individualidade e, em certos casos, entendidas como incapazes de sentir dor. Embora de forma menos marcante que no caso dos animais de produção, a ausência de individualização ou a individualização tardia dos membros de uma espécie também ocorre em relação às espécies de estimação quando o contato da criança com esses animais é escasso. Esse é o resultado da configuração em que cães e gatos em situação de rua são significados como sujos e perigosos, tornando-se distantes inclusive para pessoas que convivem com animais individualizados dessas mesmas espécies⁸². Quando animais “de casa” são entendidos como diferentes e especiais e o contato com os animais “de rua” é repreendido como algo perigoso ou nojento, esses últimos serão reificados de forma similar ao que ocorre com os animais de produção e, conseqüentemente, não serão percebidos como indivíduos, tampouco como indivíduos moralmente ou afetivamente relevantes.

Abordar essas situações é relevante porque permite compreender que, além da formação de esquemas mentais e comportamentos, os tipos e a frequência dos contatos com animais não humanos formam também uma estrutura de sentimentos em relação às

⁸¹ A dissociação entre o alimento e o animal do qual se origina é facilmente perceptível nos momentos em que de forma não planejada, crianças pequenas fazem essa associação e se chocam. Um exemplo disso é o vídeo do menino Luís Antônio, que se tornou viral em 2013 e foi compartilhado e considerado “exemplo de amor pelos animais” não apenas entre vegetarianos.

⁸² O distanciamento é ainda maior no caso de pessoas socializadas com pouco ou nenhum contato com cães e gatos, que não se tornam capazes de entender os sinais emitidos pelos animais e, conseqüentemente, sentem medo e/ou desconforto na presença de qualquer um, sem distinção entre “de casa” e “de rua”. Uma gradação ainda maior de distanciamento pode ser atribuída àqueles que, na infância, foram repetidamente reprimidos ao tentar se aproximar de cães e/ou gatos, pois estes tendem a desenvolver uma associação inconsciente dos animais às emoções negativas decorrentes das repressões. O resultado desse mecanismo nas emoções é visível nas pessoas que nunca tiveram uma experiência negativa com um cão ou gato, mas têm medo deles, bem como nas que sentem forte repulsa à simples ideia de contato com seus corpos. Muitas vezes essas emoções são racionalizadas como medo de adoecer, mesmo que o indivíduo não saiba dizer que doenças imagina que podem ser contraídas e conviva com pessoas que têm contato direto com esses animais, mas não parecem doentes.

espécies. Nesse ponto, mais uma vez, é preciso recorrer a Elias, que ressalta o caráter processual da formação dos indivíduos e a construção de uma sensibilidade que vai além dos aspectos conscientes e/ou racionais.

Em minha infância, tive duas experiências de criar cadelas – ambas no quintal. A primeira delas, Pituxa, era uma mestiça de poodle de porte médio, que chegou adulta em nossa casa, por volta de 1992, repassada por uma amiga de minha mãe. Criada com acesso à rua, Pituxa passava bastante tempo na casa de uma vizinha, que criava uma dezena de animais, entre cães e gatos. Eu e minha irmã do meio achávamos aquela casa divertida e atraente, especialmente pelo fato de que em todos os ambientes era possível encontrar animais. Minha mãe, por outro lado, demonstrava fortes ressalvas sobre nossa amizade com a filha da vizinha, que, como costumava dizer, andava “solta” pela rua até o anoitecer. O que para nós era sinônimo de liberdade, para a minha mãe era falta de cuidado. Essa relação entre cuidado e controle, entretanto, não se expressava na relação que mantinha com os animais de estimação que, pelo contrário, eram repetidamente adjetivados como livres - especialmente os gatos. O surgimento do discurso atual de que “gato feliz é gato seguro” e de que “quem ama o gato tela a casa”, do qual sou adepta, em tudo se assemelha ao discurso de minha mãe na infância, que tolhia meu desejo de liberdade e justificava-se afirmando que se tratava de cuidado.

Na casa da minha vizinha, os gatos novatos ficavam trancados no quarto das crianças, os gatos adultos, o cão pequeno e o husky siberiano ficavam soltos por todo lado, enquanto os cães “de guarda” eram isolados no quintal durante o dia. De vez em quando ela preparava bolas de carne moída crua e jogava no chão da casa para os gatos, que disputavam, carregavam para baixo das camas ou móveis e comiam com voracidade. Achávamos natural que Pituxa preferisse ficar ali, onde os animais pareciam muito à vontade. Quando a família vizinha se mudou, Pituxa foi junto e todas nós concordávamos que seria mais feliz. Ficamos encarregadas de cuidar dos dois gatos que a família acreditava que não se adaptariam à mudança, mas ambos desapareceram em poucos meses.

A segunda cadela, Cravina, era uma dálmata bagunceira que uma tia passou adiante declarando que o animal era “impossível”. Após algumas semanas em nossa casa, puxando roupas no varal e pulando nas pessoas que iam ao quintal, ela foi entregue para um tio que, afirmavam os adultos, teria condições de cuidar, por ter um quintal grande e já criar outros cães. Em nenhum momento foi cogitada a possibilidade de ajudá-la a gastar energia, muito menos de fazer passeios com ela, visto que, em nossa prática corrente, cão

que podia passear era aquele que soubesse se comportar e voltar sozinho. Os cães “de casa”, então, ou eram criados com livre acesso à rua ou confinados, com o objetivo de fazer guarda no período da noite. As raças populares entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990 eram justamente as de guarda, como pastor alemão, fila brasileiro, *dobermann* e *boxer* (posteriormente substituídas por *rotweiler* e *pit bull*). Entre os cães de pequeno porte, a moda dos anos 1980 foi o pequinês – raça representada como territorialista e “traíçoeira”. Circulando entre a área externa e a interna, seguindo “o dono” pela casa e avançando em quem chegava no portão, os cães de raça pequinês parecem ter feito a transição entre os cães de guarda e os cães de companhia⁸³.

O pequinês ideal, segundo o que pede o padrão da raça, deve possuir essas características, assemelhando-se a um pequeno leão, demonstrando bravura, coragem, combatividade e amor próprio (...) Luís Carlos Spinelli vê como vantagens o fato de poder mantê-la em apartamento e lugares pequenos e de não consumir grandes quantidades de alimento, além de ser um cão que ao primeiro ruído logo avisa – ou seja, funciona como um bom alarme (CÃES & CIA nº85, 1986:40).

Outras raças de pequeno porte, com características de companhia e guarda, eram o Fox Paulistinha (Terrier Brasileiro) e o Fox Terrier, caracterizados em uma matéria de 1994 como “mais eficiente que qualquer sistema anti-roubo” (CÃES & CIA, 1994 nº 194, p.5).

Talvez por essa associação do cão à função de guarda, havia um medo generalizado de cães desconhecidos, tanto na rua quanto na casa das outras pessoas. Ao chegar à residência de um conhecido que criasse um cão, a primeira pergunta a fazer era “ele morde?”. Em resposta, ou o “dono” prendia o animal para a visita entrar, ou afirmava que o cão não mordida, mas se mantinha vigilante enquanto a visita entrava, geralmente desconfiada. Criados no quintal, muitas vezes amarrados ou em canil durante o dia, muitos desses cães de fato não reagiam bem à presença de pessoas desconhecidas. O mesmo não pode ser dito dos cães “de rua” ou criados com acesso livre aos espaços públicos, pois esses, como os de hoje, são obrigados a se acostumar com o vai-e-vem constante de pessoas. Ainda assim, a ideia geral era de que os animais “de rua” eram especialmente perigosos e poderiam morder a qualquer momento. A maioria dos amigos e parentes da mesma geração que eu parecem ter perdido o temor, ao chegarem à

⁸³ O papel do pequinês no Brasil se aproxima ao que cumpriram os buldogues na Inglaterra. De acordo com Thomas, o destaque ganho por esta raça naquele momento devia-se ao fato de ser uma “excelente síntese das inclinações gêmeas da classe dominante setecentista: uma preocupação com a origem (pedigree), a educação e um gosto agressivo pela guerra” (THOMAS, 2010:154).

adolescência, enquanto a maioria das tias age da mesma maneira, demonstrando medo de mordidas ou repulsa muito forte às lambidas de cães e à aproximação de gatos.

Em 1986, um leitor enviou para a revista Cães uma carta comentando matéria sobre cães “puros”, publicada em edição anterior, comentando que, em sua opinião, o que estava enfraquecendo os animais não eram os cruzamentos realizados pelos criadores, e sim a introdução de “cuidados excessivos” na lida com os animais que, de acordo com a moralidade de propriedade, são definidos como animais úteis:

Discordo quando se afirma que as raças estão sendo desnaturadas e perdendo a sua utilidade. Mantenho na chácara onde vivo um casal de Old English Sheepdogs. Pastoreiam perfeitamente as ovelhas (...) Quando comprei, o criador mencionou uma série de cuidados a serem tomados como o uso de xampus e talcos especiais. Nada foi necessário. Com apenas uma escovação por semana, a pelagem deles se mantém impecável (...) A Collie (...) é tão hábil no pastoreio que posso afirmar que ela vale por dois peões a cavalo. Os Dachshunds também andam por toda a chácara, caçam tatus e perseguem animais silvestres (...) Concluo que, infelizmente, alguns criadores dispensam a seus cães cuidados excessivos. Porém, não acho justo generalizar. Ainda existem criadores – como eu – que sabem dosar os mimos dados ao cão e o enxergam como ele realmente é: um animal útil (CÃES, 1986, nº5:35).

De maneira geral, o único aspecto que diferenciava os animais “de casa” em relação aos “de rua” era a garantia de abrigo e alimentação – muitas vezes de maneira precária. Nas casas de classe média e baixa, o alimento geralmente eram restos das refeições da família, farinha de milho (fubá) e carnes de qualidade inferior (miúdo), misturadas ou não a ração (e as opções no mercado eram poucas).

Roberta - Meu pai é agrônomo e a gente sempre morou em fazenda, aí eu sempre tive contato com galinha, com vaca, cavalo, tudo. E desde pequena eu gostei, só que depois [aos 10 anos] a gente se mudou pra uma casa pequena, que não tinha quintal... E meu pai era só assim: “bicho tem que ficar separado, tem que ter um quintal, uma área separada, não dentro de casa”.

Amara – Na minha infância os animais eram tratados como cachorro mesmo, né? E gato como gato mesmo.

Lena – Como é tratar cachorro feito cachorro e gato feito gato?

Amara – Na rua... No quintal amarrado... não tinha a mordomia que tem agora não (riso).

Lena - O que é que foi marcante na história de Maria (primeira cadela que criou)?

Amara - Eu só lembro do tempo que ela ficou doente porque não é feito agora. Agora a gente tem mais cuidado, tem mais médico, antes não tinha. Então ela ficou doente, criou um câncer e a gente não sabia, tá entendendo? Não é feito agora que, qualquer coisinha você corre pra o veterinário, né? Dava um remedinho, um chá (...) Marcante pra mim foi essa doença dela, que morreu e ninguém fez nada (...) A gente gostava muito dela, ela era obediente, as meninas também gostavam muito...

Lena - Aqui na vizinhança é assim também? As pessoas criam como tu cria ou criam diferente?

Amara - Tem uma senhora aqui que cria feito eu crio: tudo bonitinho, tudo dentro de casa, mas tem uma vizinha que já faz do jeito que era antigamente: sobra de comida (se sobrar), amarrado... porque cachorro antigamente não era esse luxo de ração, era sobra. Se sobrasse, bem, se não sobrasse, o bichinho passava o dia todinho ali com fome (...) então aí essa vizinha tem [cachorro] como antigamente...

É interessante perceber, por exemplo, a insistência da Cães & Cia, uma revista especializada para tutores de animais de companhia, em ajustar as atitudes dos “proprietários” em relação ao alimento fornecido aos animais de estimação:

Dicas para criar

Não alimente seu cão ou gato só com carne bovina, pois sendo pobre de cálcio e muito rica em fósforo causa várias doenças que afetam a formação dos ossos.

Não dê ao seu cão ou gato alimentos ricos em carboidratos, como farelo e farinha de trigo, aveia, feijão, biscoitos, bolo, bolachas, pão fresco ou amanhecido, batata, beterraba e arroz (em excesso). Eles formam gases, causando cólicas (CÃES & CIA, 1994, nº176, p.12).

A garantia de abrigo, por sua vez, costumava resumir-se a uma área coberta no quintal (casinha, canil ou área de serviço), pois os animais “de casa” também não eram bem vindos dentro da residência. A presença de animais soltos nos espaços íntimos ocorria em poucos casos e era comumente considerada anti-higiênica e inconveniente. Em matéria publicada em 1994, na Revista Cães & Cia, pessoas que criam ou pretendem criar gatos são instruídas a construir um gatil ideal, “prático para você e confortável para os gatos”. As medidas mínimas indicadas para o gatil somam 1,60 x 3,10m – medida indicada para comportar “até 3 exemplares”. A necessidade de tal estrutura, dividida em dormitório, solário e bancada, é assim justificada:

Se você cria ou pretende criar gatos, a construção de um gatil torna-se uma decorrência natural. Confinar gatos em um ambiente específico tem uma série de vantagens. É uma forma de proteger o interior de nossa casa das “afiações de unhas” e outras artes felinas, evita a ocorrência de fugas, simplifica os cuidados diários e facilita o controle dos acasalamentos, tudo isso sem impedir que tenhamos maior contato com os nossos bichanos, sempre que o desejarmos (CÃES & CIA, 1994, nº194, p.32).

As dicas, percebe-se, não se aplicam a quem criava gatos para o controle de pragas (visto que o gatil é fechado), e sim a quem pretendesse criá-los para reprodução e venda e/ou para companhia. Assim, o gatil permitiria conciliar os contatos afetuosos – quando desejados- e a proteção da casa e objetos contra danos decorrentes da presença dos felinos.

Obviamente, a maior parte das pessoas não tinha espaço ou dinheiro para construir gatis, mas a orientação fornecida na revista é uma indicação bastante clara de que havia um desejo de manter os bichanos do lado de fora. Mais comumente, essa separação era feita com a utilização de telas impedindo sua entrada e, principalmente, com o hábito de expulsá-los quando tentassem entrar (com água, palmas, gritos, batidas de pé, etc).

No início da década de 1990, a maior parte dos meus parentes e amigos criava cães, mas a presença desses animais dentro de casa era rara. Quando ocorria, causava um estranhamento geral e uma certa impressão de sujeira. Os primeiros que começaram a introduzir cães dentro de casa foram justamente os que adquiriram cães de pequeno porte, pertencentes a uma das raças que se tornaram moda naquele momento. *Miniatura pinscher, poodle, cocker spaniel, yorkshire terrier e dachshund* (o salsichinha) eram os mais comuns e, em todas as raças, os menores eram os mais valorizados⁸⁴.

Em minha família, após as duas breves experiências com cães, continuamos criando gatos e adorávamos felinos, mas eu e minha irmã gostávamos muito de abrir a enciclopédia na seção “raça de cães” e escolher qual queríamos, visto que algumas crianças próximas a nós já criavam cães de pequeno porte dentro de casa. Entre as raças apresentadas na enciclopédia, meu sonho era um maltês, com seus pelos longos, lisos e brancos. Quando minha tia comprou um Lulu da Pomerânia a família toda ficou encantada. Argos tinha os pelos brancos, lisos e longos, mas arrepiados, dando-lhe uma aparência de pelúcia, complementada pelas orelhas curtas e arredondadas. Para manter os pelos desembaraçados, era preciso dar banho com produtos específicos e secá-lo com secador. Minha tia fazia essa atividade com alegria e nós achávamos tudo aquilo muito engraçado, assim como o fato de que Argos não fosse deixado sozinho em casa. Quando a família ia passar a tarde de domingo na casa de minha avó, o cachorro ia junto, fazendo, pelo menos uma vez por semana, uma pequena viagem de Recife a Olinda. Em 1997, essa tia presenteou minha mãe com um Lulu da Pomerânea do mesmo canil que o dela. Com nossa ajuda, ela fez com que minha mãe abrisse a porta do quarto e se deparasse com uma bolinha de pelos dentro de uma caixa de presente, em cima de sua cama. Niño tinha o pelo marrom, fazendo-o parecer uma raposa. Ficamos extasiadas com o presente e nenhuma de nós se deu conta de que, logo na chegada, ele havia quebrado uma regra fundamental da casa: era um cachorro em cima da cama. Ninguém considerou também a

⁸⁴ Raças como poodle, pinscher e Lulu da Pomerânea têm seus “exemplares” classificados a partir do tamanho que atingem, sendo os menores os “mini”, “toy” ou número 0, enquanto os maiores são classificados como médio e grande ou como número 1 e número 2.

possibilidade de criá-lo no quintal, simplesmente porque aquele era um “cachorro pra dentro de casa” e essa característica se apresentava como óbvia para nós. Os Lulus eram, na época, o que se costuma chamar de exóticos, pois a raça era desconhecida, não havia muitos criadores e eles não costumavam ser vistos nas vitrines das pet shops. Uma das coisas que nos divertia em relação a isso eram as perguntas feitas por crianças pequenas, que queriam saber se Niño era um gato, uma raposa ou um cão. Andar com ele na rua era garantir olhares, sorrisos e perguntas e aquilo me fazia sentir especial.

Em 2000, três anos depois da chegada de Niño, uma tia mais distante, que criava vários Lulus da Pomerânia, deu uma filhote de presente a minha mãe. Mindy era uma Lulu mini, de cor branca e, apesar da resistência que eu e Suzy (minha irmã mais velha) tivemos em receber mais um cão em casa, acabamos rendidas pela chegada de um novo animal com aparência de bicho de pelúcia. A aparência e o fato de que Niño e Mindy não exalassem “cheiro de cachorro” faziam-me acreditar que eles eram especiais, mais limpos que os outros cães, inclusive de outras raças. Essas características, no entanto, não são fruto do acaso, e sim de um processo intencional de seleções e cruzamentos que levaram ao surgimento das raças de pequeno porte atualmente disponíveis no mercado. Entre as consequências do desenvolvimento dessas raças, vale destacar a impressão generalizada de que os cães de determinadas raças são naturalmente diferentes, adequados ao convívio íntimo e dignos de cuidados especiais⁸⁵. A divisão física dos cães que ficam dentro de casa e os que ficam limitados às áreas externas, que se apresentava como óbvia em minha infância, decorre desse processo de criação das raças de pequeno porte que, historicamente, foram criadas para serem de companhia, dentro de uma lógica de distinção: dos cães entre si e de seus “donos” a partir da qualidade dos cães que possuíssem.

A popularização das raças de companhia impulsionou um novo tipo de convivência partilhada com animais de estimação, ainda que essa mudança não tenha sido estendida a todos os animais da família. Entendidos como animais “para criar dentro de casa”, os cães de raças de pequeno porte geraram mudanças fundamentais nas formas de convivência com animais de estimação. Liberados das barreiras físicas impostas aos animais de guarda ou àqueles “sem importância”, as mascotes de raça se faziam presentes em todos os momentos da rotina familiar, desde a hora de acordar até o momento de dormir, passando pelas refeições, em que adultos e crianças frequentemente se divertiam

⁸⁵ As consequências do que os cinófilos chamam de melhoramento para os animais de estimação serão discutidas no capítulo 6.

oferecendo pedaços especiais de comida em troca de truques ou “gracinhas”. É possível perceber uma distinção entre animais “propriedade da família” (cães de guarda e alerta e gatos para caçar ratos), mantidos exclusivamente ou preferencialmente nas áreas externas, e os animais que se tornavam “membros da família”, quase sempre cães de raças de pequeno porte, que tinham acesso livre aos espaços íntimos das casas civilizadas⁸⁶. Criados de forma bastante distinta dos outros cães, essas mascotes de pequeno porte eram entendidas como naturalmente especiais e mais apegadas às pessoas, ainda que, em alguns casos, houvesse sugestões de que eles precisariam da convivência íntima para desenvolver plenamente essas características “naturais” que seriam a sociabilidade, a inteligência e o apego às pessoas:

Parte integrante da família, o Poodle assimila as características de seu dono e do meio em que vive. Bem tratado e recebendo atenção constante, o cachorro terá mais chances de se desenvolver de acordo com o padrão da raça. Ao contrário, abandonado no fundo de um quintal, sem ninguém para brincar, ele poderá se tornar “carente, agressivo e até aparentemente burro”, alerta Elizabeth de Barros Fernandes (...). Porém, “isso varia em função da linha de sangue do exemplar”, lembra Kleber Kersting. “Tenho cães criados em canil, às vezes em completo isolamento por longo tempo, que são dóceis, meigos e inteligentes” (CÂES & CIA, 1986, nº85:6).

De todas as características que esses minicães possuem, sem dúvida, as que mais se destacam são a enorme afetividade e devoção qu dedicam àqueles que elegem como ‘favoritos’. Ester Ferenhof, do Little Star’s Kennel, do Rio de Janeiro, RJ, criadora de Poodle Toy e Minitautra, conta: “um de meus cães, Pingo, que habita o meu quarto, escolheu o meu marido como o seu favorito. Quando ele chega em casa, Pingo abandona tudo e todos e se transforma e m sua sombra, não o deixando sozinho por um só instante. Ele é de uma fidelidade incrível!” (CÂES & CIA, 1987, nº 92:25).

A reintrodução dos animais de estimação nos ambientes íntimos da casa, em um processo que, aos poucos, alcançou também gatos e algumas raças caninas de grande porte, apresentadas como adequadas à função de companhia, com destaque para *Husky* Siberiano e *Collie* na década de 1990 e *Golden Retriever* nos anos 2000. De qualquer maneira, os cães de pequeno porte continuam sendo os preferidos para a função de companhia e, especialmente, a convivência dentro das casas. Uma matéria de 1986, a revista *Cães* publicou uma matéria sobre a raça São Bernardo, um cão de grande porte que chega a pesar 80kg, mas é considerado muito dócil e capaz de brincar com crianças.

⁸⁶ Também nesse sentido, chama atenção a semelhança com a Inglaterra, em que os cães eram proibidos na corte de Henrique VIII (1409-1547), mas era feita exceção aos spaniels das damas (THOMAS, 2010:159).

O depoimento elogioso sobre a raça aponta o respeito às fronteiras na casa com grande qualidade:

Muito apegado ao dono, ele o segue por todo o canto sem lhe dar folga. “Sempre que vou ao quintal de casa, minha São Bernardo me acompanha em todas as atividades. Quando entro, a cadela – que foi ensinada a não adentrar a casa – limita-se a seguir meus movimentos com os olhos”, conta Haidée Menezes (CÃES, 1986:33).

A partir dos dados de observação em eventos de adoção e comunidades de adoção no facebook, é possível perceber que os cães de pequeno porte são entendidos como adequados ao convívio íntimo por três razões: 1 - cabem no colo, o que é valorizado em animais criados com a função de companhia; 2 - não alcançam lugares altos, como mesa e balcão da cozinha e muitas vezes são incapazes de subir sozinhos em camas e sofás; 3 – há uma crença de que, por serem pequenos, percorrer o espaço da casa ou apartamento seria atividade física suficiente, enquanto animais maiores teriam que ser levados para passear.

A convivência íntima pode introduzir um ruído na reificação dos animais de estimação porque estimula a identificação de personalidades individuais em seres antes entendidos como puro instinto. Observando suas mascotes de perto e interagindo com eles, os tutores entendem que eles possuem características próprias e frequentemente surpreendem com demonstrações não esperadas de afeto e/ou inteligência. Entretanto, a percepção sobre o próprio animal de estimação pode engatilhar dois resultados bem distintos. O primeiro resultado possível é problematizar os estereótipos negativos atribuídos à espécie da qual ele faz parte e, portanto, concluir que todos os animais da espécie são especiais; o segundo é entender aquela experiência como única de um indivíduo ou de uma raça, reforçando a ideia de que alguns animais são mais especiais que outros similares⁸⁷. É interessante ressaltar que, embora haja um reconhecimento de individualidade, os tutores atribuem boa parte das características de seus cães às raças (TOMA, 2015).

Em minha experiência, a popularização das raças de pequeno porte parece ter levado ao segundo caminho. Aqueles cães divertidos, engraçados e comunicativos com

⁸⁷ Algo semelhante pode ser pensado sobre a proteção animal atuar ou não como gatilho para o vegetarianismo. Enquanto muitos passam a perceber cães e gatos como definitivamente diferentes e especiais em relação às outras espécies (inclusive à humana), outros começam a traçar semelhanças entre as espécies de estimação e aquelas usadas na alimentação (especialmente os mamíferos), sendo levados a problematizar sua postura em relação a elas.

os quais nos encantávamos eram diferentes de todos os outros por serem membros de determinadas raças. Assim, os *poodles* eram brincalhões, mas também poderiam ser brabos com desconhecidos; os *pinschers* eram ratos que se viam como *dobermanns*; os *dachshunds* eram divertidos e amistosos; os *yorkshires* eram agitados e afetuosos; os lulus eram espertos e sabiam fazer gracinhas, mas odiavam crianças. Independentemente da base factual em relação à personalidade dos cães de cada raça, que os cinófilos reforçam continuamente, o que está em questão aqui é o fato de que não era nada provável que alguém caracterizasse os vira-latas, menos ainda os vira-latas “de rua” como amistosos, afetuosos, brincalhões, brabos apenas com desconhecidos ou até imaginar que eles teriam uma autoimagem (como os *pinschers*, que se julgariam grandes e poderosos). A única característica atribuída aos animais sem raça definida (os vira-lata) até hoje é a de que sejam resistentes, pois imagina-se que não adoeçam e possam comer qualquer coisa – o que, ao mesmo tempo que os valoriza, reforça a ideia de que não precisam de cuidados. Os animais sem raça definida são vistos como aqueles que não possuem nenhuma característica especial, pois seriam os animais genéricos, dotados das mesmas características que qualquer outro da espécie, enquanto que os especiais, acredita-se, são dotados de diferenciais físicos e psíquicos, pois cada raça seria “única e ideal para um tipo de pessoa/família”. A caracterização das raças menos comuns em um país como “exóticas” é um forte indicativo dessa valorização da ideia de exclusividade presente no mercado das raças caninas e felinas.

A entrada dos cães de companhia dentro das casas não gerou um abalo significativo nesse estereótipo negativo, e sim uma dicotomia entre os cães especiais, com características distintivas da raça, e os cães genéricos. Vale destacar que o crescimento dos movimentos de proteção animal foi indiretamente estimulado pelo crescimento do mercado pet, que popularizou o padrão de convivência íntima com animais de estimação e tem jogado papel importante na difusão da ideia de que os animais de estimação são membros da família. Por outro lado, é importante ressaltar que, no mundo pet, animais fora dos padrões da raça ou que se tornavam inúteis eram comumente eliminados ou vendidos para servirem como cobaias, pelo menos até a década de 1990, sendo mencionada como em matérias e cartas como algo no máximo desagradável:

A criadora Terezinha guardini, do Canil Von Herte, endereçou carta à redação explicando qual a sua posição diante do sacrifício de filhotes e defendendo-se do protesto que nossa leitora Maria Calra Albuquerque fez em nossa revista, na edição 45. “(...) A raça que crio, Dogue Alemão, é um animal de porte avantajado que precisa desde cedo de alimentação rica e suficiente para seu

desenvolvimento. A senhora há de convir que uma ninhada de 7 filhotes (é o máximo que deixo) ou menos, estará melhor alimentada que uma de 10, 12 ou até mais (já tive ninhada com 16 filhotes) e, conseqüentemente, terá condições de produzir adultos saudáveis (...) Eu não faço comércio de cães, apenas crio por *hobby*, melhorando o nível da raça (...) Eu não sacrifico meus filhotes por prazer, mas por necessidade, e creio que a senhora pode visitar canis em todo o mundo e ver que o meu estará entre um dos melhores. Um filhote VON HERTE é sinônimo de saúde e qualidade” (CÃES & CIA, 1983 N° 48:7).

Para dar um lar aos *Greyhounds* (cães de corrida) que já passaram da idade ideal para correr (cinco anos) ou que não apresentem rendimento desejado (cerca da metade deles), surgiram nos EUA entidades como a *Greyhounds Pets of America – GPA* que em 1992 conseguiu fazer com que 7.733 cães felizardos, que antigamente seriam vendidos para pesquisa ou simplesmente eliminados, encontrassem agora novos donos, pessoas que os adotam, a quem se afeiçoam e brindam com seu companheirismo, inteligência e docilidade (CÃES & CIA, 1994 n° 176:23).

3.2. ANIMAIS DE DENTRO, ANIMAIS DE FORA E A CARROCINHA

Passados séculos do desenvolvimento das primeiras raças “para as damas”, a diferença na vida proporcionada a esses animais e àqueles sem raça definida passou a ser interpretada como natural, fruto de diferenças na personalidade dos animais, conforme se evidencia nos registros de campo.

Eu estava finalmente cadastrando os animais de uma das moradoras da Várzea, cuja casa eu tinha visitado quatro vezes até conseguir contato (insistíamos porque uma de suas cadelas estava no cio e havia sempre um cão na porta). A moradora da casa à frente havia conversado no mês anterior com Ariene, tinha uma poodle e se recusara a castrar. Quando me viu conversando com a vizinha e preenchendo o cadastro, veio conversar:

Vizinha – Rapaz, levei minha cadela pra cruzar e ela rejeitou o cachorro, não quis não

Lena – Graças a Deus! (riso) Já pensou se ela dá cria? Mulher, são 100 mil animais nas ruas em Recife, não dá mais não!

Vizinha – Ah, mas é diferente, ela é desses cachorros de ficar dentro de casa. Na rua são esses... (abanou a mão na direção do chão, por onde passavam as cadelas vira-lata de Dona Maria, que tinham sido liberadas durante o cadastro e circulavam pela calçada)

Lena – Não tem isso não, isso depende de quem cria – eu ia respondendo, quando Dona Maria me interrompeu, com tom irritado e rebateu a vizinha:

D. Maria – Pois as minhas não ficam na rua coisa nenhuma! Elas nem saem de casa!

(Diário de campo – cadastro para mutirão de castração. Fevereiro de 2014)

A ideia geral é de que cães “de dentro de casa” não saberiam passear sozinhos e, além disso, poderiam ser roubados caso saíssem sozinhos – risco que não costuma se colocar para cães vira-latas. No caso dos gatos, o padrão de criação predominante para todos é terem acesso livre à rua, não havendo muita diferença nas representações entre

gatos “de raça” e “vira-lata” no que diz respeito ao gosto ou à habilidade para andar na rua, pois todos os felinos são considerados capazes de sair e voltar. Não é à toa, portanto, que as pessoas cujos gatos não regressam de um passeio na rua acreditem fortemente que eles foram roubados ou, mais comumente, que fugiram de casa, ao invés de imaginar que tenham sido atropelados ou envenenados. O caso dos cães é diferente, pois se imagina que os animais “de raça” não sejam capazes de andar sozinhos e atravessar ruas sozinhos, enquanto os “vira-latas” seriam capazes e, principalmente, teriam necessidade de fazê-lo. Um registro de diálogo em evento de adoção exemplifica essa distinção naturalizada:

Estávamos lanchando e contando umas às outras sobre os diálogos marcantes do dia quando Ednally contou que, mais cedo, uma senhora tinha chegado, passado a vista nos animais e questionado “Não tem nenhum de raça?” Expressamos chateação com a pergunta e ela afirmou ter respondido que o evento era para vira-latas e que eles eram maravilhosos. Diante da resposta, a senhora teria explicado “é que vira-lata gosta de ficar na rua, eu queria um pra ficar em casa comigo”. Passamos algum tempo entre resmungar e rir do que caracterizamos como “doidice” ou “burrice” das pessoas. Ela disse ter explicado que o cachorro vive da forma que é acostumado e que vira-latas também ficam dentro de casa fazendo companhia, mas que a mulher não dera muita atenção.

(Diário de campo – evento de adoção no Parque do Cordeiro, 2014)

O que está em jogo aqui não é se os cães têm gosto por caminhar sozinhos ou acompanhados por humanos, e sim a representação discrepante sobre cães de raça e vira-latas em relação a isso. Por muitos anos, compartilhei da mesma ideia em relação aos cães aptos e inaptos para andar e para viver na rua, acreditando que os animais “de rua” seriam mais inteligentes porque aprendiam a atravessar a rua. Só depois de acompanhar a morte ou resgate de inúmeros cães e gatos atropelados, fui capaz de entender que os animais em situação de rua não são naturalmente mais inteligentes para atravessar as vias, e sim que, entre todos eles, sobrevivem apenas aqueles que aprendem a fazê-lo. Esse raciocínio, que parece óbvio quando formulado, continua surpreendendo as pessoas com quem converso, todas as vezes que ouço que “vira-latas são inteligentes porque sabem andar na rua”.

Diante da clara dicotomia entre animais especiais e animais sem valor, como explicar que o extermínio dos animais em situação de rua tenha se tornado um problema? Primeiramente, é preciso pontuar que as primeiras mudanças em relação à política de captura e morte não apontavam para uma mudança de estratégia de controle populacional, e sim para uma *humanização* dos procedimentos.

3.2.1. A legitimação da carrocinha

Duas consequências surgem da percepção discrepante entre animais “de casa” e animais “de rua”. A primeira é a naturalização da situação de abandono, presente na própria expressão “animal de rua”, que atribui ao animal a condição de pertencer a esse espaço e, justamente por isso, permite que a presença de cães e gatos vagando pelas vias públicas torne-se parte da paisagem, de maneira aproblemática. A segunda consequência é que, por se imaginar que não saberiam ou não poderiam sair sozinhos, os cães considerados especiais são mantidos dentro de casa, de maneira que a ação da carrocinha não coloca em risco os “proprietários” que criem seus cães em casa. Pelo contrário, serve para proteger a ambos do risco da raiva, que poderia ser trazida por algum cão “de rua”.

De fato, em toda a minha infância e adolescência, a existência da carrocinha não parecia ferir a sensibilidade das pessoas com quem convivi e só nos angustiávamos com essa instituição quando algum animal especial era capturado por acaso (como acontecia com os personagens de desenhos animados, que sempre se livravam no final). De maneira geral, os cães capturados eram anônimos, não possuíam valor e não fariam falta a ninguém, já que não tinham “dono”. O compadecimento, portanto, não era pelo sofrimento ou morte do animal, mas pelo sofrimento do humano que o perdesse.

Diante de tais ameaças, não se poderia contestar totalmente a validade da utilização da “carrocinha”, em prol da saúde pública. O que se questiona, atualmente, é a forma como esse serviço vem atuando, principalmente quando se sabe que não são apenas os cães errantes os visados pelo Setor de Apreensão de Animais, conforme atestam depoimentos como estes (...) Muitas pessoas que já tiveram seus cães capturados pela “carrocinha” lamentam que não sejam poupados nem mesmo aqueles animais com coleira e que, protanto, têm dono (CÃES & COMPANHIA, 1938, nº48:11).

Outro fator importante para suavizar as ideias sobre o extermínio dos animais errantes é a forma de se referir ao fato. Assim como meu uso do termo extermínio está carregado de sentido político, o uso do eufemismo eutanásia também está, pois sugere uma morte sem dor e sem angústia, necessária para o bem do paciente. A afirmação, corrente em minha infância, de que os cães levados pela carrocinha virariam sabão, desviava a atenção sobre o que aconteceria com eles ao serem capturados. Virar sabão era um acontecimento no plano da fantasia, que nos levava a imaginar um processo mágico, pelo qual um cão se transformasse em sabão – o que não parecia implicar em morte, e sim em transmutação. Uma lógica semelhante ocorre com a produção de

alimentos de origem animal, representados sempre em duas etapas pela publicidade: na primeira etapa, são desenhos sorridentes (às vezes dançando de alegria) e, na segunda etapa, aparece o produto final, que não traz em si nenhuma marca identificadora do animal que o originou (DIAS, 2009)⁸⁸.

Além de todo o eufemismo que havia em torno da ação da carrocinha, os animais por ela sacrificados eram anônimos, vistos apenas de passagem e percebidos como ameaça. Eliminar um animal “de rua” não era comparável a eliminar um animal “de casa” – a própria comparação entre eles soaria absurda.

Ao analisar a política de captura e morte, estabelecida em todos os países atingidos pela raiva, é possível perceber um forte contraste com a imagem genérica a respeito dos cães, comumente apontados pela literatura das ciências sociais como seres sacralizados nas sociedades ocidentais. Um exemplo disso é a análise de Sahlins (2003) sobre as representações e atitudes contrastantes dos norte-americanos em relação a algumas espécies animais. O autor destaca que cães e cavalos não seriam considerados animais comestíveis por estarem num convívio doméstico e relativamente íntimo e afirma:

Cachorros e cavalos participam da sociedade americana na condição de sujeitos, têm nomes próprios e realmente temos o hábito de conversar com eles (...) Portanto, cachorros e cavalos são julgados não-comestíveis porque, como disse a Rainha de Copas, “não é fino mandar cortar alguém a quem você foi apresentado” (SAHLINS, 2003:174).

Se, de acordo com o próprio autor, é o convívio doméstico e relativamente íntimo que enquadra os membros dessa espécie na condição de sujeitos, é possível afirmar que, justamente por não partilharem desse tipo de convívio, os animais “de fora” e os animais “de rua” não alcançam esse status. Essa condição, embora não os torne comestíveis, de alguma maneira torna-os aptos ao “abate”, como, nos últimos trinta anos, vem sendo feito no Brasil, pela carrocinha, e na maioria dos países do mundo – inclusive nos EUA, de onde fala Sahlins (LIMA & SILVA NETTO, 2010). Em todos esses casos, a preocupação

⁸⁸ Quem exhibe ou relata de alguma maneira os acontecimentos intermediários costuma ser considerado cruel ou nojento. Em 2015, a MC Donald’s estampou no papel das bandejas um desenho de esteira de produção, em que entravam vacas e saíam hambúrgueres. O material foi veiculado no facebook sob protestos. Anteriormente, ressalte-se, imagem semelhante da esteira de produção foi utilizada como denúncia em um documentário do Instituto Nina Rosa, em que os animais são retratados entrando nas engrenagens da esteira de produção e, enquanto são transformados em alimento, ouvem-se berros e urros e sangue escorre das peças. A tentativa de exibir o que ocorre “dentro da máquina” é estratégia recorrente do movimento de ativismo vegetariano Veddaz, que exhibe vídeos de abate na rua. Enquanto alguns militantes consideram essa a única estratégia eficaz de sensibilizar para o vegetarianismo, outros a consideram agressiva e acreditam que o público seja mais afastado que atraído para dialogar

inicial com a atuação dos Agentes de Controle pode ser comparada à da Rainha de Copas em apenas um aspecto: a preocupação com a fineza.

Assim, a análise de Sahlins sobre os cães é apropriada para pensar os animais “membros da família”, mas não se aplica aos “de rua” e precisa ser pensada com ressalva em relação aos que são “propriedade da família”.

Ademais, é válido ressaltar que animais domiciliados também podem se tornar sacrificáveis por uma associação com perigo, como pode ser exemplificada com os casos em que cachorros e gatos são levados aos Centros de Vigilância Animal pelos próprios responsáveis. Esses casos geralmente são justificados pela ideia de perigo, com afirmações de que o animal atacou alguém da casa ou que está doente. Nessas situações, um cão de raça pode tornar-se um equivalente do cão “de rua”, especialmente quando é abandonado, assumindo esse estigma inclusive no corpo, ao adquirir as doenças⁸⁹, a magreza e o medo compartilhados entre a maior parte dos animais que vivem nas ruas das grandes cidades. Não é só o vira-lata sem coleira que pode cair na categoria de desimportante e sacrificável. O abate seletivo de cães e gatos “sem importância” resulta menos de uma diferença factual entre os animais “de rua” e “de casa” que da maneira como esses dois grupos são distintamente representados.

3.2.2. Combate à raiva no Brasil

Após o anúncio do tratamento antirrábico bem-sucedido, desenvolvido por Louis Pasteur, em 1886, a Academia de Ciências de Paris organizou uma subscrição pública internacional para que fosse criado um instituto antirrábico a ser presidido pelo pesquisador, no qual seriam realizadas pesquisas biomédicas, bem como o desenvolvimento de vacinas e tratamentos. Antes mesmo que a inauguração do instituto parisiense ocorresse, o governo imperial brasileiro providenciou, em 25 de fevereiro de 1888, a fundação de um Instituto Pasteur no Rio de Janeiro, seguido alguns anos depois pela fundação de um Instituto Pasteur em Recife (TEIXEIRA, 1993). Em 1901, membros da elite cafeeira paulistana realizaram uma campanha, a partir do Clube Internacional, com o objetivo de levantar fundos para a fundação de um Instituto Pasteur em São Paulo,

⁸⁹ Vale lembrar, ainda, que as doenças usadas como justificativa para o chamado da carrocinha e a ação desta muitas vezes são facilmente tratáveis, como é o caso da sarna que, embora crie um aspecto de sujeira pelas feridas que gera no corpo do animal, geralmente é curada em menos de 15 dias, com uma ou duas injeções de baixo custo.

que ocorreu em 1903 (BABBONI & MODOLO, 2011). Comemorando o fato, o jornal “O Estado de São Paulo” noticiou que, até setembro daquele ano (1903), a Diretoria Sanitária e a polícia já haviam enviado para tratamento no Rio de Janeiro 63 pessoas mordidas por cães hidrófobos (TEIXEIRA, 1993:162).

Os institutos criados no Brasil cumpriam basicamente a função de postos médicos, para o tratamento preventivo de pessoas mordidas por animais supostamente hidrófobos, com o desenvolvimento das vacinas, de acordo com o procedimento desenvolvido por Pasteur. Segundo Teixeira (1993), o Instituto Pasteur de São Paulo foi o único que serviu tanto ao combate à raiva quanto à fomentação de pesquisas biomédicas variadas, aproximando-se um pouco mais da estrutura montada no Instituto Pasteur de Paris. O objetivo de promover o ensino da bacteriologia, no entanto, não foi cumprido em nenhum dos institutos brasileiros.

Enquanto isso, o instituto francês, que foi inaugurado com cinco laboratórios e vinte técnicos, em cinco anos já mantinha um hospital para estudo de doenças infecciosas, um periódico científico e três filiais. Nesses laboratórios franceses, descobertas importantes para a saúde coletiva foram feitas. Alguns destaques são apontados por Teixeira (1993:161):

Entre suas maiores conquistas figuravam a descoberta do modo de atuação do bacilo diftérico (Roux e Yersin, 1888); a descoberta do tratamento da difteria e o desenvolvimento da soroterapia (Martin e Chaillou, 1894); os primeiros trabalhos sobre fagocitose e inflamação (Metchnikoff, 1888/1900) e a identificação do bacilo da peste (Yersin, 1894).

Ainda de acordo com Teixeira (1993), a criação dos simulacros do Instituto Pasteur no Brasil deve ser entendida, antes, como uma tentativa de adequar o país aos parâmetros de desenvolvimento da Europa, que fornecia aos países periféricos não apenas um modelo de economia, como também de medicina e ordenamento urbano. Nesse sentido, ele acrescenta:

À primeira vista, os únicos denominadores comuns a essas instituições são a do nome Instituto Pasteur e a fabricação da vacina anti-rábica. Isto nos remete a uma dimensão simbólica da revolução pasteuriana, que atribui um sentido mítico e fundador a Pasteur e que historicamente está alicerçada em sua primeira descoberta no campo da medicina humana. Como precursores do processo mais geral de institucionalização da medicina pasteuriana no Brasil, os Institutos Pasteur nacionais exerceram, por algum tempo, função de emblemas do desenvolvimento de uma nova medicina enfim alçada ao grau de cientificidade e empenhada em romper laços com um passado considerado pré-científico e improfícuo pelos porta-vozes de seus discursos (...) A disseminação de réplicas do Instituto Pasteur denotaria o avanço da civilização do país, para as elites urbanas, que entendiam modernização como assimilação

de valores, hábitos, indumentárias e fachadas, como criação, enfim, de cenários importados do velho continente (TEIXEIRA, 1993:151)

A realização de pesquisas no instituto paulista, continua o autor, ganhou fôlego a partir de 1906, com a inauguração de novas linhas de pesquisas e a fabricação de novos produtos biológicos, como a vacina para a tuberculose bovina, os soros antituberculozo e antitetânico, a tuberculina, a maleína, a gelatina esterilizada além de testes para o diagnóstico da febre tifóide e desenvolvimento de um microrganismo contagioso que servia para o combate biológico aos ratos. O público para esses produtos, no entanto, ainda não estava estabelecido, por isso os relatórios frequentemente fazem referência à dificuldade de comercialização e ao fato de que a população ainda desconhecia as atividades industriais da instituição (TEIXEIRA, 1993).

Assim, a função principal do Instituto Pasteur de São Paulo foi a oferta de tratamento antirrábico, cuja demanda crescia de tempos em tempos, a partir dos surtos da zoonose, que ocorreram nos biênios de 1908 a 1909, de 1912 a 1913 e novamente após 1915⁹⁰. Em 1909, o Instituto Pasteur de São Paulo lançou uma campanha de esclarecimento, com panfletos para a população, indicando a forma de prevenção da doença (idem, ibidem).

Embora a raiva tenha chegado às Américas no século XIX, apenas em 1911 foi identificada no meio rural brasileiro. Uma epizootia desconhecida atingiu o rebanho bovino de Santa Catarina e Antonio Carini, um dos pesquisadores do Instituto Pasteur de São Paulo, descobriu que se tratava de hidrofobia, chegando à conclusão pioneira de que os morcegos eram possíveis transmissores da raiva aos bovinos (TEIXEIRA, 1993). A hipótese, comprovada em definitivo vinte anos depois, reforçou a percepção de que a centralidade dos cães na transmissão do vírus rábico ocorre especialmente no meio urbano. Para evitar que a doença se espalhasse na zona rural, o Governo Federal encarregou o Instituto Oswaldo Cruz de realizar, em parceria com o governo de Santa Catarina, um programa antirrábico que consistia na eliminação dos animais suspeitos de hidrofobia e na vacinação das pessoas atingidas. Esse programa sofreu resistência de grande parte da população e dos criadores, que não admitiam o abate do gado, mas foi levado adiante.

⁹⁰ Entre 1904 e 1907, fora realizada uma média de 378 atendimentos ao ano, que passaram para a média de 622 atendimentos ao ano entre 1908 e 1909. Já no biênio de 1912 e 1913, a média de atendimentos antirrábicos em São Paulo subiu para 986 por ano (TEIXEIRA, 1993:167).

Já no meio urbano, a primeira tentativa de controle em relação aos cães “com dono” foi a exigência para que fossem mantidos dentro das propriedades, saindo apenas de focinheira, sob pena de recolhimento e multa (VIEIRA et al, 2007). No município de São Paulo, essa tentativa foi feita com a lei 143, de 1895, pela qual os cães começaram a ser controlados através de registro e uso de focinheiras:

Art. 1º - Ninguém poderá ter cães soltos nas ruas do Município sem que estejam açaimados e com colleira numerada que indique ter pago o imposto municipal, sendo os cães de caça marcados a fogo em vez de trazerem colleira

Essa regra, mesmo que tenha sido cumprida em algum momento, não seria capaz de reduzir significativamente a quantidade de cães soltos nas ruas, pois a alta taxa de reprodução dos cães levou ao surgimento de uma população crescente de animais “sem dono”, que não teriam quem os prendesse. Esse aumento populacional deve-se tanto à reprodução dos animais em situação de rua quanto dos animais domiciliados, cujas crias são constantemente colocadas nas ruas. Na prática, portanto, o procedimento adotado foi conter os cães especiais, para que não se misturassem e não ficassem submetidos aos perigos da rua – entre os quais a captura pelos agentes de controle sanitário e a contaminação pela raiva. Enquanto isso, os “cães vadios” deveriam ser periodicamente exterminados.

Acompanhando as mudanças no paradigma científico a partir do desenvolvimento da microbiologia, as principais capitais brasileiras começaram a adotar iniciativas higienistas inspiradas no modelo civilizatório europeu. As medidas sanitárias para o ambiente urbano destinavam-se a uma população com pouco esclarecimento em relação às doenças que estavam sendo combatidas e resistente à imposição de controle do poder público em suas vidas. Assim, eram vistas com desconfiança e mesmo com revolta as campanhas de vacinação, o estabelecimento de uma maneira não tradicional de descartar dejetos e a exigência para que se mantivesse os cães presos em casa, sob pena de captura e eliminação dos que estivessem vagando nas ruas. A multiplicação dos cães errantes era vista como um dos fatores responsáveis pela transformação das cidades em um ambiente de desordem, sujeira e perigo para a saúde.

Enquanto o abate do gado gerava resistência, devido aos prejuízos econômicos para os criadores, o abate de cães errantes não tinha o mesmo impacto, especialmente porque grande parte dos animais capturados não possuíam “dono” ou eram de pessoas pobres com menores possibilidades de reclamá-los. Diferente do que foi feito com o gado, porém, a eliminação de cães não ocorria apenas quando houvesse suspeita de raiva, pois

não se tratava apenas de conter a doença, mas também de reduzir a população canina, que se multiplicava rapidamente.

A redução da população canina, entendia-se, precisaria ser feita respeitando a propriedade dos cidadãos, por isso o objetivo da captura nas ruas era eliminar fundamentalmente os “cães vadios”. Em São Paulo, o ato 123 de 1902, estabeleceu que os cães registrados que fossem capturados em São Paulo seriam mantidos em um canil municipal por 24h, podendo ser reavidos pelos “proprietários”. Além disso, mesmo que não portassem registro, os cães de raça, que possuíam valor econômico, também seriam mantidos pelo mesmo período, para que possíveis interessados tivessem a chance de arrematá-los. Já os animais sem raça definida e sem registro seriam mortos imediatamente após a captura (VIEIRA et al, 2007).

Art. 3º - Serão apreendidos e levados ao depósito, embora se haja pago o imposto a que se refere o art. 1º, todos os cães que forem encontrados, nas ruas e praças, vagando ou em companhia de qualquer pessoa, ou ainda atrelados à veículos, desde que não estejam convenientemente açamados.

Art. 4º - O uso da mordaça só se dispensará quanto aos cães que permanecerem no interior das habitações particulares, ou, à noite, nos jardins das mesmas habitações.

Art. 6º - Apreendidos os cães e levados ao depósito, serão imediatamente mortos, pelo processo julgado melhor e mais rápido, com exceção dos matriculados ou de raça especial, ainda que não matriculados, os cães se conservarão no mesmo depósito por 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 7º - Os donos de raça ou matriculados, que os forem procurar no depósito, pagarão a multa e mais a diária, de 500 réis, que se dará recibo no mesmo acto⁹¹.

Apesar das tentativas de reduzir a população canina, ou justamente pelo fato de serem ineficazes, os casos de raiva tornavam-se mais numerosos e espalhavam-se em um número maior de cidades. De acordo com Babboni & Modolo (2011), em 1963, a recém-criada Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu chegava a atender, em média, por dia, três cães com suspeita de raiva, havendo dias em que a demanda era ainda maior:

Em momentos de pico, chegou-se a atender sete cães, num único dia, e a ter 40 cães internados com suspeita de raiva, alguns deles comprovadamente com a doença, o que deixava em pânico os proprietários desses animais, a população humana da cidade e os órgãos públicos da época (idem, ibidem: 353).

⁹¹ O acesso a essas duas leis foi possível a partir dos anexos trazidos no trabalho de VIEIRA et al (2007).

Na segunda metade do século XX, instituições de ensino e institutos de pesquisa dedicavam-se ao atendimento profilático da população e à investigação de suspeitas de raiva em cães.

Devido ao elevado número de casos de raiva humana transmitida principalmente por cães nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil, municípios e estados desenvolveram atividades e regulamentações direcionadas ao controle de zoonoses; em particular, da raiva. Um exemplo foi a Lei Orgânica dos Municípios publicada em 1969, no estado de São Paulo, que estabelecia a identificação e o controle dos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva mediante ações de vigilância sanitária e epidemiológica. Para o controle da raiva, eram necessárias atividades de vacinação animal, captura e controle de animais errantes e bloqueios de focos em áreas com circulação de vírus (WADA, ROCHA & MAIA-ELKHOURY, 2011:510).

Em 1973, foi lançado o Programa Nacional de Profilaxia da Raiva (PNPR), que consistia em fornecer ou subsidiar soro e vacina antirrábica para pessoas mordidas, promover campanhas de vacinação para cães e, também, em tentar reduzir a população canina com a eliminação de animais errantes.

São Paulo foi pioneiro ao implantar o Programa Estadual de Controle da Raiva em 1975. Nessa época, o coeficiente anual de incidência da doença era maior na capital que no interior, demonstrando que a raiva era um problema nos grandes centros urbanos (BABONI & MODOLO, 2011: 353).

Acompanhando a política de captura e extermínio permanente de animais errantes recomendada pela OMS, as ações de captura e morte começaram a ser realizadas no Brasil na década de 1960, mas foi em 1973 que os programas foram institucionalizados (SOUZA, 2011). Foram criados, assim, os Centros de Controle de Zoonoses ou Centros de Vigilância Ambiental – órgãos municipais, vinculados às secretarias de saúde, responsáveis pelo controle e prevenção de zoonoses. Para potencializar a capacidade de captura, foram adquiridos veículos especialmente voltados a esse fim, as chamadas “carrocinhas”. A “carrocinha” tornou-se parte do imaginário urbano, de tal maneira que vários animais de desenhos animados aparecem sendo perseguidos ou levados por seus funcionários, como os dois protagonistas de “A Dama e o Vagabundo” (lançado em 1955), o cão Spike (Tom e Jerry), Pluto (Mickey), Manda Chuva e Marmaduke. Em todos os casos, a captura é feita ou tentada por um personagem masculino com feições maléficas e tanto o carro quando o canil são retratados como prisões. No Brasil, as revistas da Turma da Mônica, entre as décadas de 1970 e 1990, traziam, com frequência, o personagem Bidu fugindo do “homem da carrocinha”, que, à semelhança dos personagens estrangeiros,

portava uma vara em cuja ponta projetava-se uma rede, com a qual tentava capturar cães pelas ruas⁹². Também eram frequentes, na década de 1990, as piadas sobre cães que virariam sabão.

Nessa política de prevenção às zoonoses, os animais selecionados para serem eliminados são aqueles encontrados soltos nas ruas, mas não é a sua situação de animal solto que o torna eliminável, e sim a sua situação de “sem dono” (LIMA & SILVA NETTO, 2010). Isso é perceptível tanto pela garantia legal de que os “proprietários” possam recuperá-los no canil do CVA/CCZ, no prazo de alguns dias, quanto pelo fato de não haver nenhum tipo de sondagem epidemiológica em relação aos animais que estão dentro das casas para detectar ou prevenir a raiva, tampouco para a realização de controle populacional⁹³.

É preciso lembrar que o parecer da OMS sobre a ineficácia do extermínio de animais errantes e recomendação de esterilização dos animais só começou a ser incorporado no Brasil no início dos anos 2000. A eliminação de animais errantes não foi planejada e recomendada pelo fato de esses cães andarem soltos ou serem agressivos, e sim porque se considerava necessário reduzir a população de animais nas cidades e esses animais anônimos não fariam falta a ninguém. Partindo da lógica de que o animal de estimação é uma propriedade e que sua vida só é importante na medida em que seja importante para algum humano, eram os cães sem “dono” que poderiam ser eliminados sem prejuízo aparente para ninguém – visto que o interesse do cão em si não seria considerado nessa equação.

Em Recife, o Código Municipal de Saúde de Recife (Lei nº16.004), datado de 1995, previa que cães e gatos apreendidos pela carrocinha teriam 3 dias para serem resgatados no Centro de Vigilância Ambiental. Passado o prazo, poderiam ser alienados mediante leilão administrativo, doados a pessoas físicas e jurídicas, bem como a instituições de saúde ou ensino superior (para o uso em pesquisas) ou serem sacrificados (opção mais frequente).

⁹² O instrumento que aparecia nas histórias em quadrinhos era uma adaptação do cambão, que não capturava com rede, e sim com um laço na ponta, com o qual se prende o pescoço do animal (gato ou cão), que é suspenso pelo pescoço e transferido para uma gaiola, ainda preso pelo cambão para evitar possíveis agressões nas tentativas de fuga.

⁹³ Esse tipo de investida só ocorrerá em relação à leishmaniose e, ainda assim, de forma residual. O estudo de Bevilacqua et al (2000) demonstrou que, no caso de Belo Horizonte, os cães dos moradores de bairros nobres só passaram a ser examinados quando o surto já alcançara esses locais.

3.2.3. Animais na rua e o pânico da raiva

O temor em relação aos animais “de rua” foi certamente estimulado pelas representações sociais sobre a raiva, associada aos gatos e, principalmente, aos cães errantes. Essa doença, pouco conhecida e muito temida, foi objeto de histórias fantásticas de terror. Lembro-me de ser alertada para nunca me aproximar de um cão que estivesse espumando e de ouvir que, nesses casos, era preciso que um adulto matasse o cão, pois ele atacaria todas as pessoas que avistasse e elas ficariam exatamente como ele. Em minhas fantasias de infância, desenvolvi estratégias de fuga para as duas situações que me pareciam possíveis e igualmente assustadoras: deparar-me com um cão espumando na rua e deparar-me com um tubarão no mar. Por volta dos 7 anos de idade, em 1993, uma mulher adulta contou-me que soubera de um homem contaminado com raiva, que ficara com olhos vermelhos, babando e pedindo para que o mantivessem enjaulado, porque não conseguia controlar a vontade de atacar e morder outras pessoas. Aquela história assombrosa da raiva como uma espécie de transformação em lobisomem esteve presente em meus pesadelos por muitos anos.

O pânico gerado por esse tipo de relato não era algo isolado. Enquanto a população se apavorava diante de um animal em situação de rua, os profissionais responsáveis pelo combate à raiva expressavam um pânico semelhante, mas, em vez de anedotas, citavam dados científicos que, por várias, décadas, foram considerados inquestionáveis. Como exemplo, é possível citar uma carta de leitor, enviada à revista Cães e Companhia como resposta às denúncias realizadas na revista a respeito da atuação da carrocinha em São Paulo. Apresentando-se como acadêmico de Medicina Veterinária e Zootécnico da Universidade de São Paulo, o leitor afirmou ter estagiado na Divisão de Controle de Zoonoses da Secretaria de Saúde do município. Estabelecido o lugar de fala, questionou a matéria, que, afirma, apresentou “visões unilaterais”, deixando de considerar os serviços prestados à comunidade:

Por que não há no artigo depoimentos de médicos veterinários que trabalham nesta Divisão? (...) Por que não abordar os aspectos epidemiológicos da doença? E aqui respondo a uma pergunta contida no artigo: por que não se permite a adoção de animais apreendidos? Porque não se sabe a origem do animal, porque o vírus da raiva pode apresentar uma fase assintomática de até dois anos. Conclui-se, portanto, que seria uma atitude leviana entregar um animal a uma família, expondo-a a contrair tão grave doença. Por que não publicar, juntamente com as fotos da captura dos cães, fotos dos animais acometidos de raiva ou então, para ser mais sensacionalista, as fotos de seres humanos morrendo com o vírus da raiva? A conclusão que posso tirar de tudo

isso é que não foi o artigo escrito de forma a esclarecer o público e sim que este tivesse uma visão unilateral, a antiga história do mocinho e do bandido. Não há mocinhos, não há bandidos. Há um grande problema a ser resolvido, o de preservar a saúde de 10 milhões de pessoas e que os senhores, com seu artigo, não contribuíssem em nada (CÂES & CIA, 1983 Nº 51:11).

Em resposta à carta, os editores começam afirmando: “já publicamos uma matéria sobre as atividades e os serviços prestados pela carrocinha” e, após o restabelecimento da importância da captura e morte, ponderam que “independentemente de se tratar de um serviço de utilidade pública, não há necessidade de a Divisão de Controle de Zoonoses proceder à captura de maneira tão brutal”. Naquele início da década de 1980, a carrocinha tinha sua atuação legitimada, mas havia uma demanda para que o recolhimento dos cães (os gatos não são citados) fosse realizado de forma civilizada.

De maneira geral, as rondas da carrocinha eram feitas em horários de pouca circulação de pessoas nas ruas, havendo apenas a constatação posterior de sua passagem, a partir do desaparecimento dos “animais vadios” que frequentavam o local. Essa atuação discreta certamente não era sempre possível nas regiões periféricas, onde a circulação de pessoas nas ruas é maior. Além disso, o costume de manter os animais dentro de casa, sem acesso livre à rua, começou a ser desenvolvido nas classes médias e alta, sendo mais fácil a carrocinha capturar um animal tutorado nas regiões periféricas, visto que, nessas áreas, cães e gatos são criados soltos. Também nessas áreas, o desconhecimento e a sensação de impotência diante do Estado são maiores, de maneira que alguns relatos apontam tutores que não sabiam da possibilidade de recuperar seus animais indo até o CVA ou CCZ. Por fim, a circulação da carrocinha nas periferias certamente era maior, pelo fato de ser mais elevado, nessas áreas, o quantitativo de animais soltos nas ruas (tanto por ficarem soltos, quanto por haver uma maior concentração de habitações).

A associação entre pobreza e doença, já constatada no caso das políticas relacionadas à saúde humana, repete-se no caso dos animais de estimação. Seja por considerar que os cães e gatos de pessoas pobres não serão cuidados, seja pelo hábito cultural das periferias brasileiras de criá-los com acesso livre à rua, esses animais costumam ser mais diretamente relacionados a qualquer doença, mesmo que a transmissão não tenha relação com a higiene do animal, como é o caso da leishmaniose visceral. Essa constatação é feita por Bevilacqua no caso de Minas Gerais dos anos 1990:

As matérias jornalísticas que comentam o aparecimento da leishmaniose visceral no DS Centro-Sul [área nobre] permitem identificar a representação social que a população desta área tem a respeito dessa doença. Para os moradores desses bairros o calazar seria “coisa de cachorro de gente pobre,

sem higiene e sem alimentação adequada”, ou que a “doença fosse um problema restrito às favelas e que só atingisse animais desnutridos e raquíticos”, o que explica a admiração que as pessoas manifestam quando a doença passa a acometer os cães pertencentes a proprietários residentes no distrito (BEVILACQUA et al, 2000:93).

Entretanto, até década de 1990, os animais “de casa” e “de rua”, assim como os animais das classes médias e baixas tinham uma vida parecida muito parecida na maior parte das cidades brasileiras: circulavam sozinhos pelas vias públicas e estavam igualmente desprovidos de cuidados veterinários. A preocupação expressada naquele período, nos projetos de lei e produtos midiáticos, era com o perigo que esses animais poderiam oferecer aos transeuntes. Em 1983, a reportagem de capa da revista Cães & Companhia tratava do tema “O cão na cidade” e relatava conflitos e proibições relativas à manutenção de cães em apartamentos, bem como tentativas de garantir o direito de criar animais em condomínios ou, pelo contrário, de proibir sua circulação nas ruas.

A conservação do asseio nas calçadas tem sido uma preocupação de outros parlamentares, atendendo às reivindicações da comunidade. Há cerca de um ano, o vereador Américo Camargo, do Rio de Janeiro, recebeu uma petição de um grupo de moradores da Zono Sul, propondo a proibição do passeio de cães nas calçadas e praias. Preferindo não se aprofundar no assunto por não se julgar com conhecimentos técnicos suficientes para sustentar a tese em plenário, o vereador achou que o melhor seria arquivar o plano indefinidamente (...) Há cerca de 7 anos atrás, o então deputado estadual Frederico Trota, também do Rio de Janeiro, elaborou um projeto, determinando a constituição de uma comissão para apresentar medidas e sanções com a finalidade de conter a poluição das vias públicas por animais (...) Se aprovado, o projeto praticamente determinaria a impossibilidade de se criar cães na cidade. É sabido que os passeios são indispensáveis ao bom desenvolvimento físico (CÃES & CIA, 1983, nº51:9).

A livre circulação de cães domiciliados pelas ruas fica expressa nas tentativas de ajuste do comportamento dos tutores, alertando para os perigos de deixá-los soltos, especialmente no caso dos “cães de guarda”:

Nem sempre é possível impedir ataques aos que adentram uma propriedade, uma vez que o cão de guarda é condicionado a esse papel. Mas, durante os passeios, convém conduzi-lo na guia para evitar acidentes a terceiros, com os consequentes processos de responsabilização criminal. Embora não existam leis estaduais proibindo a circulação de animais soltos, algumas portarias municipais determinam que os cães sejam levados pela guia (CÃES & CIA, 1983, nº51:10).

Similarmente, já em 1994, uma matéria sobre a raça Husky Siberiano ressalta como uma de suas características a tendência dos cães fugirem quando deixados sozinhos e a qualidade de que tenderiam a retornar. Nas palavras de uma criadora entrevistada “o

Husky não foge, sai (...) mas pode ir longe e se perder”. Mesmo que estimulassem os passeios acompanhados, a naturalidade com que os entrevistados contavam histórias de portões abertos e saída dos cães é algo a ser destacado:

Nem sempre um portão aberto significa fuga. Armando reforça essa ideia lembrando que “uma fêmea saiu e ficou olhando a rua. Minha irmã me avisou. Chamei-a, ela logo entrou”. Maria de Fátima conta que “saíram correndo para a rua 3 Huskys, 1 Dobermann e 1 Schnauzer. Perdi-os de vista. Chovia. Em 10 minutos os Huskys voltaram. Tivemos que ir atrás dos outros” (CÃES & CIA, 1994, nº176:7).

Assim, embora os animais domiciliados frequentemente andassem sozinhos nas ruas, se alimentassem com restos de comida e não costumassem ser levados ao veterinário, o estigma de transmissores de doenças foi imputado fundamentalmente àqueles em situação de rua. Essa dicotomia, que legitimava a captura e morte dos cães e gatos errantes, foi reforçada com a difusão das raças caninas, diante das quais os animais capturados pela carrocinha tornavam-se ainda menos relevantes. A chave para compreender como surgiram as mobilizações contra o extermínio de animais em situação de rua, portanto, precisa ser buscada em algo mais que o reconhecimento da senciência desses animais. Antes que a preocupação moral com os animais exterminados viesse à tona, várias medidas humanitárias foram adotadas como forma de proteger a sensibilidade civilizada das pessoas envolvidas.

3.3. EUTANÁSIA DE ANIMAIS NÃO-HUMANOS: A ÉTICA DISPENSADA PELA LEGALIDADE

Como já havia constatado no capítulo 1, a mudança na diretriz de controle populacional de cães e gatos pela OMS não foi motivada por razões éticas, e sim por questões técnicas, de custo e eficácia. De maneira semelhante, ao analisar alguns projetos de lei brasileiros, percebemos como os textos de proposição do fim da política de captura e morte subordinam a perspectiva de proteção animal à necessidade de proteger os humanos com maior eficácia:

Isso ocorre porque toda negociação política, como a elaboração e implementação de leis, traz a necessidade de dialogar com setores que apresentam sentidos diferenciados. O texto final de uma lei traz em si a explicitação de certos conflitos e a desigualdade entre as partes envolvidas quanto à possibilidade de articular forças políticas, mídia e opinião pública. Assim, é possível perceber, nas leis aqui estudadas, que a visão dos protetores (leis voltadas para a proteção dos animais não-humanos), acaba subordinada à

ideia de que o controle deve ser feito no sentido de proteger os animais humanos com mais eficácia (LIMA & SILVA NETTO, 2010: 9).

Alguns exemplos podem ser destacados, entre os projetos de lei pioneiros de proibição da captura e morte como método de controle populacional de cães e gatos. Entre esses, o PL 117/2008, de São Paulo, ressalta os interesses em comum entre a proteção dos animais e a proteção da salubridade pública:

(...) Da ultrapassada política de saúde decorre o crescente número de cães e gatos que pelas ruas vagam (...) Convém lembrar que a proteção aos animais e a salubridade pública, longe de serem valores antagônicos ou irreconciliáveis, são interesses que se vinculam e que se voltam a um mesmo fim, já que as medidas que protegem os animais são as mesmas preconizadas pela OMS, por atuarem na defesa da incolumidade pública (São Paulo, PL 117/08)

Já o PL 1703/2003, do Rio de Janeiro, refere-se à captura e morte de animais errantes como

prática antiética, tecnicamente obsoleta, ineficaz e dispendiosa, atentando contra os princípios da moralidade e da eficiência (Rio de Janeiro, PL 1703/2003)⁹⁴

Por fim, o PL 1376/2003, de caráter nacional, afirma que a mudança na política de controle populacional é uma forma de atender às normas de saúde, prevenir crimes ambientais e seguir os princípios da moralidade e da eficiência na administração pública:

E não cabe à saúde pública atuar com critério leigo, se há critério técnico solucionando o problema. Não enfrentar a questão é desatender às normas de saúde pública, mesmo porque, o aumento do número de animais de rua, não vacinados e não assistidos, é fator facilitador da disseminação de doenças.

O povo deve ser conscientizado da necessidade de esterilizar os animais, ainda que domiciliados, para que se ponha fim à cruel e criminosa prática do abandono de filhotes indesejados, que contribui para o aumento de animais de rua e a sua conseqüente exposição a maus-tratos, além de incidir na norma punitiva do artigo 32 da Lei nº 9.605/98, que tipificou a conduta como crime ambiental.

O método atualmente empregado, além de ser oneroso para os cofres públicos, carece de ética e de eficácia, o que atenta contra os princípios da moralidade e da eficiência (BRASIL, PL 1376/2003)

Apesar das iniciativas legislativas para substituir a eutanásia de animais saudáveis pela esterilização cirúrgica, o Ministério da Saúde ainda preconiza o procedimento

⁹⁴ De forma semelhante, o Projeto de Lei 356/2005, apresentado no Rio de Janeiro para a criação de um pronto-socorro veterinário gratuito com viaturas e atendimento 24h, apresenta como justificativa o risco de “acidentes graves de trânsito a que estão submetidos os munícipes”, causados por animais de grande porte ou cães e gatos em logradouros públicos, e que neles permanecem agonizando após os sinistros”. Apesar de assim justificada, a lei é apresentada, ainda, no sentido de “consolidar o município do Rio de Janeiro na posição de pioneirismo que mantém no País com relação à defesa dos direitos dos animais”.

tradicional de captura e morte de 20% da população canina a cada ano, de acordo com o Guia de Vigilância Epidemiológica (BRASIL, 2002; 2009). No mesmo documento, medidas educativas de combate à raiva são previstas e, entre elas, encontra-se a orientação seguinte:

Não valorizar a proteção do cão errante, mostrando o potencial zoonótico como reservatório de doenças desses animais, assim como o incômodo e agressões que os mesmos podem ocasionar (BRASIL, 2009).

Ao apontar a proteção aos cães errantes como empecilho, o documento evidencia a exclusão desses animais do leque de preocupações morais dos formuladores das políticas de saúde.

Em consonância com o Ministério da Saúde, o Conselho Federal de Medicina Veterinária apontou, na Resolução nº174, de 2002, que, entre outros casos, a eutanásia deve ser indicada pelo médico veterinário “quando o animal constituir ameaça à saúde pública ou animal, ou for objeto de ensino ou pesquisa” (CFMV, 2002). Em 2012, o Conselho publicou nova resolução sobre eutanásia, com o objetivo de “alinhar os métodos a recentes alterações promovidas na legislação da Associação Americana de Medicina Veterinária e de outros países da Europa” (CFMV, 2012a). Nesse novo documento, ainda vigente em 2015, os preâmbulos passaram a trazer a consideração de que “os animais submetidos à eutanásia são seres sencientes e que os métodos aplicados devem atender aos princípios de bem-estar animal”. Entretanto, as situações com indicação de eutanásia para proteger os humanos foram ampliadas, passando a incluir situações em que “o tratamento representar custos incompatíveis com a atividade produtiva a que o animal se destina ou com os recursos financeiros do proprietário”. Quanto ao uso para atividades científicas e pedagógicas, o conselho manteve uma postura conservadora, não tendo apresentado restrições ao uso de animais em laboratório ou em sala de aula. A ressalva do CFMV em relação a isso é de que essas atividades sejam “devidamente aprovadas por uma Comissão de Ética para o Uso de Animais”. Como destaca Paixão (2004), a atuação dessas comissões muitas vezes não tem estimulado debates sobre a necessidade de realização dos procedimentos propostos com animais, limitando-se a regulamentar os procedimentos e cobrar deles cientificidade e eficácia. É o que ela destaca a seguir:

Pode-se dizer que o foco de atuação dessas comissões é a questão do bem estar animal, ou seja, minimizar a dor e o sofrimento e promover o bem-estar animal. Porém, a questão não deve ser colocada de forma simplista. Afinal, uma avaliação do ponto de vista ético, que não alcance a questão ética fundamental,

não poderá ser considerada ética e nem mesmo conseguirá atuar como uma forma de controle do uso de animais. A questão ética fundamental coloca a dúvida sobre o experimento como um todo e não sobre um ou outro procedimento, isto é, “esse experimento deve ser feito?” - esta é a questão ética fundamental (Hampson, 1991). A questão exige, portanto, uma avaliação do mérito da pesquisa e do status moral do animal. É exatamente em relação à pertinência de a comissão fazer esse tipo de avaliação que faz surgir as divergências quanto ao “papel da comissão”. Pode -se observar um grande debate no meio científico sobre até que ponto tais comissões têm competência ou devem fazer a avaliação do mérito da pesquisa (PAIXÃO, 2004:6).

A conduta de veterinários em relação à eutanásia de animais usados como cobaias foi padronizada pelo “Guia Brasileiro de Boas Práticas para Eutanásia em Animais”, publicado pelo CFMV em 2013. Nas descrições de alguns métodos de eutanásia aceitos sob restrição, a preocupação expressada no texto é com a eficácia dos procedimentos e com a sensibilidade dos observadores, havendo poucas observações em relação ao bem estar do animal a ser eutanasiado, como pode ser observado nos extratos seguintes:

a.3 - deslocamento cervical

(...) deve ser realizado, sempre que possível, com o animal sob anestesia geral. Esta técnica é amplamente empregada em pequenos animais de laboratório e quando bem realizada é eficiente e segura (...) Se o método não for realizado corretamente a perda de consciência pode não ser instantânea (...) As vantagens principais deste método são a ausência de contaminação química dos tecidos dos animais e sua eficiência quando corretamente realizado. As desvantagens consistem na percepção negativa para observadores e ineficiência quando realizado por indivíduos não treinados ou que estejam cansados (CFMV, 2013: 43).

a.4 - decapitação

A decapitação é aceita condicionalmente para pequenos roedores e aves. Ela é comumente usada quando os métodos químicos interferem com os resultados da pesquisa, porém, somente é recomendada quando a sua necessidade é justificada (...) Outro fator a ser levado em consideração é o estresse dos animais pela manipulação. O uso da anestesia anterior à decapitação deve sempre ser considerado e pode tornar o método esteticamente mais aceitável (CFMV, 2013: 43).

Embora o deslocamento cervical dependa de um operador hábil para que a morte seja instantânea, o CFMV admite o risco de que seja realizado com falhas, dada a vantagem de não haver contaminação dos tecidos. Ressalte-se, ainda, que, apesar de prever a possibilidade de falha, as desvantagens apontadas são referentes à sensibilidade dos observadores e à eficácia quanto ao objetivo pretendido. No caso da decapitação, também considerada vantajosa pela ausência de contaminação, entende-se que a manipulação dos animais para que estejam na posição adequada à decapitação é estressante, mas o uso da anestesia é sugerido como forma de tornar o método “esteticamente mais aceitável”. Tanto nesses casos como nos procedimentos aceitos para

animais “de produção”, torna-se evidente a relação entre classificação dos seres e ordenamento moral, apontada anteriormente, com Boltanski & Thevenot (2006). Dois exemplos podem ser destacados:

a.5- Trauma direto na cabeça

Existem circunstâncias em que a morte do animal deve ser induzida imediatamente, como é o caso de nascimento de leitões que apresentam lesões extensas ou malformações. Nestas situações o esmagamento da cabeça é o método mais prático e deve ser conduzido de forma que o animal fique inconsciente imediatamente (...) O método, embora seja visto negativamente pelo observador, em certas circunstâncias, é o único disponível para o rápido alívio da dor ou eliminação de animais que sejam inviáveis após o nascimento (CFMV, 2013: 44).

a.8-Maceração

Este método é empregado com o uso de equipamento apropriado em que a velocidade das lâminas produz imediata destruição por laceração dos tecidos e induz rapidamente a morte de um grupo de pequenos animais. Este método é aplicado quando há grande número de animais a serem eutanaziados, como no caso de incubadoras industriais, que realizam a eutanásia de pintinhos defeituosos ou de ovos embrionados. A maceração pode ser considerada equivalente ao deslocamento cervical ou ao trauma sobre a cabeça. Suas vantagens são a morte instantânea e a possibilidade de ser aplicado a um grande número de animais, sendo considerado seguro para quem o aplica. Seu uso causa efeito negativo à observação, requer equipamento apropriado e os tecidos macerados podem apresentar risco de biossegurança (CFMV, 2013: 45).

Essas duas técnicas, previstas para animais usados na indústria de alimentos, em geral recém-nascidos, partem do pressuposto de que haja necessidade de abate imediato para leitões com má formação e pintinhos defeituosos. É interessante perceber que esse pressuposto está assentado em nada mais que o desperdício que representa realizar a eutanásia em outro momento e/ou com material adequado e anestesia, visto que, até lá, os animais gerariam custos ao proprietário.

Devido ao processo histórico de construção de uma sensibilidade de evitação à morte e à violência, a mera descrição desses procedimentos pode causar espanto aos leitores. Entretanto, após a divulgação da resolução de 2012 sobre eutanásia, os protestos que o CFMV sentiu necessidade de responder não foram sobre o tratamento conferido aos animais “de produção” e “de laboratório”, e sim sobre o fato de que a legitimação da eutanásia por questões econômicas pudesse afetar cães e gatos. Em nota de esclarecimento publicada em outubro daquele mesmo ano, o CFMV afirmou que essa indicação não se aplicaria a tais espécies:

(...) o Médico Veterinário somente poderá fazer a indicação da eutanásia, quando o proprietário não obtiver recursos para custear o tratamento, no caso de animais de produção. O CFMV explica que nos casos dos pets, como são mais conhecidos os pequenos animais (cães e gatos), o tratamento médico veterinário deve ser a única opção indicada pelo Médico Veterinário quando houver possibilidade de cura e/ou tratamento do animal; o CFMV entende que os hospitais universitários ou públicos são um importante recurso para aqueles que não têm condições de custear o tratamento desses animais (CFMV, 2012b).

Obviamente, veterinários clínicos, pesquisadores e membros da diretoria do CFMV sabem que cães e gatos têm a mesma capacidade de sentir dor, estresse e desconforto que qualquer outro mamífero ou ave. Assim, é relevante sublinhar que apenas no caso dessas duas espécies a eutanásia por motivações econômicas ou de praticidade seja questionada e que certas técnicas de eutanásia, consideradas aceitáveis para leitões, ratos e aves sejam proibidas para cães ou gatos.

Se, por um lado, a anulação de ponderações éticas é evidente diante da legalidade conferida às técnicas acima descritas, por outro lado, há nesses documentos uma tentativa de mitigar essa situação, conferindo-lhe formas humanitárias. Na Resolução nº1000, a respeito da eutanásia, ocorre a recomendação de medidas que reduzam “desconforto e dor” nos animais, bem como “sofrimento emocional e psicológico” nos sujeitos humanos (CFMV, 2012a). Mais uma vez, a escolha dos termos demonstra a disparidades entre os envolvidos, visto que o mal que pode ocorrer aos seres não humanos é desconforto ou dor, enquanto os seres humanos, pelo simples fato de presenciarem a morte, podem ter sofrimento emocional e psicológico:

Art. 4º São princípios básicos norteadores dos métodos de eutanásia:
 I - elevado grau de respeito aos animais;
 II - ausência ou redução máxima de desconforto e dor nos animais;
 III - busca da inconsciência imediata seguida de morte;
 IV - ausência ou redução máxima do medo e da ansiedade;
 V - segurança e irreversibilidade;
 VI - ausência ou mínimo impacto ambiental;
 VII - ausência ou redução máxima de risco aos presentes durante o procedimento;
 VIII - ausência ou redução máxima de impactos emocional e psicológico negativos no operador e nos observadores (CFMV, 2012a:2)

Chama atenção que os esforços para a racionalização da eutanásia incluam a tentativa de preservar a sensibilidade civilizada, de forma que o procedimento seja, de acordo com o artigo 8º, “seguro para quem o executa, causando o mínimo de estresse no operador, no observador e no animal”. O entendimento de que a morte fira a sensibilidade dos envolvidos é exposto com especial clareza na afirmação de que o médico veterinário

responsável pela eutanásia deverá prever “a necessidade de um rodízio profissional, quando houver rotina de procedimentos de eutanásia, com a finalidade de evitar o desgaste emocional” (CFMV, 2002; 2008; 2012a).

Cabe destacar, ainda, a preocupação em fornecer segurança legal ao profissional, expressa na orientação para, nos casos de eutanásia de animais de estimação, solicitar autorização, por escrito, do responsável legal:

No caso dos proprietários de animais de estimação, precisa haver esclarecimentos suficientes para o entendimento da necessidade do processo, do método a ser empregado e da irreversibilidade do mesmo. Deve ser facultado ao proprietário o direito de presenciar o ato e, se necessário, um período de tempo a sós com o animal antes da eutanásia. A destinação do corpo deve ser discutida antes do procedimento. O proprietário deve manifestar o entendimento de todo o processo e proceder à autorização de forma expressa. No julgamento do Médico Veterinário para indicar a eutanásia, o aspecto econômico deve ser o último numa escala de prioridades e jamais deve realizar a eutanásia como forma de atender a uma necessidade do proprietário, como por exemplo, a convivência com as limitações impostas pela idade avançada do animal (CFMV, 2012a).

Por fim, observa-se que a eutanásia de animais tutorados é rodeada de precauções, como dar um tempo para o “proprietário” se despedir do animal, mas, no caso dos animais recolhidos pela carrocinha, não há nenhuma descrição de cuidados a serem tomados, a não ser o uso das técnicas aceitas para tais espécies e o rodízio profissional.

Observando os documentos do Ministério da Saúde e do CFMV, é possível perceber que a eliminação de cães e gatos passou por um processo de legitimação e racionalização similar ao que garantiu a normalização do tratamento conferido às espécies “de laboratório” e “de produção”. Mas, afinal, por que a eutanásia de cães e gatos, ainda que realizada de forma mais “humanitária” que a das outras espécies, passou a ser alvo de tantos questionamentos? Essa questão é o foco do próximo capítulo.

4. ENTRE CIVILIDADE E MORALIDADE: O SURGIMENTO DA SENSIBILIDADE DE EMPATIA INTERESPÉCIE

Este capítulo tem como objetivo identificar algumas relações entre a sensibilidade civilizada⁹⁵ e o desenvolvimento da sensibilidade de empatia interespecie, a partir da qual é tensionada a legitimação da violência contra espécies animais sencientes⁹⁶. Para demonstrar como têm ocorrido episódios de ruptura na tradicional desconsideração moral em relação às espécies não humanas, assumo como ponto de partida uma análise da situação estabelecida, apresentando os mecanismos de *entorpecimento psíquico* aos quais Joy (2014) atribui a supressão da empatia pelos animais e a consequente legitimação do sofrimento que lhes é imposto rotineiramente na indústria de alimentos.

Em seguida, proponho um paralelo entre os mecanismos identificados por Joy (2014) e aqueles que Bauman (1998), em sua análise sobre o Holocausto, aponta como responsáveis pelo que ele nomeia como *corrosão das inibições morais* na modernidade. Colocadas em paralelo, essas duas análises apontam para a construção de ordenamentos morais capazes de legitimar a violência a partir da normalização da violência (autorizada, regrada e exercida por profissionais), da extrema desvalorização das vítimas (excluídas da comunidade moral) e da invisibilização do caráter moral da ação. O objetivo dessa aproximação não é propor uma equiparação moral entre o Holocausto, analisado por Bauman, e o extermínio de animais não humanos pelo Estado ou nas indústrias, e sim demonstrar a instabilidade envolvida no traçado das fronteiras morais e a necessidade de atentar para os mecanismos que, de tempos em tempos, as fazem parecer inquestionáveis⁹⁷.

⁹⁵ Conforme definido no capítulo 1, uma estrutura de personalidade civilizada é o conjunto de aspirações, emoções e moralidade condizentes com a estrutura social em que é constituída. A sensibilidade moral, portanto, é a percepção de questões morais a partir dessa estrutura de personalidade, ou seja, de uma determinada maneira de perceber e sentir situações, comportamentos e os seres envolvidos.

⁹⁶ Opto por me ater à comparação entre espécies sencientes porque essa categoria é reconhecida cientificamente e filosoficamente como dotada de sensações e emoções e, ainda, pelo fato de que a senciência é o critério mais recorrente entre as propostas de consideração moral para seres não humanos.

⁹⁷ Esse paralelo, ressalte-se, é comumente utilizado pela militância vegana, que fala em um holocausto diário na indústria de alimentos. Não considero que a exploração de animais pela indústria possa ser corretamente chamada de holocausto porque ela visa ao lucro, e não a uma eliminação de seres considerados inferiores e perigosos. Trata-se, nesse caso, de uma estratégia retórica com o objetivo de conectar um acontecimento chocante para a sensibilidade civilizada a outro acontecimento que não costuma gerar questionamentos morais. Com alguma frequência, ocorrem choques de sensibilidade entre indivíduos que assumem esse paralelo como exato e indivíduos que o percebem como algo ofensivo, que parece diminuir o valor da vida humana. Nesses conflitos, torna-se especialmente visível a forma como a classificação dos seres tem impacto direto nos ordenamentos morais. Além disso, a irritação mútua que costuma emergir nesses encontros é um indicativo do quão difícil é a ocorrência de críticas externas nos moldes indicados

Ao trazer Joy (2014), Bauman (1998) e Boltanski & Thévenot (2006) para esta tese, tenho em mente que a postura axiológica assumida por esses autores está em contraste direto com a neutralidade defendida por Elias, mas não vejo nessa discordância motivo para desconsiderar as contribuições que cada um traz pra esta tese. Pelo contrário, especialmente no caso de Bauman, entendo que suas discordâncias sobre a teoria eliasiana oferecem uma oportunidade de complexificar a compreensão dos fenômenos aqui analisados.

A partir desse aporte, identifico algumas situações em que os mecanismos de legitimação da violência especista são desestabilizados, começando por aquelas que abrem caminho para a formulação e/ou admissão de problematizações características da moralidade vegana. Em seguida, a partir da mesma chave explicativa, analiso o processo que culminou na proibição do extermínio de cães e gatos em Pernambuco e identifico uma tendência ainda mais forte de expansão das moralidades de proteção e parentesco, devido às especificidades do convívio travado com os cães e gatos e à configuração social traçada nos capítulos 2 e 3. Assim, nos tópicos finais deste capítulo, apresento os aspectos normativos resultantes dessa configuração recente, em que aumentam as exigências sobre as interações com cães e gatos, tanto sobre os indivíduos quanto sobre os órgãos e agentes do Estado. Embora a coibição à violência física seja o aspecto mais evidente desse processo, procuro demonstrar que a noção de maus tratos tem se ampliado paulatinamente, passando muitas vezes a incluir danos psíquicos ou à dignidade dos animais.

4.1. MECANISMOS DE LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Devido ao processo histórico de construção de uma sensibilidade de evitação à morte e à violência, é provável que, ao final do capítulo 3, a descrição de procedimentos de eutanásia como a maceração de pintos e a martelada na cabeça de leitões tenha causado espanto e emoções negativas durante a leitura⁹⁸. Essas duas reações precisam ser

por Boltanski & Thévenot (2006), sendo mais comum que o debate seja simplesmente encerrado com um julgamento do outro como moralmente desviado ou intelectualmente incapaz.

⁹⁸ É preciso esclarecer que a existência de emoções negativas sobre o sofrimento ou morte de animais não humanos não é uma novidade gerada pela sensibilidade civilizada, pois, muito antes da modernidade, são conhecidos os exemplos de gregos antigos que julgaram o consumo de carne como um problema moral, como Pitágoras. Além disso, nas etnografias em sociedades ameríndias, são recorrentes os relatos de rituais de purificação pelos quais a morte do animal caçado é expiada (SERPELL, 2003). Essas manifestações de desconforto estão relacionadas ao reconhecimento do animal como indivíduo sensível e, em alguns casos,

destacadas para que o argumento deste capítulo fique claro de partida. O espanto que costuma acompanhar o contato com dados como aqueles, revela o quanto é desconhecida a origem dos produtos consumidos diariamente. Embora as atividades da indústria de carne, leite, ovos e pele sejam propositalmente realizadas longe do público e em vários países seja proibido registrá-las, os trechos selecionados no capítulo 3 fazem parte de manuais disponíveis na internet, onde também há vasta quantidade de vídeos, documentários e trabalhos acadêmicos com informações detalhadas e relatos de trabalhadores a respeito do cotidiano dos criadouros e matadouros. Ainda assim, a imensa maioria das pessoas que consome os produtos resultantes dessa indústria passará a vida inteira sem saber como os animais vivem e morrem nesses locais e muitas vezes optará, conscientemente, por não saber disso.

Tão importante quanto a reação de espanto e as emoções de desagrado é o fato de que, embora desconfortáveis por algumas horas ou dias, a maioria das pessoas que se depara com essas informações e imagens relacionadas aos produtos de origem animal continua a consumi-los e é capaz de livrar-se do desconforto após um certo período de tempo. Esse desencontro entre as ações rotinizadas e as emoções negativas diante do sofrimento de animais sencientes é o foco do trabalho de Joy (2014), segundo a qual o funcionamento da indústria de alimento depende de uma forma poderosa de bloquear o desconforto moral causado pela forma como são tratados os animais “comestíveis”.

Como nem somos a favor do sofrimento animal inútil nem deixamos de comer animais, nosso esquema distorcerá nossas percepções dos animais e da carne que comemos, a fim de que possamos nos sentir suficientemente à vontade para consumi-los. E o sistema que constrói nosso esquema da carne nos equipa com os meios para que isso aconteça (JOY, 2014:22).

Esse bloqueio, explica a autora, ocorre a partir dos mecanismos de *entorpecimento psíquico*, pelos quais nos desconectamos mental e emocionalmente de nossas experiências.

O entorpecimento psíquico é constituído de um complexo conjunto de defesas e outros mecanismos, que são onipresentes, poderosos, invisíveis e operam simultaneamente nos níveis social e psicológico. Esses mecanismos distorcem nossa percepção e nos distanciam de nossos sentimentos, convertendo a empatia em apatia (JOY, 2014:23).

dotado de vida mental e poderes sobrenaturais. Nas sociedades industrializadas, ao contrário, os animais foram reificados e o desconforto da sensibilidade civilizada não diz respeito à vida ou aos sentimentos de um indivíduo, e sim à ideia de morte e violência. É por isso que as propagandas de carne nunca exibem sangue e o animal é vendido e servido em retalhos, para que não remeta ao indivíduo que um dia foi (DIAS, 2009; LIRA, 2012).

Essa habilidade de distanciamento emocional, explica Joy, é benéfica na vida cotidiana, na medida em que nos permite funcionar em um mundo violento e imprevisível sem pensarmos permanentemente nos riscos a que estamos submetidos ou nos traumas pelos quais passamos. Por outro lado, o *entorpecimento psíquico* pode assumir um caráter destrutivo “quando é usado para *possibilitar* a violência, mesmo se essa violência está tão afastada de nós quanto os frigoríficos onde os animais são transformados em carne” (*idem, ibidem*:23). A partir dessa ideia, Joy (2014) se propõe a explicar os mecanismos que possibilitam que a maior parte dos cidadãos norte-americanos, que simpatizam com os animais e não querem que eles sofram, possam consumir, a cada ano, uma média de 39 quilos de frango, 8 quilos de peru, 30 quilos de boi, 23 quilos de porco, 450g de vitela e 450g de cordeiro.

Bauman (1998), por sua vez, como vários pensadores do século XX, procurou compreender como uma parcela expressiva da população europeia, especialmente a alemã, calou-se diante da violência e do genocídio promovido pelo nazismo. Embora Bauman estivesse preocupado com uma situação que envolvia apenas humanos, as questões lançadas por ele e por Joy são semelhantes. O que Joy caracteriza de *entorpecimento psíquico* foi apresentado por Bauman como *corrosão das inibições morais*, responsáveis pela superação de um sentimento “quase instintivo” de empatia pelo sofrimento de outras pessoas, que ele chama de “piedade animal”⁹⁹. Citando Arendt, Bauman ressalta que os indivíduos responsáveis pelo Holocausto não eram anormalmente sádicas ou fanáticas e as instituições envolvidas também não se desviavam dos padrões estabelecidos de normalidade. Para que se engajassem nas atividades relacionadas ao Holocausto, portanto, seria preciso suprimir o surgimento de questões morais relacionadas, assim como Joy argumenta que seja necessário para que os indivíduos se engajem no sistema de crenças e práticas que constitui o *carnismo*.

De acordo com Bauman (1998), as inibições morais contra atrocidades violentas podem ser corroídas se três condições forem reunidas: A) a violência for autorizada e a obediência às regras da organização for a mais elevada virtude moral (negando autoridade

⁹⁹ Conforme argumentarei adiante, discordo da ideia de uma piedade inata ao ser humano, mas é possível seguir adiante considerando que havia, naquele momento, uma sensibilidade de empatia em relação ao sofrimento humano que, de fato, precisou ser suprimida para que ocorresse a legitimação do Holocausto. Da mesma forma, a ideia de que seja necessário um entorpecimento psíquico para lidar com o sofrimento e a morte de animais sencientes, conforme proposto por Joy (2014) não é algo atemporal, e sim relacionado a uma sociedade em que esses animais sejam reconhecidos como sensíveis e dignos de piedade ou respeito.

à consciência pessoal); B) as vítimas forem desumanizadas (por definições e doutrinações ideológicas) e C) o caráter moral da ação for invisível ou propositalmente encoberto. Joy, por sua vez, identifica oito formas de entorpecimento psíquico, que podem ser reunidas nas mesmas categorias de Bauman: A) Mecanismos de normalização (justificação, racionalização, dissociação), B) mecanismos de reificação (rotinização, objetivação e desindividualização), C) mecanismos de invisibilização (evitação e negação).

Nenhum desses dois autores pretendeu explicar a supressão da empatia por cães e gatos. Bauman parte de um ordenamento moral que exclui os animais não humanos (daí que o mecanismo de inferiorização dos judeus seja chamado por ele de desumanização). Joy, por sua vez, parte do princípio de que sentimos amor por cães e, em contraste, aprendemos a sentir apatia em relação ao sofrimento de vacas, porcos, frangos, peixes e outros animais que são tratados de forma cruel na indústria de alimentos. As dicotomias apresentadas pelos autores correspondem àquelas perpetuadas em situações de violência legitimada - os judeus, de fato, foram representados como animais (portanto, inferiores) e as espécies exploradas na indústria de alimento, de fato, são representadas como radicalmente diferentes dos animais de estimação. Por outro lado, como foi visto no capítulo 3, cães e gatos em situação de rua também são vítimas de violência socialmente legitimada, empreendida por órgãos do Estado sob o propósito de promover a saúde e a segurança das pessoas. Colocadas lado a lado, a violência do holocausto, da indústria de alimentos e do controle de zoonoses têm um importante elemento em comum: todas dependem da supressão da empatia em relação às vítimas, da crença na importância do sistema que os oprime e da sensação geral de não ser responsável pelo que está acontecendo. Nos tópicos a seguir, procuro demonstrar como os mecanismos identificados por Bauman (1998) e Joy (2014) estão presentes nas situações por eles analisadas e também na sustentação do aparato de extermínio de cães e gatos.

4.1.1. Normalização: autorização, rotinização, dissociação e justificação

Quando autorizadas por uma figura e/ou instituição de poder, as ações violentas tendem a ser executadas pelos subordinados, que não se sentem responsáveis pela ação, visto que percebem a si mesmos como instrumentos da vontade alheia. O autosacrifício, em nome da organização, ressaltava Bauman (1998), é uma das características das organizações burocráticas da modernidade, identificadas por Weber. Quando a disciplina substitui a responsabilidade moral, a consciência moral é anulada, dando margem a

sistemas em que as ações dos funcionários tornam-se vazias de sentido moral, como ocorreu nas unidades da polícia política nazista, em que a lealdade à organização garantia a continuidade do sistema e suprimia a maior parte dos possíveis questionamentos. Outros aspectos, ainda, contribuem para que ações violentas sejam entendidas como normais. Do ponto de vista dos funcionários, a rotinização tende a estabelecer um distanciamento mental e emocional em relação aos gestos, como Regan (2006), filósofo que se tornou ativista pelos direitos animais, relata ter acontecido no período em que trabalhou como açougueiro.

Além disso, tanto para os funcionários quanto para os consumidores, a dissociação entre o produzido/consumido e o animal que lhe originou permitem que os indivíduos não pensem a respeito do processo pelo qual um bezerro recém-nascido torna-se vitela, uma vaca, inseminada e separada da cria no momento do parto, gera pacotes de leite vendidos em caixa, os porcos empurrados à base de choques na esteira de abate tornam-se costelinhas, os frangos pendurados pelo pé e degolados em fileira tornam-se *nuggets*, etc. Para que essa dissociação ocorra, o retalhamento e processamento dos corpos tem grande importância, assim como a nomeação com termos menos impactantes, como certas mudanças de nomenclatura realizadas, como chamar o corte do bico das galinhas de “condicionamento de bico”, o matador de apoio de “operador de faca” e o sangramento do animal de “drenagem” (JOY, 2014).

Por fim, quando alguns desses mecanismos falham e o choque acontece, ganha importância o mecanismo de justificação, que permite aos indivíduos se livrarem da culpa ao acreditarem que a produção e o consumo desses produtos são inevitáveis. A participação de figuras de autoridade, como profissionais de saúde e celebridades, é destacada por Joy (2014) como fundamental na reprodução da ideia de que o consumo desses produtos seja normal, natural e necessário. Se a ação é entendida como falta de opção, e não como escolha, seu caráter moral continua encoberto.

Não é difícil perceber a semelhança entre esses mecanismos de normalização e a legitimação da captura e extermínio de cães e gatos em situação de rua no Brasil e em outras partes do mundo. Para os funcionários encarregados da tarefa, a morte dos animais não é uma escolha, mas uma obrigação decorrente dos cargos que ocupam. A partir da rotinização e da evitação de qualquer contato significativo com os animais capturados, torna-se possível dissociar-se, mentalmente e emocionalmente, do que está acontecendo com eles. Os termos utilizados para fazer referência ao processo também contribuem com a dissociação, tanto para os funcionários quanto para o público. Afirmar que a *carrocinha*

é conduzida por profissionais *treinados* para *apreenderem* animais *vadios/errantes*, que serão *conduzidos* ao centro de controle de zoonoses e *eutanasiados* tem certamente um efeito diverso do que seria afirmar que os *veículos de captura* são conduzidos por *funcionários* que *capturam* cães e gatos *inocentes e saudáveis* e os transportam para que sejam *exterminados* no centro de controle de zoonoses. Por fim, quando esses mecanismos de normalização não são capazes de impedir o surgimento de desconforto, a justificativa que encobre o caráter moral da ação é apresentado: “a eutanásia de animais errantes, realizada de forma humanitária é uma medida de saúde pública essencial para proteger a população e os seus animais do contágio pela raiva”.

4.1.2. Reificação: objetificação, desindividualização e dicotomização

O segundo mecanismo referido por Bauman (1998) como condição para a corrosão das inibições morais é a desumanização das vítimas, que, no caso dos judeus, foi empreendida com a difusão da ideia de que seriam parte de uma raça inferior, transmissores de doenças, comparáveis a piolhos. Inferiorizados de tal maneira, os judeus foram retirados do *universo de obrigação*, que designa o círculo de pessoas com obrigação recíproca de se protegerem, bem como dos limites do território social dentro do qual é possível elaborar questões morais dotadas de sentido. Nos termos de Boltanski & Thévenot (2006), a desumanização corresponde à elaboração de um ordenamento moral ilegítimo, no qual alguns seres humanos são aprioristicamente excluídos¹⁰⁰.

No caso dos animais não humanos, é importante sublinhar, de partida, que não se trata de desumanizar, posto que eles são justamente a referência negativa utilizada nesse conceito. O que ocorre com esses seres é uma reificação, acionada de várias maneiras: são objetificados¹⁰¹ ao serem manejados sem cabeça e nomeados como “peças”, “cabeças” ou “unidades”, além de serem definidos como objetos na legislação e nas políticas públicas. Também são desindividualizados porque, até para quem lida com criação, a convivência com os animais já não propicia o tipo de observação realizada quando se lidava com poucos indivíduos:

¹⁰⁰ A eugenia é considerada por Boltanski & Thévenot (2006) como uma atitude incompatível com o regime de justificação, pois, em qualquer ordenamento moral legítimo, é necessário partir da premissa de que, a princípio, todos os humanos nascem iguais, sendo possível ordená-los apenas a partir de suas expressões de virtude, eficiência, autoridade, entre outras.

¹⁰¹ A tradução aponta esse mecanismo como objetivação, mas realizei essa troca para facilitar a compreensão, visto que Joy se refere ao processo pelo qual um ser vivo passa a ser encarado como objeto.

No mundo antigo, as pessoas viviam muito próximas aos animais de criação, muitas vezes dividindo a mesma casa e, por mais que pudessem ser bastante cruéis em determinados momentos, eles tratavam os animais como indivíduos, capazes de sofrer como elas mesmas (...) Mas, uma vez que o número de animais possuídos tornou-se imenso, alcançou a casa dos milhares, é inevitável que suas identidades individuais sejam perdidas. Esse foi o resultado inevitável da criação industrial no mundo moderno, em que animais domésticos, requeridos em vasto número para alimentar a crescente população humana, são tratados como vegetais, reproduzidos de forma que pareçam idênticos e criados em pequenas celas, para serem abatidos quando for solicitado (CLUTTON-BROCK, 2003:34).

Devido à escala dessa produção, Joy (2014) lembra que se torna difícil estabelecer conexão emocional, pois, diante de grandes números, temos dificuldade de perceber a questão de forma concreta, ao contrário do que ocorre quando focamos no que foi vivenciado por um único indivíduo. Essa percepção de sofrimento individual é dificultada quando os animais são entendidos como representantes autômatos da espécie. A ideia de que “são todos iguais”, ressalta Lawrence (1994), é um ponto em comum entre o especismo e o estigma racial que já vitimou vários povos ao longo da história.

O último mecanismo de reificação é a dicotomização, que nos faz perceber grupos de seres como radicalmente diferentes – a exemplo da classificação animais racionais (apenas os humanos) e animais irracionais (todas as demais espécies do planeta). De acordo com Joy, a dicotomização de animais em comestíveis ou não comestíveis faz com que os comestíveis em geral sejam representados como estúpidos, feios e sujos. Somadas, a dicotomização e a objetificação resultam em representações de animais dotados de sensibilidade como incapazes de sentir. Esse mecanismo está presente desde a categorização cartesiana dos animais como “máquinas sem alma” até afirmações de senso comum, recorrentes em discussões com vegetarianos, de que os animais no abatedouro gritam “por puro reflexo” ou de que “porcos sentem tanta dor quanto uma cenoura arrancada do chão”.

A razão de empatia e repugnância estarem tão intimamente relacionadas deve-se ao fato de a empatia ser a base de nosso senso de moralidade e a repugnância ser uma *emoção moral*. Tipicamente, quanto maior a empatia que sentimos por um animal, mais imoral – e, portanto, repugnante – vemos o ato de comê-lo (JOY, 2014: 123).

Devido ao fato de que uma das dicotomizações sedimentadas, há pelo menos um século, é a que opõe cães e gatos a todos os outros animais, a reificação dessas duas espécies não se difunde de forma tão profunda quanto a das espécies “de produção”, mas isso não significa que estejam liberadas desses mecanismos. Como foi visto no capítulo 3, o crescimento do mercado pet e a entrada das mascotes dentro das casas estabeleceu

uma dicotomia entre cães e gatos “especiais” e cães e gatos “sem importância”. Além da raça, a utilidade e o vínculo afetivo com um humano poderiam estabelecer uma linha muito rígida entre animais a serem protegidos e animais a serem levados pela carrocinha, por isso as denúncias reunidas na revista Cães & Cia de 1983 (nº48) diziam respeito principalmente à captura de animais “com proprietário”. Além disso, a truculência envolvida no extermínio era denunciada porque, embora tratados como propriedade (e chamados pelo mercado pet de exemplares e matrizes), esses animais não tiveram negada a sua capacidade de sentir. Feitas as ressalvas por procedimentos “humanitários”, o extermínio desses animais era legitimado fundamentalmente pela dicotomização em relação aos “especiais” e pela desindividualização conferida pelo distanciamento em que eram mantidos os animais “de rua”, vistos como perigosos.

4.1.3. Invisibilização: evitação e negação

A partir do mecanismo de invisibilização, explica Bauman (1998:44), “a luta em torno de questões morais nunca tem lugar, pois os aspectos morais das ações não são imediatamente óbvios ou sua descoberta e discussão são deliberadamente evitadas”. Por essa razão, esse é o mecanismo com potencial para envolver o maior número de pessoas em um sistema violento, pois há uma grande chance de que os indivíduos nem precisem enfrentar opções morais difíceis. Na sociedade moderna, lembra Bauman, faz parte do padrão normal de funcionamento das instituições que a decisão de algumas pessoas seja executada por outras, de modo que os resultados de uma ação terminam obliterados pela presença de vários intermediários. A partir dessa compartimentação das ações, quem dá o comando não se sente responsável porque não vivencia a ação e quem o pratica percebe a si mesmo como instrumento da vontade alheia. Nesse tipo de situação, ambas agem em um vazio moral e o somatório de várias ações comumente gera resultados que nenhum indivíduo planejou ou imaginou. É assim, por exemplo, que os operários de uma fábrica de armamentos comemoram a demanda que os mantém empregados e, ao mesmo tempo, lamentam as guerras, pois não conectam diretamente a sua atividade à realização de uma guerra específica.

Além da salvaguarda conferida pelo aparato racional e burocrático dos órgãos governamentais, o extermínio de cães e gatos em situação de rua é invisibilizado pela compartimentação das ações e da autoridade. Assim, por exemplo, em um Centro de Controle de Zoonoses, no qual a execução de animais saudáveis seja regra, os

funcionários que realizam a captura e morte estarão obedecendo ordens do diretor do Centro, que, similarmente, obedecerá às normas da instituição e o Secretário de Saúde que, por sua vez, estará subordinado ao Código Municipal de Saúde, ao prefeito, aos anseios da população ou, ainda, aos procedimentos de Vigilância Epidemiológica, cuja padronização pode ser remetida ao Ministério da Saúde, cujos representantes, por fim, poderão remeter a responsabilidade às diretrizes da Organização Mundial da Saúde. Chega-se, assim, a uma esfera sobre a qual os indivíduos citados não possuem nenhum controle e que, ademais, confere às políticas de captura e morte um aval técnico, internacionalmente estabelecido. Essa conexão é explicitada no relato de um trabalho realizado por uma equipe de psicólogos da Universidade de São Paulo junto a funcionários do CCZ de um município paulista, que procuraram para líder com o movimento culpabilizante e de grande nível de sofrimento a que estavam submetidos (HUR, OLIVEIRA & KODA, 2008). Para ajudar os funcionários a lidar com o sofrimento gerado pela culpa, a equipe procurou justamente destacar que a responsabilidade por aqueles atos não era pessoal, e sim institucional:

A partir dos grupos, percebemos que a violência afeta também os técnicos do local. Por exemplo, uma atividade que provoca grande sofrimento institucional é o processo de eutanásia. Os animais capturados são mantidos na instituição por algum tempo, alguns são adotados e a maior parte é sacrificada. Desse modo, o ato de capturar os animais, tratá-los por algum tempo e depois exterminá-los gera conflitos para os funcionários. São os veterinários que precisam matar os cães e esta experiência é vivida como muito violenta, acarretando culpa: “aqui eu mato, mas na clínica particular eu salvo”. Esses conflitos são vividos como pessoais sem que os funcionários possam se dar conta da dimensão institucional e social. Em um dos nossos encontros uma pessoa se emocionou ao perceber que determinado problema não era dela, mas da instituição (HUR, OLIVEIRA & KODA, 2008:81).

Encobrir os aspectos morais das relações humanas com os animais não humanos é algo que tem sido feito com bastante êxito nas sociedades ocidentais, a começar pela distância física estabelecida entre a produção (criadouros, matadouros e fábricas de processamento) e o consumidor. Os mecanismos de evitação e negação, explica Joy (2014), estão diretamente relacionados à dissociação, pois permitem que as escolhas não fiquem claras para os próprios indivíduos. Trata-se, fundamentalmente, de um conjunto de mecanismos protetivos contra as emoções dolorosas que vêm à tona quando o *carnismo* é testemunhado. Os mecanismos de evitação e negação tornam-se perceptíveis, por exemplo, quando ativistas veganos publicam fotos e vídeos de abate e pessoas que consomem produtos de origem animal protestam que a divulgação desse material está

lhes ofendendo e que eles têm o direito de consumir o que quiserem, sem serem constrangidos. Esse é, possivelmente, o ponto mais extremo da invisibilidade moral, pois baseia-se tanto na opção de não conhecer o processo (evitação) quanto na afirmação do direito de usufruir dos animais não humanos.

A ideia de que temos direito de usufruir de todos os animais é herdeira das representações culturalmente sedimentadas do ser humano como senhor da natureza. É a partir dessa certeza de que os animais não humanos são radicalmente diferentes e inferiores que a preocupação moral com a maneira como são tratados, simplesmente, não faz sentido e as questões levantadas pela moralidade vegana, apresentadas neste capítulo, tornam-se alvo de riso. Afora as instigantes discussões políticas relacionadas a essa questão (que não são o foco desta tese), é fundamental sublinhar que a percepção de um debate como válido ou absurdo dependerá, fundamentalmente, da inclusão e exclusão de determinados seres no ordenamento moral assumido pelos sujeitos, como bem indicam Boltanski & Thévenot (1999, 2006).

4.2. MODERNIDADE, RACIONALIDADE E CIVILIDADE

No panorama até aqui apresentado, é possível perceber que, embora as formas de violência e as vítimas sejam distintas, há semelhanças importantes nos mecanismos de supressão da empatia que viabilizaram a legitimação da violência contra os judeus, os animais “de produção” e os cães e gatos “de rua”. Em todos esses casos, a busca por eficiência sobrepôs-se às preocupações éticas e a violência institucionalizada foi socialmente legitimada pela crença na normalidade do sistema, pela inferiorização extrema de suas vítimas e pela invisibilidade da ação moral.

É importante pontuar que tanto Bauman (1998) quanto Elias (1993, 1997, 2011) partem de Weber e definem como características da modernidade a centralização do Estado (e conseqüente monopolização da violência), o controle burocratizado sobre os indivíduos e a valorização da racionalidade e da eficiência¹⁰². De acordo com Elias, a

¹⁰² Em sua análise sobre o Holocausto, Bauman (1998), equipara modernidade e processo civilizador como idênticos e, assim, afirma que a perseguição e extermínio dos judeus teve o processo civilizador como condição necessária (embora não suficiente), posto que o assassinato em massa de judeus seguiu os padrões modernos de busca racional por eficiência, burocratização institucional e superação da consciência moral pelas normas da organização. O processo teorizado por Elias (1993, 1997, 2011), entretanto, difere daquilo que lhe é atribuído por Bauman, pois, embora ocorra concomitantemente e com influências mútuas, o processo civilizador não é a modernidade como um todo, mas apenas um de seus aspectos, caracterizado pelo desenvolvimento de uma compulsão pelo controle, internalizada como *habitus*. Não há, na obra de

compulsão pelo controle que caracteriza o processo civilizador começa a se desenvolver a partir desse cenário, em que a segurança individual é reforçada pela imposição de um controle externo e, em contrapartida, os indivíduos não podem dar livres rédeas às suas paixões, sob pena de serem punidos pela mesma lei que os protege. Essa psicogênese não elimina a violência na vida social, mas tende a redirecioná-la para situações controladas e a gerar emoções negativas diante de ações socialmente condenadas. A “transformação de compulsão externa interpessoal em compulsão interna individual”, explica Elias, “leva a uma situação em que muitos impulsos afetivos não podem mais ser vivenciados tão espontaneamente como antes” (ELIAS, 2011: 237). Essa psicogênese ocorre a partir do surgimento de dois mecanismos de controle individual autônomo - o “pensamento racional” e a “consciência moral” - que passam a se interpor mais severamente entre os impulsos espontâneos e emocionais e as ações dos sujeitos. A partir da internalização de normas e valores ao longo da socialização, surge o *habitus* civilizado, caracterizado pelo aumento no nível de controle exercido pelos indivíduos sobre as próprias emoções e suas expressões.

A consciência moral de que fala Elias (1993; 1997) é, fundamentalmente, uma emoção negativa gerada pelo descumprimento de uma norma social, e não, como normalmente se convencionou definir, pelo enfrentamento de um dilema ético. Elias não acredita que a análise da ética caiba à sociologia, por isso não se dedica, como Bauman (1998), a analisar a imoralidade que pode resultar dos padrões estabelecidos de normalidade na sociedade moderna (ou em qualquer outra). É justamente nesse ponto que Bauman se faz importante para esta tese, por apontar que a limitação da cobrança pela normalidade nas ações gera no indivíduo moderno o potencial de supressão da consciência moral. Essa característica, que ele aponta como um problema político a ser abordado pela sociologia, tem sido repetidamente excluída do escopo das preocupações sociológicas justamente por causa de uma concepção similar à de Elias, de que a pesquisa sociológica deveria ser realizada sem envolvimento moral por parte do pesquisador. Contrariamente a isso, Bauman argumenta:

Qualquer reescritura da teoria do processo civilizador nas linhas sugeridas envolveria por necessidade uma mudança na própria sociologia. A natureza e estilo da sociologia foram harmonizados à mesmíssima sociedade moderna que

Elias, nenhuma sugestão de que essa estrutura de personalidade civilizada seja moralmente superior ou garantidora de uma sociedade melhor ou pacífica. Como foi visto no capítulo 1, Elias aponta o cidadão civilizado como exposto a conflitos internos consideráveis e ressalta que o controle da violência é uma característica instável, que só se mantém enquanto a segurança institucional do Estado se mantém ativa.

ela teorizou e investigou (...) E assim a sociologia promoveu, com seus próprios critérios de adequação, os mesmíssimos princípios da ação racional que visualizou como constitutivos de seu objeto. Também promoveu, como regras de ligação do próprio discurso, a inadmissibilidade de problemáticas éticas sob qualquer forma que não a da ideologia apoiada na comunidade e, portanto, heterogênea ao discurso sociológico (científico, racional). Expressões como “a santidade da vida humana” soam tão estranhas num seminário de sociologia como nas salas assépticas e sem fumaça de um escritório burocrático (BAUMAN, 1998:49).

Apesar dessa diferença de postura sobre o envolvimento da sociologia em uma crítica axiológica, ambos concordam que o sujeito moderno, submetido a leis, procedimentos padronizados e instituições oficiais de controle, tenha a tendência de guiar suas ações pela legalidade/normalidade, mais que pela moralidade. Ao se interessar pela análise da moralidade, que Elias deixa em segundo plano, Bauman oferece um aporte interessante para levantar uma questão importante para esta tese: que condições suprimem ou favorecem a emergência de um dilema moral a respeito de um padrão socialmente normal? Contrapondo-se à neutralidade axiológica defendida por Elias, Bauman (1998) questiona a ausência de problematização moral na sociologia diante de atrocidades violentas e, embora reforce a ideia de uma comunidade moral exclusivamente humana, traz uma contribuição importante à questão aqui levantada, pois demonstra que o traçado dessa fronteira moral não é tão evidente e seguro quanto pode parecer a princípio – ou tantos grupos humanos já não teriam sido moralmente excluídos, como judeus, negros, mulheres, homossexuais, loucos, entre outros¹⁰³. As mudanças já ocorridas no delineamento da comunidade moral humana apontam não apenas para o caráter mutável dessas fronteiras, como também para o fato de que o surgimento de empatia ou apatia em relação a determinados seres (humanos ou não) é resultado de construções sociais com grande capacidade de reprodução, mas, ainda assim, instáveis.

A partir de agora, é possível compreender melhor como, ao mesmo tempo que a valorização da racionalidade e da eficácia favorecem a corrosão de inibições morais, a expansão da civilidade aumenta os patamares de sensibilidade e o choque diante da violência, gerando situações morais ambíguas. Nesse sentido, abordo primeiramente o surgimento de situações-problema em relação aos mecanismos de legitimação da

¹⁰³ Considerando que os critérios utilizados para delimitar o pertencimento à humanidade foram tantas vezes modificados e a exclusão de alguns grupos foi tantas vezes utilizada como justificativa para que fossem perseguidos, explorados, torturados e eliminados, é um tanto espantoso que autores preocupados com a normalização de atrocidades violentas considerem inquestionável a atual delimitação de fronteiras com base na espécie *homo sapiens*. Essa instigante questão, entretanto, extrapola os limites desta tese, restando apenas indicar que ela é desenvolvida com bastante propriedade por autores como Singer (2008), Naconecy (2007), Regan (2006), e Wise (2000).

violência contra animais “de produção”, apontando uma tendência de reconhecimento da moralidade vegana. Em seguida, apresento com maiores detalhes a emergência de questões morais relacionadas ao tratamento conferido aos cães e gatos – da proibição da política de captura e morte à ampliação da noção de maus tratos.

4.2.1. Instabilidade nos mecanismos de legitimação

Em um vídeo de divulgação do vegetarianismo, o ex-Beatle Paul McCartney afirmou que “se os matadouros tivessem paredes de vidro, todos seriam vegetarianos”. Essa frase, frequentemente estampada em camisetas, cartazes e publicações em redes sociais, expressa a crença de que o consumo de carne é possibilitado simplesmente pelo desconhecimento do que se passa com os animais na indústria de alimentos. Embora a invisibilidade moral seja um mecanismo fundamental para conter a emergência desse problema, os outros mecanismos abordados neste capítulo permitem uma análise mais ampla da questão.

A fragilização dos mecanismos de legitimação da violência especista pode ocorrer a depender de determinadas condições. São elas: A) classificação do ser atingido como moralmente relevante (inclusão na comunidade moral); B) identificação das consequências dos atos, mesmo fragmentados (questionamento da normalidade dos atos); C) identificação dos responsáveis pelo surgimento e pela resolução e/ou mitigação do problema (visibilização da ação moral). Essas condições têm sido reunidas em algumas situações capazes de impulsionar a moralidade vegana¹⁰⁴.

4.2.1.1. A ciência moderna e a classificação dos seres sencientes

Para que haja inibições morais, é preciso que haja uma vítima reconhecida. Esse primeiro requisito dependerá do ordenamento dos seres daquele mundo moral, de maneira

¹⁰⁴ A expansão dessa moralidade não implica necessariamente na adesão ao vegetarianismo ou veganismo, mas no reconhecimento do ordenamento moral vegano como legítimo. Essa é uma tendência perceptível no surgimento de falas de pudor sobre o consumo de produtos de origem animal, especialmente de carne. Nos últimos anos, nos ambientes frequentados pela classe média, especialmente naqueles ligados à intelectualidade, os vegetarianos passaram a ouvir menos piadas e mais confissões como “acho tão bonito ser vegetariano, mas acho que não consigo” ou “eu como mesmo, mas vocês é que estão certos”. Não existem levantamentos significativos sobre o crescimento do número de vegetarianos na RMR, mas um indício interessante sobre isso é o fato de que, entre 2003 (ano em que entrei na graduação) e 2015, o número de restaurantes vegetarianos fixados no entorno do campus saltou de um para cinco, além de haver garantia de opções veganas diariamente no Restaurante Universitário.

que os membros de uma espécie não humana só poderão ser considerados vítimas de uma ação moral se forem reconhecidos como moralmente relevantes.

Para que o ordenamento entre as coisas e pessoas envolvidas em determinada situação seja considerado justo, é preciso que os atores envolvidos considerem o ordenamento proposto consistente com os princípios de valor invocados como base (BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006). Assim, as discordâncias sobre ações relativas a cães e gatos podem ocorrer em uma situação de concordância com o princípio valorativo (altruísmo ou empatia, por exemplo) ou em uma situação de discordância com o princípio valorativo. Este último caso, que Boltanski & Thévenot chamam de crítica externa, ocorre nas situações em que os interlocutores apresentam diferentes critérios de justiça.

Um exemplo dessa diferença são os debates sobre a exclusividade humana na comunidade moral. No século XVIII, David Hume atribuiu aos animais a capacidade de raciocinar e afirmou que, assim como eles, a maioria das pessoas também não era guiada pela razão nas reações cotidianas. De forma similar, o médico Erasmus Darwin (avô de Charles Darwin), criticou a ideia de que animais não poderiam ter direitos por serem incapazes de raciocinar e assumir deveres. Em sua argumentação, ele procurava demonstrar, com exemplos, que o ordenamento dos seres, que baseava essa exclusão, estava incorreto:

Não nos convence a observação diária de que eles estabelecem pactos de amizade entre si, [e] com a espécie humana? Quando cãesinhos e gatinhos brincam uns com os outros não é por um acordo tácito de que não se machucarão? E o teu cachorro favorito não espera que lhes dê sua refeição diária, pelos serviços e a atenção que te prestou? (THOMAS, 2010:172).

Bentham, por sua vez, realizou uma crítica externa e, em vez do teste, questionou o princípio de equivalência utilizado, argumentando que o nível intelectual dos animais não é critério relevante para pertencer, ou não, à comunidade moral. Em um extrato consagrado posteriormente, ao ser tomado como referência por Peter Singer (2008), Bentham questiona:

Os franceses descobriram já que a negrura da pele não é razão para um ser humano ser abandonado sem mercê ao capricho de um algoz. Poderá ser que um dia se reconheça que o número de pernas, a vilosidade da pele ou a forma da extremidade do *os sacrum* são razões igualmente insuficientes para abandonar um ser sensível ao mesmo destino. Que outra coisa poderá determinar a fronteira do insuperável? Será a faculdade da razão, ou talvez a faculdade do discurso? Mas um cavalo ou cão adultos são incomparavelmente mais racionais e comunicativos do que uma criança com um dia ou uma semana ou mesmo um mês de idade. Suponhamos que eram de outra forma –

que diferença faria? A questão não é: Podem eles raciocinar? Nem: Podem eles falar? Mas: Podem eles sofrer? (BENTHAM apud SINGER, 2008:7).

Em 1975, ao publicar “Libertação Animal”, Peter Singer recorreu a Bentham para questionar a fronteira moral estabelecida entre os humanos e as demais espécies. Opondo-se a essa proposta, alguns filósofos argumentaram que, para ter direitos, seria preciso ser um sujeito autônomo, membro de uma comunidade, ter a capacidade de respeitar os direitos dos outros ou ter senso de justiça (SINGER, 2008:8). Todos esses questionamentos têm por base uma moralidade em que só os humanos são moralmente relevantes. Em resposta, o filósofo realiza uma crítica externa semelhante à de Bentham, demonstrando a semelhança entre a natureza injusta do ordenamento dos seres realizado pelo racismo, pelo sexismo e pelo especismo. Levantando-se contra o racismo e o sexismo, muitas pessoas tentaram provar que havia um problema na realização dos testes que estabeleciam os ordenamentos, pois nada pode ser inferido sobre capacidades morais ou intelectuais do fato de uma pessoa ser negra ou mulher. Esse tipo de debate, afirma Singer, não é adequado, pois abre brecha para outros preconceitos, como um que se baseie em questões “objetivas”, a exemplo do QI ou de pesquisas que apontem diferenças genéticas entre os grupos. Singer argumenta, portanto:

A igualdade é uma ideia moral, e não a afirmação de um facto. Não existe nenhuma razão obrigatória do ponto de vista lógico para uma diferença factual de capacidade entre duas pessoas justificar qualquer diferença na consideração que damos às suas necessidades e interesses (...) Como implicação desse princípio de igualdade, a nossa preocupação pelos outros e nossa prontidão em considerar os seus interesses não deverão depender do seu aspecto ou das capacidades que possuam (...) Mas o elemento básico – tomar em consideração os interesses do ser, sejam estes quais forem – deve, segundo o princípio da igualdade, ser ampliado a todos os seres, negros ou brancos, masculinos ou femininos, humanos ou não humanos (SINGER, 2006:5).

Nos termos de Boltanski & Thévenot (2006), a crítica de Singer se direciona não ao teste aplicado, e sim ao princípio que lhe serve de base. O *princípio da igualdade*, proposto por Singer, circunscreve-se aos seres sencientes pelo fato de que a capacidade de sentir é tomada como condição necessária e suficiente para a existência de interesses, a começar pelo interesse básico de não sofrer, compartilhado por todos os seres que possuem essa capacidade. O critério da senciência, proposto por Bentham e difundido por

Singer, é adotado pelas diferentes correntes da Defesa Animal e é em torno dele que surge o princípio da não exploração, norteador da moralidade vegana.¹⁰⁵

Visto que a exploração dos animais é uma atividade lucrativa que envolve o Estado, as empresas e os consumidores, a moralidade vegana responsabiliza o sistema econômico e a cultura antropocêntrica pelo sofrimento dos animais, apelando principalmente para uma tomada de posição por parte dos indivíduos. Para que o caráter moral da ação de escolher o que consumir se torne visível, as consequências dessas escolhas precisam ser expostas. Do ponto de vista da moralidade vegana, as principais consequências identificadas são a imposição de sofrimento e morte e, consequentemente, a privação desnecessária de prazer, integridade física e vida. Duas situações recentes foram aproveitadas pelo ativismo vegano para atacar os mecanismos de supressão da empatia pelas espécies “comestíveis”. A primeira delas aconteceu em setembro de 2015, quando uma carreta que levava 110 porcos para um frigorífico tombou na Avenida Rodoanel, em São Paulo. A partir de um telefonema inicial, uma rede de ativistas veganos formou-se em torno dos animais, que ficaram presos no caminhão durante 15 horas, passando por um segundo impacto numa tentativa frustrada de desvirar o veículo, feita pela Companhia de Concessões Rodoviárias (que administra a Rodoanel). Durante esse tempo, ativistas davam água na boca dos porcos, postavam-se junto a eles, em uma tentativa de confortá-los, mobilizavam-se para que não fossem dali para o abate e divulgavam tudo nas redes sociais (*Facebook, WhatsApp e Youtube*). Durante todo o dia, minha linha do tempo no facebook ficou cheia de fotografias que focavam nos olhos dos animais ou nas quais os ativistas e os porcos se olhavam nos olhos, em um gesto remetendo a carinho e confiança. No final do dia, os porcos sobreviventes foram cedidos pelo frigorífico e levados para um santuário e, em menos de 24h, o projeto de *crowdfunding* (financiamento através de doações) para viabilizar o tratamento e manutenção dos porcos resgatados em um santuário arrecadou R\$150 mil. Em matéria no dia posterior ao acidente, no Portal Vista-se, site de ativismo vegano, o editor da Agência de Notícias de Direito Animal, sublinhou que “muitas pessoas têm declarado que vão

¹⁰⁵ Mesmo que Regan (2006) proponha a vida psíquica como critério, na prática, os seres por ele abarcados são os mesmos seres sencientes, ou seja, mamíferos, aves e possivelmente peixes, aos quais é dado o benefício da dúvida. Indo além disso, algumas propostas de ambientalismo vegano defendem a ampliação da consideração moral para os insetos, mas essa perspectiva não anula a priorização dos sencientes, apenas condena a exclusão dos demais. Em todos os casos, o princípio de não prejudicar os outros seres tem como preocupação central evitar a imposição de sofrimento e morte desnecessários. Naturalmente, a noção de que seja necessário ou desnecessário é um ponto polêmico.

parar de consumir alimentos de origem animal para não contribuir mais com sofrimentos como esse” (CHAVES, 2015). A ação em torno dos porcos da Rodoanel gerou, a um só tempo, a afirmação da senciência¹⁰⁶ dos animais, a possibilidade de conexão emocional entre humanos e porcos, a visibilização do tratamento conferido aos animais “de produção” e a conexão entre o abate e o consumo. Um relato publicado em um blog vegano, intitulado O Holocausto Animal, resume as conexões traçadas nas publicações sobre o caso:

Era ainda o primeiro caminhão. Eu não sabia que mais três ainda chegariam ao santuário. Estávamos cuidando das primeiras porcas que desciam, apavoradas, gritando, sem saber que ali elas já estavam salvas. Eu e outros voluntários corríamos de um lado para o outro, enchendo garrafinhas de água e dando na boca delas. Elas bebiam desesperadas. Eu estava dando água para uma delas, saí para encher a garrafa novamente, e quando voltei para dar mais, ela já tinha partido. A ativista que estava do meu lado falou: “Querida, ela morreu”. Naquela hora eu desabei. Ela me abraçou forte e ficamos alguns minutos ali, chorando juntas e abraçadas. Quando nos soltamos, estávamos bem mais fortes. E cada uma seguiu seu caminho ali, cuidando de outras dezenas de animais que ainda poderiam ter salvação. Não era hora para amolecer, a gente precisava ser forte. E fomos.

Eu não tenho como voltar atrás e devolver a vida de cada bacon, calabresa, presunto ou salsicha que um dia eu comi. Mas não me recusarei a fazer o mínimo que eu puder pelos que ainda vivem nesse mundo, e aguardam desesperadamente pela nossa compaixão e misericórdia. Tudo o que eu puder, por menor que seja, eu sempre farei. Por eles e para eles, sempre.

Pouco mais de um mês depois, ocorreu em Bacarena (PA) o naufrágio de uma embarcação carregada com 5 mil bois, que chamou atenção no facebook, pela divulgação de vídeos em que os animais tentavam escapar do naufrágio. A notícia foi compartilhada na *fanpage* da Sociedade Vegetariana Brasileira com um chamado ao “Desafio 21 dias sem carne”, uma campanha que a entidade havia iniciado naquela mesma semana. Os

¹⁰⁶ O reconhecimento da senciência é a percepção de algumas espécies animais como dotadas de vida emocional e mental (sensibilidade e consciência), comumente referida como humanização. Em outra ocasião, procurei trabalhar com este termo, dada a sua recorrência nos estudos sobre relações com animais não humanos (LIMA, 2015). Posteriormente, porém, optei por tratar esse fenômeno como reconhecimento da senciência porque os conceitos de humanização e antropomorfização induzem o leitor a pensar que vida emocional e mental são de fato uma exclusividade humana. A crítica a essa visão já foi detalhadamente trabalhada por autores de diversas disciplinas, da etologia à filosofia, passando pela neurociência, de forma que, aqui, parece-me suficiente frisar que mamíferos e aves, por serem dotados de sistema nervoso central, possuem sensibilidade à dor, capacidade de formar laços afetivos, capacidade de diferenciar indivíduos (e agir de acordo) e sentem pelo menos emoções básicas, como medo, angústia, raiva, ansiedade e alegria (DARWIN, 2009; MASSON & MCCARTHY, 2001; SEARLE, 2006 e 2010). Por outro lado, é importante ressaltar que nem o reconhecimento dessas emoções nem as interpretações a respeito delas derivam da natureza dos animais, e sim de fatores sociais. Quando falo em afirmação de senciência, em vez de reconhecimento, refiro-me à ação dos ativistas, no sentido de incentivar esse reconhecimento em outras pessoas.

argumentos lançados no texto dirigem-se à afirmação da senciência dos animais de produção e à visibilidade do problema moral de consumir carne:

Esta semana, mais uma grande tragédia trouxe a todos os brasileiros uma oportunidade. A oportunidade de refletir sobre a crueldade extrema e em larga escala a que estamos submetendo os animais.
Há apenas pouco mais de um mês, a tragédia dos #PorcosDoRodoanel também nos convocou a despertar, expondo para a sociedade o sofrimento de **animais que são sencientes, inteligentes e merecem todo o nosso respeito - mas que são invisíveis aos olhos dos moradores das cidades brasileiras.**
Quantas tragédias mais serão necessárias para que as pessoas despertem? **Quantas imagens chocantes precisaremos ver nos noticiários para perceber que, na verdade, esses horrores nada mais são do que o suplício DIÁRIO de milhões de animais no Brasil e no mundo?**
Quando não morrem num acidente de carreta ou num naufrágio, **esses animais sofrem e morrem de maneira igualmente trágica, nas granjas de confinamento intensivo, no transporte torturante e nos matadouros.**
Você pode mudar isso. E pode começar hoje. **Encare o Desafio #21DiasSemCarne e não faça mais parte de nada disso** <3
www.desafio21diassemcarne.com #pelosanimais

Esses dois exemplos demonstram como a sensibilidade de empatia interespecie pode emergir a partir da desestabilização dos mecanismos de supressão da empatia. Tanto no caso dos porcos da Rodoanel quanto dos bois de Bacarena, a emergência de um problema moral envolveu a afirmação da senciência dos animais (e, portanto, preocupação moral com seu sofrimento e morte)¹⁰⁷, a identificação de responsáveis pelo problema (sistema econômico, empresas e consumidores) e a visibilização das consequências das ações morais (sofrimento e morte desnecessários de animais sencientes).

Ainda que ocorram de maneira esporádica, dificultada pela invisibilidade moral da violência especista contra animais “de produção”, episódios como esses demonstram que o choque da sensibilidade civilizada diante do sofrimento pode servir como elemento impulsionador para a sensibilidade de empatia interespecie. Assim, ao contrário do que propõe Bauman em relação ao Holocausto, gostaria de argumentar que a civilidade, no sentido proposto por Elias, favorece a expansão de uma condenação ao sofrimento e à morte. Um exemplo interessante para demonstrar essa conexão é a Declaração Universal dos Direitos Animais, proclamada em assembleia da Organização das Nações Unidas para

¹⁰⁷ É possível, ainda, identificar uma preocupação com a dignidade dos animais não humanos. Na moralidade vegana, por exemplo, esse tema está presente em proposições como a de que nenhum animal deve ser utilizado para fins humanos, mesmo que isso não implique em sofrimento, ou de que os membros de uma espécie, cujo habitat deixou de existir, não devem ser reproduzidos em cativeiro, pois seus descendentes não têm perspectiva de vida livre.

a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em janeiro de 1978. Alguns trechos desse documento, do qual o Brasil é signatário, merecem destaque:

- Art. 1º - Todos os animais nascem iguais e têm o direito à existência.
- Art. 2º -
 - a) Todo animal tem o direito de ser respeitado.
 - b) O homem, como uma espécie animal, não pode atribuir-se o direito de exterminar os outros animais ou de explorá-los, violando este direito. Ele deve usar sua consciência a serviço dos animais.
 - c) Todo animal tem o direito a consideração, bom tratamento e proteção por parte do homem.
- Art. 3º -
 - a) Nenhum animal deverá ser submetido a maus tratos ou ações cruéis
 - b) Se a morte de um animal for necessária, ela deve ser instantânea, sem medo ou dor.
- Art. 11 -
Toda ação que causa a morte desnecessária de um animal é um crime contra a vida.
- Art. 12 -
 - a) Todo ato que leva à morte de um grande número de animais selvagens, é um genocídio, ou seja, um crime contra a espécie.
 - b) Poluição e destruição levam à extinção de espécies
- Art 14 –
 - b) Os direitos animais devem ser defendidos por lei, assim como são os direitos humanos¹⁰⁸

Este documento indica que a ampliação da sensibilidade civilizada, apontada no capítulo 1, sedimentou-se a ponto de gerar um conjunto de regras que têm como ponto em comum a tentativa de reduzir a violência no trato com os animais não humanos. Já no preâmbulo, é feito o destaque de que os animais de que se fala no documento são os sencientes. Nessa declaração, não se faz menção a nenhuma das temáticas que surgem posteriormente como dilemas morais para a moralidade vegana e a moralidade de proteção, a exemplo do consumo de produtos de origem animal, da reificação de animais como mercadoria ou do uso instrumental de animais de estimação. Ainda assim, ela gerou um ambiente favorável à expansão da sensibilidade de empatia interespecie, preocupada não apenas com o sofrimento físico, mas com a vida mental e emocional reconhecida nos animais sencientes.

Mais que um objeto de preocupação, esse processo de civilização das relações com animais não humanos definiu também os responsáveis pelos dilemas morais que emergiram. Já na declaração de 1978, percebe-se que é sobre os seres dotados da capacidade de fazer escolhas morais que recai a responsabilidade pelo bem-estar de todos

¹⁰⁸ Tradução minha. Documento original disponível em:
http://jose.kersten.free.fr/aap/pages/uk/UDAR_uk.html

os outros seres. Os humanos devem “usar sua consciência a serviço dos animais” e garantir aos animais o direito de receber proteção e bom tratamento¹⁰⁹.

A relação entre civilidade e empatia é perceptível também nos vegetarianos/veganos e nas reações dos carnistas às cenas de sofrimento e abate de animais na indústria de alimentos. Se a moralidade estivesse efetivamente suplantada pela normalidade, como argumenta Bauman (1998), por que, além do choque e do pudor, haveria, nesses momentos, expressões de culpa? Mais ainda, se a civilidade se limitasse a evitar a violência irracional, o bem-estar dos animais “de criação” seria o suficiente para eliminar qualquer problema no consumo de produtos de origem animal, mas essa ideia é rapidamente descartada quando se observa o crescimento do número de vegetarianos e veganos justamente nos países ocidentais que adotam regras rígidas de bem-estar animal. Todos esses indícios levam à conclusão de que quanto maior a sensibilidade de evitação ao sofrimento e à morte, maior a possibilidade de crescimento da sensibilidade de empatia interespecie.

Para muitos indivíduos, a decisão de se tornar vegetariano ou vegano pode ser fruto de uma repulsa civilizada ao sofrimento e à morte de animais sencientes, sem que haja um argumento moral elaborado. Entretanto, como indica Joy (2014), a repulsa é uma emoção social que, nesse caso, indica a presença de empatia. Por muitos anos, minha justificação diante dos questionamentos sobre ser vegetariana resumiu-se a afirmar “descobri que não preciso matar para comer”, uma frase que expressava tão somente o desejo de me afastar de práticas que gerassem morte de animais não humanos, mas não colocava em questão o sofrimento gerado pela indústria de ovos e laticínios, por exemplo. Apenas a partir do momento em que comecei a travar contato com ativistas veganos, ler a respeito e assistir a vídeos sobre a indústria de alimentos, comecei a traçar conexões entre o vegetarianismo e uma crítica mais ampla a um sistema econômico erguido sobre a exploração de pessoas e animais. O que até então me parecia uma postura pessoal tomou, aos poucos, a forma de um conjunto de valores, normas e comportamentos automatizados, como escolher produtos a partir da leitura minuciosa da lista de ingredientes. Esse conjunto, relativamente estável de emoções, comportamentos e zonas de relevância, que denomino “moralidade vegana” é constituído e reforçado para cada indivíduo a partir da inserção em uma rede de contatos, potencializada por ferramentas

¹⁰⁹ Embora a noção de que os animais precisem da proteção humana seja alvo de debate entre os ativistas, é um consenso que, entre as criaturas do reino animal, o ser humano é o único dotado de responsabilidade moral em relação às outras espécies.

como Facebook e What'sApp. E é a partir dessas ferramentas de comunicação que os grupos de ativismo vegano procuram expandir seu alcance e atacar a invisibilidade moral que consideram ser responsável pela força do *carnismo*.

A emergência da sensibilidade de empatia e dos dilemas morais por ela apontados é mais provável quando os pacientes morais estão física e simbolicamente próximos, por isso os cães e gatos costumam ocupar posição de destaque nesse processo de tensionamento da comunidade moral. A dimensão tomada pela atual tendência de denúncia de maus tratos contra animais de estimação é um exemplo dessa preocupação e, na Região Metropolitana do Recife, essa problematização começou com as mobilizações contra a carrocinha, no final de 2008.

4.2.2. A mudança na política de controle populacional de cães e gatos

De acordo com o que foi abordado no capítulo 3, a persistente dicotomização entre animais especiais e perigosos e o fato de a carrocinha ter sido naturalizada por mais de três décadas, tornaram improvável o surgimento de questionamentos morais sobre a captura e morte de cães e gatos “de rua” nas décadas de 1980 e 1990.

Isso ocorria tanto pela ideia de que o extermínio fosse inevitável quanto pelo fato de que a sensibilidade moral hegemônica, naquele período, não identificava animais de estimação como sujeitos em uma relação moral, e sim como objetos. Como foi visto no capítulo 3, a mudança para a qual o Estado brasileiro parece estar caminhando tem sido justificada, nas casas legislativas, com o argumento central da ineficácia técnica do extermínio. Diante desse quadro, uma reflexão sobre a relação entre civilidade e moralidade pode contribuir para que se possa entender a emergência de sensibilidades morais distintas nesse processo, bem como as relações ambíguas entre diferentes ordenamentos morais inseridos nos debates sobre o manejo populacional de cães e gatos.

As condições de naturalização e legitimação da violência, estabelecidas na sustentação dos serviços de controle de zoonoses, têm sido fragilizadas na configuração que se formou a partir dos anos 2000. Em certos aspectos, esse efeito foi gerado por ações planejadas pelos movimentos de proteção, mas, de maneira geral, essa configuração envolve um conjunto de elementos muito mais amplos que o ativismo e, na verdade, apresenta-se como condição na qual esse ativismo passou a crescer.

Nos anos 1990, já havia uma preocupação considerável em proteger a sensibilidade da população nas ações de captura e morte. O regramento das técnicas de

captura, transporte e eutanásia a serem utilizadas estabelecia distinções em relação à captura e morte a pauladas, realizada nas primeiras tentativas de controle populacional de cães e gatos. Na Europa do início da Modernidade, que começava a se urbanizar, esse serviço não requeria treinamento e poderia ser realizado por qualquer pessoa, cujo pagamento comumente era calculado a partir do número de animais mortos (BABBONI & MODOLO, 2011; VELOSO, 2008). Quando os Centros de Controle de Zoonoses foram criados no Brasil, já na década de 1970, o serviço de captura e morte de cães errantes foi atribuído a funcionários públicos, que deveriam ser treinados para realizá-lo de forma a garantir a própria segurança, a salubridade pública e, ainda, buscar a redução do sofrimento dos animais capturados.

Embora tenha ouvido histórias sobre a carrocinha desde a infância, eu vi um veículo desses, pela primeira vez, em 2010. As rondas dos Agentes de Controle deveriam ser realizadas de forma discreta e, na leitura dos protetores de animais, isso permitia que as pessoas que ligavam solicitando o recolhimento de cães e/ou gatos não precisassem se preocupar com o que aconteceria a seguir. Assim, até o ano de 2010, quando a captura e morte de animais errantes foi abolida em Pernambuco, uma das preocupações dos membros do Adote um Vira-Lata era com as solicitações feitas, por membros da UFPE, para que o CVA recolhesse animais no campus. Ao confrontar alguém que realizasse tal chamado ou demonstrasse apoio à ideia, uma das estratégias utilizadas era desafiar a pessoa a assistir à captura e morte dos animais. Entrei no projeto, em 2009 e lembro da coordenadora do Adote, Ariene, fazendo afirmações como “é muito confortável telefonar para a carrocinha e fingir que não aconteceu nada”. Nós nunca tínhamos assistido a essas ações, mas as descrições a respeito e o fato de que os animais seriam mortos já eram suficientes para nos causar indignação.

O desenvolvimento dessa preocupação moral com uma situação que não estava diretamente visível foi estimulado pelo movimento “Recife Contra a Carrocinha”, cujo blog fornece uma peça interessante para análise. Na postagem inaugural, que convoca a população a se mobilizar, é feita uma descrição de como funcionava a carrocinha, descortinando os procedimentos realizados longe dos olhos, apelando para a sensibilidade civilizada de condenação à violência. Em seguida, a normalidade da técnica é questionada com uma referência à diretriz da OMS, oferecendo o respaldo técnico à demanda, defendida pelo movimento, de substituição do método por “controle da natalidade através da esterilização, campanha de conscientização para a guarda responsável dos animais e outras medidas”. Ressaltando a ambiguidade das relações travadas com cães e gatos em

Recife, o texto é encerrado com a afirmação da senciência das vítimas, estabelecendo uma conexão entre os animais anônimos, mortos no CVA, e aqueles com os quais o público potencialmente estabelece relações afetivas:

Centenas de cães e gatos, doentes ou não, são mortos toda semana no Centro de Vigilância Ambiental de Recife. Centenas de animais sencientes (sensíveis à dor e ao sofrimento), inocentes e, ainda, chamados “os melhores amigos do homem”. **Nenhuma diferença existe entre o cão, de rua e sem raça definida, que é executado no CVA, e o amado e bem cuidado cão de estimação seu ou da sua prima.**

Aquele cachorro ou gato que você vê todo dia na sua calçada, no caminho ao trabalho ou no seu local de estudo; aquele cachorro ou gato que vem brincar com você e que vem lhe pedir comida ou apenas um pouco de carinho; aquele animal, ser vivo senciente e emotivo como você, que percebe e sofre o frio, a dor e a fome como você. Aquele cão, meus caros, livre e feliz, que mora em Casa Amarela, em Boa Viagem, no Engenho do Meio ou no Ibura... Esse animal pode ser capturado, maltratado e executado ainda essa semana. E continuará a poder sofrer tais abusos enquanto persistir o sistema da nossa perversa Carrocinha.

Não há argumentos que sustentem a existência da Carrocinha, a não ser a ignorância, o tradicionalismo e a indiferença dos nossos governantes. Junte-se a nós nessa luta. Mobilizemos o Recife contra a Carrocinha. (ADA - ATIVISTAS PELOS DIREITOS DOS ANIMAIS, 2010)

É perceptível, neste texto, o apelo à sensibilidade civilizada que impôs procedimentos humanitários e, de forma não planejada, estimulou o questionamento à própria necessidade da morte e à possibilidade de haver extermínio, de fato, humanitário. Diante dessas indicações, parece claro que, ao contrário do que avalia Digard (1992, 1998), a sensibilidade civilizada joga um papel fundamental no processo em curso, pois faz parte da construção da sensibilidade de simpatia interespecie e continua impulsionando sua expansão. O aumento dos patamares da sensibilidade civilizada, portanto, compõem a configuração em que se torna possível a emergência de questionamentos voltados não apenas à proteção da sensibilidade humana, mas também a uma percepção dos cães e gatos como seres moralmente relevantes.

Entre os vários cursos tomados pelo processo aqui identificado, interessa-me analisar com mais detalhes o crescimento da moralidade de proteção e sua conexão com duas tendências atualmente em destaque: a proibição da política de extermínio de cães e gatos e os movimentos que reivindicam penas mais severas para crimes de maus tratos contra animais.

4.2.3. A condenação à captura e morte e a composição de um cenário de mudança no Brasil.

Em contraposição às práticas de sacrifício de animais em situação de rua, vários projetos de lei brasileiros defendem a esterilização para o controle populacional de cães e gatos. Em 2003, o deputado Affonso Camargo (PSDB) propôs, na Câmara dos Deputados, o PL 1.376/2003, o primeiro projeto de lei visando ao estabelecimento da esterilização como única forma legítima de realizar o controle populacional de cães e gatos, no Brasil, ao invés do sacrifício de animais recolhidos, nas ruas, pelos CVA e CCZ. O projeto passou pela Câmara, foi enviado em dezembro de 2004 para o Senado e apenas em agosto de 2010 foi remetido de volta para a Câmara, com a proposição de algumas emendas. A aprovação pelo Senado foi comemorada por protetores e divulgada na mídia como vitória (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2010). Cinco anos depois, no entanto, o PL ainda não foi votado no plenário da Câmara dos Deputados. Entre 2009 e 2013, o Congresso Nacional recebeu outros cinco Projetos de Lei sobre controle populacional de cães e gatos, mas todos foram reunidos (apensados) ao projeto de criação do Código Federal de Bem-Estar Animal (PL 215/2007). Como a discussão do código dependia da criação e constituição de Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei, todas as 24 matérias a ela apensadas continuavam paradas em agosto de 2015.

Ainda que arquivados ou deixados de lado por vários anos, os Projetos de Lei apresentados no Congresso Nacional indicam a formação de centros de pressão suficientes para gerarem uma demanda não apenas por normas municipais e estaduais, como também por uma legislação federal de proteção e defesa animal.

Toda essa movimentação, ressalte-se, foi possibilitada a partir da publicação de um relatório da Organização Mundial da Saúde a respeito dos estudos de ecologia canina no controle da raiva, no qual se conclui que a captura e morte não é um método eficaz de controle populacional (WHO, 1988). Pouco depois, em 1992, o Comitê de Especialistas em Raiva da OMS publicou um relatório detalhado em que essa conclusão foi divulgada, tendo sido publicada no Brasil sete anos depois (OMS, 1999). A partir daí os grupos de proteção animal ganharam um argumento técnico para se opor ao extermínio de animais recolhidos pelas carrocinhas. Embora a motivação dos militantes seja majoritariamente ética, todos os materiais produzidos, inclusive os projetos de lei, destacam o argumento técnico da eficácia na promoção da saúde pública, capaz de ganhar respaldo por parte de setores mais amplos da sociedade. Adicionalmente, passou-se a argumentar que as ações de extermínio por parte do Estado seriam um estímulo à irresponsabilidade por parte dos tutores (SANTANA & OLIVEIRA, 2006, LIMA & SILVA NETTO, 2010).

As primeiras mudanças legislativas em relação ao manejo populacional de cães e gatos foram efetivadas, no Brasil, a partir dos anos 2000, partindo das cidades mais populosas e desenvolvidas, especialmente capitais como Rio de Janeiro (2004) e Curitiba (2005). Posteriormente, a captura e morte foi abolida nos estados de São Paulo (2008) Rio Grande do Sul (2009), Pernambuco (2010), Rio de Janeiro (2013), cujas capitais são metrópoles com superpopulação de cães e gatos e, conseqüentemente enfrentam maiores dificuldades para realizarem a apreensão de animais errantes (e menor sua eficácia). Vale, ainda ressaltar que a maioria dos movimentos de pressão da sociedade civil surgem nas grandes cidades e os grupos de proteção animal não fogem a essa regra. Nesse sentido, mais uma vez, repete-se o perfil que Elias identifica como protagonista dos impulsos civilizadores: uma parcela da população intelectualizada, de situação socioeconômica favorável e residente nos grandes centros urbanos.

Hoje, o método de captura e morte continua sendo utilizado em muitas cidades, mas já não é alvo frequente de comentários jocosos sobre “cachorros que viram sabão” e a sua realização é cercada de protestos e denúncias. A imagem da carrocinha passou a ser associada à crueldade contra os animais, por isso a utilização dos veículos para ações de esterilização e adoção muitas vezes é vista com desconfiança.

Na composição desse cenário de mudança, é perceptível a conexão apontada por Elias (1993, 1994b) entre psicogênese e sociogênese. No que se refere à estrutura de personalidade dos indivíduos inseridos nessa tendência, a psicogênese aqui identificada é o surgimento da *moralidade de proteção* e da *moralidade de patentesco* nas quais os animais de estimação tornam-se sujeitos afetiva e moralmente relevantes. A sociogênese, por sua vez, tem levado a um crescimento da regulação externa de nossas relações com os animais não-humanos, ao desenvolvimento de um código de conduta mais regrado, aumento no nível de cobrança aos tutores e reivindicação por leis que beneficiem essas espécies.

4.2.4. Contenção da violência contra animais não humanos e a persistência das dicotomias

A proteção à sensibilidade civilizada é o essencial nas mudanças jurídicas até aqui ocorridas, por isso, no caso dos animais de produção, a legislação se limita a conter algumas práticas - e o faz apenas quando surgem expressões numerosas de choque por parte da população. Exemplo disso foi a recente proibição de testes cosméticos em

animais nos estado de São Paulo, em janeiro de 2014, e na cidade de Porto Alegre, em setembro de 2015. As respectivas leis, assim como o projeto em tramitação no Congresso Nacional, foram aprovadas após a repercussão causada pela invasão do Instituto Royal, em São Roque (SP), que gerou visibilização dos procedimentos realizados nos laboratórios e das alternativas disponíveis, além de fortes reações emocionais do público às imagens de cães machucados e das pequenas instalações em que eram mantidos. Por outro lado, a exposição rotineira dos animais utilizados na indústria de alimentos não gera condenação por maus tratos e a ideia de proibir a criação e o abate desses animais é tomada como impropério, pois implicações econômicas dessas atividades são muito mais expressivas.

Além das dificuldades geradas por uma estrutura econômica assentada na exploração de animais não humanos, o ativismo vegano enfrenta a dificuldade de engajar uma população emocionalmente desconectada dessas espécies, conforme abordado por Joy. Assim, mesmo para que coelhos e camundongos fossem libertos dos testes de cosméticos, foi necessário que houvesse uma comoção em torno dos cães de raça *beagle* utilizados com o mesmo objetivo – ainda que os testes realizados nas outras duas espécies sejam ainda mais agressivos e o número de camundongos e coelhos utilizados seja muito mais expressivo que o número de cães¹¹⁰.

O desenvolvimento de uma sensibilidade de empatia interespecie, que privilegia as espécies de estimação, esteve na base também da primeira onda de movimento antivivisseccionista e de combate aos maus tratos, que teve lugar na área urbana da Inglaterra do século XIX. De acordo com o relato autobiográfico da ativista Frances Cobbe, citado por Carvalho & Waizbort (2012), o pontapé inicial para sua primeira publicação contra os abusos da vivisseccção foram denúncias de crueldades cometidas em uma escola veterinária contra cavalos que, na Inglaterra, são considerados animais de estimação. Nos escritos dessa líder do movimento antivivisseccionista, nenhuma especial atenção foi direcionada a sapos, aves e mesmo mamíferos, como coelhos e preás. Enquanto isso, cães, macacos e gatos, que gozavam do status de “animais sensíveis”, eram referidos frequentemente nos manifestos. Nos periódicos do movimento, contribuíam para a criação de um clima receptivo a utilização de narrativas sentimentais e anedotas de “mitologização” das mascotes de família, que circulavam na Inglaterra Vitoriana, na forma de relatos orais, pinturas, poemas e narrativas – inclusive histórias

¹¹⁰ Para outras informações sobre os testes padrão utilizados nas indústrias de cosméticos, produtos de limpeza e medicamentos, ver Francione (2013).

contadas, na primeira pessoa, do ponto de vista dos animais (CARVALHO & WAIZBORT, 2012).

A cruzada moral antiviviseccionista não alcançou seus objetivos na Inglaterra Vitoriana, mas foi reeditada na Europa do século XXI e, em 2012, gerou uma ação que serviu como inspiração àquela realizada no Instituto Royal, no Brasil. Nesta manifestação, cerca de mil ativistas marcharam até o criadouro *Green Hill*, que fornecia animais para testes em laboratórios de todo o mundo, invadiram o local e resgataram 40 cães da raça beagle. O caso (e as prisões realizadas na ocasião) gerou manifestações de rua, abaixo assinados e, por fim, investigação policial das instalações do *Green Hill*, em que 2.500 cães foram apreendidos e posteriormente encaminhados para adoção (BARRETO et al, 2014). Nessa segunda onda de cruzada moral antiviviseccionista, os ativistas estavam munidos não apenas do reconhecimento moral das vítimas, como também de questionamentos técnicos à legitimidade/normalidade da prática, posto que propunham métodos substitutivos aos testes com animais e dispunham de um arcabouço científico para fazê-lo. A partir daí, a questão que se coloca, de acordo com os ativistas, não é escolher entre a ciência e os animais, e sim entre uma forma tradicional e ineficaz de produzir conhecimento e uma forma ética e eficaz de fazê-lo. Para embasar esse argumento, citam dados sobre o desperdício de dinheiro e trabalho envolvido nos testes em animais, dos quais menos de 10% resultam efetivamente em medicamentos válidos para os humanos (FRANCIONE, 2013). Em apresentação no V Congresso Vegetariano Brasileiro, realizado em setembro de 2015, em Recife, o neurocientista Phillip Low destacou justamente esse argumento¹¹¹. “100 milhões de animais são mortos por ano e 40 bilhões de dólares são gastos em pesquisas usando animais”, destacou o cientista, que, em seguida, passou a apresentar as potencialidades de suas pesquisas, realizadas “sem derramar nenhuma gota de sangue”. O exemplo da nova cruzada moral antiviviseccionista, que começa a gerar frutos no Brasil, ajuda a perceber como os movimentos que têm alcançado algum sucesso são aqueles que atacam, em conjunto, a invisibilidade do sistema de exploração aos animais (e as questões morais decorrentes), a normalização da violência e a reificação dos animais a ela expostos.

¹¹¹ Low fez parte do grupo de neurocientistas que publicaram a Declaração de Cambridge sobre a consciência dos animais vertebrados, divulgada em julho de 2012 (LOW et al, 2012). Embora afirme ser um cientista, e não um militante, Low tem sido convidado a participar de conferências de ativistas devido à importância conferida à declaração e ao fato de que, após a conclusão das pesquisas, o neurocientista ter afirmado na mídia que se tornaria vegano (àquela época, Low já era vegetariano).

Apesar da visibilização promovida pelo ativismo vegano, a comoção diante do sofrimento dos animais “comestíveis” tem seus efeitos limitados pela persistente reificação dessas espécies, que contribui para que o seu uso instrumental seja considerado normal (ainda que haja condenação à violência “desnecessária”). A dificuldade de engajar a população na defesa de outras espécies que não as de estimação é fonte de frustração para muitos ativistas veganos, que, situados em um ordenamento moral no qual as espécies mais relevantes são as mais exploradas, tendem a considerar incoerente ou mesmo hipócrita a militância focada na defesa de cães e gatos – especialmente quando os protetores de animais são *carnistas*. De fato, a dicotomização entre animais de estimação e animais “de produção” é persistente mesmo entre protetores de animais, mas, desde que comecei a atuar nesse meio, em 2009, mudanças importantes aconteceram, como a preocupação em servir alimentos veganos nos eventos da proteção animal, realização de protestos em conjunto e presença de grupos de proteção animal nas ações e eventos promovidos pelos grupos veganos. Ainda assim, é expressivo o número de militantes da proteção animal que consomem produtos de origem animal, sem restrições.

Mais ainda, é perceptível que as mobilizações em defesa de cães e gatos conquistam simpatia com relativa facilidade, tanto pela proximidade física e afetiva em que essas espécies (especialmente a canina) convivem nas áreas urbanas, quanto pelo fato de que as campanhas da proteção animal não atingem a identidade das pessoas externas ao movimento de forma tão profunda quanto as campanhas da militância vegana¹¹².

Para que se entenda a persistência dessa dicotomização, é cabível destacar a tendência de individualizar os grupos conhecidos e tratar os desconhecidos como coletivos homogêneos, desprovidos de características individuais. Essa tendência faz com que cães e gatos, que partilham de um convívio próximo aos humanos (mesmo quando assumidos como propriedade), sejam passíveis de individualização na vida cotidiana, ao contrário do que ocorre com as espécies distanciadas, pensadas sempre como coletivos. Esse distanciamento pode ocorrer por fatores físicos, como no caso dos animais “de produção” e por fatores simbólicos, como no caso de várias espécies sinantrópicas (pombos, ratos, baratas, etc). Dada a importância do mecanismo de desindividualização

¹¹² O único elemento condenado pela proteção animal que atinge uma quantidade grande de pessoas com quem os militantes interagem é a prática de compra e venda de animais de estimação, apontada como imoral. Ainda assim, dado o fato de que a maioria das pessoas compra poucos animais ao longo da vida, poucas pessoas se sentem responsáveis pela reificação de cães e gatos como mercadoria. Essa condenação só costuma gerar um abalo realmente forte quando o indivíduo em questão é vegano, pois, nesse caso, a ação é entendida como contradição grave com o valor de não exploração aos animais.

e objetificação no processo de reificação dos animais “comestíveis”, é possível propor que talvez o vegetarianismo crescesse ainda mais se os criadouros (não apenas os matadouros) tivessem paredes de vidro.

Cães e gatos encontram-se em uma posição que dificulta sua reificação porque, além de serem domésticos, partilham de um convívio próximo, sendo frequentemente individualizados. Essas condições são especialmente fortes no ambiente urbano, em que os animais assumem uma função de companhia passam a dividir os ambientes internos da casa e a serem observados em suas características estéticas e comportamentais.

Outro elemento que impulsiona a proteção a cães e gatos, tanto por parte da população quanto pelas instituições do Estado, é a crença de que uma convivência pacífica com os animais de estimação é um indicador de civilidade e uma forma de despertar nos indivíduos valores positivos como compaixão e responsabilidade (OLIVEIRA, 2006). Essa associação torna compreensível por que os dois casos de agressão de maior repercussão nos últimos anos tenham sido justamente aqueles que vitimaram cães de pequeno porte e foram realizados na presença (ou com a participação) de crianças pequenas¹¹³.

O primeiro desses casos aconteceu em Formosa (GO), onde, em dezembro de 2011, uma enfermeira foi filmada por um vizinho enquanto espancava sua cadela *yorkshire*, na área de serviço do apartamento em que morava. A agressão foi realizada como forma de repreender a cadela por ter urinado e defecado do apartamento durante a ausência da família e resultou na morte do animal, dois dias depois. O vídeo, feito por um vizinho, foi usado para denunciar o caso à polícia e publicado no site *youtube*, gerando uma repercussão forte nas redes sociais e na mídia impressa e televisiva. As imagens da cadela Lana foi estampada em noticiários impressos e digitais de todo o país e o “caso yorkshire” tornou-se o estopim para a criação, em São Paulo, de um movimento nacional pelo aumento da pena contra maus tratos a animais, com um dia de passeata em várias cidades do país (5/05/2012). Em menos de um mês (21/05), o abaixo-assinado organizado pelo movimento foi entregue à comissão de juristas do Senado Nacional com 160.000

¹¹³ É importante lembrar que outros vídeos de agressão foram divulgados nesse período. Em agosto de 2014, uma adolescente filmou e mandou par aos amigos um vídeo em que jogou a gata da mãe pela janela do 14º andar do apartamento em que moravam, em Diadema (SP); em fevereiro de 2015 uma mulher escondeu uma dentro do apartamento e flagou seus dois buldogues sendo agredidos pelo noivo, no Rio de Janeiro (RJ); em junho de 2015, um rapaz foi filmado pela câmera de segurança do elevador agredindo um cão *pug* em Recife (PE). Embora tenham sido repercutidos na mídia, nenhum desses casos ganhou tanto espaço (e acompanhamento posterior) quanto as agressões realizadas por mulheres na presença dos filhos.

assinaturas, coletadas presencialmente e também via internet. A petição virtual continuou aberta para assinaturas e, em julho de 2013, contava com 213.626 assinaturas.

Em maio de 2013, um caso semelhante ocorreu em Porto Alegre (RS). Uma mulher foi filmada na varanda de seu apartamento chutando seu cachorro filhote (um poodle com aproximadamente um mês e meio), falando que não gostava de animais. Em um determinado momento, diz ao filho de três anos de idade que “todos os cachorros, todo os bichos que tu vê na rua a gente não trata bem. A gente vai e bate, escutou?” No vídeo, filmado por um vizinho, a criança pega o animal no colo para sacudir no chão e dá vários chutes no cachorro, às vezes sozinho e às vezes acompanhado pela mãe, que também disfarça golpes. Quando fica desacordado, o animal é levado para dentro do apartamento. O cão foi resgatado pelo sub-síndico do condomínio e sobreviveu. Similarmente ao caso anterior, a gravação foi usada em denúncia na polícia e na mídia e reacendeu o debate sobre o aumento da pena contra maus tratos e a ineficácia da justiça. Impacientes com a demora de um julgamento e descrentes na punição pelo judiciário, pessoas revoltadas com esses e outros casos semelhantes passaram a divulgar no facebook fotos de autores de agressões (e também de abandonos), acompanhadas de mensagens como “marque esse rosto”.

Em outra ocasião (LIMA, 2016), realizei a análise de comentários feitos pelos internautas em uma das publicações mais repercutidas sobre a agressão ao poodle e pude perceber que a falta de autocontrole das agressoras era percebida como ameaça não apenas para os animais, como para os filhos e as pessoas em geral. Mais ainda, imagina-se que a criança, carente de uma socialização que imponha o autocontrole, está em vias de se tornar um adulto capaz de agredir ou matar qualquer pessoa, inclusive a própria mãe. A preocupação com o caso, portanto, em muito extrapola o cuidado com a espécie canina:

E.H. (mulher): Infeliz ,se tivesse justiça tu deveria perder a guarda do teu filho , pois **se não tem equilíbrio para cuidar de um animalzinho como pode educar uma criança** que amor pode dar? eu não tenho adjetivos para esta coisa

M.A. (mulher): Além de justiça ela deveria perder a guarda dos menores pois quem garante que ela só ensinava a maltratar animais,e que também não praticava com as crianças????!!Fica a pergunta!Perguntou eu num caso deste como se posiciona o conselho tutelar?Pois que eu saiba os pais tem o dever de ensinar o respeito ,amor e carinho a todos os seres vivos e pelo visto não é isso que ela ensina,além do + **não acredita que ela seja capaz de cuidar de algo que tenha vida**. Quero lembrar que nos EUA um menino de 12 anos matou a própria irmã de 4 ou 6 anos.Alguém em sã consciência acho que isso aí tem condições de cuidar de algo com vida?????!!

Se os animais de estimação penetram na convivência familiar e passam a ser considerados moralmente relevantes, uma mãe que não ensine a respeitar e amar os animais de estimação torna-se, no discurso dos internautas que comentam o caso, incapaz de ensinar valores morais fundamentais e respeito e amor ao próximo. Assim, a categoria “mãe ruim” foi a mais recorrente entre os comentários que classificaram a agressora de alguma maneira, enquanto o filho foi classificado com maior frequência como “futuro criminoso”¹¹⁴.

R.S. (mulher): Essa desgraçada está ensinando uma criança a espancar um animal !! Que futuro infeliz terá esse menino??? Ela estará **produzindo mais um MARGINAL para a nossa sociedade !!!!**

R.T. (homem): Não curti o incidente. Mas, ao menos nesse caso, houve um final feliz para o animal. **No caso da "mãe" (vale chamar assim?)** agressora não acredito em punição ou qualquer indiciamento. O que eu sugeriria seria o questionamento se ela pode permanecer com a tutela dos filhos, visto que **notoriamente não tem condições de educar.**

F.C. (mulher): Cade o amor? tá faltando..como pode maltratar um filhote de Poodle assim? ele não sabe nem porque esta sendo maltratado e você induzindo seu filho a machucar o cachorro .. não tem juízo não mulher? Você precisa realmente de ser presa depois dessa.. e ser lesada por mau tratos aos animais e presa.. **imagina quando seu filho for mais velho?! Amor ao proximo.. o que falta isso..** indignada com uma coisa dessas.. sinceramente!!

A classificação do ato como covardia opera uma confluência com uma ordem de discurso antes reservada a agressões contra pessoas vulneráveis, como bebês, crianças, idosos e portadores de deficiência. O ponto a partir do qual essa aproximação é realizada é a caracterização da vítima como indefesa (fisicamente incapaz de se defender do agressor) e inocente (incapaz de compreender o motivo da agressão). É interessante perceber como, nessas falas, a caracterização da vítima costuma ser feita no diminutivo (cãozinho, animalzinho, bichinho, bebê, filhote, animal indefeso, animal inocente, anjinho de 4 patas). Isso não significa, em absoluto, que animais de estimação estejam se tornando equiparáveis às crianças na classificação dos seres, mas que os animais não-humanos começam a ser percebidos como sensíveis e dignos de proteção contra

¹¹⁴ Dos 437 comentários analisados, 143 classificaram a agressora com algum tipo de ser e a mais recorrente dessas classificações foi a de mãe ruim (58 comentários). Apareceram ainda: monstro/demônio (36), animal (21), ser inclassificável (20), ser não comparável a um animal (16), desumana/não é gente (15), pessoa mal amada ou traumatizada (10), doente mental (9) e pessoa sem doença mental (4). Entre os 52 comentários que classificam a criança, aparecem as categorias futuro criminoso (24), monstro (18), personalidade em formação (17) e vítima da mãe (11). Outro ponto interessante nas falas que classificam a autora do crime é a dificuldade de enquadrá-la em alguma categoria. Assim, 15 afirmaram que ela não poderia ser chamada de ser humano, 16 apontaram que nomeá-la como animal seria injusta com os animais, 36 a classificaram como monstro, demônio, bruxa e outras 35 usaram termos como “lixo”, “coisa”, “não é gente”, “desumana” ou afirmam não saber como nomeá-la.

sofrimentos desnecessários. Por outro lado, o significado do conceito de sofrimento desnecessário, assim como do conceito de maus tratos, é alvo de uma disputa que parece longe de chegar a um acordo. Basta citar os debates sobre formas adequadas de educar o animal, castração, adestramento e procedimentos estéticos como corte de caudas e orelhas, utilização de roupas e chapéus e pintura de unhas.

De acordo com Serpell & Paull (2003), a coibição aos maus tratos e o estímulo à compaixão pelos animais são apresentados como estímulos para uma educação humanitária desde a Antiguidade grega, mas tornou-se uma espécie de dogma a partir do século XIX. Essa perspectiva pode ser percebida nas condenações judiciais a maus tratos contra animais “sem proprietário”, que constituem uma novidade no Brasil e têm sido justificadas com o argumento de que certos atos de crueldade geram “dano à coletividade”, ou seja, ferem os valores e interesses de um grupo ou sociedade. Uma decisão judicial de grande repercussão nesse sentido ocorreu em 2010, com a condenação, por danos morais à coletividade, aos acusados pela morte de Preta, uma cadela que vivia nas ruas de Pelotas (RS) e estava prenha, quando foi amarrada no para-choque de um automóvel e arrastada até a morte. No texto da sentença, a avaliação do desembargador sobre o tipo de dano causado pela morte da cadela aponta para a tentativa de preservar a sensibilidade da população, atingida pelo sofrimento das espécies que partilham de convívio próximo e afetuoso (excluindo, portanto, as espécies “de produção”)

Para o relator, Desembargador Arminio José Abreu Lima da Rosa, **os valores atingidos pela conduta do réu dizem respeito a um mínimo de padrão civilizatório, onde se inclui o respeito à vida, inclusive quanto a animais próximos às criaturas humanas**, não se podendo aceitar infligir-se a eles tratamento cruel. Salientou que a exibição pública da desintegração da cadela, apenas por diversão, foi o que chocou a comunidade. Destacou que o animal era figura conhecida da população local, porém, mesmo que assim não fosse, **a violência dos fatos ofende aos sentimentos de compaixão e de piedade** (...) Na avaliação do Desembargador Arminio, estão presentes três dos requisitos que configuram o dano moral coletivo (agressão de conteúdo significativo, sentimento de repulsa da coletividade e fato danoso irreversível ou de difícil reparação). **Enfatizou que quando o apelado fala em ter de se mudar de Pelotas, ou não poder mais frequentar a faculdade, está trazendo ao processo talvez a mais indicativa manifestação do dano extrapatrimonial coletivo: a expressiva agressão ao patrimônio coletivo e o consequente sentimento de repulsa** (QUADROS, 2010).

Desfecho semelhante teve o “caso *yorkshire*”, cuja sentença foi noticiada na mídia e bastante comemorada nas redes sociais. Assim como no caso da cadela Preta, a sentença destaca a revolta causada na população. A gravidade, portanto, não é atribuída ao ato, e sim às emoções por ele despertadas nas pessoas.

A Justiça condenou a enfermeira Camila Correia, que agrediu e matou uma cadela da raça yorkshire em Formosa, em novembro de 2011, a pagar R\$ 20 mil de indenização por danos morais coletivos (...) Responsável pela decisão, a juíza Marina Cardoso Buchdid, da 2ª Vara Cível, das Fazendas Públicas e de Registros Públicos de Formosa, no Entorno do Distrito Federal, defende que **as imagens provocaram comoção nacional e indignação generalizada. “O que reflete os sentimentos de tristeza e incredulidade com o comportamento da raça humana que dominaram a população brasileira”**, destacou na sentença (G1, 2015).

As condenações são notáveis por criarem jurisprudência para situações futuras e reforçar as reivindicações por penalização para os maus tratos, mas a repercussão mais relevante desses casos ocorreu antes mesmo das sentenças, especialmente no “caso *yorkshire*”. A repercussão nacional e a consternação demonstrada pelo público serviram como estímulo para a realização de novas denúncias e para um despertar de interesse da mídia pelo tema, que passou a ser noticiado com frequência.

Em Pernambuco, o caso *yorkshire* foi a manchete principal na capa do Diário de Pernambuco com o título “O país unido contra a violência aos animais”. Lado a lado, uma foto da agressão ao *yorkshire* trazia a legenda “Nada vai acontecer, diz Camila”, enquanto uma foto de outra cadela trazia a legenda “O drama que parou o shopping”. Assim, no mesmo dia em que o país acompanhava o caso ocorrido no Rio Grande do Sul, a imprensa local, pela primeira vez no ano, noticiava um caso local de maus tratos contra animais de estimação, sobre uma cadela deixada, pelos “donos”, em um carro fechado, no estacionamento do Shopping Recife. Enquanto isso, no Jornal do Commercio, o caso *yorkshire* teve chamada de capa sem foto, com a manchete “Tortura e morte de cãozinho causa comoção”. A matéria, que ocupou menos espaço que a do outro jornal, assumiu tom brando com o título “Mulher acusada de espancar cachorro” e, no caderno Cidades, apenas uma nota sem foto sobre o caso da cadela trancada no carro.

Ainda no Diário de Pernambuco, a chamada para assistir aos vídeos na internet recebeu o título “Quem é o animal irracional?”, seguindo a lógica dos comentários de internautas, que contrastam humanidade e violência. Já no caderno Radar, em que a notícia ganhou página inteira com duas matérias vinculadas, a manchete principal era “Um país contra uma enfermeira”. Por fim, a notícia local, no interior do caderno Vida Urbana, trazia uma entrevista incentivando a população a denunciar casos de maus tratos, exemplificados como “deixar o animal permanentemente na coleira, sem água nem comida, abandoná-lo, espancá-lo, envenená-lo ou deixá-lo sem ventilação ou luz solar. Negar assistência veterinária ao animal doente ou ferido ou captar (sic) animais

silvestres”. No dia seguinte, o conjunto de charges “Semana da Palmada”, publicado no Diário de Pernambuco sugere que, enquanto a justiça passa a proteger crianças das palmadas (com a Lei Menino Bernardo), a sociedade passa a proteger os cães:

Figura 1 - Charge da Série “Semana da Palmada”. Diário de Pernambuco, 2011



Fonte: Jornal Diário de Pernambuco, versão impressa, 18 de dezembro de 2011.

Nos três meses seguintes (31 edições de final de semana, de 24 de dezembro de 2011 a 31 de março de 2012), o tema “maus tratos contra animais de estimação” apareceu sete vezes no Diário de Pernambuco e sete vezes no Jornal do Commercio, incluindo capa

com foto em ambos, no dia de manifestação do Movimento Crueldade Nunca Mais. Até então, durante todo o ano de 2011, nenhuma referência a maus tratos contra cães e gatos havia sido feito no Jornal do Commercio e, no Diário de Pernambuco, apenas três menções, todas na ocasião da edição local do Dia Mundial Contra a Crueldade, que teve ato no Parque da Jaqueira, em outubro daquele ano.

Além da mídia, as redes sociais também passaram a ser utilizadas para denunciar e buscar soluções para casos de maus tratos, tornando-se recorrente que os grupos de adoção do facebook recebessem publicações pedindo ajuda para intervir em casos de agressão, confinamento ou negligência contra cães ou gatos. Estimulados pela possibilidade de intervenção de protetores de animais, do Estado ou da própria mídia (entendida como instrumento capaz de mobilizar o Estado), um número cada vez maior de cidadãos passou a denunciar maus tratos, aumentando a vigilância sobre as relações alheias com os animais de estimação. Além da multiplicação de agentes interessados em coibir práticas consideradas negativas, a verticalização das grandes cidades aproxima as moradias e reduz a privacidade, enquanto o acesso às novas tecnologias facilita o registro e a denúncia tanto do que ocorre na rua quanto do que ocorre dentro das casas e apartamentos.

Com isso, a noção de que o animal de estimação é uma propriedade sofre um duplo abalo: primeiramente porque as relações passam a ser vigiadas, mesmo dentro dos domicílios, deixando de ser entendidas como “problema privado”. O segundo abalo ocorre porque indivíduos que partilham da sensibilidade de empatia interespecie sentem que a vida e o bem-estar dessas espécies é um valor maior que o direito de propriedade, legitimando que carros ou casas sejam violados para salvar animais, como no caso da cadela Diamante, deixada em um veículo no estacionamento de um shopping da cidade. Em junho de 2011, o site da Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA) publicou artigo sobre o tema, defendendo a legitimidade de adentrar um domicílio para prestar socorro a um animal:

A Constituição Brasileira declara, no seu artigo 5º, XI, que “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”.

Nada existe no nosso ordenamento jurídico que nos leve a entender que esta norma tenha por destino a prestação de socorro, exclusivamente, ao animal humano. Não tem fundamento e é arbitrária qualquer restrição ao texto constitucional, pois o próprio artigo 225, §1º, inciso VII, afirma incumbir ao Poder Público a vedação das práticas que submetam os animais à crueldade.

(...) Devemos lembrar, ainda, que o Código Penal, em seu artigo 150, §3º, inciso II, afirma “não constituir crime a entrada ou permanência em casa alheia ou em suas dependências, a qualquer hora do dia ou da noite, quando algum crime está sendo ali praticado ou na iminência de o ser”. (...) “Manter-se inerte diante de um ato de maus-tratos é conduta moralmente censurável, que só faz crescer a audácia do malfeitor”, conforme nos faz lembrar o brilhante Promotor de Justiça de São José dos Campos – São Paulo, Laerte Fernando Levai, em sua obra *Direito dos Animais* (ANDA, 2011).

4.3. O CONTROLE SOBRE AS RELAÇÕES COM CÃES E GATOS: NORMATIVIDADE, ESTADO E CONTROLE SOCIAL

Por mais que pareça urgente e moralmente indiscutível para os militantes, a garantia de direitos para animais não humanos esbarra em vários impasses estruturais. Até o século XIX, na Inglaterra, um vizinho que matasse o porco ou o boi do outro, seria punido por ter privado seu proprietário de um meio de sustento, mas um cão ou gato, desprovidos de importância econômica, não constavam entre os animais cuja mutilação ou morte fosse proibida (THOMAS, 2010). A partir da consolidação do hábito de criar animais de estimação e afeiçoar-se a eles, essas espécies passaram a ser protegidas sob o argumento do dano emocional que sua perda causaria ao “dono”. Essa é a lógica predominante hoje no Brasil

Sob o ponto de vista legal os animais, sem qualquer discriminação em categoria estão inseridos no capítulo do Meio Ambiente da Constituição Federal, cujos preceitos asseguram sua total proteção pelo Poder Público e a comunidade. Estão ainda amparados pela Lei de Crimes Ambientais. Entretanto, o que se vê na prática é que os atentados contra fauna são punidos timidamente, e de forma imediata só quando o crime se insere nas modalidades de crime ecológico, ou seja, quando o ato ameaça a função ecológica de um animal silvestre no ecossistema. Para a maioria dos doutrinadores o Direito protege os animais com o intuito de proteger o homem, daí uma habitual atenção dirigida aos animais silvestres, em detrimento dos domésticos. O extermínio da vida de um animal doméstico é aceito pelo sistema que prioriza os direitos econômicos (DIAS, 2004:9).

A punição, geralmente aplicada quando um animal de estimação é prejudicado ou morto, é a restituição da perda material de seu “proprietário”, ficando o culpado condenado a pagar ou providenciar um animal de mesma raça ou com o valor de mercado do que foi perdido.

Um pet shop de Ijuí (RS) foi condenado a pagar em R\$ 900 por danos materiais e em R\$ 2 mil por danos morais à dona de um cachorro que morreu após banho e secagem do pelo. A dona diz que ele morreu por hipertermia (alta da temperatura do corpo). Para o juiz, é dever da empresa provar que não deu causa ao fato (Jornal da tarde, 23 de janeiro de 2009)

Se, além disso, o judiciário considerar que houve danos emocionais importantes para o “dono” do animal, cobra-se também multa por danos morais:

O dono de um cachorro pitbull que matou um cão da raça shith tzu vai ter de indenizar a dona do cão morto por danos morais e materiais. A decisão é do juiz da 4ª Vara Cível de Brasília e cabe recurso (...) Na decisão, o juiz afirmou que **nos termos do artigo 936 do Código de Defesa do Consumidor, o dono do animal deve ressarcir o dano por este causado**, a não ser que prove a culpa da vítima ou caso de força maior. (...) O juiz condenou o dono do pitbull a **indenizar a autora em R\$ 4 mil por danos morais e em R\$ 1.000,00, por danos materiais, correspondentes ao valor necessário para a compra de outro cão da mesma raça** (TJDFT, 2011).

Entretanto, se o animal não tem “proprietário” ou se for vitimado justamente por quem detém sua propriedade, não existe a possibilidade jurídica de julgamento ou condenação pelos danos a ele causados. De acordo com Lourenço (2008), trata-se de uma limitação do sistema jurídico brasileiro, no qual os animais são classificados como objetos (“bens semoventes”) não sendo, portanto, passíveis de proteção legal por si mesmos. Essa classificação tem sido revista em alguns países, nos quais os animais sencientes têm sido redefinidos no código civil, deixando de fazer parte da categoria “coisa”, ainda que, de maneira geral, não sejam definidos de outra maneira.

Atualmente, de acordo com o Artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais (9.605/1998), é considerado crime contra o meio ambiente “praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos”. Embora pouco contribua para a punição de maus tratos contra animais domésticos, esse dispositivo foi considerado um avanço considerável quando aprovado, dado que, até então, os atos nele previstos eram tratados apenas como contravenção penal, conforme relata Dias:

A Liga de Prevenção da Crueldade contra o Animal _ LPCA, desde a sua fundação, em 1983, esteve envolvida com a modernização da legislação ambiental no Brasil. Ao verificar que a punição dos maus tratos aos animais e agressões à fauna silvestre eram apenas contravenções e, via de regra, restavam sem punição, a meta de modernizar a legislação entrou para a linha de frente da LPCA. Para atingir seus objetivos a Liga trabalhou continuamente junto com a mídia, junto às autoridades e outras entidades ambientalistas do Brasil (DIAS, 2004:5).

Os procedimentos assumidos pelos ativistas incluíram reuniões e apresentação de projetos a legisladores, juristas e ministros, em um lobby que começou pela tentativa de

inserir a questão desde as reformas no Código Penal de 1984 e 1993 até chegar à Lei de Crimes Ambientais, de 1998.

A primeira barreira a ser vencida foi oferecer elementos de convicção aos membros da comissão, que eram contrários à inclusão da proteção animal na Lei de Crimes Ambientais. O movimento promoveu um grande lobby e a Liga de Prevenção da Crueldade contra o Animal editou o livro *Liberticídio dos Animais*, onde os crimes cometidos contra os animais foram relatados com mais de cem legendas e fotos. Esse material foi distribuído não só à comissão de juristas, como aos Deputados e Senadores, que depois votariam o projeto de lei. A vitória veio com o art. 32 da Lei de Crimes Ambientais (DIAS, 2004:5).

No Código Penal, entretanto, os animais não humanos continuam ausentes, por isso, considerados individualmente, esses seres podem pertencer a apenas duas categorias jurídicas no Brasil: ou são bem comum (a perspectiva do Direito Ambiental) ou são propriedade (a perspectiva do Direito Civil), por isso a legislação hoje disponível no Brasil é inadequada para tratar de prejuízos a indivíduos não humanos. Por essa razão, autores como Santana (2004), Oliveira (2007), propõem a atribuição de um status jurídico diferenciado para os animais não-humanos (ou para algumas espécies). Apoiam-se, para tanto, na defesa do Direito Animal, realizada por autores como Regan (2008) e Francione (2012), segundo os quais essa nova categoria tem como base a defesa da inviolabilidade das mesmas características defendidas pelos Direitos Humanos: direito à vida, à integridade física e à liberdade¹¹⁵.

Os Direitos Animais, entretanto, estão longe de se tornarem uma realidade, tanto do ponto de vista jurídico quanto do reconhecimento social. Além disso, não há consenso nem para a sociedade nem para os agentes da lei sobre o que seja a crueldade que, de acordo com a Constituição Federal, o poder público tenha a incumbência de coibir.

Diante disso, protetores de animais mobilizam-se na tentativa de resguardar, ao menos, algumas espécies, de situações consideradas mais graves, como a utilização para o entretenimento (vaquejadas, circos, rodeios, etc), a indústria de peles e os testes de produtos cosméticos ou de higiene. Essa gravidade está relacionada tanto à percepção de sofrimento dos animais quanto à ideia de que seja desnecessária (por isso o uso de animais em testes de cosméticos é mais fortemente condenado que seu uso na indústria farmacêutica). No caso dos animais de estimação, os dispositivos legais mais

¹¹⁵ Para defender a garantia de direitos, Tom Regan (2006) propõe que a comunidade moral é formada por seres humanos que tomam decisões morais (agentes morais) e seres humanos e não humanos que sofrem as consequências de tais decisões (pacientes morais).

reivindicados dizem respeito a atos de violência física, abandono, extermínio e às políticas públicas de controle populacional. A tônica em todos esses âmbitos é a mesma: civilizar as emoções e reduzir as expressões de violência, submetendo as relações a regras mais rígidas. Com o aumento da cobrança por parte do Estado, a tendência é o desenvolvimento paulatino de automonitoramento - seja por parte das empresas e órgãos governamentais que lidam com animais, seja por parte dos indivíduos em suas relações cotidianas. Nesse sentido, cabe destacar as decisões judiciais recentes de condenação a maus tratos contra animais em situação de rua, amparados no argumento de proteção à sensibilidade da população.

4.3.1. Entre legislação e controle social: a descrença na justiça e as penalidades informais

A descrença na justiça no Brasil é, de certa forma, generalizada, mas se acentua em relação a casos de maus tratos contra animais pelo fato desses atos serem considerados, pela legislação brasileira, “crimes de baixo potencial ofensivo” e, portanto, não resultarem em prisão¹¹⁶. Na legislação vigente, maus tratos são punidos com 3 meses a 1 ano de prisão (substituíveis por multa) e o aumento da pena continua em discussão. Apesar de haver debates em curso, no Senado e na Câmara dos Deputados, sobre propostas de aumento para a pena de maus tratos¹¹⁷, a sensação transmitida nos comentários sobre os casos de agressão e abandono é de impunidade.

P.B. (mulher): O pior de tudo é que igual a agressora daquele yorkshire, elas simplesmente mudam de endereço e nada acontece. Triste realidade

¹¹⁶ O primeiro mecanismo legal de proteção a animais foi um decreto de Getúlio Vargas do ano de 1934, substituído em 1941 por um decreto que estabeleceu atos contra animais como Contravenção Penal. Apenas a partir de 1998, com a Lei de Crimes Ambientais (9.605), os maus tratos contra animais deixaram de ser contravenção penal e tornaram-se crimes, ainda que de baixo potencial ofensivo.

¹¹⁷ Na proposta aprovada pela Comissão de Reforma do Código Penal, Senado Federal, a pena para maus tratos passa de 1 a 4 anos de prisão e aumenta para 6 anos em caso de morte do animal. Já na proposta aprovada posteriormente na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, a pena para abandono e para maus tratos com morte é de 3 a 5 anos e, caso a morte seja causada por “veneno, fogo, asfixia, espancamento, arrastamento, tortura ou outro meio cruel”, a pena é elevada para 6 a 10 anos de prisão, podendo ser dobrada se o ato for cometido por duas ou mais pessoas ou pelo tutor ou responsável pelo animal. É válido ressaltar que ambas as propostas ainda estão em fase inicial de aprovação, devendo passar por outras comissões antes de chegar ao plenário das duas casas legislativas e, só então, às mãos da presidenta da República. Nos debates, o autor do projeto justificou seu benefício para os humanos afirmando que “é comprovado que pessoas que agredem animais também atentam contra a integridade física ou a vida de pessoas”. Um opositor, por sua vez, naturalizou a ocorrência das agressões contra animais, afirmando que, se fossem prender cada pessoa que agride animais “Seria preciso usar o Maracanã”.

G.C. (homem): O negocio é a sociedade fazer justiça do jeito que tem que ser feito, pq a nossa justiça faz porra nenhuma! acho que ja esta na hora de sairmos e botar esse povo no devido lugar mesmo que seja a pauladas

M.O. (mulher): O que tem que fazer é a onde ela for avistada, apontá-la, chamar de assassina, louca, imbecil, fazer o bicho pegar! Não dar trégua! Pq se esperar pelas leis, vai tudo acabar em pizza, como tudo nesse país!!
(comentários em publicação sobre o “caso poodle” no facebook)

Diante da sensação de impunidade, duas estratégias são adotadas pelos internautas que comentam as publicações de denúncia no facebook. A primeira é o linchamento moral, com a divulgação das fotos, endereços, telefones e local de trabalho dos agressores. No compartilhamento de publicações com frases como “marque esse rosto”, é possível perceber o desejo de submeter os agressores à vergonha. Essa emoção, afirma Goudbsblom (2008:21), deriva do medo de perder o respeito e o afeto, os dois prêmios mais apreciados na vida social. Ao longo do desenvolvimento social, parte das causas do sentimento de vergonha passaram a ser controladas por instituições como Estado e Igreja, que assumiram a função de favorecer a internalização das normas no *habitus* dos indivíduos.

Seguindo essa lógica, ambos, Estado e Igreja, reforçaram os processos de formação da consciência. O confessionário e a sala de justiça são os reflexos materiais do esforço para substituir os rituais de vergonha por formas mais racionais de acusação, permitindo às vítimas (sejam “culpadas” ou ‘pecadoras’) a possibilidade de apelar segundo as regras escritas (GOUDSBLOM, 2008:27).

Quando a Igreja e o Estado não são bem sucedidos na tarefa, o controle social pode ser realizado por meio de rituais de vergonha. Nesse sentido, é possível entender a divulgação do rosto de agressores de animais como uma tentativa de puni-los com a vergonha de saber que poderão ser reconhecidos nos mais variados locais, nos quais sofrerão desrespeito e inimizade.

G.G. (homem): Campanha vamos espancar Fabiana Vanacor onde quer que ela vá... vamos esperar ela nos aeroportos, com certeza ela vai querer sair do país... onde ela aparecer, vamos nos juntar e espancar essa vaca até a morte para fazer o filho dela virar um órfão!
(comentários em publicação sobre o “caso poodle” no facebook)

Muito além disso, porém, é possível perceber, nas falas, que gerar a dor social da vergonha não é o bastante, inclusive por não haver garantia de que seja sentida. É possível, então, supor que, além da descrença na punição pela justiça, haja também uma descrença na capacidade dos agressores se envergonharem, sendo necessário causar medo

ou dor física para puni-los. Entre as montagens de denúncia sobre o espancamento da cadela Lana, alguns declaravam, diretamente, a necessidade de punição informal, com violência.

Figura 2 - Cartaz digital relativo à agressão da cadela Lana.



Fonte: Imagem coletada na rede social facebook

Assim, além do objetivo expresso de fazer os autores das agressões passarem vergonha, essas publicações funcionam também como possibilidade dos internautas darem vazão às emoções sentidas em relação ao caso e realizarem rituais imaginários de punição. Em todas as publicações similares que acompanhei, acumulavam-se xingamentos em segunda pessoa, escritos diretamente aos agressores, como se eles, de fato, fossem ler. Outros, ainda, rogavam pragas de punição, pelo destino ou por Deus:

K.B. (mulher): Morra vagabunda, pq nem seus filhos precisam de voce!

S.A. (mulher) Sua louca sabe qual vai ser o seu lugar qdo vc morrer, no LIMBO, no MARMORE DO INFERNO, e seu pobre filho tambem coitado, tenho pena de você sua demente . Essa mulhe4r tem que ir pra cadeia e perder definitivamente a guarda do filho, senão ele vai se torna um monstro igual a

ella, e tantos outros que andam soltos por ai, CADEIA NELA!!!! É o minimo que ela merece

D.S. (mulher): Ah... entao foi esta vagabunda barriguda (que desculpem as vagabundas), que anda batendo em cachorro? E ainda por cima ta criando um monstinho em casa que maltrata os animais. Que maravilha, logo logo o filhinho dela vai fazer com ela o mesmo que fez com o cachorro. É revoltante... vc tem muitas contas para acertar com Deus... pena que nunca vou topar com ela na rua, porque ela poderia dizer adeus ao planeta terra...essa demente (comentários em publicação sobre o “caso poodle” no facebook)

A.C (mulher) - quando sofre e adoce sem solução não sabe por que. É a prova de deus por suas maldades

L.G. (mulher) Malditos desgraçados. Vão ficar velhos tb e serão arremessados pelos filhos que criaram em algum buraco imundo por aí.

N.B. (homem) - Logo estarão implorando por perdão em seus leitos de morte quando a vida lhes trazer a conta de seu pecados... Gente Indecente, imoral e repugnante...

(comentários no facebook – denúncia de abandono em MG)

Por fim, no tribunal informal criado no facebook, os comentários tornam-se também espaços para a expressão de fantasias de punição com requintes de crueldade, alguns aplicados com as próprias mãos.

F.R. (mulher) - Merecem linchamento!

M.A. (mulher) - Marcela Amaral Passa endereço deles tem colocar fogo casa de filhos da puta desses ódio gente assim que pensa vida termina agora na terra

R.A (mulher) Tinha que quebrar o carro deles já que está velho também e deixar ele ai no mato da uma surra nessa vagabunda e nesse vagabundo

A.D. (mulher) - Mas enfim, eles serão punidos ???

(comentários no facebook – denúncia de abandono em MG)

P.P (mulher) - Tenho fé que será incluso como crime Hediondo, os maus tratos aos animais!

W.T. (mulher) - sem classificação e desalmados são os q abandonam um bichinho de Deus. Esse animal abandonado é um filho de Deus. Quem o abandonou, jamais poderá ser considerado filho de Deus, mas de um ser maligno, q não tem amor p dar. Amanha sofrerá o mesmo abandono. A lei tem que ser mais severa e cumprida.

(comentários no Grupo SOS Adoção Recife – post de reflexão sobre abandono)

C.L. (mulher):MONSTRA! Ela merece que alguém faça com ela o mesmo que ela fez com uma criaturinha indefesa!!!

B.B. (homem): tinha que enfia uma vassoura no cú dela até saí pela boca. Alguém ae lincha ela por favor..

K.B. (mulher): vagabunda vc tem que apanhar até desmaiar e depois ser presa por um bom tempo ir para uma sela escura fria umida e ficar sem contato com ninguém pq vc não um ser humano vc é pior do qualquer animal se vc aparece na minha frente vc ia apanhar muito eu te deixava estirada no chão com muitas fraturas pode ter ceteza dessa sua piranha mau amada ..só matando vc é essa minha vontade

(comentários em publicação sobre o “caso poodle” no facebook)

Em todos esses casos, é perceptível uma descrença no judiciário para punir crimes contra animais, ainda que a cobrança ao Estado continue aumentando. Entendidos como

incapazes de incorporar e expressar valores essenciais, os indivíduos que cometem violência contra animais de estimação são moralmente linchados, não parecendo haver nenhuma alternativa a não ser excluí-los do convívio social civilizado.

Nesse ponto, é importante retomar Elias (1993, 1994, 1997) para lembrar que a imposição de controles emocionais durante a socialização primária não significa eliminação da violência, e sim a tendência de redirecioná-la para situações controladas. É possível propor, portanto, que esse papel tenha sido cumprido pelas redes sociais, que se tornaram um *locus* de livre expressão da agressividade, que não se restringe em absoluto a casos envolvendo animais. Ademais, o processo civilizador não implica em supressão da irracionalidade, pois a estrutura de personalidade civilizada, como nas demais épocas históricas, é moldada em grande medida por processos inconscientes, de associação entre os atos proibidos e a emoção negativa gerada pela punição. Assim, a violência seria evitada por gerar nos indivíduos civilizados emoções negativas, e não por ser racionalmente entendida como problema moral.

Assim, se manifestações socialmente indesejáveis de instintos e prazer são repetidamente punidas com medidas que geram desagrado e ansiedade, aos poucos o ato passa a ser associado ao desagrado, e não mais ao prazer que originalmente pode ter gerado (ELIAS, 1994:15).

É justamente nesse encontro com a psicanálise que Elias localiza os efeitos contraditórios do processo civilizador – tanto pelo fato de que o crescimento do autocontrole aumenta os níveis de sofrimento psíquico, quanto pelo fato de que a pacificação das relações dentro de uma sociedade ou grupo convive com expressões violentas em relação aos outsiders, significados como bárbaros, incivis, inferiores e perigosos.

Isso significa dizer que a negação da brutalidade, resultante do processo civilizador é, a um só tempo, uma forma de resguardar a si mesmo e uma forma de sentir diante do que passe a ser considerado brutalidade. Inicialmente, como consequência de uma socialização de repressão à violência, atos agressivos serão sentidos como problemas em si mesmos, por um mecanismo inconsciente de associação de atos violentos à emoção gerada pelas repressões sofridas. O que pode ocorrer a partir daí, no entanto, é a elaboração e a incorporação de julgamentos morais sobre violência e agressividade, bem como valores apresentados como superiores nessa configuração social (paciência, autocontrole, racionalidade, diplomacia, etc). Considerando a associação entre

classificação e julgamento moral, já apontada por Boltanski & Thévenot (1999, 20006), é possível propor que o incômodo diante de atos agressivos será maior ou menor de acordo com as formas de classificação dos seres envolvidos e com os valores implicados na situação.

Seja no caso de um objeto atirado no chão ou de um animal agredido, as críticas realizadas podem assumir a forma de uma simples cobrança de civilidade (“controle-se”, “olhe o exemplo que você está dando”) ou a forma de um julgamento moral (“isso custa dinheiro”, “isso machuca”, “por que não vai brigar com alguém do seu tamanho?”). Sendo assim, é a partir do conteúdo de falas reais sobre carrocinha, maus tratos e padrões de tutoria que se pode afirmar que a sensibilidade de empatia interespecie representa mais que a inserção de cães e gatos na sensibilidade civilizada, sendo possível perceber a formação de moralidades distintas regulando essas relações.

4.3.2. CVA e SEDA: o poder público torna-se alvo de cobrança

Em linhas gerais, a sensibilidade de empatia interespecie tem sido impulsionada, na Região Metropolitana do Recife, pelo aumento da capacidade de organização da proteção animal, pela difusão de seus discursos na mídia e nas redes sociais, pela entrada de pautas da causa animal na agenda política e, ainda, pelo crescimento do mercado pet. Todos esses fenômenos ocorrem simultaneamente e possuem pontos de confluência e conflito, mas, tomadas em conjunto, têm o efeito de inserir os animais de estimação nas zonas de relevância de um número crescente de pessoas.

A criação de leis ou órgãos específicos no aparelho estatal tem ocorrido em vários centros urbanos, desde a segunda metade dos anos 2000 e, quando Recife teve a primeira eleição de um candidato que se afirmava defensor da causa, em 2012, Roberto Tripoli (PV) foi eleito em São Paulo como vereador mais votado, usando, como imagem de campanha, a foto de um cão. A atuação do Estado, nesse sentido, não resulta simplesmente da vontade individual de pessoas engajadas na proteção animal, mas, principalmente, de uma conjuntura que torna certas ações politicamente ou economicamente interessantes.

Assim, ao mesmo tempo em que a distância radical entre cães e gatos “de casa” e “de rua” começa a perder sentido, o próprio poder público, de forma não planejada, passa a sofrer maiores cobranças em relação à forma como conduz as políticas voltadas para os animais, agora avaliadas sob o ponto de vista de uma sensibilidade com patamares mais

exigentes de delicadeza. Na Região Metropolitana do Recife, as denúncias de maus tratos e a pressão exercida pelos protetores sobre o Centro de Vigilância Ambiental (CVA) e a Secretaria Executiva de Defesa Animal (SEDA) são exemplos claros desse aumento nos níveis de exigência.

Por outro lado, fica evidente que, aos desentendimentos entre órgãos públicos e protetores, subjaz um embate entre uma sensibilidade antropocêntrica e a moralidade de proteção, como é possível observar nas questões relacionadas à aprovação da Lei 14.139/2010, que substituiu, em Pernambuco, a captura e morte pela esterilização de cães e gatos. Responsável pelo fim do extermínio de animais em situação de rua, a lei foi comemorada pelos protetores, mas, entre suas consequências, surgiram muitas controvérsias. A lei preconizava que os municípios promovessem o controle populacional via esterilização, mas o CVA-Recife não tinha equipe nem material suficientes, tampouco experiência com o novo protocolo. Além disso, até o final de 2015, a lei ainda não havia sido regulamentada, logo, não havia nenhuma previsão quanto à origem das verbas para a realização das cirurgias, tampouco para a promoção de campanhas educativas. Após a aprovação da “Lei da Vida” (14.139/2010), a clínica do CVA-Recife, inaugurada em outubro de 2009, não teve nenhum incremento de verba ou na equipe veterinária, que contava com apenas uma cirurgiã, por isso continuou a realizar a média irrisória de 10 esterilizações por dia (de segunda a sexta-feira) planejada no momento de sua inauguração (PREFEITURA DO RECIFE, 2009). Enquanto isso, o Centro parou de recolher animais soltos nas ruas, recebendo apenas os doentes, acidentados, agressivos ou recolhidos por ordem judicial, em denúncias de maus tratos.

Aos poucos, alguns protetores (organizados e independentes) passaram a frequentar o CVA com a intenção de recuperar os animais que estavam no Centro e encaminhá-los para adoção. Enquanto isso, de forma conjunta, as ONGs Aadama, AAPA, Ademape, Brala, Gato Feliz, Savama, Rede de Adoção, SOS 4 Patas e Veterinários Sem Fronteira pressionaram pela reativação do Conselho Gestor do CVA - uma demanda que já estava presente em 2009, mas se fortaleceu após a aprovação da “Lei da Vida” e foi atendida em julho de 2011. Com acesso facilitado e contato com a gerência e os funcionários, alguns representantes do *Setor Usuários* do Conselho Gestor e uma defensora independente atuaram diretamente na adequação do Centro aos novos parâmetros da “Lei da Vida”. Se alguns dos primeiros animais que a gerência encaminhou para adoção chegavam sem saúde, sem castração e carentes de socialização, aos poucos,

os cães e gatos recolhidos no CVA foram sendo preparados previamente, nos padrões da chamada adoção responsável¹¹⁸.

Em janeiro de 2012, veio à tona uma denúncia anônima, encaminhada à Delegacia de Polícia do Meio Ambiente (Depoma), em que se acusava o CVA de permanecer com a prática do extermínio de animais saudáveis e o Conselho Gestor de ser conivente com o fato. A denúncia resultou em vistoria, com representantes da Delegacia de Polícia do Meio Ambiente (Depoma), do Ministério Público de Pernambuco, da OAB, da Vigilância Sanitária do Estado e do Parque Estadual Dois Irmãos. O gerente do CVA, na época, chegou a ser preso durante a abordagem da Delegacia de Polícia do Meio Ambiente, em uma situação noticiada tanto no Jornal do Commercio quanto no Diário de Pernambuco. Seguiu-se a esse fato um conflito entre os protetores que reforçaram a denúncia e aqueles que atuavam junto ao CVA e relatavam ter dificuldades de trabalhar com os animais, devido ao clima de desconfiança que surgira entre os funcionários e a gestão do Centro¹¹⁹.

No final daquele ano de 2012, as campanhas eleitorais, em Recife, incluíram a causa animal na pauta e o candidato Rodrigo Vidal (PDT) foi eleito para o cargo de vereador, com promessas como a de acabar com a tração animal na cidade e garantir a construção de um Hospital Veterinário Público¹²⁰. Apesar de já haver, naquele momento, muitos grupos de proteção e protetores independentes fazendo oposição aberta ao candidato e acusando-o de ser “aproveitador”, a vitória de Vidal foi majoritariamente entendida como esperança para os animais. De fato, independentemente do que fosse realizado em seguida, o resultado das urnas demonstrou a existência de um forte nicho eleitoral em Recife, até então ignorado pelos partidos políticos locais. Nessa mesma eleição, ressaltou-se, houve uma mobilização considerável de protetores e simpatizantes da causa animal em torno da candidatura de Daniel Coelho (PSDB) à prefeitura, estimulada pela imagem “verde” do candidato e por ter proposto lei para proibir a tração animal em Recife, quando ainda era vereador.

Em janeiro de 2013, ao anunciar sua equipe, o prefeito eleito, Geraldo Júlio, comunicou a criação da Secretaria-Executiva de Direito Animal (SEDA) e nomeou

¹¹⁸ Acompanhei esse processo em diálogo com protetores que atuavam no centro e nos eventos de adoção do Adote um Vira-Lata, que sempre recebiam animais do CVA. Assim como aconteceu com outros protetores, eu demorei a desassociar o CVA da ideia de extermínio, por isso relutei bastante em visitar ou travar relações com funcionários e gerência do centro.

¹¹⁹ As acusações entre as partes em conflito eram mútuas. A delegada responsável pelo caso, Nely Queiroz, era acusada de estar atraindo a mídia para lançar seu nome para uma posterior candidatura política e os membros do Conselho Gestor eram acusados de defender a gerência por interesse pessoal.

¹²⁰ Apesar de não ser uma proposta plausível para um candidato ao legislativo, a construção do hospital foi uma das ideias que alavancaram a candidatura de Rodrigo Vidal como representante dos animais.

Rodrigo Vidal como secretário. Com esse ato, a proteção animal ganhou legitimidade não apenas dentro dos partidos políticos e no poder legislativo, como também no poder executivo – gerando repercussões em toda a Região Metropolitana nos anos seguintes. A criação da SEDA significou um passo decisivo para a legitimação da causa animal na Região Metropolitana do Recife e as polêmicas em torno do trabalho da Secretaria e da figura do secretário são mais uma demonstração da relevância que o tema ganhou – reforçada pela repercussão na mídia impressa e televisiva.

O clima em relação à SEDA tornou-se mais tenso com o passar do tempo. Em julho de 2013, o Setor Usuários do CVA-Recife, o mesmo que trabalhava em parceria com a gestão do Centro desde a aprovação da “Lei da Vida”, enviaram ofício para a prefeitura, questionando as ações da SEDA, consideradas mal planejadas e voltadas prioritariamente para promoção pessoal do secretário, em detrimento dos animais (Ofício SS/CGCVA Nº 08/2013 de 26 de Julho de 2013). Sem resposta, o grupo lançou carta aberta defendendo o fim da parceria entre o CVA e a SEDA, pelo descumprimento das orientações da Organização Mundial da Saúde (microchipagem, castração e educação). Entre os destaques, denunciava-se a realização de eventos de adoção com doação de fêmeas não castradas e animais sem microchip, além da ausência de ações efetivas de controle populacional. Já em janeiro de 2014, as denúncias do Conselho Gestor do CVA culminaram em uma representação ao Ministério Público contra a Secretaria Executiva dos Direitos dos Animais, bem como contra seu titular, acusado de ferir os princípios da transparência, da impessoalidade e de incorrer em improbidade administrativa. A denúncia foi repercutida com um texto da procuradora Noelia Brito, no Blog do Jamildo, uma das principais fontes de informações políticas na mídia pernambucana (BRITO, 2014). Os eventos de adoção promovidos pela SEDA são o alvo mais frequente de denúncias entre as ações da Secretaria porque a ausência de cobrança aos protetores e aos adotantes é entendida, pelos denunciantes, como descaso com os animais e como desobediência aos princípios da guarda responsável.

Em 2014, o CVA tornou-se mais uma vez alvo de denúncia, dessa vez por uma mobilização no facebook. Em abril daquele ano, uma foto tirada no Centro de Vigilância Ambiental (CVA) do Recife mostrava uma cadela sendo carregada por dois funcionários, que a transportavam segurando pelas patas enquanto, segundo o relato da denunciante, o animal se debatia. No mesmo dia em que foi publicada no facebook, a foto foi compartilhada e recebeu vários comentários de indignação. Na manhã seguinte, um protetor foi ao órgão solicitar informações sobre o caso e terminou por retirar o animal

do Centro. Internada em uma clínica particular, a cadela ganhou nome, tosa, foto, passou por exames e, no mesmo dia, já havia candidatos para adotá-la. Conversando sobre o caso com protetores próximos a mim, uma das interlocutoras comentou que aquilo não era necessariamente um caso de maus tratos, pois se tratava de uma forma comum de veterinários carregarem animais sedados, especialmente nas salas de cirurgia. Logo em seguida, porém, comentou que, certa vez, estava numa clínica veterinária e presenciara a revolta de uma tutora que, vendo seu cão ser levado daquela forma pelo veterinário, protestou que ele o estava carregando “como se fosse um bode”. Os termos utilizados na reclamação indicam claramente a distância na forma como são classificados cães e bodes, posto que aquela forma, considerada indigna de levar um cão, era identificada como apropriada para bodes.

A preocupação com a forma de carregar os cães não é uma questão de saúde ou bem-estar, pois os animais não se machucam e, quando anestesiados, não sofrem danos psíquicos por serem carregados pelas patas. O que está em questão, nessas discussões e denúncias, é a possibilidade ou não de se admitir que profissionais que lidam com animais de estimação os tratem de forma mecânica. A demanda por um tratamento respeitoso e carinhoso, comum a protetores e tutores que se entendem como parentes dos animais, faz com que a própria competência profissional dos veterinários seja avaliada a partir dessa característica (e de sua habilidade performática).

Ao contrário dessa expectativa, veterinários em Pernambuco são formados com prática de vivissecção em sala de aula e passam cinco anos em um campus submetido, permanentemente, ao abandono de animais, sendo comum que expressem forte antipatia pelos animais abandonados e desenvolvam um distanciamento emocional em relação aos animais. Somando-se a isso uma sala de espera cheia de clientes impacientes para serem atendidos, a tendência é que os veterinários examinem, mediquem, sedem e transportem os animais de forma prática – o que muitas vezes significa não apenas carregá-los “como bodes”, como também manejá-los de maneira incômoda, realizar consultas rápidas e dialogar o mínimo possível com os tutores.

Esse cenário é especialmente estabelecido no CVA, onde o foco é o controle de zoonoses e os atendimentos gratuitos realizados na clínica são considerados como ações estritamente voltadas para a promoção da saúde pública. Na ocasião da denúncia contra a gerência do CVA, em 2012, a declaração da diretora de Vigilância em Saúde do Recife frisou essa perspectiva com uma afirmação que virou manchete: O CVA “não é um pet shop”:

A diretora de Vigilância em Saúde do Recife, Adeílza Ferraz, fez questão de ressaltar a integridade e competência de Souza. “Ele [Amaro Souza] vai ficar no cargo até quando ele quiser. É preciso lembrar às pessoas que aqui não é um pet shop, a função do Centro é evitar que as pessoas adoçam”, diz Adeílza. “Nós temos foco também no bem estar dos animais, mas aqui não é local para animais saudáveis. Os que estão no CVA são por ordem judicial, estão sub judice”, explica Souza (COUTINHO, 2012).

É perceptível, assim, que a realização de parcerias entre o poder público e a proteção animal é permeada por tensões, por mais que haja entre eles um consenso sobre a necessidade de controle populacional de cães e gatos e de retirada desses animais das ruas. De qualquer maneira, as tensões relacionadas aos maus tratos e as indicações de que esse conceito tem se expandido e passado integrar a necessidade de proteger as emoções e a dignidade dos animais. O surgimento dessas preocupações não é explicável apenas pela sensibilidade civilizada, pois não apenas extrapolam como, em certos aspectos, contradizem as tendências gerais dos impulsos civilizadores. De qualquer maneira, a sensibilidade civilizada é um aspecto importante da construção desse cenário, sendo necessário retomar o alerta de Elias (1997), de que a dinâmica do processo civilizador não é nem linear nem homogênea.

4.4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No início deste capítulo, apresentei, Bauman (1998) e Joy (2014), os mecanismos identificados como capazes de suprimir a empatia em relação às vítimas de situações institucionalizadas de violência, sejam elas seres humanos (como aponta Bauman), animais “comestíveis” (como aponta Joy) ou cães e gatos “de rua” (conforme analisado ao longo desta tese). Nessa análise, foi possível perceber a importância de alguns aspectos característicos da modernidade, apontados tanto por Bauman quanto por Elias: valorização da racionalidade e da eficácia, controle institucional sobre os indivíduos, burocratização e fragmentação das ações. Apontei, assim, que essas perspectivas não são opostas como podem parecer a princípio e um diálogo entre elas foi importante para encontrar explicações mais detalhadas a respeito da supressão e da emergência de dilemas morais. Após a análise dos casos apresentados neste capítulo, vale a pena retomar alguns debates a partir desses dois autores, para que a ideia aqui proposta fique mais clara.

Enquanto Bauman (1998) aponta a civilidade como uma espécie de pudor diante da violência, desprovida de componente moral, Elias (1993, 1997) entende esse fenômeno

como formador de uma estrutura de personalidade bastante específica, com aspirações, emoções e moralidade condizentes com as transformações sociais pelas quais foram cunhadas e que estão sempre em andamento, posto que a mudança, para Elias, é uma condição constante em qualquer sociedade. Essa estrutura de personalidade, resultante de mudanças no processo de socialização, tornou-se possível, de acordo com Elias, a partir da centralização do poder pelos Estados Nacionais, que monopolizaram o uso legítimo da violência. Esse processo gerou uma redução da violência nos conflitos cotidianos, devido à interferência repressiva do Estado e ao desenvolvimento do autocontrole nas gerações socializadas nesse modo de vida, bastante distinto do que levavam os cavaleiros da Idade Média, para os quais uma personalidade intempestiva era mais adequada. Entretanto, alertava Elias, bastaria que o controle do Estado e a segurança fornecida por ele se fragilizassem para que a civilidade desse lugar à violência.

O que a teoria do Processo Civilizador e, de maneira mais ampla, a Teoria da Configuração ajudam a entender é que a estrutura de personalidade de uma geração está diretamente relacionada à configuração social. Assim, o pressuposto de que o Holocausto foi possível a partir de uma “superação da piedade animal” é questionável. Ora, acompanhando o levantamento documental realizado por Elias e, para usar outro exemplo, aquele realizado por Foucault (2009) sobre as transformações do sistema penal entre os séculos XVIII e XIX, torna-se bastante claro que a piedade e a aversão ao assassinato não estão presentes em todas as relações humanas de maneira instintiva (tampouco em relação a animais não humanos, como Joy também chega a sugerir). Seja em relação a humanos, seja em relação a outras espécies animais, o desconforto diante de mutilações, assassinatos e mortes se expressa em diferentes sociedades e períodos históricos de forma distinta, acompanhando o tipo de relação estabelecida com os grupos humanos e com as espécies animais. Nesse sentido, Dunning & Mennel (1997) argumentam que a interpretação de Elias sobre o Holocausto difere da que foi cunhada por Bauman (1998) por não atribuir o fato a uma condição geral das sociedades modernas, mas a uma associação entre aspectos da modernidade, a configuração política e social em que ocorreu a ascensão de Hitler e a formação histórica de um *habitus* nacional alemão, que guarda importantes diferenças em relação ao *habitus* francês, por exemplo.

Assim, tanto a condenação às ações que geram sofrimento e morte quanto sua aceitação são frutos de processos históricos. Essa observação não retira a importância da análise de Bauman sobre mecanismos de corrosão das inibições morais, mas ajuda a contextualizá-las. Além disso, essa observação é importante para destacar que as

fronteiras da comunidade moral são fruto de uma construção constante, diretamente influenciada pelos mecanismos que favorecem ou suprimem a empatia. Foi a partir dessa perspectiva que analisei situações recentes em que a exclusividade da espécie humana na comunidade moral foi fragilizada, possibilitando a emergência de questões morais até então inexistentes ou insignificantes.

Diante do que foi observado ao longo deste capítulo, parece seguro afirmar que a sensibilidade civilizada tem relações importantes com a expansão da sensibilidade de empatia interespecie, a partir da qual se formaram os três “novos” ordenamentos morais identificados nesta tese: a *moralidade vegana*, a *moralidade de proteção* e a *moralidade de parentesco*. Na análise das mudanças legislativas em curso, foi perceptível como a preocupação antropocêntrica de proteger a sensibilidade civilizada da visão ou associação com sofrimento e morte tiveram um efeito não planejado de estímulo à sensibilidade de empatia interespecie.

O aumento dos patamares da sensibilidade civilizada, portanto, é parte importante da configuração em que se torna possível a emergência dos dilemas morais que atualmente ocupam ativistas da proteção animal e do veganismo. Sobre esse aspecto, é possível fazer uma reflexão sobre a polêmica, recorrente entre ativistas veganos, a respeito de uma aparente dicotomia entre “bem-estarismo” e “abolicionismo” animal. De acordo com essa classificação, são chamados de abolicionistas aqueles defendem o fim de todo tipo de exploração e de bem-estaristas aqueles que defendem uma exploração “humanitária”. Entretanto, essa distinção não corresponde a uma diferença real de objetivos, e sim à adoção de diferentes estratégias de ativismo. No ativismo vegano/vegetariano, muitos optam por estratégias de combate simultâneo a todas as formas de opressão e, portanto, focam no enfrentamento cultural e preferem não se envolver nas disputas e negociações políticas, entendidas como complacência com a exploração. Entre suas estratégias, destacam-se as várias formas de chocar a sensibilidade civilizada com cenas reais da indústria de alimentos, em que animais são submetidos a choques, pancadas, cortes, maceração, entre outros. Enquanto isso, os que são rotulados de bem-estaristas engajam-se em batalhas legislativas ou jurídicas para proibir ou regradar práticas consideradas especialmente cruéis, como celas de gestação, confinamento e produção de *foies gras* e vitela.

O objetivo imediato dos primeiros é convencer indivíduos a boicotar as formas de exploração, enquanto os segundos atuam junto ao poder público, na tentativa de reduzir as situações legalizadas de exploração e impor custos e dificuldades cada vez maiores ao

uso de animais. Em ambos os casos, há um horizonte almejado de abolição da exploração a animais, não parecendo haver, no ativismo brasileiro, militantes que efetivamente se entendam como bem-estaristas e defendam a redução do sofrimento como meta final. O que ocorre, então, é um conflito motivado pelo fato de que uma parcela dos ativistas (a que nomeia “os outros” como bem-estaristas), considera que proibir ou limitar práticas mais cruéis de criação e/ou abate não ajudaria a libertar os animais. Pelo contrário, apontam, essas práticas “humanitárias” serviriam como reforço ao carnismo, pois levariam a um aumento dos produtos de origem animal, devido ao “alívio de consciência” gerado nos consumidores. Diante do que foi constatado neste capítulo, é possível questionar essa interpretação.

Ora, como foi possível perceber neste capítulo, a imposição de procedimentos “humanitários” e o uso de eufemismos para caracterizar o extermínio de cães e gatos errantes não gerou uma aceitação maior do método. Pelo contrário, o reconhecimento dos animais em situação de rua como sensíveis estimulou uma ampliação dos patamares da sensibilidade civilizada e o reconhecimento desses seres como sencientes e dignos de consideração moral - até o ponto em que a ideia de que esses eles sejam mortos tornou-se, para muitos, repulsiva. Traçando um paralelo com esse processo, não faz sentido pensar que a imposição de procedimentos “humanitários” de criação e abate de animais na indústria de alimentos leve a uma redução da preocupação moral com eles. Embora, de maneira imediata, essas normas possam de fato gerar um certo “alívio de consciência”, a médio prazo é de se esperar que a legitimação de preocupações com o bem-estar dos animais leve a uma ampliação do reconhecimento da senciência e, portanto, a uma ampliação dos patamares de sensibilidade em relação a eles. Dessa maneira, quanto mais restrições forem impostas sob a justificativa de reduzir o sofrimento dos animais, maior o reforço gerado para a moralidade vegana, que se baseia, antes de qualquer coisa, no reconhecimento dessa capacidade de sentir e sofrer.

É importante importante frisar, porém, que a sensibilidade de empatia interespecie não resulta apenas de uma expansão da sensibilidade civilizada, mas de sua combinação a outros fatores, que têm reforçado o reconhecimento da senciência de determinadas espécies de animais não humanos, conforme analisado neste capítulo. Nesse ponto, discordo da interpretação oferecida por Digard (1998), segundo o qual a sensibilidade em relação aos animais de estimação e a sensibilidade em relação aos animais utilizados como alimento são opostas. A partir da perspectiva de análise processual da configuração em que emergiu a sensibilidade de empatia interespecie, foi possível perceber que esse

processo está na base tanto da moralidade de proteção (que destaca cães e gatos entre os animais moralmente relevantes) quanto da moralidade vegana (que destaca como moralmente relevantes os animais utilizados com fins econômicos).

Além da sensibilidade de empatia interespecie, é importante destacar, também, outro conjunto de fenômenos, que propiciam um ambiente sócio-político favorável ao crescimento do movimento de proteção animal e do ativismo vegano. A partir da década de 1970, começam a surgir o que Gohn (2000) define como Novos Movimentos Sociais, voltados para problemáticas difusas, entre as quais a causa ambiental, que se tornou um dos mais importantes alvos de reivindicação no final do século XX. Apesar das importantes diferenças entre a moralidade ambiental-conservacionista e as moralidades vegana e de proteção, é inegável que uma sensibilidade que condena o uso indiscriminado da natureza pelos humanos pode jogar um papel importante no desenvolvimento de uma preocupação com os animais. Paralelamente, o crescimento de movimentos emancipatórios que denunciam desigualdades imbrincadas no cotidiano, como racismo, sexismo e homofobia, estimulou o desenvolvimento da habilidade de problematizar práticas naturalizadas como formas de opressão, abrindo caminho para os movimentos de libertação animal. Por fim, é possível destacar o poder de difusão propiciado pelas novas tecnologias de comunicação, utilizadas tanto para a realização de denúncias quanto para a articulação entre indivíduos e grupos em torno de determinadas pautas.

Afirmar que as moralidades de proteção e vegana estejam ligadas ao mesmo processo não quer dizer que haja alguma coalizão obrigatória entre elas – pelo contrário, são muitos os protetores carnistas e os veganos que não se incomodam com a situação de cães e gatos. O que afirmo aqui é que essas moralidades emergem a partir de um mesmo processo, que gera resultados diversos. Essa questão pode ser pensada a partir de uma analogia apontada por Elias, de acordo com a qual o sujeito imerso em um processo, cuja direção é perceptível a partir de um olhar panorâmico, tem diante de si possibilidades variadas:

Para essa pessoa, a história parece assemelhar-se a um desses rios caudalosos que, embora sempre sigam determinado rumo em direção ao mar, não encontram diante de si um leito fixo e previamente ordenado, e sim um amplo terreno em que têm de buscar um curso definido; um terreno em que, em outras palavras, eles ainda estão aptos a formar leitos de um grande número de maneiras possíveis (ELIAS, 1994:46).

Traçando a relação entre a sensibilidade civilizada e o desenvolvimento da sensibilidade de empatia interespécie, procurei até aqui, compreender o surgimento de questões morais sobre as relações com animais sencientes, com ênfase nas situações que acompanhei na Região Metropolitana do Recife. Isso feito, é preciso avançar para a próxima questão: de que maneira a sensibilidade de empatia interespécie impacta a convivência com cães e gatos na Região Metropolitana do Recife? Mais ainda, que choques de sensibilidade emergem a partir da expansão da *moralidade de proteção* e da *moralidade de parentesco*? Essas questões serão abordadas no próximo capítulo.

5. CIVILIDADE E ESPAÇO PÚBLICO

Algumas pessoas são a favor das baleias. Outras, das árvores. Nós gostamos mesmo é de cachorro. Os grandes e os pequenos; os de guarda e os brincalhões; os de raça e os vira-latas. Somos a favor dos passeios, das corridas e travessuras, de cavar, coçar, cheirar e brincar. Somos a favor de parques com cachorros, de portas para cachorro e da vida de cão. Se houvesse um feriado internacional em que todos os cães fossem reconhecidos por sua contribuição para a qualidade de vida na Terra, nós seríamos a favor também, porque somos loucos por cachorro.

O texto acima foi veiculado, no ano de 2006, em um comercial televisivo da marca de ração Pedigree e atualmente circula na internet. Enquanto o texto é falado, o espectador assiste à imagens de cães correndo na praia, em parques, rios, córregos, montanhas, jardins e em grandes espaços abertos. Entre as imagens, apenas uma apresenta cães em coleira e guia em um ambiente urbano (no momento em que se fala de passeio, em uma imagem divertida de um grande grupo de cães sendo levados por uma única pessoa). Em todas as demais cenas, os cães estão soltos enquanto correm, saltam e se esfregam na areia ou grama.

À semelhança dos comerciais de carros esportivos, que retratam aventuras e paisagens que dificilmente serão vivenciadas por seus compradores, muitos comerciais de produtos para cães apoiam-se na fantasia da vida livre. Ao contrário disso, as espécies de estimação nas grandes cidades brasileiras têm cada vez menos oportunidade para corridas e travessuras ou para cavar, coçar, cheirar e brincar em ambientes amplos e sem supervisão. Não se trata apenas de falta de espaço, mas também das consequências de mais de um século de associação entre animais soltos e perigo – seja para as pessoas, seja para eles mesmos. Nos grandes centros urbanos brasileiros, ver um cão correndo solto na rua gera dois tipos de emoções negativas: uns temem ser atacados, outros temem que o animal morra atropelado. No caso dos felinos, tradicionalmente representados como irredutivelmente livres, essas emoções também estão presentes, mas o primeiro tipo de medo não é tanto de agressão, e sim de contaminação por alguma das doenças a eles atribuídas.

Entretanto, com o crescimento das cidades, os cães e gatos multiplicaram-se muito rápido e, especialmente a partir do século XX, essas populações tornaram-se tão grandes que a Organização Mundial de Saúde passou a recomendar o extermínio de animais errantes como medida sanitária, especialmente no combate à raiva. Nos capítulos 3 e 4,

analisei os impactos dessa política de captura e morte nas representações sobre animais em situação de rua no Brasil e, consequentemente, no estabelecimento de uma distinção radical entre animais “especiais” e animais “sem valor”. No final da década de 1980, a OMS chegou à conclusão técnica de que o extermínio era ineficaz do ponto de vista do controle populacional de cães e gatos e de que a resistência de algumas comunidades dificultava o trabalho, sendo mais eficaz vaciná-los e castrá-los, engajando a população nessas ações (OMS, 1988; OMS, 1992). Esse parecer forneceu legitimidade para a demanda, até então minoritária, de que os governos mudassem as políticas de manejo de cães e gatos. Nessa nova configuração, a sensibilidade de empatia interespecie começou a surgir nos grandes centros urbanos brasileiros, levando ao crescimento dos movimentos de proteção animal e de reivindicações apoiadas por um conjunto cada vez mais amplo da população, como o combate aos maus tratos e o estabelecimento de serviços públicos de controle populacional e atendimento veterinário para cães e gatos.

Neste capítulo, apresento as ambiguidades geradas pela combinação entre a sensibilidade de empatia interespecie e a sensibilidade civilizada, diante da superpopulação de cães e gatos vivendo nas ruas das grandes cidades. Para fazê-lo, apresento inicialmente a maneira como os impulsos civilizadores impactam a convivência com animais domésticos no espaço público, traçando uma diferença entre a tendência de expulsão dos cavalos¹²¹ do ambiente urbano e a tendência de aumento do controle sobre os cães e gatos para que sejam tolerados no espaço público. Em ambos os casos, surgem coalisões ambíguas entre a intenção de higienizar as cidades, baseada no que Boltanski & Thévenot (1999, 2006) chamaram de moralidade industrial, e as moralidades de proteção, de parentesco e vegana, reunidas pela intenção de proteger as espécies canina, felina e os cavalos dos sofrimentos atribuídos à vida nas grandes cidades¹²².

A propósito dos impulsos civilizadores na convivência com cães e gatos nos espaços públicos, destaco o papel do medo e do nojo persistentes, especialmente em relação aos animais em situação de rua. A repugnância e o extermínio de gatos são trazidos, então, como exemplo do caráter limiar da civilidade em relação à violência e do contraste entre as expressões de civilidade na sensibilidade antropocêntrica e nas moralidades fundadas na *sensibilidade de empatia interespecie*. Tomando essa polêmica

¹²¹ O termo cavalo é usado nos debates, de forma genérica, em referência a equinos, asininos e muarens (cavalos, jumentos e asnos)

¹²² Como foi visto anteriormente, a moralidade vegana não se volta preferencialmente para essas espécies, mas vem à tona em vários momentos nos debates aqui analisados, tendo a sensibilidade de empatia em relação às espécies sencientes como ponto que a aproxima das moralidades de proteção e de parentela.

como mote, analiso a maneira como os elementos que despertam nojo e medo são ressignificados pela *moralidade de proteção*, que nega ou minimiza a possibilidade de adoecimento pelo contato com animais e assume a convivência com cães e gatos doentes ou moribundos como uma afirmação da vida sobre a morte. Estabelecida a distinção fundamental entre a sensibilidade antropocêntrica e a moralidade de proteção, retomo o ponto de confluência entre elas, qual seja a intenção de evitar a livre circulação de cães e gatos no espaço público e de civilizar as relações travadas com esses animais.

Analiso, então os aspectos nos quais os animais, domiciliados ou não, passam a ser adequados para que sejam aceitos ou tolerados nos espaços públicos, em mais um ponto de confluência entre as sensibilidades civilizada e de empatia interespecie. Mais uma vez, torna-se perceptível a diferença no foco e a tensão que permeia os consensos operacionais sobre temas como a guarda responsável.

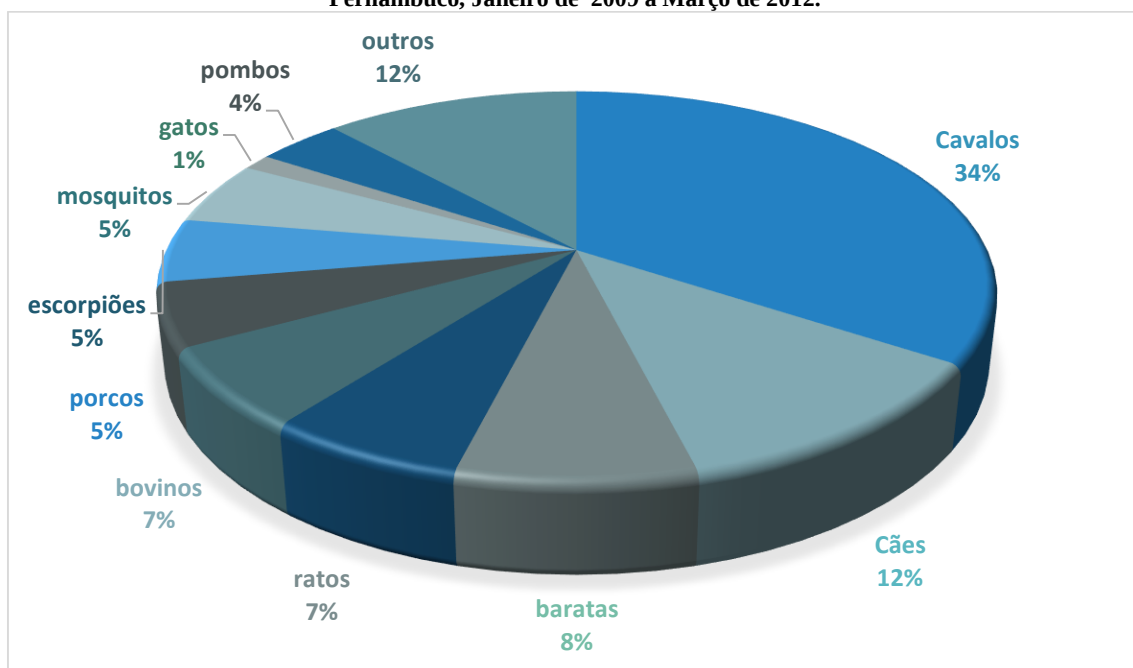
5.1. HIGIENIZAÇÃO DAS CIDADES: A ANIMALIDADE COMO PROBLEMA

A partir dos dados reunidos nesta pesquisa, três Ordenamentos Morais foram identificados como resultantes da emergência da sensibilidade de empatia interespecie,: 1 - a *moralidade vegana*, organizada em torno do valor *respeito*, entendido como abolição da exploração aos animais, costuma ser acionada em debates a respeito do uso de espécies sencientes em atividades com fins econômicos; 2 - a *moralidade de proteção*, organizada em torno do valor *altruísmo*, tem os animais abandonados como prioridade e, portanto, é mais comumente acionada para debater a situação e o tratamento conferido a cães e gatos em situação de rua; 3 - a *moralidade de parentesco*, organizada em torno do valor *reciprocidade*, tem como prioridade os animais que fazem parte da unidade doméstica, sendo mais comumente acionada para debater a situação e o tratamento conferido a cães e gatos domiciliados.

Como foi discutido nos capítulos 1 e 4, os impulsos civilizatórios são componentes da configuração em que emerge essa sensibilidade a partir da qual o sofrimento e a morte de espécies não humanas passam a causar desconforto e levantar questões morais. Ao mesmo tempo, porém, a civilidade é marcada pelo impulso de afastar-se da animalidade, responsável pelo surgimento de emoções negativas em relação aos aspectos biológicos de nosso organismo. Surge, então, uma situação paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que o impulso de condenação à violência tem se expandido e

incluído animais não humanos no círculo de seres a serem protegidos, a convivência com esses animais nos obriga a encarar diversos aspectos da animalidade, repugnantes à sensibilidade civilizada. Dessa maneira, animais soltos nas cidades tornam-se cada vez menos tolerados e passam a ser entendidos como fontes de doença, barulho, sujeira, lixo rasgado, acidentes de trânsito e agressões. Entre as espécies domésticas, os cavalos, burros e asnos foram os escolhidos como aqueles que podem e devem ser banidos do meio urbano, perceptível no mapeamento dos jornais pernambucanos, entre janeiro de 2009 e março de 2012¹²³. A campanha contra presença desses animais nas ruas da RMR é um exemplo do que vem ocorrendo em outros centros urbanos, em que o uso de cavalos para tração ou montaria vem sendo proibido por lei. Nas publicações analisadas (matérias, notas e cartas de leitores), a presença de animais não humanos nas ruas foi citada em 76 ocasiões como indicativo de degradação do ambiente ou de abandono pelo poder público. Entre essas ocorrências, as espécies mais citadas foram os cavalos e, em segundo lugar os cães, como pode ser conferido no gráfico abaixo:

Figura 3 – Notícias que apontam animais como indicador de degradação ou abandono do Poder Público. Pernambuco, Janeiro de 2009 a Março de 2012.



Fonte: elaboração própria

¹²³ Foram analisadas as edições de sábado e domingo do Jornal do Commercio e do Diário de Pernambuco, entre janeiro de 2009 e março de 2012. É provável que a categoria mosquitos aparecesse com maior frequência caso tivessem sido inseridas as matérias sobre o *aedes aegypti* e a dengue. Esse fato, porém, não compromete a análise aqui realizada.

Entre as 26 notícias e notas que citaram os equinos como problema, o risco de acidente de trânsito foi mencionado 13 vezes, a associação entre a presença de animais nas avenidas ou estradas e a ideia de abandono surgiu 7 vezes e a imagem dos animais na cidade como sinônimo de atraso foi mencionada 4 vezes. A campanha pelo banimento desses animais foi intensificada a partir de 2011, com 14 notícias sobre a questão. Em contraste, denúncias de maus tratos contra as espécies “de tração” foram mencionadas apenas 6 vezes (todas a partir de 2011).

Percebe-se, então, que a preocupação expressa na mídia não era com o bem estar desses animais, e sim com os problemas causados ao trânsito e à imagem de cidade moderna e organizada. Essas preocupações se repetiram no projeto de lei apresentado pelo executivo à Câmara dos Vereadores e aprovado em 2013, proibindo a circulação dos veículos de tração animal e o ato de montar a cavalo nas ruas de Recife (com exceção feita para a polícia militar e a realização de eventos especiais). Na justificativa do projeto de lei, destaca-se inicialmente a tentativa de conciliar o interesse social (dos carroceiros), a modernização da cidade e a proteção animal, mas fica evidente em todo o texto a atenção prioritária para os efeitos esperados de melhoria no trânsito e a modernização da cidade, denominada como “salto civilizatório”¹²⁴.

A incompatibilidade apontada entre a presença dessas espécies e o ambiente urbano civilizado parece operar uma mimese do processo de afastamento dos animais domésticos retratado por Thomas (2010) na Inglaterra do século XVI. Naquele contexto, a construção das vilas e cidades seguiu uma lógica de afastamento em relação aos animais de fazenda, entendendo-se que sua proximidade teria um efeito degradante à humanidade, cujos modos se refinavam, estabelecendo patamares de nojo e delicadeza antes ausentes em relação a diversos aspectos da animalidade. No ordenamento moral de proteção, que compõe o cenário aqui analisado, aquela sensação de superioridade sobre os animais foi substituída por compaixão e, nesse sentido, o afastamento é entendido como benéfico para os próprios cavalos, ainda mais que para as pessoas. Por outro lado, do ponto de vista da civilidade, que nutre a fantasia de uma cidade livre da animalidade, os incômodos citados naquele período tornaram-se mais fortes, inclusive porque, nas metrópoles brasileiras, não há nostalgia ou romantização do ambiente rural e, com exceção dos estados sulistas, também não há uma visão positiva a respeito dos cavalos¹²⁵. Além disso,

¹²⁴ É válido sublinhar, nesse ponto, a visão nativa de civilização como sinônimo de modernização.

¹²⁵ A representação positiva dos sulistas sobre os cavalos, especialmente dos gaúchos, está relacionada à

estabelecido um sistema de coleta de lixo, esgoto e limpeza urbana, os patamares de nojo aumentam paulatinamente¹²⁶. Diante desse cenário, os cavalos são representados fundamentalmente como fonte de incômodo, acidentes no trânsito, lixo rasgado, fezes espalhadas pela rua e uma desconfortável imagem de atraso.

É por associar esses animais à ruralidade (e conectá-la à ideia de atraso) que a sensibilidade civilizada não admite, no ambiente das grandes cidades, a existência de trabalhadores que utilizem veículos de tração animal como instrumento. Os carroceiros são retratados, nos projetos de lei e discursos, como subcidadãos que precisam ser incluídos na dinâmica do trabalho formal. Os conflitos entre os defensores desses projetos e os próprios carroceiros, no entanto, indicam que o plano não os contempla, pois o desejo por eles expressado é de continuarem a realizar as atividades de coleta de recicláveis e transporte de material de construção (CAVALHEIRO, 2014; MATOS, 2012).

No Projeto de Lei apresentado em Recife, a proibição da tração animal é justificada como forma de estimular a inclusão social dos carroceiros e das crianças envolvidas nas atividades de tração animal (sublinhando que o fato contraria as normas de trânsito). Logo em seguida, o texto argumenta que Recife é uma área urbana e, de acordo com a legislação estadual, equinos, muares, asininos e bovinos só são permitidos na área rural de Pernambuco. A presença desses animais em Recife é caracterizada, então, como “nítida afronta ao que o mesmo [código] dispõe, colocando em risco a segurança, a saúde pública, o bem estar animal e o trânsito do Recife”. A partir daí, o problema do trânsito é destacado:

As carroças são agentes causadores de inúmeros acidentes e atrapalham a fluidez e as passagens dos veículos pelas vias, provocando engarrafamentos em um trânsito muito comprometido pelo crescente e elevado número de veículos automotores (...) Uma única carroça ocupa toda uma faixa da pista, tornando lento o trânsito e colocando em risco a segurança de todos. Se considerarmos a possibilidade de quebra das velhas e precárias carroças ou a hipótese de um alquebrado cavalo se machucar ou cair em exaustão em plena avenida, tem-se o bloqueio de uma pista e mais uma conturbação ao trânsito recifense. Tais hipóteses, em verdade, são fatos ainda muito recorrentes no Recife. (RECIFE, PLE 30/2013)

construção de uma identidade regional com a imagem de homens que lutam e desbravam as terras montados em cavalos, presente nos romances e relatos históricos. Mesmo nesse caso, a conexão emocional com o cavalo está diretamente relacionada ao seu uso como montaria útil, não como animal de estimação nos termos de Thomas (2010).

¹²⁶ O caráter social do nojo pode ser percebido no contraste entre as reações atuais às fezes de equinos e a postura de um médico que, em 1705, argumentando sobre os planos de Deus ao criar os animais, afirmou que as fezes dos cavalos tinham bom cheiro porque o Criador sabia que eles estariam sempre perto dos homens (THOMAS, 2010:24).

Apenas no sétimo parágrafo da justificativa, o Projeto de Lei desenvolve o argumento sobre os maus tratos, apontando como problema o sofrimento dos animais e também a “sensibilidade humana”, ferida diante da “cena medieval” dos cavalos agredidos. Mesmo nesse tópico, a conclusão, mais uma vez, é o perigo de os animais mal cuidados por proprietários pobres transmitirem doenças e causarem acidentes de trânsito:

No aspecto do bem estar e da defesa dos animais de tração, é público e notório que esses animais não são aptos para trabalhar diariamente no ambiente estressante, barulhento e superlotado do trânsito de uma metrópole como Recife. De constituição e saúde frágeis, apesar do tamanho, os cavalos possuem uma redução drástica de sua saúde e expectativa de vida ao serem mal cuidados e mantidos neste ambiente inóspito da paisagem urbana. Seus proprietários, de camadas sociais carentes, não possuem recursos financeiros para os devidos cuidados com a alimentação, assistência veterinária, vacinação, etc. de que necessitam. Além disso, infelizmente, esses nobres animais sofrem horrores sob o duro castigo do chicote, do excesso de carga, do trabalho sem água ou descanso regular, sob um sol escaldante, todos os dias. Tudo isso fere a sensibilidade humana de quem observa a cena medieval desse sofrimento silencioso e atordoante a que são submetidos os cavalos que conduzem as carroças (...) À noite, muitos desses cavalos são soltos nas ruas para comer o que encontram no lixo deixado nas calçadas, contraindo em pouco tempo um quadro de subnutrição e doenças, além de colocar em grande risco o trânsito por conta de atropelamentos nas vias públicas. (RECIFE, PLE 30/2013)

O texto apresentado em Recife assemelha-se ao que foi aprovado em 2008, em Porto Alegre, proibindo a circulação de veículos de tração animal (VTA) e de tração humana (VTH) na cidade. De acordo com Cavalheiro (2014), naquela lei o projeto de lei foi justificado como preocupação com a precariedade do trabalho humano em “condições de vida medievais” e a importância de proteger os animais. Analisando os anais das sessões legislativas dos três anos em que a questão foi debatida, porém, a autora encontrou um cenário similar ao que se repetiu em Recife. Nas falas no plenário, a preocupação com o trânsito era destacada, havendo uma quantidade inferior de referências ao bem estar animal e ainda menor à dignidade dos carroceiros e carrinheiros.

Como se depreende da simples leitura dos anais relativos ao Projeto de Lei 043/2005, a existência dos carroceiros e carrinheiros é vista como um problema social, pelas razões já referidas, como a questão do trânsito, dos maus-tratos aos animais, do trabalho infantil, da poluição, além do argumento de que o trabalho do carroceiro ou carrinheiro seria indigno. Dessa forma, a Lei das Carroças é tida, pelos seus apoiadores, como um “enorme salto de reurbanização” na cidade de Porto Alegre (CAVALHEIRO, 2014:25).

Matos (2012), por sua vez, analisa o mesmo processo como expressão de uma preocupação com os cavalos em detrimento dos humanos, posto que, de acordo com ela, a polêmica sobre a proibição girou em torno dos veículos de tração animal (VTA), e não dos veículos de tração humana (VTH).

(...) toda a disputa envolvendo a prefeitura, militantes da causa animal em Porto Alegre e carroceiros constituiu-se em torno dos cavalos que puxam carroças, e não dos humanos que puxam carrinhos. O que parece moralmente condenável não é o trabalho humano, e se dele ocorre, muitas vezes, nas mesmas condições extenuantes que o dos cavalos (...) O que está em jogo é a condenação do valor utilitário atribuído aos cavalos, de seu uso como instrumento de trabalho (MATOS, 2012:100).

O que Matos (2012) perde de vista é que o debate dos protetores é voltado para os VTA porque esses atores, diferente do poder público, não estão preocupados com a fluidez do trânsito, e sim com o bem-estar animal, por isso não julgam necessário proibir veículos de tração humana. A oposição a esse tipo de projeto, por outro lado, é feita justamente pelos carroceiros e carrinheiros, que pretendem dar continuidade a suas atividades, contrariando tanto a preocupação com o bem-estar animal (das moralidades de proteção e vegana) quanto a preocupação com o trânsito e a “modernização” da cidade. Entre os movimentos sociais, portanto, não há nenhuma postura de defesa à proibição dos VTH, apenas demandas para que esse meio de sustento seja garantido e melhorado. A proibição dos VTH, nesse sentido é entendida como ataque à liberdade individual dos carrinheiros (CAVALHEIRO, 2014).

A distância entre essas duas interpretações parece assentar no fato de que Cavalheiro (2014) voltou-se para a análise dos argumentos apresentados nos debates, enquanto Matos (2012) procurou analisar o conflito ocorrido do ponto de vista moral, mas o fez sem distinguir os ordenamentos morais acionados desses debates. Os gestores e vereadores, majoritariamente preocupados em civilizar a cidade e melhorar o trânsito, podem ter seus discursos entendidos do ponto de vista de uma coalizão entre a intenção de eliminar os transtornos causados pelas carroças e uma ideia de cidadania que exige a inclusão das pessoas entendidas como marginalizadas (os carroceiros e carrinheiros). Por outro lado, o discurso dos protetores, majoritariamente preocupados com os maus tratos, pode ser entendido do ponto de vista de uma confluência entre a moralidade de proteção e a moralidade vegana. O discurso produzido a partir dessa perspectiva pode ser entendido pela forma particular como os animais utilizados para tração são representados, a meio-

caminho entre um animal a ser protegido (como as espécies de estimação) e um animal a ser liberto da humanidade (como as demais espécies exploradas para o lucro).

Em meio aos debates políticos e acadêmicos sobre o tema, o caráter minoritário dos ordenamentos morais veganos e de proteção é perceptível nas reações de espanto diante das formas como os ativistas classificam os seres e estabelecem normas para o convívio com animais não humanos. Durante apresentação em um congresso de antropologia, o caso de Porto Alegre foi citado por uma antropóloga como “curioso” porque, naquela cidade, a lei que proibiu os VTA previu que, para que fossem adotados, os animais não poderiam ser utilizados para tração ou montaria. O comentário gerou reações de riso em um círculo de antropólogos e sociólogos, causando-me estranhamento. A disparidade entre o riso dos colegas e meu estranhamento indica o contraste entre a compreensão dos cavalos como animais de trabalho (sendo risível forçar as pessoas a mantê-los como animais inúteis) e os ordenamentos morais de proteção e vegano, que atribuem à instrumentalização dos animais o cerne dos problemas morais das relações humanas com eles¹²⁷. Do ponto de vista dessas moralidades, o ato de fazer os animais carregarem cargas é uma agressão, especialmente quando eles são postos em movimento com o auxílio do chicote. Além disso, especialmente no caso dos veganos, é comum que o ato de carregar um humano sobre as costas seja entendido como violência à dignidade do animal. O desagrado sentido diante dessas cenas é algo similar àquele hoje despertado pelos relatos de meninos brancos brincando com pequenos escravos que lhes serviam de montaria, que, há alguns séculos, não causava qualquer espanto ou problematização moral¹²⁸. A recorrente aproximação entre a exploração e o sofrimento de animais e humanos é apontada em alguns estudos como componente da moralidade de ativistas que defendem animais, comumente envolvidos em outras causas sociais (IRVINE, 2008; LAWRENCE, 1994; MATOS, 2012).

A operação de compromisso entre a sensibilidade antropocêntrica e a sensibilidade antropocêntrica e as moralidades vegana e de proteção, temporariamente reunidas pelo objetivo em comum de retirar os cavalos do ambiente urbano, gerou discursos distintos e, em alguns momentos, discrepantes entre si, revelando a instabilidade dessa

¹²⁷ A primeira diferença entre essas duas moralidades, como já foi explicado no capítulo dois, diz respeito às espécies que se destacam na zona de relevância, posto que os protetores se concentram (muitas vezes exclusivamente) em cães, gatos e cavalos, enquanto os veganos se concentram (muitas vezes exclusivamente) em animais utilizados como alimento, vestuário e cobaias.

¹²⁸ É válido lembrar que a analogia entre a exploração de animais não humanos e a escravidão humana é recorrente nos esquemas de pensamento veganos.

negociação.¹²⁹ Em Recife, a distância entre essas moralidades ficou mais clara porque a lei aprovada, que previu o fim da tração animal em 3 meses, foi alvo de questionamentos não apenas por parte dos carroceiros, mas também por uma parcela significativa da proteção animal e do ativismo vegano. As acusações feitas pelos defensores dos animais eram de que a prefeitura queria limpar a cidade antes da Copa do Mundo, não se importando com as consequências disso nem para os carroceiros (que ficariam sem trabalho), nem para os equinos. Prevvia-se que, numa atitude higienista, os equinos seriam amontoados longe dos olhos do público e seu destino seria a morte como consequência do confinamento ou sacrificado após uma epidemia de mormo¹³⁰. Após a prorrogação para o prazo de cumprimento da lei, a polêmica continuou e a lei recifense encontra-se arquivada.

A oposição dessa parcela dos movimentos de proteção e veganismo em Recife não foi contra o fim da tração, mas sim contra a pressa, devido à necessidade de tempo para garantir destino digno aos animais. Optou-se, nesse caso, por defender um período maior de transição e planejamento, mesmo que isso significasse mais tempo de convivência com a tração animal na cidade. O objetivo final de defensores da aplicação imediata e da reformulação da lei, no entanto, é o de retirar essas espécies do ambiente urbano, em que não se acredita que possam viver bem.

No caso das espécies canina e felina, as tensões entre a sensibilidade antropocêntrica e as moralidades fundadas na *sensibilidade de empatia interespecie* são bastante distintas, pois não se trata necessariamente de uma intenção de retirar os animais do espaço urbano, entendido como ambiente ao qual pertencem, e sim de definir onde e em que condições eles poderão circular. Surge, portanto, uma cobrança crescente para que sejam controlados, seja por seus tutores, seja pelo poder público, no caso dos que não possuem um responsável definido. Afinal de contas, se o medo de contato com os animais continua presente, o medo dos que estão "sem controle" é ainda maior - o que aponta para o desconforto gerado pela presença de cães e gatos soltos no espaço público.

¹²⁹ Operação de compromisso é o termo utilizado por Boltanski & Thévenot (2006) para se referir à coalizão entre dois ordenamentos morais em torno de um tema, que envolve a necessidade de certos ajustes e resulta em um ordenamento mais frágil em relação a críticas morais.

¹³⁰ Zoonose facilmente transmissível entre equinos. De acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde, deve ser combatida com o sacrifício obrigatório dos animais infectados.

5.2. CÃES E GATOS NO ESPAÇO PÚBLICO: UM PROBLEMA PARA A SENSIBILIDADE CIVILIZADA

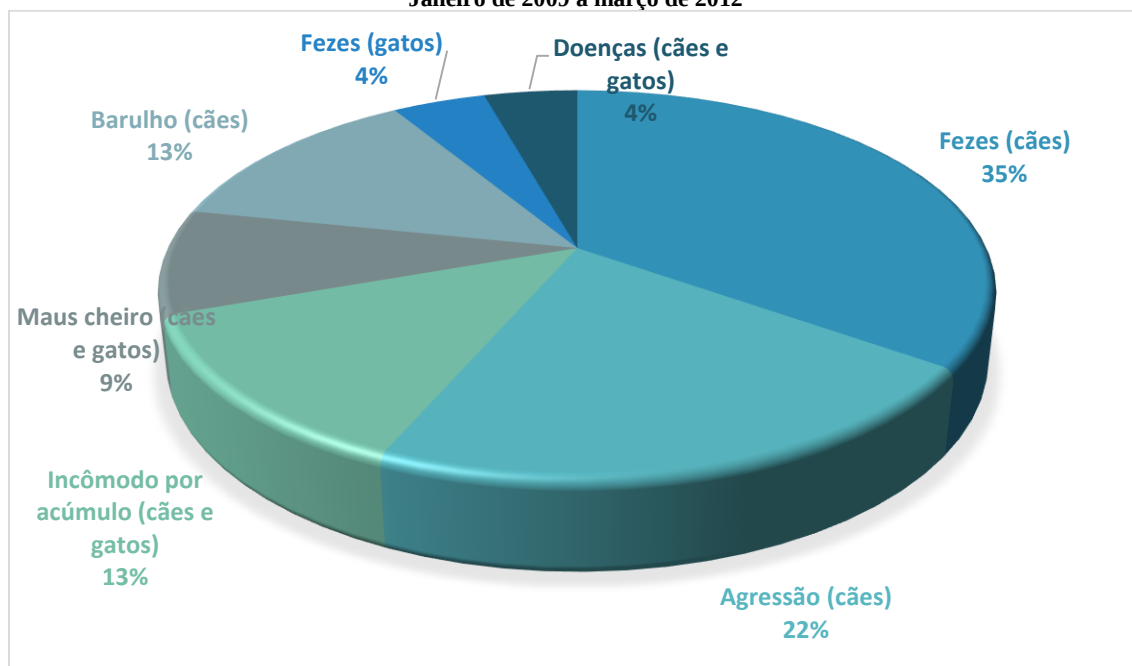
Nos capítulos 3 e 4, o debate sobre a mudança nos métodos de controle populacional de cães e gatos foi analisado a partir dos documentos da Organização Mundial da Saúde, do Conselho Federal de Medicina Veterinária e o Ministério da Saúde. Foi possível perceber que a busca pela eficiência e pela proteção à sensibilidade civilizada tem sido preponderante na decisão de trocar a política de captura e morte de animais errantes por uma política de esterilização de cães e gatos. Essa mudança, porém, exige a implementação de um programa intensivo de castração em massa para que a superpopulação de animais em situação de rua seja reduzida e, em Pernambuco, não existe atualmente nenhuma iniciativa nesse sentido. De maneira imediata, portanto, a proibição do extermínio de animais em situação de rua aumentou os conflitos relacionados à presença de animais no espaço público, pois a solução tradicional de chamar a carrocinha, embora ineficaz como forma de controle populacional, tinha o efeito visual higienizante de remover o problema de determinado local, ao menos por algumas semanas.

Desde que a “Lei da Vida” foi aprovada em Pernambuco (no final de 2010), os CVA deixaram de atender aos pedidos de recolhimento de animais, atendo-se apenas aos agressivos e com potencial zoonótico. O conflito de atribuições do Centro aumentou com a criação da Secretaria Executiva de Direito dos Animais (SEDA), em 2013, que seria responsável pela promoção de bem-estar e controle populacional, mas não possui estrutura física e oferece cirurgias da castração em pequeno número e em lugar de difícil acesso. Esse problema político é relevante para a compreensão dos debates a serem apresentados neste capítulo porque, ao mesmo tempo em que legitimou a atenção para os animais por parte do Estado, esse cenário gerou dois efeitos não planejados. O primeiro foi o aumento das exigências por parte da população, que passa a cobrar do Estado (especialmente da Prefeitura do Recife) o recolhimento, castração, tratamento e adoção de animais em situação de rua (especialmente de colônias que estejam causando incômodo). Dada a incapacidade institucional de resolver os casos numerosos pontuais (agravada pela ausência de uma política de controle populacional), o segundo efeito foi o aumento dos conflitos entre indivíduos que convivem com os animais errantes.

Os conflitos mais acirrados ocorrem quando parte dos envolvidos argumentam do ponto de vista de uma sensibilidade antropocêntrica, que limita a comunidade moral aos humanos, e outra parte argumenta dos indivíduos do ponto de vista da modalidade de

proteção, que inclui cães e gatos entre os seres moralmente relevantes e atribui aos humanos a responsabilidade de zelar por eles. Apesar das discrepâncias entre esses dois ordenamentos morais, uma operação de compromisso ocorreu entre eles em relação à presença de cavalos no ambiente urbano, pois, nesse caso, as duas perspectivas apontam a retirada dos animais como solução adequada. De qualquer maneira, a sensibilidade antropocêntrica tem destaque nessa questão. No mapeamento dos jornais pernambucanos, os cavalos foram citados em 26 ocasiões (matérias, notas ou cartas de leitores) como indicadores de degradação ou abandono por parte do poder público, enquanto os cães foram assim classificados em 9 ocasiões. Além disso, as queixas sobre os cães limitavam-se a situações consideradas fruto de descontrole, como a presença de animais soltos nas ruas (4), sua presença nos matadouros precários em que os animais “de produção” são abatidos (3 vezes) e junto às pessoas em situação de rua (2). Percebe-se, assim, que não parece haver, na mídia, uma demonstração de incômodo com a presença em si de cães ou gatos na cidade, como ficou demonstrado em relação aos cavalos. Em vez disso, os problemas apontados sobre a presença dessas espécies no espaço público dizem respeito à necessidade de maior controle por parte dos tutores. A respeito dessa demanda, 20 peças (entre matérias, cartas e notas) foram encontradas, sendo os cães citados 17 vezes e os gatos 3 vezes, como pode ser visto no gráfico a seguir:

Figura 4 – Notícias sobre problemas de convivência com cães e gatos. Pernambuco. Janeiro de 2009 a março de 2012



Fonte: elaboração própria

O que essa pequena amostra sugere é que a presença de um cão ou gato nas vias públicas pode tornar-se problemática a partir do momento em que esses animais causem sujeira, agressões ou sejam acumulados (resultando em sujeira, barulho e focos de doenças). Se todos esses inconvenientes citados na mídia dependem de ações de controle sobre o animal para serem resolvidos, é perceptível que os animais em situação de rua continuam sendo vistos como fonte de problema, posto que não circulam contidos por coleiras e não têm quem se responsabilize pelo recolhimento de suas fezes ou pela prevenção de doenças contagiosas. A recente mudança da política de controle populacional de cães e gatos em Pernambuco, portanto, não foi capaz nem de conter a superpopulação dessas espécies nem o medo sentido diante dos animais em situação de rua na Região Metropolitana do Recife.

O medo de adoecimento pelo contato com os animais é perceptível em todas as classes sociais e não se limita às zoonoses propriamente ditas, pois cães e gatos são comumente relacionados a doenças que não são sequer capazes de contrair ou transmitir para humanos. Em blogs que assumem a função de “manual de guarda responsável”, comentários feitos por internautas demonstram a extensão do pânico de contaminação pelo contato com esses animais¹³¹:

A. P. (mulher) - Obrigada, foi muito instrutivo . Mas na verdade vim à procura de tirar uma dúvida, pois uma **amiga está com Leucemia e disseram que isso aconteceu depois de uma mordida de gato**, estranhei, então fui tirar a dúvida. pelo que li entendi que o gato contamina o ser humano de muitas outras formas, menos por leucemia .Valeu !

S.N. (homem) **Eu trato cães como cães, não como ser humano, cada um no seu lugar. Nada de beijos e nem abraços.** Dormir na minha cama só uma mulher que não tenha principalmente gato.

E.S. (homem) - (...) até a hora que vc ou alguém pegar uma doença. Ai vc vai falar: Ai cuido tão bem deles, jamais pensei que iria acontecer comigo. **Acorda mocinha, já peguei gonorreia de gata**

D. (mulher) – Boa noite! **Se um cão morder uma pessoa com aids, o cão se contamina com aids também?** Não se contamina e o vírus morre? Ou ainda, o cão não desenvolve a doença, **mas o vírus fica vivo dentro do cão?** Ou o que acontece? Muito obrigada!

¹³¹ Os comentários de internautas a respeito de zoonoses, utilizados neste capítulo, foram feitos em publicações sobre zoonoses nos sites Terra.com.br, Maisequilibrio.com.br, saudeinfantil.blog.br e brupacifico.com.br. Para preservar a identidade dos internautas, optei por não divulgar o endereço completo das matérias nem identificar em qual delas foi feito cada comentário.

F.S. (homem) - Gostaria de saber sobre **uma doença que leva ao desmaio, me falaram que era o bicho do cachorro no cérebro**, e meu filho está com isso, gostaria de informação, ele desmaia toda hora....

J. (mulher) - tenho um gato, minha filha está constantemente enjoada, vomitando, dor de cabeça; e segundo o medico com **figado e baco alterado** . **Um amigo me disse que talvez seja causado pelo pelos do gato** isso é possível?

Ao longo do período de observação participante em eventos de adoção e de netnografia no facebook, esse temor foi expressado diversas vezes, tanto por pessoas que estavam tendo a primeira experiência de criar animais quanto por pessoas que estavam começando a conhecer a proteção animal e questionavam, preocupadas, se não tínhamos medo de “pegar alguma coisa” ou como poderíamos saber que aqueles animais não estavam doentes ou não seriam agressivos. Diante da persistência das representações da animalidade como perigo e das emoções negativas relacionadas (medo e nojo), as propostas de solução baseadas na sensibilidade antropocêntrica entram em choque com a perspectiva das moralidades fundadas na sensibilidade de empatia interespécie.

5.2.1. Medo persistente: cães e gatos como fonte de risco

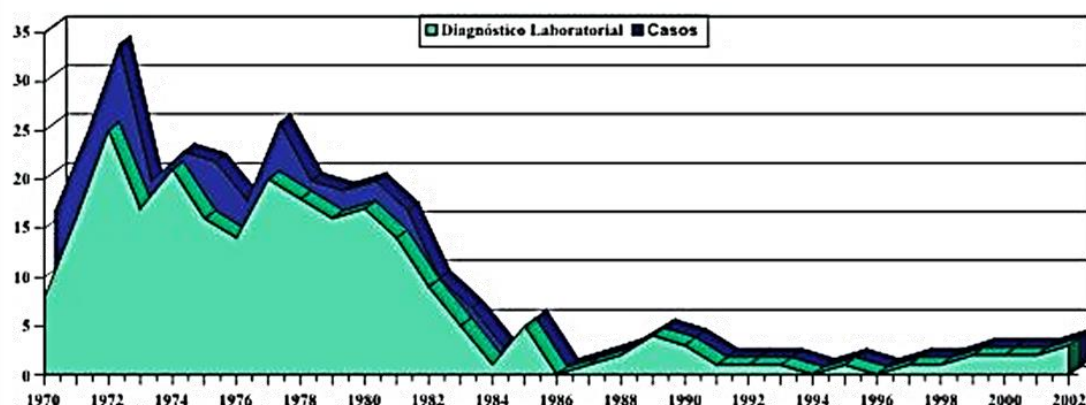
O medo é uma característica cultural que compõe as ambiguidades das relações com cães e gatos no Brasil e, como se pode perceber nos comentários de internautas listados acima, não é preciso que haja um risco objetivamente mensurável para que essa emoção se perpetue. Um exemplo importante de como essa emoção está presente na Região Metropolitana do Recife é a persistência de um forte temor em relação à raiva, a despeito da significativa redução da incidência dessa zoonose no Brasil.

Estimativas de 2001 sugerem que o número de mortes pela raiva em todo o mundo pode variar de 40.000 a mais de 70.000 por ano, com forte concentração no continente asiático (de 35.000 a 55.000 casos humanos por ano e aproximadamente sete milhões de pessoas recebendo tratamento antirrábico com vacina). O continente africano é o segundo com maior número de casos humanos de raiva (de 5.000 a 15.000 mortes por ano e cerca de 500.000 pessoas vacinadas contra a doença). Em comparação a esses continentes, a América Latina tem atualmente um número bastante reduzido de casos (menos de 100 por ano e média de 500.000 recebendo tratamento pós-exposição, todos os anos). Por fim, os menores índices estão na América do Norte e na Europa, com menos de 50 casos

humanos e cerca de 100.000 pessoas submetidas a tratamento antirrábico a cada ano (BELOTTO apud CORTEZ, 2006)¹³².

Similarmente ao que ocorreu na Europa e nos demais países americanos, a incidência de raiva no Brasil diminuiu substancialmente a partir da instituição do Programa Nacional de Profilaxia da Raiva (PNPR), com a realização de 350.000 tratamentos pós-exposição e cerca de 9.000.000 vacinas aplicadas em cães e gatos a cada ano. Como resultado, entre as décadas de 1980 e 1990, houve no Brasil uma redução de 78% nos casos humanos e 90% nos casos caninos de raiva (CORTEZ, 2006). O programa começou em 1973, atuando nas zonas urbanas das capitais e regiões metropolitanas, onde estava concentrada a maioria dos agravos e, até 1977, estendeu-se às cidades do interior e à zona rural. A redução dos casos de raiva humana é perceptível no gráfico a seguir, elaborada por Carrieri et al (2006) a partir dos documentos do Instituto Pasteur de São Paulo. No gráfico, os dados em azul são os casos notificados e os verdes (83,4% do total) são os casos com confirmação laboratorial.

Figura 5 - Número de óbitos humanos por raiva e de casos com diagnóstico laboratorial registrado no Instituto Pasteur (SP), 1970-2002.



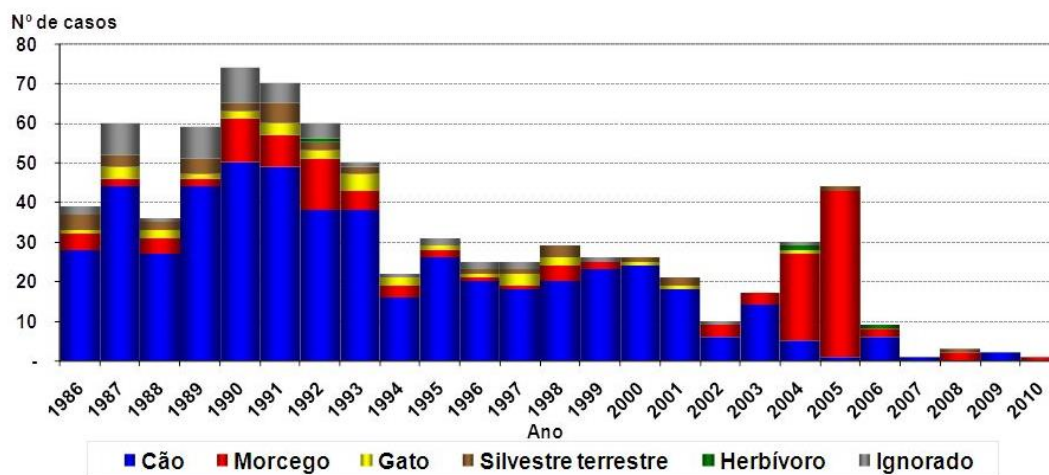
Fonte: Governo do Estado de São Paulo (CARRIERI *et al*, 2006)

Passados 40 anos desde a criação do PNPR, os casos de raiva atualmente estão concentrados na zona rural e a espécie canina, que até 2001 estava envolvida em 70 ou 80% dos casos humanos, foi em vários anos superado pela transmissão por morcegos hematófagos, mais comuns no meio rural. Também surgiu uma preocupação com outras

¹³² A discrepância entre os continentes é especialmente relevante quando se considera que na Ásia e na África ocorre extermínio sistemático de animais em situação de rua. A diferença entre esses locais e os continentes Europeu e Americano é a vacinação dos cães e gatos, que exige um investimento inicial alto para que se produza a vacina no país, como ocorreu no Brasil a partir da fundação dos Instituto Pasteur.

espécies da fauna silvestre, como saguis e raposas (BABBONI & MODULO, 2011; GOMES, 2004). Essa mudança pode ser conferida no gráfico organizado por Penna (2010), que, com dados mais recentes, destaca não apenas a queda na incidência, como também a mudança no perfil dos animais envolvidos nos casos de raiva humana.

Figura 6 - Raiva humana: casos por espécie agressora. Brasil, 1986 a 2010.



Fonte: Sinan/Ministério da Saúde (PENNA, 2010)

Após um período de grande queda entre as décadas de 1970 e 1990, a incidência de raiva no Brasil alcançou uma estabilidade a partir do ano de 1994, com os casos concentrados nas regiões Norte e Nordeste. Entre janeiro de 1992 e dezembro de 2001, foram notificados 313 casos de raiva humana no Brasil, sendo 28 no estado de Pernambuco, com uma média de 2,8 casos ao ano (GOMES, 2004:30). Atualmente, Pernambuco é o 2º estado mais atingido pela doença no Brasil, tendo apresentado 40 casos entre os anos de 2007 e 2010, em 22 municípios distintos (BRASIL, 2011:20).

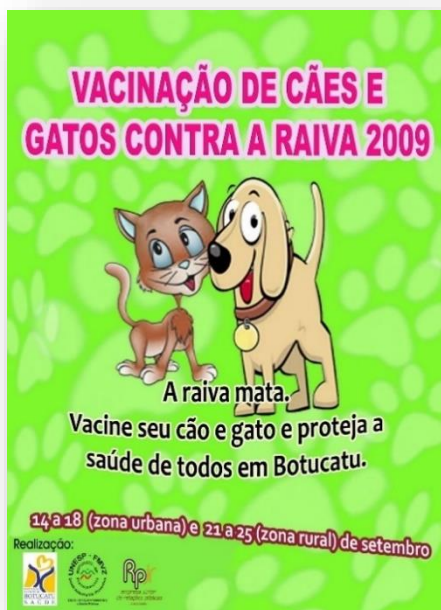
Embora a totalidade dos casos atualmente seja pequena e esteja concentrada nas zonas rurais, o medo em relação às mordeduras continua forte na Região Metropolitana do Recife, inclusive quando envolvem animais vacinados¹³³. Além disso, é possível constatar a persistência da associação entre os animais em situação de rua e a raiva, tanto nas falas cotidianas quanto na mídia. No ano de 2012, por exemplo, uma reportagem televisiva sobre a raiva, veiculada em um dos jornais locais, estimulava todas as pessoas mordidas ou arranhadas por cães, gatos ou animais silvestres a procurarem o tratamento antirrábico. Para anunciar a matéria, o jornalista que apresentava o programa leu o seguinte texto de introdução:

¹³³ É cabível citar que, nos levantamentos sobre mordeduras, uma parcela expressiva dos casos acontece dentro de casa, com animais conhecidos.

É muito comum encontrar cachorros soltos pelas ruas e avenidas da Região Metropolitana. Animais que, quase sempre, estão doentes ou famintos. Alguns são mais agressivos, chegam a atacar e morder as pessoas. De janeiro a julho desse ano, de acordo com a Secretaria de Saúde do Recife, mais de 2.500 pessoas foram mordidas na cidade. No ano passado foram quase 4.000 ataques. Quando isso acontece, você sabe o que fazer?

Ao associar animais em situação de rua a mordeduras e caracterizá-las como ataques de animais agressivos, a peça jornalística demonstra a persistência do pânico que, no capítulo 3, foi apresentado como característico das décadas de 1970 a 1990. Certamente as matérias desse tipo já não são recorrentes e tornou-se comum apresentar campanhas de vacinação antirrábica como ação para o bem dos próprios animais, mas esse é um processo com muitas discontinuidades. É assim que, no mesmo ano de 2009, as campanhas de vacinação dos municípios de Botucatu e São Paulo, ambos no estado de São Paulo, adotaram discursos bastante distintos:

Figura 7 - Cartaz da 41ª Campanha de Vacinação Antirrábica da cidade de Botucatu(SP). 2009.



Fonte: Blog RPjr/UNESP¹³⁴

Figura 8 - Cartaz de Campanha de Vacinação contra raiva. São Paulo(SP), 2009.



Fonte: Secretaria de Saúde. Prefeitura da Cidade de São Paulo¹³⁵

¹³⁴ Disponível em: <https://rpjr.wordpress.com/2009/10/20/rpjr-finaliza-projeto-em-botucatu/>

¹³⁵ Disponível em:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/vigilancia_em_saude/pecas_graficas/index.php?p=6755

Para além do foco na saúde humana ou animal, a campanha de vacinação promovida pelo Governo do Estado do Ceará em 2012 reforçava o medo em relação aos animais em situação de rua, a despeito do fato de que, em sete anos, apenas um caso dos cinco casos de raiva humano no estado ter sido associado a um cão.

Figura 9 - Campanha antirrábica no estado do Ceará. 2012.



Fonte: Prefeitura de Aracati¹³⁶

Além da raiva, um exemplo importante do pânico das zoonoses é a toxoplasmose, popularmente conhecida como “doença do gato” e representada como um perigo constante, alojado nos felinos, à espreita de uma grávida ou de uma criança para contaminar¹³⁷. As pesquisas com o protozoário apontam que um gato infectado libera oocistos por um período médio de uma semana e que os humanos não se contaminam pelo contato com o corpo ou o ambiente dos animais infectados, e sim pela ingestão de água não tratada, carne mal passada e verduras cruas mal higienizadas ou, com menor probabilidade, pelo manuseio de solo contaminado, seguido do ato de levar a mão à boca (CRMV-PR, CRMV-SC, CRMV-RS, 2010; ELMORE et al, 210; LIMA & LUNA, 2012; MACIEL, 2004; SCHNELL, 2012, SILVA, 2008).

Entretanto, contrariamente às indicações científicas, as representações sociais sobre a toxoplasmose apontam o contato direto ou indireto com o corpo de um gato

¹³⁶ Disponível em: <http://www.aracati.ce.gov.br/campanha-de-vacinacao-antirrabica-acontece-nesse-sabado-em-aracati/>

¹³⁷ Embora o protozoário *toxoplasma gondii* possa ser encontrado em qualquer espécie de ave ou mamífero é após passar pelo trato intestinal de um felino e ser liberado nas fezes que o parasito adquire a forma infectante, responsável pela contaminação do solo da água e, consequentemente, de plantas e animais.

contaminado como a principal (quando não a única) fonte de contaminação (SILVEIRA, 2015). A representação de perigo em relação aos felinos é reproduzida inclusive por profissionais da medicina, como indicam estudos sobre recomendações médicas, para gestantes, a respeito de toxoplasmose (CARELLOS, ANDRADE & AGUIAR, 2008; JONES et al, 2001)¹³⁸. A junção entre o medo e a falta de informação levam a atitudes de pânico, como a de uma prima que, durante a gravidez, telefonou assustada pedindo que eu fosse à casa dela tirar um gato que estava andando pelo jardim, porque o médico recomendara que evitasse qualquer contato com essa espécie, para não pegar uma doença que prejudicaria o bebê. Similarmente, uma das extensionsitas do Adote, quando engravidou, contou que sua mãe andava pela rua afastando os gatos para que não chegassem perto dela. Marcante também é o caso de Lindalva, que, grávida de 8 meses, encontrou uma gata abandonada no prédio em que morava e a resgatou para buscar adoção.

Lena - Como foi a reação das pessoas em relação a você ter trazido pra casa a gata durante a gravidez?

Lindalva - Olha, a família, que era quem eu mais acho que poderia se preocupar, ficou muito tranquila, até brincaram que minha sobrinha queria a gata e tal, em nenhum momento falaram dessa coisa de toxoplasmose e tudo, mas os médicos, as pessoas que tavam ligadas à gestação em si, disseram “ah, não foi um tempo legal, não foi uma coisa boa porque já tá chegando no final e pegar um gato de rua ainda mais. Não foi interessante, você não sabe a procedência e tudo...”

Lena - Os médicos que te alertaram foram os médicos com quem você se consultava ou amigos?

Lindalva - Amigos também, que eram da área de saúde e eu perguntei “ah, eu peguei mas tu acha que tem tudo isso a ver?” Porque geralmente quem fala que não tem nada a ver é quem cria gato, então eu queria falar com alguém que não cria e é da área de saúde e tudo, e me vieram essas opiniões de gente conhecida que não tá tão envolvido com a gestação, mas é da área de saúde, de infectologia, obstetrícia...

Lena - E qual era o risco que as pessoas diziam? Era uma coisa genérica, a toxoplasmose ou outra doença?

Lindalva - Não, era só toxoplasmose. Sempre falavam: “Ai, cuidado com a toxoplasmose! Cuidado com essa toxoplasmose que você não é imune, então você desenvolver agora... Não é um momento legal”.

¹³⁸ Em estudo com 364 ginecologistas-obstetras sobre medidas tomadas em relação à toxoplasmose, Jones et al (2001) observaram que as gestantes classificadas como arriscadas a contrair a doença eram identificadas da seguinte forma: 67% dos médicos apontaram a convivência com gatos, 30% citaram o consumo de comida crua ou mal cozida, 12% mencionaram o contato com as caixas de areia dos gatos e 9% citaram a prática de jardinagem. Cenário semelhante foi encontrado no Brasil. Em estudo com 420 gestantes em Minas Gerais, Carellos, Andrade & Aguiar (2008) identificaram que a proporção de mulheres informadas em relação ao gato como fator de risco foi de 95%, enquanto somente 70% foram informadas sobre o risco de consumir carne crua e 53% sobre a possibilidade de contaminação pelo consumo de hortaliças cruas inadequadamente higienizadas.

As representações a respeito da toxoplasmose geram imagens fantásticas de um risco disperso por todo o ambiente em que existam gatos, inclusive no ar. Um exemplo de como esse medo é propagado pode ser encontrado no site do médico Drauzio Varella, conhecido por sua participação no programa televisivo Fantástico. Em entrevista sobre toxoplasmose publicada no site, o médico infectologista consultado sequer cita o consumo de verduras mal higienizadas como fonte de contaminação, mas ressalta várias vezes o risco da simples presença de gatos no ambiente:

Drauzio - Como adquirimos esse parasita?

João Silva de Mendonça – Existem duas maneiras bem conhecidas de aquisição do *Toxoplasma gondii*. Uma delas ocorre em ambientes onde existam gatos, os grandes disseminadores do parasita na comunidade ambiental. Gatos infectados eliminam os ovos desse protozoário pelas fezes, poluem o ambiente e contaminam quem por ali circula. Não é necessário entrar em contato direto com eles, basta dividir os mesmos espaços. Imaginemos, por exemplo, alguém que detesta gatos e vai visitar um amigo que tem um animal desses em casa, mas que o tranca em outro aposento para que nem chegue perto do visitante. No entanto, ele se senta numa poltrona onde o gato esteve deitado e sem querer leva a mão à boca. Pronto, está fechado o circuito microscópico: a partir da poluição ambiental provocada pelo gato, o parasita infectou o ser humano¹³⁹(VARELLA, 2011).

Além da toxoplasmose, os gatos são comumente associados à alergia (entendida como transmissível), asma, dermatites e problemas neurológicos (por aspiração de pelos que supostamente poderiam chegar ao cérebro)¹⁴⁰. A repulsa motivada pelo medo foi um dado marcante em minha pesquisa de campo. Em quase todos os eventos de adoção dos quais participei, presenciei alguma cena de rejeição, desde caretas, seguidas de afastamento em relação às gaiolas dos felinos, até expressões de rejeição declarada como “afe, só tem gato” ou “não, gato não! Deus me livre!” Entre os diálogos registrados, dois podem ser destacados pela extensão do medo e pelo desfecho de frustração de minha parte, no papel de protetora, por não ser capaz de “eliminar” a emoção negativa sentida pelas pessoas:

Uma mulher, com cerca de 40 anos, contou que estava pensando em adotar um cachorro e, ao falar de sua rotina com muito tempo fora de casa, recebeu de mim a sugestão de que talvez um gato se adaptasse melhor. A mulher

¹³⁹ Essa forma de contaminação exigiria que o animal carregasse fezes contaminadas nos pelos, depositasse-as na poltrona e, naquele local, houvesse um ambiente quente e úmido para os oocistos esporularem. Em seguida, a pessoa precisaria colocar a mão no lugar exato em que isso houvesse ocorrido e, então, levasse a mão à boca. Essa conjunção de fatores é ainda mais improvável quando se considera o hábito que os gatos têm de se lambem várias vezes ao dia, removendo a sujeira dos pelos.

¹⁴⁰ O medo de contaminação por raiva não é citado pela presença de um gato, mas emerge em casos de arranhadura, mesmo que o episódio não tenha gerado ferimentos profundos ou incluído contato com a saliva do animal.

respondeu com uma expressão de surpresa e me disse que não queria um gato. Em seguida complementou que não fazia mal a eles, mas queria ficar longe dos gatos, porque tinha medo. Ri e expliquei que gatos não atacavam pessoas e que eram animais dóceis, mas ela explicou que seu medo era pegar doença, por isso quando ia à casa de uma amiga que tinha um gato, sempre batia o pé no chão e fazia sons para afastá-lo (shhhh, shhhh), porque tinha medo que ele se esfregasse em sua perna. Quando perguntei que doença ela achava que pegaria com isso, a mulher respondeu que “a doença do gato”. Passei cerca de 15min explicando como a toxoplasmose era transmitida e a mulher, surpresa com a chuva de informações, parecia incrédula. Abri uma gaiola, dei um beijo no gato que estava dentro e falei “viu? Não tem nada!” A mulher fez uma expressão de espanto e riu. Despediu-se de mim agradecendo “a aula” e dizendo que achava que não espantaria mais o gato da amiga - mas também não parecia nem um pouco inclinada a tocá-lo.

O segundo caso aconteceu no evento de adoção realizado durante a Exposição Nordestina de Animais de 2013, um evento que gira em torno dos animais “de produção” e, portanto, reúne muitas pessoas do interior do estado e/ou afeitas ao ambiente rural.

Um homem, com cerca de 60 anos, afirmou, com bastante certeza, que os pelos do gato eram perigosos porque poderiam ser aspirados e se alojar no cérebro. Foi necessário explicar sobre a função dos pelos no nariz humano e dos espirros e, em seguida, o destino do ar e das partículas aspiradas pelo sistema respiratório para que ele acreditasse que aquilo não era possível. A postura final de meu interlocutor foi de que, por via das dúvidas, era melhor ter cuidado porque, mesmo que não fosse para o cérebro, o pelo dos gatos poderia transmitir muitas doenças.

É interessante ressaltar que histórias assim dificilmente são ouvidas sobre os pelos dos cães. Seja por inexperiência com felinos, seja pelas representações negativas sobre os gatos, o fato é que os riscos a eles associados costumam ser majorados em relação aos riscos atribuídos aos cães, ainda que seja justamente a espécie canina o alvo prioritário das políticas institucionais de captura e morte como prevenção à raiva. Além disso, não observei expressões de repulsa a cães, apenas alguns gestos de medo e falas de “gateiros” afirmando que preferiam gatos, sem, no entanto, nenhuma demonstração de aversão à espécie canina. De acordo com Osório (2011), os gatos possuem um status ambíguo, pois são associados a animais domésticos e a selvagens e sua representação de “independentes e traiçoeiros” reforça a distância socialmente construída entre a espécie e os humanos.

5.2.2. Gatos como alvo de repulsa: os limites da civilidade

A dificuldade de controlar os gatos é tão característica que, ao definir os animais domésticos, Clutton-Brock (2003:26) alerta que essa espécie é uma exceção, pois, diferente das demais espécies domesticadas, os gatos andam por conta própria, de forma

que não temos domínio completo sobre a organização de seu território¹⁴¹.

De acordo com Serpell & Paul (2003), o bem estar e a sobrevivência dos animais no mundo moderno está em grande medida determinado pelo valor a eles atribuído e às formas positivas ou negativa com que os humanos os considerem. Essas atitudes em relação às diferentes espécies resultam de uma série de fatores, a começar por suas características físicas e comportamentais intrínsecas. Consultando pesquisas recentes, esses autores encontram como recorrência o fato de que mamíferos grandes, inteligentes e antropomórficos, por exemplo, quase sempre inspiram atitudes mais favoráveis que répteis, peixes ou invertebrados. Além disso, sublinham também a influência de fatores culturais, socioeconômicos e demográficos, como idade, sexo, ocupação renda, origem étnica, local de residência, nível de escolaridade e orientação religiosa. O resultado, ressaltam Machado & Paixão (2014), não é apenas uma classificação biológica, como também moral:

Neste modelo, animais “bons” são aqueles que aceitam a situação de subordinação em que se encontram, o que é o caso da maioria dos animais de companhia, animais de fazenda e animais de laboratório. Por outro lado, animais “maus” são aqueles cujo papel de subordinado é compreendido como incerto ou não aceito, como no caso das “pestes”, “vermes” e espécies com traços biológicos entendidos como monstruosos (MACHADO & PAIXÃO, 2014:235)

As expectativas sobre membros de espécies com as quais se convive são importantes na medida em que direcionam as interações e também o nível de empatia desenvolvida em relação a eles. Uma pessoa que não passe por uma socialização com determinada espécie terá interações mais pautadas em estereótipos que na leitura de expectativas e sinais e, por isso, terá maiores chances de estabelecer interações frustradas. Afinal, como imaginar o que pensa um animal que se julga não ser pensante? E como imaginar o que sente um animal quando não se conhece suas formas de expressão? Assim, indivíduos socializados apenas para lidar com cachorros muitas vezes têm experiências negativas com gatos. Esse, aliás, é um dos motivos citados por Machado & Paixão (2014) como motivação para o abandono de felinos:

As pessoas adotam um gato e desenvolvem expectativas sobre o papel que ele deve desempenhar como animal de estimação baseando-se nas mesmas expectativas geradas para o cão. Todavia, estes animais possuem características biológicas, comportamentais e evolutivas diferentes e

¹⁴¹ As outras características do animal doméstico são o domínio humano sobre a alimentação e a reprodução, controlados pelo fato dessas espécies serem mantidas em cativeiro.

expectativas iguais só conduzem à insatisfação (Machado & Paixão, 2014:242).

Os únicos gestos felinos amplamente difundidos no Brasil são o enroscar-se nas pernas, significado negativamente como demonstração de interesse egoísta, e o andar suave, significado pejorativamente como característica de larápios.

A representação simbólica dos animais não-humanos é fundamentada em sua biologia e comportamento e animais simbolizam características positivas ou negativas que vemos em nós mesmos ou que desejamos projetar nos outros. O cão, por exemplo, em função do seu comportamento social, exibe um grau de submissão significativo em relação à nossa espécie ao possivelmente compreender o humano como membro da matilha (MIKLÓSI; PONGRÁEZ; LAKATOS, 2005). Apesar das razões deste comportamento não serem morais, é comum interpretarmos este ato como símbolo de lealdade, amizade e respeito (...) Com estas atribuições, animalizamos pessoas e humanizamos os demais animais empregando conotações morais produtoras de consequências nem sempre positivas para os seres simbolizados (MACHADO & PAIXÃO, 2014:236).

Considerando o tipo de tutoria tradicional, os gatos são mais incômodos justamente por serem mais difíceis de controlar¹⁴². Mesmo quando domiciliados, os gatos pulam muros, apertam-se contra grades, sobem em janelas e, uma vez que chegam nas ruas à noite, participam de rituais barulhentos de acasalamento e/ou disputas territoriais. Suas ameaças são feitas com gritos altos, suas brigas são acompanhadas por gritos e perseguições que podem acontecer nos telhados, revirando telhas. Quando brigam na rua, atravessam as vias em velocidade, perseguindo um ao outro até que recomecem outra série de ameaças ou agressões. Da mesma forma que os cães, os gatos fazem demarcação territorial com urina, mas, diferentes daqueles, os felinos são capazes de fazê-lo em uma variedade maior de locais, pois conseguem subir e adentrar espaços inacessíveis aos corpos pouco flexíveis dos cães. No final da madrugada ou apenas pela manhã, escondem-se ou voltam para suas casas com fome, sujos e muitas vezes machucados.

Quando não estão em um local onde se sintam seguros, dificilmente se deixam acariciar por pessoas desconhecidas e, quando hostilizados com alguma frequência pela mesma pessoa, afastam-se dela. Diferente do que fazem os cães, dificilmente assumem uma postura submissa diante de indivíduos que lhes ameaçam ou agredem. Quando se

¹⁴² É interessante pontuar que atualmente há mais gatos que cães na França, mas, ao analisar a “paixão animalitária” pelos animais “da família”, Digard (1992, 1998) ignora os gatos, que não se enquadram em sua caracterização das relações com animais de estimação como motivadas pelo desejo inconsciente de termos um ser dependente e submisso à nossa inteira disposição.

sentem inseguros em uma situação, fogem e se escondem e, se alguém tenta segurá-los, arranham e mordem para se livrar e fugir. Quando estão famintos, podem rasgar lixo assim como os cães, mas, diferente destes, alcançam lixeiras altas. Quando estão ativos, divertem-se caçando e comumente entram em casa trazendo na boca animais que costumam despertar asco, como baratas, ratos ou lagartixas. Eventualmente, ainda, conseguirão caçar pássaros e, ao invés de nojo, despertarão uma sensação de que uma vida importante foi tirada injustamente. Essas sensações, obviamente, estão relacionadas à maneira como os animais caçados são representados e valorizados pelos humanos, mas a consequência é perceber os gatos como úteis (por controlar pragas), sujos (por ter contato com animais sujos, especialmente quando há formas civilizadas de combatê-los) ou maus (por caçarem animais que se desejaria que continuassem vivos).

As características sociais e a recente domesticação do gato dificultam o processo de submissão desejado pelas pessoas. Gatos são entendidos como independentes e resistentes (“sete vidas”) e acredita-se que se machucados ou abandonados, saberão se recuperar e encontrar formas de sobreviver. Sobre o comportamento predatório, o fato de caçar outros animais induz à sociedade a enxergá-lo como cruel e mal. Muitos acreditam que gatos são os maiores responsáveis pela extinção de espécies silvestres (LOSS; WILL; MARRA, 2013) e que são pragas que devem ser eliminadas (MORGAN, 2013). Embora os principais danos à fauna silvestre sejam os atos humanos de caça e destruição do hábitat e apesar de estudos mostrarem que o impacto gerado pelos gatos domésticos advém da introdução humana destes animais em áreas que naturalmente eles não alcançariam (FERREIRA; NAKANO-OLIVEIRA; GENARO, 2012), ainda assim é atribuída a este felino a culpa pela perda da riqueza ecológica dos ambientes. Como culpado, acredita-se que ele deva ser punido, logo maltratá-lo e matá-lo são atos aceitáveis e talvez até desejáveis (MACHADO & PAIXÃO, 2014:241).

Seja pela dificuldade de conter sua movimentação, pelo barulho de suas brigas e acasalamento ou pelo distanciamento que costumam manter em relação aos desconhecidos e por manterem o hábito de caçar animais considerados repugnantes, os gatos desafiam em vários aspectos o que se espera de uma convivência civilizada. Enquanto algumas pessoas consideram essas características admiráveis, não restam dúvidas de que, no Brasil, a imagem consolidada sobre os felinos é de que eles sejam traçoeiros, interesseiros e incapazes de se apegar a uma pessoa.

Gostaria de sugerir, portanto, que ver o gato como dependente é colocar-se no paradigma cientificista de supremacia humana sobre a natureza, mas também é vê-lo como um animal de estimação nas séries analíticas descritas por Leach (1983), conforme elencadas anteriormente, em que o animal está mais próximo do humano. Ao contrário, ver o gato como independente é colocá-lo mais próximo do selvagem. Quando se diz que o gato não tem afeto pelo dono, mas pela casa, é também um aspecto selvagem do gato que é enfocado, salientando-

se uma percepção de que ele não depende de humanos. A relação entre gato e traição, conforme apontada por DaMatta e Soárez (1999), parece corroborar essa independência que é, no mais, uma incapacidade de controlar o animal. É necessário, entretanto, se perguntar por que a pretensa independência do gato é correlacionada por algumas pessoas, conforme citação anterior de Saito et al. (2002), com arrogância e prepotência: possivelmente, porque demonstra a incapacidade de controle total da natureza pelo homem. (OSÓRIO, 2011a:255-256).

A partir dessa distância e das representações negativas em relação aos gatos, sacrificá-los ou expressar repugnância em relação a eles é sentido como menos grave que fazê-lo em relação aos cães. É assim que Osório explica porque as pessoas fazem piadas sobre comer "churrasco de gato", mas não sobre "churrasco de cachorro"

Há indícios que apontam para outras ambiguidades do gato. Além dos aspectos sobrenaturais e de consumo, diz-se comumente que ele é um animal que caça (ratos), característica dos animais selvagens. Não obstante, é também um animal de estimação e, portanto, humanizado. Seu status é ambíguo. Decorre dessa ambiguidade que se brinque com a possibilidade de ingesta da carne de gato, brincadeira que não é feita com relação ao cachorro, o que indica que um seria mais sagrado do que o outro (OSÓRIO, 2011a:245).

A piada sobre um gato estar "no ponto pra fazer um churrasquinho" já foi direcionada a mim várias vezes em situações variadas (na rua, em minha casa e em eventos de adoção). Essa recorrência e o fato de tais falas serem direcionadas a mim indicam o quanto são tomadas como inofensivas, mas, em outras situações, também já ouvi confidências de mulheres que perderam seus gatos e acreditavam que os felinos tivessem sido roubados com esse fim¹⁴³. Uma delas, inclusive, afirmou que o animal teria sido pego "pra servir de tira-gosto pra uns cachaceiros que tem aqui na rua". Notícia veiculada em 2015 indica que a desconfiança dessas informantes tem fundamento:

A Polícia Civil de Minas Gerais investiga a venda de churrasquinhos feitos de carne de gato em festa que reuniu milhares de pessoas em São Lourenço (MG), município de 42 mil habitantes a 390 km de Belo Horizonte. No sábado (15), foram encontrados 150 rabos de gatos espalhados em sacos de plásticos azuis, usados para lixo, na rua de entrada do bairro Vale dos Pinheiros, local onde foi realizada a Festa de Agosto, principal evento anual do município. A PM (Polícia Militar) Ambiental recolheu o material e encaminhou para a delegacia, onde foi aberto o inquérito (CHEREM, 2015).

¹⁴³ É válido ressaltar que todas as piadas que ouvi sobre "churrasco de gato" foram feitas por homens, de idades e classes sociais variadas.

Somando-se ao status “menos sagrado” do gato ao fato de que essa espécie se multiplica mais rápido que a canina em abrigos e colônias urbanas¹⁴⁴, os felinos são alvos mais comuns de envenenamentos em massa, algumas vezes defendido como solução para o problema da superpopulação de animais em situação de rua¹⁴⁵. Talvez isso ocorra justamente por serem entendidos como especialmente animais e por não termos no Brasil uma tradição de nostalgia em relação à vida selvagem, como ocorre na Europa. O fato é que, no Brasil, gatos que causem incômodos incivis como barulho, sujeira e insubordinação são passíveis das sanções aplicáveis aos bárbaros: exclusão e eliminação.

Revisando os estudos sobre maus tratos no Brasil e nos Estados Unidos, Machado & Paixão (2004) percebem que os autores apontam uma maior incidência de atos de tortura, mutilação e envenenamento contra gatos que contra cães. Essa disparidade, ressaltam, pode ser ainda maior se for levado em consideração que há um alto grau de subnotificação de maus tratos contra felinos, pelo fato de seus tutores muitas vezes não registrarem seu desaparecimento ou morte.

Em pesquisa com a comunidade acadêmica de um dos prédios da UNB, em que, segundo denúncia na imprensa, 9 gatos haviam sido envenenados em um curto período de tempo, Saito et al (2002) aplicaram um questionário misto com 309 informantes, dos quais 35 se manifestaram a favor da matança dos animais. No início do questionário, os informantes realizaram livre-associação, apontando livremente 3 palavras que expressassem suas reações aos gatos. Ao agruparem as respostas em categorias, os autores encontraram expressões de afeição (223 das respostas) e de admiração em (193), por um lado e, por outro lado, expressões de aversão (215 respostas) e de medo (75). Com recorrência inferior, apareceram também termos remetendo a indiferença (46), superstição (11) e utilidade (10). A análise aponta para o fato de que os gatos despertam emoções fortes, sejam elas positivas ou negativas:

Estas respostas produzem um padrão de 426 posicionamentos positivos em relação aos gatos, 301 negativos e 46 indiferentes. Muito embora o

¹⁴⁴ Colônia é o termo nativo para grupo de cães ou gatos que se estabelecem em um local de maneira fixa, geralmente por encontrarem ali disponibilidade de alimento (restos de refeições humanas, lixo ou alimento ofertado diretamente por pessoas que frequentam o lugar). É Comum que esses locais sejam escolhidos por quem pretende abandonar um animal esperando que ele possa “se virar” para conseguir alimento.

¹⁴⁵ Assim como a captura e extermínio pela carrocinha, sabe-se que os envenenamentos não são forma eficaz, tampouco ética, de reduzir a população dessas espécies, mas a crença de que isso seja possível persiste e é esporadicamente expressa ou realizada por indivíduos que se mostram incomodados com a concentração de animais em abrigos e colônias. Acompanhando algumas dessas colônias ao longo da pesquisa, pude perceber que a reposição dos animais após um envenenamento em massa acontece em um intervalo curto de tempo.

posicionamento a favor dos gatos tenha se apresentado majoritário, o que merece destaque é o fato de que os posicionamentos positivos e negativos superam sobremaneira o posicionamento de indiferença, confirmando a afirmação de Miller (1996) de que os gatos despertam fortes sentimentos e emoções nos seres humanos, contra ou a favor, e raramente de indiferença (SAITO, et al, 2002:132).

Diante desses dados, as pesquisas europeias e norte-americanas precisam ser utilizadas com certas ressalvas na interpretação das relações com animais de estimação no Brasil, especialmente no caso dos felinos. Ao escrever sobre o massacre de gatos realizado por operários franceses em 1730, caracterizado por um de seus participantes como hilário, Darton, afirma, na década de 1980, que a reação gerada pelo episódio nos leitores atuais seria de repugnância, como resultante das transformações ocorridas no período entre o episódio e o momento atual.

O episódio em conjunto, o massacre dos gatos acrescido de *copies* [representações cômicas relembrando um ocorrido], é destacado como a experiência mais hilariante em toda a carreira de Jerome. No entanto, o fato surpreendo desagradavelmente o leitor moderno, que não o acha engraçado, mas quase repulsivo. Onde está o humor num grupo de homens adultos balindo como bodes e batendo seus instrumentos de trabalho, enquanto um adolescente reencena a matança ritual de um animal indefeso? Nossa incapacidade de entender a piada é um indício da distância que nos separa dos operários da Europa pré-industrial (DARTON, 1986: 106).

Embora não chegue a ser comumente caracterizada como hilária, a morte desses animais ainda é desejada, provocada e defendida publicamente no Brasil¹⁴⁶.

A capacidade de mobilizar emoções díspares ficou evidente em 2012, quando o cientista político Daniel Menezes publicou um artigo opinativo intitulado “Morte aos gatos”, em que cobrava do poder público mais eficácia na captura e eliminação de felinos em Natal, especialmente no campus da UFRN, pois, de acordo com ele, a cidade passava por um grande surto de toxoplasmose, resultante do contato com os gatos. O texto é introduzido com um ataque à “inversão de valores” representada pela condenação à política de captura e morte de animais em situação de rua:

O que pensar de uma relação em que uma pessoa deixa de se importar com outro indivíduo para se autoafagar como benfeitora porque alimentou um cachorro de rua? Como conceber que, enquanto países como França, EUA, Inglaterra etc., fazem controle da população de animais – sim, o excesso é sacrificado –, nós, em Natal, estamos sofrendo – pela suposta bondade de alguns – com o aumento do número de infectados com a chamada ‘doença do

¹⁴⁶ Por outro lado, em consonância com a conclusão de Osório (2011) sobre sacralização dos cães, o desejo de eliminação em massa da espécie canina, mesmo que exista, não chega a ser defendido abertamente.

gato', a toxoplasmose? O que tornou possível a inversão de valores? Em que o paradeiro de um bicho se torna mais importante do que o sofrimento de um ser humano? (MENEZES, 2012a).

A solução cobrada (morte aos gatos) é justificada com uma reafirmação do ordenamento moral em que humanos são inquestionavelmente superiores a cães e gatos. Além disso, a imagem de animais em situação e rua como perigosos é reforçada com a afirmação de que o ato de os alimentar deva ser criminalizado por constituir-se em uma ameaça à vida das pessoas:

Além de matar o excesso de gatos, por uma questão de saúde pública, o poder cabível deve criar legislação para punir civil e criminalmente quem alimenta bichos de rua e facilita a procriação de vetores de toxoplasmose, mas também de calazar, leptospirose etc. É assim nos países em que há uma hierarquia clara: um ser humano vale mais do que um gato, um cachorro ou um pombo. Porque não pode ser dessa maneira aqui também? Ou será que a gente prefere um gato vivo a nosso irmão, amigo, filho ou colega hospitalizado (MENEZES, 2012a).

Em artigo de resposta, publicado na Agência de Notícias de Direitos Animais, o ativista vegano Robson de Souza acusou Menezes de incitar violência contra os felinos a partir de uma falsa dicotomia entre defender a vida dos humanos e a vida dos gatos. Como é recorrente nos debates sobre felinos, Souza afirmou que Menezes agiu de forma intelectualmente desonesta, por fornecer informações incorretas sobre a transmissão da toxoplasmose e sobre os métodos eficazes de controle populacional. Ao concluir o artigo, recorreu ao paralelo entre o extermínio de animais e o holocausto:

É de se perguntar por que algumas pessoas, usando de falácias e preconceitos para emitirem uma opinião que deixaria o alto escalão de regimes totalitários genocidas com inveja, preferem ser “politicamente incorretas” a ser respeitadas, empáticas e intelectualmente honestas (SOUZA, 2012a).

Quando a resposta de Souza foi publicada, centenas de comentários já se acumulavam no artigo original, em uma polêmica acirrada a respeito do tema. Baseado em um ordenamento moral no qual os animais não humanos não são relevantes, o autor do artigo “Morte aos gatos” despertou a fúria de internautas de diferentes estados do país, que deslegitimavam sua reivindicação como cruel, injusta e desinformada. Algumas respostas publicadas na sessão de comentários do site “Carta Potiguar” exprimiram características semelhantes às que foram analisadas no capítulo 4, sobre os casos de maus tratos contra animais de estimação. Entendendo o artigo como incitação à violência contra os gatos, dezenas de internautas reagiram de forma passional, utilizando o espaço virtual

como espaço de expressão de uma agressividade que já não tem legitimidade nos encontros face a face. Entre os comentários agressivos contra o autor, foram recorrentes os questionamentos à sua capacidade intelectual, honestidade e honra, além de xingamentos, pragas e ameaças. Por outro lado, entre os comentários em defesa, o padrão recorrente era o reforço ao pânico em relação às zoonoses e à ideia de que defender os gatos significaria desprezar a vida humana.

Em resposta, Menezes (2012b) publicou um novo artigo, em que caracterizou os defensores dos animais como fundamentalistas e citou como exemplos as ofensas recebidas e o fato desses sujeitos serem contrários aos testes de produtos em medicamentos em animais (o que, em sua opinião, seria algo impensável). Diante desse cenário e do novo artigo de Menezes (2012b), Souza (2012b) publicou uma tréplica em que destacou argumentos científicos e deslegitimou as reações emocionais, pedindo aos leitores que se manifestassem prezando pela racionalidade, em detrimento da “bestialidade” que caracterizaria os comentários agressivos:

A indignação quase generalizada daquelas pessoas que respeitam os animais não humanos, eu incluído, é parcialmente justificável, visto que o artigo “Morte aos gatos!” usou, desde o seu título, de uma linguagem muito polemista, mordaz e provocativa, como se visasse não abrir um debate cordial e proveitoso, mas sim meramente semear a fúria dos considerados “politicamente corretos” e sacudir a bandeira de “politicamente incorreto com orgulho”, a mesma ostentada pelos Rafinhas e Narlochs da vida.

Digo “parcialmente justificável” porque parte das demonstrações de contrariedade ali vistas realmente não encontram embasamento racional e mesmo ético. Ofensas, ameaças e diversas outras formas de expressar revolta na base da baixaria e da irracionalidade não são razoáveis para nenhuma ocasião (...) Novamente demonstro minha reprovação às formas irracionais de se “defender” os animais, baseadas nas injúrias, nas ameaças, na imposição do medo, na revolta bestializada e irracional. Não é com tais métodos que os animais serão libertados da escravidão a que hoje são submetidos. Pelo contrário, a Razão e a Educação serão instrumentos sagrados para tanto (SOUZA, 2012b).

Além de diferentes ordenamentos morais, Souza (2012a, 2012b) e Menezes (2012a, 2012b) apresentavam diferentes interpretações sobre o que seria uma relação civilizada com os animais. Por um lado, Menezes falava em civilidade como uso racional e humanitário dos “animais não racionais”, apontando como exemplos seu uso para alimentação, pesquisas e testes farmacológicos, bem como a captura e morte de animais em situação de rua. Por outro lado, Souza apresentava civilidade como capacidade de debater e buscar soluções sem agressividade, seja contra humanos, seja contra outros animais.

Ainda na seção em que ele se explica sobre a defesa da política mortífera, o autor afirma que, se não houver uma política de matança (o que ele fala com outras palavras, bem sutis aliás) por parte do Estado, os governados é que levarão a cabo tal política. Acaba-se aí incidindo numa falsa dicotomia – ou o Estado mata ou as pessoas matarão, supostamente não havendo terceiras opções ou formas de evitar as duas ações –, ignorando ou subestimando a existência da alternativa de controle populacional baseada em esterilização, adoção e educação pela guarda responsável (...) E, no final, ele fala que isso é uma questão de saúde pública. Acontece, porém, que, quando se defende a matança de seres sencientes inocentes que podem ser tratados de formas não violentas, isso deixa de ser um problema estritamente de saúde e passa a ser uma grave questão de Ética (SOUZA, 2012).

Na polêmica gerada pelo artigo “Morte aos gatos”, as manifestações de apoio irrestrito, por um lado, e de ódio, por outro, demonstraram, mais uma vez, como as relações com gatos mobilizam emoções díspares e fortes. Situação similar ocorreu no caso de uma praça em Recife, conhecida como ponto constante de abandono de gatos, que se tornaram alvo dos cuidados de algumas moradoras locais, que se revezam para alimentá-los, medicá-los e castrá-los. De acordo com os relatos, o acúmulo de gatos no local é problema antigo, assim como os envenenamentos em massa – aos quais se seguem novos abandonos e a formação de mais uma colônia. Em janeiro de 2014, porém, um episódio de envenenamento em massa no local tornou-se mote para uma mobilização expressiva nas redes sociais, que repercutiu na mídia local (televisiva, impressa e virtual). Para evitar a morte dos animais remanescentes, um grupo de protetoras os retirou do local, onde foi marcado um evento de adoção, acompanhado de um protesto contra a crueldade, em que cruces foram fincadas na terra, remetendo aos animais mortos. Cerca de dois meses depois, segundo relatos de protetoras que acompanhavam o caso, o número de animais no local já superava o que havia antes do episódio¹⁴⁷. Em 2015, o local voltou a aparecer na mídia televisiva, mas, dessa vez, com reclamações dos frequentadores da praça, que cobravam providências para que os animais fossem retirados do local, pois não queriam conviver com fezes e risco de agressões ou doenças.

Como aponta Elias em relação ao controle da violência, a civilidade é limiar, sustenta-se nos mecanismos de manutenção da ordem, de forma que, quando esses

¹⁴⁷ No caso acompanhado por Osório (2015) no Rio de Janeiro, a situação é semelhante: um grupo começou a buscar adoção para cerca de 70 gatos de uma praça e, um ano depois, o número estimado de animais já era de 150 gatos. Muitos protetores costumam traçar uma conexão entre a divulgação desses locais e o aumento do número de abandonos, motivado por uma sensação de que os animais ali deixados serão auxiliados pelos protetores que atuam no lugar. Nesses locais, as sequências de “limpeza” e reposição ocorrem com frequência.

mecanismos se tornam instáveis, os padrões de civilidade também são abalados. Embora discorde da afirmação de Bauman (2008) de que não há moralidade na civilidade, é interessante retomar o alerta desse autor para lembrar que a moralidade civilizada não é uma moralidade de exclusão da violência, e sim de contenção na medida em que a ordem seja possível sem o seu uso. Assim, embora a sensibilidade civilizada atualmente tenha se expandido a ponto de condenar a violência contra animais não humanos, essa pacificação está condicionada à garantia de que sua animalidade não atrapalhe a ordem, a segurança e a higiene da cidade. Por essa razão, em lugares onde a sensibilidade civilizada seja o padrão, a ocorrência de epidemias facilmente leva à criação de estados de exceção em que os animais se tornam novamente sacrificáveis.

Um quadro bastante distinto resulta do desenvolvimento da sensibilidade de empatia interespecie, a partir da qual soluções aceitas pela sensibilidade civilizada tornam-se tabu. Pelo desenvolvimento da sensibilidade de empatia interespecie, o sofrimento e a morte das espécies por ela abarcadas geram emoções negativas muito fortes, em uma intensidade maior que a repugnância causada pelo nojo e pelo medo que abalam a sensibilidade civilizada. Diante disso, acata-se como sacrifício necessário a convivência com aspectos da animalidade construídos como repugnantes. Assim, apesar de, nesse contexto, as moralidades antropocêntricas e a moralidade de proteção partilharem o interesse de reduzir a população de animais em situação de rua, as emoções e preocupações que os motivam não poderiam ser mais diversas.

A concomitância entre essas posturas tão distintas em relação aos gatos na Região Metropolitana demonstra bem as discontinuidades do processo aqui analisado, bem como a diversidade de formas pelas quais são forjadas as relações com diferentes espécies. De acordo com Serpell & Paul (2003), a manutenção de animais de estimação pode atuar como uma ponte ética em relação aos animais, mas não há indicativos suficientes de que a simpatia gerada por essa relação se estenda a outras espécies. Algumas pesquisas indicam por exemplo, que as pessoas tendem à simpatia em relação à espécie com a qual conviveram na infância, mas não tanto em relação a outras. Considerando que os gatos têm pequena representatividade nos lares brasileiros e o crescimento da presença deles tem se expandido muito recentemente, é possível compreender a forma pela qual as representações negativas sobre essa espécie continuam fortes.

A propósito do caráter contraditório dos processos de mudança, cabe uma referência ao caso da Inglaterra que, até meados do século XIX era considerada uma das nações mais cruéis com os animais e, em cerca de duas décadas, abrigou um rápido

crescimento da causa animal e sua população passou a ser considerada especialmente bondosa com os “seres brutos”. Por um lado, surgia a (Royal) Society for the Prevention of Cruelty to Animals (RSPCA), as primeiras leis de proteção aos animais, vários casos de punição a atos de crueldade contra animais e surgiu a primeira onda do movimento antiviviseccionista; por outro lado, a vivisseção se estabelecia como prática científica e era realizada em praça pública, os cavalos eram usados até a exaustão e abandonados na estrada, a caça era a principal diversão da aristocracia e os cães eram exterminados a propósito de combater a raiva (RITVO, 2013; THOMAS, 2010). Esse processo, ressaltado por Ritvo (2003), foi marcado por relações diversas e contraditórias, marcadas muito mais por preocupações retóricas e simbólicas que por condições materiais e que refletia muito mais as relações entre humanos que aquelas entre estes e outras espécies animais.

A dificuldade de entender as relações entre humanos e animais de acordo com qualquer princípio único ou grande narrativa que pudesse acomodar da caça ao controle de doenças, - ou mesmo o ativismo humanitário e antiviviseccionista – sugere que a própria noção de “animal” não era determinada exclusivamente pelas realidades zoológica ou econômica encarnadas pelas criaturas, por mais convincentes que elas pudessem parecer. Ao invés disso, essas relações eram significativamente influenciadas pelo controle humano ou pelas contingências culturais (RITVO, 2003:114).

Nessa mesma direção, faz-se necessário reconhecer o caráter descontínuo dos impulsos civilizadores para que se possa analisar as ambiguidades intrínsecas à emergência de problemas morais a partir do desenvolvimento da sensibilidade de empatia interespecie nos grandes centros urbanos brasileiros. Como foi apontado nos capítulos 2 e 4, as moralidades de proteção, de parentesco e vegana surgem a partir dessa mesma sensibilidade, que consiste no reconhecimento de certas espécies de animais não humanos como dotadas de vida mental e emocional e, ainda, de valor moral. Embora resultantes de uma expansão dos impulsos civilizadores, essas moralidades entram em contradição com certas tendências identificadas por Elias (1994, 2001, 2011), como a tendência de afastamento em relação à animalidade, o aumento nos patamares de nojo, e a hierarquização moral entre civilizados e incivis. A partir desse choque, a presença de animais de estimação nas ruas da cidade gera preocupações e emoções bastante distintas dessas que caracterizam a sensibilidade civilizada.

5.3. SENSIBILIDADE DE EMPATIA INTERESPÉCIE: CONTRASTES COM A CIVILIDADE E A MORALIDADE INDUSTRIAL

A percepção da superpopulação de animais em situação de rua como problema de saúde pública é uma condição ambígua presente nos centros urbanos, pois serve de argumento tanto para os que defendem a sua eliminação quanto para os que defendem investimentos em sua proteção. Essa ambiguidade fica especialmente explícita quando protetores de animais participam da redação de projetos de lei, pedidos de financiamento ou mesmo pautas para a imprensa. Em todos esses casos, é considerado eficaz, para receber atenção, afirmar que a realização de controle populacional e de cuidados com a saúde dos animais é questão de saúde pública, como já destaca Matos (2012). Assim, a transmissão de zoonoses é posta em foco e os animais de estimação com acesso à rua (domiciliados ou não) são apresentados como transmissores em potencial. Por outro lado, com receio de estimular maus tratos e envenenamentos por medo de zoonoses, os mesmos protetores sentem a necessidade de reduzir ou negar o risco de qualquer transmissão quando dialogam com o público mais amplo. Além disso, sentem-se ofendidos quando algum órgão estatal ou da mídia trata os animais de estimação como transmissores de doenças. Para os protetores de animais, as informações sobre zoonoses são tratadas como argumento retórico que deve ser enfatizado apenas na justificativa de projetos e relatórios.

Diante do temor de que animais sejam maltratados ou abandonados como forma de prevenir doenças, a reação inicial dos protetores é negar a possibilidade de transmissão e, se o assunto persistir, sublinhar os hábitos de higiene e os cuidados com a saúde do animal como determinantes na ocorrência ou não de contaminação, em detrimento do contato com os animais. Mais uma vez, os comentários de internautas em matérias sobre zoonoses dão uma mostra interessante:

G. (homem) - É fato que **somos os maiores transmissores de doenças do planeta**; que vão desde o simples resfriado, até as mais perigosas DSTs. Entretanto, está na ingestão de carnes cruas ou mal cozidas, e ainda na ingestão de frutas, verduras e legumes mal lavados, o maior índice de transmissão do protozoário *Toxoplasma Gondii*, segundo dados mais recentes de pesquisas médico-científicas, sendo a cidade de Erechim RS, o lugar com a população mais infectada do planeta, seguido de Portugal, devido à ingestão de grande quantidade de carnes cruas ou mal cozidas e outros. Como teorias científicas constantemente são atualizadas por novos conhecimentos, sabe-se que **apenas 1% dos gatos poderá transmitir a doença durante apenas 15 dias da sua vida, sendo necessárias algumas outras coincidências para que isto ocorra.**

C. (mulher) - gostei do texto, bem explicadinho. lavar a mão quando chega da rua, lavar a mão quando brinca com o gato ou cachorro,, ter as vacinas em dia, e **não deixar o gato solto para não pegar doenças**, felino é um caçador e pode matar um rato ,pombo, etc e pegar doença. **lugar de gato é dentro de casa, brincando com seu brinquedinhos, dormindo, comendo ração, agua limpinha e sua caixinha de areia sempre limpa. se fizermos tudo certinho não tem doença**, pq como diz o texto ate uma carne mal passada causa doença.

obrigada pelas informações... pra quem gosta de animais e cuida o texto ajudou muito em relação a doenças transmitidas pelos bichanos e totós...

M.A (homem) - O cão ou gato somente transmitirá doenças se estes estiverem doentes. Se você cuidar bem do seu animalzinho, levar periodicamente ao veterinário, vermifugar, passar todo mês anti-pulgas e carrapatos, não esquecer das vacinações, ter cuidados com a higienização do animal, ele não vai ter nenhuma doença para transmitir. Por essa lógica da matéria também não podemos dormir com nosso cônjuge, pois humanos também transmitem um monte de doenças. Pela lógica da matéria seria como se achássemos um gato na rua, e já colocássemos para dormir com a gente, neste caso o gato com certeza poderia nos transmitir doenças, pois ele estava exposto a um monte de bactérias, vírus e pestes na rua, coisa que é diferente com nosso pet que criamos em casa com todo cuidado e carinho.

A prevenção às zoonoses é atribuída a uma combinação de cuidado e controle, que inclui a alimentação com rações e o impedimento do acesso à rua. Responsabilizando as pessoas pela manutenção de sua saúde, a moralidade de proteção parte para um contra-ataque. Embora essa não seja uma postura geral entre os médicos veterinários, em alguns momentos esses profissionais lançam oposição direta a recomendações médicas, como nesta publicação divulgada no facebook:

Figura 10 - Cartaz digital sobre relação entre paciente, pediatra e animais.



Fonte: Página no Facebook “Vet da Deprê”^{148*}

¹⁴⁸ Disponível em: https://www.facebook.com/vetdadepre?_rdr=p

Para a sensibilidade de empatia interespecie, não apenas ameaçar ou defender o extermínio tornam-se problemas. O fato de alguém apontar os cães ou gatos como fonte de risco ou incômodo já pode ser motivo para protestos, visto que, para os protetores, qualquer colocação negativa sobre cães e gatos é um potencial gerador de maus tratos. É justamente por isso que os médicos são muitas vezes percebidos como antagonistas, por fazerem recomendações para que as pessoas “livrem-se” dos animais ou afirmações como “você vive com seu pior inimigo”, como relatou uma das internautas no post acima. As respostas a essas situações são variadas: desde piadas, como outra internauta que sugeriu que se fizesse com o médico o que tradicionalmente seria sugerido a respeito dos animais (“imediatamente coloque numa caixa e abandone na estrada”), até ataques diretos à credibilidade dos profissionais da medicina humana.

O ressentimento em relação à classe médica e o argumento de que médicos não sabem nada sobre zoonoses são recorrentes, especialmente em diálogos com grávidas, casais jovens e pessoas que contam já terem “dado fim” a um animal por recomendação médica ou medo de doença. Nessa argumentação, é comum a afirmação de que o curso de medicina não tem uma disciplina sobre zoonoses, sendo essa matéria parte apenas dos cursos de biologia e medicina veterinária. Com esse ataque inicial, coloca-se em dúvida, a um só tempo, o conhecimento do médico sobre o assunto e sua honestidade intelectual – por dar uma recomendação a partir do senso comum, sem base científica.

A agressividade dessas estratégias e a insistência dos protetores em lançar campanhas de esclarecimento sobre a toxoplasmose indicam o quanto está sedimentada a representação negativa dos gatos como transmissores de doenças. Entre as campanhas educativas que os protetores compartilham nas redes sociais, muitas têm como objetivo combater o medo de contágio pelo contato com cães e gatos, entendido como causa de abandono e maus tratos.

Figura 11 - Cartaz Digital "Toxoplasmose: a culpa não é do gato".



Fonte: Projeto Esperança Animal (PEA)¹⁴⁹

Protetores exibem postura defensiva quando falam em médicos porque associam abandono de animais a indicações médicas. De fato, são muitas as histórias relatadas por tutores e adotantes em relação a repasses ou abandonos cometidos para proteger a saúde das pessoas de casa – algumas por recomendação médica, outras por recomendação de pessoas conhecidas. Apesar de nem todo abandono resultar de questões de saúde e nem todas as indicações nesse sentido partirem de médicos, esses profissionais são identificados como perigosos, pelo entendimento de que possuem grande poder de convencimento sobre os pacientes - especialmente no caso das grávidas e das pessoas com filhos pequenos.

¹⁴⁹ Disponível em: <http://www.pea.org.br/cuidados/toxoplasmose.htm>

De maneira mais ou menos refletida, protetores criam e reforçam uma imagem do médico como antagonista insensível, capaz de estimular o abandono de seres que não representam perigo para a saúde humana e incapazes de se preocupar com o destino que será dado aos animais. Os cães e gatos, nesse caso, são representados como vítimas inocentes da frieza e do especismo dos médicos. Essa imagem, que certamente exagera o papel dos médicos e generaliza sua atuação como negativa para os animais, resulta da percepção de que o medo de contágio pode gerar abandonos, maus tratos e defesas de ações de extermínio. Essa conexão é expressada no comentário feito a duas das publicações sobre zoonoses supracitadas:

G. (homem) - É verdade que é preciso ter os cuidados necessários com a higiene e os animais, que o são, como nós. Alguns comentários parecem demonstrar um elevado grau de especismo por outros seres vivos. E por isto, muitos são maltratados, abandonados pelas ruas à própria sorte para sofrerem todo tipo de atrocidades como apedrejamentos, pauladas, envenenamento, atropelamentos, entre outros.

A.P. (mulher) - Não sei o que sites e demais meios de comunicação pensam ao divulgar essas asneiras... todo animal, inclusive os seres humanos, podem transmitir doenças caso não estejam sendo criados dentro de condições sanitárias adequadas! E... diga-se de passagem: eh muito mais fácil um humano servir de fonte de infecções diversas para outro humano do que um cão ou gato! Me poupem desses textos acéfalos e sem o menor propósito além de causar pânico desnecessário!

Certamente, trata-se de uma estratégia discursiva a negação absoluta de qualquer possibilidade de contaminação no contato com os animais, pois esse argumento acaba omitindo o fato de que, embora não transmita toxoplasmose ou alergia, o contato com animais pode transmitir outras doenças menos graves, como afecções dermatológicas e parasitas intestinais. De maneira geral, os protetores sabem disso, mas não chegam a se preocupar de fato com esse tipo de contágio. Percebe-se, assim, uma diferença importante entre a sensibilidade de empatia interespecie e a sensibilidade civilizada, a despeito das afinidades entre elas.

Mais do que conviver com cães e gatos, é comum nas atividades de proteção entrar em contato direto com animais doentes, sujos, caquéticos, infestados de parasitas, com sarna, feridas abertas e bicheira, entre outros. No discurso nativo, tocar, abraçar ou beijar cães ou gatos nessa situação é uma prova de amor pelos animais, mas, pensando em termos elisianos, esses atos poderiam ser melhor definidos como prova de uma sobreposição das emoções civilizadas pelas emoções da empatia. Isso não significa que o

adoecimento e a morte dos animais deixem de causar impactos emocionais, mas que os protetores que lidam com esses fatos agem na contramão de emoções incorporadas em seu *habitus*. Isso acontece também aos ativistas veganos, que se acostumam a assistir a vídeos de abate e de práticas de maus tratos na indústria de alimentos. Em geral, as primeiras ações costumam gerar um forte abalo emocional e, com o passar do tempo, essas situações começam a ser encaradas sem tanto envolvimento emocional, tornam-se parte de um dever moral cumprido com relativo afastamento afetivo.

De acordo com Elias (2001), os impulsos civilizadores coíbem os aspectos elementares e animais da vida humana, associando-os a sentimentos de vergonha, repugnância, embaraço ou, em alguns casos, removendo-os da vida social pública. Nesse rol, em que se encontram as fezes, o vômito, as feridas, os fluidos e os odores corporais, estão presentes também o adoecimento e a morte.

A mudança de longa duração no comportamento das pessoas em relação aos moribundos segue a mesma direção. A morte é um dos grandes perigos biossociais na vida humana. Como outros aspectos animais, a morte, tanto como processo quanto como imagem mnemônica, é empurrada mais e mais para os bastidores da vida social durante o impulso civilizador. Para os próprios moribundos, isso significa que eles também são empurrados para os bastidores, são isolados (ELIAS, 2001:18-19).

A estrutura de sentimentos característica da civilidade, portanto, é marcada pela repugnância ao sofrimento, às doenças e à morte, gerando uma tendência de afastamento em relação aos doentes e moribundos. É por isso, explica Elias (2001), que os adultos atualmente sentem dificuldade para falar em morte, especialmente com as crianças, em contraste com a maneira como, em outras épocas, tanto o nascimento quanto a morte eram eventos mais públicos, presenciados por várias pessoas, inclusive crianças.

O afastamento dos vivos em relação aos moribundos e o silêncio que gradualmente os envolve continuam depois que chega ao fim. Isso pode ser visto, por exemplo, no tratamento dos cadáveres e no cuidado com as sepulturas. As duas atividades saíram das mãos da família, parentes e amigos e passaram para especialistas remunerados (ELIAS, 2001:37).

Assim como ocorreu com a violência, a dificuldade em lidar com o adoecimento e a morte também tem se tornado mais abrangente, passando a incluir o adoecimento e a morte de cães e gatos, que passam a despertar aflição. A ideia de tirar a vida de um animal passa a ser entendida como problema moral e, diante disso, a eutanásia deixa de ser uma solução simples como foi até a década passada, quando os animais de estimação da classe

média eram mortos quando apresentavam alguma doença que representasse custo, trabalho ou chance de sequela. Em 1986, uma carta de leitor na revista Cães e Companhia relata um caso de exceção e, ao fazê-lo, torna visível o padrão aceito naquele momento:

Teca veio substituir Rocky Marciano, que **morreu atropelado aos 3 meses** (...) a levamos, já mais crescidinha, para nossa casa numa praia do Arraial do Cabo. Teca passou, então, a ser **parte integrante de meus fins de semana**, acompanhando-me em minhas corridas pela praia. Era um prazer vê-la ao meu lado, alegre e **obediente**. Até que, depois de um fim de semana prolongado, recebi na segunda-feira a notícia de seu desaparecimento (CÃES E COMPANHIA, 198618).

Teca, uma cadela de raça de grande porte que vivia na casa de praia, tinha como qualidades alegria, obediência e performance atlética, valores que reforçam que o tutor em questão compartilha da moralidade de propriedade. No final de semana após o desaparecimento, o tutor conta que acordou com as crianças anunciando o retorno da cadela e, sem meandros, conta “Logo que a vi, porém, desejei que não tivesse aparecido”:

Minha pobre *Weimaraner* [raça alemã]¹⁵⁰ estava esquelética, só pele e osso, mal conseguia abanar o rabo. **Além de parecer uma simples vira-lata**, ela estava com a pata esquerda dianteira no ar, numa prova evidente de grave fratura (...) **Pensei com meus botões: a única solução é matá-la**. Procedendo assim, estaria não só evitando o seu sofrimento, mas o meu, de vê-la mancando para o resto da vida”

Por não ter coragem de “executar a decisão”, o leitor conta ter levado a cadela para ser sacrificada em uma clínica e o veterinário recusou-se a fazê-lo por haver como curá-la. Operada, a cadela foi deixada na clínica por três semanas e, ao buscá-la, o tutor ficou decepcionado com o resultado e, após alguns meses, mudou de ideia ao perceber que a cadela recuperara sua performance:

Cheguei a me arrepender de ter cedido à vontade de minha mulher. **Teria sido tão mais prático (e menos oneroso) substituí-la por outro cão da mesma raça!** Por isso fiquei bastante surpreso ao ver que, poucos meses depois, Teca estava quase totalmente curada (...) Hoje ela **voltou a correr pelas areias da praia de Cabo Frio, quase com a mesma velocidade de antes**. Quantos ensinamentos ela trouxe à nossa família! A palavra impossível já não existe mais no meu vocabulário.

¹⁵⁰ O padrão da Confederação Brasileira de Cinofilia descreve o *Weimaraner* como “versátil, fácil de ser treinado, firme de temperamento e apaixonado cão de caça. Perseverante em sua busca, mas não muito agitado. Notável habilidade para o faro. Preparado para capturar a caça ou animais selvagens; é um bom cão de guarda, porém sem agressividade”

Se magreza e pata quebrada já não parecem motivos para sacrificar um animal, a visão que gerou esta reação no tutor, hoje é motivo de choque para a sensibilidade civilizada que pretende evitar a imagem de doença. Em uma busca rápida no Google, com as palavras-chave “posts irritantes”, “etiqueta no facebook” e “irritantes + redes sociais”, é possível encontrar, entre as listas, recomendações para que se evite imagens de pessoas ou animais feridos ou doentes:

Coisas que você NÃO deve postar no Facebook:

1. Fotos perturbadoras

Fotos de bebês famintos, cães queimados e pessoas com desfigurações horríveis são de mau gosto, e muito perturbadoras para algumas pessoas. Sabemos que geralmente essas imagens estão envolvidas em uma boa causa, mas antes de postar ou compartilhar seja criterioso (UNIVERSIA, 2012)

Mais de 15 dicas para não passar vergonha no facebook

2) Compartilham fotos com crianças ou animais doentes; Já basta o bombardeio de mensagens negativas e tragédias que a televisão aberta e jornais transmitem diariamente, não é mesmo? (IAZZETTA, 2014)

No manual de etiqueta do site UOL, as recomendações foram acompanhadas por imagens reais de posts considerados inadequados e, na regra sobre os animais, a imagem era de um cão muito magro (com as costelas à mostra) tomando soro, que acompanhava um pedido de lar temporário:

Figura 12 – Manual de etiqueta no facebook. Site Uol



Fonte: Site Uol¹⁵¹

¹⁵¹ Disponível em: <http://tecnologia.uol.com.br/album/2013/05/16/manual-de-etiqueta-facebook-evite-gafes-e-problemas-na-rede-social.htm>

A dica de etiqueta alertava:

Postar ou compartilhar fotos chocantes.
Pode ser que você não se importe em ver fotos que mostrem pessoas mortas e mutiladas ou até animais maltratados. MAS tem gente que sim. Pior: às vezes, só de curtir uma foto dessas, a imagem já aparece no feed de atualizações do seu amigo. Além disso, esse tipo de material requer cuidado ao ser publicado ou compartilhado, pois se alguém denunciar a foto, você pode ter o perfil bloqueado temporariamente (UOL, 2013)

Fora da internet, o dilema é ainda mais forte. A opção de manter animais mutilados, paráliticos ou gravemente doentes também fere a sensibilidade civilizada, pois implica em lidar com curativos, sujeira, sequelas e, no caso das doenças sem cura, com o lento processo de definhamento até a chegada da morte. Quando ela chega, o recalçamento é perceptível já no simples fato de que a palavra dificilmente é pronunciada. Quando se consolam sobre a morte de um animal, os tutores e protetores usam eufemismos como “virar estrelinha”, “ir brincar com São Francisco”, “ir para o céu dos cachorros/gatos”, “partir” ou “parar de sofrer”.

A ressignificação dos animais com aspecto de moribundos ou efetivamente moribundos na moralidade de proteção ocorre porque, tendo o altruísmo como valor maior, esse ordenamento moral implica em enfrentar sentimentos de repulsa e enxergar a senciência dos animais repulsivos. Quanto pior a condição do animal resgatado, maior o valor da ação realizada – daí o cão Dentinho, encontrado com vários problemas de saúde, com uma imagem repulsiva à sensibilidade civilizada, tornou-se ícone do combate aos maus tratos e foi retratado várias vezes em veículos da mídia pernambucana e de outros estados.

Depois de uma longa luta por sobrevivência, com ajuda de muito carinho e apoio de pessoas de todo o país, o poodle Dentinho morreu. O miúdo quase sem pelos, estava internado na clínica veterinária Animania, no bairro da Torre, com uma inflamação na boca. Pequeno e forte, Dentinho virou um símbolo na luta contra a crueldade com animais no estado.

Há pouco mais de um ano, ele foi achado pela cuidadora Lúcia Verônica, abandonado em frente ao Hospital Getúlio Vargas, na Caxangá, em Recife. O estado no qual se encontrava, sem pelos, olhos e dentes inflamados não permitia, sequer, identificar a raça do cachorrinho. Após fazer uma cirurgia para remoção dos olhos e de 11 dentes, também na clínica veterinária Animania, Dentinho foi identificado como um poodle.

Apesar do tratamento, a doença que tirou os pelos dele nunca foi descoberta. Os veterinários que cuidaram dele desconfiavam de um problema genético. Como a pessoa que abandonou Dentinho nunca foi encontrada, os veterinários não conseguiram precisar a idade dele.

Dentinho virou comoção nas redes sociais, recebeu ajuda de protetores de animais no mundo inteiro para custear o tratamento, superou o próprio estado de saúde. Foi adotado pela professora Verônica Wogeley e ganhou muito carinho e um lar (BRAGA, 2014).

Além de conferir virtude à pessoa, esse ordenamento moral confere posições mais altas aos animais que resistiram ao sofrimento, pois suas feridas e sequelas passam a representar não mais a proximidade da morte (e, portanto, remeter às emoções negativas geradas pela presença dos moribundos), e sim a capacidade de recuperação, uma espécie de vitória da vida sobre a morte e do cuidado sobre a crueldade.

Então a gente se concentra nos finais felizes, e os usamos como um bálsamo para amenizar os finais tristes. Nos concentramos nos gatinhos que foram salvos das ruas, que se recuperaram das doenças, que encontraram uma família, que estão felizes e quentinhos e mimados em seus novos lares. Nos concentramos nas peripécias dos filhotes, no primeiro ronronar de um gatinho assustado, na primeira brincadeira tímida de um gatinho que nunca brincou antes, num olhar que mostra os primeiros sinais de confiança. E então é impossível não abrir um sorriso, e sentir o coração transbordar com um amor tão grande que não tem como explicar. Por isso respiramos fundo, engolimos as lágrimas, e continuamos: pelos gatinhos que já salvamos, e pelos que ainda iremos salvar. Porque apesar de a vida não ser mais só cor de rosa, entre as cores sombrias conseguimos vislumbrar também algumas cores brilhantes: petibancos, tricolores, siamesinhos, escaminhas, branquinhos, malelinhos, pretinhos brilhantes e sedosos. E é como ver surgir um arco-íris depois da tempestade (PORTAL RESGATINHOS, 2012).

Quando o animal em questão morre, é comum que se console o seu protetor ou adotante afirmando que o animal falecido “está grato pela dedicação”, que “morreu conhecendo o amor” ou, ainda, que “morreu sabendo que o ser humano também pode ser bom”.

No caso dos tutores que partilham do ordenamento moral de parentesco, a emoção mais forte na decisão de eutanasiar ou lidar com o animal é a culpa, pois, nesse ordenamento moral, a reciprocidade é o valor essencial e o momento de velhice ou adoecimento é entendido como oportunidade para retribuir a lealdade do animal.

Em relação ao nojo, o processo pelo qual esses tutores e protetores passam parece semelhante ao de profissionais da saúde, que tendem a rotinizar a lida com feridas, secreções e funções corporais dos pacientes. Nas entrevistas realizadas, depois de perguntar sobre os aspectos incômodos ou inconvenientes da convivência, perguntei a todos se havia algo que lhes despertasse nojo e as respostas indicaram que essa emoção é suavizada entre as pessoas que lidam diretamente com os aspectos animais de seus cães e/ou gatos.

Na configuração atual, o medo e o nojo são enfrentados e reduzidos pela convivência com animais de estimação e pela individualização de animais em situação de rua, mas o espaço público não é visto como local adequado para cães e gatos. É cabível esclarecer, portanto, de que maneira a rua passou a ser entendida como lugar de onde cães e gatos devem ser retirados em benefício próprio, para que fiquem resguardados.

5.4. ANIMAIS NO ESPAÇO PÚBLICO COMO PROBLEMA PARA A SENSIBILIDADE DE EMPATIA INTERESPÉCIE

Nos capítulos anteriores, caracterizei sensibilidade de empatia interespecie como percepção de certas espécies como dotadas de sensibilidade, vida mental, preferências e afetos. A partir dessa forma de entender cães e gatos, a preocupação com a presença desses animais nas ruas não diz respeito à sujeira, desordem ou doenças que possam vitimar humanos, e sim ao fato de que, soltos e sem monitoramento, eles estejam vulneráveis a fome, doenças e, principalmente, maus tratos. A presença dos animais nas ruas e colônias gera emoções contraditórias nesses indivíduos, pois, ao mesmo tempo que observá-los ou ver-se rodeado de vários animais gera sensações agradáveis, o acompanhamento das mortes, abandonos e casos ou relatos de maus tratos desperta um temor pelo que pode vir a ocorrer a eles. É o que relata Alexandre sobre seus encontros com gatos nas ruas:

Alexandre - Eu vou, olho, admiro, vejo. Se ele tiver doentinho, cambaleando, precisando de alguma coisa, eu vou lá. Se ele for grande, forte e tiver saudável, eu fico olhando de longe. Joana é mais sociável, ela vê o gato e tenta socializar com ele. Se o gato for gentil e quiser carinho eu já fico preocupado e falo “ô, meu filho”... se for uma pessoa boa, né? Mas fico pensando... e se for uma pessoa ruim, uma pessoa de má índole?

Da mesma forma que o medo de contágio entre os tutores, o receio de maus-tratos entre protetores ganha status de realidade a partir de relatos anedóticos, sem que necessariamente tenham testemunhado casos semelhantes aos que temem. É assim, por exemplo, que o medo de que gatos pretos sejam utilizados em rituais de magia é compartilhado por mim e diversos protetores conhecidos, apesar de eu nunca ter ouvido um relato de alguém que experienciou diretamente esse tipo de situação, apenas rumores surgidos de tempos em tempos sobre alguém que supostamente estaria tentando adotar animais pretos com este fim. Por esse medo, muitos protetores têm muita precaução ao intermediarem a adoção de gatos com pelagem totalmente preta ou branca e recomendam

cuidado com esses animais, no dia das bruxas e em sexta-feira 13, temendo que os animais sejam roubados para uso em rituais ou que sejam maltratados por superstição.

B.C. (mulher) - Pessoal boa noite! Passando para lembrar que amanhã eh sexta feira 13 e quem tem gatinhos pretos e até branco para adoção ou em casa cuidem os bichinhos até passar esse dia. É comum a solicitação de "adoção" desses bichanos aumentarem nesses dias. Todo cuidado eh pouco.
(Grupo SOS Adoção Recife, 12 de fevereiro de 2015)

Figura 13 - Cartaz digital "Sexta-Feira 13 – proteja seu pretinho".



Fonte: Grupo SOS Adoção Recife, 12 de fevereiro de 2015.

Esse medo é considerado tão concreto entre os protetores que, no ano de 2013, um comercial da marca volkswagen foi tirado do ar após protestos que acusavam a peça de estimular preconceito e maus tratos contra gatos pretos.

O comercial, produzido pela Almap BBDO, mostrava uma pessoa estacionando um carro vermelho e sugeria que objetos de “sorte” e dispositivos de segurança do veículo teriam ajudado o motorista a estacionar em um local difícil. No final, um gato preto pula no capô, indicando que não dava para ter sorte o tempo todo.

A campanha teria sido considerada pelos donos de gatos e protetores de bicho de estimação uma forma de estimular maus-tratos contra gatos pretos, que já são vítimas de ataques em períodos como Sexta-feira 13 e Halloween. O próprio Centro de Controle de Zoonoses de São Paulo não faz doação de gatos pretos nessa época.

Em nota, a companhia informou que o comercial de varejo denominado ‘Superstição’ não será mais veiculado a partir desta quarta-feira (dia 6 de fevereiro) em respeito e atendimento às manifestações (BRITO, 2013).

O medo de maus tratos, porém, não se restringe aos animais em situação de rua nem aos pretos. A partir de notícias veiculadas na mídia e compartilhadas nas redes sociais, os riscos da livre circulação dos animais nas ruas torna-se mais concreto. Em janeiro de 2014, o site de notícias Uol compilou, com fotos e legendas, 58 notícias de maus tratos no Brasil e em outros 17 países. Entre os casos ocorridos no Brasil, 10 casos eram relatos de tentativas de assassinato de cães ou gatos em espaços públicos (envenenados, enterrados, queimados ou mutilados):

1.out.2013 - Quase 30 gatos foram mortos na cidade de Queimados, na Baixada Fluminense. Todos têm o mesmo sinal de violência, mas nenhum suspeito foi encontrado. Diante da onda de assassinatos, os felinos de estimação andam na coleira como se fossem cachorros

11.mar.2014 - Uma cadela da raça pastor alemão foi encontrada por um casal em um loteamento no RS no último sábado (8). Enquanto caminhavam no local, que atualmente é desabitado, eles escutaram grunidos e acharam o animal enterrado, apenas com a cabeça para fora. De acordo com o site Hora de Santa Catarina, a cachorrinha, que recebeu o nome de Vitória, está internada em estado grave e deve permanecer pelo menos mais 15 dias em observação. Os bombeiros acreditam que ela tenha ficado enterrada por mais de dois dias. Vitória perdeu um olho na tentativa de se salvar, além de estar com um corte fundo na cabeça, que, segundo o veterinário que está cuidando de Vitória, foi causado por uma pessoa

15.jun.2015 - Um filhote de gato (apelidado de Mimosa) que foi encontrado na última quinta-feira (11), em Salvador (BA), com três patas cortadas, morreu um dia depois de ser levado para uma clínica local. "A nossa equipe toda se sensibilizou e deu de tudo para salvar a vida dela, mas infelizmente não conseguimos", informou via Facebook a Clínica, hospital veterinário que cuidou do felino.

A Polícia Civil de Brotas (SP) apura um caso de maus-tratos a animais. Um gato de aproximadamente dois anos foi atingido pelo disparo de uma flecha de 30 centímetros. O artefato entrou pelo nariz e saiu na parte dorsal sem atingir a coluna cervical ou o cérebro do animal.

As notícias tratam de casos de desvio pelo grau de sofrimento imposto aos animais, mas a atuação na proteção animal gera uma coleção de casos de maus tratos testemunhados diretamente ou por pessoas próximas. Alguns exemplos que vivenciei diretamente podem dar uma ideia desse quadro: em 2009, quatro dos meus gatos foram envenenados no mesmo dia e o quinto apareceu envenenado na manhã seguinte e morreu em meus braços; em 2012, estava em um local público quando um guarda me chamou para resgatar uma gata amarrada pelo pescoço em um fio com cerca de 20cm de comprimento. Estava caquética, prostrada e morreu no mesmo dia, de acordo com a veterinária, depois de cerca de 3 dias amarrada e de ter ingerido areia; em 2012, uma gata

atropelada, com os dois olhos saltados para fora das órbitas (como ocorre após impactos fortes), foi abandonada no abrigo e Ariene orientou Aline a levá-la ao consultório mais próximo com urgência. Ao ver a gata, o veterinário contou que já tinha atendido o mesmo animal e explicado aos “donos” que seria preciso operá-la. Em agonia, após a primeira consulta, a gata foi deixada no abrigo e não sabemos quanto tempo passou naquele estado até que fosse encontrada; diversas vezes ao longo dos anos encontrei gatos recém-nascidos abandonados, alguns ainda com cordão umbilical pendurado; em 2012, nas atividades educativas promovidas em uma escola na Várzea, ouvimos crianças de 9 a 12 anos contarem sobre como testemunharam animais serem vítimas de veneno, pedradas e ameaças em sua vizinhança. Em um desses encontros, um menino contou que uma vizinha lhe dera dinheiro para que jogasse um gato dentro do canal.

A partir desse tipo de vivência, é recorrente que protetores assumam posturas de misantropia e passem a fazer afirmações como “prefiro bicho” ou “gosto mais do meu cachorro que da maioria das pessoas que conheço”. Em texto publicado em 2012, o site do grupo Resgatinhos (Campinas/SP) publicou um texto sobre o que chamaram de “o outro lado da proteção”, relatando a sensação de conhecer o que caracterizaram de “um lado muito escuro do ser humano”. Lembro de ter me emocionado muito lendo aquela publicação:

Ser Voluntário – e digo mergulhar de cabeça nisso – vai além de abrir mão de algumas horas de lazer. É abrir mão de muito da sua vida pessoal, e também abrir mão da sua inocência, porque existe uma realidade por trás da proteção animal que só quem está diretamente envolvido conhece. É uma realidade triste e difícil, e uma vez que tomamos consciência dela, não temos mais como ignorar ou esquecer – mesmo que a gente tente. Somos expostas a um lado muito escuro do ser humano, e presenciamos ou ficamos sabendo de coisas que ninguém acredita que possam acontecer (...) E então me perguntam, mas se é tão difícil assim, por que você faz isso? E muitas vezes eu também já me peguei perguntando, onde foi que vim amarrar meu burro? Por que me exponho a esse sofrimento todo? E dá uma vontade enorme de largar tudo e voltar a fingir que a vida é cor de rosa. Mas esse é um caminho sem volta...mesmo que a gente largue tudo, já vimos demais, e a vida nunca mais vai ser só cor de rosa (PORTAL RESGATINHOS, 2012).

Alguns casos em Pernambuco repercutiram amplamente (especialmente quando noticiados na televisão), como os cães de guarda encontrados sem água e comida em residências vazias, ou o caso de Dentinho, cuja imagem (ainda que de forma suavizada por um desenho) foi tão repercutida que passou a ser reproduzida em camisetas, canecas e até bichos de pelúcia, vendidos para arrecadar verba para a Fundação Dentinho, um

grupo de proteção animal coordenado pela jornalista Goretti Queiroz. Quando se candidatou a Deputada Estadual, em 2014, a jornalista mostrava o cão em seu guia eleitoral e nos materiais de campanha.

Outro caso bastante repercutido foi o de uma idosa que, em agosto de 2013, jogou água quente na cadela Mel, para espantá-la de sua calçada, no bairro de Apipucos. A agressão à cadela, que vivia na rua, foi denunciada com o testemunho de uma vizinha que presenciou o fato e de uma câmera de segurança que captou as imagens, veiculadas na TV Jornal, no programa televisivo de cunho policial Bronca Pesada (Cardinot), no impresso Folha de Pernambuco e nos sites G1 (Globo), UOL, Agência de Notícias de Direitos dos Animais (ANDA). Ao ser publicada na mesma fanpage que difundiu os casos Poodle e Yorkshire, a notícia sobre a cadela Mel recebeu 1.572 comentários em menos de 48h.

Mais uma vez, o aumento das cobranças sobre as relações com cães e gatos é acompanhado por tensões morais, como o comentário, feito no site da ANDA, em que um internauta sugere que a idosa poderia ter motivos para jogar água quente na cadela caso esta estivesse urinando e defecando em sua calçada ou rasgando lixo:

Olha tá certo, é ruim fazer essas coisas contra os animais, mas, ninguém vê o lado da idosa, a ponto dela chegar a este extremo! Será que essa cadela não fazia necessidades fisiológicas (cocô e xixi) em frente dá casa dela não?! E também não bagunçava o lixo dela não?! Enfim podem ter acontecido várias coisas que a levaram a isso! Mas, só querem chamar a pobre de monstro! Quem é q vai limpar as sujeiras provocadas?! Dilma? Ibama? Quem?

Em 2012, fui surpreendida por opinião semelhante em um evento de adoção, no qual uma das protetoras levou para adoção uma gata resgatada após ter sido vitimada com água quente, que lhe queimou a pele das costas e, depois de cicatrizada, deixou como marca uma área sem pelos. Ao atender um homem que observava as gaiolas dos gatos, expliquei rapidamente que os animais ali reunidos eram todos resgatados de alguma situação de abandono ou maus tratos, como a gata em questão, em quem tinham jogado água quente. Imediatamente, o homem comentou “alguma coisa ela deve ter feito...” sugerindo que há situações em que jogar água quente em um animal é justificável. A naturalidade com que o homem expressou essa opinião foi tão chocante que me controlei para não xingar. Após uma pausa, respondi apenas que absolutamente nenhuma situação justificaria uma violência daquelas. Como o homem deu de ombros e continuou olhando os animais, saí de perto e, logo em seguida, retornei para dizer que ele não tinha o que

olhar ali porque claramente não tinha condições de criar animal algum. O homem foi embora calmamente enquanto eu, abalada, passei o resto do dia contando aquela história para outros protetores, que expressavam reações de incredulidade e raiva similares à minha. A naturalidade com que o visitante falou sobre jogar água quente em animais e o nível de abalo emocional que aquele diálogo me causou demonstram como a representação dos animais como inocentes e os imperativos morais rígidos de civilidade são característica de grupos específicos.

A partir das imagens de maus tratos testemunhadas, relatadas, imaginadas ou veiculadas pela mídia, os protetores desenvolvem um forte temor pela vida e integridade física dos animais que circulam soltos nas ruas. Nas entrevistas de adoção com pessoas que morem em casas, uma das maiores preocupações, nos eventos de que participei, era identificar se o animal teria acesso à rua. Essa preocupação está expressa também nas regras do grupo virtual SOS Adoção Recife:

GATOS: Ao contrário do que muitos pensam, gatos NÃO precisam sair de casa, nem passear na rua. Eles podem viver completamente felizes dentro de casa se você lhes proporcionar brinquedos, cuidados e muito amor e atenção. Gatos com acesso a rua vivem no máximo três anos, sem acesso 18 anos. Por isso vários protetores exigem que a casa ou apartamento seja telado, para receber o gatinho. Respeite essa decisão.

Nos eventos de que participei, especialmente nas adoções de gatos, muros altos, telas e ruas com pouca circulação de carros são qualidades comemoradas com entusiasmo em uma adoção, mas nem sempre possíveis, pois a grande quantidade de gatos resgatados atua como pressão para que concessões sejam feitas. Assim, apela-se para que o *adotante* instale telas nas principais saídas para a rua ou que, no mínimo, garanta o fechamento da casa antes de dormir, como forma de preservar o gato dos perigos dos passeios noturnos. Especialmente quando o candidato já perdeu algum felino antes ou quando tem crianças em casa, o apelo emocional é sempre realizado com frases como “assim vocês não vão ter que passar pela tristeza de perder o gatinho, que é tão ruim, especialmente para as crianças”. Mesmo quando a vizinhança é descrita como amigável e o adotante insiste que criou gatos com acesso à rua que viveram por muito tempo, a insistência em evitar as saídas é feita porque “o melhor mesmo é não arriscar. Você vai dormir e acordar com a certeza de que seu gato tá lá vivo, feliz e saudável”. Ao analisar as representações de protetores de gatos sobre a rua no Rio de Janeiro, Osório (2015) encontrou um cenário similar a esse:

O acesso à rua é visto como prejudicial ao animal em vários aspectos: ele pode ser roubado, atropelado, morto intencionalmente por humano, morto por cachorro, contrair doenças, perder-se, emprenhar. A rua não é o espaço dos gatos, mas sim a casa. Neste ponto, inevitável recordar um dos clássicos de Roberto DaMatta, *A Casa e a Rua* (1991). Segundo o autor, a rua no Brasil é espaço público, espaço de ninguém, onde as regras podem não ser cumpridas, perigoso e masculino. A casa, ao contrário, é espaço feminino, protegido e resguardado, privado, regrado e ordenado. Como os humanos, sobretudo os do sexo feminino, os gatos devem permanecer em casas e apartamentos.

O imaginário do grupo aponta o animal de estimação como aquele que deve, necessariamente, habitar o ambiente doméstico. Este ambiente, por sua vez, é o da família, o do cuidado, o do amor, o da proteção. A rua é sua antítese. Nesta perspectiva, o animal é tomado como um ser extremamente frágil, que depende de humanos para sobreviver e cujo habitat é essencialmente humano, posto que uma casa humana (OSÓRIO, 2015:8-9).

Ver um animal na rua e não resgatá-lo pode ser um fator de culpa para muitos protetores, que sentem uma obrigação moral em relação aos cães e/ou gatos em situação de vulnerabilidade.

Ser Voluntário é tomar decisões que não queremos tomar, porque doem demais. No nosso caso em particular, por sermos um grupo pequeno e de recursos bastante limitados, temos uma política de ‘doar um para resgatar um’, e assim somos obrigadas a fechar os olhos para muitos casos porque é muito fácil as coisas escaparem do controle, e não podemos ser irresponsáveis e colocar em risco o bem estar dos gatinhos que já estão sob nossos cuidados, e muito menos todo o trabalho que realizamos. Não existe isso de ‘mas é só mais um’, porque na outra esquina também tem só mais um, e no outro email tem só mais um, e logo o um vira dez, que vira cinquenta. Temos que reconhecer que temos limites e não podemos abraçar o mundo. Procuramos ajudar de outros modos, ajudamos divulgando, mas como dói dizer ‘sinto muito, mas não podemos resgatar mais esse gatinho’. É como fazer ‘a escolha de Sofia’ todos os dias (PORTAL RESGATINHOS, 2012).

Entre os animais encontrados nas ruas ou em situações de vulnerabilidade, é feita uma gradação de urgência, que ajuda a racionalizar a necessidade de “fechar os olhos” para alguns e não para outros:

Amara - Eu peço a deus que não encontre nenhum, tá entendendo? Eu já vou... Na minha bolsa tem um saquinho de ração. Se eu vejo um caindo aos pedaços aí eu trago. Se eu ver doentinho. Mas se eu ver assim que ainda tá gordinho, aí “alguém vai gostar dele”, aí vou lá, boto uma raçãozinha, fecho o olho e venho embora. Mas se eu vejo que tá doente, aquilo ali já... Eu não sei o que é não, dá uma pena tão grande, tão grande, tão grande...

Alexandre - Você olha e vê se ele tá bem. Quando você vê um gato de rua que é gato criado, ele nem liga pra você, passa desfilando, rebolando “tô nem aí” e tá de boa. Eu só digo “ó, que coisa linda!” Mas se você vê um gato que tá embaixo do pneu do carro, miando desesperado, entendeu?

Embora os filhotes e debilitados sejam de maneira geral entendidos como os casos de maior urgência, o acompanhamento dos grupos de adoção nas redes sociais indica que, entre os adultos e aparentemente saudáveis, há também uma gradação, relativa à percepção de maior ou menor “naturalidade” da presença de determinados animais nas ruas. Apesar de defenderem que nenhum animal deve ser considerado naturalmente “de rua”, o conhecimento prático indica que alguns deles provavelmente são domiciliados ou foram abandonados recentemente. A primeira e mais evidente indicação é terem ou não raça e possuírem ou não sinais indicativos de “animal bem cuidado”, como coleira, pelos escovados e aspecto saudável. As publicações sobre animais encontrados, feitas na intenção de encontrar seus tutores, são feitas fundamentalmente quando se encontra um animal de raça, pois se supõe de imediato que ele tenha uma família e esteja sendo procurado. No mês de fevereiro, publicações de animais encontrados no SOS Adoção Recife davam conta de quatro cães *poodle*, um *cocker spaniel*, um miniatura *pischer* e um gato. Por outro lado, as publicações pedindo ajuda para encontrar animais desaparecidos foram feitas sobre três cães vira-lata, um *poodle* e um *yorkshire*. Embora vira-latas também se percam se sejam buscados por seus tutores, eles são facilmente confundidos com animais em situação de rua, enquanto animais de raça, que também podem estar em situação de rua e podem ter sido abandonados, de imediato são entendidos como perdidos.

Além da raça, outro elemento tomado como indicativo de que o animal não é “de rua” é o comportamento. Gatos acuados ou miando muito e seguindo as pessoas costumam ser entendidos como perdidos ou recém-abandonados, assim como cães assustados que andem de maneira confusa e façam menção de atravessar a rua sem atentar para a movimentação dos carros. Animais resgatados com esse tipo de comportamento recebem descrições como “não está acostumado com a rua”, “está muito assustado, deve estar perdido” ou, ainda “estava desesperado e muito triste, deve ter sido abandonado”. Por fim, entre os animais adultos e saudáveis que se comportam como “acostumados” à rua, é comum, ainda, que sejam mais resgatados aqueles de raça ou “raceados”¹⁵², seja por despertarem mais fortemente a sensação de não pertencerem à rua, seja pela questão prática de se saber que será mais fácil doá-los e, assim, “abrir a vaga” para o próximo resgate. Esse perfil, especialmente perceptível nas comunidades virtuais voltadas para adoção, é muitas vezes criticado como reforço ao preconceito contra vira-latas, gerando

¹⁵² Termo nativo para animais sem raça definida que aparentam ter cruzamento próximo com alguma raça.

tensões entre os próprios protetores, especialmente quando as descrições feitas sobre os animais nos anúncios de adoção mencionam alguma raça.

Para perceber como o discurso da responsabilidade tem se estabelecido na RMR, basta perceber como o tom das pessoas que se apresentam como protetoras de animais tem se tornado mais duro e investido de legitimidade. Além disso, é preciso atentar para o fato de que assumir o “discurso da proteção” é assumir diretrizes básicas de argumentação sobre afeto e responsabilidade que, entretanto, não implicam em diretrizes claras para a ação. Isso é visível nos acirrados conflitos entre pessoas que se apresentam como protetoras de animais de companhia e que traduzem isso em práticas diversas e conflitantes (castrar filhotes/castrar apenas “adolescentes” e adultos; limitar o número de resgates/resgatar ao máximo; combater abrigos/ter ou colaborar com abrigo). Essas discordâncias sobre o que significa proteger os animais também permeiam as leituras que os tutores fazem sobre as reivindicações da proteção animal¹⁵³. Apesar dessas discordâncias, é consenso, na proteção, que todos os animais nas ruas são entendidos como fruto direto ou indireto de um abandono e, portanto, esse ato é a origem do sofrimento dos animais.

5.4.1. O abandono como problema moral

Em janeiro de 2012, o suplemento infantil do Jornal do Commercio publicou uma piada, comumente contada pelo humorista Zé Lezin da Paraíba, sobre um homem que resolve “dar fim” ao gato que tem em casa, mas o bichano sempre consegue voltar. Depois de várias tentativas frustradas, o homem fecha o gato em um saco e dá várias voltas de carro na cidade para confundi-lo. Solta o animal, percebe que se perdeu, liga para casa e pede à mulher que coloque o gato na linha para explicar o caminho de volta. Entre charadas e charges, a piada foi inserida no mesmo caderno em que uma matéria intitulada “Bolinha de pelo requer cuidados” advertia às crianças:

Para quem está sonhando em ter um cachorrinho em casa, um aviso: o bichinho traz consigo, além de muito carinho, uma série de responsabilidades (JORNAL DO COMMERCIO, 14 de janeiro de 2012)

¹⁵³ A dependência em relação aos humanos é o ponto-chave dos fervorosos debates entre protetores sobre os abrigos de animais. De um lado, alguns protetores nomeiam donos de abrigos como “acumuladores” ou “coleccionadores” e afirmam que a maior parte dos animais ficaria melhor nas ruas porque “não vão ser condenados à doença” e “pelo menos têm a chance de ser adotados”; de outro lado, outros protetores defendem que é melhor levar um animal para um abrigo que deixá-lo na rua porque “terão alguém por eles” e, se morrerem por alguma doença adquirida no abrigo, “pelo menos terão conhecido o amor”.

Na mesma edição, uma chamada, na capa do jornal, intitulada “Maus tratos a animais serão combatidos” anunciava a ação da Delegacia de Polícia do Meio Ambiente no CVA-Recife. Por fim, uma nota no caderno Brasil noticiava a investigação realizada em São Paulo sobre mulher acusada de matar 35 gatos e 4 cães adotados. Nessa estranha combinação entre denúncias de maus tratos, matéria sobre responsabilidade e uma piada sobre jogar um gato em saco de pano para “levá-lo embora”, fica perceptível como a emergência da sensibilidade de empatia interespecie ocorre em um processo cheio de descontinuidades e contradições.

Com a emergência da sensibilidade de empatia interespecie, comentários sobre “dar fim” a um animal começam a perder a graça e a explicação vaga “levei para o sítio” ou “dei a um amigo que tem um sítio” passam a ser ouvidas com desconfiança, como indicadores de abandono. O próprio termo abandono só começa a ser utilizado a partir do momento em que o ato de retirar o animal de casa passa a ser problematizado, mesmo que a intenção não seja sua morte. Até alguns anos, em meu círculo de relações, eram referidas, com naturalidade, ações como deixar crias indesejadas (com ou sem a mãe) em uma caixa de papelão para ser encontrada em algum local com circulação de pessoas ou levar um animal que não se quer em casa para um mercado, parque, abrigo ou sítio onde, acreditava-se, seriam capazes de “se virar”. A caracterização atual desses atos como abandonos ressalta a ideia de que cães e gatos não são capazes de sobreviver sem proteção e cuidados humanos.

Uma das razões por trás do trabalho de manejo é a ideia de que não sobrevivem sem intervenção humana. Combate-se a noção de que animais de rua existam. Toma-se, na maior parte das vezes, a posição de que todos os animais do parque são abandonados, muitas vezes indicando-se diretamente que todos tiveram uma família um dia, referindo-se a uma unidade doméstica humana. O abandono, segundo o grupo, tem como efeito a multiplicação de animais sem condições de sobrevivência, dado que sem família, o que implica em mortes por acidente, doença, maus tratos e desnutrição. Essa situação é vista como moralmente incorreta: deve-se atuar contra ela, intervindo na realidade, educando, resgatando, disponibilizando para adoção e, sobretudo, castrando os animais. A castração é uma das principais preocupações do grupo, na medida em que percebem empiricamente um abandono de filhotes que, fossem os gatos “da casa” castrados, não existiria (OSÓRIO, 2015).

Confirme indica Osório, o termo “animal de rua” é comumente apontado como incorreto por membros da proteção animal, por seu efeito de naturalização da condição do animal. Se a rua não é local adequado e seguro para um animal e viver nesse espaço

não foi uma escolha, o animal em questão não pode ser chamado “de rua”, e sim, como indicam as publicações e falas dos protetores, “abandonado”, “em situação de rua” ou “em situação de risco”.

Como é característico da sensibilidade de empatia interespecie, as situações naturalizadas passam a ser entendidas como cruéis a partir de uma avaliação pelo que os protetores acreditam ser o ponto de vista do animal. Em 19/02, mensagem publicada no grupo SOS Adoção Recife apresentava o abandono a partir dessa visão:

Figura 14 - Cartaz digital sobre abandono.



Fonte: imagem compartilhada no grupo SOS Adoção Recife (facebook)

Uma das frases replicadas com grande frequência nas redes sociais afirma que “animal não é brinquedo, sente fome, frio e medo”. Contrapondo animais a brinquedos, a frase sublinha o fato de cães e gatos terem sensibilidade, vida psíquica e necessidades a serem satisfeitas, não podendo, portanto, ser tratados ou descartados como objetos. Aproximando-se dessa ideia, o post na comunidade de adoção aponta o animal como um ser que pensa e se percebe abandonado, mas, por ser ingênuo e confiar em seus tutores,

foi pego de surpresa, incapaz de imaginar o que lhe aconteceria. Nos comentários feitos sobre a publicação, um segundo contraponto se coloca, contrastando a atitude de abandono e a ideia de humanidade:

R.A. (mulher) - Muito triste mesmo a capacidade de um ser humano
M.L. (mulher) - Não são humanos, são seres sem sentimento algum com um coração de pedra. Deus lhes dará o castigo merecido, ele não dorme.

Mais que as mensagens de reflexão, são as denúncias de casos reais de abandono ou maus tratos que geram mais mobilização nas redes sociais. Repercutidas por fanpages de proteção e compartilhadas por indivíduos simpáticos à causa, mas não necessariamente engajados nela, essas publicações alcançam círculos mais amplos que os membros da proteção animal.

Entre os casos de abandono denunciados no período em que realizei a observação de campo, registrei o texto e os comentários de uma denúncia realizada por uma fanpage de proteção animal do Rio de Janeiro, que noticiava uma tentativa de abandono em Minas Gerais. Flagrados por um casal de protetores de uma ONG mineira, os autores do abandono foram interpelados na estrada. Com fotos do carro, do casal denunciado e do animal resgatado, o texto informava que o Boletim de Ocorrência estava sendo providenciado e trazia um relato sobre o diálogo ocorrido na situação¹⁵⁴:

(...) eles entraram na estrada do Areal e passaram por um carro com um casal. De repente o Geraldo e a Antônia resolveram voltar quando viram o mesmo carro que há pouco tinha passado por eles parado, o homem tirando um "pacote" e atirando longe no mato. Imediatamente o Geraldo e Antônia se olharam e pensaram "estão jogando um cão". Devido ao grande número de cães abandonados já desconfiaram.

O Geraldo posicionou seu carro em frente ao carro do casal, impedindo que saíssem e já desceram e questionaram o que eles estavam fazendo. Confirmando as suspeitas, era sim uma cadela, uma pitbull idosa, extremamente magra e com vários tumores nas mamas. A Antônia correu pegar ela, que estava totalmente atordoada, andando cambaleante, devido ter sido arremessada (...). A mulher falava, "ela está velha, doente, tem que ser eutasiada e não temos dinheiro, tenho filho pequeno, não posso cuidar dela". A Antônia questionou porque não procuraram ajuda, a mulher disse "é só uma cadela, vai morrer, não sente nada". Antônia disse: "então se vc tiver uma avó um avô, filho ou qualquer parente doente, com doença séria e for caro o tratamento vc também vai jogar no mato???" Ela respondeu "não, né? Gente é gente, cachorro é cachorro...." Bom, o Geraldo e a Antônia tiraram fotos do casal, do carro, da cadela, a mulher ficou furiosa, começou a coagir (...) quando a Antônia falou que vai denunciar, aí a mulher ficou mais furiosa. Enfim, a pitbull está internada em uma clínica veterinária e terá que se recuperar, fazer

¹⁵⁴ Denúncias como essa, que estampam fotos, nomes e/ou endereços têm sido removidas do facebook por precaução contra processos. Por essa razão, opto por não suprimir do texto o nome da ONG e atribuir nomes fictícios aos envolvidos. Realizei, também, algumas alterações ortográficas para facilitar a compreensão do texto, sem inserir ou retirar dados ou modificar o sentido original.

exames e aí sim ser operada, mas de uma coisa é certa: se ela tiver que virar estrelinha, será com dignidade e respeito que ela merece, e esperamos que esse casal pague por essa maldade e nunca mais peguem um cão, pois cães envelhecem, ficam doente e certamente eles irão jogar fora de novo.
(Publicação em facebook, 25 de agosto de 2014)

Após três horas, a publicação contava 1.030 compartilhamentos e 122 comentários. Embora o relato em segunda mão não possa ser tomado como representação fiel do que ocorreu, ele é bastante representativo do tipo de situação que chama a atenção dos protetores e da maneira como a moralidade de proteção caracteriza o abandono de animais e seus autores. Além disso, as explicações que o relato afirma terem sido oferecidas pela mulher são recorrentes entre as justificativas oferecidas por quem procura protetores para receber os animais que querem retirar de casa: doença, custos e necessidade de cuidar dos filhos, em detrimento dos animais. A tentativa feita, pela protetora, de equiparar o abandono da cadela ao de um parente idoso ou doente recebe uma resposta recorrente em diálogos semelhantes: “Gente é gente, cachorro é cachorro”. Em contraposição a essa diferença radical entre animais de estimação e pessoas, tanto a moralidade de proteção quanto a moralidade de parentesco estabelecem uma aproximação entre esses animais e os humanos justamente pela capacidade a eles atribuída de sentir não apenas “fome, frio e medo”, como também amor e gratidão (OSÓRIO, 2012; MATOS, 2012). Entre os comentários sobre o caso, os mais recorrentes destacavam que animais sentem, negavam que aquelas pessoas pudessem ser chamadas de humanas e ressaltaram prejuízos gerados para outras pessoas, como a incapacidade do casal de educar uma criança ou a probabilidade de que façam o mesmo com uma pessoa. Marcando a aproximação entre o animal abandonado e os humanos, o ato é caracterizado como tentativa de homicídio e comparado ao assassinato de Isabela Nardoni¹⁵⁵.

C. D. (mulher) - Se fazem isso com um animalzinho, vão fazer também com outro ser humano. E ainda a sujeita teve a coragem de dizer que "é só um animal, não sente nada". Covardes!!!!!!

I.R. (mulher) Gente nojenta ! Tenho ódio de pessoas que fazem isso com bichinhos indefesos ! Quando estão novinhos servem pra brincar né ...e fazer gracinhas pra seus filhos se envelhecem querem jogar o cão fora !

G.M. (mulher) - Está achando que é papel, que não sente nada, dor e não tem sentimento. Cachorro tem a mesma dor de humano, deve fumar cocaína só para falar besteira...

V.P. (mulher) - Olha a carinha deles... O cara logo chuta ela e pega outra ou vice versa. Estão acostumados a isso. Quem troca ou abandona assim, não é gente. É verme !!!

¹⁵⁵ Isabela foi atirada da janela do apartamento do pai em 2008, em um caso que gerou forte repercussão por envolver o pai e a madrasta, condenados pelo homicídio da menina, que tinha 5 anos de idade.

A. F. (mulher) - Imaginem a criação que dão para a criança. Vai crescer espelhada em abandonar animais também. Julgo mesmo. Por mim eu mataria a família toda. Bando de desgraçados!

B.A. (fanpage) - Não sei pq, mas eles me lembram os Nardoni...

M.L. (mulher) TENTATIVA DE HOMICIDIO!!! SE nao fossem vocês salvarem ela já estaria agonizando! COVARDES CRIMINOSOS!!!

(comentários no facebook – denúncia de abandono em MG)

A sensibilidade de empatia interespecie tem se desenvolvido inicialmente em pequenos grupos das camadas médias dos centros urbanos, mas suas consequências alcançam camadas mais amplas da população. O principal exemplo disso é o enrijecimento do controle normativo sobre as relações com cães e gatos, que tem sido imposto não tanto pelo Estado, e sim por indivíduos que assumem o papel de empreendedores morais e passam a vigiar e denunciar uma variedade de situações entendidas como maus tratos. Essa tendência de vigiar, denunciar e intervir nas relações alheias com cães e gatos pode ser apontada como característica dos membros da proteção animal, mas não se restringe aos ativistas.

A configuração social aqui descrita reforça as conexões entre a moralidade de proteção e a moralidade de parentesco, gerando aproximações entre os animais “membros da família” e os animais “abandonados”. Na pesquisa em que mapeamos o perfil dos protetores de animais da RMR, em 2011, os dados relativos a gastos pessoais com a proteção animal apontaram que 32,6% dos respondentes tinham a compra de ração como gasto principal, 16,3% citaram contribuição financeira (para grupos e/ou protetores independentes) e 13,3% apontaram os custos com esterilização. Entre as atividades realizadas com maior frequência, encontramos grande variedade, com maior frequência para a alimentação de animais nas ruas (19,4%), resgate de animais em situação de rua (16,3%) e castração de animais resgatados ou em situação de rua (10,2%).

O próprio crescimento e visibilidade dos animais resgatados e dos eventos de adoção nas redes sociais e na mídia fazem com que um número crescente de animais “membros da família” seja proveniente de resgates, levando os tutores a classificarem os animais em situação de rua como muito próximos daqueles com os quais partilham os ambientes íntimos da casa. Além disso, com o crescimento dos grupos de proteção animal, as histórias de animais resgatados passaram a ser divulgadas com frequência nas redes sociais e na mídia. Diante disso, a ideia de resgatar um animal da rua, embora permaneça assustadora para muitos, ganhou o status de uma redenção mútua – para o animal salvo e para a pessoa, que se torna alguém melhor a partir desse momento. O facebook, por seu formato, possibilita a difusão dessas histórias para além do grupo de

pessoas diretamente interessadas. Além dos relatos, também são bastante compartilhados os registros fotográficos de “Antes e depois”, que retratam animais famélicos, doentes, sujos e assustados em uma foto e seu estado posterior ao resgate e adoção, saudáveis, bem nutridos e em postura confiante (de brincadeira ou relaxamento). Tudo isso tem contribuído para desestabilizar algumas ideias sedimentadas sobre animais em situação de rua, como a ideia de que sejam capazes de “se virar”, de que sejam agressivos e de que sejam inerentemente “de rua” e, portanto, incapazes de se acostumar a uma casa.

5.4.2. De animais “de rua” a animais comunitários

Nas ruas essa distância também é matizada pelas relações travadas entre alguns animais e os trabalhadores e frequentadores regulares de determinado espaço público, como terminais de ônibus, mercados, parques e praças. Ao serem nomeados e estabelecerem relações com pessoas que circulam em um local público, os animais ali estabelecidos são individualizados e esse fato contribui para tensionar duas representações comuns sobre os animais em situação de rua.

Em primeiro lugar, a convivência com os animais estabelecidos em um lugar leva à percepção de que os cães e gatos em situação de rua seguem uma rotina diária que inclui buscar, pedir ou roubar comida nos mesmos pontos, identificar os indivíduos que lhes fornecem alimentos ou carinho e os lugares agradáveis e/ou seguros para dormir. A observação dessa rotina costuma tensionar a ideia de que os animais sejam capazes de “se virar” nas ruas sem a ajuda das pessoas – crença que parece contribuir para o abandono de animais, especialmente de gatos (OSÓRIO, 2011; MACHADO & PAIXÃO, 2014). A segunda consequência dessa convivência é o desenvolvimento de um apego aos animais, que leva os indivíduos que se relacionam com eles a perceberem os riscos da situação de rua e a tentarem protegê-los. Uma das atitudes mais comuns, nesse sentido, é colocar coleiras que funcionam, na prática, como indicativos de que o animal em questão tem relação com seres humanos, que é importante para alguém (LIMA & SILVA NETTO, 2010). A tentativa de resguardar o animal da carrocinha ou de crueldades, marcando-os com coleiras, indica que é fato conhecido que animais “de rua” correm o risco de serem capturados, mortos ou submetidos a maus tratos. Outras atitudes assumidas em relação a esses animais é a formação de redes entre os cuidadores para garantir alimentação, sendo comum que se façam “cotinhas” para comprar ração ou medicamentos e que se estabeleçam revezamentos para alimentá-los, inclusive nos finais de semana, reforçando

a sensação de dependência dos animais. Mais recentemente, com a popularização da castração, tem se tornado mais comum a busca pela castração desses animais como forma de protegê-los e evitar que causem incômodo, especialmente no caso das fêmeas¹⁵⁶.

Esse reconhecimento de alguns animais em situação de rua como “especiais” gera uma redução da distância entre cães e gatos domiciliados e errantes, traduzida juridicamente na criação da categoria “animal comunitário”, presente na legislação dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Com pequenas distinções, essas leis definem animal comunitário como “aquele que estabelece com a comunidade em que vive laços de dependência e de manutenção, ainda que não possua responsável único e definido”.¹⁵⁷

Para que seja reconhecido como comunitário e tenha sua permanência garantida no local em que se estabeleceu, o animal deve ser castrado e registrado no nome de um cuidador principal. Ao mesmo tempo que protege a sensibilidade civilizada da ideia de extermínio e conquista o apoio de uma parcela da população interessada em protegê-los, a tipificação legal dos animais comunitários dá ao Estado a possibilidade de castrar, vacinar e devolver os animais para o local em que estavam sem ser acusado de estar cometendo abandono. Além disso, a nomeação de um cuidador principal tende a gerar entre as pessoas uma sensação de responsabilidade sobre o animal, que favorece a realização do controle sobre sua saúde, comportamento e vacinação.

Nem todos os animais em situação de rua estão aptos a se tornarem comunitários pois esse reconhecimento depende diretamente do estabelecimento de relações com os frequentadores de um determinado local. Assim, animais que não sejam aceitos no lugar onde costumam se alimentar ou que não sejam afeitos ao contato com humanos não serão assim considerados e sua eliminação não costuma ser considerada um problema. Se, por outro lado, tiverem comportamento dócil e preferencialmente submisso, terão maiores chances de serem aceitos, mas, para que sua presença seja garantida, precisarão estar em condições consideradas adequadas, a começar pela aparência saudável. Se estiverem excessivamente magros, infestados de parasitas ou com algum problema dermatológico, a tendência é que sejam afastados como medida de precaução e, em um círculo vicioso, justamente esses animais tendem a se tornar mais assustados ou arredios e sua condição

¹⁵⁶ No caso dos machos, é comum que haja discordâncias sobre a castração ser benéfica, por evitar brigas, ou maléfica, por deixar o animal mais vulnerável aos machos dominantes.

¹⁵⁷ Em São Paulo, a categoria foi criada pela lei 12.916/2008; no Rio Grande do Sul, pela 13.193/2009; Em Pernambuco, pela 14.138/2010; no Paraná, pela lei 17422/2012; Rio de Janeiro pela lei 6464/2013.

de saúde tende a se agravar. Por outro lado, se parecerem saudáveis e bonitos e se comportarem com docilidade, terão maiores chances de ser aceitos. Essas condições são expressadas com clareza nos momentos de conflito sobre a presença de animais comunitários, pois os argumentos em sua defesa sempre sublinham o fato de não representarem perigo para as pessoas. Notícias de três cidades diferentes dão conta dessa recorrência:

São Paulo - Até Nicão ser “desalojado”, a maioria dos moradores não sabia ao certo se ele tinha direito ao lar à beira-mar. Mas Mari Nascimento resolveu fazer uma cruzada para fazer valer a lei (...) Após convencer a todos, Mari assinou um termo de compromisso, pegou a casinha e a levou de volta para Nicão, que vive em uma praça em frente à praia. “É legal que as pessoas saibam que há uma lei que legaliza a permanência de um cão em uma comunidade, desde que ele seja castrado e vacinado. Dessa forma, não haverá tantos cães abandonados pelas ruas”, afirma Mari (G1, 2012).

Curitiba - Beethoven, Diana e Alemão são cães conhecidos na Rua da Cidadania e no terminal de Santa Felicidade (...) Nesta quarta-feira (2), os três cachorros receberam doses de vacina e roupinhas para que possam se proteger do inverno curitibano. A medida integra o projeto Cão Comunitário, implantado pela Prefeitura de Curitiba em 2013, e que tem acompanhamento da Rede. “O projeto Cão Comunitário demonstra que podemos ter o relacionamento entre cães e pessoas sem problemas. Reclamações são poucas pelos usuários dos ônibus, mas normalmente ocorrem em razão dos cães que não participam do projeto, que aparecem por lá e muitas vezes têm donos. Os cães do terminal estão habituados com o vaivém de pessoas, são supertranquilos e não temos registro de problemas”, contou. O coordenador lembrou que há 40 anos não existe registro de raiva canina em Curitiba. “Mesmo assim os cachorros são vacinados contra raiva para que, em qualquer eventualidade, não haja risco”, complementou (BANDA B, 2015).

Belo Horizonte - Mas em Belo Horizonte, um ato considerado cruel pelos protetores de animais gerou um abaixo assinado disseminado por meio das redes sociais. É que na última semana, fiscais da prefeitura retiraram as casinhas e os papelões deixados por moradores da região no entorno do Mineirinho, onde vários cachorros de rua eram cuidados e tratados pela comunidade local (...) Para advogada e ativista da causa animal Val da Consolação, de 42 anos, a ação foi desnecessária. “Os cães ali tinham veterinário, são castrados, são mansos, estão com os exames todos em dia e viviam há anos ali, sem oferecer risco a ninguém. Eram bem mais cuidados que muitos cachorros que têm um lar. A prefeitura de BH está longe do que se aplica em outras cidades na questão do bem estar animal, ela sempre opta pelo pior para os animais. É uma tristeza, tomara que se reverta essa situação”, desabafou (O TEMPO, 2014).

Em Pernambuco, duas iniciativas recentes foram assumidas pelo poder público indicando uma tendência, ainda que tímida, de reconhecimento de animais comunitários. Em Recife, uma escola municipal divulgou ter dois cães comunitários e estar fazendo um projeto de educação para a guarda responsável com os alunos.

Há três anos, a vice-diretora Marília Oliveira resgatou da rua a cadela Júlia e a abrigou na escola. Ao perceber que os alunos se apegaram ao animal, a vice-gestora resolveu manter a cadela na escola. Após cinco meses, foi adotado outro cachorro que vinha fazendo companhia a Júlia e por isso foi batizado de Júlio. A partir disso, os professores passaram a trabalhar em sala de aula temáticas relativas aos animais (...) O diretor Arnóbio de Paiva lembra que no início os cães sofreram com a rejeição de algumas mães que achavam que os cachorros iriam fazer mal à saúde dos alunos. "Elas reclamavam do risco de os cachorros transmitirem doenças, mas depois perceberam que Júlio e Júlia ajudaram a despertar o lado humano dos estudantes", lembra o gestor. (PERNAMBUCO.COM).

Aproveitando a deixa da divulgação na mídia, o Secretário Executivo de Direitos dos Animais de Recife prometeu que a prefeitura garantiria castração, vacinação e acompanhamento veterinário para escolas que também quisessem adotar animais comunitários.

Interessante também é o caso de Caruaru, município localizado no agreste de Pernambuco, em que a prefeitura foi denunciada após protetores encontrarem 17 cães e gatos mortos no Centro de Vigilância Ambiental, levantando suspeitas de descumprimento da lei 14.139/2010, com a continuidade da política de captura e extermínio de animais errantes (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2012). Nas eleições de 2012, o prefeito José Queiroz (PDT) foi reeleito e, no início da gestão seguinte, criou a Gerência de Proteção Animal, que passou a promover eventos de adoção de cães e gatos e, em 2015, anunciou um programa de castração e microchipagem de animais comunitários:

A Prefeitura de Caruaru, através da Gerência de Proteção Animal, lançou na tarde de ontem, 4, o “Programa Prefeitura Amiga dos Animais de Identificação Eletrônica”, que consiste na microchipagem de animais carentes do município (...) Terão acesso à microchipagem os animais adultos adotados através da Gerência, após implantação do programa, assim como também cães e gatos comunitários castrados pela GPA. Com a adoção desse procedimento, a Prefeitura poderá acompanhar, por meio de registro digital, de forma mais ágil e segura as condições em que cães e gatos carentes do município se encontram. O microchip é um recurso altamente valorizado pelos defensores dos animais (CARUARU, 2015).

Em todos os casos, é perceptível que vacinação e castração são as atitudes mais citadas como medidas de segurança para as pessoas e/ou para os animais. A associação entre vacina e saúde já é bastante conhecida, mas, para muitas pessoas, a insistência em castrar os animais não é imediatamente compreensível.

No mapeamento da proteção, em 2011, fizemos a pergunta aberta “qual você acha que seja hoje o maior problema relacionado aos animais?” Categorizando as respostas, 45,9% apontaram, como problema, a falta de consciência ou educação dos tutores, 26,5% apontaram a ausência de controle populacional e 12,2% apontaram a ausência de leis ou políticas públicas voltadas para os animais. Além de indicar uma baixa atribuição de responsabilidade ao Estado (que possivelmente se apresentaria de forma distinta em 2015), essas respostas indicam que já havia, em 2011, uma forte preocupação com o controle populacional como forma de evitar o abandono de animais nas ruas.

5.4.3 “A castração é um ato de amor”

Estampada em um dos banners que compõem o cenário dos eventos de adoção do Adote um Vira-Lata, essa frase simboliza bem o significado atribuído a esse procedimento. De maneira geral, os protetores de animais convivem com dois medos constantes que entendem como intrinsecamente relacionados: o medo da reprodução e o medo dos maus tratos. Mais especificamente, há, no imaginário dos protetores, uma associação direta entre a reprodução e os maus tratos, por isso a castração torna-se uma ideia fixa, à qual se atribui poder de proteger contra esses dois riscos. O primeiro e mais evidente motivo para a preocupação com a castração é o fato de, devido à alta taxa de reprodução das espécies canina e felina, muitas ninhadas serem abandonadas nas ruas, com ou sem a mãe.

O abandono, segundo o grupo, tem como efeito a multiplicação de animais sem condições de sobrevivência, dado que sem família, o que implica em mortes por acidente, doença, maus tratos e desnutrição. Essa situação é vista como moralmente incorreta: deve-se atuar contra ela, intervindo na realidade, educando, resgatando, disponibilizando para adoção e, sobretudo, castrando os animais. A castração é uma das principais preocupações do grupo, na medida em que percebem empiricamente um abandono de filhotes que, fossem os gatos “da casa” castrados, não existiria (OSÓRIO, 2011b).

Essa ideia é expressada nas projeções catastróficas em que se calcula uma multiplicação dos animais em situação de rua a partir de um único casal não castrado:

Figura 15 - Cartaz digital "a castração é a salvação dos gatos na rua".



Fonte: ONG Adote um Gatinho, 2015.

Para os protetores, a simples ideia da reprodução dessas espécies passa a gerar sentimentos negativos, pois parece diretamente responsável pela ocorrência de abandono, sofrimento e maus tratos. Além disso, os comportamentos relacionados à reprodução são comumente citados como justificativas para o abandono, repasse ou agressão contra animais (MACHADO & PAIXÃO, 2014).

Os ruidosos rituais felinos de acasalamento, que tiravam o sono dos operários franceses em 1720 (DARNTON, 1986), continuam gerando desagrado e conflitos entre as pessoas, sendo apontados como motivação para envenenamentos e/ou ameaças. No caso dos cães, os rituais são menos barulhentos, mas chamam muita atenção, pois, na passagem de uma fêmea no cio, rapidamente forma-se um grupo de machos que a seguem e brigam entre si até que se defina qual poderá cruzar. Durante a cópula, é comum que vários outros cães permaneçam por perto, ocupando ruas e calçadas e correndo ou reagindo juntos quando alguém tenta espantá-los. Andando juntos e realizando rituais de

intimidação entre si, com rosnados e eventuais ataques, as matilhas são vistas como ameaçadoras e tornam-se alvos de pedradas, pauladas, água (fria ou fervente) e, em alguns casos, atropelamentos.

Esse medo acaba reforçando o pudor civilizado a respeito da reprodução, de maneira que as relações sexuais e o parto de cães e gatos tornam-se alvo de um pudor tão forte quanto aquele desenvolvido sobre as relações entre humanos. Sinto isso pessoalmente quando vejo cena ou vídeo de cães ou gatos cruzando, que me deixam desconcertada e ansiosa (o que não ocorre com vídeos de animais silvestres, por exemplo). Essa ansiedade é aumentada quando o ato ocorre nas vias públicas porque, nessa situação, há uma expectativa negativa de que alguém tente impedir a cruza com o uso de violência, como muitas vezes se faz com os cães “enganchados”. Em lugares públicos, é comum também o envenenamento de fêmeas prenhas ou o descarte de ninhadas recém-nascidas. Nesse cenário em que os animais em situação de rua se multiplicam e a cópula é cercada de ameaças, o sexo dos animais passa a ser um problema em si mesmo.

Outro aspecto repreendido pela sensibilidade civilizada é a troca de ameaças e/ou agressões entre os machos, que deixa de ser vista como algo natural, pois os machucados e infecções resultantes das brigas passam a ser percebidos como sofrimento a ser evitado. Além das brigas entre os machos, o ritual de submissão da fêmea durante a cópula e a “fila” de machos aguardando a chance de montar a fêmea também passam a ser percebidos como formas de violência. Em um desentendimento entre protetores a respeito da castração, do qual participei em 2010, um acumulador de animais, desfavorável à castração, era severamente censurado pelos demais, que o acusavam de contraditório, pois não era possível evitar o sofrimento dos animais se eles continuassem a se multiplicar para serem jogados na rua¹⁵⁸. Em meio às falas, um protetor asseverou: “eu pago meus impostos para não ter que ficar vendo cadelas sendo estupradas no meio da rua por um bando de cachorros!” Embora, de maneira geral, os protetores só considerem estupro a zoofilia ou a cruza realizada à força com a intervenção humana, essa declaração é relevante por trazer à tona o nível de pudor desenvolvido em relação ao sexo dos animais de estimação.

¹⁵⁸ De 2009 a 2015, só ouvi duas manifestações contrárias à castração por parte de protetores de animais. Essa baixa frequência das contestações indica que o assunto já é consensual, havendo pouco espaço para manifestações contrárias.

Na moralidade pet, o ritual de dominância entre os machos, antes da cópula, foi eliminado com o isolamento das fêmeas, que têm contato apenas com o macho selecionado como ideal para “manter o padrão da raça”. Retirando das fêmeas a possibilidade de um ritual reprodutivo, é comum que elas recusem a cruza, deitando-se no chão ou atacando o macho. Nesses casos, as intervenções humanas vão desde segurá-la e montar o macho até amarrá-la para que fique imobilizada. Existe, ainda, a eliminação da cópula com o uso de inseminação. Todas essas práticas são caracterizadas como estupro pela moralidade de proteção e, eventualmente, algum protetor, em meio a debates sobre o mercado de raças, acusa um criador de ser “gigolô de animais”, por permitir ou obrigar o sexo, tendo em vista o lucro gerado pelos filhotes. Essa ampliação da noção de violência sexual, longe de reduzir a sensibilidade em relação à violência contra as mulheres, parece atuar no sentido de estabelecer um padrão ainda mais exigente, no qual qualquer uso da força no sentido de garantir o sexo seja considerado estupro, mesmo que a vítima não seja humana¹⁵⁹.

Tutores que não têm acesso às técnicas de reprodução dos canis e gatis profissionais também costumam controlar a escolha dos parceiros de seus animais a partir de conversas com pessoas conhecidas que criem animais da mesma raça ou de anúncios “em busca de namorado(a)”, feitos em clínicas veterinárias, revistas e redes sociais. O “mundo pet” cria, para os tutores, a ideia de que os casais selecionados para a cruza são pares românticos e essa ideia é reforçada não só pelo uso de termos como “namoro”, “compromisso” e “quero ser mãe”, como também pela produção de roupas de casamento e, em alguns casos, festas de casamento para os animais. Esse tipo de procedimento não é considerado violento pelos protetores, mas também é condenado pelo fato de gerar filhotes que, argumentam, tomarão a vaga de um animal que poderia ser adotado ou resgatado da rua.

Ainda que não cheguem a cruzar, animais não castrados são comumente entendidos como vítimas prováveis de maus tratos, devido aos comportamentos relacionados à reprodução, entre os quais se destaca a demarcação de território com urina. Nesse sentido, mesmo pessoas que criem animais sozinhos em apartamentos, sem

¹⁵⁹ Obviamente há diferenças importantes nas consequências geradas para mulheres submetidas a sexo forçado e aquelas geradas para cadelas, cabras ou galinhas, pois a atribuição de significado ao sexo e à dominância é uma característica humana, enquanto os membros de outras espécies poderão ter como dano psíquico um trauma difuso, não significado. Por outro lado, antes de afirmar que a zoofilia é um “mal menor”, é válido lembrar que a percepção desse ato como estupro não é fruto de fantasia ou de redução da importância conferida à violência contra as mulheres, mas de uma convergência entre uma sensibilidade de condenação à violência sexual e uma sensibilidade de condenação à violência contra animais não-humanos

possibilidade de reproduzir, serão muitas vezes interpeladas para que castrem seus animais, com o argumento de que o procedimento é benéfico para sua saúde e evitará uma série de problemas comportamentais. Um panfleto distribuído em todos os eventos do Adote um Vira-Lata, desde 2010, intitulado “Seja legal: esterilize seu animal” resume em tópicos os argumentos desenvolvidos nos diálogos sobre castração:

A cirurgia de esterilização (castração) é a retirada de órgãos reprodutores e deve ser feita tanto em fêmeas quanto em machos.

- Esterilizar evita cio, reprodução e comportamentos relativos à reprodução, como marcação urinária e saídas para a rua.
- Esterilização é feita com anestesia e sedativo. Não dói, não machuca, não deixa o animal preguiçoso nem afeminado.
- Esterilizar é impedir que crias não planejadas acabem jogadas nas ruas, onde serão vítimas de fome, doenças e maus tratos.

ESTERILIZAR É UM ATO DE AMOR!

O esforço para convencer os tutores a castrar seus animais é tão relevante para o Adote um Vira-Lata que chegamos a produzir um artigo em que ensinamos o roteiro pré-estruturado a ser utilizado por pessoas interessadas a fazer esse trabalho de sensibilização dos tutores sobre “a importância do controle de natalidade e informá-los a respeito da castração como técnica segura, acessível e saudável para os animais” (SILVA, CIDREIRA NETO & LIMA, 2014:2). O primeiro roteiro foi elaborado para os tutores que não acham necessário castrar porque criam machos, porque as fêmeas não saem de casa ou tomam injeção anticoncepcional ou, ainda, porque conseguem doar os filhotes. Nesses casos, a recomendação é ressaltar a importância do controle populacional para evitar o sofrimento dos animais nas ruas e os benefícios da cirurgia para a saúde e o bem-estar do animal e os prejuízos da injeção anticoncepcional (cancerígena) e da contenção (pouco eficaz e estressante para os animais).

Pode-se, ainda, ressaltar as vantagens comportamentais, como o fim das marcações territoriais com urina, a redução das saídas para a rua e das brigas e a redução da agressividade (SILVA, et al, 2012). O argumento a ser ressaltado nesse leque depende das reações do interlocutor e do tipo de preocupação demonstrada. Nesse grupo, os mais resistentes são os que encontram facilidade em doar as ninhadas ou realizam a venda de filhotes. Nesses casos, tem se mostrado mais eficaz ressaltar os benefícios para o próprio tutor: a economia que a cirurgia representa ao evitar doenças e a eliminação de problemas comportamentais (SILVA, CIDREIRA NETO & LIMA, 2014:3).

O segundo roteiro é voltado para as pessoas que têm uma concepção negativa sobre a castração, por medo de que o animal morra na cirurgia ou por considerarem que a cirurgia seja maldade, mutilação ou forma de acabar com o prazer do animal.

Para os que têm medo ou pena de castrar, há uma explicação minuciosa a respeito da cirurgia e do pós-operatório, ressaltando a rapidez da recuperação. Além disso, o baixo risco e custo da cirurgia são contrastados às chances de animais não castrados desenvolverem vários tipos de câncer nos órgãos reprodutores, além da infecção uterina em fêmeas (NELSON apud NOVACK et al, 2009). Os mitos sobre a castração são esclarecidos na medida em que são explicitados pelo tutor. Os medos mais comuns são abalar a heterossexualidade do animal, torná-lo preguiçoso, retirar seu instinto de proteção do território e obesidade (SILVA, CIDREIRA NETO & LIMA, 2014:3).

A contraposição mais interessante ocorre em relação aos tutores que caracterizam a castração como crueldade. Quando não pretendam que o animal cruze, esses tutores destacam como suficiente e mais respeitoso com a natureza dos animais o método de contenção, que consiste em separar machos e fêmeas no período de cio ou em criar animais de apenas um sexo. Diante desse argumento, a estratégia desenvolvida apela para uma tentativa de fazer o tutor imaginar a angústia sentida pelo animal que, sentindo o impulso de reproduzir e o cheiro dos animais do sexo oposto, não consegue fazê-lo. O sofrimento gerado por essa situação, especialmente para os machos, é caracterizada como uma tortura. Nesses casos, então, os argumentos da proteção contrapõem-se à fantasia da vida natural e apresentam a castração como ato de cuidado obrigatório para o bem estar de um animal que não leva uma vida natural, ou estaria em um matilha, e não em uma casa ou apartamento vivendo com humanos e comendo ração.

No caso dos criadores, que partilham dos princípios do mundo pet, no entanto, a única justificativa para castrar um animal é evitar que ele reproduza e degenere o padrão da raça. Por esse motivo são castrados os animais que apresentam alguma característica diferente daquelas exigidas pelo padrão das exposições e, em algumas cidades, os animais vendidos, para evitar que seus tutores iniciem criações “irregulares”, “de fundo de quintal”.

Entre os manuais de guarda responsável da proteção animal e nas descrições de grupos de proteção que atuam na Região Metropolitana do Recife, a castração é tópico central:

Adote um Bichano (Recife): A castração é fundamental! Além de evitar crias indesejadas (no caso de fêmeas) e demarcação de território e brigas (no caso de machos), previne uma série de doenças como câncer, por exemplo. E vale lembrar, nunca dê anticoncepcionais, eles provocam tumores e colocam em risco a vida do animal.

Gatinhos Urbanos (Recife): O que fazemos - Alimentamos; castramos; caso presenciemos alguma situação de emergência nos locais em que cuidamos, socorremos; administramos medicação prescrita por veterinários;

fotografamos e divulgamos os gatinhos para adoção pelo [Facebook](#) e aqui em [nosso site](#).

Gigi Pet Sitter (Recife): Atuamos na proteção animal desde 2012 e os trabalhos de pet sitter/dog walker surgiram como uma necessidade de arrecadar fundos para o nosso projeto, que nasceu juntinho com o GiGi, o PCG - Projeto de Castração da GiGi, onde castramos animais que se encontram em situação de rua no bairro da Boa Vista - Recife/PE. Realizamos também eventos de adoção de animais, onde doamos animais saudáveis, vermifugados, CASTRADOS e microchipados.

Movimento Amigo Bicho (Paulista e Olinda): Missão - Conscientizar pessoas sobre a importância dos cuidados de que um animal necessita (carinho, amor, cuidados veterinários, vacinas); Orientar sobre Esterilização de animais (Castração) e viabilizar meios para a adoção responsável, visando a redução de animais nas ruas, do sofrimento destes e de uma população mais humanizada.

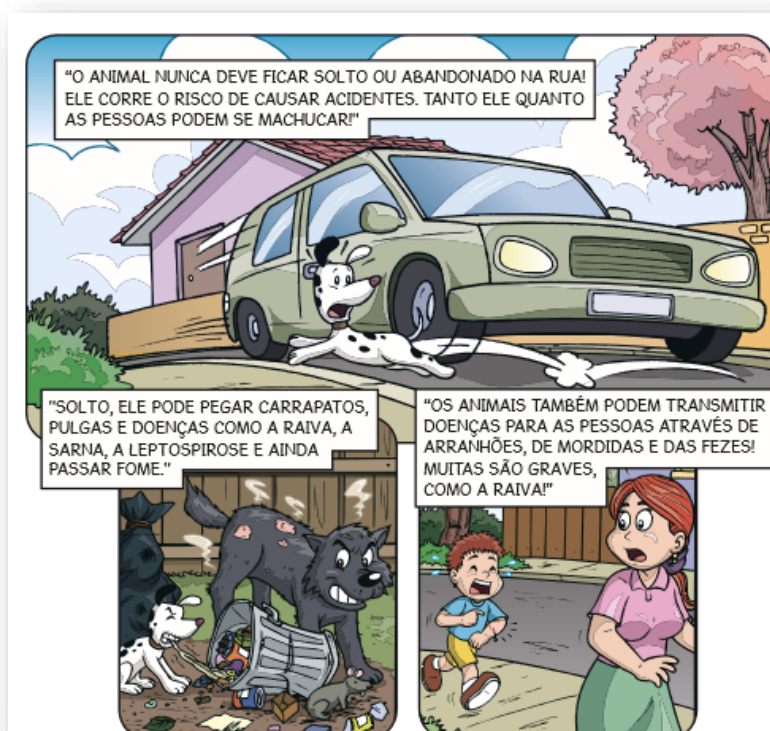
Savama (Jaboatão): Quem somos? Somos uma Organização Não-Governamental sem fins lucrativos que visa promover o bem estar animal, através do programa de esterilização (como controle de natalidade), a conscientização (educação) e promoção da adoção.

Nos manuais da proteção, o conceito de guarda responsável agrupa uma série de cuidados como castração, alimentação específica para animais, cuidados veterinários e garantia de espaço, atividade física e atenção por parte dos tutores. Ao ser incorporado em alguns materiais do Estado, esse conceito foi ressignificado e passou a fazer referência não tanto ao bem estar do animal, e sim à proteção aos humanos. Disponibilizado pelo Ministério da Saúde para a educação de crianças e jovens sobre Guarda Responsável de Animais, o “Gibi da Saúde” traz uma história em quadrinhos que define guarda responsável nos seguintes termos:

Hoje já existe a chamada guarda responsável! O proprietário de um animal tem de se comprometer a satisfazer todas as necessidades dele! Assim como prevenir todos os riscos que o animal pode correr ou causar (...) Assim, Jurandir aprendeu todos os cuidados necessários para que sorvetão [o cão] seja saudável, feliz e não ofereça riscos a ninguém” (BRASIL, 2012:12-19)

Ao explicar os riscos de deixar o animal solto na rua, o Gibi da Saúde traz imagens de um cão causando risco de acidente de trânsito e de animais revirando um lixo, entre os quais se destaca gato doente, fedorento e com feição agressiva. Em maior escala que os outros animais, o gato é o perigo destacado. No último quadrinho da página, uma criança chora, vitimada por uma agressão.

Figura 16 – Imagem do Gibi da Saúde, divulgado pelo Ministério da Saúde, 2010.



Fonte: Brasil. Ministério da Saúde, 2012.

Entre as recomendações oferecidas pela vizinha, apresentada como boa guardiã, Jurandir aprende que é preciso oferecer ração e água frescas, recolher restos de comida “para não atrair ratos nem insetos”, vacinar contra raiva e leptospirose, medicar contra vermes, carrapatos e pulgas, passear com coleira, levar saquinho para recolher as fezes, escovar e dar banho regularmente.

Entre as recomendações, as únicas que visam exclusivamente ao bem estar do animal são a proteção contra chuva, sol, frio e vento forte, não havendo sequer recomendação sobre a vacina múltipla, que protege os animais contra doenças que não são zoonoses. Em resumo, ser responsável, aprende o protagonista da história, é impedir que seu cão se misture com os animais “de rua” e, principalmente, evitar que ele se torne uma ameaça para as pessoas. Na história em quadrinhos não há referência à castração citada apenas na seção extra “A mentira tem patas curtas”, em que sete crenças sobre animais de estimação são combatidas. Nesse esclarecimento de que a castração não é prejudicial, o gibi acaba reforçando um dos mitos sobre a cirurgia, afirmando que o animal pode de fato “ficar mais preguiçoso” e obeso, mas que isso pode ser evitado com boa ração, exercício e “evitando doces, pães e outros petiscos” que, subentende-se,

poderiam então ser ofertados a animais não castrados, contrariando as recomendações de saúde da medicina veterinária. O ponto interessante a ser ressaltado aqui é a disparidade entre o conceito de guarda responsável apresentado pelo material educativo do Ministério da saúde e o conceito dos manuais de proteção animal, que destacam castração como central, bem como alimentação específica para cães ou gatos e vacinação múltipla (que protege contra doenças que não são zoonoses, transmitidas apenas entre cães ou entre gatos). Essas diferenças reforçam a percepção de que as parcerias entre protetores e poder público não indicam uma equivalência nas formas de avaliar a situação, tampouco nas prioridades estabelecidas, e sim um consenso sobre a necessidade de controle populacional e prevenção às zoonoses.

Entre ambos, porém, há o consenso de que se deve evitar o livre acesso do animal à rua e de que, para que seja levado para passear, o cão deve ser controlado com o uso de coleira e guia. Além disso, em ambos os casos costuma-se frisar a importância de recolher as fezes do cão. É possível perceber, portanto, o estabelecimento de exigências consensuais sobre os animais para que sejam tolerados nas ruas: devem estar saudáveis, devem ser dóceis e, preferencialmente, devem estar sob controle, para que não deixem sujeira pelo caminho e não ofereçam risco para outras pessoas e animais. Essas preocupações são visíveis nos programas televisivos que orientam tutores sobre a educação de seus cães, tomando o momento do passeio como oportunidade por excelência em que se pode diagnosticar os problemas (do cão e do tutor) e resolvê-los. Entre os comportamentos apontados como problemáticos para os passeios, destacam-se a agressividade em relação a outros cães, o excesso de latidos, a agressividade em relação a outras pessoas e os puxões fortes na coleira, pelos quais o cão controla o tutor, e não o contrário. As exigências feitas para o animal ser tolerado na rua são consideráveis, mas, quando se observa a convivência nos espaços internos da casa, é perceptível que as demandas são ainda maiores.

6. PARENTESCO E CIVILIZAÇÃO: ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NOS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA ÍNTIMA

Neste capítulo, apresento inicialmente alguns dados sobre a presença de cães e gatos nos municípios brasileiros e tendências que têm caracterizado essas relações nos grandes centros urbanos, como o impedimento do livre acesso à rua, decorrente da ausência de áreas externas (no caso dos apartamentos) ou da representação da rua como lugar de perigo (no caso da opção de criação *indoor*). Embora a *moralidade de proteção* surja em vários momentos deste capítulo, o foco aqui é a *moralidade de parentesco* e os dilemas relacionados à convivência íntima. Tendo isso em vista, a emergência dos movimentos de proteção animal e o crescimento do mercado pet já não são o foco, mas apenas o pano de fundo para a análise do convívio com animais de estimação inseridos nos domicílios dos grandes centros urbanos, tendo como preocupação central a análise da experiência moral dos tutores. Por essa razão, faz-se necessário sublinhar a maneira como os quatro ordenamentos morais identificados nesta tese geram comportamentos e emoções distintos sobre as relações com os animais de estimação. Um exemplo inicial pode ajudar nessa tarefa.

Tomando uma situação hipotética e ideal-típica em que uma ninhada fosse apresentada a quatro sujeitos guiados, respectivamente, pelos ordenamentos morais *pet*, de propriedade, de proteção e de parentesco, a simpatia sentida por esses sujeitos seria direcionada da seguinte forma: a *moralidade pet* orientaria o olhar em direção ao animal com aspecto mais saudável, sem falhas de pelos e que se alimentasse bem; a *moralidade de propriedade* orientaria o olhar para o animal que aparentasse mais esperteza (um cão que já latisse e dominasse os outros na brincadeira ou um gato que já demonstrasse habilidade de caça) e que parecesse obedecer a algum comando; a *moralidade de proteção* orientaria em direção ao menor e mais magro filhote da ninhada, que fosse dominado pelos outros na brincadeira e parecesse necessitar de ajuda para pegar o peito da mãe; a *moralidade de parentesco* orientaria o olhar para o animal que interagisse com o sujeito, andando até ele ou respondendo aos estímulos, gerando a ideia de reciprocidade instantânea (“foi ele que me escolheu”).

Essas formas diferentes pelas quais os sujeitos são mobilizados pelos animais de estimação são moldadas a partir de critérios valorativos distintos, que estabelecem ordenamentos não apenas entre os animais, como também entre os humanos que interagem com eles. No capítulo 3, procurei demonstrar de que maneira foram

estabelecidas a *moralidade de propriedade* e a *moralidade pet*, a partir das quais os animais “de casa” foram classificados como radicalmente diferentes e superiores aos animais “de rua” que, portanto, poderiam ser exterminados em nome da segurança, da saúde e da civilidade. Nos domicílios em que os cães e gatos foram inseridos como companhia ou membros da família, criou-se uma situação ambígua, pois os animais eram, ao mesmo tempo, objetos fetichizados e sujeitos de relações afetivas.

No capítulo 4, porém, demonstro como ocorreu a formação de uma configuração social responsável pela emergência da sensibilidade de empatia interespecie e, portanto, de ordenamentos morais que entram em choque com a *moralidade de propriedade* e a *moralidade pet*, que tomam os animais como objetos, valorados a partir de sua adequação aos propósitos humanos. Em contraste com essas duas formas de classificar e, portanto, de lidar com cães e gatos, a emergência da sensibilidade de empatia gerou as condições para o surgimento dos ordenamentos morais de proteção e parentesco, em que os animais são tomados como indivíduos a serem cuidados pelos humanos – seja por altruísmo, seja por reciprocidade. Embora mantenha vários pontos de contato com a sensibilidade civilizada, a sensibilidade de empatia interespecie estabeleceu interditos morais relativos a práticas antes naturalizadas no trato com os animais não humanos e, de maneira mais rígida, com os animais de estimação.

A partir daí, analisei, no capítulo 5, a maneira como a sensibilidade civilizada e, mais especificamente, a moralidade de proteção passa a impor um controle sobre as relações com os animais no espaço público, a partir da ideia de que a rua é um local perigoso e que os animais que circulam nesse ambiente precisam e devem ser protegidos pelos humanos. Neste capítulo, elaboro uma questão similar, mas, desta vez, voltada para a compreensão das relações dentro dos domicílios, em uma situação de convivência íntima, tendo como foco principal a *moralidade de parentesco*. Os arranjos formados entre humanos e animais de estimação nos grandes centros urbanos são variados e, para facilitar a compreensão dessa diversidade, traço uma distinção analítica entre três fenômenos distintos, embora inter-relacionados, que caracterizam a convivência com os animais de estimação na esfera privada. São eles: o reconhecimento da senciência dos animais de estimação, o surgimento da família multiespecie e a civilização desses animais.

Nas últimas décadas, cães e gatos entraram nos quartos, subiram nas camas, penetraram o ambiente íntimo, tornaram-se parte da rotina e do planejamento familiar e até foram incluídos nas listas de parentes e amigos a presentear no Natal. Mas não só de

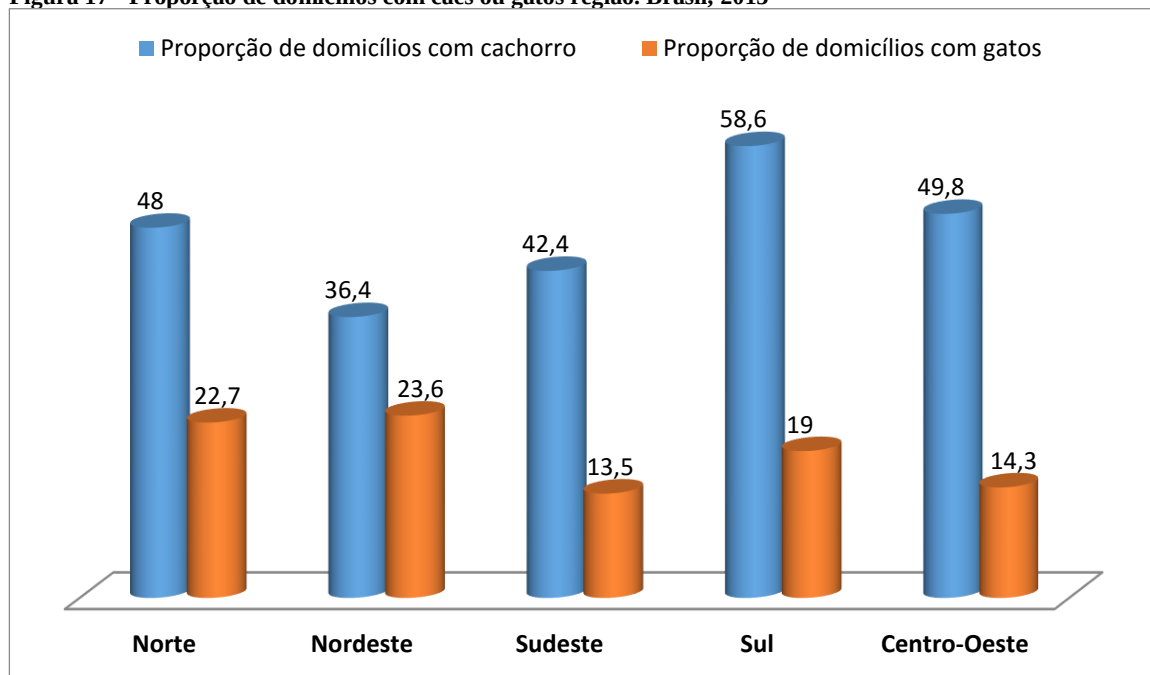
rabos balançando e ronronados é feita essa convivência cada vez mais íntima, que derrubou as barreiras físicas que os mantiveram apartados nas últimas décadas. Com eles, também entraram nos domicílios os seus pelos, cheiros, sons, excrementos e os hábitos inextrincavelmente animais. A mesma animalidade que durante séculos a humanidade se esforçou por varrer para baixo do tapete agora retorna às casas na forma desses companheiros de quatro patas. O resultado dessa aproximação é um aprofundamento da tendência de controle sobre seus corpos e comportamentos que, em muitos casos, assume formas violentas.

6.1. PANORAMA DA PRESENÇA DE CÃES E GATOS NOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS E PERNAMBUCANOS

A importância assumida pelos cães e gatos no Brasil pode ser apontada, inicialmente, com um quadro geral de sua presença nos domicílios. Em 2013, estimativas da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação calculavam a existência de aproximadamente 37,1 milhões de cães e 21,3 milhões de gatos domiciliados no país. De acordo com esses dados, o Brasil é a 2ª maior nação do mundo em população de cães e gatos e 4ª em animais de estimação (2PRÓ COMUNICAÇÃO, 2014). Divulgada recentemente, a Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE (2013) faz uma estimativa ainda maior. De acordo com os dados, 52,2 milhões de cães marcam presença em 44,3% dos domicílios brasileiros, além de 22,1 milhões de gatos, presentes em 17,7% dos lares¹⁶⁰. Embora a presença de cães e gatos seja mais frequente nos domicílios rurais que nos urbanos, é nestes últimos que ocorrem as transformações no padrão de convivência aqui analisados, como a entrada dos animais na casa, tendência de limitar ou impedir suas saídas para a rua. Além disso, a percepção do animal como membro da família tem ocorrido fundamentalmente nos centros urbanos, como constata Archer (1997), Albert & Bulcroft (1988), Cohen (2002) e Serpell (1996).

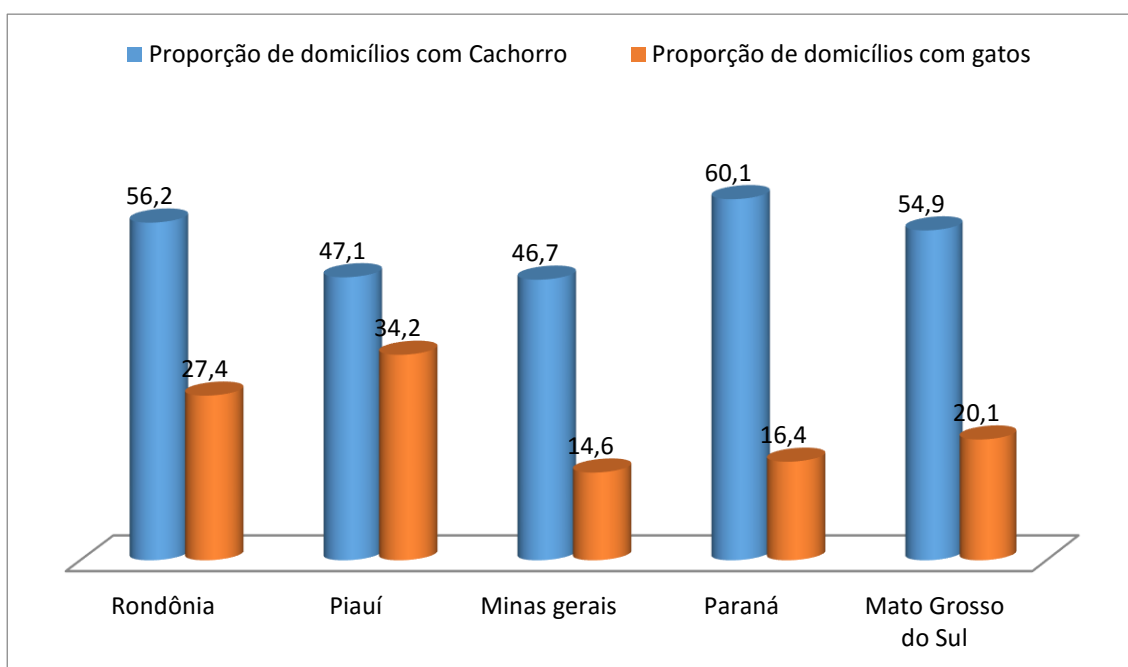
Em cada região, a proporção de domicílios com a presença de cães e de gatos se apresenta de acordo com os dados expostos abaixo:

¹⁶⁰ Não há, entretanto, uma correspondência direta entre o número de animais domiciliados e o número total de cães e gatos em cada região e estado. Alguns trabalhos procuram estimar o número de animais em situação de rua tomando como base o número de animais domiciliados, a concentração de habitantes em cada localidade. Assim, o número de animais tende a ser maior nas áreas mais urbanizadas, com maior densidade populacional e nas quais não haja métodos de controle populacional de cães e gatos, como é o caso de Recife.

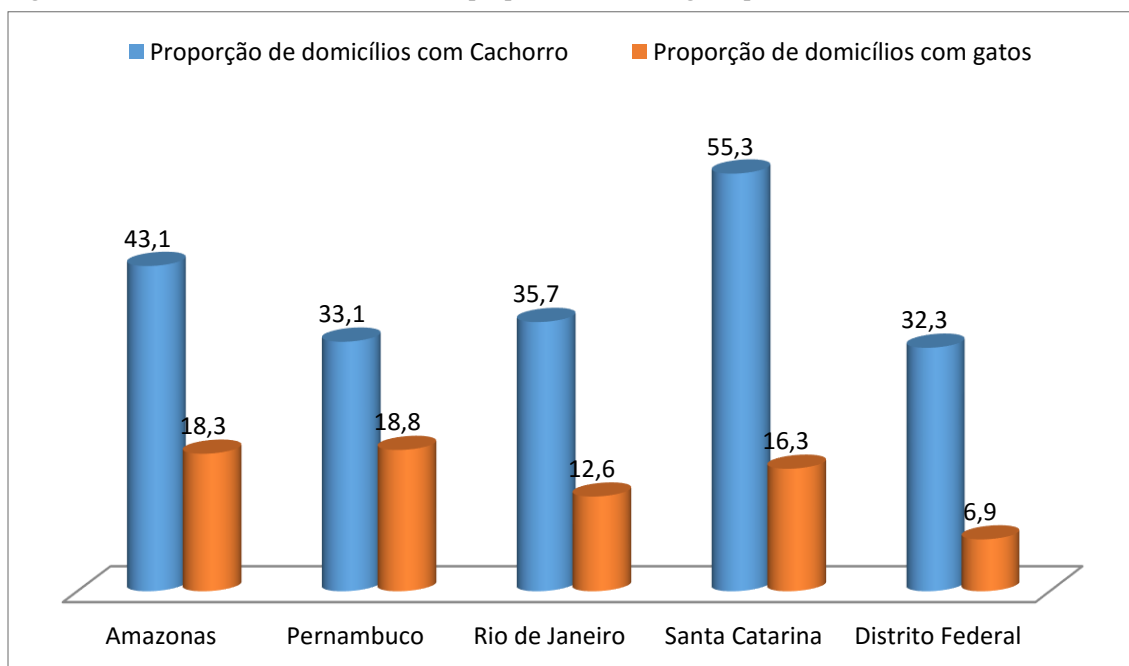
Figura 17 - Proporção de domicílios com cães ou gatos região. Brasil, 2013

Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde. IBGE, 2013

Embora, em todos os estados e regiões do país, os cães estejam mais presentes que os gatos nos domicílios, é interessante perceber que o Nordeste é a região com maior proporção de gatos do Brasil, havendo a presença de felinos em 23,6% dos domicílios, percentual que cai para 13,5% no Sudeste, região com menor concentração de gatos. Os cães, por sua vez, têm maior concentração na região Sul, onde estão presentes em 58,6% dos domicílios, e menor concentração no Nordeste, em que a taxa cai para 36,4%. Já em Pernambuco, a concentração de ambas as espécies está entre as menores do país. Reunindo os estados com maior e menor concentração de cães e gatos por domicílio, chegamos às duas tabelas seguintes:

Figura 18 - Estados brasileiros com maiores proporções de cães e gatos por domicílio. Brasil, 2013

Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde. IBGE, 2013

Figura 19 - Estados brasileiros com menores proporções de cães e gatos por domicílio. Brasil, ANO.

Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde. IBGE, 2013

Pernambuco e Rio de Janeiro estão entre os estados com menor proporção de domicílios com presença de cães ou gatos, mas, como foi possível constatar até aqui, ambos figuram entre os lugares em que essas espécies firmaram um lugar entre as preocupações sociais, midiáticas e políticas. Trata-se de um dado intrigante, considerando

a relação traçada aqui e por outros autores entre a manutenção de animais de estimação e o desenvolvimento de preocupações morais em relação à espécie ou aos animais de maneira mais ampla (SERPELL & PAUL, 2003). Essa questão, no entanto, ultrapassa os objetivos traçados nesta pesquisa, cabendo por enquanto apenas o reconhecimento de que, apesar da proporção de animais por domicílio nesses dois estados ser pequena em relação aos outros, a pressão da sociedade civil sobre as relações de tutoria é bastante considerável. Paralelamente, é possível observar, também, o estabelecimento de uma tendência de criar os animais de estimação prioritariamente ou exclusivamente nos ambientes internos da casa, a difusão da ideia de que eles são membros da família. Para possibilitar a análise desses fenômenos, começo por apresentar a emergência da *moralidade de parentesco*.

6.2. DE OBJETOS A INDIVÍDUOS: A EMERGÊNCIA DA MORALIDADE DE PARENTESCO

Com a verticalização das cidades e a popularização de raças como *poodle*, os cães de pequeno porte passaram a ser fonte de diversão, prestígio e prazer estético. Ocorreu, naquele momento, a emergência da moralidade pet que, à semelhança da moralidade de propriedade, assume os animais de estimação como objetos e os classifica de acordo com sua capacidade de cumprir as expectativas humanas. Essas duas formas de avaliação, porém, são guiadas por valores distintos, por isso, enquanto a *moralidade de propriedade* avalia os cães fundamentalmente a partir de sua utilidade ou custo-benefício, a *moralidade pet* os hierarquiza pelas características estéticas e comportamentais de suas raças. A partir do encontro entre essas duas moralidades, os animais sem raça definida (vira-latas) que poderiam cumprir as funções de guarda e eram representados como resistentes, sofrem nova queda na hierarquia dos seres, pois, além dos atributos funcionais associados às raças de grande porte, passam a ser relevantes também suas características distintivas, como linhagem (pedigree), nacionalidade da raça, aparência estética (atlética, musculosa ou intimidadora).

Paralelamente, os cães de médio e pequeno porte ganhavam a prerrogativa de frequentar o interior das casas, de acordo com as características físicas e comportamentais associadas ao ambiente íntimo e às representações divulgadas a respeito das raças, como “boa para apartamento”, “boa com crianças”, “silenciosa” ou “sem cheiro de cachorro”.

Como companhia, os animais sem raça definida eram pouco considerados, especialmente para a convivência dentro de casa – exclusiva das mascotes.

O crescimento do mercado pet, no Brasil, gerou resultados díspares, pois, ao mesmo tempo em que esse mercado estimulava uma convivência próxima e a ideia de que as mascotes seriam “parte da família”, apresentava-os de tal forma que os cães de pequeno porte foram reificados como brinquedo. Em 1986, a revista Cães & Cia publicou uma matéria intitulada “Minicães: sete raças de bolso para você comparar”, em que o tamanho reduzido das sete raças apresentadas¹⁶¹ é percebido como vantagem pela possibilidade de fazer coisas diferentes e divertidas:

Certamente você não estranharia um passeio com seu cão na coleira. Mas o que acha de passear com ele levando-o em sua mochila? Ou no bolso do seu casaco? Ou debaixo do seu braço? A hora de dormir também não é problema. Você poderá instalá-lo confortavelmente na gaveta da sua cômoda, ou no cesto de tricô de sua avó (fale com ela primeiro!), ou onde sua imaginação sugerir (CÃES & CIA, 1986, nº 92:24).

A imagem desses animais como brinquedos foi bastante reforçada com a popularização do poodle, que poderia ter seus pelos encaracolados tosados de várias formas, tingidos de diferentes cores e penteados com laços. Ao lembrar da cadela que criou na infância, uma poodle comprada em 1996, Carla contou que, naquela época, era comum que os animais levados para banho e tosa em *pet shop* e voltassem para casa sedados (“era a coisa mais normal do mundo”, comentou).

Em 1986, a matéria principal da Cães & Cia, intitulada “Poodle sugestões inéditas e importantes para sua criação”, foi ilustrada por uma foto com dois cães de raça, um com os pelos tingidos de azul e outro de rosa. A matéria, com 3 páginas de conteúdo, trouxe um box de meia página com dicas sobre como tingir os pelos desses animais. Além disso, a matéria elogiava a inteligência da raça como característica que os permitia entender e obedecer às regras da casa e também aprender truques, por isso seriam bem utilizados em shows e circos.

Uma das manifestações dessa inteligência, lembra Elizabeth de Barros Fernandes, do Canil Pinscherwelt, SP, “é a capacidade da raça em compreender rapidamente as coisas. Ele entende logo quando não gostamos do que fez, por exemplo”. Ela cria Toy e Miniatura e cita ainda a facilidade em assimilar qualquer ensinamento como outro indicativo da inteligência da raça (...) Alguns números podem ser ensinados pelo próprio dono, em aulas curtas e periódicas como explica Sandra Kersting. Segundo Epitácio Medeiros

¹⁶¹ Eram elas: pequinês, *lhasa apso*, *yorkshire*, *chihuahua*, pomerânia e maltês

Filhos, a melhor idade é entre os 6 meses e 1 ano, “quando o cão está mais receptivo a coisas novas”. Ele garante que, depois de repetir cinco ou seis vezes, também o seu Poodle estará saltando obstáculos ou andando apenas com duas patas (CÃES & CIA, 1986, nº 85:5).

Além da imagem dos animais como brinquedo, o tamanho dos cães causaria também “situações que podem ser chamadas, no mínimo, de diferentes”, como a que é relatada por um criador que contrabandeou filhotes nos bolsos, em um relato que, se hoje espanta, foi considerada engraçada o suficiente para ser publicada:

Certa vez eu e outros criadores fomos à Argentina para participar de uma exposição e trazer alguns cães. Como tínhamos pouco tempo para fazer essa aquisição, providenciamos primeiro toda a documentação necessária para a importação, para depois comprarmos os cães (..) acabamos comprando um número maior de cães do que constava nos documentos prontos, além das raças serem diferentes das registradas. Mas não tivemos nenhuma dúvida: voltamos para o Brasil com 12 filhotes: de *Chihuahua*, de *Yorkshire* e de *Poodle Toy* dentro dos bolsos, bolsas e sacolas disponíveis. E tivemos sorte, pois os fiscais e a veterinária não perceberam os excedentes, nem que as raças não “batiam” com as registradas nos documentos” (CÃES & CIA, 1986, nº 92:24).

Além do diferencial estético e da praticidade, os cães de pequeno porte são avaliados, também, de acordo com a docilidade do temperamento, visto que essas raças foram difundidas como companhia para viver dentro de casa e agradar toda a família, especialmente as crianças. Nesse aspecto, fica evidente a preocupação em deixar as crianças à vontade para brincarem em segurança, sem grandes preocupações com o bem estar dos animais.

Isolde Eckhardt, do Canil Blue Blood of Cristal, de Porto Alegre, RS, criadora de Pomerânia e Maltês, afirma que essas duas raças são um tanto sensíveis a brincadeiras mais bruscas, apesar de se darem muito bem com crianças. “Quando eles estão brincando com crianças e elas se excedem e os machucam, eles gritam e se escondem, com um ar bastante magoado, jamais sendo agressivos. Mas é só dar a eles um pequeno agrado para esquecerem e voltarem a brincar na mesma hora”. Já Antônio Marcos Capellano afirma que crianças podem fazer o que quiserem com seus Poodle Toys, pois eles são muito resistentes e fortes, e sua fragilidade é apenas aparente. “Meus sobrinhos chegam até a carregá-los segurando-os pela cabeça e eles nunca se mostraram arredios ou agressivos; muito pelo contrário, até que são bem pacientes” (CÃES & CIA, 1986, nº 92:26).

Bastante sociável, [o buldogue inglês] em nada lembra o temperamento agressivo da raça em seu início, quando era usada em lutas com touros na Idade Média. Daquele tempo ainda conserva o instinto boiadeiro (...) Herdou também uma certa resistência à dor, e isso, juntamente com seu pelo curto, faz dele um amigo resistente ao assédio das crianças (CÃES & CIA, 1994, nº 178:21).

Entre 1993 e 1997, o programa infantil TV Colosso, do qual fui espectadora entusiasmada, era iniciado com imagens de cães adestrados, de várias raças, sendo penteados com uso de escova e secador, mordendo osso de borracha e usando gravata e óculos. Na cena final, que dava o ápice à abertura, a protagonista Priscilla (um boneco representando uma cadela de raça *old english sheepdog* (antigo cão pastor inglês), surgia como apresentadora de um programa de auditório e, ao fundo, dezenas de cães reais, sentados em cadeiras, faziam juntos um movimento típico dos adestramentos, em que os cães ficam de pé e balançam as patas dianteiras¹⁶². Enquanto as imagens eram exibidas, a canção fazia referência às exposições caninas e à adequação dos cães a esse ambiente:

Levei o meu cachorro
 Pra ser um campeão
 Pra ganhar na exposição
 Dei aquele banho
 E aparei o pelo
 Pra dar uma boa impressão
 Pus o *dog* na escolinha
 De pompom e gravatinha
 Foi aquele corre-corre
 Que sensação
 Quem diria o meu cãozinho
 Chegaria de mansinho
 E seria o novo astro
 Da televisão

Refrão (2x):
 Ele é um colosso
 Eu não largo o osso
 E de dono já virei fã
 Ele é um colosso
 Que vem me acordar de manhã

Cheiroso, penteado e adestrado, o cão de raça, vencedor, transforma o “dono” em “fã”. Eram justamente essas as características das mascotes que, nos anos 1990, ganhavam permissão para viver dentro das casas e acordar as crianças pela manhã. Entre as raças apresentadas no vídeo, *basset hound*, *poodle* e *old english sheepdog* eram as mais destacadas, mas também apareciam cães de raça *yorkshire*, *bulldogue*, *shih-tzu*, *cocker spaniel*, *schnauzer*, *greyhound*, *daschund* e, entre os cães de grande porte, *são bernardo*, *weimaraner*, *dobermann*, *collie*, *dálmata* e *fila brasileiro*.

¹⁶² A utilização de computação gráfica para a produção da cena é pouco relevante porque, na visão das crianças, isso estava fora de questão.

Aquele desfile de cães era um alimento para o sonho de ter um animal de raça, em casa, que muito se assemelhava ao sonho com os brinquedos da moda. Como se pode perceber nas palavras dos criadores supracitados, era comum que o tratamento dispensado, pelas crianças, aos cães de pequeno porte, fosse similar àquele direcionado aos brinquedos. Cães de pequeno porte eram acariciados, penteados e levados para passear em um misto de brincadeira e exibição. Em outros momentos, porém, também eram deixados de lado e, quando contrariavam as expectativas e roíam um objeto proibido, faziam as necessidades em local impróprio ou adoeciam, a chance de que fossem agredidos, repassados ou abandonados era grande.

Essas ações, características da percepção dos animais como mercadorias, continuam em voga, como se pode perceber, por exemplo, nos anúncios a seguir, selecionados no site de troca e venda OLX, em 2013. As propostas foram publicadas por tutores e criadores de cães provenientes dos estados de Pernambuco, Salvador, São Paulo, Santa Catarina, Distrito Federal, Paraná e Goiás¹⁶³.

1- Troco macho adulto de bulldog inglês por macho de pug ou fêmea bulldog

2 - Troco macho de bulldog adulto, com 2 anos e 8 meses. Teve 2 cruzas naturais e 1 por coleta de sêmen. Vacinação 2013 em dia. Aceito na troca macho de pug ou fêmea de bulldog francês.

3 - Yorkshire fêmeas adultas: vendo ou troco

Tenho duas fêmeas adultas à venda com um ano e meio e um ano e uma com dois anos e meio, pesando de três a quatro quilos. Excelentes matrizes, preço bom nas duas ou venda separada. Valor das que não estão acasaladas: 1500,00 reais cada; valor das acasaladas: 2000,00 reais. Aceito troca por cães da raça spitz alemão fêmeas ou pastor alemão filhotes. Entrego e despacho para todo Brasil. Motivo da venda: não crio *yorkhires*, essas entraram na negociação de um carro

Os anúncios foram feitos por criadores, entre os quais é comum que a relação com os animais seja, fundamentalmente, instrumental, por isso as trocas visam à adequação do plantel a uma criação que pareça mais vantajosa, prática ou agradável. No ordenamento moral *pet*, os animais são reificados como objetos dotados de valor de mercado, capazes de gerar prestígio e lucro, por isso são sublinhadas as cruzas já realizadas e a qualidade das fêmeas como “excelentes matrizes”. Além disso, se tiverem

¹⁶³ A ortografia e pontuação dos textos foram corrigidas para facilitar a compreensão. Além disso, os nomes e localização dos autores foram suprimidos para manter o anonimato. No dia em que a busca no site foi realizada, foram encontrados mais de 20 anúncios semelhantes, entre os quais selecionei os que propõem troca ou venda de animais “adolescentes” ou adultos.

pedigree, forem premiados ou tiverem pais premiados em exposições, os animais tornam-se, especialmente valorosos.

De acordo com Oliveira (2006), a escolha de uma raça para montar um plantel decorre da indentificação entre o criador e as características atribuídas às raças (força, docilidade, coragem, extroversão). Além disso, porém, é preciso destacar que o estímulo para investir em uma ou outra raça está relacionado, também, às oportunidades de mercado, havendo uma preferência pelas consagradas, que são facilmente vendidas, e pelas “exóticas”, cujos filhotes valem mais no mercado.

Atualmente, o pequinês é um cão difícil de encontrar, equanto *poodle* e *pinscher* são as raças com maior presença no Brasil, seguidos de *labrador* e *yorkshire* (TUDO SOBRE CACHORROS, 2015)¹⁶⁴. Assim como ocorre com outros sinais de distinção (regras de etiqueta, vestes e costumes), as raças de cães, aos poucos se difundem, perdendo sua capacidade de marcar posições sociais, sendo substituídas por outras. Dessa maneira, como é tendência na dinâmica de mercado, a popularização retirou, do *poodle* e do *pinscher*, o caráter de exclusividade e os desvalorizou, de maneira que essas raças, hoje encontradas facilmente na periferia da Região Metropolitana do Recife, foram substituídas, no mercado dos cães de companhia, por raças ainda fetichizadas como “exóticas”, a exemplo do *shih-tzu* e do *pug*.

Em Pernambuco já não há nenhum canil registrado de pequinês ou *poodle* e apenas um canil de *pinscher*. Por outro lado, as raças agora valorizadas contam com vários. De acordo com os dados do Kennel Club do Estado de Pernambuco (KCEP), as raças de pequeno porte são maioria: são 28 canis de *shih-tzu*, 25 de *yorkshire terrier*, 24 de *pug* e 22 de *maltês*. Entre os cães “de trabalho”, o número de canis é reduzido, havendo maior frequência das raças “de trabalho” escolhidas como companhia: 15 canis de *bulldog* francês, 9 de *golden retriever*, 8 de *bulldog* inglês e 4 de *labrador*. No caso dos cães “de guarda” há, no estado, 10 canis registrados de *rottweiler*, 5 de *dogue alemão*, 3 de *fila brasileiro* e 3 de *dobermann*.

A reificação envolvida na criação e venda desses animais não poderia deixar de interferir na maneira como eles são percebidos pelos tutores, que desejam possuir animais

¹⁶⁴ Em levantamento feito pelo Jornal Valor Econômico, 20,6% dos cães domiciliados no Brasil são SRD, 12,1% são *Poodle*, 6,6% são *Pinscher*, 5,7% são *Labrador Retriever*, 5% são *Yorkshire Terrier*. As outras raças somam 44,5%. Não muito diferente foram os resultados da Radar Pet 2009, que apontou 36% dos cães como sem raça definida, seguidos por *poodle* (24%), *daschund* (7%) e *pinscher* (7%). Entre os gatos, os SRD eram 77%, seguidos por *siamês* (26%), *persa* (4%) e *angorá turco* (3%) (<http://propmark.com.br/mercado/mulher-e-o-foco-do-setor-pet>).

de uma determinada raça, visando a uma adequação às suas necessidades e gostos estéticos. Adquirindo-os como produtos, muitas vezes optam por trocá-los ou vendê-los quando for conveniente. Os anúncios no site OLX, mais uma vez, ajudam a perceber essa ambiguidade, inserida na criação dos animais de raça:

1 - Troco meu *yorkshire* de 1 ano por um *pinscher*. Motivo: clima quente (o meu animal não se dá bem com este clima).

Olá, meu filho tem 1 ano e está com dermatite, pois o clima aqui é quente, minha casa é muito quente, pega sol a tarde toda e ele não se dá com o clima. Resolvi trocá-lo por um *pinscher*, pois essa raça do meu é muito sensível, precisa de cuidado, mas eu trabalho, não tenho tempo !!!

2 - Troco uma fêmea de lulu da pomerânia de 1 ano (linda, dócil muito companheira) por um poodle micro toy anão

3 - Vendo ou troco *yorkshire*, por celular Samsung gran duos. Ela tem nove meses, é saudável e muito brincalhona.

É perceptível que a convivência íntima, o uso de uma linguagem de parentesco e o reconhecimento de personalidade nos animais de estimação não são elementos suficientes para que essas relações tornem-se alvo do escrutínio moral aqui apresentado, em que o bem estar físico e psíquico dos animais será tomado como responsabilidade de seus tutores.

Nas casas em que esses animais são inseridos como companhia, cria-se uma situação ambígua, pois os animais são, ao mesmo tempo, objetos fetichizados e sujeitos de relações afetivas. Como percebe Oliveira (2006), esses cães reificados como mercadoria passaram a ser referidos como membros da família e, muitas vezes, tratados como bebês. Em um processo contraditório de reificação e afeto, a fantasia, alimentada pelo mercado, sobre a criação de um animal de estimação, foi elemento importante na composição da configuração atual. Como foi apontado no capítulo 4, essa representação das mascotes como membros da família, os efeitos da convivência íntima e a valorização desses animais como especialmente bonitos, afetuosos e inteligentes acabaram criando, nos grandes centros urbanos, as condições para a emergência da sensibilidade de empatia interespecie e, portanto, de ordenamentos morais que entram em choque com as moralidades de propriedade e pet.

Vivenciei, pessoalmente, as expressões da moralidade de propriedade e da moralidade pet sobre os lulu da pomerânia de minha mãe, inclusive no que diz respeito ao desinteresse e à agressão. Após a chegada dos cães, deixamos de criar gatos por seis anos porque minha mãe e minha irmã mais velha, Suzy, tinham receio que a presença de

um gato em casa pudesse ser prejudicial para os cães, considerados frágeis. Esse era um fato que me chateava e eu descontava a frustração destratando os cães que, durante a adolescência, já não me interessavam e passaram a ser entendidos como indícios de frescura, dos quais queria me afastar. Nesse período, meu principal alvo foi Niño, que desenvolveu o costume de urinar em minha cama, ou mesmo no travesseiro. Revoltada, eu gritava, esfregava seu focinho no xixi (“pra você aprender”) e colocava-o para correr com uma palmada. Nos momentos de mais raiva, sacudia o chinelo em sua direção, assumindo o risco de acertá-lo.

Essa fase de agressividade contra os cães foi alvo de reclamações em casa, mas meu comportamento só se alterou, de fato, a partir de uma combinação de duas novidades. A primeira foi a informação que alguém me deu de que, quanto mais o cão estivesse frustrado, mais demonstraria isso fazendo xixi em minhas coisas. Com essa informação sobre comportamento canino, comecei a pensar que talvez Niño não fosse burro nem me odiasse, mas que tivesse, de fato, algo a comunicar. A segunda novidade – essa mais marcante – foi a percepção de que aquele animal começara a me temer. Um dia, ao me deparar com o xixi em minha cama, gritei e, ao sair do quarto, percebi que Niño correu e se encolheu embaixo da mesa da sala. Travei, aproximei-me devagar, sentei perto dele e, pela primeira vez, pedi desculpas a um animal de estimação. Numa atitude submissa típica dos cães, Niño apenas me lambeu, aumentando a culpa que me dominou naquele momento.

Se aquele cão vivesse no quintal, não teríamos problemas com sua urina e, ao mesmo tempo, talvez eu nunca tivesse direcionado a ele o olhar que tive naquele dia. Além disso, se eu não tivesse sido socializada em um ambiente de condenação à violência¹⁶⁵, provavelmente o medo por ele demonstrado não teria me causado um sentimento negativo de culpa, e sim uma sensação positiva de poder.

O convívio com animais dentro de casa não é absolutamente garantia de que eles sejam percebidos como seres sensíveis, tampouco de que suas fezes e urina sejam encaradas sem repugnância. Pelo contrário, seria mais plausível propor que esse convívio

¹⁶⁵ Minha mãe jamais me bateu e as brigas com minhas irmãs eram sempre interrompidas e julgadas como motivo de vergonha. Para que uma pessoa interaja de forma não violenta com animais não-humanos, é preciso que eles sejam inseridos no conjunto de seres que não se sente prazer em agredir e também que essa pessoa seja treinada para conter impulsos agressivos contra eles, da mesma forma que (espera-se) é treinada para conter impulsos agressivos em relação a outros humanos. Obviamente, em todas as sociedades há indivíduos com maior capacidade e outros com menor capacidade de autocontrole, a depender da forma como tenham sido socializadas, do tipo de sociabilidade que partilhem e, por que não dizer, de características psíquicas que não se deve ignorar, mas não são capazes de explicar um fenômeno social como a maior ou menor tendência geral ao autocontrole.

só é possível quando as pessoas que têm que lidar com os aspectos “animalescos” da mascote já tiverem desenvolvido um certo nível de autocontrole e forem capazes de controlar as emoções negativas em relação às fezes, urina e aos objetos destruídos. É relevante pontuar, por exemplo, que os dois casos recentes e muito repercutidos de agressão a cães, por suas próprias tutoras (o “caso yorkshire” e o “caso poodle”), ocorreram com cães jovens (recentes nos apartamentos) que haviam defecado e urinado em locais considerados impróprios.

O que aconteceu comigo em relação aos cães, portanto, foi a emergência de uma sensibilidade resultante da combinação entre a condenação à violência, e uma sensibilidade de empatia interespecie, impulsionada pela convivência íntima e pelo acesso a informações que apresentavam os animais de estimação como sensíveis e inteligentes. Combinados, esses elementos atuaram no desenvolvimento (bastante lento e gradual) de uma empatia que me levou a assumir os cuidados com Mindy, quando ela manifestou uma dermatite crônica (bastante comum na raça), que a fazia perder os pelos e sentir muita coceira, a ponto de provocar várias feridas no corpo e morder as patas até que ficassem machucadas. Nunca desenvolvi um apego especial por Mindy, pois tinha ciúmes da atenção que Niño lhe dedicava (deixando-me de lado), irritava-me com o barulho que fazia latindo para qualquer coisa que se movesse no jardim e com a sua mania de perseguir alguns de meus gatos. Apesar de tudo isso, sentia que deveria participar do revezamento de seus banhos (que preferíamos dar em casa), além das medicações e consultas veterinárias.

Nos cuidados com Mindy e, posteriormente, com a insuficiência renal de Niño, inseri-me no processo de medicalização e a geriatria dos animais de estimação, identificado por Segata (2012) e Pastori (2012), como indício de que as relações contemporâneas entre humanos e animais de estimação tem se dado de forma bastante distinta. A tendência analisada por esses autores contraria o ordenamento moral *pet* e de propriedade, em que os gastos são justificáveis apenas enquanto os animais forem bonitos e funcionais. Nesses dois ordenamentos morais, cães e gatos doentes, velhos ou que apresentem comportamento inadequado podem ser substituídos. A experiência relatada por Lindalva indica a naturalidade com que essa opção pode ser encarada e, ao mesmo tempo, o choque de sensibilidade que pode causar quando o tutor passa a avaliar os animais a partir de outro ordenamento moral, em que eles são entendidos como membros da família:

Lindalva - Eu peguei um primeiro cachorro e ele tava doente. Foi de um canil lá em Aldeia, fui lá e comprei, era um yorkshire. Só que ele tava doente, não comia, tava com a orelha inflamada, cortada ainda com aquele... [tala colocada após corte das orelhas] aí eu no mesmo dia liguei pra pessoa e disse “olha, esse cachorro não tá bem, ele tá doente” Eu comecei a ficar desesperada porque era minha primeira experiência e ela não deu suporte nenhum, então comecei a ficar desses perada e disso “olha, eu não quero mais, não quero mais ter bicho e vou devolver”, aí devolvi. Eu acho que cheguei até a levar no veterinário, mas, quando vi a quantidade de coisa que ia ter que fazer, eu disse “não, não quero”. Tava acabando de trazer pra casa e devolvi, mas não aguentei porque já tava querendo muito, aí coisa de semanas depois entrei em contato com outro canil e peguei ele que era de outra raça, que veio com mais problema que o anterior (riso).

O compromisso que Lindalva assumiu com Dudu ou que eu assumi com Niño e Mindy só faz sentido a partir da emergência do ordenamento moral de parentesco, em que os animais de estimação são avaliados não por comparação com outros exemplares da mesma raça ou categoria (guarda, caça, companhia), e sim a partir daquilo que parecem oferecer às pessoas “sem pedir nada em troca”. Esse é especialmente o caso dos cães que, por serem animais gregários (os canídeos vivem em grupos), desenvolvem dependência emocional e, frequentemente, submissão em relação aos humanos. Interpretado moralmente como lealdade e doação, o comportamento canino gera, na moralidade de parentesco, um senso de doação a ser recompensado pelo humano. Entre os textos que circulam nas redes sociais e sites, homenageando os cães, é comum ver a transcrição do texto narrado no filme *Marley & Eu*, sobre a relação de um jornalista com aquele que, no início do filme, é descrito como “o pior cachorro do mundo”. Após a morte do cão, a coluna publicada pelo jornalista destaca a representação do cão como aquele que se doa sem fazer exigências:

Para um cão, você não precisa de carrões, de grandes casas ou roupas de marca. Símbolos de status não significavam nada para ele. Um pedaço de madeira já está ótimo. Um cachorro não se importa se você é rico ou pobre, inteligente ou idiota, esperto ou burro. Um cão não julga os outros por sua cor, credo ou classe, mas por quem são por dentro. Dê seu coração a ele, e ele lhe dará o dele. É realmente muito simples, mas, mesmo assim, nós humanos, tão mais sábios e sofisticados, sempre tivemos problemas para descobrir o que realmente importa ou não. De quantas pessoas você pode falar isso? Quantas pessoas fazem você se sentir raro, puro e especial? Quantas pessoas fazem você se sentir extraordinário?

Os gatos por sua vez, dificilmente apresentam comportamento submisso e não costumam desenvolver apego, quando tratados com distanciamento ou quando não se sentem seguros. Justamente pelo fato de a espécie possuir essas características, a

moralidade de parentesco os avalia como animais com amor próprio, que só se permitem amar quando são amados. A partir dessas lentes, as demonstrações de carinho e confiança de um gato são avaliadas como honra de valor inestimável. Essa avaliação moral pode ser percebida em alguns trechos de um texto publicado em blogs e sites sobre felinos e de grupos de proteção animal¹⁶⁶:

Bichos polêmicos sem o querer, porque sábios, mas inquietantes, talvez por isso... Nada é mais incômodo que o silencioso bastar-se dos gatos. O só pedir a quem amam. O só amar a quem os merece.

O homem quer o bicho espojado, submisso, cheio de súplica, temor, reverência, obediência. O gato não satisfaz as necessidades doentias do amor. Só as saudáveis (...) Ele só aceita uma relação de independência e afeto. E como não cede ao homem, mesmo quando dele dependente, é chamado de arrogante, egoísta, safado, espertalhão ou falso.

"Falso", porque não aceita a nossa falsidade com ele e só admite afeto com troca e respeito pela individualidade. O gato não gosta de alguém porque precisa gostar para se sentir melhor. Ele gosta pelo amor que lhe é próprio, que é dele e ele o dá se quiser.

O gato devolve ao homem a exata medida da relação que dele parte (...) Sim, o gato não pede amor. Nem depende dele. Mas, quando o sente, é capaz de amar muito. Discretamente, porém, sem derramar-se. O gato é um italiano educado na Inglaterra. Sente como um italiano, mas se comporta como um lorde inglês.

Quem não se relaciona bem com o próprio inconsciente não transa o gato. Ele aparece, então, como ameaça, porque representa essa relação precária do homem com o (próprio) mistério. O gato não se relaciona com a aparência do homem. Ele vê além, por dentro e pelo avesso. Relaciona-se com a essência.

Seja pela sensação de dever moral de retribuir o amor gratuito dos cães ou pela valorização da conquista do amor especial dos gatos, a moralidade de parentesco estabelece a reciprocidade como valor fundamental nas relações com os animais de estimação. A partir desse parâmetro valorativo, os tutores que percebem e sentem sua relação com os animais de estimação pela moralidade de parentesco passam a considerar a vida mental e emocional dos animais entre os critérios de avaliação em diversas tomadas de decisão¹⁶⁷.

Essas relações estão situadas nos grandes centros urbanos, em que a emergência da sensibilidade de empatia, analisada no capítulo 4, gerou as condições para o surgimento dos ordenamentos morais de proteção e parentesco, em que os animais são

¹⁶⁶ O texto, intitulado como "Simplesmente gatos" ou "ode ao gato", é atribuído a Arthur da Távola.

¹⁶⁷ Perceba-se que, embora cães e gatos efetivamente possuam emoções e preferências, aquilo que lhes é atribuído pelos tutores é bastante variável, indo desde a tentativa de descobrir a comida que preferem até a tentativa de deixá-los escolher o brinquedo ou a cama a serem comprados em uma *pet shop* (TOMA, 2015).

tomados como sujeitos a serem cuidados pelos humanos – seja por reciprocidade, seja por altruísmo.

Nesta pesquisa, como foi apontado inicialmente, interessou-me compreender as transformações nas relações de tutoria no contexto dos grandes centros urbanos, tomando a Região Metropolitana do Recife como caso de estudo. Assim, vale a pena realizar um último relato biográfico para ilustrar a maneira como, recentemente, as relações de tutoria passaram a ser permeadas por dilemas morais cada vez mais abrangentes, que extrapolam o controle da violência e passam a questionar, também, o tipo de vida proporcionada aos animais de estimação.

6.2.1. Liberdade ou segurança? Uma nota biográfica

Conforme relatei anteriormente, por toda a infância convivi com um ou dois gatos por vez e, embora circulassem dentro de casa, eles sempre passavam muito tempo na rua. Por ter sido especialmente marcante, tenho muitas lembranças de Malu e de como tentava mantê-la em casa (sem sucesso) trazendo-a de volta quando a via no jardim e construindo uma casinha com almofadas para prendê-la. Ao ver esse tipo de cena, minha mãe costumava me repreender e dizer que deixasse a bichinha sair, porque “não se prende gato”. Ao longo dos anos, ouvi essa mesma afirmação de inúmeras pessoas que, ao fazê-la, agiam de acordo com as expectativas estabelecidas a respeito dessa espécie, em contraste com a que era compartilhada sobre os cães, especialmente os de pequeno porte, naturalizados como seres que deveriam viver dentro de casa.

Assim como a representação hegemônica sobre os cães de companhia, na década de 1990, a representação sobre os gatos também foi expressa em uma canção que, lançada em 1977, tem sido regravada, de tempos em tempos, e já foi interpretada por Nara Leão, Miúcha, Lucinha Lins, Vanessa da Matta, Maria Gadu e Tiê. A “História de uma Gata”, escrita por Chico Buarque para o espetáculo “Os Saltimbancos”, é contada do ponto de vista de uma gata “de apartamento” e apresenta a ideia dos felinos como inescapavelmente livres e da incompatibilidade entre essa natureza e a criação *indoor*:

A história de uma gata

Me alimentaram

Me acariciaram

Me aliciaram

Me acostumaram

O meu mundo era o apartamento

Detefon, almofada e trato
 Todo dia filé-mignon
 Ou mesmo um bom filé...de gato
 Me diziam, todo momento
 Fique em casa, não tome vento
 Mas é duro ficar na sua
 Quando à luz da lua
 Tantos gatos pela rua
 Toda a noite vão cantando assim

Nós, gatos, já nascemos pobres
 Porém, já nascemos livres
 Senhor, senhora ou senhorio
 Felino, não reconhecerás

De manhã eu voltei pra casa
 Fui barrada na portaria
 Sem filé e sem almofada
 Por causa da cantoria
 Mas agora o meu dia-a-dia
 É no meio da gataria
 Pela rua virando lata
 Eu sou mais eu, mais gata
 Numa louca serenata
 Que de noite sai cantando assim

Nós, gatos, já nascemos pobres
 Porém, já nascemos livres
 Senhor, senhora ou senhorio
 Felino, não reconhecerás

Em troca de comida e carinho, a gata da canção foi aliciada a permanecer dentro de um apartamento, em uma vida retratada como luxuosa e artificial. Naquele ambiente, o detefon (inseticida) mantinha longe os insetos, retirando dela a atividade de caça; a almofada fazia as vezes de uma cama e o alimento era de primeira qualidade (filé-mignon). Do lado de fora, os gatos soltos nas ruas (pobres, mas livres) envolviam-se em cantorias por toda a noite e acabaram atraindo a gata de apartamento, que contrariou as ordens de não sair. Ao se misturar com os gatos da rua e a cantoria que caracteriza as brigas e rituais de acasalamento felinos, a gata não foi mais aceita; tornou-se gata “de rua”, vira-latas. De acordo com a fantasia de vida livre, entretanto, a gata se sente feliz, toma parte da cantoria e percebe-se livre do jugo humano, dado que um verdadeiro felino não reconhece senhor, senhora ou senhorio.

Como foi visto no capítulo 5, entretanto a liberdade e a cantoria dos gatos nas grandes cidades não geram uma vida livre dos humanos, e sim uma série de conflitos nos quais os gatos, frequentemente, terminam machucados, mutilados, queimados e envenenados. Além da convivência, Malu foi marcante em minha biografia porque, quando eu estava com 8 anos de idade, Yvonne, minha irmã do meio, abriu a casa pela

manhã, viu um vômito estranho no batente da entrada e, depois, encontrou Malu morta no quintal, vítima de envenenamento. A notícia nos pegou de surpresa; não queríamos acreditar até que nos defrontamos com o corpinho inerte, que acariciamos, aos prantos. Naquela manhã enterramos o primeiro de vários animais que hoje descansam no nosso quintal, em Olinda.

Além da cadela Pituxa, que foi dada à vizinha, tivemos, pelo menos, mais quatro gatos antes da chegada dos cães (Niño e Mindy), quando eu estava com 12 anos de idade. Entre os gatos que criamos, tivemos dois gatos “siameses” nos quais colocamos coleiras com o telefone de casa anotado para evitar novas perdas e, de fato, chegamos a receber algumas ligações de pessoas da vizinhança dando conta de que algum dos gatos estava pela rua. Numa dessas ocasiões, porém, um homem cobrou dinheiro para devolver o gato encontrado e minha mãe afirmou que pagaria, mas o homem não deu a localização nem ligou novamente. Cada um desses gatos vivia no máximo dois anos e os cães de minha mãe foram os primeiros animais que tive a chance de ver crescerem e envelhecerem.

A primeira gata adotada depois desse período chegou por volta de 2004 e morreu envenenada antes de completar um ano. Quando Pucca apareceu em casa, vomitando e tombando, nenhuma de nós sabia do que se tratava nem pensava na possibilidade de salvá-la, buscando um veterinário à noite. Enquanto eu chorava e a acariciava, minha mãe insistia que eu não a tocasse, pois tinha medo que a gata pudesse estar com raiva. Depois de Pucca, vários outros gatos passaram por nossa casa e todos apareceram envenenados ou desapareceram (leia-se: morreram em circunstâncias desconhecidas): Biroasca, Gurgel, Pingüim, Sebastião e, finalmente, uma geração inteira de gatos morta em uma única manhã: Diego, Noz, Shiva, Quimera e Cambará. Esse acontecimento me machucou de uma maneira que, embora já fizesse parte do Adote um Vira-Lata, ninguém do grupo soube do que aconteceu naquela época, pois eu não conseguia conversar sobre o assunto.

Naquele episódio, o único sobrevivente foi Botas, um gato que chamávamos de invasor porque se estabeleceu em nossa casa sem ser convidado e tinha pânico de gente (piorado em minhas tentativas iniciais de expulsá-lo assim que chegou). Com a morte dos outros gatos, eu passei dias chorando em casa e Botas passou dias miando pelo quintal. Para aliviar a angústia que nos era comum, trouxe da universidade uma gata cega de um olho, Amie, que se tornou o xodó da minha mãe. Uma semana depois de sua chegada, escutei choros de gatos bebês; seguindo-os, encontrei uma dupla de gatos com cerca de um mês e meio de vida, que levei para casa. Enquanto eles gritavam e ronronavam no meu colo, eu chorava copiosamente, tomada por um sentimento de impotência; pensava

nos meus “filhos” envenenados, no sofrimento daqueles bebês, nos gatos confinados no gatil do abrigo, no abandono e morte constante de filhotes naquele lugar imundo. Minha mãe me viu naquele estado e concluiu que os filhotes ficariam conosco. Catita, de fato, continua por lá, agora com 6 anos de idade. Sibito, porém, fechou o ciclo de tragédias; cerca de duas semanas após sua chegada, escondeu-se na roda do carro e morreu atropelado em nosso jardim. Naquele momento, eu quis cortar os laços afetivos com os gatos. Forcei um distanciamento, parei de fotografá-los e pouco os acariciava. O plano foi por água abaixo quando encontramos um gato adulto que, ao ser tocado, derretia-se e sempre queria mais carinho e mais comida. Por ser tão excessivo, ganhou o nome de Too Much (hoje o chamamos Tomate). Tomate reavivou a afetividade que eu tentara abafar e todos os dias de manhã eu levantava apavorada para checar se os gatos continuavam vivos. Por sugestão de meu namorado, que sequer gostava de gatos, passei a fechar a casa toda noite, para evitar que saíssem e fossem envenenados. Apesar dos protestos em casa, numa verdadeira guerra de nervos, consegui a instalação de telas e a implantação do hábito de trancá-los à noite, fechando portas e janelas. Essas medidas contribuíram para que essa geração vivesse em segurança por mais tempo; só Amie, para tristeza minha e de minha mãe, sumiu no final de 2013. Os cães, por outro lado, partiram de outra maneira: Mindy morreu após uma embolia pulmonar aos 16 anos e Niño, aos 19 anos, teve uma crise renal que o levou de nós depois de um período de dois anos sendo mantido à base de ração especial, medicação e algumas sessões de soro no veterinário.

Fora de casa também construí uma família felina e perdi vários de seus membros. Em 2010, meu namorado, antes indiferente em relação aos felinos, foi cativado por Tonha e Jeremias, um casal de filhotes que apareceu no prédio e passou a morar na área externa, sendo alimentado por ele (morador de um apartamento térreo). Tonha sumiu antes de completar um ano e Teresa, adotada para fazer companhia a Jeremias, apareceu envenenada depois de 2 semanas. Pouco depois resgatamos Doidinha, gata adulta com filhotes mortos na barriga e infecção no útero, encontrada embaixo de um carro estacionado na Avenida Norte (uma das vias mais movimentadas da Zona Norte de Recife). Em seguida chegou Baleia, gata adulta que apareceu no campus da UFPE com duas grandes feridas no corpo. Com a perda das duas gatas anteriores, decidimos passar a “guardar” Jeremias e Baleia, à noite, fechando-os na área de serviço do apartamento para evitar acidentes (Doidinha na época não se deixava acariciar, muito menos carregar para dentro de casa). Em uma das noites, pouco antes de guardá-los, ouvimos uma briga de gatos e vimos Jeremias (que era castrado) ser atropelado em frente ao prédio, após

correr do gato com quem brigava. O outro gato escapou por um triz. Alguns meses depois, resgatamos Lara, uma gata preta que estava vagando perto de casa e entrou na área do prédio buscando um lugar para ter os filhotes (colocada para dentro, pariu no mesmo dia). Incomodada com os outros gatos, Baleia passava boa parte do dia fora de casa e resistia a ser “guardada” à noite, até que um dia desapareceu de vez.

Abalado por essa perda e envergonhado com a bagunça que os filhotes de Lara estavam fazendo no apartamento vizinho, Giba acatou a sugestão de criar os gatos dentro do apartamento, limitando as saídas para garantir a segurança deles e evitar problemas com a vizinhança. Até aquele momento, os gatos só tinham permissão para entrar no terraço e na área de serviço. A instalação das telas e a entrada dos gatos mudou radicalmente a nossa convivência: Doidinha, Lara e Graúno (o filhote que não conseguimos doar) foram se tornando gatos de apartamento e Giba começou a atentar para inúmeras características felinas que antes passavam despercebidas. Os gatos, por sua vez, apegaram-se a nós de uma maneira que raramente acontecia com os gatos que eu criava soltos na casa de minha mãe. Os dois últimos componentes desta que hoje é nossa família felina foram Chaves, um gato adulto caquético e desidratado que resgatamos na beira-mar de Olinda, e Gracie, que encontramos com menos de 3 meses, prostrado em uma rua movimentada do Espinheiro (Recife), desidratado, faminto e machucado na orelha e no rabo, aparentemente por mordidas.

A sequência de tragédias que marcou minha convivência com gatos até que eu começasse a evitar (na casa de minha mãe) ou impedir (com Giba) as saídas para a rua não são uma particularidade de minha biografia. Pelo contrário, a contar pelos relatos que ouço a cada evento de adoção, o sumiço e envenenamento de gatos é fato comum nos diversos lugares da Região Metropolitana do Recife. Diante desses riscos e, principalmente, da divulgação de histórias trágicas na mídia e pela proteção animal, a criação de animais com acesso à rua começa a ser problematizada, como foi explicado no capítulo 5. Somando o medo ao fato de que as relações com animais de estimação, nos últimos anos, tornaram-se alvo de maior investimento afetivo nos grupos que partilham de uma sensibilidade de parentesco, passou a ser difundido o padrão de criação *indoor* (dentro de casa), que implica na adaptação das casas ou apartamentos para evitar a saída dos gatos¹⁶⁸.

¹⁶⁸ De maneira geral, a criação *indoor* é providenciada com a instalação de telas nas janelas e grades, mas em áreas com quintal ou jardim tem se difundido a instalação de redes de proteção no alto, similares às que

6.2.2. A criação indoor

A criação *indoor* não é, absolutamente, um consenso entre tutores, mas tem sido adotada com cada vez mais frequência, tanto pelo medo já relatado quanto pelo fato de que, nas grandes cidades verticalizadas, viver em apartamentos altos inviabiliza a permissão para as “voltinhas” dos felinos. Em 2005, uma matéria opinativa de Alexandre Rossi¹⁶⁹ na revista *Cães & Cia* discutiu o dilema que a revista intitulou como “gatos devem ser livres?”. O problema é apresentado da seguinte maneira:

(...) apesar de ser comum, a permissão de livre acesso à rua expõe o gato a diversos perigos, além de ser uma atitude polêmica do ponto de vista comunitário, já que diversas doenças e parasitas podem ser espalhados pelos exemplares andarilhos. É fato também que os não castrados acasalam com facilidade contribuindo assim, com seus passeios diários, para aumentar a quantidade de animais abandonados (ROSSI, 2005:34).

Depois de explicar que o interesse em sair varia de acordo com as características da raça e dos indivíduos, Rossi sugere que a adaptação de um gato a espaços restritos é mais tranquila se ele for castrado e que a cirurgia não deixa o animal preguiçoso ou desestimulado. Em seguida, lista como “perigos e acidentes mais comuns” o atropelamento e o envenenamento (acidental ou proposital), além de problemas com a vizinhança, desde o incômodo com a entrada de um gato estranho na casa até a possibilidade dos gatos tentarem pegar seus passarinhos ou peixes de estimação.

Apesar de ter afirmado inicialmente que não encontrou consenso quanto à melhor atitude a tomar, é perceptível que Rossi enfatizou, em todo o texto, os argumentos favoráveis à criação *indoor* e conclui que “caso a escolha seja por privar o gato de liberdade de passear, devemos proporcionar a eles brincadeiras e enriquecimento ambiental, enfim, criar situações estimulantes” (idem, ibidem).

É interessante perceber que a criação *indoor* de felinos é caracterizada com uma certa culpa como “privar o gato de liberdade”. Em 1983, a matéria “O cão na cidade: problemas mais comuns”, publicada na revista *Cães & Companhia*, relatava os conflitos

se instala em campos e quadras de condomínios. Nos Estados Unidos, em que, muitas vezes, os jardins não são fechados com muros, usam-se telas maleáveis, que se dobram sobre si mesmas quando os gatos tentam escalá-las, levando-os de volta ao chão do jardim.

¹⁶⁹ Apresentado como especialista em comportamento animal, Alexandre Rossi figura em revistas e programas de rádio e televisão brasileiros desde 2002. Em 2009 estrelou o programa *Dr Pet*, na Rede Record e, atualmente, comanda o quadro *Desafio Pet* no SBT e o programa *Missão Pet*, no canal por assinatura Nat Geo.

resultantes da presença desses animais no espaço urbano e, em caso de disputa com condomínio para a permanência do animal em um apartamento, orientava os tutores a buscarem orientação da ONG paulista União Internacional de Proteção aos Animais (UIPA). Entre as 14 revistas consultadas na pesquisa, essa foi a única matéria que mencionou a vida na cidade e nos apartamentos como limitação para os animais – embora seu foco tenha sido nos inconvenientes gerados para as pessoas:

Acostumado a uma vida totalmente livre na natureza, o cão, nos centros urbanos, teve seu espaço e sua liberdade reduzidos. Para a sociedade, sobram incômodos, tais como latidos, sujeira nas calçadas, ataques aos transeuntes (CÃES, 1983, nº51:7).

De 1986 em diante, a revista já publicava matérias tomando a vida *indoor* como pressuposto para os cães pequenos e oferecendo, aos leitores, orientações sobre a necessidade de adequar a escolha do animal ao espaço disponível e ensiná-lo a fazer as necessidades no local correto, não roer objetos, não roubar comida e, se fosse o desejo das pessoas de casa (tutores), a não subir em sofás e camas.

Será necessário saber se a área que se tem é compatível com seu porte e temperamento”, comenta o Dr. Dionísio, para quem é inconcebível um Boxer, de temperamento esportivo e brincalhão, confinado às quatro paredes de um apartamento (CÃES, 1986, nº5:23).

O Schnauzer Miniatura, segundo seus criadores, não apresenta cheiro forte e não perde pelo em abundância. Essas qualidades, somadas ao pequeno porte (30,5 a 35,5cm), tornam a raça ideal para a convivência em espaços pequenos. Também adapta-se com facilidade à vida no campo, pois é capaz de enfrentar grandes caminhadas sem se cansar, além de ser um bom caçador de roedores (CÃES, 1986, nº4:17-18).

Embora seja um cão de grande porte, o São Bernardo não se incomoda em conviver em espaços pequenos. Muito pelo contrário, pois essa limitação proporciona ao animal uma proximidade maior do seu dono, que é o que lhe interessa. Sérgio Silvino, por exemplo, possui quatro exemplares da raça que vivem em uma área de aproximadamente 10m², “de forma bastante tranquila”, diz ele (CÃES, 1986, nº5:34).

Além disso, a manutenção de cães em canis é naturalizada em diversas matérias publicadas nas revistas consultadas:

Mesmo sendo um cão que se adapta a pequenas áreas, todos os criadores concordam que é necessário que ele [o são bernardo] seja levado a locais espaçosos para exercitar-se. “É sempre bom leva-lo para um passeio, de preferência diário”, afirma Haidée Menezes. “Quando vou passear com meus

cães e os solto em uma área ampla, eles se comportam como pássaros fora da gaiola. Mas, com a mesma disposição com que saem para a liberdade, voltam para o canil. São bastante caseiros” (CÃES, 1986, nº5:34).

Poderia ser considerado ideal (para quem tem um cão de estimação em casa) em termos de espaço destinado a cães de grande porte, um quintal a partir de 30m²; para os de médio porte, um quintal de no mínimo 20m²; para os de pequeno porte, não há restrições, pois estes cães se adaptam bem a pequenos espaços. Para os canis, o ideal seria um espaço de 9m², incluídos a casinha e o solarium para cães de pequeno porte; e 30m², 2x1,5m para a casinha e o restante de solarium, para os cães de grande porte, isto para cada cão individualmente (CÃES, 1986 nº5: 23).

Os exemplos aqui selecionados dão uma mostra de como são distintas as representações sobre a restrição de movimento, inquestionada para os cães e sentida como agressão à natureza dos gatos¹⁷⁰. Enquanto a contenção dos gatos é costume recente e ainda polêmico, os cães de companhia foram naturalizados, há algumas décadas, como seres culturais e mesmo como brinquedos, conforme fica claro nos exemplos aqui citados. Ao que parece, a facilidade em conter os cães, com portas e grades, acabou gerando a impressão de que esses animais não possuem capacidade ou interesse de sair sozinhos, enquanto os gatos, que escapam por janelas e frestas, são entendidos como interessados, capacitados e necessitados dessas saídas.

Na última década, porém, os gatos começaram a ser contidos, devido à percepção da rua como sinônimo de risco. Entre as 546 adoções efetivadas nos eventos que acompanhei, nos anos de 2013 e 2014, 67,4% dos animais foram levados para morar em casas, enquanto apenas 19,4% foram para apartamentos. Esse dado não permite fazer afirmações sobre a presença, ou não, de cães e gatos nos apartamentos da Região Metropolitana do Recife, mas pode sugerir que a prática de adotar, ao invés de comprar, é mais comum entre as classes B e C, que residem em casas. Além disso, é cabível ressaltar que os bairros do Cordeiro e Várzea, situados nos arredores do local em que os eventos são realizados, não são verticalizados. A despeito do tipo de residência, é perceptível que há, nesses eventos, a construção de uma intenção generalizada de evitar o livre acesso dos animais à rua. Ao responderem ao questionário de adoção, 96,2% dos adotantes de cães e 95,5% dos adotantes de gatos afirmaram que não permitiriam que os animais tivessem acesso à rua sozinhos. Certamente essas respostas foram, em grande medida, resultado do diálogo prévio com os protetores que os atenderam, mas é digno de

¹⁷⁰ Em contraste com essa visão hegemônica, Osório (2015) aponta que os protetores entendem os gatos como criaturas que não são da natureza, e sim da cultura, pois são entendidos como dependentes do ambiente humano, no qual assumem a posição de membros da família.

nota o fato de que os argumentos sobre o acesso à rua sejam acatados dessa maneira, ainda que essa intenção expressa nem sempre seja efetivada. Outro ponto a destacar – e esse não costuma ser abordado com tanta ênfase nas entrevistas – é a previsão do local destinado ao animal na casa, que apresentou resultados estatisticamente distintos em relação às duas espécies¹⁷¹. Entre os 319 adotantes de cães, 31,9% afirmaram que o animal ficaria apenas dentro de casa, 49,8% afirmaram que o animal teria acesso tanto ao interior da casa quanto à área externa (quintal e/ou jardim) e 18,1% disseram que o animal ficaria restrito à área externa da casa. Por outro lado, entre os 223 adotantes de gatos, 77,1% afirmaram que os animais ficariam somente no interior da casa, enquanto 21% indicaram que permitiram o acesso à área externa da casa e apenas 1,7% disseram que o gato não teria acesso ao interior da casa. Entre os protetores, a segurança proporcionada pela criação *indoor* é mais importante para o animal que a liberdade de circular por onde quiser, por isso os sítios não costumam ser entendidos como bom destino para os animais. Ao contar sobre os critérios usados para selecionar os adotantes, por exemplo, Roberta afirmou que não gosta de entregar animais para viverem em sítio porque tem a impressão de que, nesses lugares, eles poderão ter acesso à rua¹⁷².

6.3. CONSEQUÊNCIAS DA MORALIDADE DE PARENTESCO SOBRE AS RELAÇÕES DE TUTORIA

As mudanças nas relações de tutoria, a expansão dos serviços e produtos do mercado pet, a crescente tendência de referir-se aos animais de estimação como membros das famílias e o reconhecimento da senciência de cães e gatos. Em diversos trabalhos das ciências sociais, todos esses fenômenos têm sido caracterizados como antropomorfização (ALBERT & BULCROFT, 1988; DIGARD, 1998; DESCOLA, 1998; KONECKI, 2007; PASTORI, 2012; PESSANHA & PORTILHO, 2008; SERPELL, 2003).

Considerando a complexidade das relações com animais de estimação e a diversidade das transformações que têm ocorrido, faz-se necessário um esforço de esclarecimento de conceitos capazes de contribuir para a realização de análises que considerem, separadamente, cada classe de fenômenos envolvidos. Assim, parece-me bastante limitador reunir a diversidade de transformações em curso sob o mesmo rótulo

¹⁷¹ O resultado do qui-quadrado para essa associação foi menor que 0,05 e o teste de phi apresentou significância ($p < 0,05$) e indicou uma associação moderada (0,455) entre a espécie adotada e a área destinada ao animal na residência.

¹⁷² Além disso, acrescentou que teme que os animais fiquem “entregues” a caseiros que podem não gostar de animais e, portanto, deixar de alimentar, dar banho ou mesmo bater nos animais.

que, via de regra, é utilizado com forte juízo de valor. Na prática, os autores costumam caracterizar como antropomorfização tudo que consideram que seja fantasioso ou exagerado nas relações com os animais não humanos: vestir, conversar, reconhecer emoções e preferências, atribuir desejo sexual, gastar com sua saúde, chamar de filho, entre outros. Diante da necessidade de compreender melhor essas relações, procuro, nos tópicos a seguir, analisar a convivência com os animais de estimação na esfera privada, identificando três fenômenos distintos que, embora estejam relacionados entre si, possuem características próprias, analiticamente identificáveis. São eles: o reconhecimento da senciência dos animais de estimação, o surgimento da família multiespécie e a civilização desses animais.

6.3.1. Reconhecimento de vida mental e emocional: uma consequência da convivência íntima

Hoje em dia, a criação de animais de estimação na Europa ocidental alcança escala sem precedentes na história humana. Ela reflete a tendência dos homens e mulheres contemporâneos a se refugiar em família para maior satisfação emocional. Cresceu rapidamente com a urbanização; a ironia é que apartamentos apertados e sem jardins efetivamente estimulam a manutenção de animais desse tipo. Esterilizado, isolado e geralmente sem contato com outros animais, o mascote é uma criatura com o mesmo modo de vida que seu dono. E o fato de que tantas pessoas considerem necessário, para sua integridade emocional, criar um animal dependente, diz-nos muita coisa sobre a sociedade atomizada em que vivemos. A difusão dos animais domésticos no início do período moderno é, dessa maneira, um processo de grande envergadura social, psicológica e, inclusive, comercial.

Mas tal processo também teve implicações intelectuais. Encorajou as classes médias a formar uma visão otimista da inteligência animal; fez surgirem inúmeras anedotas sobre a sagacidade dos bichos; estimulou a ideia de que os animais podiam ter caráter e personalidade individualizados; e deu fundamento psicológico à tese de que alguns animais, pelo menos, mereciam consideração moral (THOMAS, 2010:169).

A configuração espacial de contenção dos animais ao espaço do domicílio, sob o controle permanente do tutor, é um elemento forte no reconhecimento da senciência dos cães e gatos. A verticalização das grandes cidades, de fato, tem sido o principal fator que impulsiona esse tipo de convívio e o apresenta como viável, mas, como foi demonstrado, pessoas que moram em casas têm optado por restringir a movimentação dos cães e gatos e muitos optam por mantê-los exclusivamente nos ambientes internos da residência. Embora tenham causas distintas, consequências similares podem ser atribuídas à naturalização dos cães de pequeno porte como animais “de dentro de casa”, à limitação de espaço gerada pela verticalização e à recente tendência de criação *indoor*. Em todos

esses cenários, a convivência com os animais de estimação passa por uma aproximação física que altera, qualitativamente, o tipo de relação travada com eles.

Não há exagero em afirmar que algo aparentemente tão banal, como o espaço ocupado pelos animais nas casas, impulsiona o desenvolvimento da sensibilidade de empatia interespecie. A aproximação criada por essa forma de convivência gera intimidade com os animais, pois dificulta ou impossibilita sua exclusão dos ambientes da casa e, portanto, de cada momento da rotina diária. Estimuladas por essa convivência, as pessoas tendem a observar mais atentamente seus animais e, assim, aprendem sobre suas formas de comunicação e traços particulares, que os diferenciam como indivíduos (SERPELL & PAUL, 2003; THOMAS, 2010)¹⁷³.

Ao mesmo tempo, pelo convívio, esses animais tornam-se emocionalmente dependentes de nós e cognitivamente mais aptos a nos entender, capazes de realizar leituras mais complexas do comportamento humano, diferenciar os membros da família, conhecer (e burlar) as regras da casa, entre outros detalhes (SANDERS, 2008). Por essa razão, pode-se dizer que se tornam, de fato, mais afetuosos e inteligentes para o convívio com os humanos. Essa via dupla de aproximação e comunicação resulta no estreitamento dos laços afetivos e no reconhecimento de inteligência e sensibilidade dos animais com os quais se convive. Essas características, ressalte-se, dificilmente são atribuídas à espécie ou ao tipo de convívio, sendo referidas como típicas das raças “especiais” ou de indivíduos em particular:

Parte integrante da família, o Poodle assimila as características de seu dono e do meio em que vive. Bem tratado e recebendo atenção constante, o cachorro terá mais chances de se desenvolver de acordo com o padrão da raça. Ao contrário, abandonado no fundo de um quintal sem ninguém para brincar, ele poderá se tornar “carente, agressivo e até aparentemente burro”, alerta Elizabeth de Barros Fernandes (CÃES & COMPANHIA, 1986, nº 85:6).

O reconhecimento de inteligência e sensibilidade é relevante nessa relação pelo fato de serem essas as bases fundamentais da distinção radical que se faz, na modernidade, entre humanos (racionais, dotados de alma e criadores de cultura) e todas as outras espécies (irracionais, máquinas sem alma, puramente instintivos). Quando realizei as entrevistas com tutores, todos afirmaram que seus animais de estimação tinham personalidades distintas uns dos outros e descreveram, em detalhes, as formas de

¹⁷³ Essa observação atenta, como aconteceu comigo na convivência muitas vezes tensa com os cães de minha mãe, também foi intensificada em relação aos felinos quando passei a viver com gatos castrados e, mais ainda, quando me mudei para um apartamento telado, do qual os gatos raramente saem.

expressão dessas individualidades. Os animais foram descritos com adjetivos, como rebelde, passivo, carente de atenção, comportado, teimoso, antissocial, dengoso, personalidade forte, tranquilo e louco.

No caso de Lindalva, que tem apenas um cão em casa, perguntei se ela achava que Dudu era diferente dos outros cães que conhecia e a resposta também foi afirmativa, seguida de uma descrição da qual seu marido tomou parte, oferecendo detalhes de como o cão se expressa quando está chateado: “Ele sai pisando os pés e com as orelhas duras pra trás, como quem diz “eu vou, mas vou sob protesto”, comentou rindo.

Os animais criados dentro de casa gozam do status de “membros da família” com maior frequência que os animais criados na área externa da casa, especialmente quando adquiridos para cumprir funções como guarda e controle de pragas. A participação desses animais na unidade residencial pode ser comparada à dos empregados que residem no domicílio, pois, embora dividam boa parte do espaço e estejam presentes diariamente, eles não são considerados parte da família e não são inseridos como participantes na rotina familiar. Além disso, é exigido de ambos que se adequem à rotina da família - o que inclui a hora de recolher-se e de acordar, o horário das refeições e a adequação às atividades de lazer da família (que os fazem ser relocados de um lugar para outro a depender do que for conveniente para as pessoas da família).

Por contraste, pode-se perceber que, via de regra, os animais inseridos na convivência íntima fazem parte não apenas do cenário, mas interagem com as pessoas nos diversos ambientes da casa e interferem no planejamento da rotina, muitas vezes definindo os horários dos tutores, de acordo com sua necessidade de alimentação, passeio, medicação ou mesmo de companhia. Essa indicação também consta no manual do site Tudo sobre Cachorros, citado anteriormente:

7. Quem vai cuidar dele TODOS os dias?

Vamos supor que seu cão viva 10 anos. Estamos falando de mais de 3.600 dias limpando cocô e xixi, trocando tapetinho higiênico, fornecendo comida, levando pra passear, brincando com ele, lavando o local onde ele faz xixi e cocô... Jamais adquira um cão pensando que “alguém” vai fazer essas coisas. Se VOCÊ está adquirindo um cão, você tem que contar apenas com você mesmo. Se alguém ajudar, ótimo, mas considere que tudo será feito por você.

8. Você vai acordar cedo todos os dias

Cães são animais diurnos. São animais que dormem cedo e acordam cedo. Há cães que acordam 6 horas da manhã e começam a correr, latir. É inevitável que os donos acordem também. Mesmo que o cachorro não acorde às 6:00, normalmente você não poderá passar das 9:00. Seu cachorro estará com fome, com sede (água sempre fresca), o tapetinho estará sujo e precisará ser trocado, ele precisa passear.

(TUDO SOBRE CACHORROS, 2014)

Além de adequarem a rotina, é comum que os tutores adaptem a casa à presença dos animais – seja para facilitar, seja para impedir o acesso a determinados ambientes. Entre os entrevistados, a maior quantidade de adaptações no ambiente interno foi encontrada na casa de Carla, conforme descrevi no diário de campo, após a entrevista:

A residência tem uma sala ampla, três quartos e uma área externa bem grande. São várias possibilidades de separar os animais. Separados por grades há o jardim, um terraço em formato de L e o quintal. Na porta que leva do terraço para a sala, há uma portinha de contenção de criança, que, segundo Adriana me explicou, é usada quando o casal sai de casa, para impedir que a idosa (que fica pra dentro) se misture com as jovens (que ficam no terraço, beco e jardim). Entre a sala e o corredor que leva aos quartos, havia uma madeira por trás do sofá, que pode ser puxada para fechar o corredor, mas naquele momento estava aberta. Mais tarde, o marido de Carla me explicou que, em alguns momentos, usavam aquela contenção para evitar a correria das cadelas jovens pelo corredor. No quarto do casal, o colchão fica no chão e, ao lado, há um colchão de solteiro onde estava Bela, uma poodle de 15 anos. Nada impedia o acesso dela ou dos gatos ao colchão do casal. Por fim, colada com a sala, há uma pequena saleta onde ficam as caixas de areia dos três gatos. O local é separado por uma grade com tela pela metade que, segundo Carla, foi instalada para impedir a entrada das cadelas, que tinham “mania de comer o cocô dos gatos” (uma reclamação recorrente entre pessoas que criam as duas espécies juntas).

Outro indicador importante da inserção do animal na convivência íntima é a permissão para adentrarem nos quartos e subirem nas camas – encontrada entre todos os entrevistados, inclusive Roberta, que cria dois camundongos. Na hora de dormir, Roberta e Carla afirmam não fazer restrições à presença dos animais no quarto e na cama, mas essa não é uma regra geral, tampouco uma situação permanente. Desde que Lindalva casou, por exemplo, o cão Dudu deixou de dormir em sua cama e agora passa as noites em uma cama para cachorros, localizada no corredor do apartamento; Alexandre evita a permanência dos gatos, sem supervisão, nos quartos e Amara dorme com os gatos, mas afirma que, por causa disso, troca a roupa de cama com frequência:

Amara - Eu não faço questão que eles vão pra minha cama não. Embora que eu fique trocando lençol, trocando colcha, é isso é aquilo, mas eu gosto quando chego na minha cama e às vezes tem quatro, cinco [gatos], tudo deitado, tudo dormindo. Eu acho bonito.

Na pesquisa Radar Pet, foi constatado que 34% dos gatos e 23% dos cães partilhavam o quarto com os tutores. No caso dos cães, esse índice subiu para 31% no Rio de Janeiro e 29% em Porto Alegre e, em todos os casos, foi mais comum que os cães dormissem nos quartos das famílias de classe A (35%). Também foi indicado que 12%

dos cães tinham dormitório próprio, 11% dormiam na sala e 9% na lavanderia ou banheiro. Enquanto isso, 41% dos cães dormiam em áreas externas¹⁷⁴.

Além de estarem amplamente presentes nos domicílios e cada vez mais inseridos dentro das casas e apartamentos, em convivência íntima com a família, os animais de estimação passaram a ser alvo de observação e interesse também por desconhecidos. Nas redes sociais, muitos tutores publicam vídeos e relatos sobre seus animais de estimação, familiarizando outras pessoas a respeito de alguns aspectos dessa convivência, especialmente daqueles que são considerados mais curiosos, engraçados ou admiráveis, como prova de afeto ou de inteligência. Somados, *Youtube*, *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp* aumentam a importância de cães e gatos nas zonas de relevâncias dos indivíduos, seja dos que se preocupam em publicar sobre eles, seja dos que passam a acompanhá-los.

Na rede social *Orkut*, que teve seu auge na década de 2000, já era comum a criação de perfis para os animais de estimação, com descrições, fotos e indicação de preferências, na perspectiva do animal (programas de televisão, música, gastronomia, etc). Além disso, cães e gatos figuravam em *Fotologs* (blogs de fotos), havendo inclusive endereços exclusivos para quem queria ver e publicar fotos deles, como o *fotocats* e o *fotodogs*. No *Orkut*, criar, editar e visitar perfis era uma das atividades mais realizadas pelos usuários, daí a tendência de inserir dessa maneira os animais de estimação. Já no *Facebook*, em que as informações pessoais são escassas e é preciso criar uma conta diferente para cada usuário, não é comum a criação de perfis para os animais de estimação, mas sua aparição é frequente porque os tutores postam fotos, vídeos e relatos a respeito deles¹⁷⁵. No aplicativo de fotos *Instagram*, as fotos de animais são reunidas e buscadas com o uso dos marcadores (*hashtags*) *#instapets*, *#instacats* e *#instadogs*. Tanto no *Instagram* quanto no site de compartilhamento de vídeos *youtube*, ocorre também a criação de perfis para animais de estimação - alguns dos quais se tornam famosos e ganham seguidores. É possível perceber, pelas redes sociais, o interesse nos animais de estimação, seja pelo acompanhamento de perfis (em *Instagram*, canais do *youtube* e blogs), seja pelos posts

¹⁷⁴ A pesquisa foi feita por encomenda do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Saúde Animal e pela Comissão Animal de Companhia (Comac) e levantou dados em 2,1 mil domicílios brasileiros, nas cidades de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Brasília e Campinas. Longe de representarem um resultado generalizável para o país, a pesquisa está centrada em capitais (com exceção de Campinas), mas, justamente por isso, é importante para esta tese. Os dados desta pesquisa estão dispersos em vários press release no site da Comac (www.comacvet.org.br).

¹⁷⁵ Entre os meus contatos, por exemplo, há alguns conhecidos sobre os quais não sei se têm irmãos nem em que trabalham, mas sei, por suas postagens recorrentes, os nomes, características físicas e até algumas das histórias de seus animais de estimação.

ou compartilhamentos de fotos e vídeos com animais bonitos, engraçados ou em situações inusitadas.

A vida tá dura? Pois a gente já tem a receita certa pra pelo menos o seu coração ficar molinho que só e os seus dias bem mais leves. E o melhor de tudo é que nessa receita não precisa nem botar a mão na massa, basta um click e *voilà*. Sabe qual é? Encher o seu feed de fofura seguindo no Instagram essa lista de **10 perfis dos animais** mais divertidos e charmosos da rede social (IMAGINARIUM, 2014).

Looks, família, viagens, amigos. Nenhum desses temas é tão recorrente no perfil do Instagram das celebridades quanto seus cachorros e gatos. As fotos são sempre tão fofas que fizemos uma galeria com alguns dos melhores cliques (MARIE CLAIRE, s/d).

É interessante citar que a primeira imagem publicada no *Instagram*, por um dos fundadores da rede social, foi uma foto do seu cachorro:

Figura 20 - Primeira foto publicada na rede Instagram pelo fundador do Facebook, Mark Zuckerberg.



Fonte: Uol Notícias¹⁷⁶

No *facebook*, um dos animais que ganharam *fanpage* e se tornaram celebridade é Beast, o cão de Mark Zuckerberg, criador da rede social. Nas publicações, feitas em primeira pessoa, o cão da raça *hungarian sheepdog* refere-se a Zuckerberg e sua esposa como pai e mãe. Outro indicador interessante dessa tendência de postar fotos dos animais de estimação foi o lançamento, em 2011, do aplicativo *Cat Camera*, criado para facilitar a produção de fotos de gatos ao emitir sons de miados que fazem com que os felinos

¹⁷⁶ Disponível em: <http://tecnologia.uol.com.br/album/2014/10/06/instagram-completa-dez-anos-veja-fotos-que-marcaram-a-rede-social.htm>

olhem para a câmera. Em 2014, um aplicativo semelhante foi lançado para cães, dessa vez acompanhado de uma espécie de *Instagram* para cães.

Quem tem gato sabe da dificuldade de conseguir uma boa pose do bichano para uma foto. Os animais parecem não parar quietos, e como resultado, muitas imagens acabam saindo tremidas. Mas parece que o problema está prestes de ser solucionado. Isso porque a Meteor acaba de desenvolver o Cat Camera, que permite que os donos consigam tirar fotos dos pets com mais facilidade (PETMAG, 2011).

Os pets fazem muito sucesso nas redes sociais. É fato. Para atender a comunidade que enche a internet de fotos de seus melhores amigos de quatro patas, a companhia americana BarkBox, especializada em animais de estimação, lançou o BarkCam, um "Instagram para cachorros" (...) Além da rede social do próprio aplicativo, as fotos personalizadas também podem ser compartilhadas pelos usuários em outras comunidades, como Facebook ou Twitter (VEJA, 2014).

É difícil contabilizar o aumento do número de compartilhamentos diários de vídeos e fotos de cães e gatos, inclusive pelo fato de o *facebook* ser uma ferramenta personalizada, que seleciona as publicações em destaque para cada indivíduo, a partir de seu perfil. É de se esperar, portanto, que postagens sobre gatos e cães apareçam na minha linha do tempo, dada a atenção que dou a esse tipo de publicação. Por outro lado, é válido ressaltar que uso o *facebook* desde 2009 (mesmo ano em que me engajei na proteção animal), mas, até 2011, as ferramentas virtuais utilizadas nas atividades de proteção animal eram e-mail, Orkut e o site Rede de Adoção. Em minha rede de contatos, a busca de adoção e auxílio pelo *facebook* começou a ganhar importância em 2012, com o surgimento do SOS Adoção Recife. Este grupo virtual foi o primeiro a reunir um grande número de pessoas e tornou-se referência para quem se interessa em adoção de animais na Região Metropolitana do Recife, sendo utilizado, também, na busca por orientação para problemas de saúde ou comportamentais. Mesmo para quem não participa de grupos virtuais sobre proteção animal, o tema aparece nas linhas do tempo a partir dos compartilhamentos feitos pelos amigos da rede social, por isso as publicações têm um alcance bastante ampliado.¹⁷⁷

¹⁷⁷Na pesquisa realizada com protetores de animais da Região Metropolitana do Recife, no primeiro semestre de 2011 (quando o uso do Facebook ainda não estava tão popularizado quanto agora), 76,3% dos 98 pesquisados utilizavam a internet para repassar mensagens de e-mail relacionadas à causa (eventos, animais disponíveis para adoção, pedidos de ajuda etc.), 75% buscavam informações relacionadas à proteção animal na internet e 51,3% faziam campanhas relacionadas ao assunto na rede social Orkut (BRAGA JR *et al*, 2011; LIMA & SILVA NETTO, 2011).

6.3.2. A família multiespécie e os fenômenos que a constituem

Quando o IBGE divulgou os dados da PNAD 2013, que indicaram a presença de 52,2 milhões de cães domiciliados no Brasil, veículos midiáticos, como o jornal Folha de São Paulo (2015) e a Revista Veja (2015), noticiaram que se tratava de algo espantoso, pois os cães haviam superado o número de crianças com até 14 anos (44,9 milhões). Noticiado na capa da Revista Veja, o fato foi alardeado previamente, na versão virtual da revista, que antecipava a análise dos dados:

Além de entreterem as famílias que têm filhos, os bichinhos são frequentemente a alternativa escolhida para preencher o vazio em lares com pouca gente - e esses lares têm se tornado cada vez mais numerosos. Isso porque, na maioria dos países desenvolvidos, as mulheres vêm tendo menos bebês, e, quando os têm, decidem fazê-lo mais tarde. Ao mesmo tempo, há o aumento da população idosa, cujos filhos já saíram de casa. Ninho e berço vazios reunidos, sobram espaço, tempo e dinheiro para os bebês de quatro patas.

A afirmação de que as crianças estão sendo substituídas por animais de estimação é apressada e, além de ignorar o estilo de vida relacionado à decisão de não ter ou adiar a chegada de filhos, não oferece explicação para a elevação do status dos animais de estimação no ambiente doméstico. Mais do que isso, ao associar a presença dos animais de estimação à opção por não ter filhos e ao envelhecimento da população, as jornalistas que assinam a matéria foram na contramão das pesquisas sobre a inclusão dos animais de estimação nas famílias humanas. Caminho semelhante tomou a historiadora Mary del Priore, que sugere que a opção por criar um animal de estimação seria uma forma de compensar uma grande quantidade de carências ou distúrbios sociais:

Muitas vezes ter cachorro ou gato pode, também, funcionar como derivativo para a solidão e a insegurança. A necessidade de autoridade, de dominação, de apropriação, bem como a angústia, a agressividade, a riqueza de uma vida excessivamente interiorizada ou a timidez e dificuldade de comunicação, as frustrações afetivas ou sexuais de um casal desunido, separado ou sem crianças, a velhice, o narcisismo, mas também as tensões sociais e profissionais, todas essas motivações geradoras de desequilíbrio podem levar à aquisição de um cachorro, responsabilizado em alguns casos por comportamentos anti-sociais. (Priore, 2001: 55)

Em contraste com interpretações desse tipo, Albert & Bulcroft (1988) realizaram pesquisa de *survey* com os moradores de 436 domicílios na cidade de Providence, capital de Rhode Island. A cidade norte-americana compõe a região metropolitana de uma área urbanizada e densamente povoada. Entre os informantes consultados, 116 não tinham

animais de estimação, enquanto 320 criavam pelo menos um (60% tinham cães e 52% gatos)¹⁷⁸. Ao perguntarem o momento em que os animais foram adquiridos, os autores concluíram que, na maior parte das famílias, a aquisição dos animais ocorreu quando havia em casa crianças em idade escolar (30,4%), adolescentes (28,3%) ou logo após o casamento (24%). Inversamente, a aquisição dos animais foi incomum em casas nas quais os filhos já haviam saído de casa (8,4%) e entre viúvos (1,8%). Refletindo sobre esses dados, Osório (2015:11) sugere que os animais parecem ser uma complementação da família já existente, e não uma substituição diante de sua ausência:

Nesse sentido, muitos animais já ingressariam nas famílias humanas com o status de membros dessas famílias. Não existindo família na residência, ou seja, entre os que moram sozinhos, o animal não é família porque esta não existe na unidade residencial. Na qualidade de companhia, ele é um sujeito que coabita com o residente solitário (OSÓRIO, 2015:11).

Esses dados, argumenta Osório, corroboram a afirmação, feita em outras pesquisas, de que os animais de estimação não compõem a família como substitutos dos filhos, pois estão mais presentes em domicílios de casais e famílias com crianças que entre solteiros ou idosos. Essa é a indicação feita pela pesquisa Radar Pet, que investigou as relações com animais de estimação em grandes centros urbanos e constatou a presença de animais de estimação em 40% dos lares com crianças, jovens e adolescentes, enquanto, nos domicílios com casais jovens e sem filhos, o percentual caiu para 17% e, nos domicílios de idosos, ficou em 7% (PET REDE, 2010).

Na Região Metropolitana do Recife, o perfil das famílias que adotaram cães e gatos, nos eventos do Adote um Vira-Lata, nos anos de 2013 e 2014, corrobora esses achados. Entre 546 adoções efetuadas, apenas 9,4% dos animais foram para domicílios com um único morador, enquanto, 29,4% foram para domicílios com até duas pessoas, 27,9% para domicílios com 3 pessoas e 20,9% para domicílios com 4 moradores. Além disso, foi possível perceber um equilíbrio na distribuição das residências sem crianças (55,8%) e aquelas em que elas estavam presentes, pois 28,4% dos adotantes viviam com uma criança, 11,3% com duas crianças, 3,9% com três crianças e 0,6% com quatro crianças¹⁷⁹. Além disso, entre as 339 crianças, distribuídas em 236 das famílias que

¹⁷⁸ 36% dos tutores de gatos tinham mais de um animal da espécie. No caso dos cães, esse percentual caiu para 20%.

¹⁷⁹ O índice de respostas ausentes sobre a quantidade de moradores em casa foi de 0,2% (1 questionário) e, sobre o número de crianças foi de 1,3% (7 questionários). Os percentuais estão sendo calculados desconsiderando os dados ausentes.

adotaram animais de estimação nos eventos, a maioria tinha idade entre 8 e 12 anos (37,1%) ou entre 4 e 7 anos (29,5%), havendo um número inferior de crianças com três anos ou menos (20%) e ainda menor de jovens entre 13 e 17 anos (13,2%).

Nesse ponto, é preciso fazer outras ressalvas. A primeira é que a ampla presença de animais de estimação nos domicílios e a tendência de mantê-los nos ambientes internos da casa não são o bastante para caracterizá-los como membros da família. Da mesma forma, o simples uso de termos relativos a parentesco não é suficiente para afirmar que o animal em questão possui o status de um membro da família. O recente costume de referir-se a animais de estimação como filhos ou bebês parece estar ligado a três fenômenos relacionados, mas, relativamente, independentes: 1 - o aumento do status de animais de estimação nas famílias urbanas de classes média e alta gera a necessidade de diferenciar os animais de maior status daqueles que eram/são criados de forma distanciada; 2 - o crescimento do mercado pet impulsiona a difusão do discurso familista, bastante utilizado na publicidade; 3 - diante das críticas recebidas sobre o fato de estarem “tratando os animais como gente”, os tutores podem optar usar essas terminologias como forma de legitimar seu comportamento (a afirmação “é meu filho” parece a forma mais rápida de responder a questionamentos sobre os cuidados ou “mimos” oferecidos ao animal).

Inicialmente, é possível definir uma família multiespécie como todo arranjo familiar em que os animais de estimação ocupem o status de integrantes, ou seja, que figurem como indivíduos e sejam tomados como membro da família, não apenas como companhia (tampouco como propriedade). Embora a definição seja relativamente simples, os autores que se dedicaram ao estudo desse fenômeno utilizam indicadores bastante distintos para indicá-lo. Faraco (2003), por exemplo, comunga com Bowen a ideia de um sistema familiar emocional, composto não por laços de sangue, e sim, de afeto. Nesse sistema estariam inclusos membros da família estendida, pessoas sem grau de parentesco e animais de estimação. A partir disso, ele caracteriza a família multiespécie como aquela em que são reconhecidos como seus membros os humanos e os animais de estimação em convivência respeitosa, com os quais são travadas interações significativas (FARACO, 2003). Outros autores, que não se preocuparam diretamente com essa definição, oferecem perspectivas importantes. A convivência dentro de casa e o direcionamento de tempo e recursos financeiros para os animais são ressaltadas como fundamentais tanto Archer (1997) quanto Pessanha & Portilho (2008). Já Cohen (2002), que parte da afirmação dos tutores de que os animais são membros da família, analisa os

graus de apego dos tutores em relação aos animais e aos humanos de concluindo que estes últimos ocupam lugares diferenciados, mesmo quando o apego em relação aos animais é elevado. Considerados isoladamente, esses estudos ressaltam características diversas e nenhuma delas parece suficiente para descrever o fenômeno. Reunindo as indicações dadas por todos esses autores, proponho a identificação da existência de uma família multiespécie a partir da reunião de, pelo menos, um conjunto das seguintes características: reconhecimento familiar, consideração moral, convivência íntima, apego, e inclusão em rituais.

A. Reconhecimento familiar:

O fato de que as pessoas se refiram aos animais como “bebês”, “filhos” ou relativos a um grau de parentesco (“lindinho de tia”, por ex) é a indicação mais evidente das relações familiares e o uso desses termos tem se tornado cada vez mais comum e vem sendo apontado por vários autores, tanto no Brasil (BRASIL, 2008; TOMA, 2015; OLIVEIRA, 2006; FARACO, 2008; OSÓRIO, 2011) quanto em outros países (ARCHER, 1997; COHEN, 2002).

Quando considerado isoladamente, no entanto, o uso de termos indicativos de parentesco pode levar à conclusão equivocada sobre o tipo de relação travada com o animal, pois a difusão do discurso de parentesco, na publicidade e nos meios de comunicação, tem levado à ampliação do uso dessas terminologias, muitas vezes sem a presença de nenhuma das atitudes típicas em relação a membros da família. A naturalização e difusão desse discurso tem sido bastante impulsionada pela publicidade dos produtos do mercado pet, com afirmações como “seja a melhor mãe do mundo para o seu filhote”, feita em propaganda recente da ração de gatos whiskas.

A principal ambiguidade do uso de termos indicativos de parentesco, no mercado pet, é o fato de que faz parte desse “mundo” a reificação do animal também como mercadoria, produzida de acordo com as necessidades de cada um (raças para apartamento, raças para crianças, raças para guarda, raças para pessoas atléticas, raças para quem tem gostos exóticos, raças para quem é apaixonado pela vida selvagem, etc). Essa ambiguidade gera resultados surpreendentes, como o anúncio publicado no site OLX, em que uma tutora chama o cão de 1 ano de idade de filho e, em seguida, anuncia que pretende trocá-lo por outro de uma raça que não tenha doença de pele, pois não tem tempo de cuidar. A partir desse anúncio, é possível perceber, com clareza, que o uso de

terminologias indicativas de parentesco e o provável afeto pelo animal não implicam necessariamente consideração moral.

B. Consideração moral

O termo “convivência respeitosa”, usado por Faraco (2008) para caracterizar a família multiespécie, tem um sentido vago e, mesmo entre os humanos, seria difícil estabelecer consenso sobre seu significado. Sendo assim, opto por falar em consideração moral, termo usado por Peter Singer (2008) para indicar a existência da preocupação com as consequências que determinadas ações podem gerar para outrem. A consideração moral não suprime hierarquias ou priorização de uns sobre outros, apenas estabelece o leque dos que importam e em relação aos quais são feitas ponderações éticas.

Um indicador importante da consideração moral, numa relação, é a capacidade de fazer sacrifícios em prol do animal, a começar pelo gasto de tempo e dinheiro quando adoecem e/ou envelhecem. Isso é especialmente relevante quando se considera, pelos próprios relatos ouvidos em campo, que o adoecimento do animal, a mudança de rotina da família (falta de tempo) ou de domicílio (falta de espaço) e as alergias são os principais motivos de repasse de cães e gatos adultos, frequentes nos grupos de adoção do facebook¹⁸⁰. Algumas pesquisas, no entanto, indicam que tutores que consideram os animais como membros da família se recusam a abrir mão dos animais em caso de alergia (COHEN, 2002). Outro indicador interessante de consideração moral é a mudança de planos para que se ajustem ao bem estar do animal. De acordo com a Associação de Medicina Veterinária dos EUA, em pesquisa com 1.225 informantes, quase metade afirmou que, com frequência, fica em casa para não deixar os animais de estimação sozinhos. Em 2014, o site Tudo Sobre Cachorros publicou um manual de guarda responsável com o título provocativo “20 razões pra você NÃO TER um cachorro”, em que foram listados os sacrifícios necessários para ter um cão. Entre eles, é possível perceber todos os pontos aqui citados como relativos à moralidade de parentesco:

3 - Gastos

Você vai gastar muito dinheiro. Pra começar, a ração, que é ideal que seja super premium, que são rações de melhor qualidade e tem os nutrientes fundamentais pro bom desenvolvimento e pra saúde do cachorro. Então tem o tapetinho higiênico, vamos supor que você use 1 por dia, isso dá 1 pacote por

¹⁸⁰ Os anúncios de repasse, com frequência, geram comentários negativos de julgamento por parte de protetores de animais, incitando debates morais interessantes, em que, um polo afirma que “se fosse seu filho, você não repassaria, cuidaria dele” e outro afirma que “a pessoa reconhece que não pode cuidar, pior seria se estivesse abandonando”.

mês. Cães ficam doentes, então considere remédios, exames, veterinário. Considere também banho e tosa caso ele tenha pelo longo.

4 - Tempo pra passear e brincar

Ter um cachorro não é só colocar dentro de casa, sair pra trabalhar e na volta receber um bichinho feliz de rabo abanando fazendo festa. É muito mais que isso. Todos os cães precisam passear todos os dias. Isso é muito importante pra saúde mental e física do cachorro. Se você não tem pelo menos meia hora do seu dia pra passear com o cachorro, melhor não ter um.

5. Preocupação

Cachorro é igual filho, estamos sempre preocupados. Quando saímos de casa, pensamos em como eles estão. Quando deixamos em hotelzinho, ficamos preocupados pra saber se eles estão bem. O tempo todo pensamos em como eles estão, se estão tratando bem deles, se estão saudáveis.

18. Deixar de fazer coisas

Você terá que abrir mão de várias coisas, e uma delas é sair de casa. Pense como se fosse um filho. Se seu cachorro precisar tomar remédio, você vai ter que estar em casa pra administrar. Se você ficar muito tempo fora de casa e quiser emendar outro programa, vai ter que pensar duas vezes, porque seu cachorro está com fome em casa e o tapetinho dele está todo sujo. No sábado, quando todo mundo te chamar pro sítio no fim de semana, você não vai poder ir, porque o dono do sítio não aceita cães e você não tem com quem deixar seu cachorro por 2 dias.

A presença de consideração moral, no entanto, também não é o bastante para identificar uma relação como familiar. Defensores de animais, por exemplo, apresentam um elevado grau de consideração moral em relação a várias espécies, mas muitos não criam animais em casa e outros, que criam animais em chácaras ou sítios (pensados como santuários), podem se esforçar para garantir o bem estar dos animais, sem, no entanto, estabelecerem convivência rotineira, apego ou referirem-se a eles como familiares. Em nenhum desses casos, portanto, seria possível falar em família multiespécie.

C. Convivência íntima

Citado anteriormente, esse fator é mais uma causa que uma consequência do surgimento das famílias multiespécie, pois, como já foi sublinhado, tende a gerar o reconhecimento de uma individualidade nos animais de estimação e, quando a convivência é considerada satisfatória, também tende a aumentar o apego em relação a eles. Por outro lado, é possível que um animal criado dentro de casa não seja alvo de apego, consideração moral nem reconhecimento familiar. Isso é comum nas famílias que adquirem animais para fazer companhia às crianças, sem que os adultos tenham apreço por cães ou gatos. Quando adquiridos dessa forma, muitas vezes os animais desfrutam de alguns anos de *status* parental, com acesso aos ambientes internos, reconhecimento familiar e inclusão nos rituais familiares, mas, quando as crianças se desinteressam por eles ou saem de casa, é comum que os animais passem a ser vistos como estorvo. Quando

há um senso de obrigação, é possível que permaneçam dentro da casa e recebam cuidados de higiene e saúde, mas dificilmente serão tratados com gestos indicativos de afeto, como acariciar, conversar, trazer para perto de si, cheirar, beijar e deixar-se lambar e morder. Ao contrário disso, aqueles que são considerados membros da família recebem esses gestos com frequência.

D. Apego

O desenvolvimento de apego em relação aos animais de estimação é um ponto importante da caracterização de seu *status* como membro da família. São indicadores de apego interagir frequentemente com eles, conversar, afagar e deixar-se lambar, cheirar e morder (ARCHER, 1997; SHIR-VERTESE, 2012). Além disso, levar consigo fotos do animal (e mostrá-las às pessoas) e referir-se a ele como fonte de conforto e parte importante da vida (ARCHER, 1997). Essa característica é mais provável na relação com cães de pequeno porte e gatos que na relação com os cães de grande porte porque, comumente mantidos nas áreas externas da casa, esses animais têm menos chance de interação com os tutores e não participam intensamente da rotina familiar, tampouco de rituais como viagens, festas e passeios.

E. Inclusão em rituais

A inclusão em rituais é a participação dos animais de estimação em atividades realizadas em conjunto pela família (festas, viagens, fotos de família, troca de presentes, etc). Isso geralmente só ocorre com animais inseridos na convivência íntima e pelos quais se tem apego, por isso a inclusão em rituais talvez seja o indicador mais seguro para a percepção de uma família multiespécie, pois dificilmente ocorrerá de forma isolada. Se a presença de cães e gatos, nesses momentos simbolicamente importantes, é um indicador relevante, sua ausência, por outro lado, não parece um forte indicador de exclusão, pois se faz necessário observar as diferenças no tipo de atividades realizadas pela família e na importância conferida, pelos tutores, a certos rituais. Outro aspecto a considerar, ainda, é a forte relação entre os rituais com as mascotes e o mercado pet, que alguns tutores podem evitar por questões ideológicas, da mesma forma como algumas pessoas recusam datas comemorativas por acreditarem que se trata de estímulo ao consumismo.

Efetivamente, o consumo pet é marcante na inclusão dos animais nos rituais familiares, como é visível no lançamento de produtos como carrinhos de bebê para animais, panetone, ovo da páscoa, cerveja, sorvete, roupas, serviços de fotografia

especializada e produção de festas de aniversário para os animais (OLIVEIRA, 2006; TOMA, 2015). Todos esses produtos impulsionam a inclusão dos animais de estimação nos rituais familiares, mas é preciso sublinhar que eles não chegariam a ser lançados se já não houvesse uma sensibilidade receptiva a esse tipo de investimento. Outro fenômeno de mercado que acompanha essa vontade de incluir os animais em momentos familiares é o surgimento de hotéis adaptados para receber animais de estimação e de playgrounds caninos (cachorródromos) em condomínios e edifícios empresariais (VEJA SP, 2014; GUIA..., 2014). Pela perspectiva dos tutores, essa parece uma forma de reafirmar seu reconhecimento como integrante do núcleo familiar e, ainda, uma tentativa de reforçar os laços com o animal que têm sido intermediados pelo consumo.

6.3.2.1. *A instabilidade da família multiespécie*

A atribuição do *status* de membro da família aos animais de estimação não implica uma abolição das diferenças percebidas entre eles e os humanos, tampouco das disparidades existentes nessa relação. Ora, a família não é uma instituição na qual as relações de poder e dominação estejam ausentes, e sim o espaço em que as disparidades são permanentemente ativadas. Entre as hierarquias culturalmente estabelecidas entre os membros humanos das famílias, é possível citar, por exemplo, as diferenças de acordo com sexo, idade, participação na renda familiar e grau mais ou menos próximo de parentesco. Assim, a inclusão dos animais de estimação pode ser pensada como similar à família ampliada, que predominou no Brasil até o final do século XIX, em que tios, primos e agregados residiam no mesmo domicílio, cada um em condições específicas de status e poder. Cães e gatos entram na família multiespécie em uma posição subordinada e a distância moral traçada entre eles e os outros membros da família nuclear fica clara nos momentos de tensão como adoecimento, velhice, problemas comportamentais no animal, chegada de filhos na família e mudança para uma residência menor. Em todas essas situações, é recorrente que o animal perca status e espaço físico na casa ou, ainda, que seja passado adiante (por doação ou abandono em abrigos ou nas ruas).

Tendo em vista essa instabilidade da situação dos animais de estimação nas famílias, Shir-Vertesh (2012) propõe o conceito de “status flexível de pessoa” (*flexible personhood*)¹⁸¹ para descrever a maneira como o tratamento conferido aos animais de

¹⁸¹ O conceito de pessoa, tanto na filosofia quanto no direito, indica um status de inclusão (moral ou jurídica) a partir de características como consciência, capacidade de estabelecer relações e interesses (SINGER, 2008).

estimação é adaptado de acordo com as mudanças nas formas de vida e condições sociais dos tutores. O espectro de maneiras pelas quais o status de pessoa poderia ser atribuído aos animais foi categorizado em quatro padrões que, em muitos casos, modificaram-se em cada família ao longo do período observado¹⁸².

Por um período de seis anos (2001-2007), a autora acompanhou 52 casais que criavam animais de estimação em Israel, todos eles judeus, heterossexuais e pertencentes à classe média ou alta. Os casais foram selecionados por estarem começando a vida em família e serem conhecidos por manterem fortes relações afetivas com os animais de estimação – 36 tinham cães e 22 tinham gatos. Em 39 das 52 famílias, os informantes afirmaram que o animal de estimação ocupava um lugar semelhante ao de uma criança na estrutura familiar, sendo recorrente a afirmação de que eles precisavam de amor e proteção da mesma forma que uma criança (78 indivíduos fizeram afirmações desse tipo ao longo da pesquisa). Além disso, mais de 90% dos indivíduos afirmaram que os animais lhes ofereciam amor incondicional – em conformidade com a posição central da reciprocidade no ordenamento moral de parentesco (SHIR-VERTESH, 2012:422). A observação ao longo dos anos, porém, impõe a necessidade de avaliar com cuidado essas relações:

Ainda que a pesquisa inicial demonstre uma incorporação quase inequívoca dos animais de estimação na esfera familiar, na maioria das famílias, como mencionado previamente, essa inclusão não é estática. Movimentos ocorrem entre as quatro categorias, revelando que a aceitação dos animais como crianças, membros da família e pessoas constitui um relacionamento complexo e fluido. Dada a intensidade dos sentimentos expressados pelas pessoas sobre suas relações com os animais, fiquei surpreso em perceber que, ao longo do tempo, o amor familiar entre humanos e animais muitas vezes passa por transformações drásticas. As mudanças na vida, como descobrir, particularmente o nascimento de um bebê, desafiam o laço com o mascote-como-bebê e podem anular o tratamento amoroso como pré-criança, semi-crianças ou substitutos para as crianças. Consequentemente, o amor é comumente redefinido, quando não terminado (SHIR-VERTESH, 2012:424-425).

Em programas televisivos que orientam e auxiliam os tutores sobre como educar seus cães ou gatos, como “O encantador de cães”, é recorrente que os participantes peçam ajuda justamente quando estão em momentos de transição na família (casamento e

¹⁸² Esses padrões seriam: o animal é uma “pré-criança” (entre os casais que queriam ter filhos tratavam a relação como espécie de preparação), um substituto de uma criança (entre os casais que decidiram não ter filhos), uma semi-criança (entre os casais que queriam ter filhos e demonstraram sentimentos de amor, compromisso e obrigação semelhantes, mas menos intensos que aqueles demonstrados em relação a uma criança) ou significativamente diferente de uma criança (entre aqueles que definem os animais como amigos, não como parentes).

gravidez) e um dos cônjuges dá um ultimato para que o animal seja corrigido. Assim, embora muitos tutores efetivamente considerem seus animais como membros da família e sejam capazes de adaptar a rotina em benefício deles, os níveis de consideração moral e o constrangimento social sobre essas relações não parecem fortes o suficiente para que se fale em equiparação moral e, menos ainda, ontológica.

Pode-se dizer que os animais podem ser considerados também como ferramentas emocionais ou mercadorias. Os “serviços” fornecidos pelos animais de estimação não são carne, pensamento simbólico ou status, e sim relações subjetivas emocionais flexíveis. O “valor” dos animais de estimação é emocional; sua importância para outros é marginal e seu valor é completamente deslocado de contextos mercadológicos (...) entretanto, é importante notar que no momento em que as pessoas estão fazendo escolhas que em relação ao lugar do animal na família, elas não estão de forma alguma planejando ou fazendo estratégias para usá-los e descartá-los. De fato, exibições de constrangimento eram bastante evidentes quando as pessoas falavam da redução de sua devoção e adoração pelos animais. Os casais se deleitavam descrevendo os animais de estimação como bebês, mas se sentiam desconfortáveis quando confessavam a mudança e declínio dessas emoções, indicando que esse tratamento flexível dos animais não é moralmente neutro (SHIR-VERTESE, 2012:4285).

A precariedade da inclusão dos animais de estimação nas famílias é perceptível, ainda, na necessidade que os tutores têm de se justificarem perante os amigos, vizinhos e parentes. O descompasso entre a *moralidade de propriedade* e a *moralidade de parentesco* gera um choque de sensibilidade evidenciado na acusação de estarem “tratando bicho como gente”. A expressão indica que as relações familiares com cães e gatos se apresentam, para algumas pessoas, como um risco para as fronteiras entre a espécie humana e espécies canina e felina. Contrapondo-se ao julgamento recebido, tutores e protetores de animais afirmam, com frequência, que seus animais de estimação ou que as espécies canina e/ou felina de maneira geral merecem o tratamento recebido porque são moralmente equivalentes ou mesmo superiores à humana (COHEN, 2002; TOMA, 2015; OSÓRIO, 2011).

Cães de estimação são tidos como inteligentes e sempre amorosos. Aqui há uma diferença posta entre os dois mundos – os humanos podem agir de forma a fazer os cães sofrerem ou ficarem alegres, dando uma bronca ou fazendo carinho, por exemplo, mas os cães sempre se mostrarão com amor para dar aos humanos se estes permitirem uma aproximação. Essa é a grande diferença exaltada por esses donos: os cães são fiéis e amam incondicionalmente. Nesse discurso, o afeto que é designado aos cães é sentido e sempre

retribuído. Isso acontece, por exemplo, através de “festas” quando os donos chegam em casa, lambidas ou da companhia canina. Outra diferença é que os animais são vistos como incapazes de fazer mal àqueles que não fizeram mal a eles, e muitas vezes também àqueles que fizeram, enquanto os humanos são capazes de cometer atrocidades até mesmo com quem não conhecem. Moralmente, os cães são melhores que os humanos nesse ponto de vista. Os cães são considerados como mais fiéis e verdadeiros que as pessoas, e por isso são merecedores de melhor tratamento e inclusive de mais amor.

O esforço por afirmar equivalência ou superioridade evidencia a dificuldade de incluir outras espécies na comunidade moral sem ter que afirmá-las “quase humanas”, e, justamente por essa limitação dos esquemas de julgamento moral, procura-se destacar que as espécies canina e felina cumprem os requisitos de inteligência e sensibilidade (vida mental e emocional), tradicionalmente usados para justificar a superioridade humana. Essa ambiguidade está presente tanto na *moralidade de proteção* quanto na *moralidade de patentesco*, cuja forma mais comum de justificar a inclusão de cães e gatos na comunidade moral é aproximá-los ontologicamente das crianças, consideradas semelhantes por sua inocência, vulnerabilidade e capacidade de sofrer:

Alexandre - Eu vejo um gatinho na rua e, pra mim, é uma criança. Eu vejo um bebê humano, guardadas as devidas proporções. Eu vejo um ser que não pode cuidar de si mesmo, que tá precisando, tá pedindo ajuda ali e todo mundo tá passando e fingindo que não vê ele. Eu tenho essa visão e acho impressionante que as outras pessoas não tenham.

Esses dois ordenamentos morais se aproximam por atribuírem vida mental e emocional aos cães e gatos, defenderem que sejam membros da família e que gozem de convivência íntima, consideração moral (entendida como responsabilidade) e apego (entendido como dar atenção e nunca deixar o animal de lado). Apesar dessas semelhanças, há, entre elas, duas diferenças relevantes. A primeira diz respeito ao ordenamento moral dos agentes morais (humanos) e dos pacientes morais (cães e gatos). Guiada pelo valor da reciprocidade, a *moralidade de parentesco* aponta como especiais os animais que demonstrem maior fidelidade e os tutores que demonstrem maior dedicação em relação ao filho cão ou gato - o que pode ser expresso em termos de tempo, dinheiro, carinho, presentes, tratamentos de saúde e até procedimentos estéticos.

Para demonstrar o sentimento em relação aos seus cãozinhos, os donos frequentemente mimam seus animais com o que consideram atos de amor. Esses mimos variam. Pode-se deixar o cão transitar ou dormir onde ele quiser, deixar que ele escolha quando comer ou passear, ficar com o animal no colo,

envolver os grãos de ração em pedaços de frango, dividir a própria comida com o cachorro, dar apenas comida “de alta qualidade” para o animal – há gatos que só comem salmão e cães que só comem produtos premium ou orgânicos, ou mimá-los com os diversos produtos e serviços oferecidos pelo mercado pet (TOMA, 2015:7).

Enquanto isso, guiada pelo valor do altruísmo e do cuidado, a *moralidade de proteção* considera especiais os cães ou gatos resgatados, representados como guerreiros (resistentes) e cheios de gratidão – o que os tornaria capazes de estabelecer laços mais fortes e significativos. Quanto aos tutores, serão considerados mais virtuosos os que tiverem adotado ou resgatado seus animais, pois o terão feito por altruísmo e não terão contribuído com a reificação dos animais como objetos. Esses elementos são destacados tanto por Osório (2011) quanto por Matos (2012):

Há, tanto na ação dos protetores e resgateiros, quanto nas representações do grupo, uma clara relação de dádiva entre humanos e felinos. O humano dá ao gato sem pedir nada em troca. A dádiva sem reciprocidade aparece, ainda, em apelos esporádicos para que não se compre animais (normalmente de raça, criados em gatis, em oposição aos resgatados na rua, conhecidos popularmente como vira-latas e classificados pela medicina veterinária como “sem raça definida”). Dois argumentos morais entram em ação, nesse caso: o primeiro diz que, não sendo um objeto, o animal não deve ser vendido-comprado; o segundo afirma que há muitos animais abandonados, o que não justifica o comércio de alguns. Também se diz que “não se compra um amigo”. Nesse caso, o afeto é colocado em oposição à vantagem monetária. Não obstante, há uma reciprocidade que é vista como de natureza afetiva: gratidão, alegria, carinho e amor que o animal dedica a quem dele cuida (OSÓRIO, 2011:14).

Bem mais do que o significado do seu ato de ajudar, estão em jogo as condições do relacionamento social que ligam as duas partes e que, além de toda intenção dos agentes, faz da compaixão um sentimento social sem reciprocidade possível. No entanto, o dom aparentemente desinteressado supõe um contra-dom sob a forma de uma obrigação que liga receptor a benfeitor, como, por exemplo, a manifestação de reconhecimento. No caso da “ajuda animalitária”, o contra-dom é o “amor incondicional” que protetores alegam receber dos animais que ajudam (MATOS, 2012:54).

A outra diferença entre as *moralidades de parentesco* e de *proteção* diz respeito à forma de incluir os animais na família, pois, sob a ótica da *moralidade de proteção*, isso se dá pelo cuidado e dedicação às necessidades do animal, mas não há consenso sobre que necessidades sejam essas. Assim, é possível perceber a existência de tensões em relação à inclusão em rituais familiares como promover festas de aniversário, comprar presentes e objetos caros para os animais. Durante a pesquisa de campo, acompanhei, nas redes sociais, alguns conflitos entre protetores que, argumentando a partir desses diferentes ordenamentos morais, discordavam sobre ser ou não correto realizar esse tipo

de gasto. Enquanto aqueles que julgavam a situação do ponto de vista da *moralidade de proteção* afirmavam que o dinheiro assim utilizado deveria estar sendo direcionado a cães e gatos necessitados, os aqueles que julgavam a partir da *moralidade de parentesco* argumentavam que aqueles animais faziam parte da família e mereciam que se gastasse com eles, da mesma forma que seria feito com filhos humanos. O fato dessas discordâncias terem ocorrido entre pessoas envolvidas na proteção animal é interessante para pontuar novamente que as moralidades aqui identificadas não dizem respeito a indivíduos, e sim a situações, por isso pessoas envolvidas em atividades semelhantes frequentemente discordam sobre qual o ordenamento moral cabível no debate ou passam de um ordenamento moral a outro ao longo da discussão (BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006).

Apesar de haver discordâncias em relação aos gastos corretos ou incorretos, é um ponto em comum, entre essas duas moralidades, a utilização de um parâmetro de consumo como forma de avaliar a dedicação/cuidado que se tem com os animais de estimação. Em um cenário de diversificação da oferta e de conexão entre afeto e consumo, as escolhas feitas pelos tutores são tomadas como indicadores de sua consideração com os animais – o que pode fazer com que pessoas com alto poder aquisitivo sejam consideradas displicentes e pessoas com baixo poder aquisitivo sejam consideradas dedicadas. Um caso emblemático nesse sentido ocorreu em 2011, quando uma das cadelas mais queridas por nós no abrigo de Aline¹⁸³ foi levada a um evento de adoção e escolhida por um homem de baixo poder aquisitivo, que demonstrou conhecimento e interesse em relação aos critérios de guarda responsável valorizados pela *moralidade de proteção* e, portanto, foi aprovado. A protetora que cuidou da adoção resolveu levá-lo de carro para casa, com a cadela no carro e uma dúvida sobre a qualidade de vida que ela teria, devido ao nível econômico do tutor. No dia seguinte, contou sorrindo que o homem tinha em casa um saco grande de Pedigree, com o qual já alimentava os outros cães da casa. Com essa informação, todos que ouviram a história comigo compartilharam a sensação de alívio. Se o tutor com baixo poder aquisitivo comprava aquela ração, que não é a mais barata do mercado, sua disposição em dedicar-se aos cães estava comprovada. Essa forma de avaliação tem forte relação com o crescimento do mercado pet, embora haja entre os diferentes ordenamentos morais algumas formas distintas de avaliar os produtos e serviços disponíveis no mercado.

¹⁸³ Nome fictício

É importante atentar para o fato de que o estabelecimento do mercado pet no Brasil ocorreu gradualmente, como pode ser percebido em uma análise das propagandas publicadas nas revistas especializadas sobre animais de estimação. Nas edições da década de 1980, há propagandas de escova, ração e suplemento protéico-vitamínico e uma propaganda na contracapa indica que nem esses itens básicos ainda não estavam estabelecidos.

São os cães trazidos para o Brasil com a função de companhia que, aos poucos, começam a se estabelecer como animais “de dentro de casa” e era para os “donos” desses animais que se voltavam os anúncios realizados nas edições da década de 1990.

Pelo menos a partir de 1993, é possível encontrar nas edições de Cães & Cia anúncios de produtos voltados para estética (xampus e condicionadores, tosqueadores, escovas, secadores), saúde (medicamentos, suplementos, anticoncepcional, colar elisabetano), alimentação (ração, carne congelada para cães e gatos, comedouros), serviços (pet shops, clínica veterinária; plano de saúde para cães e gatos) e, ainda, para facilitar a convivência dentro de casa (fita de vídeo “educando seu filhote”, areia higiênica para gatos, roupas, brinquedos, coleiras, central de cadastramento de indivíduos, remédio contra alergia a animais, camas e caixas de transporte “aprovadas para transporte aéreo”). Na edição de dezembro de 1994, um anúncio com tema natalino da “Dog’s House Billy Boutique de Animais” salta aos olhos: “Nas compras de Natal do seu pet, passe na Dog’s House” (CÃES & CIA, 1994c).

6.3.2.2. A sociedade de consumo e o mercado pet

A importância atribuída ao consumo como elemento estruturador da boa tutoria pode ser percebida nos manuais de guarda responsável produzidos por protetores de animais para orientar tutores de cães e gatos. Entre as recomendações e exigências prescritas, é possível perceber como a disposição para gastar com o animal é percebida como característica fundamental de um tutor responsável. Um dos manuais que circulam entre protetores da RMR, intitulado “Estou pronto para adotar um gatinho?” resume em quatro páginas de A4 informações compiladas a partir de outros sites de proteção. O primeiro dos 21 tópicos do documento é intitulado “dinheiro”:

Dinheiro

Não basta dar comida e amor para o seu gatinho. Você precisa estar preparado financeiramente para as despesas com veterinário. Isso inclui: vermífugos, anti-pulga, vacinas periodicamente e castração uma vez na vida. Sem falar que

de vez em quando seu gatinho poderá ficar doente e o tratamento nem sempre será barato. Esteja preparado para doenças e emergências veterinárias. Se preciso, faça uma poupança. Você sabe quando irá ficar doente? Os gatos também não...

(AUTOR DESCONHECIDO, s/d: 1).

A “Cartilha de adoção: gato”, produzida pelo Projeto de Extensão Adote um Vira-Lata (UFPE) e distribuída em todos os eventos de adoção do grupo recifense, confirma esta cobrança. O material divide-se em uma introdução e nos itens “adaptação”, “saúde e higiene”, “levando ao veterinário”, “alimentação”, “dicas para quem adotou”, “bem-estar animal” e “denunciar maus tratos é nosso dever”. Entre as recomendações, nove têm implicações financeiras diretas: veterinário (recomendação feita três vezes), instalação de telas, vacinação, vermifugação, esterilização (castração), caixa de areia, areia higiênica, xampu para animais e “ração de boa qualidade e apropriada a sua idade”. É em relação aos cuidados veterinários que fica expressa a prescrição de não economizar com o animal: “Economizar na saúde do seu amigo pode sair muito caro. Um problema pequeno pode se agravar e colocá-lo em risco, então não espere para procurar ajuda” (ADOTE UM VIRA-LATA, s/d:5). Para entender a importância atribuída à disposição em gastar com os animais, é preciso fazer referência não apenas às transformações ocorridas nas relações com cães e gatos, como também à centralidade assumida pelo consumo em nossa sociedade.

Esse fenômeno tem, em sua origem, a sociogênese analisada por Elias (1993), em que a nobreza guerreira foi destituída das armas e de sua importância nos empreendimentos militares e transformada em nobreza cortesã. No ambiente das cortes, o consumo tornou-se a forma prioritária de expressar e de conquistar uma posição social. A estilização do consumo foi forjada nesse processo e a o fenômeno da moda surgiu como uma das primeiras formas de expressão da individualidade, que se estabelecia como valor. A partir daí, com o desenvolvimento tecnológico e o consequente impulso da diversificação da produção, constituiu-se a sociedade de consumo, definida por Rocha (2002) como conjunto de práticas e representações que estabelecem com os produtos uma relação estilizada (aumento da dimensão simbólica do consumo, da sua capacidade de estabelecer hierarquias entre os atores sociais) e estetizada (aumento da dimensão imagética e de fantasia dos produtos). Essa dinâmica mantém-se em funcionamento ao inserir os consumidores em um ciclo permanente de desejo e fantasia, como aponta Campbell (2001:59) ao afirmar que “é um fato central do comportamento do consumidor moderno nunca fechar-se realmente o hiato entre necessitar e alcançar”. O que caracteriza

o modo de consumo atual não é o fato de se fazer investimento emocional nas coisas, mas a capacidade que elas passam a ter de posicionar os indivíduos na sociedade e de despertar um desejo arrebatador, que muda de alvo tão logo o objeto desejado seja adquirido.

Se a estilização do consumo remonta à sociedade de cortes, em que se tornou peça indispensável para a busca de uma posição social, a estetização foi estabelecida com a ascensão da burguesia, cujo consumo inicialmente voltou-se para o conforto privado e a satisfação pessoal (ROCHA, 2002; TASCHNER, 2000). A partir do século XIX, a experiência de ir às compras começou a se tornar uma experiência prazerosa em si mesma, pois as lojas de departamento assumiram um visual espetacular, convertendo a representação de fantasias no elemento estruturante da relação dos consumidores com os produtos. A partir dessa mudança, o *ethos* moderado da burguesia foi aos poucos modificado em direção a uma busca hedonista por prazer, através do consumo (ROCHA, 2002:42).

Nas *fantasias* dos consumidores é encontrado o apelo para as mercadorias, inaugurando-se a exploração dos sonhos pelo mundo dos negócios de uma maneira nunca antes vista (...) O *contato visual* com os produtos em seus entornos fantásticos passa a responder por uma parte substancial dos prazeres do consumo (ROCHA, 2002:46).

A soma dessa capacidade aos avanços técnicos de criação dos produtos (e também do ambiente físico ou virtual em que são comercializados) possibilita a existência de uma relação estetizada com o consumo, a criação de uma aura em torno dos objetos e serviços como fontes de plenitude. O resultado desses dois processos (estilização e estetização) é que o consumo passa a ser “mais do que o simples usufruto das qualidades funcionais do produto” (ROCHA, 2002:41), incorporando um aspecto lúdico, de expressão individual e prazer, de realização de desejos e fantasias (TASCHNER, 2009). Com a crescente variedade de produtos capazes de satisfazer as mesmas necessidades, escolhê-los torna-se, cada vez mais, a expressão de uma posição - social, ideológica, religiosa, moral, estética, etc. Essas são conexões que a publicidade trata não apenas de reforçar, como de aprofundar. No caso do mercado *pet*, o consumo torna-se uma forma de estabelecer laços com o animal de estimação, reforçar a postura de bom tutor/pai/mãe, satisfazer o animal e, ainda, valorizá-lo esteticamente.

Comercial televisivo da ração Pedigree (2012):

Cão yorkshire olha para a câmera e fala com o telespectador (voz de adulto):
Aí eu fui ao pet shop com a minha filha e a vendedora achou que ela fosse minha irmã! Tô bem, heim? Ou será que ela falou isso só pra eu comprar mais

coisa? [tela abre para a imagem do cão com a filha e vários brinquedos espalhados]

Narrador: [Ração] Pedigree, agora com ação antioxidante. Porque todo cachorro merece um futuro saudável

Comercial televisivo da ração wiskas (2015):

Gato filhote anda pela casa e fala sozinho (com voz de criança): Ela não tá aqui, nem aqui... Tudo vazio... Ninguém aqui... [gato sobe no sofá, onde encontra a tutora, e exclama: Mamãe!]

Narradora: Filhotes são como crianças: precisam de muito carinho e de uma refeição nutritiva e deliciosa todos os dias. Seja a melhor mãe do mundo pro seu filhote! Wiskas sachê é uma refeição completa e balanceada pra ser servida todos os dias. Seu gato vai adorar!

Foi na esteira dessa nova sensibilidade, que percebe os animais de companhia como dignos de consumir, que o mercado pet diversificou o leque de produtos e serviços oferecidos para animais de estimação no Brasil, que figura como segundo maior consumidor de produtos pet, atrás apenas dos EUA (2PRÓ COMUNICAÇÃO, 2014).

Observando mais atentamente os produtos e serviços disponíveis nas *pet shop* e clínicas veterinárias, é possível perceber, com clareza, que a demanda central que impulsiona o consumo pet é a tentativa de eliminar ou reduzir os aspectos “animalescos” da convivência com cães e gatos. É relevante perceber, por exemplo, que o faturamento gerado pela venda de acessórios e produtos para higiene para animais de estimação no Brasil cresceu 26% entre 2012 e 2013, mas, de acordo com pesquisas realizadas em período bastante próximo, há, entre os tutores, uma forte resistência aos gastos com vacina, consultas e tratamentos veterinários¹⁸⁴. Assim, embora a expansão dos cuidados e serviços veterinários seja um aspecto importante na composição das relações de parentesco com animais de estimação, o processo de medicalização e geriatria dos animais de estimação, analisado por Segata (2012), ainda parece bastante restrito, apontando para mais uma ambiguidade da família multiespécie.

Dividido em fatias, o mercado pet brasileiro tem o setor de alimentação como mais lucrativo, responsável por 65,7% do faturamento total. Entre os demais setores, os serviços são responsáveis por 19% do faturamento, seguido dos acessórios e produtos para higiene (8,1%) e, por fim, pela venda de produtos veterinários.

¹⁸⁴ Em 2011, uma pesquisa, pelo Adote um Vira-lata, no bairro do Cordeiro, constatou que apenas 25% dos 64 entrevistados levam os animais a consultas veterinárias uma ou mais vezes por ano (SILVA et al, 2011). Os dados assemelharam-se ao que foi encontrado nas cidades de Botucatu-SP (LANGONI et al, 2011), Teresina-PI (SILVA, CARVALHO, KLEIN & QUESSADA 2009) e no levantamento Radar Pet 2009, que ressaltou não ter encontrado alterações consideráveis quanto à classe social (COMAC, 2009).

6.3.3. Civilização dos animais de estimação: ambiguidades da família multiespécie

Na opinião de Irvine (2008), a espécie canina preencheu bem os requisitos elencados para selecionar candidatos à domesticação, que, nas palavras de Francis Galton¹⁸⁵, deveriam ser comodamente amorosos e úteis, dotados de afeição inata por seres humanos, fáceis de controlar em grupos e resistentes, capazes de sobreviver com pouco cuidado e atenção. Embora todos esses atributos sejam pertinentes para explicar o surgimento da predileção pelos cães como animais domésticos, é perceptível que, após alguns séculos de cruzamentos seletivos, uma quantidade considerável das raças desenvolvidas tem características opostas.

A partir dos cruzamentos, com a intenção de exacerbar certas características estéticas, numerosas raças tornaram-se frágeis, incapazes de sobreviver ou de ter qualidade de vida sem muito cuidado e atenção e, ainda, incapazes de reproduzir sem a intervenção humana. Muitos exemplos podem ser citados, como os quadris baixos do pastor alemão (associado à displasia coxofemoral e à artrose), o corpo esticado e as patas curtas do *basset hound* e do *daschund* (associada a problemas de coluna, agravados pela tendência à obesidade), as dobras na pele do *shar pei* (associadas à dermatite) ou os pelos compridos e lisos que, se não forem penteados ou tosados com frequência, formam nós que causam dores no animal¹⁸⁶. Entre os cães mais populares como companhia estão as raças braquicéfalas, que possuem o focinho muito achatado, causando uma aparência considerada engraçada ou charmosa, como o *pug*, o *shih-tzu* e o buldogue (francês e inglês)¹⁸⁷. Por terem o maxilar superior muito curto, esses cães têm problemas bucais, respiram com dificuldade, roncam constantemente, engasgam, são mais sensíveis à anestesia e ao calor (podem morrer por hipertermia) e têm órbitas oculares rasas, favorecendo machucados nos olhos (inclusive no contato com os pelos), ressecamento ocular (causando cegueira). Em matéria sobre o assunto, uma tutora alertou:

Ao produzir essa aparência cosmética, esses animais foram comprometidos de diversas maneiras importantes, e você, como um dono, precisa estar familiarizado com as necessidades especiais do seu cão. Será que você está

¹⁸⁵ Primo de Charles Darwin, Galton é citado como um dos pioneiros do pensamento moderno sobre domesticação

¹⁸⁶ É o caso, por exemplo, do gato persa e de cães como maltês *shih tzu*, *lhasa apso* e *old english sheepdog*.

¹⁸⁷ Menos populares no Brasil, também fazem parte desse grupo as raças pequinês, *cavalier king charles spaniel*, *boxer*, *boston terrier* e *dogue de Bordeaux*.

preparado psicológica e financeiramente pra ter um cachorro braquicéfálico? (TUDO SOBRE CACHORROS, 2010).

Ao final da matéria, em que lista uma série de problemas de saúde relacionados à aparência desses cães, a tutora conclui que as raças braquicéfalas “são irresistíveis, com suas carinhas amassadas e expressões inconfundíveis”, devendo haver apenas o cuidado de atentar para “suas necessidades especiais”. Similarmente, uma matéria sobre a raça *pug*, na revista *Cães & Cia*, converte a característica física e suas consequências em qualidade:

Cães & Cia - Quais os aspectos da raça podem ser encarados como inconvenientes?

Sheila – como qualquer raça de cara achatada, os Pugs roncam. Mas quem é realmente fã deles considera isso típico e até engraçadinho (CÃES & CIA, 2005, nº 315:22).

Embora quase todas as matérias de sites e revistas especializadas em cães e/ou gatos informem, em algum momento, as doenças às quais cada raça é predisposta, esses problemas são tratados como contornáveis pelo aprimoramento dos cruzamentos nos canis e pela adoção de cuidados preventivos por parte dos tutores:

Cães & Cia - A anatomia da raça [pug] a torna sujeita a alguns riscos potenciais. Os olhos grandes são vulneráveis a problemas oculares. As pregas do focinho são propensas ao acúmulo de umidade e consequente irritação e mau cheiro. Além disso, a cana nasal curta, como a senhora comentou, prejudica a boa ventilação, favorecendo que o Pug entre em estado de hipertermia, súbito aumento da temperatura corporal que pode levar o cão à morte. Quais as suas orientações para evitar esses problemas?

Ann Joe - Os olhos devem ser limpos regularmente e os donos precisam providenciar para que o ambiente não tenha objetos perigosos, como plantas espinhosas e enfeites pontiagudos. Além disso, devem estar atentos a qualquer sinal de lesão, o que requer uma visita imediata ao veterinário. As dobras do focinho também exigem limpeza periódica, de preferência semanal, com algodão embebido em soro fisiológico. Depois, o local deve estar seco. Quanto à hipertermia, é fundamental que os donos estejam sempre alertas. Eu mesma perdi um exemplar, quando voltava de um evento. Ele não aguentou o calor do avião. É essencial que o Pug viva com acesso permanente à sombra, que tenha água fresca sempre disponível, que não passeie em horários quentes e nem fique dentro de veículos ou em lugares abafados (CÃES & CIA, 2005, nº 315:19-20).

Entre as raças felinas, a mais popular é a persa que, também braquicéfala, é caracterizada por dificuldades respiratórias, problemas oculares e bucais, bem como predisposição a problemas renais e lacrimejamento constante.

Além de controlar as características estéticas definidas no nascimento, a partir dos cruzamentos seletivos, as exigências de civilidade impõem um crescente controle sobre

o funcionamento e o aspecto desses corpos, em uma tendência de despojá-los continuamente da animalidade. Da mesma forma que a exacerbação de características estéticas prejudiciais à saúde, muitos hábitos civilizatórios geram consequências perversas para esses animais de estimação.

Carregados em carrinhos de bebê ou em bolsas, os cães não desgastam as unhas, que precisam ser cortadas; submetidos a banhos frequentes, cães e gatos desenvolvem dermatites que, por sua vez, passam a exigir banhos com produtos especiais para a pele; a lavagem frequente das patas, realizada para que o animal possa subir nas camas, propicia o surgimento de fungos, cujo tratamento pode exigir medicações orais agressivas ao estômago dos animais; o uso de sapatos, nos passeios, atrapalha o andar, causa incômodo e também impede o desgaste das unhas; os perfumes, que conferem a cães e gatos cheiros agradáveis ao olfato humano, atrapalham o reconhecimento do próprio cheiro no território, que é uma das principais formas pelas quais os animais se sentem seguros em um ambiente; os pelos que crescem na face de muitas raças não são cortados porque, quando estiverem longos, poderão ser penteados e presos, mas enquanto isso não acontece, machucam os olhos causando incômodo e problemas oculares.

Cabe citar, ainda, os efeitos da adaptação ao ambiente e à rotina humanos: isolados do convívio com outros animais, dependem exclusivamente do estímulo das pessoas para brincar e, como esse estímulo dura apenas alguns minutos por dia, tornam-se sedentários e entediados; sozinhos durante a maior parte do dia, esses animais, especialmente os cães, tornam-se deprimidos, obesos e/ou ansiosos; mantidos sem castração dentro das casas e apartamentos, não podem buscar parceiros sexuais, apenas sentir seu cheiro e miar ou uivar de longe; ademais, os machos sentem o impulso de demarcar território e são reprimidos por isso, assim como as gatas são repreendidas pelas vocalizações e agitação do período de cio, enquanto as cadelas são vestidas com fraldas descartáveis para não sujarem a casa.

Despojados, ao máximo, de seus cheiros, instintos e hábitos, muitos passam também por manutenções regulares para que se mantenham agradáveis aos olhares humanos, à custa de manipulações que podem durar horas para terminar, como banhos de imersão (ofurô), hidratação profunda dos pelos, pintura de unhas, aplicação de unhas de silicone, tintura dos pelos e penteados cada vez mais elaborados¹⁸⁸. Entre os produtos de higiene corporal, o velho xampu antiparasitário passou a dividir as prateleiras com perfumes, pó

¹⁸⁸ Nova tendência nas pet shop, os penteados costumam ser feitos com conjuntos de tranças que podem ser feitas por todo o corpo do animal, da cabeça até o rabo.

depilatório para orelhas, mousse, *body splash*, máscara de hidratação, entre outros. Enquanto alguns consideram que certos procedimentos estéticos sejam prejudiciais por incomodarem ou mesmo humilharem os animais, outros consideram que se trate de uma forma de valorizá-los. De fato, foram esses cães e gatos de animalidade reprimida que se tornaram valorosos e bem vindos como companhias no convívio íntimo das famílias. E foi a partir de sua entrada dentro das casas que os tutores passaram a se preocupar de forma mais frequente com saúde, higiene corporal e excreções das mascotes. Essa atenção foi introduzida para proteção dos humanos e tornou-se mais exigente à medida que o contato foi estreitado, até o ponto em que passaram a dividir a cama com os tutores. A conveniência, a preocupação com a saúde humana e o interesse em promover o bem estar do animal são motivações que se misturam e, em muitos momentos, não são distinguidas com clareza, como destaca TOMA (2015):

Esses produtos voltados à saúde animal veiculam a ideia de que ao proteger o pet, o dono protege a si mesmo e também a sua família. A higiene é uma das questões que parece delimitar a fluidez das fronteiras, tanto nos discursos dos donos, que “precisam” que seu animal esteja limpo para poder dividir espaços com ele, quanto nos locais por onde os pets podem circular nos shoppings, pois segundo SACs de dois shoppings da cidade de São Paulo os cães são proibidos de transitar nas praças de alimentação por “questões higiênicas”. Assim sendo, os produtos voltados à higiene tem um forte apelo para a convivência entre humanos e animais de estimação, porém sem a perda de oportunidades de aproximar os últimos dos primeiros. Há propagandas que enfatizam a necessidade do uso dos produtos para que a higiene não seja uma barreira para o que “realmente importa”, o “amor”, ou que enfatizam que os produtos são “Para os animais. Pela saúde. Por você”, de forma a aproximar ambos pelo sentimento (TOMA, 2015:9).

Entre as medidas civilizatórias, a primeira diz respeito às excreções, cujo controle é valorizado pelos tutores e também pelos protetores, que consideram o disciplinamento uma medida de prevenção contra maus tratos. Embora os gatos, instintivamente, busquem areia e, por isso, sejam facilmente adaptados às caixas de areia que lhes são fornecidas, isso não os impede de eleger jardins, jarros ou canteiros como locais adequados para defecar e urinar, por isso podem ser disciplinados com o uso de reforço negativo quando se aproximam dessas áreas (sustos, água e/ou reclamações) ou simplesmente impedidos de acessá-las. Recentemente, começaram a ser vendidos, no Brasil, kits de treinamento para que os gatos aprendam a usar o vaso sanitário¹⁸⁹, eliminando as caixas de areia e o

¹⁸⁹ O treinamento dos felinos consiste em gradualmente elevar a altura das caixas de areia, até chegarem na medida do vaso sanitário, onde é instalado um compartimento com a areia. Quando o animal se acostuma a subir para fazer suas necessidades, o compartimento vai sendo reduzido com o corte de círculos no centro, até que só reste a borda do vaso e eles passem a urinar e defecar diretamente na água.

hábito de enterrar as fezes. Já os cães, quando não são “educados”, podem urinar e defecar em qualquer lugar da casa, preferencialmente nos panos e tapetes encontrados pelo chão, por isso o disciplinamento costuma ser iniciado nos primeiros meses de vida e conta com vários produtos de treinamento para atraí-los ao local correto, que deixou de ser um jornal e passou a ser um tapete higiênico, espécie de fralda colada ao chão, que promete reduzir o odor e absorver rapidamente a urina, evitando que o animal molhe as patas¹⁹⁰. Em muitos casos, ainda, os cães são habituados a passear em horários específicos e habitua-se a reter as fezes e urina para eliminá-las nesses horários, podendo deixar de evacuar se não forem levados. Embora possa gerar problemas quando a rotina é modificada, essa disciplina em relação às fezes e urina é muito valorizada como sinal de educação e higiene.

Outro comportamento contra-instintivo, amplamente valorizado, é a recusa dos animais de comerem qualquer coisa que não seja ração, bem como a abstenção de pedir ou furtar alimentos deixados ao seu alcance. Esse é um disciplinamento recente e um tanto surpreendente diante do fato de que, em 1983, a marca Purina anunciava o alimento canino Bonzo com o argumento de que “não existe nenhuma ração que seja agradável ao paladar do cachorro. Além de seca, a ração não tem gosto de nada (...) Se seu cachorro não gosta de ração, não insista. Dê Bonzo para ele”. Passadas três décadas, a ração é quase consensualmente entendida como opção mais saudável e saborosa para os animais e esse mercado, já bem estabelecido, continua em expansão, especialmente porque continua a se diversificar. Entre as rações secas, a variação básica “filhote” e “adulto” foi incrementada com a diferenciação dos produtos de acordo com a idade (até 4 fases distintas da vida), porte, raça e estilo de vida. Um exemplo é a linha *breed health nutrition*, da empresa Royal Canin, que oferece alimentos específicos para 15 raças caninas e três raças felinas. Além disso, surgem variedades internas às marcas, com rações básicas, *premium* e *super premium* (Guabi, Premier Pet, Purina). É possível citar, ainda, os sabores nomeados em referência ao mundo gourmet, como a Friskies, que oferece para gatos as opções “mix de carnes”, “seleção do chef” e “sensações marinhas”. Interessantes também são os casos da Pedigree, que promete retardar o envelhecimento dos caninos, e da Fri Dog, que, no Brasil, é a primeira ração vegana para cães (produzida sem nenhum ingrediente de origem animal; essa opção é procurada por tutores veganos e possui um mercado considerável nos EUA).

¹⁹⁰ É válido ressaltar que urinar no chão não é algo típico de cães não castrados, que preferem fazê-lo em superfícies verticais.

Algumas marcas escolhem, como atrativo, a promessa de promover a saúde do animal de estimação: é o caso da variação “ambientes internos”, para gatos com criação *indoor* (Cat Chow, Premier e Royal Canin) e “gatos castrados” (Golden, Equilíbrio, Pro Plan, Matisse, Natural, entre outras), bem como a linha *Pet Vet*, da Royal Canin, com 14 rações específicas para auxiliar o tratamento de problemas de saúde em cães e 8 em gatos¹⁹¹. A expansão desse mercado indica o quanto cães e gatos têm sido reconhecidos como dignos de consumir bens e serviços *premium* e, também, capazes de escolher o que preferem. Esse é o apelo dos alimentos pastosos, vendidos em lata ou sachê (wiskas, pedigree, sabor e vida, royal canin, three cats e three dogs). Essas rações, com cheiro bastante ativo e consistência pastosa, costumam ser oferecidas como um mimo, mas há quem as ofereça como alimento diário. As opções para agradar o paladar de cães são ainda mais variadas, pois, além das rações moles e dos tradicionais biscoitos caninos, já é possível encontrar uma variedade de petiscos que simulam as guloseimas consumidas por humanos, como bolo, chocolate e sorvete.

Entre os anos 1980 e 2000, o mercado de *pet food* se estabeleceu no Brasil, consolidando a ideia de que os alimentos industrializados são ideais para os animais de estimação, ao invés dos restos de comida que costumavam ser oferecidos a eles. Nos últimos anos, o cuidado com a alimentação dos animais tem tomado dois caminhos distintos: por um lado, cresce o mercado das rações *premium*, que custam muito mais que as comuns, mas prometem prevenir problemas de saúde aos quais as espécies estariam pré-dispostas e proporcionar fezes consistentes e com cheiro menos intenso; por outro lado, surge a proposta de alimentação natural, que atribui uma boa parcela desses mesmos problemas de saúde aos alimentos industrializados, especialmente os dermatológicos e renais (LEWGOY & SORDI, 2012). Essa abordagem foi rapidamente absorvida por um nicho de mercado em ascensão, que oferece refeições congeladas sem corantes, conservantes ou aromatizantes.

O mesmo paralelo pode ser percebido entre a apresentação da obesidade como problema alarmante nos animais de estimação e respectiva a popularização das rações de baixa caloria, que prometem promover maior saciedade e auxiliar na perda de peso de animais obesos. De acordo com Kulick (2009), “quanto mais gordos ficam os animais de

¹⁹¹ As opções da linha Vet Diet são voltadas para os principais problemas de saúde que acometem cães e gatos e algumas das opções tem variações internas de acordo com idade e presença ou não de sobrepeso. São elas: *cardiac, renal, urinary, hepatic, obesity, gastro intestinal, skin care, diabetic, weight control, hypoallergenic, convalescence, sensitivity, satiety e recovery*.

estimação, mais humanos eles se tornam”. Ao serem introduzidos nos ambientes internos e elevados a membros da família, eles são inseridos nos hábitos dos tutores, com muitos lanches, *junk food* e sedentarismo e, em seguida, são incluídos também na indústria de produtos para emagrecimento. Ao conectar a obesidade dos animais ao estilo de vida dos tutores que os tratam como membros da família, Kulick (2009) levanta uma questão que merece ser desenvolvida, pois a alimentação é apenas um dos aspectos pelos quais a adequação dos animais de estimação ao estilo de vida humano causa problemas.

Muito antes dos primeiros experimentos de cruzamento intencional com objetivos estéticos, os cães têm sido selecionados, mais ou menos intencionalmente, de acordo com sua afeição pelos humanos. É por isso, lembra Irvine (2008), que os lobos foram exterminados violentamente em todos os lugares habitados por pessoas, enquanto os cães ganharam cada vez mais espaço. De acordo com Serpell (2003), o resultado desse processo de longo prazo foi o surgimento de cães cuja dependência emocional em relação aos humanos pode causar distúrbios comportamentais graves:

A conhecida lealdade e fidelidade dos cães aos seus guardiões humanos, por exemplo, é quase com certeza um produto da seleção antropomórfica. Quando essas mesmas características são acompanhadas pela dependência acentuada anormal, no entanto, elas resultam em uma patologia debilitante. O segundo problema mais comumente visto por especialistas em comportamento animal é o de cães que ficam histéricos de ansiedade quando deixados sozinhos (SERPELL, 2003:94).

Por fim, soma-se o fato de que essas duas espécies têm sido criadas em uma rotina com menos espaço, menos estímulos para exercícios e pouca ou nenhuma convivência social, seja com animais de sua espécie, seja com humanos que não morem na mesma residência. Nesse cenário, podem surgir inconvenientes como ansiedade, depressão, obesidade, comportamentos excessivos de dominância e síndrome da ansiedade da separação (SASA). Esta síndrome, ressalte-se, é apontada como resultante da hipervinculação do cão a uma das pessoas da casa, que se manifesta em comportamentos que blogs e revistas sobre cães caracterizam como provas positivas e desejáveis de afeto:

A manifestação típica de hipervinculação é a organização de todas as atividades do cão em torno da figura de vínculo, quando esse indivíduo está presente. Tais atividades do animal incluem seguir o dono cômodo a cômodo, não deixando que este vá ao banheiro sem que o cão o espere, esperar que o indivíduo durma e inclinar-se sobre ele e demonstrar-se ansioso quando separado do dono, mesmo este estando em casa, o que pode envolver destruição da via de acesso [porta, por exemplo]. Em relação à população

canina de forma geral, tais cães também exageram em relação aos cumprimentos efusivos quando seus proprietários retornam a casa (SOARES, TOLEDO & PAIXÃO, 2009:779).

As consequências desses problemas estão na destruição de objetos, demarcação compulsiva de território, agressividade e, no caso da SASA, vocalização excessiva, depressão, micção e defecação em lugares impróprios e desenvolvimento de comportamentos destrutivos, como lamber-se ou morder-se compulsivamente (SERPELL, 2003; SOARES, TOLEDO & PAIXÃO, 2009).

Exercitar o animal antes de sair e oferecer algo para distraí-lo durante o período em que ficará sozinho são duas recomendações comuns nos manuais disponíveis na internet e nos programas televisivos. Ao mesmo tempo, são comuns também dicas de que, ao invés de exigir mais atenção e planejamento das pessoas, ensinam a adaptar os animais à solidão, treinando-os para encarar com naturalidade a ausência do tutor, reduzindo o espaço disponível durante a ausência e, por fim, dando preferência à escolha de raças que supostamente poderiam ficar sozinhas sem se estressar. Nesses casos, o problema a ser resolvido não é o da condição imposta ao animal, e sim os prejuízos que ele pode causar:

Existem diversos fatores que levam algumas raças a terem uma predisposição maior a tolerar a solidão do que outras. Isso ocorre por que as raças apresentam diferentes níveis de obediência, adaptabilidade e nível energético (...) Entretanto, mesmo para os cães que toleram passar mais tempo sozinhos, há um limite de quanto tempo é recomendado que um cachorro fique sozinho. Isso ocorre devido aos seus horários de alimentação, necessidades fisiológicas (cocô e xixi), para os cachorros que não as fazem dentro de casa, e também os desejos por socialização (...) Para minimizar os efeitos da solidão, você deve atentar não só para o tempo que o seu cachorro fica sozinho, mas também para o ambiente aonde ele ficará e as condições desse ambiente. Dentre as diversas recomendações para deixar o seu cachorro sozinho em casa, pode ser interessante colocar o cão em uma área de circulação restrita, ainda que não muito pequena, para garantir que o animal não entre em contato com nada perigoso e nem de valor (LINK ANIMAL, 2013).

Treino da gaiola para filhotes a partir de 45 dias de idade

Use uma gaiola ou uma caixa de transporte com espaço suficiente para o filhote dar a volta. Acostume o filhote a ficar, dormir ou brincar neste espaço sem fechar a portinha. Após uma semana inicie o treino, deixando o filhote por curto espaço de tempo, fechado na casinha e sem contato visual com você. Terminado o tempo, estando o filhote calmo e relaxado, abra a porta e interaja com o cão de modo calmo. Vá progressivamente aumentando o espaço de tempo em que o animal fica fechado dentro da casinha até chegar a 1,5 horas. Assegure-se que ele tenha evacuado e urinado antes de iniciar o exercício. Não corra atrás do animal para pegá-lo. O alimento deve ser fornecido 15 minutos depois de terminado o exercício. Antes de adquirir um animal de companhia busque informações sobre a raça (LANTZMAN, s/d).

Outra solução que tem se tornado comum é a escolha de gatos ao invés de cães, que pode ser atribuída, em grande medida, ao fato desses animais serem entendidos como adaptados para a vida solitária e práticos para a vida em apartamento (por serem silenciosos, não precisarem passear e fazerem suas necessidades em caixas de areia). De acordo com estimativa da Abinpet (2PRÓ COMUNICAÇÃO, 2014), o número de gatos no Brasil estaria crescendo 8% ao ano, enquanto o de cães cresceria apenas 4%. A partir desse cálculo, a associação aponta que a presença dos felinos nos domicílios brasileiros deve superar a dos cães em cerca de dez anos.

Como dissemos no outro artigo, nenhuma raça fica 100% bem estando sozinha. Cães são animais extremamente sociáveis, que vivem em matilhas desde seus primórdios e que não toleram muito a solidão. Na realidade, quem quer um cachorro e não pode arcar com nenhuma das sugestões que demos neste artigo, é realmente melhor ter um gato ou outro animal de estimação (TUDO SOBRE CACHORROS, 2015)

O resultado dessa mudança na maneira de perceber os gatos faz com que, no mercado pet, a fantasia associada a essa espécie seja oposta àquela apresentada sobre os cães, no capítulo 5. Nos comerciais de produtos para felinos, eles não são retratados correndo soltos em ambientes naturais, e sim caminhando elegantemente em apartamentos assépticos, sem nenhum vestígio de pêlo, areia ou mobília arranhada.

Em 2013, o biólogo John Bradshaw lançou o livro *Cat Sense*, cuja divulgação incluiu a afirmação de que os gatos são mais bem ajustados à vida moderna que os cães, sendo necessário e provável que esses animais comecem a ter sua reprodução controlada para torná-los mais adequados à função de companhia, eliminando, por exemplo, o seu instinto de caça (NPR BOOKS, 2013; VEJA, 2013). A ideia foi anunciada com entusiasmo na matéria da Revista Veja, com o acréscimo de que, em breve, além do controle reprodutivo, em breve seria possível também adestrar um gato, tornando-o “um animal melhor adaptado à sociedade contemporânea”. Apostando nesse duplo controle, a reportagem descreve o “gato do futuro”:

Nos próximos anos, os humanos devem conviver com gatos mais sociáveis, menos ansiosos e mais carinhosos. Eles, provavelmente, serão mais caseiros do que os gatos de hoje, pois cada vez menos terão a necessidade de caçar (VEJA, 2013).

As exigências da civilidade apontam para a necessidade de adaptar os animais para o convívio. Enquanto a *moralidade pet* aposta na produção de raças sob medida para essas necessidades (a despeito das consequências), a *moralidade de propriedade* aponta

para soluções como adestramento¹⁹², cirurgias de extração de unhas (onicotomia), corte de dentes caninos e de cordas vocais (cordectomia). Por outro lado, a *moralidade de parentesco* e a *moralidade de proteção* tendem a considerar negativas as medidas que pareçam agredir a integridade física, psíquica e emocional dos animais¹⁹³. Diante do impasse entre as exigências da civilidade e a condenação moral dos métodos rápidos de responder a essas demandas, cresce a busca por psicólogos e/ou educadores de cães ou gatos, na tentativa de educá-los levando em consideração a sua vida mental e emocional. Essa abordagem tem sido estimulada pelos programas televisivos dos chamados terapeutas caninos/felinos, que incorporam elementos oriundos dos estudos de comportamento e psicologia animal e atribuem os problemas comportamentais ao estilo de vida proporcionado pelos tutores. É o caso do carro-chefe “O encantador de cães”¹⁹⁴, de sua versão nacional “Dr Pet”¹⁹⁵ e do recente “Meu gato endiabrado”¹⁹⁶. Esses programas atuam, a um só tempo, como manuais de etiqueta para os animais e seus tutores e têm um efeito civilizatório porque ensinam as pessoas a educarem a si mesmos para lidarem com os animais sem violência física, sem gritos e sem perda do controle emocional. Com pequenas modificações entre uma temporada e outra, os episódios começam com a apresentação dos casos a serem atendidos (em geral, dois casos por episódios). A apresentação é feita com recorte de vídeos que mostram os problemas de comportamento do animal e depoimentos dos tutores implorando pela ajuda do terapeuta.

Nos programas voltados para o comportamento canino, os maiores motivos de queixa são comportamento agressivo de dominância contra o tutor ou outras pessoas da casa; brigas entre cães de uma mesma casa, timidez, medo e descontrole emocional nos passeios (latidos incessantes e agressividade ou medo de outros cães ou pessoas).

Dois elementos diferenciam esse tipo de abordagem em relação aos métodos de condicionamento. O primeiro é a associação apresentada entre os problemas do cão e o comportamento do tutor (permissividade, agressividade, ansiedade ou negligência são os

¹⁹² O adestramento é uma forma de condicionamento que consiste em premiar ou repreender de forma imediata os comportamentos adequados ou inadequados do animal.

¹⁹³ Como já foi apontado, a *moralidade de proteção* acrescenta na lista a agressão moral representada pela reificação dos animais no mercado pet.

¹⁹⁴ “O encantador de cães” foi lançado em 2004, durou nove temporadas e, em 2012, foi substituído por um programa similar, com o mesmo protagonista (o terapeuta de cães Cesar Millan). O programa começou a ser exibido no Brasil pelo canal de TV por assinatura Animal Planet, mas chegou à TV aberta pela emissora Rede TV.

¹⁹⁵ Dr. Pet foi produzido em 2009 pela Rede Record com o zootecnista Alexandre Rossi, que, a partir de 2012, passou a comandar o quadro Desafio Pet, na SBT.

¹⁹⁶ Único programa voltado exclusivamente para lidar com problemas comportamentais felinos, “Meu gato endiabrado” foi lançado em 2011 pelo Animal Planet e continua em produção (está na sétima temporada).

mais comuns). O segundo é que as técnicas utilizadas para “retirar a mente dos cães do estado de estresse” em que se encontram são apresentadas como formas de oferecer ao cão aquilo que se considera exigência de sua natureza. De acordo com os terapeutas caninos, cães precisam de liderança, convívio social e exercícios, por isso, nas palavras recorrentes de Cesar Milan, o tutor deve manter uma postura sempre “calma e assertiva” para que o cão relaxe e “torne-se um cão, como tem que ser”. Assim, raças de cães de trabalho devem fazer exercícios de esforço, raças de guarda e alerta precisam de certificações sobre a ausência de perigo no ambiente e raças de companhia precisam de liderança firme para que compreendam que não são donos da casa ou do tutor. Por outro lado, a castração costuma ser indicada e realizada no programa, especialmente nos casos de agressividade entre machos, motivados pelo instinto de disputar o território. Ao adaptar os cães a uma convivência harmoniosa com os humanos, portanto, o respeito à natureza dos animais não significa promover uma vida idêntica à que o animal teria na natureza, vivendo em matilhas, caçando e reproduzindo livremente, e sim promover uma vida em que os instintos remanescentes da antiga forma de vida não se tornem motivo de angústia para os cães.

Quanto aos gatos, os maiores motivos de queixa são os comportamentos antissociais (medo de gente, isolamento e/ou agressividade), fezes em lugares impróprios, marcação urinária pela casa e agressividade entre os gatos da mesma casa. De forma similar aos terapeutas de cães, Jackson Galaxy, o terapeuta de gatos, também atribui os comportamentos problemáticos ao estilo de vida proporcionado ao animal, mas sua ênfase é na energia transmitida pelo tutor, por isso uma intenção agressiva, mesmo não concretizada, pode ser apontada como causa de comportamentos defensivos ou assustados por parte dos gatos. Enquanto a avaliação dos cães é feita na entrada do domicílio, no contato com o tutor e no passeio, a avaliação dos gatos é feita em duas etapas: primeiro observando sua reação à aproximação e ao toque, depois sua relação com o território (mapeando lugares em que ocorrem os incidentes de agressividade, locais onde costumam se esconder e áreas em que são feitas marcações urinárias). Repete-se, nesse caso, a indicação da castração para os machos e a intenção de satisfazer os instintos do animal oferecendo atividades que substituem as naturais, como brinquedos que simulam pressas a serem caçadas, prateleiras por toda a casa simulando árvores e estabelecimento dos horários de brincadeira e alimentação de acordo com o ritmo biológico do animal.

É interessante pontuar que esses programas televisivos seguem uma estrutura quase idêntica ao programa “Supernanny” (A Super Babá)¹⁹⁷. A lógica que os terapeutas caninos e o terapeuta felino utilizam com os animais e seus tutores assemelha-se muito à da babá Jo Frost com as crianças e seus pais: controlar as próprias emoções e transmitir sempre uma sensação de calma e confiança no momento de educar. O autocontrole é a tônica desses programas voltados para a educação de crianças, adolescentes, cães e gatos. Pode-se perceber, portanto, que a demanda por uma educação civilizada (sem uso de violência física ou verbal e que depende da capacidade de controle emocional do agente educador) está extrapolando o âmbito das relações humanas.

Isso não significa, porém, que animais de estimação e crianças tenham se tornado ontologicamente ou moralmente semelhantes, e sim que a infantilização dos cães e gatos proporciona uma aproximação entre eles sob os aspectos da inocência e da vulnerabilidade. Essa perspectiva apareceu com clareza na fala de Alexandre que, convivendo com 15 gatos, precisa lidar cotidianamente com marcações territoriais com urina, comuns em espaços divididos por muitos felinos:

Alexandre - O gato me ensina muita coisa também e a gente tem um convívio muito legal. Tipo, eu aprendo a não deixar coisa no chão, porque, quando deixo coisa no chão, ele vai lá e faz xixi, então não posso deixar coisa no chão. Quando chego lá [e vejo], já não fico com raiva dele, fico com raiva de mim, porque eu sei que o errado sou eu. Então não vou deixar minha camisa preferida jogada no chão porque sei ele vai chegar lá e dizer “ó o lugar disso não é aqui”, tá entendendo? (risos).

Por outro lado, diferente do que ocorre com as crianças, os cães e gatos que não se tornam suficientemente cheirosos, silenciosos, dóceis e devotados aos tutores podem ser retirados da família sem que seu responsável seja submetido a grandes constrangimentos. Cabe destacar, inclusive, que o argumento “preciso me dedicar ao(s) meus(s) filho(s)” é um dos mais comuns entre aqueles que justificam o repasse de um animal de estimação.

Além disso, a adequação desses animais muitas vezes implica em suprimir sua animalidade, para que se pareçam cada vez mais com a imagem criada sobre crianças, com roupas, chapéu, perfumes e suntuosas festas de aniversário. Se essa adequação e as formas de convívio íntimo estabelecido com as mascotes parecem diluir ou tensionar as

¹⁹⁷ “Supernanny” é produzido desde 2004 (na Inglaterra e, posteriormente, nos Estados Unidos). Distribuído no Brasil pelos canais pagos GNT e Viva, o programa ganhou uma versão nacional em 2006, produzida pelo canal aberto SBT.

fronteiras entre espécies, não é porque as pessoas estejam se identificando com eles, e sim porque se tem gradualmente eliminado aquilo que os diferenciava. Resta entender por que ainda há quem suponha que esse processo violento de adequação das espécies de estimação represente algum tipo de risco ou prejuízo para a humanidade, e não para esses animais.

O caráter ambíguo e tenso dessas relações fica expresso na tentativa dos terapeutas caninos e felinos de restaurarem a harmonia nas famílias, a partir da satisfação do que consideram que seja exigência da natureza, bem como na fantasia dos tutores de um dia oferecerem mais atenção, mais espaço ou uma alimentação natural aos animais. Em todos os casos, nem os passeios, nem os quintais, nem as dietas balanceadas, nem mesmo as carcaças jogadas no chão se parecem com a vida que esses animais levariam se estivessem “na natureza”, simplesmente porque cães e gatos domésticos não têm um habitat natural para onde possam regressar, como muitos veganos afirmam que seja desejável. Após séculos de convivência íntima, cães e gatos domésticos tornaram-se animais dependentes e facilmente adaptáveis à vida nas famílias humanas, mas o seu status de membro da família ainda é bastante impreciso.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo um balanço do campo emergente de estudos das relações entre humanos e animais, Arluke (2002) aponta como dificuldades a resistência dos próprios sociólogos em reconhecer a relevância desses estudos, mas, também, a carência de proposições teóricas próprias por parte dos que ingressam nessa área. De maneira geral, explica ele, os estudos se limitam a apontar as representações sobre animais ou a propor a aplicação de teóricas clássicas a relações com animais não humanos. Embora estrategicamente essas demonstrações de aplicabilidade sejam interessantes, argumenta Arluke, é necessário que as pesquisas sejam desenvolvidas de forma a gerar contribuições teóricas, capazes de permitir uma melhor compreensão dos fenômenos a serem estudados e de gerar contribuições para a própria sociologia.

Nesta tese, procurei enfrentar este desafio e o primeiro passo nesse sentido foi buscar os estudos já produzidos no Brasil e identificar em que sentido as transformações recentes nas relações com animais não humanos já estavam sendo investigadas. Foi uma grata surpresa encontrar pesquisas que assumiam as relações com animais não humanos como relevantes em si mesmas – não apenas como forma de entender os humanos, como tradicionalmente realizado nas ciências sociais. A leitura desses trabalhos trouxe contribuições de grande importância para o desenvolvimento desta tese, mas considero necessário pontuar uma divergência importante em relação ao fato de grande parte deles interpretar os fenômenos estudados à luz da proposta de Jean Pierre Digard (1992, 1998).

De acordo com este antropólogo francês, as relações contemporâneas com animais de estimação como membros da família são uma “confusão zoofílica” em que cães e gatos são antropomorfizados e colocados no lugar das crianças (o que inclui atenção, gastos no orçamento familiar e uso dos espaços públicos). Nessa perspectiva, a “paixão animalitária” seria uma tendência contrária ao processo civilizador de controle social sobre as pulsões, posto que a antropomorfização de cães e gatos implicaria em uma confusão sobre as fronteiras entre eles e os humanos. Uma dupla dominação é aqui apontada: sobre os animais, em uma nova etapa da domesticação na qual são adequados aos desejos dos “donos”; e sobre os humanos, absorvidos por uma lógica de mercado responsável pela ideia de que animais de estimação seriam parte obrigatória do “kit família feliz”.

Como destaquei já na introdução desta tese, o conceito de antropomorfização não me parece ajudar em nada a compreender as relações atuais com cães e gatos. Afinal de

contas, ao tomar como ponto de partida a ideia de que cães e gatos não possuem vida emocional ou mental, é duvidoso que se possa compreender o que se passa entre eles e os humanos. Da mesma forma, é improvável que um pesquisador que caracteriza os novos arranjos com animais de estimação como relações deturpadas em que cães e gatos são usados como substitutos para humanos seja capaz de compreendê-las do ponto de vista dos envolvidos.

Ao descreverem as qualidades e ações semelhantes às de humanos em seus cães, meus informantes não se referiam a eles como literalmente humanos, tampouco os colocavam facilmente em um quadro rígido como pessoas imaginárias (...) O que eles estavam dizendo, e o foco dessa discussão, é que seus companheiros animais eram muito mais que objetos; eles eram dotados de mente, criativos, empáticos e responsivos. As relações animal-humano que compartilhavam eram autenticamente sociais (SANDERS, 2008:64).

A observação de Sanders (2008), similar ao que Osório (2015) observa no Brasil, é que não existe nessas relações uma “confusão zoofílica”, e sim uma analogia que ajuda os tutores a caracterizar suas relações em oposição à ideia de propriedade, que tradicionalmente lhes deu forma. Assim, ao invés de criar termos pejorativos e pouco esclarecedores para caracterizar essas relações, considero mais proveitoso para a sociologia que se procure entender o que gerou essas mudanças e como elas são experienciadas pelos sujeitos.

Digard (1998) apresenta o mercado pet e as representações antropomórficas dos animais de estimação como determinantes na tendência de “humanizar”, “mimar” e “idolatrar” os animais de estimação, mas, ao mesmo tempo, como produtores de uma fantasia dos animais como bebês. Transformados em objetos de desejo e comprados de forma impulsiva, esses animais são rapidamente descartados quando começam a causar barulho, bagunça, destruição e gastos. Essa contradição da “paixão animalitária” é exemplificada pelo grande número de compra e abandono de cães da raça Dálmata nas décadas de 1960 e 1990, após o lançamento e relançamento do filme de animação “101 Dálmatas”, da Disney.

Por mais que a contradição apontada por Digard seja aproximável de várias questões levantadas nesta tese, não me parece, em absoluto, que as relações contemporâneas com animais de estimação possam ser resumidas como impulsos consumistas motivados por uma fantasia sobre animais antropomórficos. Primeiramente porque as relações travadas com animais de estimação não são nem se pretendem idênticas às que se trava com humanos. Parece-me, pelo contrário, que a primeira limitação a ser enfrentada para a compreensão dessas relações é justamente a visão

preconceituosa de que os laços construídos com animais não humanos sejam reproduções deturpadas do que deveriam ser relações entre humanos. A análise detalhada das interações e da construção de laços com animais não humanos é um tópico que merece estudos mais profundos, que levem em conta a agência desses animais, o ponto de vista dos sujeitos envolvidos e as dinâmicas próprias das interações interespecíficas. O segundo ponto no qual a análise de Digard me parece problemática é que o mercado pet é apontado como força poderosa (e isso não pode ser desconsiderado), mas não se explica como ele se tornou tão influente.

Atribuo essa limitação justamente à ausência de uma visão sobre a sociogênese pela qual se construiu a sensibilidade presente na França em relação aos animais de estimação e a partir da qual os animais de estimação assumiram em muitas famílias o *status* de membros. Conforme sugerido aqui, a teoria do processo civilizador seria de grande valia para uma análise do caso francês, como foi para esta pesquisa. Para entender melhor o potencial da perspectiva processual de Elias no estudo das relações com animais não humanos, faz-se necessário uma referência a Keith Thomas (2010), autor também recorrente nos estudos sobre relações com animais não humanos no Brasil.

Em “O homem e o mundo natural”, Thomas (2010), realiza um mapeamento de longo prazo sobre as relações humanas com a natureza na Inglaterra dos séculos XVI a XVIII. A ironia que surge na maneira como se tem recorrido a ele nas introduções a trabalhos analisados com o aporte teórico de Digard (1992, 1997) é o fato de que Thomas (2010) realiza uma pesquisa diretamente inspirada na teoria do processo civilizador e realiza análises coerentes com as ideias de Elias. Na obra de Thomas (2010), são destacadas a todo momento as descontinuidades e ambiguidades resultantes dos impulsos civilizadores sobre as relações com animais não humanos na modernidade. Entretanto, essa contribuição teórica se perde quando sua obra é usada apressadamente, apenas para alertar que as relações atuais com cães e gatos não foram sempre idênticas às atuais.

Em trabalhos acadêmicos sobre relações com animais não humanos, Thomas (2010) tem sido usado para lembrar que cães já foram odiados e gatos queimados em fogueiras e que, em alguns casos, esse passado de alguma forma continua presente, na forma de representações ambíguas. De fato, todas essas afirmações estão corretas, mas o salto entre a Europa da Idade Moderna e o Brasil (ou a França) do século XXI deixa sem resposta uma quantidade muito grande de questões. Apenas constatar que houve mudanças não é o bastante para que se compreenda a configuração que possibilitou o surgimento dos novos arranjos formados entre humanos e animais de estimação. É nesse

sentido que destaco a importância de ler Thomas (2010) à luz da proposta teórica que o inspirou, pois este autor não realizou apenas uma compilação de curiosidades históricas, e sim uma investigação sobre um processo de longo prazo pelo qual transformações sociais na Inglaterra geraram as condições para a emergência de uma sensibilidade moral, nos termos aqui analisados.

Diante disso, procurei nesta tese oferecer também uma contribuição teórica, apontando uma perspectiva frutífera para explicar o desenvolvimento das relações atualmente mantidas com cães e gatos, destacando seu caráter processual. Na teoria do processo civilizador, a mudança não é constatada pela menção isolada a momentos distintos, e sim como condição permanente de qualquer sociedade, passível de ser investigada pelo levantamento e análise de dados empíricos.

Em contraste com as observações dispersas a respeito de padrões distintos em épocas e/ou lugares distintos, Elias ressalta que a mudança social não é a passagem de um estado a outro ou de uma representação social a outra, e sim de um processo marcado por choques de sensibilidade, conflitos, descontinuidades e ritmos variáveis (ELIAS, 1991, 1998; 2001). Ao adotar uma perspectiva eliasiana, tive a intenção de abordar a configuração social das relações com cães e gatos em sua complexidade, dando atenção a seus aspectos descontínuos.

Nesta pesquisa, procurei reforçar as conexões entre Thomas e Elias, a partir das quais é possível traçar o processo de formação de uma configuração social em que emerge a *sensibilidade de empatia interespecie*, ou seja, o reconhecimento de certas espécies como sencientes e a preocupação moral com a imposição de dor, sofrimento ou ataque à dignidade desses animais. Para que esse processo seja entendido em suas especificidades, é preciso reconhecer o que faz dele algo diferente e em que medida alguns de seus aspectos componentes já estiveram presentes em outras configurações.

Em sociedades ameríndias e aborígenes, é possível encontrar formas distintas de conceber fronteiras entre os seres, pelas quais a espécie humana não é entendida como radicalmente distinta de todas as outras espécies animais (CASTRO & CASTRO, 2012; DESCOLA, 1998; LIMA, 1999; NOSKE, 2008). Entretanto, em nenhum desses casos o uso ou imposição de sofrimento aos animais foi problematizado como injusto ou incorreto, como ocorre atualmente no ativismo vegano, no movimento antivivissecção e na condenação a práticas de entretenimento como touradas, vaquejadas e rinhas.

A criação de mascotes de estimação também não é novidade, foi registrada em várias sociedades indígenas e na antiguidade asiática e europeia (DIGARD, 1992 e 1998,

SERPELL & PAUL, 2003). Em nenhum desses casos, porém, o fenômeno parece ter alcançado parcelas tão amplas da população, tampouco ensejar uma percepção desses animais como indivíduos. A criação de animais de estimação dentro dos domicílios, com a função de companhia, só se popularizou na maior parte dos países europeus a partir do século XX e, no Brasil, apenas a partir da década de 1980.

Por outro lado, a diferenciação de indivíduos e o reconhecimento de vida mental e emocional em animais não humanos ocorreu na Europa da Idade Média e início da modernidade, em que os animais “de criação” eram mantidos nos mesmos espaços que as pessoas (THOMAS, 2010; CLUTTON-BROCK, 2003; COHEN, 2003). Naquele período, porém, as fronteiras morais entre humanos e animais eram rígidas e predominava uma certeza de que a dominação humana sobre a natureza era legítima, natural e desejável. Os questionamentos sobre essa concepção só se difundiram a partir do século XVIII com o desenvolvimento de uma sensibilidade urbana de nostalgia em relação à vida rural, romantização da natureza e abalo da sensação de domínio legítimo sobre a criação divina (THOMAS, 2010).

Por fim, é importante destacar que a preocupação em proteger animais não humanos da dor e do sofrimento também existiu em outros momentos, de forma pontual e entendida como medida de proteção à sensibilidade humana, contra a brutalização das emoções. A ideia de que educar as pessoas para amar e tratar bem os animais seja uma forma de humanizar as pessoas pode ser encontrada entre alguns pensadores já na Antiguidade Grega, mas foi no século XIX, com o crescimento do movimento humanitário, que esta associação ganhou um status de fato incontestável (SERPELL & PAUL, 2003; THOMAS, 2010).

Como se pode perceber, a emergência da sensibilidade de empatia interespecie não resulta de uma relação linear de causa e efeito, mas de uma configuração social bastante complexa. Didaticamente, é possível dividir em dois tipos os componentes que se entrelaçam nessa configuração, traçada ao longo desta pesquisa:

Por um lado, há componentes da configuração que atuam impulsionando um aumento nos patamares da sensibilidade civilizada em relação ao sofrimento e à morte. Entre esses fatores, é possível citar os impulsos civilizadores de condenação à violência, o impulso de afastamento em relação à animalidade, a valorização do autocontrole, a valorização da racionalidade e a valorização da compaixão pelos animais como ferramenta de educação humanitária. Todos esses fatores estão relacionados à ocorrência de situações que têm o efeito de expandir ainda mais os patamares da sensibilidade

civilizada. É o caso do aumento do controle normativo sobre práticas consideradas cruéis, o desenvolvimento de alternativas técnicas a práticas que envolvem sofrimento ou morte de animais não humanos (controle populacional, testes em laboratórios, alimentação, entretenimento) e também o crescimento da proteção animal e do ativismo vegano.

Paralelamente há alguns componentes nessa configuração que não resultam diretamente dos impulsos civilizatórios, mas são fortalecidos por eles. Trata-se dos elementos que favorecem o reconhecimento da sentiência em algumas espécies não humanas. Entre eles, é possível citar a criação de animais de estimação, o desenvolvimento e difusão das raças caninas de pequeno porte, a entrada dessas mascotes dentro dos domicílios, a produção e difusão de programas televisivos sobre animais de estimação, a utilização das redes sociais como diário cotidiano, o crescimento e diversificação do mercado pet e a adoção da linguagem de parentesco pelos tutores, pela proteção animal e pela publicidade de produtos do mercado pet.

O avanço dos patamares de sensibilidade civilizada, portanto, não contradiz o desenvolvimento de preocupações morais com animais não humanos, mas, pelo contrário, faz parte da configuração em que essas preocupações emergem, tomando a forma dos *ordenamentos morais de proteção, de parentesco e vegano*. A partir do momento em que a sensibilidade de empatia interespecie se estabeleceu em alguns grupos (majoritariamente a classe média escolarizada dos grandes centros urbanos), a preocupação com os animais ganhou relativa autonomia, de maneira que os componentes acima listados passaram a ser impulsionados em um ciclo que se retroalimenta.

Porém, como é característico dos impulsos civilizadores de modo geral, os resultados desse processo de mudança são diversos e ambíguos. Ao mesmo tempo em que a civilidade gera um ideal de tutor emocionalmente controlado, capaz de educar o animal sem agressão, a compulsão pelo controle também gera frustrações relacionadas ao fato de que, em última instância, não conseguimos controlar completamente os animais de estimação (especialmente os gatos). Da mesma forma, assim como a idealização de uma relação sem agressividade gera o desejo de conviver em harmonia com cães e gatos, as condições impostas aos animais são frequentemente violentas.

Similarmente, o impulso de afastamento em relação aos aspectos biológicos de nossa animalidade (fezes, urina, escarro, vômito, catarro, odores, secreções e sexo) despertam repugnância pelos mesmos aspectos em outros animais. Torna-se necessário, portanto, um considerável grau de autocontrole para contornar as emoções negativas despertadas pela visão dos pelos, urina, fezes e vômitos que cães e gatos espalham pela

casa a partir do momento em que adentram o ambiente íntimo. A analogia entre animais de estimação e crianças oferece um mecanismo importante para contornar essas emoções negativas, posto que as funções corporais e o comportamento de cães e gatos passam a ser interpretados a partir da ideia de inocência. Ao mesmo tempo, a cinofilia procura suprimir cada vez mais esses aspectos animais, com o desenvolvimento de raças de cães “sem cheiro de cachorro”, raças silenciosas, gatos hipoalergênicos e cães e gatos com baixo grau de atividade “bons para apartamento”. Enquanto isso, o mercado pet, atento ao desejo de contornar essa animalidade, desenvolve rações que proporcionam fezes secas e “sem cheiro”, alimentos que ajudam a evitar a formação de bolas de pelos (que os gatos eliminam vomitando), além de produtos higienizantes que proporcionam ao tutor a confortável sensação de que o animal está limpo (sapatos, perfumes, roupas, tapetes higiênicos, fraldas, entre outros).

O que essa complexa configuração social cria, portanto, não é uma mudança radical nas relações com animais não humanos, e sim condições nas quais as possibilidades de classificação desses seres se ampliam. Justamente por isso, o julgamento e a justificação das relações com diferentes espécies passam a ocorrer a partir de uma variedade de ordenamentos morais que se encontram, sobrepõem-se e chocam-se frequentemente. Para analisar os dilemas morais e as discordâncias entre os sujeitos inseridos nessa configuração, lancei mão do conceito de justificação, de Boltanski & Thévenot (1999, 2006), em cujo modelo me inspirei para analisar as classificações, críticas e justificações encontradas ao longo da pesquisa. A partir da sistematização desses dados, identifiquei cinco *ordenamentos morais* relevantes para a compreensão do campo pesquisado, sendo quatro relativos às relações com cães e gatos: *moralidade de propriedade*, *moralidade pet*, *moralidade de proteção* e *moralidade de parentesco*¹⁹⁸.

Com o modelo dos ordenamentos morais, procurei destacar que as relações com animais de estimação estão sujeitas a diversos parâmetros de avaliação e julgamento, acionadas de acordo com a situação e com a vivência dos envolvidos. Procurei ressaltar, ainda, que a emergência das moralidades aqui identificadas não faz com que os agentes passem a tomar decisões idênticas em situações semelhantes, e sim que se percebam diante de dilemas e se vejam levados a justificar suas ações perante outros e racionalizá-las para si mesmos. Embora alguns sujeitos guiem-se prioritariamente por determinados

¹⁹⁸ A *moralidade vegana* não fez parte dos objetivos estabelecidos para esta pesquisa, mas foi inserida em vários momentos da análise tese porque entrecortou situações observadas em campo.

ordenamentos morais, as demais formas não desaparecem de seu horizonte moral, tampouco de seu cotidiano.

Nos grandes centros urbanos, a moralidade de parentesco está presente em cada propaganda de carro, condomínio ou mobiliário que apresenta uma família formada por pai, mãe, filho e cão; a cada campanha nas redes sociais afirmando que “mãe de gato também é mãe”, a cada propaganda de ração em que um cão ou gato chama uma tutora de mãe. Ainda mais difundida está a moralidade pet, presente na idealização sobre raças, presente na decoração das clínicas veterinárias e pet shops, tanto quanto nos produtos e serviços que prometem deixar o animal mais bonito e diferenciado. O ordenamento moral pet está presente também no mundo da proteção, a cada momento em que um protetor pinta as unhas, perfuma e coloca roupas ou laços em um animal para tentar torná-lo mais atraente para um possível adotante; está presente, ainda, a cada vez que um candidato a adotante se revolta contra os procedimentos exigidos para adoção e se retira bradando que pode comprar o animal quer quiser. A moralidade de proteção, por sua vez, está cada vez mais presente nas reportagens sobre a necessidade de ajudar os animais e na exaltação aos exemplos fornecidos pelos “anjos dos animais”. Esse ordenamento moral emerge com frequência ainda maior nas redes sociais, a cada cobrança de “guarda responsável” direcionada a um tutor que anuncia o próprio animal para adoção ou uma ninhada que “poderia ter sido evitada com a castração”. E, por mais que tenha perdido espaço nas últimas décadas, a moralidade de propriedade se faz presente a cada vez que alguém compra ou adota um gato especificamente para cumprir a função de caçar ratos ou um cão com a função de fazer guarda. Nos diálogos cotidianos, esse ordenamento moral guia cada sugestão (profissional ou leiga) para que alguém “dê fim” aos animais de estimação que tem em casa e a cada vez que o conselho é seguido, sem grandes constrangimentos.

Seguindo os passos de Elias (1993, 1994, 1997, 2011), procurei caracterizar a configuração social em que esses fenômenos são postos em andamento e a maneira como se relacionam entre si. Paralelamente, ao longo de toda a pesquisa, estive profundamente envolvida na proteção animal, de maneira que pude oferecer também uma perspectiva das emoções, dilemas e confrontos vivenciados pelos sujeitos inseridos no processo. É a partir dessa combinação pouco convencional que espero ter contribuído para o campo de estudos sobre relações com animais não humanos. Certamente trabalhos direcionados para aspectos específicos desta configuração deverão trazer elementos para uma análise mais rica, mas acredito que, a partir das informações aqui reunidas, já é possível fazer indicações importantes sobre a transformação das relações com cães e gatos no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERT, A.; BULCROFT, K. Pets, families, and the life course. **Journal of Marriage and the Family**, Vol. 50, No. 2 (May, 1988), pp. 543-552, 1988.
- ALGER, J. M.; ALGER, S. F. Beyond mead: Symbolic interaction between humans and felines. **Society & Animals: Journal of Human-Animal Studies**, v. 5, n. 1, p. 65–81, 1997.
- ALGER, J. M.; ALGER, S. F. Drawing the line between humans and animals: an examination of introductory sociology textbooks. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 23, n. 3, p. 69–93, 2003.
- ARCHER, J. Why do people love their pets? **Evolution and Human behavior**, v. 18, n. 4, p. 237–259, 1997.
- ARLUKE, A. A Sociology of Sociological Animal Studies. **Society and Animals**, v. 10, n. 4, p. 369–375, 2002.
- BABBONI, S. D.; MODOLO, J. R. Raiva : Origem , Importância e Aspectos Históricos. **UNOPAR Cient Ciênc Biol Saúde**, v. 13, n. Esp, p. 349–356, 2011.
- BARRETO, T. F. et al. “Soltando os cachorros”: A invasão do Instituto Royal e o Dark Side das organizações a partir da perspectiva da Ética Animal. **II Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. Anais...** Uberlândia (MG): 2014 Disponível em: <http://www.agenciaapollo.com.br/cbeo_avaliacao/anais/1324GT3.pdf>
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. São Paulo, Vozes, 2010.
- BAUMAN, Z. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.
- BECKER, H.; GEER, B. Participant observation and interviewing: A comparison. **Human organization**, v. 16, n. 3, p. 28–32, 1957.
- BECKER, H. S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.
- BENJAMIN, A. Particularity and Exceptions: On Jews and Animals. **South Atlantic Quarterly**, v. 107, n. 1, p. 71–87, 2008.
- BEVILACQUA, P. D. et al. Leishmaniose visceral : história jornalística de uma epidemia em Belo Horizonte , Brasil. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, v. 4 (7), p. 83–102, 2000.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. The sociology of critical capacity. **European journal of social theory**, v. 2, n. 3, p. 359–377, 1999.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **On Justification: Economies of Worth**, translated by

Catherine Porter Princeton, NJ: Princeton University Press, 2006.

BRAGA JR, A. X. et al. **Panorama geral sobre a proteção animal em Recife**: relatório parcial de avaliação, realizado como atividade da disciplina Métodos Avançados em Pesquisa Quantitativa. Recife/PE. 2011

BRASIL. **Sistema nacional de vigilância em saúde**: relatório de situação Pernambuco. Brasília (DF): [s.n.]. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_nacional_vigilancia_saude_pe_5ed.pdf>.

BRASIL, S. DA S. (2008). “Festa Boa Para Cachorro”: relações entre humanos e não humanos no ambiente urbano. **26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Anais...** Porto Seguro: 2008

BRITO, S. M. Sobre regras de jogo e justiça: uma contribuição metodológica à sociologia da moralidade. **Revista de Ciências Sociais-Política & Trabalho**, v. 27, 2009.

BRITO, S. M. Traçando os limites da Sociologia da Moralidade: uma perspectiva adorniana. **Estudos de Sociologia**, v. 1, n. 17, 2011.

BRYMAN, Alan. The nature of qualitative research. In BRYMAN, Alan. 2008, **Social Research Methods**. New York: Oxford University Press. Third edition.

CAMPBELL, C. **A ética romântica eo espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro, Rocco, 2001.

CAMPOS, L. Por uma Sociologia Crítica da Crítica: Relendo Lüc Boltanski a partir de Margareth Archer. **Conferência da Associação Internacional para o Realismo Crítico (IACR)** Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil. Disponível em: <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF>, 2009

CANANI, A. DA S.; FARACO, C. B. **Apego entre casais sem filhos e seus animais de companhia**. Taquara (RS): FACCAT, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) Faculdades Integradas de Taquara, 2010. Disponível em: <<http://psicologia.faccat.br/moodle/pluginfile.php/197/course/section/98/aline.pdf>> Acesso em: março de 2015.

CARELLOS, E. V. M.; ANDRADE, G. M. Q.; AGUIAR, R. Avaliação da aplicação do protocolo de triagem pré-natal para toxoplasmose em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil: estudo transversal em puérperas de duas maternidades. **Cad Saúde Pública**, v. 24, n. 2, p. 391–401, 2008.

CARRIERI, M. L. et al. Diagnóstico clínico-epidemiológico da raiva humana: dados do Instituto Pasteur de São Paulo do período de 1970-2002. **Boletim Epidemiológico**

Paulista, v. 3, n. 29, 2006.

CARVALHO, A. L. DE L.; WAIZBORT, R. Os mártires de Bernard: a sensibilidade do animal experimental como dilema ético do darwinismo na Inglaterra vitoriana. **Scientiae Studia**, v. 10, n. 2, p. 355–400, 2012.

CAVALHEIRO, T. K. A **(in) constitucionalidade da lei das carroças do município de Porto Alegre**. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

CFMV – CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. **Resolução nº 714, de 20 de junho de 2002** Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais, e dá outras providências. Brasil, 2002.

CFMV – CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. **Resolução Nº 1000, de 11 de maio de 2012**. Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais e dá outras providências. Brasil, 2012.

CFMV – CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. **Guia Brasileiro de Boas Práticas para Eutanásia em Animais** - Conceitos e Procedimentos Recomendados. Brasília (DF): [s.n.].

CLUTTON-BROCK, J. The unnatural world. Behavioural aspects of humans and animals in the process of domestication in MANNING, A.; SERPELL, J. (Eds.). **Animals and human society: changing perspectives**. New York: Taylor & Francis e-Library, 2003. pp. 23–35.

COHEN, Susan Phillips. Can Pets Function as Family Members? **Western Journal of Nursing Research**, 2002,24(6), 621-638

COHEN, E. Animals in medieval perceptions: the image of the ubiquitous other. In: MANNING, A.; SERPELL, J. (Eds.). **Animals and human society: changing perspectives**. New York: Taylor & Francis e-Library, 2003. Pp. 59-80

COOK, A. J. C. et al. Sources of toxoplasma infection in pregnant women. European multicentre case-control study. European Research Network on Congenital Toxoplasmosis **BMJ**, v. 321, n. 7254, p. 142–147, 2000.

CORRÊA, M. C. Cidade sensível: as transformações em relação aos animais em Florianópolis a partir da década de 1980. **XXVI Simpósio Nacional de História. Anais...** 2011

CORTEZ, T. L. **Raiva urbana: epidemiologia e controle**. Dissertação (Mestrado em Medicina Veterinária) Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2006.

DARNTON, R. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Tradução de Sonia Coutinho. 2ª edição. Rio de Janeiro, Graaal, 1986.

- DE REZENDE, J. M. **À sombra do plátano**: crônicas de história da medicina. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.
- DESCARTES, R. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- DESCOLA, P. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 23–45, 1998.
- DIAS, E. C. A defesa dos animais e as conquistas legislativas do movimento de proteção animal no Brasil. **Revista Brasileira de Direito Animal**, p. 1–7, 2014.
- DIAS, J. J. V. G. **O rigor da morte**: a contrução simbólica do animal de açougue na produção industrial brasileira. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- DIGARD, J.-P. Un aspect méconnu de l’histoire de l’Amérique: la domestication des animaux. **L’Homme**, vol 32, n 122 pp. 253–270, 1992.
- DIGARD, J.-P. Une passion cathartique: les animaux de compagnie. **Passions ordinaires**. Du match de football au concours de dictée, Paris, Bayard Éditions, p. 41–69, 1998.
- DUNNING, E.; MENNELL, S. Prefácio à edição inglesa. ELIAS, N. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- ELIAS, N. **O Processo Civilizador 2**: formação do Estado e civilização. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Zahar, v. 2, 1993.
- ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 201, 1994.
- ELIAS, N. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.
- ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Editado por Michael Schöter. Tradução: Vera Ribeiro: Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- ELIAS, N. **A Solidão dos Moribundos**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Zahar, v. 1, 2011.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- ELMORE, S. A. et al. *Toxoplasma gondii*: epidemiology, feline clinical aspects, and prevention. **Trends in parasitology**, v. 26, n. 4, p. 190–196, 2010.
- FARACO, C. B. **Interação humano-cão**: o social constituído pela relação interespecie.

Tese (Doutorado em Sociologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

FELIPE, S. T. Agência E Paciência Moral : Razão E Vulnerabilidade Na Constituição Da Comunidade Moral. **ethic@-An international Journal for Moral Philosophy**, v. 6, n. 3, p. 69–82, 2007.

FERRIGNO, M. V. Direitos animais e o remodelamento das fronteiras políticas entre os mundos humano e não humano. **Seminário PPGAS**. Disponível em: http://www.antropologias.org/seminarioppgas/files/2011/10/VERGOTTI_Mayra_trabalhocompleto.pdf. Acessado em julho de 2013

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. São Paulo, Vozes, 2009.

FRANCIONE, G. L. **Introdução aos direitos animais**: seu filho ou cachorro. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

FRYKMAN, J.; LÖFGREN, O. **Culture builders**: a historical anthropology of middle-class life. Rutgers University Press, 2005.

GODINHO, P. R. “Pedigree” brasileiro. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, v. nº 60, 2010.

GOHN, M. DA G. **Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo (SP): Loyola, 2000.

GOODE, D. **Playing with my dog Katie**: an ethnomethodological study of dog-human interaction. Purdue University Press, 2007.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. **Handbook of qualitative research**, v. 2, n. 163-194, p. 105, 1994.

HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

HEIDEGGER, M. **Os conceitos fundamentais da Metafísica**: mundo, finitude, solidão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

HEIMER, C. A. The unstable alliance of law and morality. In: **Handbook of the Sociology of Morality**. [s.l.] Springer, 2010. p. 179–202.

HEYNEMANN, C. B. Da natureza para a cultura. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, v. nº 60, 2010.

HUR, D. U.; OLIVEIRA, I. DE C.; KODA, M. Y. Sofrimento psíquico em uma instituição pública: entre o cuidado e a violência. **Vínculo**, v. 5, n. 1, p. 76–86, 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pns/2013/>>. Acesso em: 20 maio. 2004.

INGOLD, T. Humanidade e animalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 10, p. 1–15, 1995.

- INTERNATIONAL COMPANION ANIMAL MANAGEMENT COALITION. **Humane Dog Population Management Guidance**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://caninerabiesblueprint.org/IMG/pdf/Link71_DogPopManagement_ICAM.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2006.
- IRVINE, Leslie (2004). **If you tame me**: understanding our connection with animals. Philadelphia, Temple University Press
- IZQUIERDO, J. Consultores en crítica política: Notas sobre la sociología“ Post-etnometodológica” de Luc Boltansky. **Revista Colombiana de Sociología**, n. 22, p. 195–237, 2004.
- JACCOUD, M.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. **A pesquisa qualitativa**, p. 254–294, 2008.
- JONES, J. L. et al. Survey of obstetrician-gynecologists in the United States about toxoplasmosis. **Infectious diseases in obstetrics and gynecology**, v. 9, n. 1, p. 23–31, 2001.
- JOY, M. **Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas**: uma introdução ao carnismo: o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não. São Paulo (SP): Cultrix, 2014.
- KULICK, D. Animais gordos e a dissolução da fronteira entre as espécies. **Mana**, v. 15, n. 2, p. 481–508, 2009.
- LANGONI, H. et al. Conhecimento da população de Botucatu-SP sobre Guarda Responsável de cães e gatos. **Veterinária e Zootecnia**, v. 18, n. 2, p. 297–305, 2011.
- LAWRENCE, E. A. Conflicting ideologies: Views of animal rights advocates and their opponents. **Society and Animals**, v. 2, n. 2, p. 175–190, 1994.
- LÉVI-STRAUSS, C. A lição de sabedoria das vacas loucas. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 67, p. 211–216, 2009.
- LEWGOY, B.; SORDI, C. Realidades de mercado e práticas emergentes no consumo de rações animais: um olhar a partir de eventos críticos globais. **III EICS – Encontro Internacional de Ciências Sociais. Anais...** Pelotas (RS): 2012
- LIMA, M. H. C. C. . Considerações sobre a família multiespécie. **V REA/XIV ABANNE. Anais**. Maceió (AL): UFAL, 2015.
- LIMA, M. H. C. C. . Violência contra animais. In: BRAGA, A. X.; BATISTA, M. D. G. (Eds.). **Violência: múltiplos olhares sociológicos**. Maceió (AL): Edufal (no prelo), 2016.
- LIMA, M. H. C. C.; SILVA NETTO, G. DA M. Significação de animais não-humanos e legislação de controle populacional. **II Congresso Mundial de Bioética e Direito**

Animal. Anais...Salvador: 2010

LIMA, T. Para uma teoria etnográfica da distinção natureza e cultura na cosmologia juruna. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, p. 43–52, 1999.

LIMA, V. R. B. C. Os indivíduos e seus bichos na cidade de Brasília 1. **Revista Sociais e Humanas**, v. 22, p. 1–21, 2009.

LIRA, L. C. **Limites e paradoxos da moralidade vegan**: um estudo sobre as bases simbólicas e morais do vegetarianismo. Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

LOURENÇO, D. **Direito dos animais**: fundamentação e novas perspectivas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008

LOW, P. et al. **The Cambridge declaration on consciousness**. URL <http://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>, 2012.

MACIEL, K. P. **Inquérito sorológico para detecção de anticorpos de Toxoplasma gondii em caprinos (Capra hircus) criados nos municípios de Gravataí e Viamão**, Região da Grande Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Dissertação (Mestrado em Medicina Veterinária). Universidade Federal do Rio Grande do Sul., 2004.

MACHADO, Juliana Clemente; PAIXÃO, Rita Leal. A representação do gato doméstico em diferentes contextos socioculturais e as conexões com a ética animal. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 11, n. 1, p. 231-253, 2014.

GARFINKEL, Harold. **Seeing sociologically**: The routine grounds of social action. Routledge, 2015.

MEAD, G. **Mind, self, and society**: From the standpoint of a social behaviorist (Works of George Herbert Mead, Vol. 1). 1967.

NEFFA, E. et al. O Ser Humano Na Natureza: Prolegômenos De Uma Interpretação. **Dramaturgias dos Saberes sobre trajetórias entre Natureza-Cultura e Sujeito-Objeto**. Recife, Editora Universitária UFPE, 2012.

NOSKE, B. Speciesism, anthropocentrism, and non-Western cultures. In: FLYNN, C. . (Ed.) **Social Creatures**. Lantern Books, 2008.

OLIVEIRA, S. **Sobre homens e cães**: um estudo antropológico sobre afetividade, consumo e distinção. Dissertação de mestrado [sociologia e antropologia]. Rio de Janeiro (RJ): Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, T. P. Redefinindo o Status jurídico dos animais. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 2, n. 3, 2007.

OMS. **O controle da raiva** - Oitavo relatório do Comitê de Especialistas da OMS em

Raiva. Goiânia (GO): Editora da UFG, 1999.

OSÓRIO, Andréa B. Alguns aspectos simbólicos acerca do gato. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 12, n. 1, 2, p. 233–259, 2010.

OSÓRIO, Andréa B. **Humanidade e não-humanidade: notas sobre um grupo de protetores de gatos de rua**.4º Seminário de Pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense – UFF. **Anais...**Rio de Janeiro: 2011

OSÓRIO, Andréa B. **O discurso emocional de um grupo de protetores de gatos de rua**.XV CISO – Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais / Pré-Alas Brasil. **Anais...**Teresina (PI): 2012

OSÓRIO, Andréa B. **Mãe de gato? Reflexões sobre o parentesco entre humanos e animais de estimação**V REA/XIV ABANNE. **Anais...**Maceió (AL): UFAL, 2015

PAIXÃO, R. L. As comissões de ética no uso de animais. **Revista CFMV**, v. 10, p. 13–20, 1995.

PASTORI, Érica Onzi. **Perto e longe do coração selvagem: um estudo antropológico sobre animais de estimação em Porto Alegre, Rio Grande do Sul**. Dissertação.(Mestrado em Antropologia Social)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

PENNA, G. Doenças negligenciadas no Brasil. **Academia Brasileira de Ciências**. **Anais...**2010Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/388993/>>

PESSANHA, Lavínia & PORTILHO, Fátima. Comportamentos e padrões de consumo familiar em torno dos “pets”. **IV ENEC - Encontro Nacional de Estudos do Consumo**. Rio de Janeiro, 2008

PRIORE, Mary Del. **Histórias do Cotidiano**. São Paulo, Contexto. 2001

POWELL, C. Four concepts of morality. In: **Handbook of the Sociology of Morality**. [s.l.] Springer, 2010. p. 35–56.

RAWLS, A. W. Respecifying the study of social order: Garnkels transition from theoretical conceptualization to practices in details. Preface of GARFINKEL, H. **Seeing sociologically: The routine grounds of social action**, p. 197, 2006.

REGAN, T. **Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos animais**; tradução Regina Rheda; revisão técnica Sônia Felipe, Rita Paixão. Porto Alegre, RS: Lugano, 2006.

RITVO, H. Animals In Nineteenth-Century Britain: Complicated Attitudes And Competing Categories. In: MANNING, A.; SERPELL, J. (Eds.). **Animals and human society: changing perspectives**. Taylor & F ed. New York: Routledge, 2003.

- ROCHA, M. E. DA M. **Pobreza e cultura de consumo em São Miguel dos Milagres**. Maceió: Edufal, p. 15–189, 2002.
- SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Trad. Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.
- SAITO, C. H. et al. A matança dos gatos na UNB: estilhaços da distância entre homens e animais. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient**, v. 09, 2002.
- SANDERS, Clinton R. Understanding Dogs: caretaker's attributions of Mindedness ind Canine-Human Relationships in FLYNN, Clinton P (editor) **Social Creatures: a human and animal studies reader**. New York, Lantern Books, 2008
- SANTANA, H. J. DE. Abolicionismo animal. **Revista de Direito Ambiental**, v. 36, n. 9, 2004.
- SEGATA, J. **Nós e os outros humanos, os animais de estimação**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.
- SERPELL, J. A. Anthropomorphism and Anthropomorphic Selection—Beyond the “Cute Response”. **Society & Animals**, v. 10, n. 4, p. 437–454, 2003.
- SERPELL, J. A.; DUFFY, D. L. Dog breeds and their behavior. In: **Domestic Dog Cognition and Behavior**. [s.l.] Springer, 2014. p. 31–57.
- SERPELL, JAMES A & PAUL, E. Pets and the development of positive Attitudes to animals. In: SERPELL, A. M. AND J. (Ed.). **Animals and human society: changing perspectives**. Taylor & F ed. New York: Taylor & Francis e-Library, 2003.
- SHIR-VERTESH, D. “Flexible personhood”: loving animals as family members in Israel. **American Anthropologist**, v. 114, n. 3, p. 420–432, 2012.
- SILVA, C. C. Pesquisa de anticorpos anti-Toxoplasma gondii (Nicolle & Manceaux, 1909) em felídeos selvagens nos municípios de Capitão Poço e Belém, Pará. Dissertação (Mestrado em Ciência Animal). Universidade Federal do Pará, 2008
- SILVEIRA, Flávio L. Abreu da. De um Prosaico Coexistir Interspecífico aos Dilemas do Biopoder: as interações humanas e não humanas no mundo urbano contemporâneo amazônico. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 17, n. 1, p. 55-81, 2015.
- SINGER, P. **Libertação Animal**. Cidade do Porto, Portugal.: VIA OPTIMA - Coleção Diversos Universos, 2008.
- SOARES, TOLEDO & PAIXÃO. Construção e validação de um questionário para identificação da Síndrome de Ansiedade de Separação em cães domésticos. **Ciência Rural**, v. 39, n. 3, 2009.
- TASCHNER, G. **Cultura, consumo e cidadania**. Bauru, EDUSC, 2009.

- TEIXEIRA, L. A. o Instituto Pasteur de São Paulo: Uma Contribuição a História das Instituições Biomédicas no Brasil. **PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**, v. 3, n. 1, 1993.
- TEIXEIRA, L. A.; SANDOVAL, M. R. C.; TAKAOKA, N. Y. Instituto Pasteur de São Paulo: cem anos de combate à raiva. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 11, n. 3, p. 751–766, dez. 2004.
- THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2010.
- TOMA, Renata Harumi Cortez. Emoção e empatia: os limites do humano e do não humano nas relações entre os homens e seus animais de estimação. **V REA/XIV ABANNE. Anais...** Maceió (AL): 2015
- VELLOSO, M. P. Os restos na história: percepções sobre resíduos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 6, p. 1953–1964, 2008.
- VIEIRA, A. M. L. et al. **Informe técnico nº 25**. São paulo (sp): [s.n.]. Disponível em: <http://www.cve.saude.sp.gov.br/agencia/bepa25_rg7caes.htm>.
- VIEIRA, A. M. L. et al. Programa de Controle de Populações de cães e gatos do estado de São Paulo. **Boletim Epidemiológico Paulista**, v. 6, n. supl 5, p. 161, 2009.
- WADA, M. Y.; ROCHA, S. M.; MAIA-ELKHOURY, A. N. S. Situação da Raiva no Brasil, 2000 a 2009. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 20, n. 4, p. 509–518, 2011.
- WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **Guidelines for Dog Population Management** World Health Organization. Geneva: [s.n.]. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/61417/1/WHO_ZOON_90.166.pdf>.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO/OMS). **Rabies peophylaxis**. 5^a Session of Executive Board, Fifth Session. 1949. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/124635/1/EB5_51_eng.pdf?ua=1>.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO/OMS). **Expert Committee on Rabies, Sixth Report**. Technical Report Series. Geneva, 1973. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/38621/1/WHO_TRS_523.pdf>.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO/OMS). **Thirtieth World Health Assembly**. Geneva, 1977. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/149746/1/WHA30_VR-6_eng.pdf Acessado em maio de 2015
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO/OMS). **Report of WHO consultation on dog ecology studies related to rabies control**. Geneva, 1988. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/58695/1/WHO_Rab.Res.88.25.pdf?ua=1

WISE, S. M. Rattling the Cage: Toward Legal Rights for Animals. **New York Times Book Review**, v. 105, n. 8, p. 26, 2000.

REVISTAS CONSULTADAS

Revista Cães. No 4 ed. São Paulo (SP): Editora Flash, 1986a.
Revista Cães. No 5 ed. São Paulo (SP): Editora Flash, 1986b.
Revista Cães & Cia. No 187 ed. São Paulo (SP): Editora Flash, 1994a.
Revista Cães & Cia. No 176 ed. São Paulo (SP): Editora Flash, 1994b.
Revista Cães & Cia. No 178 ed. São Paulo (SP): Editora Flash, 1994c.
Revista Cães & Cia. São Paulo (SP): Editora Flash, 1995.
Revista Cães & Cia. No 203 ed. São Paulo (SP): Editora Flash, 1996.
Revista Cães & Companhia. No 26 ed. São Paulo (SP): Editora Flash, 1981.
Revista Cães & Companhia. No 51 ed. São Paulo (SP): Editora Flash, 1983a.
Revista Cães & Companhia. no 48 ed. São Paulo (SP): Editora Flash, 1983b.
Revista Cães & Companhia. No 85 ed. São Paulo (SP): Editora Flash, 1986.
Revista Cães & Companhia. No 92. ed. São Paulo (SP): Editora Flash, 1987.
Revista Cães & Raças. No 1 ed. São Paulo (SP): Motivo Editorial, 1996a.
Revista Cães & Raças. No 7 ed. São Paulo (SP): Motivo Editorial, 1996b.

NOTÍCIAS DE SITES, BLOGS E JORNAIS

2PRÓ COMUNICAÇÃO. **Abinpet divulga dados consolidados do mercado pet referentes a 2013.** Disponível em: <http://www.maxpressnet.com.br/Conteudo/1,661663,Abinpet_divulga_dados_consolidados_do_mercado_pet_referentes_a_2013,661663,4.htm>. Acesso em: 20 maio. 2010.

ADA - ATIVISTAS PELOS DIREITOS DOS ANIMAIS. **Recife contra a carrocinha.** Disponível em: <<https://recifecontraacarrocinha.wordpress.com/>>. Acesso em: 1 abr. 2012.

ADOTE UM VIRA-LATA. **Cartilha de adoção: gato.** Recife/PE: [s.n.].

ANDA. **Invadir um domicílio para socorrer animais é legal?** Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/19/06/2011/invadir-um-domicilio-para-socorrer-animais-e-legal>>.

BRITO, F. Volkswagen afirma que campanha com gato preto sairá do ar. **O Estadão**, 4 fev. 2013a.

CARUARU. **Prefeitura de Caruaru começa a implantar microchips em cães e gatos carentes do município.** Disponível em: <<http://www.caruaru.pe.gov.br/noticia/05/11/2015/caruaru-implantara-microchips-em-animais-carentes.html>>. Acesso em: 1 dez. 2015.

CHAVES, F. **Porcos do Rodoanel: um dos mais complicados resgates de animais já realizados no Brasil | Vista-se.** Disponível em: <<https://vista-se.com.br/porcos-do-rodoanel-um-dos-mais-complicados-resgates-de-animais-ja-realizados-no-brasil/>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

CHEREM, C. E. **Após achar centenas de rabos, MG investiga venda de “churrasquinho de gato”.** Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/08/20/apos-achar-centenas-de-rabos-mg-investiga-venda-de-churrasquinho-de-gato.htm>>.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CINOFILIA (CBKC). **Portal da Confederação brasileira de Cínofilia.** Disponível em: <<http://www.cbkc.org/>>.

- COUTINHO, K. “CVA não é pet shop” diz diretora de Vigilância à Saúde do Recife. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/01/cva-nao-e-pet-shop-diz-diretora-de-vigilancia-saude-do-recife.html>>.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Denúncias de maus tratos e matança de cães e gatos em Caruaru. **Diário de Pernambuco**, 16 jul. 2012.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Protesto contra a carrocinha. **Caderno Vida Urbana**, 10 dez. 2008.
- DIAS, R. Fim polêmico da eutanásia animal. **Diário de Pernambuco. Caderno Vida Urbana.**, 12 ago. 2010.
- EUROPEAN SOCIETY OF DOG AND ANIMAL WELFARE. **Dog Catcher - or animal controll officer**. Disponível em: <<http://www.esdaw.eu/dog-catcher1.html>>.
- FAKKEMA, D. **As quatro fases na vida de um protetor**. Disponível em: <<http://animaiscahon.blogspot.com.br/2012/05/as-quatro-fases-na-vida-de-um-protetor.html>>. Acesso em: 20 maio. 2010.
- G1. Após ser “desalojado”, cão ganha status de comunitário e volta à praia. **Portal G1**, 11 maio 2012.
- G1. **Enfermeira acusada de matar cadela yorkshire deve pagar indenização**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/05/enfermeira-acusada-de-matar-cadela-yorkshire-deve-pagar-indenizacao.html>>. Acesso em: 22 maio. 2015.
- JORNAL DA TARDE. Pet shop é condenado por morte de cachorro. 23 jan. 2009.
- KACOWICZ, J. Fim da matança de cães e gatos? **Dário de Pernambuco**, 28 fev. 2010.
- LOIOLA, R. **Gato: o animal ideal do século XXI**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/gato-o-animal-ideal-do-seculo-xxi/>>. Acesso em: 6 fev. 2014.
- MENEZES, D. **“Morte aos gatos!”** Disponível em: <<http://www.cartapotiguar.com.br/2012/03/29/morte-aos-gatos/>>. Acesso em: 1 abr. 2012a.
- MENEZES, D. **Pontos em defesa do texto “Morte aos gatos!”** Disponível em: <<http://www.cartapotiguar.com.br/2012/03/29/morte-aos-gatos/>>. Acesso em: 1 abr. 2012b.
- O TEMPO. Moradores se revoltam com retirada de casinhas de cães abandonados. **O TEMPO**, 3 set. 2014.
- QUADROS, M. S. DE. **Reconhecido dano moral coletivo pela morte da cadela Preta, de Pelotas**. Disponível em: <<http://www.jurisway.org.br/v2/noticia.asp?idnoticia=56191>>. Acesso em: 3 jun. 2013.
- SOUZA, R. F. DE. **Resposta ao artigo “Morte aos gatos!”** Disponível em: <<http://www.cartapotiguar.com.br/2012/03/30/resposta-ao-artigo-morte-aos-gatos/>>. Acesso em: 1 abr. 2012a.
- SOUZA, R. F. DE. **“Morte aos gatos!”: tréplica aos argumentos do controle de zoonose com morte**. Disponível em: <<http://www.cartapotiguar.com.br/2012/03/30/resposta-ao-artigo-morte-aos-gatos/>>. Acesso em: 20 fev. 2004b.
- TJDFT. **Pitbull mata cachorro da vizinha e dono deve indenizar**. Disponível em: <<http://www2.tjdft.jus.br/noticias/noticia.asp?codigo=15479>>.
- TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 3a REGIÃO. **TRF-3 proíbe eutanásia em cães com leishmaniose em Campo Grande/MS**. Disponível em: <<http://web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Noticia/Exibir/327766>>. Acesso em: 3 jun. 2015.

TUDO SOBRE CACHORROS. **Cães braquicefálicos (focinho achatado)**. Disponível em: <http://tudosobrecachorros.com.br/2010/10/caes-braquicefalicos-sem-focinho.html>>. Acesso em: 20 maio. 2003.